



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2238

Segunda-feira - 24 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Formosa do Sul	194	Nova Itaberaba	420
Agronômica	4	Forquilha	195	Nova Trento	421
Água Doce	8	Fraiburgo	198	Novo Horizonte	435
Alto Bela Vista	9	Frei Rogério	209	Otacílio Costa	437
Anchieta	10	Galvão	210	Ouro	438
Anita Garibaldi	12	Garopaba	211	Ouro Verde	439
Antônio Carlos	13	Garuva	218	Paial	440
Apiuna	14	Gaspar	223	Palhoça	441
Arroio Trinta	21	Governador Celso Ramos	232	Palma Sola	442
Ascurra	23	Grão Pará	234	Palmitos	443
Balneário Piçarras	24	Guaraciaba	235	Passo de Torres	445
Balneário Rincão	26	Guaramirim	237	Passos Maia	446
Barra Bonita	30	Herval d'Oeste	238	Paulo Lopes	447
Barra Velha	31	Ibiam	256	Penha	449
Bela Vista do Toldo	40	Ilhota	257	Peritiba	463
Benedito Novo	42	Imarui	258	Pinheiro Preto	466
Biguaçu	44	Imbituba	259	Piratuba	468
Blumenau	50	Indaial	261	Planalto Alegre	470
Bom Jesus do Oeste	66	Iomerê	266	Pomerode	472
Bom Retiro	67	Ipuacú	271	Ponte Serrada	484
Botuvera	69	Ipumirim	276	Porto Belo	488
Braço do Trombudo	70	Iratí	277	Porto União	489
Brusque	72	Irineópolis	278	Pouso Redondo	492
Caçador	79	Itá	280	Presidente Nereu	494
Camboriú	83	Itaiópolis	281	Princesa	498
Campo Alegre	85	Itapema	282	Rio das Antas	502
Campo Erê	86	Itapiranga	284	Rio dos Cedros	535
Campos Novos	88	Itapoá	287	Rio do Sul	503
Canelinha	94	Jaborá	291	Rio Fortuna	536
Canoinhas	95	Jacinto Machado	292	Salto Veloso	537
Capinzal	114	Jaraguá do Sul	293	Santa Cecília	539
Catanduvas	121	Joaçaba	362	Santa Rosa do Sul	540
Caxambu do Sul	124	Lages	370	Santa Terezinha do Progresso	541
Celso Ramos	125	Laguna	371	Santiago do Sul	542
Chapadão do Lageado	129	Lajeado Grande	372	São Bento do Sul	544
Cocal do Sul	131	Lauro Muller	373	São Bonifácio	552
Concórdia	133	Lebon Regis	390	São Carlos	559
Cordilheira Alta	137	Lindóia do Sul	392	São Cristóvão do Sul	560
Coronel Freitas	140	Lontras	393	São Domingos	561
Coronel Martins	141	Luzerna	394	São João Batista	563
Correia Pinto	142	Mafra	395	São João do Oeste	564
Corupá	145	Maracajá	396	São Joaquim	565
Cunha Porã	147	Maravilha	398	São José	569
Curitibanos	151	Massaranduba	399	São José do Cedro	575
Descanso	154	Meleiro	405	São Lourenço do Oeste	579
Dionísio Cerqueira	164	Modelo	407	São Miguel da Boa Vista	586
Doutor Pedrinho	170	Mondaí	408	São Miguel do Oeste	587
Eral Velho	171	Morro da Fumaça	409	São Pedro de Alcântara	589
Flor do Sertão	180	Navegantes	410	Schroeder	593

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2238

Segunda-feira - 24 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Serra Alta	610	Timbó	624	Videira.....	648
Sombrio.....	615	Treze Tílias	640	Vitor Meireles.....	654
Sul Brasil	617	Tunápolis.....	641	Xanxerê.....	658
Tangará.....	618	Urussanga	644	Xavantina	667
Tigrinhos	619	Vargeão.....	645	Xaxim.....	677
Tijucas	620	Vargem Bonita	646	Zortéa	679
Timbé do Sul	623	Vidal Ramos.....	647		

Consórcios

AGIR	682
CIGA	682
CIMVI.....	683
CIS Nordeste	683
CIS/AMFRI.....	684
CIS/AMOSC.....	685
CIS/AMURES.....	686
Consórcio Quiriri.....	686
CVC.....	687
CIAPS.....	722

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 72/2017

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 92/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 72/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO ATRON 2729, PLACA 2729, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 05 de maio de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 19 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 73/2017

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 93/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 73/2017

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para serviços de perfuração e detonação com o emprego de materiais explosivos e acessórios, para desmontar 2.000 m³ de rocha, para terraplenagem do terreno e canchas e estradas.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 08 de maio de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 19 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017

RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017

A prefeitura Municipal de Abdon Batista/SC, torna público o resultado do processo cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL DE VIOLEIROS CONFORME A PROGRAMAÇÃO DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA NOS 28 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO.

EMPRESA : L.C.L EVENTOS LTDA - ME

VALOR TOTAL: 5.000,00 (CINCO MIL E REAIS)

Abdon Batista, SC, 19 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA – SC
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2017 - CONCESSÃO DE USO

Objeto: CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BAR E LANCHONETE DO GINÁSIO DE ESPORTES GERARD HUGO FERNANDO TSCHUMI, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO E BENFEITÓRIAS NELE EXISTENTES.

Abertura dos envelopes: 25/05/2017 as 09:00h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166

Agrônômica, em 20 de abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2017

PORTARIA Nº 196/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando fundadas razões, conforme consta em memorando exarado pela escrivania do Departamento de Educação, Cultura e do Desporto,

Considerando que para o correto desempenho do relevante serviço público prestado nos Núcleos Escolares do Município, face o número de alunos regularmente matriculados naqueles estabelecimentos,

Considerando fator imprescindível, mantermos a qualidade do serviço que ali ofertamos e prestamos ao alunado,

Considerando o disposto no Art. 21º, da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, conforme as anteriores fundadas razões,

RESOLVE:

1-) Fica a partir de 01/04/2017, (primeiro de abril de dois mil e dezessete) até 30/04/2017 (trinta de abril de dois mil e dezessete), alterada de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a jornada laboral da servidora municipal Sra. MARILETE MACHADO, Matrícula nº 271, ocupante do cargo de provimento efetivo merendeira, e lotação no Departamento da Educação, Cultura e do Desporto.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2017

PORTARIA n.º 198/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90, Lei Complementar n.º 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar n.º 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores, Considerando o atendimento das necessidades que urgem haja vista as ações a serem desenvolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento de Obras.

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica nomeado a partir de 24/04/2017 (vinte e quatro de abril de dois mil e dezessete), o Sr. JIAN CARLOS BRIGNOLI, brasileiro, domiciliada nesta comarca, residente na valada gropp, nesta, portadora da carteira de identidade nº 5.654.572, inscrito no CPF sob o nº 091.453.479-30 que se encontra em dia com suas obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento em comissão, CHEFE ADMINISTRATIVO – DAS 04 e lotação no Departamento de obras.
2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de ABRIL de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº195/2017

PORTARIA Nº 195/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando fundadas razões, conforme consta em memorando exarado pela escrivaninha do Departamento de Educação, Cultura e do Desporto,

Considerando que para o correto desempenho do relevante serviço público prestado nos Núcleos Escolares do Município, face o número de alunos regularmente matriculados naqueles estabelecimentos,

Considerando fator imprescindível, mantermos a qualidade do serviço que ali ofertamos e prestamos ao alunado,

Considerando o disposto no Art. 21º, da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, conforme as anteriores fundadas razões,

RESOLVE:

1-) Fica a partir de 01/04/2017, (primeiro de abril de dois mil e dezessete) até 30/04/2017 (trinta de abril de dois mil e dezessete), alterada de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a jornada laboral da servidora municipal Sra. SIBILE MAIBERG, Matrícula nº 390, ocupante do cargo de provimento efetivo merendeira, e lotação no Departamento da Educação, Cultura e do Desporto.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de Abril de 2017.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº197/2017

PORTARIA Nº 197/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o requerimento da servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH matrícula nº 586, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar administrativo, com carga horária de 40 hs e lotação no Departamento de Saúde.

Considerando a lei Complementar n.º 115/2017 de 11/04/2017, Art. 86 –A.

RESOLVE:

1-) Conceder Prorrogação de Licença Maternidade pelo período de sessenta dias, iniciando-se em 18/07/2017 até 15/09/2017, para a servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH matrícula nº 586, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 hs e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 24 de março de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº199/2017

PORTARIA Nº 199/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de procedimento médico o que foi submetido o servidor municipal Sr. MIRTES SCHLUP, matrícula n.º 406 E 227 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com lotação no Departamento de educação.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Homologa este ato, onde se concede licença médica, sendo remunerada os primeiros quinze dias, iniciando-se em 20/04/2017 e até 04/05/2017, após este período será encaminhado à Perícia Médica junto a MIRTES SCHLUP, matrícula n.º 406 E 227 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com lotação no Departamento de educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 24 de ABRIL de 2017
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº200/2017

PORTARIA Nº 200/2017 DE 24 DE ABRIL 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MARLENE MARIA FELIPPE MENEGHETTI matrícula n.º 403 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado no Departamento de Educação, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 01/04/2008 a 01/04/2013, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 04/2017, que referem-se ao quinquênio 01/04/2008 A 01/04/2013, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 00 (ZERO) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. MARLENE MARIA FELIPPE MENEGHETTI matrícula n.º 403 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de abril 2017
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº201/2017

PORTARIA Nº 201/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO matrícula n.º 24 ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURAS, lotado no Departamento de PLANEJAMENTO, conta a seu

crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 01/03/2003 a 01/03/2008, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 04/2017, que referem-se ao quinquênio 01/03/2003 A 01/03/2008, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 00 (ZERO) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO matrícula n.º 24 ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURAS, lotado no Departamento de PLANEJAMENTO.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de ABRIL de 2017
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº202/2017

PORTARIA Nº 202/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade, Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. JAIR SCHOFER, matrícula n.º 286 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado no Departamento de SAÚDE, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 01/04/2004 a 01/04/2009, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 04/2017, que referem-se ao quinquênio 01/04/2004 A 01/04/2009, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 00 (ZERO) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. JAIR SCHOEFER, matrícula n.º 286 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado no Departamento de SAÚDE.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de ABRIL de 2017

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 21 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA – SC

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

RETIFICA o Edital de Pregão nº 21/2017, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia sanitária e ambiental para realizar a gestão dos resíduos sólidos, produzidos no perímetro urbano e rural do Município de Agronômica-SC, No anexo IX – Modelo de Atestado de Visita Técnica:

ONDE SE LÊ:

"Atestamos para os fins que se propõe o documento, em atendimento ao item 6.7.6.2 que na data de hoje/ /2017 visitou o Município de Agronômica, na Departamento Municipal de Planejamento o Engenheiro , CREA nº , responsável técnico pela Empresa , CNPJ nº , onde o mesmo tomou conhecimento de todos os dados necessários a elaboração da sua proposta ao edital."

LEIA-SE:

Atestamos para os fins que se propõe o documento, que na data de hoje/ /2017 visitou o Município de Agronômica, na Departamento Municipal de Planejamento o Engenheiro , CREA nº , responsável técnico pela Empresa , CNPJ nº , onde o mesmo tomou conhecimento de todos os dados necessários a elaboração da sua proposta ao edital."

CONSIDERAÇÕES: O referido atestado não será exigido como documento de habilitação, pois não consta como exigência no edital, se for apresentado pelas empresas em qualquer das duas formas acima, não será considerado como motivo para habilitar ou desabilitar nenhum participante.

A data de abertura continua mantida para o dia 27/04/2017, até às 11:00 horas, pois a presente alteração não compromete a elaboração da proposta.

Agronômica – SC, em 24/04/2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

178/2017

PORTARIA Nº 178/2017 – DE 20 DE ABRIL DE 2017

“NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 24 da MP 339 de 28/12/06 e Lei Municipal nº 1.529 de 27/03/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

- Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

Suplente: KÁRIN ANE CÔRSO

Titular: MAGALI FERRETTI

Suplente: IZABELA ANSILIERO

- Representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal

Titular: JOCERLEI ZATTERA

Suplente: NEUSA DOS SANTOS

- Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: ADRIANA MARIA TONIAL PIAIA

Suplente: LUCI MARA LUCHESE

- Representante dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Públicas Municipais

Titular: MARIA ISABEL SCHÜLLER

Suplente: KAREN PADILHA

- Representante de Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal

Titular: MARINÊS FERRONATO

Suplente: FÁTIMA BORTOLINI PONTEL

Titular: MARJORIE JEANE SETTI DE OLIVEIRA

Suplente: ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF

- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal

Titular: GESSICA APARECIDA COLAÇO

Suplente: MARCOS DA SILVA

Titular: ANDERSON CESAR NOGUEIRA

Suplente: DAIANE TIBES DOS SANTOS

- Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: ZELAINE APARECIDA PELICIOLLI

Suplente: KEILA LÚCIA DA SILVA ARRUDA

- Representante do Conselho Tutelar

Titular: SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA

Suplente: GISLAINE BREZOLIN TONIAL

- Representante do Sindicato – SINSEADRE

Titular: JAMES BEAL

Suplente: MAÍRA RAMOS

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2017 FMS

Objeto: Registro de Preços para aquisição de formula infantil Neocate LCP.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 09/05/2017.

Abertura: às 09h do dia 09/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 20 de abril de 2017.

ADEMAR AMANT

Gestor de FMS

RESOLUÇÃO Nº 001/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017- CMDCA

Resolução nº 001/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Aprova Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Alto Bela Vista, SC – 2017 a 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei nº 063 de 12 de agosto de 2014, e conforme deliberado em sessão plenária de 20 de março de 2017 constando em Ata nº 03/2017, e,

CONSIDERANDO a Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que estabeleceu os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e alterou os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2208 de 20 de junho de 2016, do Município de Alto Bela Vista - SC, que instituiu a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Alto Bela Vista - SC,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina para 2017-2026. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Alto Bela Vista, 21 de março de 2017

Ivoni Schneider Kaplan

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 045/2017

DECRETO Nº. 45 /2017, de 18 de abril de 2017

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal sob nº 2.310 de 10 de abril de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução do Projeto/Atividade nº. 18.542.0455.2.049 – ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRES.E CONSERV. AMBIENTAL, incluindo-se para tal dotação Orçamentaria na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, objetivando atender a Convenio FUNASA Nº. 0492/2013, com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.049 – ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRES.E CONSERV. AMBIENTAL

(...) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0801 – Aplicações diretas R\$ 100.000,00

(...) – 3.3.90.00.00.00.00.00.2279 – Aplicações diretas R\$ 3.600,00
Total R\$ 103.600,00

Art. 3º Para o atendimento parcial a abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do Provável Excesso de Arrecadação sob o código do recursos 0801 (00.01.0801) - FUNASA/EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONVÊNIO 0492/2013, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º do art 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para o complementação da abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), fonte de recurso 00.03.0279 – SUPERÁVIT FINANCEIRO FEP, relativo o valor

de Contrapartida do Convenio FUNASA Nº. 0492/2013, com a Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais), objetivando atender a Convênio FUNASA Nº. 0492/2013, com a Fundação Nacional de Saúde, destinada ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e redução transcritos no presente ato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 18 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 18/04/2017.

FernandaCristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 021/2017 – Pregão Presencial nº 013/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 021/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço para prestação de serviço de lavagem para os veículos utilizados pela Secretaria de Saúde Pública do município de Anchieta, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório. EMPRESA VENCEDORA:

RAFAEL DE LIMA DA SILVA.

VALOR TOTAL R\$: 15.936,00

Anchieta, 20 de abril de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 020/2017 – Pregão Presencial nº 012/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 020/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço para aquisição de Água Mineral e Gás de Cozinha, para serem utilizados na Unidade Básica de Saúde do Centro e João Café Filho, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

NILO SUL IND. E COM LTDA – EPP.

Valor R\$: 4.725,00

RENATO ROSSATO – ME.

Valor R\$: 2.295,30

Valor Total R\$: 7.020,30

Anchieta, 20 de abril de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

PORTARIA Nº 171/2017

PORTARIA nº. 171/2017

De, 20 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Leonel Alves Castro, ocupante do cargo de Médico ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 20 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 172/2017

PORTARIA nº. 172/2017

De, 20 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 34, inciso V da Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Declarar vago Por Aposentadoria Por Idade (41),

Art. 1º - Fica vago por Aposentadoria Por Idade (41) o cargo efetivo de Motorista, ocupado pelo servidor Anuar Mantelli, lotado na Secretaria Municipal da Saúde – FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 20 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 173/2017

PORTARIA nº. 173/2017

De, 20 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 34, inciso V da Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Declarar vago Por Aposentadoria Tempo de Contribuição (42),

Art. 1º - Fica vago por Aposentadoria Tempo de Contribuição (42) o cargo efetivo de Motorista da Saúde, ocupado pelo servidor Pedro Benatti, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 20 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - HOSPITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 011/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico presencial na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de maio a dezembro de 2017. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 16:00 horas do dia 08/05/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, de Segunda a Sexta-Feira no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 24 de abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017

Objeto: 1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital..

Recebimento das propostas: até as 09h20min do dia 09/05/2017.

Abertura: às 09:40 do dia 09/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 20 de Abril de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017

Objeto: 1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de construção destinados as unidades administrativas, Secretaria de Obras e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 13h40min do dia 08/05/2017.

Abertura: às 14:00 do dia 08/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 20 de Abril de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

CONTRATO Nº 070/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 70/2017; Origem: Pregão Presencial nº 032/2017 e Processo Licitatório nº 048/2017; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC. Contratada: HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA – ME; Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa e/ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de ensino de músicas na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço é de R\$ 9.585,00 (nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), sendo pago mensalmente o valor equivalente as horas/aula efetivamente ministradas. Vigência: 20 de abril de 2017 – 20 de janeiro de 2018.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 024/2017

DECRETO Nº 024/17 de 20 de Abril de 2017

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.606,81 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.1.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 13.606,81

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.1.004-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 13.606,81

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 025/2017

DECRETO Nº 025/17 de 20 de Abril de 2017

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 46.152,82 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 46.152,82

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

46.152,82

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 226/2017

PORTARIA Nº 226/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, de 15 de maio de 2017 a 13 de junho de 2017, referente ao período aquisitivo de 15/04/2013 a 14/04/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

ATA Nº 2/2017 - PP Nº 02/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 2/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme quantitativos e condições a seguir:

42994 - POSTO AGRICOPEL LTDA.					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO DIESEL S10	SHELL	50000	R\$2,9500	R\$ 147.500,00
2	OLEO DIESEL S500	SHELL	60000	R\$2,8500	R\$ 171.000,00
3	GASOLINA COMUM	SHELL	150000	R\$3,3900	R\$ 508.500,00
Total Fornecedor:			R\$ 827.000,00		
Total Geral:			R\$ 827.000,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Fundo Municipal de Saúde de Apiúna a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 2/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 20/04/2018.

4 DAS CONDIÇÕES, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A entrega do objeto deste edital será feita aos responsáveis com o abastecimento diretamente da bomba registradora do fornecedor, na Praça de Apiúna, aos veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna.

4.1.1 Os pedidos serão realizados pelo Fundo por meio de Ordem de Abastecimento, cuja emissão se dará parceladamente conforme a necessidade.

4.1.2 O prazo estipulado para a retirada da litragem licitada é de 01(um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.

4.2 - No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente ao Fundo Municipal de Saúde de Apiúna para conferência e assinatura pelo responsável.

4.3 - Os produtos objeto desta licitação deverão ser fornecidos dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo – podendo o Fundo Municipal de Saúde de Apiúna exigir a qualquer tempo testes de qualidade no momento da entrega.

4.3.1 - Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3.2 - Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4 - O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.5 - A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

4.6 - A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.7 - No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor

obrigado a aceitar o acréscimo.

4.8 - Os valores unitários previstos em Ata de Registro de Preços por escrito firmado pelas partes poderão ser reajustados de acordo com os valores da ANP ou por outro que venha a substituí-lo.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 20 (VINTE) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
10.5.1.2050.333903001000000.1020000
12.5.1.2055.333903001000000.1020000
15.5.1.2056.333903001000000.1020000
19.5.1.2050.333903001000000.1380100
28.5.1.2053.333903001000000.1020000
36.5.1.2055.333903001000000.1380800
40.5.1.2056.333903001000000.1380900
433.5.1.2055.333903001000000.3380800
434.5.1.2056.333903001000000.3380900
48.5.1.2052.333903001000000.1020000
51.5.1.2050.333903001000000.1380600
53.5.1.2050.333903001000000.1670100
55.5.1.2053.333903001000000.1380400

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 20 de abril de 2017.
JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

POSTO AGRICOPEL LTDA.
REA SILVIA MARMENTINI FERNANDES
Contratada

ATA Nº 32/2017 - PP Nº 38/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 38/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, conforme quantitativos e condições a seguir:

42994 - POSTO AGRICOPEL LTDA.					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO DIESEL S10	SHELL	200000	R\$2,9500	R\$ 590.000,00
2	OLEO DIESEL S500	SHELL	500000	R\$2,8500	R\$ 1.425.000,00
3	GASOLINA COMUM	SHELL	200000	R\$3,3900	R\$ 678.000,00
Total Fornecedor:			R\$ 2.693.000,00		
Total Geral:			R\$ 2.693.000,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 38/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 20/04/2018.

4 DAS CONDIÇÕES, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A entrega do objeto deste edital será feita aos responsáveis com o abastecimento diretamente da bomba registradora do fornecedor, na Praça de Apiúna, aos veículos de propriedade do Município.

4.1.1 Os pedidos serão realizados pelo Município por meio de Ordem de Abastecimento, cuja emissão se dará parceladamente conforme a necessidade.

4.1.2 O prazo estipulado para a retirada da litragem licitada é de 01(um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.

4.2 - No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Prefeitura Municipal de Apiúna (Secretaria responsável) para conferência e assinatura pelo responsável.

4.3 - Os produtos objeto desta licitação deverão ser fornecidos dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo – podendo a Prefeitura Municipal de Apiúna exigir a qualquer tempo testes de qualidade no momento da entrega.

4.3.1 - Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3.2 - Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas

neste Edital e em Lei.

4.4 - O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.5 - A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

4.6 - A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.7 - No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

4.8 - Os valores unitários previstos em Ata de Registro de Preços por escrito firmado pelas partes poderão ser reajustados de acordo com os valores da ANP ou por outro que venha a substituí-lo.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 20 (VINTE) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
121.4.1.2147.333903001000000.1620200
124.7.1.2070.333903001000000.1000000
129.3.1.2032.333903001000000.1100000
135.4.1.2048.333903001000000.1010000
140.4.1.2048.333903001000000.1360000
146.4.1.2049.333903001000000.1620200
157.4.1.2047.333903001000000.1190000
161.4.1.2049.333903001000000.1010000
165.6.1.2060.333903001000000.1390300
177.6.1.2060.333903001000000.1070000
179.3.1.2030.333903001000000.1390300
191.9.1.2091.333903001000000.1000000
197.3.1.2032.333903001000000.1120000
205.4.1.2047.333903001000000.1360000
209.3.1.2032.333903001000000.1000000
213.4.1.2048.333903001000000.1190000
214.3.1.2030.333903001000000.1000000
215.4.1.2047.333903001000000.1010000
220.2.1.2020.333903001000000.1000000
223.4.1.2049.333903001000000.1370600
231.4.1.2147.333903001000000.1370600
235.6.1.2060.333903001000000.1000000
239.3.1.2031.333903001000000.1120000
240.13.1.2131.333903001000000.1000000
241.3.1.2031.333903001000000.1110000
247.10.1.2111.333903001000000.1000000
251.2.1.2006.333903001000000.1000000
258.4.1.2049.333903001000000.1360000
260.6.1.2060.333903001000000.1390200
262.3.1.2031.333903001000000.1000000
271.6.1.2060.333903001000000.1390100
275.3.1.2058.333903001000000.1000001
395.3.1.2058.333903001000000.3000001
74.4.1.2147.333903001000000.1010000
84.8.1.2085.333903001000000.1000000
86.4.1.2146.333903001000000.1010000
91.13.1.2132.333903001000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 20 de abril de 2017.

JOSE GERSON GONCALVES

MUNICÍPIO DE APIÚNA

Prefeito de Apiúna

CONTRATANTE

EMPRESA:

POSTO AGRICOPEL LTDA.

REA SILVIA MARMENTINI FERNANDES

Contratada

AVISO PP 45/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 45/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA COMERCIALIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE BEBIDAS NA 22ª TANGEFEST, QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 16, 17 E 18 DE JUNHO DE 2017, JUNTO AO CENTRO DE EVENTOS DE APIÚNA/SC, DISPONIBILIZANDO TODA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO, MÃO DE OBRA, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS OBJETOS NECESSÁRIOS, VENDA DE TÍQUETES E LIMPEZA DO LOCAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 08/05/2017 – Das 07 horas e 30 minutos às 08 horas e 30 minutos

Data/Hora da Abertura: 08/05/2017 – Após às 08 horas e 30 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 0025/2017 - V. T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 0025/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0024/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor CLAUDIO SPRICIGO, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo s/n, Centro de Arroio Trinta - SC e empresa, e a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TESTOLIN (JÁ QUALIFICADO NO CONTRATO TEMPORÁRIO 00025/2017) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo para a execução objeto do contrato emergencial nº 025/2017, por mais 30(trinta)dias, ou seja, de 1º/04/2017 a 30/04/2017, findo tal prazo, poderá ser aditivado por mais trinta dias, se necessário, até a conclusão do processo licitatório em andamento.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CONTRATANTE
CLAUDIO SPRICIGO
CPF sob nº 518.040.009-06

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 76.323.633/0001-00
CONTRATADA
VILMAR TESTOLIN
SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF Nº 027.783.989-02

TERMO ADITIVO Nº 001/2017 AO CONTRATO Nº 0025/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2017, DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 0044/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COLETA DE LIXO CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (30/04/2017)

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 - CONTRATO Nº 0008/2014 - V. T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 AO CONTRATO Nº 0008/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO E DESTINO FINAL LIXO HOSPITALAR - EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário da Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC, e a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TESTOLIN (JÁ QUALIFICADA NO CONTRATO 008/2014 e TERMOS ADITIVO 001/2015 E 002/2016) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica aditivado o prazo para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo hospitalar, objeto do contrato nº 0008/2014, por mais 30(trinta) dias ou seja, de 1º/03/2017 a 31/03/2017.

CLAUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 28 de fevereiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCISIO LIDANI

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 76.323.633/0001-00
CONTRATADA
VILMAR TESTOLIN
SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

EVERTON CAMPAGNIN
CPF Nº 715.611.619-34

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, , autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para prorrogação do prazo contratual ao contrato nº 0008/2014, celebrado com a Empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto é o coleta, transporte e tratamento de Lixo Hospitalar, até 31/03/2017.

Arroio Trinta – SC, 28 de fevereiro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

TARCISIO LIDANI
GESTOR DO FUNDO

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 AO CONTRATO Nº 0008/2014,
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014, PREGÃO PRESENCIAL
Nº0008/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COLETA DE LIXO HOSPI-
TALAR

CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (31/03/2017)

TERMO ADITIVO Nº 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0008/2014,
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº
0008/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPOR-
TE E DESTINAÇÃO FINAL - LIXO HOSPITALAR

CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (30/04/2017)

**TERMO ADITIVO Nº 0004/2017 - CONTRATO Nº
0008/2014 - V. T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0008/2014,
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE LIXO
HOSPITALAR. EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno,
devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com
sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante
considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretá-
rio da Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, por-
tador do CPF n.º613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e
domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC, e
a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada
CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TES-
TOLIN (JÁ QUALIFICADO NO CONTRATO TEMPORÁRIO 0008/2014
E TERMOS ADITIVOS) e perante as testemunhas abaixo firmadas,
pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso
II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo para a exe-
cução objeto do contrato nº 0008/2014, por mais 30(trinta)dias,
ou seja, de 1º/04/2017 a 30/04/2017, findo tal prazo, poderá ser
aditivado por mais trina dias, se necessário, até a conclusão do
processo licitatório em andamento.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato
original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Ter-
mo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de
duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 31 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ sob nº 10.479.381/0001-97
CONTRATANTE
TARCISIO LIDANI

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 76.323.633/0001-00
CONTRATADA
VILMAR TESTOLIN
SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF Nº 027.783.989-02

Ascurra

PREFEITURA

LEI Nº 1473, de 18/04/2017

LEI Nº 1473, de 18 de Abril de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O prefeito do Município de Ascurra, Senhor LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento destinado a pavimentação, urbanização de vias urbanas, drenagem pluvial e passeios públicos e à aquisição de um veículo para transporte escolar.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a pavimentação, urbanização de vias urbanas, drenagem pluvial e passeios públicos e R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais) para aquisição de um veículo para transporte escolar, totalizando o valor do empréstimo a quantia de R\$1.190.000,00 (um milhão cento e noventa mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 18 de abril de 2017.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra, 18 de abril de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 03/2017 DO CONTRATO 024/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

ADITIVO Nº 03/2017 – PMBP DE 17/04/2017

CONTRATO Nº 24/2016-PMBP DE 16/06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016-PMBP

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO, DO NOVO ACESSO AO BAIRRO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço global do lote 2.

Conforme Justificativa e solicitação constante no Memorando nº 116/2017 – Planejamento, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato em 90 (noventa) dias, passando a vigorar até 17 de julho de 2017.

Balneário Piçarras (SC), 17 de abril de 2017.

ADRIANE POHL VICENTE EIRELI - EPP

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO 03/2017 FUNSAN

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CONTRATO Nº 03/2017-FUNSAN DE 20/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017-FUNSAN

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2017

HOMOLOGADO EM 20/04/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 003/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2017-FUNSAN, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial das Ruas Rio Negrinho, Alberto Reinert, Vereador João Figueredo e Ari Tomelin, no Município de Balneário Piçarras, conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

A execução do presente contrato será mediante execução indireta, pelo regime de empreitada por Preço unitário, Licitação Tipo Menor Preço Global

O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$116.262,68 (cento e dezesseis mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), conforme Planilha de Custos, parte integrante do presente contrato. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

A Contratada terá um prazo de 90 Dias para a execução do objeto, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo ao Processo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal.

ADRIANE POHL VICENTE EIRELI - EPP

Balneário Piçarras, 20 de abril de 2017.

Aires Damião Testoni– Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

CONTRATO 04/2017 FUNSAN

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CONTRATO Nº 04/2017-FUNSAN DE 20/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017-FUNSAN

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2017

HOMOLOGADO EM 20/04/2017

URCA URBANIZADORA E CONSTRUTORA CATARINENSE EIRELI ME

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 002/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2017-FUNSAN, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial da Rua Rio Grande do Sul e Rua dos Pinus, no bairro Itacolomi, no Município de Balneário Piçarras, conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

A execução do presente contrato será mediante execução indireta, pelo regime de empreitada por Preço unitário, Licitação Tipo Menor Preço POR LOTE

O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$559.141,72 (quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), conforme Planilha de Custos, parte integrante do presente contrato. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

Contratada terá um prazo de 60 DIAS para a execução do objeto, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo ao Processo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal.

Balneário Piçarras, 20 de abril de 2017.

Aires Damião Testoni– Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

CONTRATO 08/2017 FME

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE Educação

Contrato nº 08/2017 de 06/04/2017 – FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º010/2017-FME

Dispensa de Licitação nº 004/2017-FME

Objeto: Contratação do SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA –SESI/ SC para execução de ensino médio para educação de jovens e adultos a distância no município

CONTRATADO – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI , CNPJ 03.777.341/0001-66, com sede na rua Ademar Gonzaga, nº 2765, 2º andar, km 2.7, Itacorubi, Florianópolis, SC.

VALOR – A proposta é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês, no período de 10 meses. Vigência até 31/12/2017.

Balneário Piçarras/SC, 06 de abril de 2017.

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

CONTRATOS 5 AO 13 DE 2017 - FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 005/2017-FMC

Inexigibilidade nº 004/2017-FMC

Contrato 05 ao 13/2017 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a CONTRATAÇÃO ESPETÁCULOS PARA O 6º FESTIVAL DE TEATRO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, que acontecerá no período de 19 a 23 de abril de 2017, no Centro Cultural Luiz Telles e na Praça de Todas as Idades, conforme abaixo.

236500 - SIDINEIA DE SOUZA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
8	APRESENTAÇÃO TEATRAL BRINCANDO ESCURO	NO	SERVIÇO	1	R\$2.500,00	R\$2.500,00	
Total do Fornecedor:						R\$2.500,00	
247413 - ASSOCIACAO TERAPEUTICA SITIO CAMINHO NOVO							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
4	APRESENTAÇÃO TEATRAL HOJE TEM CIRCO		SERVIÇO	1	R\$2.500,00	R\$2.500,00	
Total do Fornecedor:						R\$2.500,00	
359084 - TESPIS CIA DE TEATRO							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
2	APRESENTAÇÃO TEATRAL UM, DOIS, TRÊS, ALICE		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	
359130 - AV GRUPO TEATRAL LTDA - ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
5	APRESENTAÇÃO TEATRAL DONA BILICA NAQUELE TEMPO		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	
480967 - ASSOCIAÇÃO ERANOS - CIRCULO DE ARTE							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
6	APRESENTAÇÃO TEATRAL Mergulho Experiência Teatral para Crianças	-	SERVIÇO	1	R\$2.500,00	R\$2.500,00	
Total do Fornecedor:						R\$2.500,00	
5048486 - WILLIAN WALTER SIEVERDT ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	APRESENTAÇÃO TEATRAL O INCRÍVEL LADRÃO DE CALCINHAS		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	
5048508 - CASSIO FERNANDO CORREIA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
3	APRESENTAÇÃO TEATRAL FADAS		SERVIÇO	1	R\$2.500,00	R\$2.500,00	
Total do Fornecedor:						R\$2.500,00	
5048567 - CAMARIM ESCOLA DE ARTE LTDA -ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
7	APRESENTAÇÃO TEATRAL CENA MORTA		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	
5048737 - ENLUARATUS COMUNICAÇÃO EDITORA LTDA - ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
9	APRESENTAÇÃO TEATRAL PARA CONTAR ESTRELAS		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	
5049202 - REVERALDO JOAQUIM							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
10	APRESENTAÇÃO TEATRAL ARROZ E FEIJÃO EM: COLAPSO NO SISTEMA		SERVIÇO	1	R\$4.000,00	R\$4.000,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.000,00	

Vigência: 30/06/2017.

Balneário Piçarras/SC, 17 de abril de 2017.

Silvana Maria Rebello Pereira - Presidente Interina da Fundação Municipal de Cultura

Balneário Rincão

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 21 DE MARÇO 2017.

Institui a Gratificação de Função à Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Comissão de Apoio do Poder Legislativo e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Para fins desta lei, entende-se Comissão Permanente de Licitação, o grupo de servidores ocupantes de cargos em comissão e efetivos que, encarregados por um período de 12 meses, receber, examinar e julgar os documentos e procedimentos relativos à realização de processos de licitação, nas modalidades previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitação será instituída mediante Decreto, que indicará o nome do presidente, secretário e dos membros titulares e suplentes.

Art. 3º. Os membros titulares serão em número de 03 (três), dos quais, pelo menos 02 (dois) deverão ser servidores detentores de cargo provimento efetivo pertencente ao Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

§ 1º Na licitação é vedada à participação direta ou indireta de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela Licitação, conforme art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º. Fica instituída uma gratificação mensal por servidor componente da Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregão da Câmara de Vereadores de Balneário Rincão, nos seguintes termos:

I - Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeiro: R\$ 300,00 (trezentos reais);

II – Secretário, Membros e suplentes da Comissão de Licitação e equipe de apoio ao pregão: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

§ 1º. A assessoria jurídica deverá acompanhar as aberturas de todos os processos licitatórios, para tal fará jus à gratificação no valor do Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeiro.

§ 2º. A gratificação de que trata a presente Lei visa recompensar o exercício do trabalho extraordinário desempenhado pelo servidor, em conjunto com as atribuições inerentes ao seu emprego, devendo ser paga aos seus componentes somente quando houver naquele mês abertura de processo licitatório, seja em quaisquer modalidades.

§3º. O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral, anual, dos servidores d Poder Executivo.

Art. 6º. Não terá direito a percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o membro titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, como férias, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde e outros, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula à sua efetiva participação na comissão de licitação.

§ 1º. Esta gratificação não terá incidência na remuneração de férias, atestado, 13º salário e 1/3 das férias.

Art. 7º. A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, nem tampouco incidirá nenhuma contribuição previdenciária, tendo caráter indenizatório.

Art. 8º. Havendo decreto designando os membros das comissões e de pregoeiro, previstas nesta lei, estes poderão se beneficiar das gratificações estabelecidas no artigo 4º.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 17 de abril de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças designado

ATA 007/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2017

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 20/04/2017		Válido até: 20/04/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIA					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ESGOTAMENTO FOSSAS	UN	SULIMPA DESENTUPIDORA E TRANSPORTE LTDA EPP (1426)		0	447,0000	1
2	DESENTUPIMENTO.		MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	447,5000	2
3	LIMPEZA DA CAIXA DE GORDURA	UN	SULIMPA DESENTUPIDORA E TRANSPORTE LTDA EPP (1426)		0	300,0000	1
4	DEDETIZAÇÃO		MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	360,0000	2
5	DESRATIZAÇÃO	UN	SULIMPA DESENTUPIDORA E TRANSPORTE LTDA EPP (1426)		0	320,0000	1
6	LIMPEZA DA CAIXA D'ÁGUA		MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	360,0000	2
7		UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	828,5400	1
8		UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	377,1400	1
9		UN	SULIMPA DESENTUPIDORA E TRANSPORTE LTDA EPP (1426)		0	348,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 20/04/2017		Válido até: 20/04/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DETEITIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIA					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP		0	349,0000	2

MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 20/04/2017		Válido até: 20/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DEDTIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2017

PROCESSO Nº 23/2017

- (1165) - MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP
- (1426) - SULIMPA DESENTUPIDORA E TRANSPORTE LTDA EPP

Balneário Rincão, 20 de Abril de 2017.

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº46/2017

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a contratação de Frete partindo da cidade de Barra Bonita/SC, passando pelo centro da cidade de São Miguel do Oeste/SC até Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina, com retorno, totalizando 62.400 KM, veículo com capacidade mínima 28 passageiros sentados e no mínimo ter ano de fabricação 2002 e que atenda todas as legislações vigentes. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 05 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 20 de abril de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117, DE 20 DE ABRIL DE 2017. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 117, de 20 de abril de 2017.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 4,5 (quatro e meia) diárias ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 607,50 (seiscentos e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº018/2017 e Roteiro de Viagem nº10/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº19/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de abril de 2017.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO 005/041/2012 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2017/007

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

Licitação: Proc. Administrativo 038/2017 - INEX 005/2017

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT, que desde já integra este Instrumento

Valor do Contrato: 29.961,08 (vinte e nove mil novecentos e sessenta e um reais e oito centavos)

Data da assinatura: 24/04/2017

Data do vencimento: 31/12/2017

Barra Velha, 24 de abril de 2017

LUIZ ADEMIR HESSMANN –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

EDITAL CMDCA Nº 001/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC –CMDCA

Rua: Manoel José da Rosa, Nº 205 – Bairro São Cristóvão – Barra Velha/SC – 88390-000,

Fone: (47)3456 2812

E-mail: cmdca@barravelha.sc.gov.br

EDITAL CMDCA Nº 001/2017

DISPÕE SOBRE CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO

DE PROJETOS SOCIAIS PARA O ATENDIMENTO

DIRETO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ATRAVÉS

DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA

E ADOLESCÊNCIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas, COMUNICA aos responsáveis das Entidades regularmente constituídas, no Município de Barra Velha, registradas e com atestado de funcionamento e que desenvolvam atividades de promoção, defesa e/ou garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que está aberto o processo de inscrição, avaliação e seleção de projetos para financiamento através do Fundo da Infância e da Adolescência, conforme normas constantes na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela LEI Nº 1205, DE 08 DE AGOSTO DE 2012, que instituiu o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, como também pela Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

1. DO OBJETIVO

1.1.O objetivo deste Edital é convocar as Entidades, do Município de Barra Velha, que atuem na linha de prevenção e atendimento direto à criança e ao adolescente, em situação de risco pessoal e social, a apresentarem Projetos Sociais, pleiteando financiamento por parte dos valores que se encontram no Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

1.2.A Chamada Pública para seleção de projetos será regida por este Edital, seus anexos e eventuais retificações, caso venham a existir, sendo realizado sob inteira responsabilidade, organização e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha – CMDCA.

1.3. Os Projetos deverão atender:

- Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistema de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Ações de fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa desses direitos.

1. DO OBJETO



2.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção e aprovação de Projetos Sociais que serão desenvolvidos por Entidades Governamentais e Não-Governamentais.

2.2. Os Projetos Sociais devem prever o prazo de execução para o período de 06 a 12 (doze) meses.

2.3. Para os fins deste Edital, fica estabelecida a seguinte definição de Projeto Social:

“Projeto Social: é um empreendimento temporário, elaborado a partir de um problema social detectado, planejado e executado por meio de ações compartilhadas, coordenadas e gerenciadas com o objetivo de promover transformações na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.”

2.4. Os Projetos Sociais aprovados e selecionados serão eleitos para comporem o Plano de Ação e Metas do CMDCA, de acordo com a ordem de classificação dos mesmos, conforme os critérios determinados no Item 6 deste Edital.

2.5. Os Projetos contemplados terão apoio financeiro do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência, no valor parcial, caso haja contrapartida da Entidade ou doações sociais, ou total do valor orçado no Projeto, num limite de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), liberados em 03 (três) parcelas de igual valor.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição será feita por meio de OFÍCIO, o qual deverá ser direcionado ao CMDCA, contendo o número do presente Edital e protocolado em duas vias idênticas, mais uma cópia em meio digital.

3.2. A inscrição do projeto deverá ser realizada na Sede do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, junto ao Conselho Tutelar de Barra Velha, na Rua Manoel José da Rosa, Nº 205 – Bairro São Cristóvão – Barra Velha/SC – 88390-000 Fone: (47-3456 2812), E-mail: cmdca@barravelha.sc.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

4. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA HABILITAÇÃO

4.1. As Entidades deverão estar devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Barra Velha – CMDCA.

4.2. Poderão participar da presente seleção, Entidades beneficentes sem fins lucrativos, Órgãos Governamentais, ONGs ou OSCIPs, com sede no Município de Barra Velha, que apresentarem Projeto Social e a documentação conforme orientação expressa nos Anexos, deste Edital.

4.3. NÃO poderão concorrer as Entidades que, anteriormente, receberam recurso do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) e que não prestaram conta do mesmo ou que tiveram a prestação de contas rejeitada.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A Entidade proponente deverá apresentar seu projeto e documentação de acordo com as indicações dos Anexos I e II, seguindo as orientações dos demais Anexos deste Edital.

5.2. A verba a ser deliberada deverá atender aos seguintes fins:

- a. Sócioeducacionais para a garantia dos direitos e defesa da criança e do adolescente;
- b. Fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

5.3. Os projetos apresentados serão habilitados ou não, através da Análise e Parecer da Comissão de Projetos e, posteriormente, da aprovação ou não, em plenário do CMDCA.

5.4. Os projetos não habilitados serão devolvidos à Entidade proponente.

5.5. A Entidade poderá apresentar até 03 (três) projetos que atendam à finalidade expressa neste Edital e de acordo com as orientações constantes no Anexo I.

5.4.1. A Entidade deverá formalizar a solicitação conforme orienta o Item 3, deste Edital.

5.4.2. A apresentação do Projeto deverá seguir as Orientações do ANEXO I;

5.4.3. A apresentação da Documentação, constante do ANEXO II, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da Comunicação Oficial do CMDCA que informa sobre a aprovação do Projeto.

5.4.5. A inscrição implicará na ciência e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, das quais as instituições não poderão alegar desconhecimento, sob nenhuma hipótese.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1.1. Os Projetos Sociais serão analisados pela Comissão de Projetos, levando em consideração os seguintes critérios, bem como os já

citados, anteriormente, neste edital:

- a. Excelência e relevância do projeto: Entende-se como relevante um projeto que possa ser reconhecido e tomado como modelo, por seu conceito, conteúdo e probabilidade de alcance de resultados, por seu conjunto de atributos técnicos, por sua capacidade de preencher lacunas ou suprir carência constatada, com justa causa, conveniência e oportunidade;
- b. Adequação da proposta orçamentária: Entende-se como adequada a proposta orçamentária que especifique todos os itens de despesa do projeto, de forma detalhada e compatível com preços de mercado, apresentando, se for o caso e/ou por solicitação da Comissão de Projetos do CMDCA, 03 (três) orçamentos que justifique os valores;
- c. Viabilidade de execução do projeto: Entende-se, como viável, um projeto que seja exequível de acordo com a planilha financeira apresentada.

6.1.2.O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA decidirá acerca do mérito dos projetos sociais concorrentes, após o Parecer da Comissão de Projetos do CMDCA, tendo sua decisão fundamentada e registrada em Ata acerca da seleção dos mesmos.

6.1.3. O resultado da seleção e classificação dos Projetos validados pelo CMDCA será publicado através de Comunicação Oficial aos Representantes das Entidades Proponentes, bem como no local de divulgação dos Atos Públicos da Prefeitura de Barra Velha e em jornal de circulação local.

6.1.4. A Entidade que tiver seus Projetos Sociais contemplados será, oportunamente, convidada a firmar Termo de Convênio.

6.1.5. A Entidade proponente que tiver o financiamento de seu Projeto aprovado, depois de comunicada, terá 10 (dez) dias úteis para protocolar, no CMDCA, a Documentação orientada no ANEXO II, deste Edital, bem como comprovar a abertura de conta bancária específica para subvenção social, para movimentação dos valores repassados pelo FIA e prestação de contas.

6.1.6. As Entidades que não tiveram seus projetos selecionados poderão recorrer no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da Comunicação Oficial.

6.1.7. Os recursos deverão ser protocolados no CMDCA, que convocará reunião extraordinária da Comissão de Projetos para apresentar nova análise, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. Será investido, através deste EDITAL, o valor máximo de R\$408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), divididos para os projetos aprovados e selecionados, no repasse máximo de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) por projeto.

7.2. Os projetos aprovados, mas não selecionados, ficarão no Banco de Projetos do CMDCA à disposição da comunidade para possíveis financiamentos.

7.3. Os recursos serão repassados, em 03 (três) parcelas, às Entidades cujos projetos foram aprovados, conforme cronograma e prestação de contas do projeto.

7.4. Se, no decorrer da execução do projeto, houver evasão de 50% ou mais do público atendido, o projeto será cancelado sem mais repasses financeiros pelo FIA.

7.5. O eventual cancelamento no financiamento do projeto será deliberado, pelo CMDCA, com a participação dos Representantes da Entidade executora do projeto.

7.6. Os valores repassados não gastos, na execução do projeto, deverão ser devolvidos ao FIA, após o término do mesmo.

7.7. Os recursos repassados pelo FIA não podem ser gastos em bens duráveis que venham a se tornar propriedade de entidade ou de particulares, tais como: construções, reformas, compra de carro, móveis e outros, mesmo que sua finalidade seja para o atendimento direto à criança e ao adolescente.

8. DO TERMO DE CONVÊNIO

8.1. As Entidades contempladas serão notificadas para assinatura do Termo de Convênio e deverão apresentar a documentação atualizada, conforme ANEXO II, deste Edital.

8.2. O recurso financeiro destinado à execução do Projeto deverá ser utilizado, EXCLUSIVAMENTE, nas despesas previstas no cronograma físico-financeiro.

8.3. A Entidade deverá executar e concluir o seu Projeto Social, no prazo máximo de 12 (dozes) meses, a partir da data da liberação dos recursos, ficando atenta à validade de prazo do Termo de Convênio, para eventual solicitação de prorrogação, se for o caso.

8.4. Caso haja a necessidade de prorrogação de prazo, a Entidade deverá solicitar, por escrito, ao CMDCA, até 30 dias antes do término estabelecido no Termo de Convênio.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A prestação de contas de cada parcela deverá ser apresentada, ao CMDCA, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da liberação dos recursos.

9.2. Após o término do projeto deverá ser apresentada a prestação final das contas e relatório final, ao Plenário do CMDCA.

9.3. Os gastos e as prestações de contas devem seguir a planilha financeira ou plano de aplicação apresentado no projeto.

9.4. É proibido computar, nas prestações de contas, as despesas com taxas bancárias.

9.5. Os pagamentos das despesas do projeto devem ser justificados com entrega de notas fiscais. Os colaboradores pessoas físicas devem entregar nota fiscal avulsa de prestação de serviços, contendo o número de horas trabalhadas.

9.6. Não serão aceitos, na prestação de contas, recibos simples de prestação de serviços de pessoas físicas, exceto os recibos de prestação de serviços de entidades que não possuem nota fiscal conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA NTC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado.

9.7. A prestação de contas que apresentar inconformidade será devolvida ao proponente para as devidas correções.

9.8. A prestação de contas deve ter a seguinte sequência;

- a. Ofício de encaminhamento da prestação de contas;
- b. Ficha cadastral de entidade;
- c. Balancete: declaração de aplicação dos recursos;
- d. Notas fiscais;
- e. Cópia dos cheques emitidos;
- f. Extratos bancários;
- g. Declaração de depósitos em conta e comprovantes de depósitos;
- h. Informações complementares e/ou justificativas;
- i. Relatório descritivo do projeto e aplicação dos recursos;
- j. Fotos relativas ao andamento do projeto.

9.9. Todas as páginas da prestação de contas deverão ser numeradas em ordem crescente e rubricadas pelo Presidente da Entidade e pelo Coordenador do Projeto.

10. DA FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

10.1. A Comissão de Avaliação de Projetos, instituída pelo CMDCA, deverá fiscalizar os projetos, em todos os seus aspectos, através de visitas de inspeção às instalações onde se desenvolvem as atividades e formulará os devidos relatórios que serão apresentados ao Plenário do CMDCA.

10.2. A Entidade deverá utilizar a placa modelo fornecida pelo CMDCA, indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA;

10.3. A Entidade deverá incluir a logomarca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do Projeto.

11. DOCANCELAMENTO DE REPASSE

11.1. O CMDCA pode cancelar os repasses dos recursos do FIA, em ato deliberativo do Conselho, seguindo os Pareceres das Comissões constituídas pelo CMDCA, se forem comprovadas falhas ou vícios que impeçam a continuidade do projeto, tais como:

- a. Evasão do público alvo, conforme o item 7.4, deste Edital;
- b. Não comparecimento de colaboradores nos horários contratados;
- c. Prestação de contas incorreta;
- d. Descumprimento do plano de ação/aplicação do projeto;
- e. Desvio de materiais e ou recursos do projeto para outras finalidades.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A documentação dos proponentes inabilitados, se não for retirada no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de divulgação do resultado final, será inutilizada pelo CMDCA, mediante notificação protocolada.

12.2. Os casos omissos, deste Edital, serão decididos pelo CMDCA e manifestados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.3. Ao CMDCA fica reservado o direito de prorrogar, revogar, retificar ou anular este Edital, havendo motivos ou justificativas para tais procedimentos devidamente deliberados pelos Conselheiros.

12.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra Velha, do Estado de Santa Catarina para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

12.5. Fica revogado o Edital CMDCA Nº 03/2016, de 14 de novembro de 2016.

12.6. Publique-se no Mural da Prefeitura Municipal de Barra Velha e no endereço eletrônico www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 19 de abril de 2017.

Marilise Klaus Einsfeldt
Presidente do CMDCA

ANEXO I

ORIENTAÇÕES PARA REDAÇÃO DO PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

0.1 . Dados de identificação do proponente:

- a. Proponente (Entidade Gestora do Projeto) informar nome, CNPJ, endereço, telefone, e-mail da Entidade;
- b. Breve Histórico da Entidade contendo data de fundação;
- c. Descrição da Missão da Entidade.

1.2. Dados de 02 (dois) Responsáveis pela Entidade: informar nome, função, cargo, CPF, RG, e-mail, telefone e endereço.

1.3. Dados do Responsável pela elaboração do Projeto: informar nome, CPF, RG, função, cargo, e-mail, telefone e endereço.

1.4. Dados do Coordenador do Projeto: informar nome, CPF, RG, e-mail, telefone e endereço.

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO.

- a. Nome completo do Projeto;
- b. Justificativa do Projeto;
- c. Diagnóstico da realidade da região a ser abrangida pelo projeto, citando demandas justificadas por dados específicos que levaram à elaboração do Projeto;
- d. Público alvo: esclarecer sobre a população que será diretamente beneficiada pelo Projeto (quantidade e caracterização das crianças/adolescentes e/ou famílias a serem atendidas);
- e. Objetivo do Projeto: quais resultados pretende-se chegar e qual o impacto que o Projeto pode causar na realidade local;
- f. Área de abrangência: indicar o espaço de abrangência do Projeto;
- g. Período de execução do Projeto: determinar o início/término previstos;
- h. Parcerias: os Projetos poderão contar com a contrapartida da Entidade proponente e de outros possíveis colaboradores (informar dados das entidades ou particulares parceiros do projeto e qual sua colaboração, pode constar ajuda financeira, cessão de espaço físico, serviços voluntários, água, luz, livros e outros);
- i. Indicadores de avaliação do Projeto: informar quais indicadores serão mensurados, periodicamente, para avaliar se o Projeto está alcançando seus objetivos específicos e se tem condições de alcançar o objetivo geral.
- j. Avaliação do Projeto: informar datas das avaliações periódicas e da avaliação final e como serão usados os indicadores para medir o alcance dos objetivos e a data para entrega do Relatório de Avaliação, ao CMDCA;
- k. Apresentar 03 (três) orçamentos de acordo com os itens a serem adquiridos e/ou prestadores de serviços, em papel timbrado/carimbo da empresa, conforme determina o item 6.1.1 b, deste Edital.
- l. O prestador de serviço (pessoa física), em se tratando do item anterior, deverá emitir o RG, CPF, endereço completo e telefone.

3- APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO/APLICAÇÃO

- a. Valor solicitado ao FIA para custear projetos (por extenso);
- b. Valor eventual contrapartida (especificar somente valores);
- c. Valor total do projeto;
- d. Apresentar plano de ação/aplicação para o total de recursos financeiros.

4. METODOLOGIA: indicar, passo a passo, a metodologia a ser aplicada para que o projeto possa atingir os objetivos;

5. CRONOLOGIA: Data de início e previsão de término do projeto, (informar atividades propostas, com tempo definido, datas e horários)

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS: A prestação de contas deve seguir a planilha financeira ou plano de aplicação, apresentados no projeto. Os pagamentos relativos aos valores recebidos do FIA ao projeto devem ser justificados com entrega de notas fiscais. Esses documentos devem ser entregues, ao CMDCA, no término do projeto e devem estar à disposição do Conselho sempre que forem solicitados. A Entidade deve entregar a prestação de contas, na forma original e mais duas cópias.

7. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO: Após o término do projeto, no prazo de 30 dias, a entidade deve entregar, ao CMDCA, o Relatório completo, em duas vias e fazer apresentação em plenário, em data e horário pré-determinados.

ANEXO II

DOCUMENTOS A SEREM PROTOCOLADOS NO CMDCA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, CONFORME ITEM 6.1.5, DESTE EDITAL:

1. Ofício de entrega da documentação

2. Declaração de responsabilidade e compromisso dos responsáveis pelo projeto;
3. CNPJ da entidade – Impresso (internet) www.receita.fazenda.gov.br
4. Cópia do documento comprobatório de posse do local de funcionamento da entidade;
5. Cópia do certificado de funcionamento da entidade emitido pela Secretaria de Assistência Social do Município de Barra Velha;
6. Cópia do Estatuto Social de Entidade registrada em cartório;
7. Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal ou Certidão da Câmara de Vereadores que reconheça a utilidade pública;
8. Cópia autenticada da ATA de Posse da atual Diretoria da Entidade
9. Cópia do RG e CPF do Presidente e do Responsável pelo Projeto da Entidade;
10. Comprovante de residência do Presidente e do Responsável pelo Projeto da Entidade;
11. Certificado Atualizado de Regularidade do FGTS (Certidão Negativa de Débitos) – www.caixa.gov.br;
12. Certidão Atualizada de Débito do INSS (Certidão Negativa de Débitos) – www.receita.fazenda.gov.br;
13. Certidão atualizada Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Certidão Negativa de Débitos) – www.receita.fazenda.gov.br;
14. Certidão Negativa de Débitos Atualizada de Débitos Estaduais – www.sef.sc.gov.br;
15. Certidão Negativa Atualizada de Débitos Municipais;
16. Comprovante de Abertura de Conta Bancária específica para o convênio.

ANEXO III

CHEK LIST DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CHEK LIST DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE PROJETOS SOCIAIS, EM BENEFÍCIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ENCAMINHADOS AO CMDCA				
Item	DOCUMENTOS DESCRITIVOS	SIM	NÃO	OBS
1	Ofício do encaminhamento da prestação de contas, mencionando qual a parcela do recurso			
2	Ficha Cadastral da Entidade – Anexo V			
3	Balancete – Anexo VI			
4	Declaração de aplicação dos recursos – Anexo VII			
5	Notas Fiscais descrição dos produtos conforme o projeto			
6	Nota Fiscal Avulsa			
7	Termo/Carimbo de Recebimento no verso das notas			
8	Cópias de cheque em sequência da nota			
9	Cheque emitido em data igual à data da nota			
10	Cheque emitido em data anterior à data da nota fiscal, com justificativa			
11	Cheque emitido em data posterior à data da nota fiscal com justificativa			
12	Extratos bancários			
13	Declaração de depósito em Conta do FIA e comprovante de depósito – Anexo VIII			
14	Declaração de depósito em Conta Convênio e comprovante de depósito – Anexo VII			
15	Informações complementares e/ou justificativas			
16	Relatório descritivo do projeto e aplicação dos recursos			
17	Fotos relativas às etapas do projeto			
18	Prestação de Contas entregue dentro do prazo.			
19	Prestação de Contas na ordem sequencial com as páginas numeradas e rubricadas			

ANEXO IV

ORIENTAÇÕES PARA UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS CORRETA	
ITEM	DOCUMENTOS DESCRITIVOS
1	A Prestação de Contas deverá vir acompanhada de um Ofício, ao CMDCA, devidamente numerado, identificando o encaminhamento e assinado pelo Representante Legal da Entidade.
2	A Ficha Cadastral da Entidade deve conter os dados solicitados conforme Anexo V.
3	O Balancete (Receitas e Despesas) deve ser preenchido de acordo com o Plano de Ação – Anexo VI.

1 e 2	As notas fiscais não deverão ter rasuras nem escrita/cores de tinta diferentes.
3	A nota fiscal deve ter a descrição dos produtos conforme o que consta no projeto.
4	A nota fiscal ou comprovante de despesas deverá constar no verso o termode recebimento, datado e assinado pelo responsável.
5	O pagamento deverá ser feito com cheques e cópia do mesmo deveráacompanhar a nota fiscal.
6	Os cheques deverão ser emitidos com data igual ou posterior à data na nota fiscal ou recibo.
7	Cheque emitido em data anterior ao da nota fiscal não será permitido, salvo em casos justificáveis.
8	Recibo simples não será aceito na Prestação de Contas quando do pagamento de serviços, deverá ser emitido uma Nota Fiscal avulsa junto a Prefeitura Municipal. O recibo só será aceito no caso da Entidade não possuir nota fiscal, conforme orienta o item 9.6, deste Edital, jamais para pessoa física.
1	Os extratos bancários deverão acompanhar a Prestação de Contas, sendo que o saldo deverá estar zerado.
2	Em caso de sobra de recursos, a Prestação de Contas deverá ter declaração e comprovante do depósito do referido saldo.
3	As taxas bancárias não fazem parte das despesas. Em caso de descontos, a Entidade deverá recolher estes valores na conta movimento para completar o valor do projeto e incluir, na Prestação de Contas, o Comprovante do Depósito.
1	Deverão acompanhar a Prestação de Contas Informações Complementares pertinentes e/ou relevantes sobre a execução do projeto e/ou da aplicação do recurso financeiro bem como as justificativas que se fizerem necessárias para esclarecimento das ações.
2 e 3	No encerramento do projeto deverá ser elaborado um Relatório descritivo de todas as atividades realizadas, acompanhada de fotos, depoimentos ou outra forma relevante de demonstração das ações realizadas.
4	A Prestações de Contas deverá ser entregue em tempo hábil, ou seja, em até 60 (sessenta dias) após a liberação da parcela de recursos.
5	Todas as folhas da Prestação de Contas deverão ser numeradas, em ordem crescente e rubricadas, na parte inferior, pelo Responsável da Entidade e pelo Coordenador do Projeto.
OBS.:	*A Prestação de Contas deverá ser montada na ordem do Check List.
	*Prestação de Contas com alguma não conformidade será devolvida pela Comissão de Finanças, para que a Entidade a regularize.
	*A Entidade deve solicitar aProrrogação de Prazo, com 30 dias antes do vencimento expresso no Contrato de Convênio.

ANEXO V

FICHA CADASTRAL

Entidade: (nome da entidade)

CNPJ:

Endereço:

Município: Barra Velha – SC

CEP: 88.390-000

Telefone:

Presidente:

CPF:

Telefone da Presidente:

Coordenador do Projeto:

CPF:

Telefone do Coordenador:

**ANEXO VI
BALANCETE**

		MÊS E ANO	ANEXO AO TC 28
Unidade Concedente: Prefeitura de Barra Velha			
Ordenador de Despesas: Claudemir Matias Francisco			
Entidade Beneficiada:			
Endereço:		Cep: 88.390-000	
Responsável:		CPF:	
Nota de Empenho nº:	Data:	Valor R\$:	
Projeto Atividade:		Item/Fonte:	
Ordem de Pagamento:	Data:	Valor R\$:	

Histórico Fiel da Finalidade: Repasse a ser utilizado para manutenção das atividades da Associação.

DOCUMENTO

Numero	Data	Histórico	Recebimento	Pagamentos
	Data do deposito	Deposito	10.000,00	
Nº da nota fiscal		Numero do cheque emitido		Valor cheque
		TOTAL:	10.000,00	Soma dos cheques

Barra Velha, ____ de ____ de ____

(nome da Presidente)

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS**

..... (nome da Entidade), inscrita no CNPJ/, com endereço na Rua nº, Bairro, neste Município, por seu Representante, no uso de suas atribuições legais de Presidente da Entidade, DECLARA, para os devidos fins de direito e para fins de composição da Prestação de Contas, que o recurso recebido através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, destinado ao Projeto, no valor de R\$ (valor por extenso), referente à parcela, foi devidamente empregado para os fins concedidos, atendendo ao Plano de Trabalho e aos objetivos propostos no Projeto, cujos documentos de despesas, anexo, estão legíveis e devidamente assinados. Nada mais a declarar, firma-se a presente declaração.

.....
Presidente

**ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DEPÓSITO EM CONTA DO FIA**

..... (nome da Entidade), CNPJ, por seu representante legal, no uso de suas atribuições de Presidente, DECLARA que o valor depositado na Conta Nº Agência Banco, no valor de R\$(valor por extenso), em/ /....., conforme o Comprovante do Depósito, refere-se ao recurso recebido e não utilizado por esta Entidade, cuja justificativa se encontra na Informações Complementares, anexa nesta Prestação de Contas.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Barra Velha,/ /.....

.....
Presidente

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO DEPÓSITO EM CONTA CONVÊNIO**

..... (nome da Associação), CNPJ, por seu representante legal, no uso de suas atribuições de Presidente, vem declarar, para fins desta Prestação de Contas, no intuito de esclarecer, que o valor depositado na Conta Convênio: R\$(valor por extenso), em/ /....., refere-se às taxas cobradas pela Instituição Bancária, sendo de responsabilidade da Entidade a quitação dos valores.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Barra Velha,/ /.....

.....
Presidente

PORTARIA Nº 1190, 20 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 1190, 20 DE ABRIL DE 2017

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ANTONIO JOÃO PATRÍCIO para o cargo efetivo de Motorista de Ônibus, Nível I - 1, do Anexo VI da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 20 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

PP 007/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 010/2017 - Pregão Presencial nº 007/2017 - FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para Aquisição de equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Centro e de Itajuba de acordo com a proposta 01877528000/1160-01 RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR 25700001. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/05/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 09/05/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 24 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 008/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 011/2017 - Pregão Presencial nº 008/2017 - FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento

dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para Aquisição de material permanente para as Unidades Básicas de Saúde do Centro, Pedras Brancas, São Cristóvão, Sertãozinho e de Itajuba de acordo com a proposta 01877528000114003. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/05/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/05/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 24 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 026/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 039/2017 - Pregão Presencial nº 026/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de jalecos para os professores da rede municipal de ensino do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 011/05/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 11/05/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 24 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 027/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 040/2017 - Pregão Presencial nº 027/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de equipamento de topografia para secretaria de planejamento do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 11/05/2017 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 11/05/2017 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 24 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIA 479/2017

PORTARIA Nº. 479/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, reSOLVE: Art. 1º. Conceder a TEREZINHA DE FÁTIMA DOS SANTOS, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Provisamento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação no Núcleo Escolar Municipal João Batista Pontarolo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 05/04/2017, de acordo com atestado médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 18 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 480/2017

PORTARIA Nº. 480/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, reSOLVE: Art. 1º. Conceder a LUCIANE DEMBINSKI, investida no cargo de Professora do Quadro de Provisamento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação no Centro de Educação Infantil Professor Delfino Corrêa da Maia, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 10/04/2017, de acordo com atestado médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 18 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 481/2017

PORTARIA Nº. 481/2017 DE 19 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, reSOLVE: Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora MARGARIDA APARECIDA DA ROCHA MIRANDA, investida no cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 10/01/2016 à 09/01/2017 a partir de 18/04/2017 à 02/05/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 18 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em 19 de abril de 2017

DAIANE DE SOUZA GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PORTARIA 482/2017

PORTARIA nº. 482/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, reSOLVE: Art. 1º. Revogar a Portaria nº 258-A/2016 de 23 de setembro de 2016 que ampliava a Carga Horária do Servidor Marcelo Martins de Carvalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais na Escola Municipal Paulo Schiessl e no Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 20 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Educação, em 20 de abril de 2017

MARIA CRISTINA SCHIESSL GELINSKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017**

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017 – MULTIENTIDADE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 20/04/2017

CONTRATADO: S & W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA MUNICIPAL PARA
O EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 145.000,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL REAIS).

Bela Vista do Toldo, (SC) 20 de Abril de 2.017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017 – MULTIENTIDADE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 20/04/2017

CONTRATADO: VERITA VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA MUNICIPAL PARA
O EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 103.000,00 (CENTO E TRÊS MIL REAIS).

Bela Vista do Toldo, (SC) 20 de Abril de 2.017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017 – MULTIENTIDADE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 20/04/2017

CONTRATADO: OK DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA MUNICIPAL PARA
O EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS).

Bela Vista do Toldo, (SC) 20 de Abril de 2.017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017
PREGÃO PRESENCIAL nº 82/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.
EMPRESA FORNECEDORA: IVETE DADAM ME
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Benedito Novo (SC), 16 de janeiro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 51/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, EM JORNAL DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL.

EMPRESA FORNECEDORA: EDITORA JORNAL DO MEDIO VALE
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 08/07/2016 a 08/07/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 08/07/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012.

EMPRESA FORNECEDORA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 42.126,00 (quarenta e dois mil e cento e vinte e seis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 08/07/2016 a 08/07/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 08/07/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 40/2017

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 20/04/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2017
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 40/2017
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 40/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram à sessão as empresas FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA e GIOVANI BRUNO GIRARDI ME. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: VENESIO HORNBURG, MAICO GODOFREDO BLAESE MANSILLA e GIOVANI BRUNO GIRARDI. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. A licitante FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Estando as propostas de acordo todas foram consideradas classificadas conforme relatório classificatório das propostas em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances

em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitantes classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, a licitante melhor colocada está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame à empresa vencedora. O Pregoeiro solicitou a licitante vencedora que apresente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a Proposta de Preços readequada de acordo com o valor global alcançado pela mesma no certame. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PAS- QUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
---	-------------------------------------	---

LICITANTES PRESENTES:

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA

GIOVANI BRUNO GIRARDI ME

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO PP Nº 15/2017 - REGISTRO DE PREÇO - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO

Comunicamos às empresas participantes do PP 15/2017-FMS, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA POLICLÍNICA CENTRAL E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO).

Em atenção à falta de informação de apresentação da proposta, referente ao máximo de casas decimais permitidas para cotação de preço e texto que deve ser desconsiderado no item nº 6.1 letra c, altera-se o edital de licitação:

Onde lê se no Preâmbulo do edital:

c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca ou modelo do produto cotado (se houver), inclusive a procedência e o código alfandegário, quando se tratar de produto importado, em conformidade com as especificações do Folheto Descritivo – Anexo nº 01 deste Edital;

Leia se no Preâmbulo do edital:

c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca ou modelo do produto cotado (se houver), quando se tratar de produto importado indicar a procedência, conforme especificações do Anexo nº 01.

E inclui-se no edital de licitação a letra g no item 6.1:

g) As propostas deverão ser apresentadas com, no máximo 04 (quatro) casas decimais após a vírgula.

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

..... Mirella da Conceição
Pregoeira

DECRETO Nº 069/2017

DECRETO Nº 069/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

12. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1201.22.661.0007.2072	Manutenção da Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica	3.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	3.000,00

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	50.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	50.000,00

25. SECRETARIA DA RECEITA

2501.04.123.0002.2096	Manutenção da Secretaria da Receita	39.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	39.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	39.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escritúria

DECRETO Nº 251/2016

DECRETO Nº 251/2016 DE: 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), PARA O MANDATO 2017/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007;

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do FUNDEB, para o mandato 2017/2018, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Ana Carolina Silva da Silva

Suplente: Márcia Marçal

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Alexandre Martins

Suplente: Leandro de Souza Cunha

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: Marcelo Chitolina

Suplente: Caroline Feix

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Ana Cristina Espíndola

Suplente: Kátia Milene Wiese Peres

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Janayna Vieira

Suplente: Marizete Maria Peres Nienkotter

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: Gislaine Amaral

Suplente: Adriana Jones Parrizon

Titular: Reginaldo Fogaça

Suplente: Gabriela Campos

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Eduardo Reis

Suplente: Noel da Silva

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SECUNDARISTA

Titular: Roberto Jesus dos Santos

Suplente: Rafael Ricardo de Sá

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Tatiane Forti de Araújo

Suplente: Carol Ramos

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL

Titular: Saulo Cesar Galliani

Suplente: Leda Regina Locks

Art.2º Este decreto entrara em vigor a partir de 30 de novembro de 2016, ficando revogado o Decreto 245/2014.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

LEI Nº 3722/2017

LEI Nº 3722/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o reforço de crédito adicional especial na Lei Orçamentária de 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar em R\$ 1.017.000,00 (Um milhão e dezessete mil reais) o crédito adicional especial aprovado pela Lei Municipal nº 3.710/2016 a fim de adequar a Lei Orçamentária Anual de 2017 à reforma administrativa aprovada pela Lei Complementar Municipal nº 110, de 30 de dezembro de 2016, utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações fixadas na referida lei, conforme abaixo indicado:

CRÉDITO ESPECIAL A SER REFORÇADO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBANO E TRANSPORTE	1.017.000,00
01	Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	1.017.000,00
15	URBANISMO	1.017.000,00
451	Infraestrutura Urbana	1.017.000,00
0009	Revitalizando a Cidade de Biguaçu	1.017.000,00
1056	Pavimentação de Ruas	1.017.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.017.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.017.000,00

DOTAÇÃO A SER ANULADA

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
08	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	1.017.000,00
01	Secretaria de obras e Infraestrutura	1.017.000,00
15	URBANISMO	1.017.000,00
451	Infraestrutura Urbana	1.017.000,00
0009	Revitalizando a Cidade de Biguaçu	1.017.000,00
1045	Pavimentação de Ruas	1.017.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.017.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.017.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3722/2017, de 20/04/2017

Sancionada em 20/04/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 06/2017

PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 06/2017

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SESSÃO DO DIA 27/04/2017 COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 3989/2013

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO; Nº 64, 65, 67, e 68/2013, 119/2012

AUTO DE INFRAÇÃO: 377

RECORRENTE: MAIS DIL LOCAÇÕES

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: DIEGO CRISTOFOLINI

ANDERSON OPUSZKA SOARES

SECRETÁRIO-GERAL

PORTARIA Nº 1640/2017

PORTARIA nº 1640 de 19 de abril de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LEONARDO SIMOES DA SILVEIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE – CC5, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1641/2017

PORTARIA nº 1641 de 19 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LEONARDO SIMÕES DA SILVEIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE PEDAGÓGICO, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação a contar de 19/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1642/2017

PORTARIA nº 1642 de 19 de abril de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LAIS APARECIDA CORREA RODRIGUES, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR TÉCNICO DE OBRAS – CC5, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1643/2017

PORTARIA nº 1643 de 19 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LAIS APARECIDA CORREA RODRIGUES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 20/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1644/2017

PORTARIA nº 1644 de 19 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUCAS SCHMITZ, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 19/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1646/2017

PORTARIA nº 1646 de 19 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Martha Huff Martins, detentor do cargo de provimento efetivo de Jornalista, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Informação e Mídia Digital e Eletrônica, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1647/2017

PORTARIA nº 1647 de 19 de abril de 2017.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico;
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Edificações;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;
ANDREA FELIPE - ocupante do cargo comissionado de Superintendente da FAMABI,

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do cargo comissionado de Superintendente de Transportes,
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do cargo comissionado de Secretário de gerente de Centro de Convivência dos Idosos,
DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Rogadeira Costal;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DIEGO BUSATO PIMENTEL, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Operacional,
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FABIO VINICIUS PALMA KLOKNER, ocupante do Cargo Temporário de Engenheiro Agrônomo;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
JOÃO GUSTAVO ELIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte,
JUNIOR MORESCO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Cultura,
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura,
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCIO GUSMÃO DE LIMA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico,
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PAULO GEAN CHAGAS, ocupante do cargo comissionado de Gerente Administrativo e Financeiro,
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PEDRO MORALES TOLENTINO LEITE, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas,
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Trânsito,

SILVIO SEVERINO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO DE CARVALHO BORBA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico,
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1494/2017.

Biguaçu, 19 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PP 08/2017 - PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO

Em 15 de fevereiro de 2017 foi aberta a sessão de licitação do Pregão Presencial nº 08/2017 com o objeto Contratação de empresa para prestação de serviços referente a confecção e instalação de um painel medindo 4,10x2010m em lona com ilhós e 4x0 cores.

Considerando que, duas empresas compareceram na sessão, apresentando todos os documentos de acordo com o exigido na norma editalícia. Ao final dos lances foi declarada a empresa vencedora e demais etapas foram concluídas, logo o processo foi homologado.

Ocorre que a empresa vencedora solicitou a desclassificação no processo licitatório por não conseguir atender os valores propostos durante a sessão, diante disso foi chamada a empresa segunda colocada, que também não pode atender pelo valor proposto.

Diante do exposto, REVOGA-SE o processo de licitação nº 08/2017. Determino, ainda, que seja inaugurado novo processo de licitação, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição do item pretendido.

Biguaçu, 08 de março de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU**COMUNICADO PP N° 13/2017 COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO

Comunicamos às empresas participantes do PP 13/2017-FMS, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 HORAS E PARA CORPO DE BOMBEIROS, que após análise do edital de licitação, verificou-se a necessidade de corrigir o item 2.1.3, devido o texto em questão não estar correto. Deste modo, altera-se o edital de licitação:

Onde lê se no Preâmbulo do edital:

2.1.3- Deverão ser apresentadas amostras dos seguintes itens: 71, 75, 76, 87, 88, 102, 103, 104, 105, 106 e 159 após a análise dos documentos de habilitação. Deste modo, estando os documentos devidamente em acordo com o exigido no edital, os licitantes deveram entregar as amostras dos itens relacionados.

Leia se no Preâmbulo do edital:

2.1.3- Deverão ser apresentadas amostras dos seguintes itens: 23, 62, 74, 75, 87, 88, 131, 132, 133, 134 e 135 após a análise dos documentos de habilitação. Deste modo, estando os documentos devidamente em acordo com o exigido no edital, os licitantes deveram entregar as amostras dos itens relacionados.

As demais informações constantes no edital e aviso de licitação permanecem inalteradas. Vale ressaltar que a data da sessão não foi alterada, tendo em vista a antecipação da publicação do edital.

Biguaçu, 21 de abril de 2017.
Mirella da Conceição
Pregoeira

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 021/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 021/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI
EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza, com previsão de 800 (oitocentas) horas trabalhadas para evento OSTERDOF/2017 conforme especificações constantes no edital – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 013/2017.

PREÇO: R\$ 19.094,96 (dezenove mil noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

PRAZO: Será da assinatura do contrato até o dia 30 de maio de 2017.

DATA: 23 de março de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 032/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 032/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SLM TRANSPORTE E CONSTRUCAO EIRELI - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção nas Unidades de Educação da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-036/16.

PREÇO: R\$ 490.411,12 (quatrocentos e noventa mil quatrocentos e onze reais e doze centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 04 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 034/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 034/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI - EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua Waldemar Farinhas, localizada no Bairro Vila Nova, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – SEINFRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-039/16.

PREÇO: R\$ 21.432,75 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 07 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 035/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 035/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO: Concessão de empréstimo, pelo CREDENCIADO, sob a garantia de consignação em folha de pagamento aos servidores públicos municipais efetivos, aposentados e pensionistas pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração direta, autárquica e fundacional do Município – SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-19/2017.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados do dia 04 (quatro) de abril.

DATA: 07 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 042/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, EXCLUSIVAMENTE NA MODALIDADE CONVENCIONAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-038/2016.

PREÇO: O valor estimado do contrato é de R\$ 1.849.933.830,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta reais), considerada a estimativa das receitas obtidas mediante a cobrança da tarifa durante a vigência da concessão.

PRAZO: 20 (vinte) anos, contados da data de início de operação dos serviços, atendidas as condições da legislação vigente, e desde que o contrato esteja sendo satisfatoriamente cumprido pela CONCESSIONÁRIA.

DATA: 18 de abril de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. NELSON MEYER.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, BAIRRO PROGRESSO, RUA ERNESTINE EHRHARDT, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. BRUNO SCHREIBER.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-53/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2017 até 30 de abril de 2018.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.639,00 (dois mil, seiscentos e trinta e nove reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.668,00 (trinta e um mil seiscentos e sessenta e oito reais).

DATA: 17 de abril de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. NORMA TUSNELDA DICKMANN.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA DOS CAÇADORES, Nº 2206, BAIRRO VELHA, BLUMENAU/SC, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS REGIÃO I – VELHA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-55/2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 3.897,00 (três mil, oitocentos e noventa e sete reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 46.764,00 (quarenta e seis mil setecentos e sessenta e quatro reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2017 até 30 de abril de 2018.

DATA: 07 de abril de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A PARÓQUIA EVANGÉLICA DE ITROUPAVA CENTRAL.

OBJETO: LOCAÇÃO IMÓVEL, CONTENDO NO TOTAL 1.068,29M², LOCALIZADO NA RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, Nº 10139, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. NAZARÉ.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-57/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2017 até 30 de abril de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 7.559,08 (sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato que se mantém em R\$ 90.708,96 (noventa mil setecentos e oito reais e noventa e seis centavos).

DATA: 11 de abril de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 201/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CRUZ AZUL NO BRASIL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE PREVENÇÃO QUANTO AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LEGAIS E ILEGAIS, ABORDANDO SUAS CONSEQUÊNCIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 054/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 13 de março de 2017 até 12 de novembro de 2017.

DATA: 28 de março de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 271/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFÂNCIA, NA RUA ANTÔNIO TREIS - BAIRRO VORSTARDT.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 012/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 49.405,66 (quarenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 1.361.499,31 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos).

DATA: 04 de abril de 2017.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 290/2015

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 290/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM ATENDIMENTO MÉDICO NA ÁREA DE ULTRASSONOGRAFIA A SEREM EXECUTADOS NA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA EM ESPECIALIDADES "LINDOLF BELL" VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA USUÁRIOS DO SUS, CONFORME CÓDIGOS, DESCRIÇÕES E INSTRUMENTO DE REGISTRO CONSTANTES NA TABELA SIGTAP.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 131/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 09 de abril até 08 de agosto de 2017.

PREÇO: Renova o valor estimado pago à contratada que se mantém em R\$ 22.360,00 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 89.440,00 (oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais).

DATA: 10 de abril de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 005/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 005/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

OBJETO: Cooperação técnica mútua com o objeto de estabelecer condições de realização do estágio curricular obrigatório dos cursos disponibilizados pela FURB com base na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD

PRAZO: Prorroga de 17 de abril de 2017 até 16 de abril de 2018.

DATA: 17 de abril de 2017.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 048/2012

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 048/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB

OBJETO: Cooperação técnico/financeira para atendimento ambulatorial, visando fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

INCLUSÃO: Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência, por meio da Portaria n. 1.876, de 06 de dezembro de 2016 e algumas disposições gerais.

RECURSOS: Repasse no valor total de R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais), sendo o incentivo desmembrado em: R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais) já alocados no Fundo Municipal de Saúde, desde dezembro de 2015, consoante a Portaria nº 2.020, de 07 de dezembro de 2015; e os outros R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) fixos e mensais, contados de dezembro de 2016, conforme a Portaria nº 1.876, de 06 de dezembro de 2016, passando o convênio a ter o teto mensal de R\$ 209.553,15 (duzentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

DATA: 28 de março de 2017.

PORTARIA SEDEAD Nº 31.310/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.310/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, “caput”, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
19116-7	DEBORA GUIMARÃO PEREIRA MOLIN	2017/217	03/04/2017	01/06/2017
22856-3	JANAINA DOS SANTOS	2017/221	03/04/2017	09/04/2017
21259-8	JANE ROSEMARIS BIZ	2017/227	08/04/2017	06/06/2017
21783-2	KAREN SIMAS EBSEN	2017/231	31/03/2017	07/04/2017
20502-8	NEUSA MORAES ANTUNES	2017/228	15/03/2017	13/04/2017
19101-9	SILVANA MACHADO NAZARIO	2017/218	27/03/2017	25/04/2017
17787-3	VALMIR KLOEPFEL	2017/219	29/03/2017	04/04/2017
22947-7	ZELIA AMARAL OLIVEIRA CORDEIRO	2017/211	30/03/2017	08/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

Homologação - Pregão Presencial nº 020/2017 - Data/homologação: 17/04/2017.

Objeto: Aquisição de barras de aço, arame recozido, cinta de elevação, - SEURB. Empresa vencedora: Item 01: Valor unitário - R\$7,00. Item 02: Valor unitário - R\$25,55. Item 03: Valor unitário - R\$11,00. Item 04: Valor unitário - R\$16,90. Item 05: Valor unitário - R\$5,34. Item 06: Valor unitário - R\$7,74. Item 07: Valor unitário - R\$141,00. Item 08: Valor unitário - R\$585,00. Item 09: Valor unitário - R\$154,00. Item 10: Valor unitário - R\$347,33. Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2017.

EXTRATO Nº 067/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 067/2017

Dispensa de Licitação nº. 121/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Contratação direta para Aquisição de material para uso em Projetos de Pesquisa PPGEA/PROAD, Convênio 817628/2015 CAPES. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 21 (vinte e um) dias consecutivos após a entrega do material e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.270,00 (três mil duzentos e setenta reais)./ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.30/(Material de Consumo)/ 3.3.90.30.35(Material Laboratorial).

Blumenau, 19 de abril de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

PORTARIA Nº 5787/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5787/2017

ALTERA A PORTARIA Nº 2175/2010 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA APARECIDA DAROS DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trabalho e Registros Públicos, da Comarca de Blumenau, nos Autos nº 0024479-10.2011.8.24.0008, alterando os proventos de aposentadoria da beneficiária de proporcionais para integrais, resolve,

Art. 1º. Alterar a Portaria nº 2175/2010, de 1 de abril de 2010, que concedeu aposentadoria por invalidez à TERESINHA APARECIDA DAROS DE SOUZA, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando os

seus proventos mensais de proporcionais para integrais, a contar de 23 de julho de 2013.

Art. 2º. O valor dos proventos integrais da beneficiária, atualizado para o corrente mês de março de 2017, corresponde a R\$ 2.453,14 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

Blumenau, 1 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5788/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5788/2017

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A LUIZ DE ANDRADE RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

LUIZ DE ANDRADE RODRIGUES, cônjuge de MARIA ROSANE RODRIGUES, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 8 de fevereiro de 2017, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 4.380,79 (Quatro mil, trezentos e oitenta reais e setenta e nove centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo Nº 01645/03/2017.

Blumenau, 3 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5789/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5789/2017

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE MÁRCIO JOSÉ CORRÊA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria Nº 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

TORNAR SEM EFEITO

a nomeação de MÁRCIO JOSÉ CORRÊA, em conformidade com o disposto no artigo 16, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, para o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal, Categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, nomeado pela Portaria Nº 5772/2017, de 23 de fevereiro de 2017.

Fica o candidato deslocado para a última posição de classificação entre os aprovados para o cargo de Assistente Social, do Concurso Público nº 001/2014, conforme disciplina o artigo 6º, § 3º, do Decreto Municipal nº 9291, de 8 de novembro de 2010.

Blumenau, 3 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5790/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5790/2017

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

LUDMILA RIBEIRO KANDER, para exercer o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal, categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 3 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5791/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5791/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 10 de março de 2017, às 13h30min.

Blumenau, 6 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5792/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5792/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO BOSCO LUCOLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72, incisos I, II, e III, alíneas "a", e "b", § 1.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2º, seus incisos, alínea "a", e "b", § 1.º, inciso II, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JOÃO BOSCO LUCOLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos reduzidos e mensais de R\$ 1.438,65 (Mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), a contar de 7 de março de 2017, conforme Processo n.º 01595/02/2017.

Blumenau, 6 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5793/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5793/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTO LEHMKUHL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

NILTO LEHMKUHL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.581,17 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), a partir de 13 de março de 2017, conforme Processo n.º 01597/02/2017.

Blumenau, 7 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5794/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5794/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CECILIA ALEXANDRE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CECILIA ALEXANDRE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.224,71 (Três mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos), a partir de 13 de março de 2017, conforme Processo n.º 01608/02/2017.

Blumenau, 7 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5795/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5795/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELMA DAS GRAÇAS DE SOUZA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7º, § 1º, do mesmo diploma legal, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CELMA DAS GRAÇAS DE SOUZA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.009,69 (Mil, nove reais e sessenta e nove centavos), a partir de 13 de março de 2017, conforme Processo n.º 01581/03/2017.

Blumenau, 7 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5796/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5796/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA APARECIDA ALCANTARA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de KATIA APARECIDA ALCANTARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00017/17-9, em 20/01/2017, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 22/04/1985 a 24/07/1994, um total de 3378 (três mil, trezentos e setenta e oito) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 3 (três) meses, e 3 (três) dias, conforme Processo n.º 01659/03/2017.

Blumenau, 7 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5797/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5797/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILI DA LUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

MARILI DA LUZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.618,28 (Três mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e oito centavos), a partir de 13 de março de 2017, conforme Processo n.º 01560/02/2017.

Blumenau, 10 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5798/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5798/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETH DE SOUZA FELISBINO GOERTMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARGARETH DE SOUZA FELISBINO GOERTMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00006/17-7, em 06/01/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas Hering S.A.	03/11/1983 a 01/04/1986
Kuala S.A.	22/09/1986 a 14/04/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/09/1989 a 30/04/1990

Totaliza o tempo de 2057 (dois mil, cinquenta e sete) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 01698/03/2017.

Blumenau, 13 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5799/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5799/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ELEITORAL QUE COORDENARÁ NO ANO DE 2017 A ELEIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, incisos II, e IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

para compor a Comissão Eleitoral que coordenará, no ano de 2017, a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nos termos do artigo 10º, §1º, do Regimento da Eleição, os seguintes membros:

FRED HORST MANKE JÚNIOR, representante do Poder Executivo Municipal;

SÉRGIO MAURICI BERNARDO, representante do SINTRASEB - Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau;

LEURI ARLÊNIO FRITSCH, representante da FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau;

CARLOS ALBERTO SILVA DA SILVA, representante do SINSEPES - Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau;

RICARDO BOF, representante do Conselho de Administração do ISSBLU.

Blumenau, 14 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5800/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5800/2017

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE, às servidoras públicas municipais relacionadas no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
230556	AMMANDA KHAROLYNE BORGES DE JESUS LIMA	30/12/2016	28/04/2017

005400	BEATRIZ KROKER	31/10/2016	27/02/2017
230115	DAIANA ANDRESSA GRUBEL	09/02/2017	08/06/2017
228169	DEISE REGINA PAUL HASSE	16/12/2016	14/04/2017
229528	DIESICA RODRIGUES DOS SANTOS AZEVEDO	28/12/2016	26/04/2017
228230	ELENIR SOARES	28/12/2016	26/04/2017
229374	ELIZETE REINHOLD ZECH	05/12/2016	03/04/2017
229923	FLAVIA QUISINSKI HILLE	14/12/2016	12/04/2017
228516	FRANCIELI KIRCHNER	14/02/2017	13/06/2017
231223	FRANCIELLE RODRIGUES	08/02/2017	11/05/2017
229704	HELENISE HELENA VIEIRA	06/02/2017	05/06/2017
229490	HELOISA POLI REBELO	01/02/2017	31/05/2017
230558	MARIA RITA FELIPE DE OLIVEIRA	09/02/2017	08/06/2017
222461	MARIJU ALVES SILVEIRA DOS SANTOS	07/02/2017	06/06/2017
225428	MARILIA FERNANDA BRASIL	06/12/2016	04/04/2017
231281	MARLENE DE OLIVEIRA DOS SANTOS DE SOUZA	01/03/2017	28/06/2017
229432	MARLUCE VOLPI THOMAZI	19/12/2016	17/04/2017
229968	MILENE BARBOSA CRUZ ROCHA	15/02/2017	14/06/2017
225410	NAIARA DOS SANTOS THOMAZ	09/01/2017	08/05/2017
005524	NATASHA JENSEN	26/10/2016	22/02/2017
229120	ROSIELI DALLAPORTA	02/02/2017	01/06/2017
229596	RUANA MARIA GARTNER KOSTETZER	07/01/2017	06/05/2017
231181	SMONE CRISTIANE FROELICH DE PRA	08/02/2017	07/06/2017
228278	SUSANA MARTINS	21/02/2017	20/06/2017
229980	TAISA ALDANEI PEREIRA DOS SANTOS	28/11/2016	27/03/2017
231046	TISSIANA MARIA FALCAO MULLER POSSER	07/02/2017	06/06/2017

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5801/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5801/2017

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 9.º, parágrafo único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
095230	ALDO ROBERTO LUCHESI	14/02/2017	20/04/2017
219037	ALESSANDRA POLIDORO	22/02/2017	03/03/2017
192040	ALEXANDRO ROBERTO FLACH	07/02/2017	20/04/2017
229055	ALINE EMA ALBERT MIRANDA	28/02/2017	13/03/2017
150665	ANA CLAUDIA SEARA DA COSTA	13/12/2016	28/01/2017
200247	ANDREIA APARECIDA ALVES	21/12/2016	06/02/2017
228799	ANDRESSA CORDEIRO	11/03/2017	14/03/2017
101451	ANGELA DA CUNHA PAPST	14/12/2016	16/12/2016
107794	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	27/12/2016	13/06/2017
146773	ANTONIA DULCE PEDRINI KOEHLER	27/12/2016	09/06/2017
182338	ANTONIO CESAR DA ROSA	04/01/2017	24/02/2017

168467	ARLEDI DE MENDONÇA	13/12/2016	27/01/2017
179027	ARNO LUCHINI	23/12/2016	12/04/2017
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	16/12/2016	23/01/2017
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	08/02/2017	09/02/2017
174424	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	24/02/2017	07/04/2017
220051	CARMEN REGINA KREBS	27/12/2016	27/02/2017
204803	CELENE RODRIGUES ALBERTO	10/12/2016	24/12/2016
204803	CELENE RODRIGUES ALBERTO	04/02/2017	03/04/2017
229310	CELIA NUNES DE OLIVEIRA FILHO	04/03/2017	17/03/2017
199095	CINTIA ROSSBACH CUSTODIO DA LUZ	07/03/2017	20/04/2017
228153	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	29/12/2016	27/01/2017
187038	CLAUDIA REGINA DA COSTA DE BORBA	15/12/2016	30/12/2016
230682	CLEIDEMAR DIAS	01/03/2017	31/03/2017
191639	CLEUSA HANOFF DE OLIVEIRA	17/02/2017	03/03/2017
230491	CRISTIANE AMORIM	09/12/2016	16/12/2016
229187	CRISTIANE CAMELIA XAVIER	09/02/2017	07/05/2017
215961	CRISTIANE MAFRA	03/02/2017	19/03/2017
211257	DARCI SIEVES CARDOSO	25/02/2017	13/04/2017
000440	DOROTI JUNG WANKE	30/12/2016	10/02/2017
225134	DULCE MARTINS	01/03/2017	08/04/2017
195685	EDIR DA SILVEIRA STUHLER	22/02/2017	29/04/2017
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	28/02/2017	19/04/2017
230654	ELENICE BONETE PUTZEL ZEREDI	07/03/2017	20/04/2017
000474	ELENIR CARDOSO DA SILVA	15/12/2016	28/01/2017
192244	ELIANA MARIA DE AMORIM	23/02/2017	31/03/2017
192201	ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI	09/03/2017	20/04/2017
201863	ELIS ROSANA FUMAGALLI	10/12/2016	23/12/2016
177091	EUCLIDES MARTINS	22/12/2016	24/02/2017
230592	EUFRASIA RIBEIRO	07/03/2017	31/03/2017
228501	FABIANE DOS SANTOS GONÇALVES	01/03/2017	12/04/2017
205966	HEMELICE MACHADO PELLIS	16/12/2016	12/05/2017
230139	HILDA DE FATIMA PAULO BALDIN	24/12/2016	08/02/2017
184993	HILDA FRANCISCO	14/02/2017	30/04/2017
228584	IARA DENISE NEUHAUS TAMBOSI	03/03/2017	01/04/2017
140244	IRACI SCHEWINSKI	04/12/2016	23/12/2016
140244	IRACI SCHEWINSKI	04/03/2017	07/05/2017
000336	IRECI KERTISCHKA	13/12/2016	20/01/2017
230504	IRENE SCHRODER PROBST	17/02/2017	10/03/2017
217379	ISOLETE FERNANDES DOS SANTOS	08/03/2017	15/03/2017
200123	IVANI RONCATO	14/12/2016	27/01/2017
228184	IVANICE KOHLER	15/02/2017	11/08/2017
224669	IZEL DE FATIMA HILGEMBERG	25/02/2017	20/04/2017
008397	JACQUES ROBERT HECKMANN	16/02/2017	16/02/2017
228159	JEAN ALMUAS	20/12/2016	03/02/2017
228590	JEFERSON ALVES GARRIDO	23/12/2016	10/03/2017
230617	JEFFERSON JORGE DE SOUZA	01/02/2017	10/02/2017
230617	JEFFERSON JORGE DE SOUZA	01/03/2017	31/03/2017
170399	JERUSA ZIMMERMANN RINCO	01/03/2017	31/03/2017
013021	JORGE LUIZ MASSANEIRO	15/12/2016	28/02/2017
172855	JOSE RICARDO SEARA DA COSTA	09/12/2016	23/01/2017

228595	JOSIANE HELLMANN PINHEIRO	16/03/2017	28/06/2017
206369	KATIA BAUMANN	07/02/2017	24/02/2017
198617	KATIA REGINA STORRER PACHECO	08/03/2017	28/03/2017
199990	LORENI ALVES DE LIMA HERMANN	22/02/2017	22/04/2017
122351	LUCIA LUCIANO	07/03/2017	20/03/2017
231031	LUCIANA CARDOZO FERREIRA	07/02/2017	20/04/2017
000286	LUCIARA FERRARI SCHEEL	22/12/2016	07/02/2017
119334	LUCILENE RAQUEL SCHMITT	09/12/2016	23/12/2016
119334	LUCILENE RAQUEL SCHMITT	08/02/2017	24/02/2017
230914	LUZIA ELIZENA BIZATTO	07/02/2017	10/04/2017
218456	MANOEL MAFRA	06/02/2017	01/04/2017
200441	MARCIA ROTHBARTH	23/12/2016	08/02/2017
176974	MARCO ANTONIO DE AVIZ	17/02/2017	16/06/2017
229615	MARCOS ANDERSON LANA	16/02/2017	01/04/2017
199788	MARIA APARECIDA CECHET	07/02/2017	08/04/2017
174939	MARIA APARECIDA PHILLIPPI	23/02/2017	08/06/2017
188433	MARIA DE FATIMA MEDEIROS	13/12/2016	27/12/2016
107255	MARIA GORETI VIGARANI	02/12/2016	16/12/2016
141798	MARIA LUCIA ARAGAO ALVES	28/02/2017	12/05/2017
204145	MARIA TERESINHA LOURENCO	16/02/2017	06/03/2017
066494	MARIA VANILDA MEDEIROS	21/12/2016	24/02/2017
230338	MARILIA DA SILVA PONTES	07/03/2017	22/03/2017
131245	MARLI HUNCKEL SCHIOCHET	21/02/2017	05/04/2017
212920	MARLI NAIR GOLDBECK PARIS	07/02/2017	13/02/2017
221082	MELANIA REGINA BERTELLI	28/12/2016	13/04/2017
230010	NAYRA LUISA SILVA	01/03/2017	16/03/2017
192538	NEILA REGINA BARCELOS SPIES	24/02/2017	07/04/2017
229437	NEIVA PERUCCI GARCIA	22/02/2017	28/04/2017
228462	PAMELA MARCHI AVOSANI	13/12/2016	29/01/2017
009615	PAOLA DE LIMA	17/12/2016	10/01/2017
230609	RAQUEL ALINE DE BARROS	03/03/2017	24/03/2017
000183	REGINA BALLMAN	31/12/2016	09/02/2017
200174	REGINA MARIA ZIMMER	22/02/2017	20/03/2017
144207	RITA DEGGAU SCHMIDT	26/01/2017	10/02/2017
228191	ROBERTO CESAR BENTO	08/02/2017	08/04/2017
106291	ROLF GESKE	08/03/2017	21/04/2017
230791	RONALDO ZAVAGLIO	10/12/2016	12/01/2017
230791	RONALDO ZAVAGLIO	06/03/2017	31/03/2017
216410	ROSANA JACOMINA FALLER	05/01/2017	25/01/2017
223344	ROSELI JORGE	05/02/2017	17/03/2017
229409	ROSELI KISSMANN	15/12/2016	17/12/2016
196614	ROSELI MORAIS	29/12/2016	27/01/2017
225835	ROSELI MORAIS	29/12/2016	27/01/2017
230404	ROSENILDA MARQUES FERREIRA HETZEL	11/02/2017	17/03/2017
230330	ROSILENE DE SIMAS	09/02/2017	22/02/2017
204056	ROSITA PAGELKOPF	09/02/2017	10/02/2017
204056	ROSITA PAGELKOPF	15/12/2016	14/01/2017
228643	RUBIA KUPAS	24/02/2017	08/04/2017
188760	SANDRA MARA SCHULTZ	31/01/2017	15/07/2017
228725	SEBASTIAO TADEU WOLF DA COSTA	23/02/2017	23/02/2017

189235	SHIRLEY SILVA STROMER VERGARA	05/02/2017	24/03/2017
166413	SIDNEY DOSSANTOS NAVES	08/01/2017	27/01/2017
139360	SILVIA REGINA HUBES	14/02/2017	07/03/2017
148130	SILVIA TERESA WIRTH	25/02/2017	06/04/2017
202070	SIMONE RAIMUNDI FRIEDEL	07/02/2017	24/04/2017
106429	SIMONE SETTER DA SILVA	11/02/2017	27/03/2017
145432	SIMONE SILVA	21/02/2017	12/04/2017
231195	SOLANGE WEISE CUNHA	01/03/2017	10/05/2017
183555	SONEIDE DOS SANTOS AVI	28/02/2017	31/03/2017
173029	SONIA REGINA PEREIRA	15/02/2017	07/03/2017
131210	SUELI CUNHA	07/02/2017	08/05/2017
206490	SUELI DUARTE OVIDIO	13/12/2016	20/01/2017
206490	SUELI DUARTE OVIDIO	05/02/2017	13/04/2017
228121	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	10/12/2016	23/01/2017
230302	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	10/12/2016	23/01/2017
229860	TALITHA VERGARA BAUTISTA	14/09/2016	31/03/2017
139505	TANIA ISABEL EBEL	14/12/2016	15/12/2016
139505	TANIA ISABEL EBEL	07/02/2017	22/03/2017
229654	TATIANE TALITA PROHNOW PETERSEN	22/02/2017	07/04/2017
191671	TEREZA LUCIA BATISTA	15/12/2016	30/12/2016
231046	TISSIANA MARIA FALCAO MULLER POSSER	06/01/2017	06/02/2017
228658	VALERIA DA SILVA E SOUZA SOARES	18/02/2017	22/03/2017
147737	VALMOR DE OLIVEIRA	07/02/2017	20/04/2017
230986	VANESSA GUSMAO WAGNER	27/12/2016	31/01/2017
228879	VANESSA NEUBER SALM	29/12/2016	03/02/2017
228879	VANESSA NEUBER SALM	19/02/2017	29/04/2017
197106	VANI NEUENFELD WEIDUSCHADT	23/12/2016	10/02/2017
206261	VERONICA NOGUEIRA SIEVERT	02/03/2017	07/04/2017
202495	WANDERCLEIA SILVA	15/02/2017	17/03/2017
200603	YARA CAROLINE SCHEIDEMANTEL	10/03/2017	24/04/2017
209961	ZELI MARIA LORENZINI	09/03/2017	20/04/2017
228211	ZILDA DA LUZ MORAES BARBOSA	25/02/2017	22/03/2017
206032	ZILMA GOEDERT LONGEN	09/03/2017	31/03/2017

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5802/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5802/2017

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.os 5603/2016 5779/2017 e 5780/2017.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
183237	ADAIR MARTINS	16/12/2016	15/03/2017
187062	ADIR RINALDI CALIXTO DA SILVA	01/10/2016	15/12/2016
208965	ADOLAR AMERICO	14/12/2016	14/07/2017
209783	ADRIANA DOS SANTOS	01/10/2016	31/03/2017
178101	ADRIANA ZIMMERMANN SILVA	17/12/2016	17/04/2017

139157	ALCENIRA CLAUDINO DA SILVA	01/10/2016	31/03/2017
228661	ALESSANDRA MORAIS CAVALHEIRO	16/01/2017	14/03/2017
020109	ALEXANDRE AGUILA LIMA	17/12/2016	28/02/2017
188034	ANDREA PELLEGRINO	01/10/2016	31/03/2017
197920	ANDREIA SCHULZ REBLIN	07/01/2017	31/03/2017
207896	APARECIDA DONIZETE MARTINS	01/10/2016	31/03/2017
204838	ARLEI RENI BORELLA	02/03/2017	30/08/2017
005746	CANDIDO MARTINS	24/12/2016	31/01/2017
229782	CARLA TANCON	01/10/2016	31/03/2017
221236	CHARLES MARCELO STEIN	15/01/2017	11/03/2017
187399	CLAUDIO WINTERS STEIL	01/10/2016	31/03/2017
217115	CLEUZA ROSECLER NESELLO	01/10/2016	31/03/2017
229486	CRISTIANE APARECIDA ESSER	17/12/2016	12/05/2017
229911	DEBORA SPIELMANN	15/01/2017	13/04/2017
208299	DENISE CORREA	29/12/2016	07/04/2017
209384	DIVA SALETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	01/10/2016	31/03/2017
228060	DOLORES CABRAL E SILVA	13/01/2017	20/07/2017
197483	DULCIMAR MARIA CANALLI	03/12/2016	16/12/2016
201154	EDITE MARIA NOLLI	25/12/2016	10/02/2017
217891	EDSON RODRIGUES FARIAS	10/03/2017	09/05/2017
176290	EGOLAND GNICH	01/10/2016	31/03/2017
229056	ELAINE CRISTINA MACANEIRO DA SILVA	07/01/2017	22/03/2017
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	08/12/2016	21/12/2016
192201	ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI	18/12/2016	01/01/2017
222267	ELIAS ALVIM DA SILVA	01/10/2016	31/03/2017
228990	ELINISIA TERESINHA MACHADO	19/11/2016	24/02/2017
173533	ELIS REGINA NOTARI	28/12/2016	28/02/2017
118222	ELISETE REGINA DA COSTA	24/12/2016	13/05/2017
005377	ELIZIA BARBOSA DA SILVA	14/12/2016	07/01/2017
229936	EMILIA SILVANA MARCELINO	03/02/2017	04/05/2017
214485	ERENICE RIBEIRO CONRADO	25/01/2017	13/03/2017
198161	ESTER MAES CANZIANI	11/02/2017	07/04/2017
191087	EVA CRUZ	01/10/2016	31/03/2017
223050	FABIANA MARIA FANTON	31/01/2017	10/05/2017
229278	FABRICIA LORENA SANTOS DA COSTA SILVA LOBO DE MENEZES	01/01/2017	05/05/2017
018864	FERNANDA GEISA MICHEL BROLLO	14/01/2017	20/02/2017
218553	FRANCINE SILVIA DE MIRANDA	25/01/2017	28/02/2017
228987	GIANI EVA CORREIA MENDES	23/12/2016	20/05/2017
010863	HELIO GARBINATO	10/09/2016	29/11/2016
147990	JACIRA ALBERTINA ANTUNES	01/10/2016	31/03/2017
005550	JACQUES ROBERT HECKMANN	10/02/2017	16/02/2017
196045	JANE ELISA CALZADO DA ROCHA	25/01/2017	26/04/2017
206806	JANETE GIRARDELLO	17/12/2016	23/01/2017
228217	JANIS THOMAS MULLER	03/11/2016	29/04/2017
220221	JAQUELINE RAMLOW	17/12/2016	13/04/2017
178470	JEANE GONÇALVES MISTURA	01/02/2017	01/03/2017
157562	JOAO BONIFACIO DA SILVA	01/10/2016	31/03/2017
187496	JOAO DA ROCHA BORGES	17/02/2017	31/05/2017
229429	JOICE MINEIA BRANGER	17/12/2016	07/03/2017
210439	JOSE MESSIAS ANDRADE DE MOURA	13/12/2016	07/07/2017

209309	JUARES LUIS DOS SANTOS	24/02/2017	21/04/2017
000086	JUCELI TEREZINHA COSTA ZUNINO	15/12/2016	31/03/2017
212490	JUCEMARA APARECIDA RIBEIRO DIAS MORAES	01/10/2016	31/03/2017
210838	JUCIARA ALVES DE SOUZA	01/10/2016	31/03/2017
201421	JULIAN GILMARA ISENSEE	01/10/2016	31/03/2017
228312	JULIANA BATISTA DO AMARANTE	07/03/2017	23/06/2017
187089	JULINHO FRANCISCO DE OLIVEIRA	14/12/2016	31/03/2017
205656	KATIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO	01/02/2017	12/04/2017
229049	LIGIA BORGES DE JESUS	02/02/2017	28/04/2017
218944	LILIAN ROSI GERTNER DA SILVA STEIN	01/10/2016	31/03/2017
229883	LILIANE PEREIRA CAMARGO	09/01/2017	14/03/2017
223638	LISCATIA BELZ DREGER	09/01/2017	31/03/2017
181021	LUCIA BATISTA	01/10/2016	31/03/2017
229947	LUIZ EDUARDO DIAS	21/01/2017	06/04/2017
132519	LUIZ SHIGUEO YONAMINE	09/01/2017	08/02/2017
204692	MANOEL FARIAS	01/10/2016	31/03/2017
091979	MARA REGINA ROSSI HORACIO BORBA	20/02/2017	21/08/2017
144649	MARA RUBIA DA SILVA CONINCH	12/11/2016	02/01/2017
197300	MARA RUBIA DA SILVA CONINCH	12/11/2016	02/01/2017
095494	MARCIA ANITA COELHO	06/12/2016	13/03/2017
157279	MARCO ANTONIO BOTTOS	13/12/2016	04/02/2017
171670	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA PAES LEME	08/12/2016	17/04/2017
185205	MARIA HELENA ZUCKI	10/12/2016	31/03/2017
229494	MARIA JOSE HALATEN	11/01/2017	04/02/2017
155527	MARIA KATIA DA CUNHA MELLO	03/01/2017	28/04/2017
207195	MARIA LUCILDE CARDOSO MACEDO	01/10/2016	31/03/2017
229713	MARISA TAVARES DA SILVA	17/12/2016	01/04/2017
139912	MARLI NOWASKY	01/10/2016	31/03/2017
204994	MARLISE RAVIZZA SILVA	21/12/2016	20/01/2017
211559	MAURILIA MARIA BORGES	27/10/2016	10/08/2017
172758	MERCEDES BERNADETE BONIN	29/01/2017	31/03/2017
143022	MIRIAN SPLITTER HACKBARTH	05/02/2017	16/06/2017
228393	NARA CRISTINA DE MOURA	17/12/2016	25/12/2016
191922	NELI TEREZINHA DAL CORDIVO SANTOS	18/02/2017	30/04/2017
182567	NILZA SEMIANO DELMONEGO	17/12/2016	04/02/2017
211826	OSNI BARBOSA DA SILVA	01/10/2016	20/02/2017
100684	PAULINO IGNACIO JACQUES NETO	01/10/2016	31/03/2017
230374	PAULO HENRIQUE STEININGER	03/02/2017	20/03/2017
230460	PAULO ROBERTO LONDERO VOTO	01/02/2017	31/03/2017
174254	REIMAR ROEDEL	10/12/2016	01/04/2017
146161	RICARDO LUIZ BEDUSCHI	14/01/2017	23/04/2017
049328	ROLF STAHNKE	25/01/2017	19/03/2017
217255	RONALDO WEINGARTNER	01/10/2016	31/03/2017
229023	ROSANGELA PEREIRA	01/10/2016	31/03/2017
192457	ROSELI DE MEDEIROS DA SILVA	01/10/2016	31/03/2017
182877	ROSELI SANTOS DE LIMA	11/11/2016	22/11/2016
106844	SANDRA MOGK DA SILVA	07/12/2016	06/06/2017
228854	SANDRA REGINA RINCAVESCHI	01/02/2017	04/04/2017
148555	SANTINA BORGES D'AVILA	01/10/2016	31/03/2017
160750	SERGIO LUIZ ROMUALDO	01/10/2016	31/03/2017

229205	SHIRLEY FARIA	17/01/2017	20/04/2017
183334	SILVIA DOS SANTOS	07/01/2017	20/04/2017
148490	SIRLEI DE FATIMA DIAS DOS SANTOS	17/12/2016	13/04/2017
177679	SOLANGE DA CRUZ KONIG	01/10/2016	31/03/2017
144487	SONIA MARIA DIAS DE ARAGAO SOUZA	08/12/2016	16/12/2016
209996	SONIA MARIA FRANZEN	01/10/2016	31/03/2017
171042	TANIA MARIA FRANCISCO	01/10/2016	31/03/2017
207942	TATIANA TESCK	01/10/2016	31/03/2017
203696	TEREZINHA APARECIDA CERONI MARTINS	24/12/2016	17/02/2017
206466	VALMIR NUNES	15/12/2016	14/01/2017
203947	VERA DE FATIMA KUSTER	01/10/2016	31/03/2017
230035	VERA LUCIA OLIVEIRA SILVA	17/12/2016	05/02/2017
132721	ZELIA LONGO	13/12/2016	24/02/2017
184721	ZULEIDE APARECIDA C. DA ROSA BANFI	29/01/2017	10/03/2017

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5803/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5803/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CREIDIANA MARIA DA CONCEIÇÃO DUENKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CREIDIANA MARIA DA CONCEIÇÃO DUENKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00012/17-7, em 15/03/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Associação Assistencial da Igreja Evangélica Assembléia de Deus	01/07/1984 a 30/03/1986
Sociedade Divina Providencia	15/09/1986 a 22/04/1987 02/02/1988 a 01/05/1988
Fundação Hospitalar de Blumenau	06/05/1988 a 26/04/1989 10/04/1990 a 14/03/1991

Totaliza o tempo de 1644 (mil, seiscentos e quarenta e quatro) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 6 (seis) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01717/03/2017.

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5804/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5804/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS ROBERTO MANDEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CARLOS ROBERTO MANDEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras Públicas, lotado no SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00234/14-5, em 27/06/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Serralheria Bartel Ltda.	17/07/1978 a 20/09/1978
Incoplavi Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	01/10/1978 a 18/09/1979
Walfrido da Silva Mandel	01/02/1980 a 03/09/1981
WN do Brasil Indústria e Comércio Ltda. – ME	02/02/1982 a 21/10/1983
SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	03/11/1983 a 26/01/1989
PROEB - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau	05/10/1988 a 24/10/1988
Cia. Hering	10/07/1989 a 22/11/1991

Totaliza o tempo de 4402 (quatro mil, quatrocentos e dois) dias, correspondente a 12 (doze) anos, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 01705/03/2017.

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5805/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5805/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIANA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIANA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00199/14-5, em 29/05/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 07/04/1988 a 21/02/1994, um total de 2140 (dois mil, cento e quarenta) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 10 (dez) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 01720/03/2017.

Blumenau, 16 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5806/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5806/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIA LUCIANO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I-A, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

LUCIA LUCIANO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.738,57 (Três mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 20 de março de 2017, conforme Processo n.º 01567/02/2017.

Blumenau, 17 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5807/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5807/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NORIVAL ROGERIO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

NORIVAL ROGERIO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.685,52 (Seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 20 de março de 2017, conforme Processo n.º 01644/03/2017.

Blumenau, 17 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5808/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5808/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI LUTTKE DE MIRANDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 26, 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSELI LUTTKE DE MIRANDA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.447,73 (Cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos), a partir de 20 de março de 2017, conforme Processo n.º 01503/02/2017.

Blumenau, 17 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5809/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5809/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONETE CAVALHEIRO DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7º, § 1º, do mesmo diploma legal, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IVONETE CAVALHEIRO DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.009,69 (Mil, nove reais e sessenta e nove centavos), a partir de 20 de março de 2017, conforme Processo n.º 01660/03/2017.

Blumenau, 17 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5810/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5810/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA DE CARVALHO RIBEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve.

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TERESINHA DE CARVALHO RIBEIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1755/2015, de 30/11/2015, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no período de 01/03/1982 a 31/07/1989, um total de 2700 (dois mil, setecentos) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 4 (quatro) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01719/03/2017.

Blumenau, 17 de março de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 819/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 819/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 11 de Maio de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Execução de Obra de Passeios Públicos em Paver com 935 m² em ruas e avenidas do município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital, planilhas, memoriais e demais anexos bem como informações, poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 19 de Abril de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 063/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido o Servidor Municipal SR. GILSON MENEGHOTTE, matrícula nº 526-6, portador do CPF sob. nº 078.925.079-90, lotado junto a Secretaria Municipal da Agricultura, ocupante do cargo de Inseminador, com carga horária de 20 horas semanais, em caráter efetivo, nomeado em 14 de abril de 2011, sendo sua exoneração a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de abril de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

441.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELI T. P. HEMCKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 441/17 de 19.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2017, a funcionária Eli Terezi-nha Perroni Hemckmaier, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

442.04.17 - P. LIC. MOT. P. FAM. DULCEARA FAUSTINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 442/17 de 19.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 17 de abril de 2017, a funcionária Dulceara Faustino, ocupante do cargo de Assessor de Departamento, nível 32, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

443.04.17 - P. DES. PROF. SABRINA M. SCHUTZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 443/17 de 19.04.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

ReSOLVE:

Designar Sabrina Marian Schutz, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Paraíso da Serra, no período de 19 de abril com término no dia 15 de julho de 2017, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Chamada Pública 04/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Contratação temporária, tendo em vista o pedido de exoneração da professora contratada anteriormente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

444.04.17 - P. DES. PROF. LILIANI K. WIGGERS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 444/17 de 19.04.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

ReSOLVE:

Designar Liliani Kull Wiggers, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar Capistrano, no período de 19 de abril com término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Chamada Pública 04/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Contratação temporária, tendo em vista o pedido de exoneração da professora contratada anteriormente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 111, 112 E 113/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 111/2017 Pregão Presencial 12/2017
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Régis Comércio de Brinquedos Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de Materiais para Educação Física e Brinquedos para manutenção dos Serviços prestados pelas escolas do município.
Valor Total: R\$ 4.868,20 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).

Extrato Contrato 112/2017 Pregão Presencial 12/2017
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Jonas Schvambach ME.
Objeto: Aquisição de Materiais para Educação Física e Brinquedos para manutenção dos Serviços prestados pelas escolas do município.
Valor Total: R\$ 8.887,50 (oito mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Extrato Contrato 113/2017 Pregão Presencial 12/2017
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: JLM Distribuidora BR Eireli ME.
Objeto: Aquisição de Materiais para Educação Física e Brinquedos para manutenção dos Serviços prestados pelas escolas do município.
Valor Total: R\$ 4.614,50 (quatro mil seiscentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

Bom Retiro, 24 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO Processo Licitatório Nº 19/2017 na Modalidade Pregão Presencial Nº 15/2017-SRP, para AQUISIÇÃO DE FILTROS VEICULARES DIVERSOS. O recebimento da documentação e propostas será até as 14:00 Horas do dia 02/05/2017, com abertura da sessão: dia 02/05/2017 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 24 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL 01-2017

CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL: 01/2017

AGENTES COM. DE SAÚDE

MICRO ÁREA 01

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO
1	Camila Campos da Silva	05

MICRO ÁREA 02

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO
1	Edson da Silva	03
2	Elaine Cristina Michei Coelho	01
3	Camila Roversi Hilleshein	04

MICRO ÁREA 06

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO
1	Maria Santina de Lacerda	02

ERRATA EDITAL 012017 FIA

ERRATA

Edital nº 01/2017 FIA

9. DO CRONOGRAMA.

9.2- Entrega da documentação e projetos: onde se lê 24 de abril de 2017 -leia se 19 de maio de 2017

9.3- Processo de avaliação e seleção dos projetos: onde se lê 25 a 28 de abril de 2017 -leia se 22 a 26 de maio de 2017

9.4- Publicação da avaliação dos projetos: onde se lê 02 de maio de 2017 -leia se 29 de maio de 2017;

9.5- Período para recursos: onde se lê 02 a 08 de maio de 2017 -leia se 30 e 31 de maio de 2017;

9.6-Publicação dos projetos aprovados: onde se lê 12 de maio de 2017 -leia se 1 de junho de 2017;

9.7- Entrega da documentação para assinatura dos convênios: onde se lê 18 de maio de 2017 -leia se 14 de junho de 2017;

9.9- Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados: onde se lê 01 de junho de 2017 - às 19hs Câmara de Vereadores de Botuverá - leia se 22 de junho de 2017;

Tabela de Cronograma

23 de março de 2017	Publicação do Edital no Site da Prefeitura e/ou mural
onde se lê 24 de abril de 2017 -leia se 19 de maio de 2017	Entrega da documentação e projetos
onde se lê 25 a 28 de abril de 2017 -leia se 22 a 26 de maio de 2017	Processo de avaliação e seleção dos projetos
onde se lê 25 a 28 de abril de 2017 -leia se 22 a 26 de maio de 2017	Processo de avaliação e seleção dos projetos
onde se lê 02 de maio de 2017 -leia se 29 de maio de 2017;	Publicação da avaliação dos projetos:
onde se lê 02 a 08 de maio de 2017 -leia se 30 e 31 de maio de 2017;	Período para recursos
onde se lê 12 de maio de 2017 -leia se 1 de junho de 2017;	Publicação dos projetos aprovados
onde se lê 18 de maio de 2017 -leia se 14 de junho de 2017;	Entrega da documentação para assinatura dos convênios.
onde se lê 01 de junho de 2017 - às 19hs Câmara de Vereadores de Botuverá - leia se 22 de junho de 2017;	Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 034/2017

DECRETO Nº 034/2017

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o 1º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 02.05.2017.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de abril de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

LEI 0880 2017

LEI Nº 0880/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Financeira com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Trombudo Central.

Nildo Melmestet, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de fomento/convênio entre o município de Braço do Trombudo e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Trombudo Central, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Arthur Müller nº 670, cidade de Trombudo Central, inscrita no CNPJ sob nº 79.369.310/0001-38, consistente em um repasse financeiro no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), tendo por objeto o sistema de cooperação financeira para manutenção dos alunos matriculados no ensino de educação especial, destinados à execução e cumprimento do projeto apresentado pela referida associação, parte integrante da presente lei

Art. 2º O valor total do repasse financeiro para a APAE será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), em 09 (nove) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor, de forma mensal em conformidade com a minuta do convênio em anexo.

Art. 4º Os recursos, para fazer face ao disposto no artigo 1º desta Lei, serão realizados na seguinte classificação orçamentária do orçamento vigente:

04 Secretaria de Educação
05 Educação Especial

2.037 – Manutenção das Atividades da APAE

(72) 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Art. 7º Fica revogada as disposições legais contrárias, em especial a Lei nº 0862/2016 de 29 de março de 2016.

Braço do Trombudo, 20 de abril de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

LEI 0879 2017

LEI Nº. 0879/2017.

Anula e suplementa dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Nildo Melmestet, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:
03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
(11) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.114 – Manutenção das Atividades da APAE
(72) – 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 20 de abril de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

PORTARIA 060/2017

PORTARIA 060/2017

Enquadra profissionais do Quadro do Magistério
Público Municipal na Lei Complementar nº 097/2011
de 08/07/2011

O Prefeito do município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 93, e artigo 95 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08/07/2011, etc...

RESOLVE

Art. 1º - Enquadrar, de acordo com os artigos 93 e 95 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08/07/2011, nos devidos níveis e referências, o seguinte Profissional do Quadro do Magistério Público Municipal, detentores de cargos efetivos:

NOME	ADMISSÃO	CARGO	NÍVEL E REFERÊNCIA	
JULIANA MEURER	12.02.2007	PROFESSOR	1-A	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.03.2017.

Braço do Trombudo, em 20 de abril de 2017.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059 2017

PORTARIA Nº 059/2017

REVOGA PORTARIA

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1st. Fica revogado os efeitos da Portaria 0107/2016 de 29 de agosto de 2016 que cedeu o servidor Hipolito Sarda de Souza, para compor o corpo de bombeiros com o objetivo de trabalhar como Agente da Defesa Civil, nos termos item 2.1.10 do Termo de Convênio nº 9.937/2012 – 6, homologado pela Lei municipal 0720/2012.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de abril de 2017.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2017 - PUBLICAÇÃO LRF 1º BIM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 1º Bimestre de 2017, disponível no site www.brusque.sc.gov.br – Link: Portal Transparência e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 637 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

1º Bimestre / 2017

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	458.578.264,06	458.578.264,06	56.778.222,93	56.778.222,93	401.800.041,13

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	SALDO A
	INICIAL	ATUALIZADA	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM.	REALIZAR (EMP.)
CORRENTES	303.196.761,12	303.201.411,81	57.308.789,72	39.936.624,54	263.264.787,27
CAPITAL	124.578.696,80	124.574.120,98	1.093.865,00	1.028.166,83	123.545.954,15
INTRA-ORÇAM.	14.443.806,14	14.443.806,14	2.598.984,53	2.457.278,36	11.986.527,78
R. CONTINGÊNCIA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00
R. RPPS	16.254.000,00	16.254.000,00	0,00	0,00	16.254.000,00
TOTAL					

RESULTADO

SUPERAVIT				13.356.153,20	
-----------	--	--	--	---------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso I))

1º Bimestre / 2017

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses): 324.770.011,06
-----------------------------------	---

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso II))

1º Bimestre / 2017

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	30.749.000,00	30.749.000,00	7.574.401,13	5.376.404,45
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL	30.749.000,00	30.749.000,00	7.574.401,13	5.376.404,45

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM. EMP.	ATÉ O BIM. LIQ.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR LIQUIDADAS
Total Desp. Prev.	22.809.078,11	22.809.078,11	2.667.457,17	2.647.221,72	2.258.654,80
Resultado Previdenciário	7.939.921,89	7.939.921,89	4.906.943,96	4.927.179,41	3.117.749,65

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	1.189.232,80

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo V Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

1º Bimestre / 2017

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(12.922.768,74)	(12.922.768,74)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	13.269.113,69

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso III))

1º Bimestre / 2017

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	380.907.336,26	53.608.454,57	52.890.744,40

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	Até o bimestre Empenhadas	Até o bimestre Liquidadas	Até o bimestre Liquidadas - Ex.anterior
Valor	451.428.338,93	60.155.290,13	42.575.720,61	45.687.985,27

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(70.521.002,67)	(6.546.835,56)	11.032.733,96	7.202.759,13
---------------------	-----------------	----------------	---------------	--------------

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso V))

1º Bimestre / 2017

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
RP Processados	6.788.046,22	0,50	5.160.174,91	2.141.794,26
RP Não Processados	2.143.162,00	35.538,81	1.564.101,32	572.602,26
Total	8.931.208,22	35.539,31	6.724.276,23	2.714.396,52

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LRF, art. 72º))

1º Bimestre / 2017

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	8.155.579,89
Contribuição ao FUNDEB	4.655.093,22
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	3.479.376,79
Pagamento dos Profissionais do Magistério	9.297.548,02
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	114%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	5.132.123,84
Ensino Fundamental	7.733.699,25
(-) Deduções	3.500.486,67
TOTAL p/ fins de apuração	9.365.336,42
% aplicado (art. 212 CF/88)	31,22

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

1º Bimestre / 2017

RECEITAS	Previsão Atualizada	Rec. Realizadas Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Créditos	67.000.000,00	390.707,00	66.609.293,00

	Dotação Atualizada	Desp. Execut. Empenhadas	Saldo Não Realizado
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	124.574.120,98	1.093.865,00	123.480.255,98

Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(57.574.120,98)	(703.158,00)	(56.870.962,98)
--	-----------------	--------------	-----------------

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

1º Bimestre / 2017

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos (Rec. Alienação + Rend. Aplic.)	112.774,16

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de Ativos – Desp. Pagas	1.038.118,66

Saldo financeiro a aplicar	114.186,68
----------------------------	------------

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XII Port. 577 (LC 141/2012, art. 35))

1º Bimestre / 2017

DESPESAS Até o Bimestre

Atenção Básica	3.755.860,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.552.859,03
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	165.591,31
Vigilância Epidemiológica	276.020,80
Outras Subfunções	1.045.884,34
(-) Custeadas com recursos do SUS	4.557.687,83
(-) Consórcio	-
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	-
Total das Despesas com recursos próprios	7.238.528,29
% aplicação p/fins da EC 29	24,13

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias.

Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 24/04/2017 no DOM – Diário Oficial do Município, nos termos do art. 108 da LOM.

Brusque, 20 de abril de 2017

JONAS OSCAR PAEGLE	EDENA BEATRIS CENSI	CRISTIANO BITTENCOURT	DANIEL FELÍCIO
Prefeito Municipal	Secretária da Fazenda	Cont. CRC 028895/O-9	Controlador Interno

LEI Nº 4052/2017

LEI N.º 4.052, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Denomina Via Pública – Rua Vicente Domingues da Silva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA VICENTE DOMINGUES DA SILVA, a via sem denominação oficial, transversal à direita ao final da Rua Germano Hoschprung, bairro Souza Cruz.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo trata-se de uma rua sem saída, com uma extensão de 57,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11880-2017 - ERRATA

ERRATA

Na Portaria n.11.880 de 29 de março de 2017, publicada em 11 de abril de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

“Art. 1º Exonerar Santinho Francisco da Costa do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 16462, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.”

Leia-se:

“Art. 1º Art. 1º Exonerar Santino Francisco da Costa do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 16462, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.”

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RENATO DE BORBA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 11903-2017

PORTARIA N.º 11.903, 11 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal n.º 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Marcos Adilo Gelain do cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11919-2017

PORTARIA N. 11.919, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Designa servidora para exercer as funções de fiscal, relativo ao objeto do Contrato n. 034/2016, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Ramos Terraplanagem Ltda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Priscila Donbrovski da Silva, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Engenheira Civil, com inscrição no CREA-SC 113917-0, para exercer as funções de fiscal das obras de Infraestrutura (drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária) da Rua Otaviano Rosa, bairro Cedro Grande, a ser desenvolvida pela empresa Ramos Terraplanagem Ltda., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 34/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11920-2017

PORTARIA N. 11.920, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Designa servidor para exercer as funções de fiscal, relativo ao objeto do Contrato n. 068/2014, firmado entre o Município de Brusque e a empresa CR Artefatos de Cimento Ltda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Anderson Buss, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC 129039-9, para exercer as funções de fiscal das obras de construção da segunda etapa da Vila Germânica, bairro São Pedro, a ser desenvolvido pela empresa CR Artefatos de Cimento Ltda., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 068/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 672-2017

PORTARIA Nº 672/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 09/02/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Adriana Fischer Ribeiro	508098-3	Professor	Horizontal	C II	D II
Albildeide de Cassia Santana Silva	692913-1	Professor Auxiliar	Horizontal	C I	D I
Alessandra Stoltenberg do Nascimento	692913-1	Professor	Horizontal	B II	C II
Alicio Schiestel	392900-3	Professor	Horizontal	C II	D II
Aline Raiela Zientarski Kessler	681393-1	Professor Auxiliar	Horizontal	C I	D I
Altair Orlando da Costa	720445-0	Professor	Horizontal	C II	D II
Ana Cristina Karing	677167-2	Professor	Horizontal	C II	D II
Angela Weiss	677523-2	Coordenador Pedagógico	Horizontal	C II	D II
Carine Gisele Wehmuth Trevisan	372994-7	Professor	Horizontal	C II	D II
Claudia Regina Vargas Bertolini	408654-3	Professor	Horizontal	B II	C II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/02/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA Nº 11921-2017

PORTARIA N. 11.921, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Designa servidor para exercer as funções de fiscal, relativo ao objeto do Contrato n. 056/2015, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Terraplanagem Medeiros Ltda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Anderson Buss, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC 129039-9, para exercer as funções de fiscal das obras de construção da terceira etapa da Vila Germânica, bairro São Pedro, a ser desenvolvido pela empresa Terraplanagem Medeiros Ltda., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 056/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 673-2017

PORTARIA Nº 673/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 09/02/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Daniela Grignani Costodio	443794-5	Professor Auxiliar	Horizontal	C I	D I
Edina Dors Leoni	481610-2	Professor	Horizontal	C II	D II
Fabiana Verissimo Correa Silva	507830-4	Professor	Horizontal	B II	C II
Francieli Camargo	677876-2	Professor Auxiliar	Horizontal	C I	D I
Gisele Karine Cardoso Dietrich	570486-2	Professor	Horizontal	C II	D II
Graciela Nunes Duarte Zirke	720038-0	Coordenador Pedagógico	Horizontal	C II	D II
Ivanir Heil Buss	719579-0	Professor	Horizontal	C II	D II
Joneli Gionara Fernandes	719498-0	Coordenador Pedagógico	Horizontal	C II	D II
Juliana Kohler Raubert	473219-5	Professor	Horizontal	C II	D II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/02/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA Nº 674-2017

PORTARIA Nº 674/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 09/02/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Lorivani Maria Machado	873225-0	Professor	Horizontal	B II	C II
Lurde Popenga Bianchessi	12793-8	Coordenador Pedagógico	Horizontal	C II	D II
Marcilene Tormena Dalbosco	316288-6	Professor	Horizontal	C II	D II
Maria Goreti Galassini Fantini	313815-5	Professor	Horizontal	D II	E II
Marines Soares Deziderio dos Santos	383325-3	Professor	Horizontal	A II	B II
Rosana de Oliveira	720020-0	Professor	Horizontal	C II	D II
Rosangela Maçaneiro Cuchi	450618-5	Professor	Horizontal	C II	D II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/02/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA Nº 675-2017

PORTARIA Nº 675/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 09/02/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Sara Gracielli Wyrepkowski	517151-1	Professor	Horizontal	C II	D II
Sheila Marcelino Izabel	719510-0	Professor	Horizontal	C II	D II
Silvana Pruner Vieira	443450-6	Professor	Horizontal	C II	D II
Suzamara Mafra	443310-5	Professor	Horizontal	C II	D II
Thiago Alessandro Spiess	443751-2	Professor	Horizontal	C II	D II
Tiago Contesini Vinotti	681784-1	Professor	Horizontal	C III	D III
Vera Lucia Huber	8494-8	Professor	Horizontal	D III	E III
Veridiana Gessi Niedermeyer Trevisan	371716-6	Professor	Horizontal	C II	D II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/02/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA Nº 676-2017

PORTARIA Nº 676/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 09/02/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Silvia Leticia Inoceti	372935-11	Professor	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016. OBJETO: Prorrogação de prazo pelo período de 60 (sessenta) dias para a execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DAS MANGUEIRAS DE ARREIMATE DO COMPLEXO AGROPECUARISTA, SITO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ, BAIRRO CHAMPAGNAT, CAÇADOR/SC. CONTRATADA: ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.691.549/0001-81, com sede na cidade de Guarapuava/PR, neste ato representada pelo Sr. ALAN MARCUS BLANC, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob o nº 373.320.829-34, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava/PR. O prazo de vigência do presente aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 20 de abril de 2017 até 20 de junho de 2017, podendo ser prorrogado conforme a Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/12/2016	1	62853 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DAS MANGUEIRAS DE ARREIMATE DO COMPLEXO AGROPECUARISTA, SITO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ, BAIRRO CHAMPAGNAT, CAÇADOR/SC.	RS	1	276.704,57	276.704,57
Total						276.704,57

1º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº58/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

1º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº58/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016 – OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o acréscimo nos quantitativos inicialmente previstos para os itens relacionados abaixo, no percentual de 25% (vinte e cinco). CONTRATADA: MACMILLAN DO BRASIL EDITORA, COMERCIALIZADORA, IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 74.479.577/0001-64, com sede na cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. ACÁCIO ROSA DE QUEIROZ NETO, brasileiro, casado, diretor administrativo e financeiro Cone Sul, inscrito no CPF sob o nº 220.420.128-66, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP. O preço certo para os acréscimos é de R\$ 25.550,15 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos).

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	63257 - LIVRO DE INGLÊS 1º ANO. • QUE CONTENHA CAPA DURA; • SEJA ESPIRAL; • AUDIO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES (CD); • BEM COLORIDO E COM VÁRIAS ATIVIDADES VISUAIS, LÚDICAS E DIVERSIFICADAS; • QUE CONTENHA GLOSSÁRIO; • COM APROXIMADAMENTE 90 FOLHAS; • QUE CONSTE NA OBRA O MANUAL DO PROFESSOR; • COM ENCARTES DESCARTÁVEIS; • A LETRA DA ESCRITA DO LIVRO SEJA ARIAL 12; • QUE CONTENHA ENTRE 8 E 13 UNIDADES TEMÁTICAS	UN	175	31,45	5.503,75
1	2	63258 - LIVRO DE INGLÊS 2º ANO. • QUE CONTENHA CAPA DURA; • SEJA ESPIRAL; • AUDIO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES (CD); • BEM COLORIDO E COM VÁRIAS ATIVIDADES VISUAIS, LÚDICAS E DIVERSIFICADAS; • QUE CONTENHA GLOSSÁRIO; • COM APROXIMADAMENTE 90 FOLHAS; • QUE CONSTE NA OBRA O MANUAL DO PROFESSOR; • COM ENCARTES DESCARTÁVEIS; • A LETRA DA ESCRITA DO LIVRO SEJA ARIAL 12; QUE CONTENHA ENTRE 8 E 13 UNIDADES TEMÁTICAS	UN	165	31,45	5.189,25
1	3	63259 - LIVRO DE INGLÊS 3º ANO. • QUE CONTENHA CAPA DURA; • SEJA ESPIRAL; • AUDIO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES (CD); • BEM COLORIDO E COM VÁRIAS ATIVIDADES VISUAIS, LÚDICAS E DIVERSIFICADAS; • QUE CONTENHA GLOSSÁRIO; • COM APROXIMADAMENTE 90 FOLHAS; • QUE CONSTE NA OBRA O MANUAL DO PROFESSOR; • COM ENCARTES DESCARTÁVEIS; • A LETRA DA ESCRITA DO LIVRO SEJA ARIAL 12; QUE CONTENHA ENTRE 8 E 13 UNIDADES TEMÁTICAS	UN	175	31,45	5.503,75
1	4	63260 - LIVRO DE INGLÊS 4º ANO. • QUE CONTENHA CAPA DURA; • SEJA ESPIRAL; • AUDIO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES (CD); • BEM COLORIDO E COM VÁRIAS ATIVIDADES VISUAIS, LÚDICAS E DIVERSIFICADAS; • QUE CONTENHA GLOSSÁRIO; • COM APROXIMADAMENTE 90 FOLHAS; • QUE CONSTE NA OBRA O MANUAL DO PROFESSOR; • COM ENCARTES DESCARTÁVEIS; • A LETRA DA ESCRITA DO LIVRO SEJA ARIAL 12; QUE CONTENHA ENTRE 8 E 13 UNIDADES TEMÁTICAS	UN	140	33,19	4.646,60

1	5	63261 - LIVRO DE INGLÊS 5º ANO. • QUE CONTENHA CAPA DURA; • SEJA ESPIRAL; • AUDIO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES (CD); • BEM COLORIDO E COM VÁRIAS ATIVIDADES VISUAIS, LÚDICAS E DIVERSIFICADAS; • QUE CONTENHA GLOSSÁRIO; • COM APROXIMADAMENTE 90 FOLHAS; • QUE CONSTE NA OBRA O MANUAL DO PROFESSOR; • COM ENCARTES DESCARTÁVEIS; • A LETRA DA ESCRITA DO LIVRO SEJA ARIAL 12; QUE CONTENHA ENTRE 8 E 13 UNIDADES TEMÁTICAS	UN	140	33,62	4.706,80
TOTAL						25.550,15

8º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013

8º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 □ PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013 - TRANSPORTE ESCOLARO. OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a Concessão de Reajuste com base no INPC, ou seja, 4,56%. CONTRATADA: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.188/0001-04, com sede na cidade de Macieira/SC, neste ato representado pelo Sr. ARI BETINELLI, brasileiro, casado, motorista, inscrito no CPF sob nº 683.596.679-34, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 8.668,79 (oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos).

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIA DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
22	28.960,00	200	R\$ 2,9551	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Serraria Grande. Veículo com capacidade mínima para 40 lugares KM DIÁRIO 144,80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

REGISTRO DE PREÇOS – OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, PLACAS DE SINALIZAÇÃO, PLACAS LUMINOSAS E ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. CONTRATADA: ADELVO BASQUERA E CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.554.179/0001-90, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. ROMULO NAVA MOREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 043.492.149-17, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS 17, 18, 19 e 20

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17	60442 - EXTINTOR NOVO PQS 04 QUILOS EXTANG	UN	5	68,00	340,00
18	60443 - EXTINTOR NOVO PQS 06 QUILOS EXTANG	UN	18	78,00	1.404,00
19	63125 - EXTINTOR NOVO PÓ ABC 4 KG EXTINSUL	UN	5	80,00	400,00
20	63126 - EXTINTOR NOVO PÓ ABC 06 KG EXTINSUL	UN	5	98,00	490,00
TOTAL 2.634,00					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, PLACAS DE SINALIZAÇÃO, PLACAS LUMINOSAS E ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. CONTRATADA: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.651.973/0001-88, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. LUCIANO GONZAGA DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 028.409.839-66, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS 25, 26 e 27

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
25	64085 - PLACA LUMINOSA DE INDICAÇÃO DE SAÍDA " AUTÔNOMA", FACE ÚNICA, COM AS INSCRIÇÕES VERMELHAS COM FUNDO BRANCO, COM SETAS AUTO ADESIVAS E SUPORTE PARA FIXAÇÃO, COM APENAS UM PARAFUSO, POSSIBILITANDO A INSTALAÇÃO DE TODAS AS MANIRAS POSSÍVEIS, NA DIMENSÃO DE 20 X 28. SEGURI	UN	300	38,00	11.400,00

26	57252 - LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA COM 30 LEDS BIVOLTA AUTOMÁTICO, RECARREGÁVEL, APROVADO PELO INMETRO SEGURÍ	UN	500	19,70	9.850,00
27	64086 - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM AUTONOMIA DE 3 HORAS, FLUXO LUMINOSO DE 960 LUMENS, LEDS SMD DE ALTO BRILHO, BOTÃO DE TESTE E BATERIA DE GEL SELADA. OS 2 FARÓIS POSSUEM LENTES COM ÂNGULO DE 60°. O PLUG É CERTIFICADO PELO INMETRO. CONTEÚTO BUCHAS E PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO, NA EMBALAGEM. SEGURÍ	UN	100	178,00	17.800,00
TOTAL 39.050,00					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, PLACAS DE SINALIZAÇÃO, PLACAS LUMINOSAS E ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. CONTRATADA: JM EXTINTORES CAÇADOR EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.827.746/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pela Sra. SONIA VILAN PEREIRA, brasileira, casada, auxiliar administrativo, inscrita no CPF sob nº 923.391.589-15, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23 e 24

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	19294 - RETEXTE DE EXTINTOR PQS 4KG PREVENCHAMA	UN	170	4,00	680,00
2	32899 - RETEXTE DE EXTINTOR PQS 6 KG PREVENCHAMA	UN	150	5,00	750,00
3	19298 - RETEXTE DE EXTINTOR PQS 8 KG PREVENCHAMA	UN	10	4,90	49,00
4	64080 - RETEXTE DE EXTINTOR PQS 12 KG RETEXTE DE EXTINTOR PQS 12 KG PREVENCHAMA	UN	10	5,00	50,00
5	64081 - RETEXTE DE EXTINTOR PQS 20 KG RETEXTE DE EXTINTOR PQS 20 KG PREVENCHAMA	UN	1	7,00	7,00
6	29601 - RETEXTE DE EXTINTOR CO2 4KG PREVENCHAMA	UN	50	5,00	250,00
7	29602 - RETEXTE DE EXTINTOR CO2 6KG PREVENCHAMA	UN	70	7,00	490,00
8	29603 - RETEXTE DE EXTINTOR AGUA 10 LTS PREVENCHAMA	UN	10	7,00	70,00
9	24346 - RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG PREVENCHAMA	UN	170	10,90	1.853,00
10	24347 - RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 KG PREVENCHAMA	UN	150	11,90	1.785,00
11	19297 - RECARGA DE EXTINTOR PQS 8 KG PREVENCHAMA	UN	10	13,90	139,00
12	19299 - RECARGA DE EXTINTOR PQS 12 KG PREVENCHAMA	UN	10	16,00	160,00
13	19300 - RECARGA DE EXTINTOR PQS 20 KG PREVENCHAMA	UN	1	40,00	40,00
14	32900 - RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG PREVENCHAMA	UN	50	27,00	1.350,00
15	32902 - RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG PREVENCHAMA	UN	70	29,00	2.030,00
16	63122 - RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA 10 LTS PREVENCHAMA	UN	10	9,50	95,00
21	64082 - SINALIZAÇÃO SETA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO COM IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO S. COSTA	UN	200	2,00	400,00
22	64083 - SINALIZAÇÃO SETA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO COM IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE EXTINTOR CO2 S. COSTA	UN	100	2,00	200,00

23	64084 - SINALIZAÇÃO SETA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO COM IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE ÁGUA S. COSTA	UN	20	2,00	40,00
24	37996 - SINALIZAÇÃO "PCM" PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO S. COSTA	UN	300	2,00	600,00
TOTAL 11.038,00					

DECRETO Nº 7.091

DECRETO Nº 7.091, de 18 de abril de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme segue:

40.01 – Fundo Municipal de Saúde.

10.301.0008.2.151 – Bloco da Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.0.3.67(349) - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício anterior, apurado na fonte de Transferências do SUS do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07 - 2017 – PR – 03 – 2017 – FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07 - 2017 – PR – 03 – 2017 – FMAS

OBJETO – AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DESTINADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/05/2017 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/05/2017 as 14h05min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 20 de abril de 2017.

SIDNEI CARDOSO

SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2016

Termo de rescisão do Contrato administrativo nº 29/2016 para CONCESSÃO DE USO PARA OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO, DA SALA Nº 05 (CINCO), COM 8,15 M², SITUADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO SELVINO CARAMORI. O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 561.293.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; e ELIANE LEMOS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.908.242/0001-06, neste ato representada por ELIANE LEMOS residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC, celebram o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo Nº 29/2016, Processo Licitatório nº 12/2016, Concorrência nº 02/2016, de comum acordo, em face de fatores supervenientes que inviabilizam a manutenção do mesmo sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 006/2017 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2017- FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DESENVOLVIDO NO CENTRO DE APOIO A FAMÍLIA ADÃO DA ROSA, COORDENADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/04/2017

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 039/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 047/2017 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DA SECRETARIA, MATERIAIS ESTES, NECESSÁRIOS PARA DAR SUPORTE AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 01 (um) ano.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/04/2017

1ª Publicação.

DL 14/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 014/2017 - FMS

Data: 20/04/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 120M2 DE ÁREA, CONSTRUÍDA

PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADO NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 15.404,70 (Quinze Mil e Quatrocentos e Quatro Reais e Setenta Centavos)

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Locador: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 20 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

DL 15/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 015/2017 - FMS

Data: 20/04/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SALA COMERCIAL COM 110M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, EXPEDIENTE, LIMPEZA E IMPRESSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADO NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 15.656,28 (Quinze Mil Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Oito Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Locador: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 20 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO 17 A 20

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato Nº009/2017 A Ata De Registro De Preços Nº 006/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2017

Contratado: KLAIN ASSISTENCIA TECNICA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME

Data: 17/04/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ

Contrato Nº010/2017

Processo: Dispensa de Licitação nº. 014/2017

Locador: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Data: 20/04/2017

Prazo: 19/10/2017

Valor: R\$ 15.404,70 (Quinze mil quatrocentos e quatro reais e setenta centavos)

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 120M2 DE ÁREA, CONSTRUÍDA PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADO NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato Nº011/2017

Processo: Dispensa de Licitação nº. 015/2017

Locador: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Data: 20/04/2017

Prazo: 19/10/2017

Valor: R\$ 15.656,28 (Quinze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos)

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SALA COMERCIAL COM 110M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, EXPEDIENTE, LIMPEZA E IMPRESSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADO NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

CAMBORIÚ PREV

Contrato nº 002/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2017

Contratado: CAMBORIÚ COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Data: 18/04/2017

Prazo: 150 (cento e cinquenta) dias

Valor: R\$ 41.680,00 (Quarenta e um mil seiscentos e oitenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA SER UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CAMBORIÚPREV

FME

Contrato nº 015/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2017

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Data: 20/04/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 10.452,00 (Dez mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO RCO (RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATORIA) RESPECTIVO A DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS.

FUCAM

Contrato nº 001/2017

Processo: Dispensa de Licitação nº. 001/2017

Locador: VOLMAR LUCIO MELO

Data: 19/04/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais)

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM 250,00M2 PARA ABRIGAR A FUNDAÇÃO CAMBORIÚENSE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SITUADA NA RUA JOAQUIM NUNES, Nº285.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.457 DE 20 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.457 DE 20 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 40, § 1º, INCISO III, ALÍNEA "b" CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC-41/03, E ART. 59, INCISOS I, II, III E IV DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DO CARMO MOREIRA FARI.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, detentora da Matrícula Funcional nº 000265, Registro no Sistema sob nº 314880, portadora do CPF/MF nº 017.508.519-62 e do RG nº 1.097.526 expedido pela SSP/SC, Pis/Pasep nº 1.087.998.662-7, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 005/2017 nos termos do Art. 40, § 1º, Inciso III, Alínea "b" da CF/88, com redação dada pela EC-41/03, combinado com o Artigo 22 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Parágrafo único – O valor dos proventos de que trata o Caput deste Artigo, serão reajustados pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 20 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS JEFFERSON JEAN DUVOISIN Prefeito Municipal em Exercício Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

CONVITE 03/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 826/2017
CARTA CONVITE Nº 03/2017
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. Odilson Vicente de Lima, TORNA PÚBLICO que até as 08 horas do dia 27 de maio de 2017, a Comissão Permanente de Licitações do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 826/2017 na modalidade de Carta Convite Nº 03/2017 do Município de Campo Erê, para a compra de peças e reparos urgentes do veículo Ducato, utilizado para o transporte de pacientes do SUS, placa MLW-1226 pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs, e 13:15 às 17:15, pelo fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 20 de abril de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 42/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 42/2017.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: SIMONE PALUDO DE GIACOMETTI ME, CNPJ 09.041.964/0001-52. OBJETO: CREDENCIAR FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos de urgência. Ainda os medicamentos concedidos por ordem judicial ou de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica Básica – e/ou não estejam contemplados na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) em que o uso seja imprescindível e imediato, sob risco de agravos à saúde do indivíduo, podendo levar a complicações graves. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 384/2017/FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017 - FMS. DOTAÇÃO: 14.01 14.01.10301001.2.020000 3.3.90.00.00 6370 102. VALOR: R\$: 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2017, Campo Erê/SC, em 22/03/2017. SIGNATÁRIOS: Catia Ferlin da Veiga pela Contratante e Simone Paludo e Giacometti pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 42/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 42/2017.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: SIMONE PALUDO DE GIACOMETTI ME, CNPJ 09.041.964/0001-52. OBJETO: CREDENCIAR FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos de urgência. Ainda os medicamentos concedidos por ordem judicial ou de

uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica Básica – e/ou não estejam contemplados na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) em que o uso seja imprescindível e imediato, sob risco de agravos à saúde do indivíduo, podendo levar a complicações graves. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 384/2017/FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017 - FMS. DOTAÇÃO: 14.01 14.01.10301001.2.020000 3.3.90.00.00 6370 102. VALOR: R\$: 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2017, Campo Erê/SC, em 11/04/2017. SIGNATÁRIOS: Catia Ferlin da Veiga pela Contratante e Simone Paludo de Giacometti pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 43/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 43/2017.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: ORGANIZAÇÕES ANDREATA LTDA EPP, CNPJ 83.135.913/0001-42. OBJETO: CREDENCIAR FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos de urgência. Ainda os medicamentos concedidos por ordem judicial ou de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica Básica – e/ou não estejam contemplados na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) em que o uso seja imprescindível e imediato, sob risco de agravos à saúde do indivíduo, podendo levar a complicações graves. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 384/2017/FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017 - FMS. DOTAÇÃO: 14.01 14.01.10301001.2.020000 3.3.90.00.00 6370 102. VALOR: R\$: 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2017, Campo Erê/SC, em 13/04/2017. SIGNATÁRIOS: Catia Ferlin da Veiga pela Contratante e Evania Vichroski pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 44/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 44/2017.
LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Campo Erê, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. LOCADORA: MICHELA DANELUZ DA SILVA, CPF 026.351.119-79. OBJETO: locação de 01 (um) imóvel, localizado no CENTRO de Campo Erê – SC, o qual o LOCATÁRIO destinará exclusivamente a atender as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 650/2017/FMS, Pregão Presencial nº 20/2017/FMS. DOTAÇÃO: 1101 3390 5479 135 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR: R\$: 28.000,00 (vinte e oito mil e reais). VIGÊNCIA: 01/05/17 a 31/12/17. Campo Erê/SC, em 17/04/2017. SIGNATÁRIOS: Luciane Giacchini Antonietti pela Locataria e Michela Daneluz da Silva pela Locadora.

EXTRATO CONTRATO 45/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 45/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ 03.583.300/0001-39. OBJETO: aquisição de 01 (um) veículo automotor, marca Toyota, modelo Etios Sedan xs 1.5 de 10cv, flex de fabricação nacional, capacidade para 05 pessoas, cor branca, ano/modelo 2017/2018, 04 portas, cambio manual de seis velocidades a frente, freios co abs/evd, direção elétrica progressiva, ar condicionado, porta luvas climatizado, conjunto elétrico nas quatro portas. alarme mais retrovisores eletricos, airbag duplo, banco trazeiro rebatível, rodas de aço com super calotas equiparada com pneus 175/65r14, reservatorio de combustivel de 45 lts e bagageiro de 562 lts. radio cd/am/fm/ubs, alarme de advertencia de portas abertas e farois acesos e cintos de segurança não afivelados, garantia de 36 meses sem limite de km, destro das revisões feitas no prazo e especificado no manual de garantia. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 677/2017/FMS, Pregão Presencial nº 22/2017/FMS. DOTAÇÃO: 1401 1013 449000 5936 133 Aquisição de veículos e ambulância. VALOR: R\$: 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). VIGÊNCIA: assinatura até o termino da garantia. Campo Erê/SC, em 17/04/2017. SIGNATÁRIOS: Catia Ferlin da Veiga pela Contratante e Maria Auxiliadora Sperandio pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 697/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº697/2017, na modalidade Pregão de nº 23/2017 tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO E PROFISSIONAIS PARA SUPORTE EM INFORMATICA.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
TATIANE NALIN 04025045931	1	1	9,00	850,0000	7.650,0000
TATIANE NALIN 04025045931	1	2	9,00	400,0000	3.600,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
TATIANE NALIN 04025045931	11.250,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 20 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 28/2017

MUNICIPIO DE CAMPO ERE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 823/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município De Campo Erê - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. Odilson Vicente de Lima, TORNA PÚBLICO que até às 08:00horas do dia 03 de maio de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Pregão Presencial nº 28/2017 – Ata de Registro de Preços, para a futura e eventual contratação de mão-de-obra especializada: eletricista, encanador, pintura, pedreiro, colocação e, assentamento de paver, conserto de calçamento e conserto de calçadas, solda e conserto de mobílias, conforme especificado nesse Edital, e, em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30 às 11:30, e das 13:15 às 17:15, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê-SC, 20 de abril de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.730/17 DE 18/04/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAMPOS NOVOS - CMHCN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.730/17 de 18/04/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAMPOS NOVOS - CMHCN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos – CMHCN.

I – Representantes do Poder Público

Titular: Vilmar Antônio Ferrão Jr

Suplente: Hayett Kanaan Milanez

Titular: Adelar Vieira Alves da Silva

Suplente: Kerly Juciane Walter

Titular: Laides Laidnes

Suplente: Luiz Carlos Antunes

II – Representantes das Associações de Bairros:

Titular: Alexandre Kunen

Suplente: Paulino da Silva

Titular: Antonio Freitas Primo

Suplente: Pedrinho Cruz

III – Representantes da Sociedade Civil

Titular: Juliana Aisi Berger Cenci

Suplente: Afonso Rosseto

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação será de 3 (três) anos a partir da data da expedição deste decreto.

Parágrafo único. A possibilidade de recondução dos membros do CMHCN, será estabelecida no Regimento Próprio.

Art. 3º. A função dos Membros nomeados conforme Artigo 1º, não será remunerada, e sua participação será considerada de relevante interesse público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário em especial o Decreto Nº 7.153/14

Campos Novos, 18 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.732/17 DE 19/04/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.732/17 de 19/04/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 202.773,90 (Duzentos e dois mil, setecentos e setenta e três reais e noventa centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 – DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR-GERÊNCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 – Manutenção do Departamento de Transporte Escolar –Gerência Transporte

Elementos de despesa: 60- 3.3.90.00.00.00.00.01.0022.000 000–Aplicações diretas R\$ 160.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 – DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR-GERÊNCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 – Manutenção do Departamento de Transporte Escolar –Gerência Transporte

Elementos de despesa: 143- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0022.00 0000–Aplicações diretas R\$ 42.773,90

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do de provável excesso de arrecadação/convênio transporte escolar estadual – R\$160.000,00; e superávit financeiro de recursos de convênio/ transporte escolar estadual - R\$ 42.773,90.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.328/17 DE 20/04/2017 INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2017 DE CAMPOS NOVOS - PREFICAM 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.328/17 DE 20/04/2017

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2017 DE CAMPOS NOVOS - PREFICAM 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Campos Novos – PREFICAM 2017, destinado a promover a regularização

de créditos tributários e não-tributários do Município de Campos Novos, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único. O PREFICAM 2017 abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º. A adesão ao PREFICAM 2017 dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 1º. O prazo final de adesão ao PREFICAM 2017 será até 31 de julho de 2017, podendo ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei.

Art. 3º. Ao aderir ao PREFICAM 2017, o sujeito passivo deverá liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista ou de forma parcelada.

Art. 4º A adesão ao PREFICAM 2017 observará os seguintes critérios:

I - Em existindo mais de um imóvel em nome do sujeito passivo, a adesão ao PREFICAM 2017, em relação aos créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário, poderá ser individualizada para cada imóvel.

II - Nos casos em que o contribuinte possuir débito relativo a crédito tributário e crédito não-tributário, será emitida adesão própria para cada, ficando cada um deles sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, sobre cada dívida arrecadada.

III - A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 5º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFICAM 2017:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal e desistências de recursos;

II - prévio recolhimento de todas as despesas extrajudiciais efetuadas e comprovadas;

§ 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a requerer a suspensão dos processos de execução fiscal enquanto perdurar os efeitos da presente Lei.

§ 2º. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário da presente Lei o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

§3º. O benefício da presente Lei não abrange créditos tributários discutidos em Juízo, cujos embargos à execução fiscal ou ação anulatória já tenham transitado em julgado em favor da Fazenda Municipal e o valor do crédito esteja depositado em Juízo na data da publicação da presente lei, pendente apenas de levantamento por parte do Município.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias, exigidos ou não por notificações fiscais, observados os seguintes percentuais:

I - Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que faça o pagamento em uma parcela, à vista, será concedida anistia e/ou remissão de 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias;

II- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total

consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 2 (duas) parcelas, será concedido o desconto de 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias;

III- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 3 (três) parcelas, será concedido o desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias;

IV- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 4 (quatro) parcelas, será concedido o desconto de 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias;

V- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 5 (cinco) parcelas, será concedido o desconto de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias;

VI- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 6 (seis) parcelas, será concedido o desconto de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias;

VII- Para o sujeito passivo que possua débito cujo valor total consolidado, na data do requerimento, seja de até 200.000.00 (duzentos mil reais), inclusive, que tenha interesse em efetuar o pagamento da obrigação tributária em 7 (sete) ou mais parcelas, até o limite de 10 (dez), será concedido o desconto de 40% (quarenta por cento) dos juros e multas moratórias;

§1º. As reduções previstas neste artigo não contemplam a correção monetária que incidir sobre os débitos. Para todos os débitos pagos com os benefícios da presente Lei é assegurada a correção monetária pela UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 7º A opção pelo PREFICAM 2017 obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos em que optou pela adesão ao PREFICAM 2017;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º. No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFICAM 2017 segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo Único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 9º. Os valores a serem recolhidos em decorrência do PREFICAM 2017, não recolhidos até o vencimento ou data limite de pagamento, perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação ao valor do débito não pago, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 10. Os prazos para recolhimento dos valores, objeto do PREFICAM 2017, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 11. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder

anistia e/ou remissão total dos créditos relativos a honorários advocatícios pendentes de pagamento e que sejam decorrentes de créditos tributários e de créditos não-tributários que estejam sendo cobrados judicialmente e sejam quitados à vista nos termos e no prazo da presente lei e a honorários advocatícios pendentes relativos a créditos tributários e créditos não-tributários que foram pagos integralmente, de qualquer forma, até 31 de julho de 2017.

Art. 14. As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, esta Lei.

Art. 16. Para concessão de novo parcelamento de débitos já parcelados e não quitados, é obrigatório o sujeito passivo, efetuar o pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do débito a ser parcelado, antes de ser deferido o novo parcelamento.

Art. 17. Eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de abril de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.331/17 DE 20/04/2017 AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, DE SUAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIA; AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO, AOS DETENTORES DE MANDATOS ELETIVOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, EMP

LEI Nº 4.331/17 DE 20/04/2017

AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, DE SUAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIA; AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO, AOS DETENTORES DE MANDATOS ELETIVOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO QUE FORAM ADMITIDOS EM DECORRÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/07 (ESF) E LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2007 (SAMU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal aos servidores públicos da Administração Direta, Poder Legislativo, Fundações e Autarquia, inativos e pensionistas, aos detentores de mandatos eletivos e aos Secretários Municipais e demais Cargos Comissionados.

§ 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal a todos os empregados públicos do Poder Executivo Municipal que foram admitidos em decorrência da Lei Complementar nº 07/07 (ESF) e suas alterações.

§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal aos servidores ou empregados públicos do Quadro de Pessoal do SAMU, instituído pela Lei Complementar nº 01/2007.

Art. 2º - O percentual de revisão geral anual referido no artigo 1º será de 7% (sete por cento), aplicado sobre os vencimentos do mês de março, valor superior a inflação parcial apurada no período de 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017, utilizando-se como parâmetro o índice do IPCA-IBGE de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento).

Art. 3º - O percentual de revisão anual dos subsídios dos detentores de mandatos eletivos e dos Secretários Municipais também será de 7,00 % (sete por cento), superior ao índice econômico do IPCA-IBGE para ao período de 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017.

Parágrafo único- A revisão geral anual dos subsídios dos vereadores, fica limitada as determinações constitucionais, não podendo ultrapassar, em caso de aplicação da presente lei, o limite máximo previsto pela Constituição Federal.

Art. 4º- A diferença salarial será lançada na folha de pagamento dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, incluindo Fundações e Autarquia, bem como Secretários Municipais e empregos públicos, no percentual de 7% (sete por cento) no mês de abril do corrente ano.

Art. 5º - Aplicam-se os percentuais de revisão geral aos ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º- Não se aplica a presente Lei ao professores com habilitação em magistério, os quais tiveram seus vencimentos reajustados, em virtude da lei federal do piso do magistério.

Art. 7º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos que integram o Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo, Autarquias, Fundações e Empregados Públicos do ESF e SAMU (LC 01/07 e 07/07), mediante a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de abril de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.332/17 DE 20/04/2017 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM O SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPOS NOVOS, A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPOS NOVOS – CDL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE – ACIRCAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.332/17 DE 20/04/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM O SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPOS NOVOS, A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPOS NOVOS – CDL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE – ACIRCAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, inscrito no CNPJ sob nº 82.938.812/0001-47, com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos – CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20 e com a Associação Empresarial Rural e Cultural Camponovense – ACIRCAN, inscrita no CNPJ sob nº 83.826.958/0001-63 com a finalidade de desenvolver ações, através de mútua cooperação, para a realização de Eventos de interesse do Município no Parque de Exposições Leonidas Rupp, em especial a realização da EXPOCAMPOS, na forma da minuta de Termo de Colaboração em anexo (Anexo I), que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Ficam autorizadas a CDL, ACIRCAN e o Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos a captar, a título de patrocínio, recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, para custear a realização da EXPOCAMPOS, os quais deverão ser movimentados em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as melhorias necessárias no Parque de Exposições Leonidas Rupp para que este comporte a realização do Evento EXPOCAMPOS e a ceder gratuitamente estruturas físicas necessárias para a realização deste e demais Eventos e Festividades de interesse do Município no Parque de Exposições Leonidas Rupp, bem como fazer a contratação de shows artísticos e outras atrações para o evento. Parágrafo Único. O limite de gastos e receitas para a realização do evento EXPOCAMPOS no ano de 2017 é a constata no anexo II da presente Lei.

Art. 4º. O gerenciamento dos espaços e estantes no dia da festa do aniversário do município ficam sob a responsabilidade da CDL e ACIRCAN, que deverão coordenar e comercializar os espaços no pavilhão da Indústria e Comércio durante a Feira, Praça de Alimentação, Tendões, Estacionamento e demais dependências do evento, gerenciando os recursos em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades,

Parágrafo Único - Será destinado as entidades CDL e ACIRCAN, como contrapartida pela venda dos espaços da EXPOCAMPOS no ano de 2017, o valor limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada entidade, sendo garantindo também este valor como o mínimo repassado.

Art. 5º. Em caso de sobra de recursos captados com patrocínios, para custeio da realização da EXPOCAMPOS, os valores deverão ser destinados ao Município.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pela seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Unidade: 21 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Proj./Ativ.: 2.042 Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários

92 - 3.3.90.00.00.00.00.0000.01.0000.000000 Aplicações Diretas e;

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 22 DEPARTAMENTO DO TURISMO

Proj./Ativ.: 2.081 - Realização da Festa do Município.

Elem. de Despesa: 93 - 3.3.90.00.00.00.00.0000.01.0000.000000 Aplicações Diretas.

Parágrafo Único. O valor será complementado pelos recursos captados a título de patrocínio, com a vendas dos espaços dos estandes e recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, para custear a realização da EXPOCAMPOS, os quais deverão ser movimentados em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades, além dos serviços prestados diretamente.

Art. 7º. As Entidades deverão prestar contas dos recursos arrecadados com a presente lei, ao Município e Câmara de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do evento, com relatórios detalhados.

Art. 8º. A vigência do Termo de Colaboração será de 1 (um) ano, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período a critério da Administração, da CDL, da ACIRCAN e do Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, mediante autorização legislativa.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de abril de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Pelo presente Termo de Colaboração que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.815.072, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, residente na Rua Santa Efigênia, nº. 479, Bairro Centro, nesta cidade de Campos Novos/SC, de outro lado o SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 82.938.812/0001-47, com sede na Rua _____, Centro, Campos Novos – SC, representado por seu Presidente, _____, doravante denominado simplesmente de SINDICADO, a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, de Campos Novos, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, com sede na Rua Cel. Pedro Carlos, 974, Centro, Campos Novos – SC, representado por seu Presidente, _____, doravante denominado simplesmente de CDL, e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL, RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE, de Campos Novos, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.826.958/0001-63, com sede na Rua Cel. Pedro Carlos, Campos Novos – SC, representado por seu Presidente _____, doravante denominada simplesmente ACIRCAN, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I – Desenvolver ações, através de mútua cooperação, para a realização de Eventos de interesse do Município no Parque de Exposições Leonidas Rupp, em especial a realização da EXPOCAMPOS, em parceria com o empresariado local através da CDL e ACIRCAN e o Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, para o desenvolvimento e execução destas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Caberá ao MUNICÍPIO:

I – Ceder gratuitamente estruturas físicas necessárias para a realização de Eventos e Festividades de interesse do Município no Parque de Exposições Leonidas Rupp, em especial a realização da EXPOCAMPOS, bem como fazer a contratação de shows artísticos e outras atrações para o evento.

II – Divulgar toda a programação da EXPOCAMPOS e de outras eventos que realize ou tenha interesse na sua realização.

III – Realizar as melhorias necessárias no Parque de Exposições Leonidas Rupp para que este comporte a realização do Evento EXPOCAMPOS e demais eventos realizados no parque de exposições que sejam de interesse do Município.

IV – fiscalizar a aplicação de auxílio financeiro decorrente do Termo de Colaboração;

Parágrafo único - A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Industria Comercio e Turismo, através do gestor designado, com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPOS NOVOS

I – Realizar conjuntamente com o município o evento EXPOCAMPOS;

I-A – A feira de agropecuária e agronegócio ocorrerá paralelamente ao evento EXPOCAMPOS, cabendo exclusivamente aos seus organizadores a realização do evento;

II – Ceder, sem custos, ao município a estrutura do Parque de Exposições Leonidas Rupp para a realização da EXPOCAMPOS;

III – Captar e receber recursos provenientes dos Governos Federal e Estadual ou de empresas privadas a título de patrocínio para custear a EXPOCAMPOS, gerenciando os recursos em conta bancária específica do evento;

IV – Em caso de recebimento de recursos específicos, prestar contas da destinação dos recursos captados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do evento;

§ 1.º A programação oficial inerente ao evento deverá salientar a iniciativa de realização do Município de Campos Novos, com parceria da CDL, ACIRCAN, Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, entidades parceiras e dos patrocinadores;

§ 2.º. A prestação de contas será encaminhada pelas entidades, em via original ao Município de Campos Novos, e cópia para Câmara Municipal de Vereadores, e será constituída pelas seguintes peças:

- a) Cópia do Termo de Colaboração;
- b) Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: I) fornecedor; II) nº. do documento fiscal; III) data da expedição do documento; IV) valor da aquisição; V) nº do cheque; VI) data da expedição do cheque; VII) nº. da conta bancária; VIII) valor do cheque; IX) assinatura do responsável;
- c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante legal das entidades;
- d) Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;
- e) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos captados como patrocínio à conta indicada pelo MUNICÍPIO.
- f) Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do Termo de Colaboração;

§ 3.º. A falta de prestação de contas por parte das entidades, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

CLÁUSULA QUARTA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CDL E ACIRCAN

I – Realizar conjuntamente com o município o evento EXPOCAMPOS;

II – Coordenar e comercializar os espaços no pavilhão da Indústria e Comércio durante a Feira, Praça de Alimentação, Tendas, Estacionamento e demais dependências do evento, gerenciando os recursos em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades, ficando com porcentagem do lucro apurado com a referida comercialização, a título de contrapartida pelos serviços prestados para realização do objeto deste convênio e fomento ao desenvolvimento econômico do município;

II-A – Para a realização do evento EXPOCAMPOS no ano de 2017, a contrapartida destinada a CDL e ACIRCAN pela comercialização dos espaços fica limitada ao valor máximo de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) para cada entidade;

III – Captar e receber recursos provenientes dos Governos Federal e Estadual ou de empresas privadas a título de patrocínio para custear o evento EXPOCAMPOS, gerenciando os recursos em conta bancária específica conjunta ou em nome de uma das entidades;

IV – Contratar ou adquirir em seu nome, estruturas físicas necessárias para concretização dos eventos, visando o bom atendimento ao público e segurança de todas as estruturas necessárias;

V – Realizar o pagamento das despesas oriundas das contratações e aquisições que realizar inerentes ao evento EXPOCAMPOS, previstas no presente Termo de Colaboração;

VI – Em caso de sobra de recursos captados com patrocínio, destiná-los aos cofres públicos em conta indicada pelo MUNICÍPIO;

VII – Prestar contas da destinação dos recursos captados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do evento;

§ 1.º A programação oficial inerente ao evento deverá salientar a iniciativa de realização do Município de Campos Novos, com parceria da CDL e ACIRCAN, apoio da Câmara de Vereadores, entidades parceiras e dos patrocinadores;

§ 2.º. A prestação de contas será encaminhada pelas, em via original ao Município de Campos Novos, e cópia para Câmara Municipal de Vereadores, e será constituída pelas seguintes peças:

- a) Cópia do Termo de Colaboração;
- b) Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: I) fornecedor; II) nº. do documento fiscal; III) data da expedição do documento; IV) valor da aquisição; V) nº do cheque; VI) data da expedição do cheque; VII) nº. da conta bancária; VIII) valor do cheque; IX) assinatura do responsável;
- c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante legal das entidades;
- d) Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;
- e) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos captados como patrocínio à conta indicada pelo MUNICÍPIO.
- f) Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do Termo de Colaboração;

§ 3.º. A falta de prestação de contas por parte da CDL e ACIRCAN, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da assinatura do presente Termo de Colaboração serão suportadas pela seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Unidade: 21 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Proj./Ativ.: 2.042 Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários
92 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplicações Diretas e;

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 22 DEPARTAMENTO DO TURISMO
Proj./Ativ.: 2.081 - Realização da Festa do Município.
Elem. de Despesa: 93 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000
– Aplicações Diretas.

Parágrafo Único. O valor será complementado pelos recursos capitados a título de patrocínio, com a vendas dos espaços dos estandes e recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, para custear a realização da EXPOCAMPOS, os quais deverão ser movimentados em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades, além dos serviços prestados diretamente.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
I – O presente Termo de Colaboração é firmado pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período a critério da Administração, da CDL, da ACIRCAN e do Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, mediante autorização legislativa.

CLÁUSULA SÉTIMA: RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste Termo de Colaboração, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos, SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Colaboração.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Colaboração, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, xx de xxxxxxxx de 2017

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito de Campos Novos

ACIRCAN CDL SINDICATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

ANEXO II

Limite de Gastos da EXPOCAMPOS 2017:

Custos da EXPOCAMPOS

Atrações artísticas	R\$ 150.000,00
Estrutura (Palcos, Som, Tendas, Segurança, etc.	R\$ 180.000,00
Convênio com CDL/ACIRCAM	R\$ 50.000,00
Total	R\$ 380.000,00
* 150 horas de máquinas diversas	
* Cascalho, pedra brita, pedrisco, tubos (estrutura necessária para realização do evento)	

Receitas

Vendas de estandes	R\$ 289.000,00
Patrocínios	R\$ 100.000,00
Total	R\$ 389.000,00

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT PP102017

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 11/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: O presente pregão tem como objeto à aquisição de materiais, produtos e reagentes a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE e bombas para reserva nos distritos, Conforme descrito e especificado no anexo.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 09/05/2017, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.samaecn.com.br e camposnovos.sc.gov.br, também no Departamento de Material e transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários: das 08h00min às 11h30min e 13h30min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/FHMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA SC.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/FHMC/2017

OBJETO: aquisição de ar comprimido e gás oxigênio hospitalar para que possamos dar assistência aos pacientes internados e os que procuram a emergência assim mantendo as atividades da entidade.

CONTRATADA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.992,00 (Sete mil novecentos e noventa e dois reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 20 de abril de 2017.

MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2017

DECRETO Nº. 072/2017

"RETIFICA DECRETO Nº. 027/2017 QUE APROVOU REMEMBRAMENTO".

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, reSOLVE:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 027/2017, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.582,87 m² (Um mil e quinhentos e dois metros e oitenta e sete decímetros quadrados), procedido por PLANEJA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, situado na Rua Manoel Ferreira de Lima, esquina com Rua Henrique Sorg, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 39.538, 39.539 e 20.750, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 14 com área de 1.582,87m², pertencente à quadra nº 246, conforme requerimento protocolado sob nº.6931/2016."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 027/2017 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/04/2017.

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 076/2017

DECRETO Nº. 076/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, reSOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), procedido por NERI DE DEUS BUENO, situado na Rua Miguel Schiessl Sobrinho, Bairro Campo D'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 39.860, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 17, com área de 200,00 m², lote nº 18, com área de 325,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1417, conforme requerimento protocolado sob nº. 1506/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 077/2017

DECRETO Nº 077/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, reSOLVE:
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2016, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 77/2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004138/16	19/07/2016	LOJAS COLOMBO S/A	99,90
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 33600 – RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002736/16	23/05/2016	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME	220,00
0004087/16	29/07/2016	INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	90,00
0004090/16	29/07/2016	INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	104,00

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

DECRETO Nº 079/2017

DECRETO Nº. 079/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, reSOLVE:
DECRETAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas as metas bimestrais de arrecadação (art. 13º da Lei Complementar 101/2000 – LRF); a programação financeira e o cronograma de desembolso (art. 8º da Lei Complementar 101/2000 – LRF), para o exercício de 2017, conforme dispõe os seguintes anexos, partes integrantes deste Decreto:

I – METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO;

II – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 2º - Ao final de cada bimestre do exercício, a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, fará a avaliação dos resultados, visando alcançar o equilíbrio financeiro, o alcance das metas, admitindo se necessário a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme dispõe o art. 9º da Lei Complementar 101/2000 - LRF.

Art. 3º – Nenhuma nova despesa será assumida ou iniciada sem que antes tenham sido assegurados os recursos orçamentários e financeiros suficientes, para garantir sua execução.

Art. 4º - As Metas Mensais de Despesas serão realizadas em conformidade com os Projetos, Atividades e Encargos Especiais de cada Unidade Orçamentária integrantes do Orçamento Municipal, inclusive Fundos, Fundações, aprovados pela Lei Municipal nº 5.965/2016.

Art. 5º - Na intenção de alcançar as metas bimestrais de arrecadação, o Poder Executivo Municipal adotará medidas de redução à evasão e a sonegação fiscal, intensificando a fiscalização em campo do corpo de fiscais de tributos e o fortalecimento do setor de cobrança do Executivo Fiscal, além de outras medidas.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal, não medirá esforços no intuito de reduzir o valor inscrito em dívida ativa, com a convocação dos devedores a comparecerem ao Executivo Municipal para a regularização.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 082/2017

DECRETO Nº 082/2017

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2017"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, reSOLVE:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Médicos, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 001/SMS/2017, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI

Secretária Municipal de Saúde

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

MÉDICO CLÍNICO GERAL – REGIÃO INTERIORANA – 01 VAGA – 20 HORAS

Nº Geral	Nº Inscrição	Candidato	Deferimento
1.	08	Gilson Jorge de Camargo Weigert – CPF 530.428.679-00	Deferida
2.	02	Marcelo Caetano Garcia Lufiego – CPF: 036.010.529-70	Deferida

MÉDICO CLÍNICO GERAL – ESF – 02 VAGAS – 40 HORAS

Nº Geral	Nº Inscrição	Candidato	Deferimento
1.	05	Carlos José Vasconcelos V. de Mendonça – CPF: 920.997.184-15	Deferida
2.	04	Rodrigo Faustino – CPF: 005.132.772-42	Deferida
3.	07	Tiaraju Matsuoka Azevedo dos Santos – CPF: 053.341.269-29	Deferida

MÉDICO CLÍNICO GERAL – 02 VAGAS – 10 HORAS

Nº Geral	Nº Inscrição	Candidato	Deferimento
1.	01	Giselle Kluppel Lima - CPF: 614.880.979-68	Deferida
2.	03	Onivaldo da Costa Menezes – CPF: 670.011.222-20	Deferida
3.	06	Thalita Cristina Pokryviecki – CPF: 055.329.679-54	Deferida

EDITAL Nº. 05/2017

EDITAL Nº. 05/2017

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2013/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidata aprovada para preencher o cargo de ENFERMEIRO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de ENFERMEIRO, a candidata JESSICA SEREDNISKI MELNEK, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e

definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) concursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.014/2017

LEI Nº. 6.014/2017

ALTERA O ANEXO III DA LEI nº 4.305, de 12/03/2008

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º O ANEXO III da Lei nº 4.305 de 12/03/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONA	LOTE MÍNIMO (m²)(5)	TESTADA MÍNIMA (m) (5)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXA OCUP. MÁX. (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.)	RECUO MÍN. ALINHAMENTO PREDIAL (m) (2) (3) (5)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS COM ABERTURA (m) (6) (7)	TAXA PERMEABIL. MÍN. (%)
			Mínimo	Básico	Extra					
Zona Residencial 1 (ZR1) (8)	200 (4) (5) (9)	10	-	4	-	85	4	5	1,5	10
Zona Residencial 2 (ZR2) (8)	200 (4) (5) (9)	10	0,2	10	2	90 – térreo comercial, primeiro e segundo. 80 - demais pavimentos	12 16 (1)	5	– 1,5 para térreo – H/8 a partir do 2º pavto. Com no min. De 1,50m.	5
Zona de Uso Misto 1 (ZUM1)	200 (9)	10	0,4	20	2	80 - residencial 100 – térreo comercial, primeiro e segundo 90 – térreo comercial e primeiro pavimento	20 24 (1)	– Facultado para térreo, primeiro e segundo pavto. comercial – (10) – 2m para os demais pavtos.	– Facultado para térreo comercial e primeiro pavto. – 1,50m	15 - residencial unifamiliar 0
Zona de Uso Misto 2 (ZUM 2)	200 (9)	10	-	20	-	80 - residencial 100 – térreo comercial, primeiro e segundo 90 – demais pavimentos	20	- 5m para residencial - Facultado para térreo, primeiro e segundo pavto. comercial - 2m para os demais pavtos - (10)	– 1,5 para térreo – 1,5m	20 – residencial unifamiliar 0
Zona de Uso Misto 3 (ZUM 3)	200(9)	10	-	1	-	70	2	5	1,5	25
Zona de Serviços e Indústrias (ZSI)	1500	30	-	1	-	60	4	– 10 nas vias locais – SC/ BR: atender normas do DEINFRA/DNIT	3	25
Zona de Conservação Ambiental (ZCA)	Proibido parcelamento do solo – Coeficiente de aproveitamento básico 0,05									
(1)	Só é permitida a construção de 4 pavimentos a mais do permitido, mediante compra ou troca de potencial construtivo, regulamentado em legislação específica.									
(2)	Lotes com comprimento menor que 15,00 m. poderão receber edificações residenciais com recuo de 3 m da via principal.									
(3)	Lotes de esquina terão 5m na via principal e 3m na via secundária.									

ZONA	LOTE MÍNIMO (m²)(5)	TESTADA MÍNIMA (m) (5)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXA OCUP. MÁX. (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.)	RECUO MÍN. ALINHAMENTO PREDIAL (m) (2) (3) (5)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS COM ABERTURA (m) (6) (7)	TAXA PERMEAB. MÍN. (%)
			Mínimo	Básico	Extra					
(4)	Somente serão permitidas habitações unifamiliares em condomínios horizontais em glebas de no máximo 20.000 m², sendo que cada unidade deverá ter uma fração privativa, descontadas as áreas comuns, equivalente ao lote mínimo da Zona. Para glebas superiores a 20.000m² a aprovação será condicionada à consulta ao Conselho Externo de Monitoramento do Plano Diretor e ao Estudo de Impacto de Vizinhança.									
(5)	Para loteamentos populares, mediante a doação de 10% dos lotes para atendimento à fila da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ação Social e da Família, poderão ser utilizados os seguintes parâmetros: lote mínimo será de 150m², testada mínima de 10m, recuo frontal de 2m e afastamentos laterais de 1,5m.									

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Art. 2º da Lei nº 4.342/2008.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 012/2017

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL n. 12/2017

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através da sua representante, legal, ALEXANDRA LAVINA, Secretária Municipal de Saúde, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: Efetive Produtos Médico Hospitalares LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 11.206.680/0001-10, com sede estabelecida a Rua das Carmelitas, n. 634, Hauer, Curitiba/PR, na pessoa de seu representante legal.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a Empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADO, quanto aos fatos a seguir expostos:

Sabe-se que a empresa ora notificada foi vencedora no Pregão FMS 20/2016, devendo realizar a entrega de todos os materiais médicos solicitados, conforme AF nº 177/2017, porém, até a presente data a mesma não cumpriu totalmente com a entrega, haja vista que deixou de entregar alguns itens, quais sejam: 125 unidades de Óleo de Girassol 900 ou 1.000ML, 2 Espátulas de Ayres c/100, 4 Frascos Solução de Azul de Mitileno a 1% c/ 1l e 2.500 unidades de Scalp nº 23.

Ainda, diante da não entrega desses materiais pela empresa ora notificada, a Secretaria de Saúde enviou e-mail nos dias 10 e 13 de março deste ano para a mesma, solicitando a entrega dos materiais faltantes, porém até o presente momento os mesmos não foram entregues, em descumprimento ao item 8.2.3 do edital FMS 20/2016, o qual prevê que ☐ O PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS É DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CONSECUTIVOS A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO ☐, que foi emitida no dia 07 de março de 2017.

Diante disso, serve a presente Notificação para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta Notificação realize a entrega dos materiais médicos faltantes, sob pena das sanções previstas no item 17.3 do edital do Pregão Eletrônico FMS 20/2016.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2017.

ALEXANDRA LAVINA

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 355/2017

PORTARIA Nº 355/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora JANETE TEREZINHA MACHADO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, no período de 10/04/2017 a 09/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 166/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 356/2017

PORTARIA Nº. 356/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, reSOLVE:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada ELISÂNGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar no EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 17/04/2017 a 08/06/2017, na vaga vinculada da monitora de educação especial Greice Damann de Souza, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada LAURICI TREMEL SCHOLTZ, para exercer o cargo de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 40 horas semanais e sem regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires e GEM Frei Fabiano Gadzinski, no período de 17/04/2017 a 30/11/2017, conforme comunicação interna nº 109/SME/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 357/2017

PORTARIA Nº. 357/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei nº. 2.305/1990, reSOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares ao servidor RUBENS RIBEIRO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 17/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 171/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 358/2017

PORTARIA Nº. 358/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, reSOLVE:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de ANDRÉ LUDKA, na função de Professor de Anos Finais, disciplina de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais e 15% de regência para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 17/04/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora Michely Dayane Todt, a qual está em licença de tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 110/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 359/2017

PORTARIA Nº. 359/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:
PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal MICHELY DAYANI TODT, efetiva no cargo de Professor-2, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/04/2017 à 28/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 169/DP/2017.

Art. 2º - Fica prorrogado o Auxílio Doença do servidor público municipal SAULO JOSÉ RUTHES, efetivo no cargo de Médico Generalista - ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/04/2017 à 18/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 167/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 360/2017

PORTARIA Nº. 360/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ELY CLELIA FERREIRA ALVES ZIMMERMANN, exerce o cargo de provimento em comissão de Diretor de Turismo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 09/04/2017, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme Comunicação Interna nº 172/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 361/2017

PORTARIA Nº. 361/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora LUCIANE WAGNER DE MIRANDA, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 10/04/2017 à 08/06/2017, conforme Comunicação Interna nº 173/DP/2017.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora KARINA APARECIDA DE SOUZA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/04/2017 à 01/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 173/DP/2017.

Art. 3º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora TACILDA SENN, efetiva no cargo de Orientador Educacional, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 27/03/2017 à 11/06/2017, conforme Comunicação Interna nº 168/DP/2017.

Art. 4º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora VIVIAN KRUEGER, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/04/2017 à 16/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 170/DP/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 362/2017

PORTARIA Nº. 362/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; reSOLVE:
RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo da Portaria nº. 209/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e conforme Lei Municipal nº 4.279 de 19/12/2007, resolve:”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 363/2017

PORTARIA Nº. 363/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; reSOLVE: RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo e o artigo 1º, da Portaria nº. 282/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e conforme Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:”

“Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional SILVIO JOSÉ TECHAIKA, aprovado em hábil e competente concurso público do Edital nº 001/2014, inscrito sob nº. 47188, convocado conforme Edital nº 02 de 21 de fevereiro de 2017, e Decreto de Homologação da Classificação nº 050/2015, iniciando as suas atividades a partir de 27/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 066/SMODU/2017.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 364/2017

PORTARIA Nº. 364/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; reSOLVE: CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora CAMILA PUTTKAMER CARVALHO, efetiva no cargo de Agente Comunitário, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 17/04/2017 a 14/08/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 365/2017

PORTARIA Nº. 365/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora SELMA FRANZ, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 05/06/2017 a 04/07/2017, conforme Comunicação Interna nº 174/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 366/2017

PORTARIA Nº. 366/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, reSOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora JOSIANE GALESKI, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 24/04/2017 a 08/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 179/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora LEILA CARDOSO, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finança e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 08/05/2017 a 17/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 179/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 367/2017

PORTARIA Nº. 367/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e conforme Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990, e Lei nº 5.441 de 26/11/2014, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Radiologia, a profissional JULIANE APARECIDA PACHECO DE MIRANDA LIMA, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas, junto a Secretaria Municipal de Saúde, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 42900, e convocada conforme Edital nº 022 de 13 de junho de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 18/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 042/SMS/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Canoinhas/SC, 18 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 33/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 46/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 33/2017 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 10/05/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 66/2017

Dispensa de Licitação n.º 07/2017

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL.

Locador: WALDIR JANTSCH, inscrito no CPF Nº 194.072.709-04.

Valor total do contrato: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2017

CONCORRÊNCIA Nº 3/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/17

HOMOLOGAÇÃO: 20/04/17

CONTRATADO: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.656.422,00 (três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais)

DATA: 20/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 43/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 58/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 43/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/05/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, TACHAS E TACHOES BIDIRECIONAIS, CALOTAS, COLA, ROLOS 23 CM, 9 CM E 5 CM C/CABO, CONES PARA SINALIZAÇÃO E TUBOS GALVANIZADOS, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 47/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 63/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 47/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/05/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 09/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 48/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 64/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 48/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/05/2017, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 09/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 49/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 65/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 49/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/05/2017, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONSERVATO, TROCA, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO DE PNEUS, VULCANIZAÇÃO E GEOMETRIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 10/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2017

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 3.656.422,00

Processo Administrativo:

 Processo / Ano: 16/2017
 Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 15268	- LINHA 01- TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DO PINHO - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	616,0000	126.280,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 2	- 15269	- LINHA 02- TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DO PINHO - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	633,6000	129.888,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 3	- 15270	- LINHA 03- TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/RIO DO PINHO - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	484,0000	99.220,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 4	- 15271	- LINHA 04- TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/RIO DO PINHO - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	528,0000	108.240,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 5	- 15272	- LINHA 05- TRANSPORTE DE ALUNOS PINHEIROS/RIO D'AREIA - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	827,2000	169.576,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 15273	- LINHA 06- TRANSPORTE DE ALUNOS BARRA MANSA/RIO D'AREIA - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	616,0000	126.280,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 7	- 411047977	- LINHA 07- TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/ RIO D'AREIA - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	369,6000	75.768,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 8	- 411047978	- LINHA 08- TRANSPORTE DE ALUNOS BARRA MANSA/FAZENDA EVASA - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	668,8000	137.104,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 9	- 15276	- LINHA 09- TRANSPORTE DE ALUNOS FELIPE SCHMIDT/CANOINHAS 1 - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	818,4000	167.772,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 10	- 15277	- LINHA 10- TRANSPORTE DE ALUNOS SERRITO/CANOINHAS - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	198,0000	40.590,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 15278	- LINHA 11- TRANSPORTE DE ALUNOS LAGEADO/FELIPE SCHMIDT 1 - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	739,2000	151.536,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 12	- 411047979	- LINHA 12 - TRANSPORTE DE ALUNOS VILA FIGURA/FELIPE SCHMIDT - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	325,6000	66.748,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 13	- 411047980	- LINHA 13 - TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/ RIO D' AREIA/BARR - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	616,0000	126.280,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 14	- 411047996	- LINHA 14- TRANSPORTE DE ALUNOS COLÔNIA FIGURA/FELIPE SCHMIDT - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	589,6000	120.868,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 15	- 411047981	- LINHA 15 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DO TIGRE/VALINHOS/CANOIN - Unidade: DIA						
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	660,0000	135.300,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 411047982 - LINHA 16 - TRANSPORTE DE ALUNOS FELIPE SCHMIDT/CANOINHAS 2 - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	818,4000	167.772,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 17	- 411047997 - LINHA 17 - TRANSPORTE DE ALUNOS TAUNAY/CANOINHAS - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	352,0000	72.160,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 18	- 411047983 - LINHA 18 - TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/RIO DA AREIA/BARRA - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	369,6000	75.768,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 19	- 411047998 - LINHA 19 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DO TIGRE/CANOINHAS - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	730,4000	149.732,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 20	- 411047984 - LINHA 20 - TRANSPORTE DE ALUNOS BARRA MANSA/FAZENDA EVASA/RI - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	563,2000	115.456,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21 - 411047985 - LINHA 21 - TRANSPORTE DE ALUNOS PROJETO TENIS COMUNITARIO - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		42.000	0,0000	484,0000	20.328,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		42.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 22 - 411047986 - LINHA 22 - TRANSPORTE DE ALUNOS PROJETO AARB COMUNIDADE - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		126.000	0,0000	308,0000	38.808,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		126.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 23 - 411047987 - LINHA 23 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DOS PARDOS/RIO D' AREIA - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205.000	0,0000	308,0000	63.140,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 24 - 411047988 - LINHA 24 - TRANSPORTE DE ALUNOS SAO PASCOAL/ESCOLA RIO D' AR - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205.000	0,0000	475,2000	97.416,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 25 - 411047995 - LINHA 25 - TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/FARTURA - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205.000	0,0000	264,0000	54.120,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26	- 411047989 - LINHA 26 - TRANSPORTE DE ALUNOS SÃO PASCOAL/ENTRE RIOS/ESCOL - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	466,4000	95.612,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 27	- 411047999 - LINHA 27 - TRANSP. ALUNOS FELIPE SCHMIDT/LOCALIDADES PROXIM - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	396,0000	81.180,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 28	- 411047990 - LINHA 28 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DA AREIA DO MEIO/SÃO ROQ - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	528,0000	108.240,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 29	- 411047991 - LINHA 29 - TRANSPORTE DE ALUNOS BARRA MANSÁ/TAQUARIZAL/SÍTIO - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	528,0000	108.240,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 30	- 411048042 - LINHA 30 - TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/FELIPE SCHMIDT - Unidade: DIA							
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	572,0000	117.260,00	Venceu	1 *****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/8

3.656.422,00

Processo Administrativo:

16/2017

Processo / Ano:

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31 - 411047992 - LINHA 31 - TRANSPORTE DE ALUNOS CANOINHAS/ARROIOS - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	660,0000	135.300,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 32 - 411047993 - LINHA 32 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DO PINHO/CANOINHAS - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	440,0000	90.200,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 33 - 411047994 - LINHA 33 - TRANSPORTE DE ALUNOS RIO DA AREIA/CANOINHAS - Unidade: DIA								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		205,000	0,0000	528,0000	108.240,00	Venceu	1 ****
10554	SOETUR TURISMO LTDA		205,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 34 - 15292 - QUILÔMETROS EXTRAS P/ ATENDER O TRANSP. ESCOLAR - Unidade: KM								
17402	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. - EPP		40.000,000	0,0000	4,4000	176.000,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 16/2017

Licitação.....: 3/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Processo Administrativo: 3.656.422,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 34	- 15292	- QUILOMETROS EXTRAS P/ ATENDER O TRANSP. ESCOLAR -	Unidade: KM					
10554	SOETUR TURISMO LTDA		40.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Canoinhas,	Em
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -/...../.....
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -/...../.....
DIOGO CARLOS SEIDEL -/...../.....
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO -/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../.....
KARLA FATIMA BREY LACHMAN -/...../.....
MARINA HAAG -/...../.....

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0001/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: AGN FRIOS LTDA		
Valor : 14.063,50 (quatorze mil e sessenta e três reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº: 0001/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Abril de 2017		

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios

Capinzal, 20 de Abril de 2017

CIALAR CONTRATO 0004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0004/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: JUAREZ CHIODELLI - EPP		
Valor : 4.725,80 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº 0001/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Abril de 2017		

CIALAR CONTRATO 0002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0002/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: CAPINZAL CENTER LTDA - ME		
Valor : 56.184,60 (cinquenta e seis mil cento e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº: 0001/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Abril de 2017		

CIALAR CONTRATO 0005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0005/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: MERCADO MUNARI LTDA - ME		
Valor : 30.269,95 (trinta mil duzentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº 0001/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Abril de 2017		

CIALAR CONTRATO 0003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0003/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: DOLMORA & MASSON LTDA - ME		
Valor : 6.994,80 (seis mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº 0001/2017		
Recursos : Dotação:		

CIALAR CONTRATO 0006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0006/2017		
Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada.: STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME		
Valor : 1.329,50 (um mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Processo : Nº 0001/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos do gênero alimentício para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR para suprir as necessidades básicas da Instituição de Acolhimento. Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Abril de 2017		

Editais nº 023/2017

EDITAL Nº 023, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	11/04/2017	Merenda Escolar "Mais Educação"	2.130,00
Fundo Nacional de Saúde	13/04/2017	Ambulatorial Hospitalar e Rede Cegonha	9.683,90
Fundo Nacional de Saúde	13/04/2017	Teto Rede Saúde Mental	28.305,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	17/04/2017	Salário Educação	102.175,08

Capinzal - SC, 20 de abril de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Hilário Chiamolera

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0123/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0123/2017 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: RECAUCHUTADORA RODA LTDA		
Valor : 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais)		
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório.....: 0057 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Abril de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FME PROCESSO LICITATÓRIO 0003/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0003/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0003/2017

Pregão Presencial Nº 0003/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de serviços de transporte Intermunicipal e Interestadual para atletas, professores e equipes técnicas que representam o município de Capinzal em competições esportivas, através da Fundação Municipal de Esportes. Com Recursos Municipais

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 05/05/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.**

Capinzal, 24 de Abril de 2017.

MARCIA TERESINHA BONATO

Superintendente

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0013/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0013/2017

Pregão Presencial Nº 0005/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 16:00 horas, para abertura da Seção às 16:05 horas do dia 05/05/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.**

Capinzal, 24 de Abril de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária de Saúde

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0014/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0007/2017

PROCESSO Nº 0014/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2017

KAMILLE SARTORI BEAL, Secretária De Saúde do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da Instituição Hospital Nossa Senhora das Dores, especializada na prestação de serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Socorro, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos

afins. Com Recursos Próprios.

Item	Qtde	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	9,00	MES		Instituição especializada na prestação de serviços hospitalares, em sistema de Pronto Socorro, Plantão 24 Horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagens e instrumentos afins	100.843,97	907.595,73
2	9,00	MES		Insumos (Materiais para uso nos atendimentos 24 horas)	60.000,00	540.000,00
Total						1.447.595,73

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS	01 e 02
1.447.595,73 (Um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

JUSTIFICATIVA

A contratação do Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD, pelo Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde, é indispensável para o atendimento da população, especialmente no que diz respeito a prestação de serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Socorro - Plantão 24 horas.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 7 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
 Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Despesa: 8 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
 Recurso: 64 - Atenção Básica

Despesa: 9 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
 Recurso: 65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 24 de Abril de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL
 Secretária de Saúde

Lei Complementar nº 199/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a equiparação do Piso Nacional dos Servidores do Quadro de Pessoal do Magistério, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2.298,80 (dois mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), o piso dos servidores do Magistério Público Municipal para o vencimento inicial da carreira do cargo de Professor integrante do Quadro de Pessoal do Magistério do Município de Capinzal, regidos pela Lei Complementar nº 45, de 12 de dezembro de 2000.

§ 1º O piso de que trata o caput deste artigo atinge aqueles servidores do Quadro que apresentam vencimento inferior ao fixado na presente Lei Complementar, inexistindo quaisquer reflexos para os demais servidores.

§ 2º O piso de que trata o caput deste artigo é para carga horária de 40 horas semanais, sendo que para as cargas horárias de 10, 20 e 30 horas semanais haverá redução proporcional.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Capinzal, em 20 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0071/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0054/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0071/2017

Pregão Presencial Nº 0054/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Vigilância e Monitoramento de Sistema de Alarme, em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios, Estaduais, Federais e Salário Educação.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00 horas do dia 05/05/2017, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 24 de Abril de 2017.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER PRÉVIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2017**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER PRÉVIO

Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2017

Ementa: Dispõe sobre a prestação de Contas do Prefeito Municipal referente ao exercício financeiro de 2015, da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1 - Relatório.

Este Vereador, membro presidente desta Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação avocou a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017, de autoria da Mesa Diretora desta Casa, que dispõe sobre as Contas do Prefeito Municipal referente ao exercício do ano de 2015, onde, nos termos do artigo 157 do Regimento Interno desta Casa, passa a análise e ao final exarar o Parecer Prévio. O citado Decreto foi protocolado nesta Casa em 20/03/2017, sob o nº 3883, tendo sido lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/03/2017, tendo sido recebido nesta Comissão em 28/03/2017.

Destacar que o Decreto ora em análise foi publicado no DOM - Diário Oficial do Município - em 23/03/2017, edição nº 2217. Ainda, o responsável pelas contas ora apreciadas, o ex-Prefeito, Sr. Andevir Isganzella, foi notificado em 30/03/2017, para querendo, apresentar a sua defesa das referidas contas nesta Comissão, através do ofício da Presidência desta Casa nº 071/2017/PRESI, de 23/03/2017.

O Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, instaurou o Processo nº PCP-016/00098638, no qual passou a apreciar as Contas do exercício de 2015. Ato posterior, o relator das Contas em questão se manifestou recomendando a APROVAÇÃO das Contas relativas ao exercício de 2015 (fls. 356), onde o parecer do relator foi acolhido pelo Pleno do Tribunal, o qual exarou o PARECER PRÉVIO Nº 090/2016, de 28/11/2016, pela APROVAÇÃO das citadas Contas.

Quanto a competência da Câmara de Vereadores em apreciar as contas do administrador municipal (Prefeito), cabe apontar os mandamentos constitucionais, legais e regimentais sobre o tema:

A Constituição Federal assim determina:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

A Carta Constitucional Catarinense assim define o tema:

Art. 113 — A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, é exercida:

I - pela Câmara Municipal, mediante controle externo;

Da mesma forma a Lei Orgânica Municipal se posiciona sobre a matéria:

Art. 44. A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal na forma da Lei.

[...]

§ 2º o controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Do Regimento Interno desta Casa, extrai-se o seguinte posicionamento:

Art. 157. Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo de noventa (90) dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - despachá-lo imediatamente para processamento, sendo transformado em projeto de decreto legislativo de autoria da Mesa Diretora, para posterior distribuição de avulsos aos Vereadores;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de cinco (05) dias para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa

e docontraditório na apreciação da matéria pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendoconstituir advogado a qualquer tempo.

Quanto a origem do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017, verifica-se que o mesmo foi iniciado pela Mesa Diretora desta Casa, na forma do artigo 17, XI da Lei Orgânica, e artigo 157 do Regimento Interno.

Ao derradeiro, cabe citar a competência desta Comissão de Orçamento para apreciar as Contas:

Art. 71. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente:

[...]

II – Orçamento, Finanças e Tributação;

[...]

b) exarar parecer sobre as contas do Município;

Pelo exposto acima, conclui-se que esta Casa e a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação estão investidas dos poderes constitucionais, legais e regimentais para apreciar as Contas Municipais do Prefeito.

2. Análise do Mérito.

Quanto a questão de mérito das Contas em análise, cabe transcrever parcialmente o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, conforme segue: "A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou o Relatório n. 2305/2016 (fls. 279-331) identificando, ao final, a ocorrência das seguintes restrições: "8. RESTRIÇÕES APURADAS - 8.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM CONSTITUCIONAL 8.1.1 Realização de despesas, no valor de R\$ 479.998,58, com Ações e Serviços Públicos de Saúde, por meio da Prefeitura Municipal, em desacordo com o artigo 77, § 3º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional 29/2000 (fl. 277). 8.2. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL - 8.2.1 Aplicação parcial no valor de R\$ 339.364,41, no primeiro trimestre de 2015, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 462.960,10, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3). 8.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Quadro 20) O representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas se manifestou pela aprovação das Contas, mas DETERMINOU:

a) - formação de AUTOS APARTADOS para análise do item 8.2.2 do relatório de instrução (fls. 322);

b) - formação de AUTOS APARTADOS para exame do ato relacionado à ausência de remessa dos Pareceres dos Conselhos Municipais de Saúde e do Idoso, em afronta ao art. 7º, parágrafo único, incisos I e V, da Instrução Normativa n. TC- 0020/2015. (fls. 322).

Cabe registrar que a análise definitiva deste relator sobre as restrições apontados nas Contas em análise será apresentada com mais profundidade oportunamente, quando da apresentação do Parecer Final, pois o titular das Contas de 2015 poderá apresentar, caso queira, a sua defesa, pois repise-se, o mesmo já foi intimado a fazê-lo, e será novamente intimado para que se manifeste sobre o presente Parecer Prévio.

Logo, qualquer que seja o posicionamento deste Relator, ou até mesmo dos demais Membros desta Comissão no presente Parecer, poderá modificá-lo no Parecer Final e no próprio voto em Plenário.

3. Do Voto do Relator.

Pelo exposto, este relator opina, sem prejuízo de eventual modificação no momento da elaboração do Parecer Final, pela admissibilidade e tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2017.

Vereador Lucas Antônio Dorini

Relator.

4. Do Parecer da Comissão.

Os Membros desta Comissão, por unanimidade, acolhem o voto do Relator e opinam pela admissibilidade e tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Vereadores Membros

Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente e Relator

Bruno Michel Fávero-SD
Membro

Rafael Edgar Tonial-PSB
Membro

Catanduvas

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0043/2017

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0043/2017

PREGÃO Nº 0027/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: VALE DO CONTESTADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de Serviços de transporte diário de pacientes do município de Catanduvas-SC para o CAPS do Município de Água Doce SC, visando a manutenção e o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.091.3390.00 - 10164 - 16/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 07 de abril de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALMIR JOSÉ VICENTINE

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0078/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0078/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2017)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: LUZERNAL INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de mão de obra e aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de iluminação pública no município, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 145.810,61 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e dez reais e sessenta e um centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.038.3390.00 - 108 - 62/2017 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 06 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0079/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0079/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2017)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para locação de Ferramenta (software) desenvolvida por profissionais atuantes na área da contabilidade pública, visando atender as demandas dos controladores internos em obediência às legislações vigentes e ao regimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contendo dispositivos para a importação de dados dos mais diversos softwares contábeis. Essa ferramenta possibilita ao usuário a elaboração de diversos demonstrativos de controle dos índices constitucionais e gerenciais, inclusive os relatórios circunstanciados de balancetes e balanços.

VALOR: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0080/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0080/2017

PREGÃO Nº 0003/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: COR E ARTE COM. E DISTR. LTDA

OBJETO: A CONTRATADA fornecerá materiais de limpeza por meio da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.017.3390.00 - 101 - 22/2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0081/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0081/2017

PREGÃO Nº 0003/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: A CONTRATADA fornecerá materiais de limpeza por meio da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 4.683,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e três reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.017.3390.00 - 101 - 22/2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvás – SC, 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2013

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0002/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de junho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal será de R\$ 3.679,90 (três mil seiscentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALMIR JOSÉ VICENTINE

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0126/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0126/2016

Tomada de Preço nº 0013/2016 (Processo Licitatório nº 0091/2016)

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 19 de dezembro de 2016:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de maio de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de

abril de 2017.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015).

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 03 de novembro de 2015.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2013

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N.º 0015/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013 para:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de junho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal será de R\$ 40.290,96 (quarenta mil duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2015).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS
CONTRATADA: PRECISA GESTAO EM TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 14 de dezembro de 2015

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de maio de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

PARAGRAFO ÚNICO: O presente aditivo refere-se aos itens 2, 3 e 4, do contrato.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOEVO OSMARINI

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0099/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0099/2016

TOMADA DE PREÇO Nº0007/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2016).

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR – ME / MEGANET INTERNET

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 23 de junho de 2016:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 0009/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2016).

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 13 de julho de 2016 para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de abril de 2017.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 31 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Dorival Ribeiro dos Santos

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADENDO PROCESSO SELETIVO 002/2017

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2017,
DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Objeto: GLAUBER BURTET, PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Bairro Centro, Caxambu do Sul, SC, CEP 89880-000, torna publico o Primeiro Adendo ao Edital.

1. O Conteúdo Programático das questões Específico para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, passa a vigorar com a seguinte especificação:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). 01. Lei nº 8.080/90, de 19/09/1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; 02. Lei nº 8.142/90, de 28/12/1990 e alterações - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências; 03. Portaria nº 2.488, de 21/10/2011 – Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); 04. Políticas de Saúde no Brasil – SUS: princípios e diretrizes; Programa de Saúde da Família; 05. Noções de ética e cidadania; 06. Noções gerais e conhecimentos políticos, econômicos e geográficos municipal; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; 07. Conceito de territorialização, micro- área e área de abrangência; 08. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador e equidade; 09. Indicadores epidemiológicos e campanhas de vacinação; 10. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; 11. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas; 12. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, escolaridade e infraestrutura básica; 13. Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso: noções básicas; 14. Ações Educativas: amamentação, Prevenção a drogas, nutrição, planejamento familiar, educação sexual e prevenção a DST/AIDS. 15. Meio ambiente: limpeza e coleta seletiva; 16. Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direito legal; 17. Aspectos gerais de higiene; 18. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; 19. Lideranças: conceitos, tipos e processos de constituição de líderes populares; 20. Informação, educação e comunicação: conceito, diferenças e interdependência; 21. Cultura popular e sua relação com os processos educativos; 22. Participação e mobilização social: conceitos e fatores facilitadores e/ou dificultadores; 23. Visita domiciliar; 24. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; 25. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; 26. Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, Toxoplasmose, dentre outras. 27. Noções básicas de higiene com manipulação de alimentos e produtos químicos.

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, SC.

Celso Ramos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2017

PROCESSO: 23/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 18/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 78 e 79/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado Pelo Exmo. Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITORIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.924.851/0001-47 com sede na RUA MAL DEODORO 337 – CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC, neste ato representada pelo Sr. ANGELO MATOS DA CAS.

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME situado na RUA RIACHUELO, 888 – BAIRRO SANTO ANTONIO – HERVAL D OESTE/SC, neste ato representada pelo Sr. LUCIANO PILATTI, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar:

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelos Detentores.

2.1 - DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município. Caso os objetos a serem fornecidos sejam entregue via frete, será concedido o prazo máximo de 5 dias úteis para sua respectiva entrega.

3.4.1 – O atraso na entrega das mercadorias acarretará em Advertência, sendo que a reincidência possibilitará a rescisão contratual por parte da Administração.

2.6 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2017.

2.7 - Todos os materiais devem ser de primeira linha, com garantia mínima de 6 (seis) meses em cada item acima descrito. Para que assim garanta a eficiência e qualidade na reposição de peças nos equipamentos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde.

2.8 - Em caso de não funcionamento na instalação/primeiro uso de TODOS OS ITENS DESTE EDITAL, a empresa deverá enviar um novo equipamento, lacrado.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 5 dias se for via frete, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem

5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com

o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 24 DE ABRIL/2017 a 24 ABRIL/2018.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2017.

Dot: Secretaria/Órgão

Dot: Secretaria/Órgão

05, 06, 08 Gabinete do Prefeito

11, 12 Secretaria de Administração

13, 16 Secretaria de Agricultura

26, 27 Secretaria da Cidade e meio Ambiente

44,45 Secretaria do Esporte, Turismo e Cultura

52, 56, 67, 68, 57. 58, Secretaria de Educação

74, 75, 78, 79, 81,83, 84, 85, 101, 102 Fundo de Assistência Social

101 Fundo Municipal do Idoso

10,13,26,27, 17,20,21 Secretaria Municipal de Saúde

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

PREFEITO MUNICIPAL

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

DETENTORES:

L.A INFORMATICA

MAXI MOVEIS E PAPELARIA

ATA DE CONTRATO PROCE 23/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 23/2017 Fornecedor: 9835 - L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA.									
Licitação: 18/2017 - PR Data da Homologação: 24/04/2017									
1	2722	ADAPTADOR POE 24 V	POE	UN	15,000	0,0000	116,0000	1,740,00	Venceu
6	1022	CABO USB PARA IMPRESSORA	PLUSCABLE	UN	10,000	0,0000	10,5000	105,00	Venceu
8	2723	CARREGADOR UNIVERSAL PARA NOTEBOOK	HARDLINE	UN	3,000	0,0000	95,0000	285,00	Venceu
10	1013	ESTABILIZADOR 1000VA BIVOLT	TSSHARA	UN	15,000	0,0000	219,0000	3,285,00	Venceu
11	6159	ESTABILIZADOR 300 VA BIVOLT	FIOLUX	UN	10,000	0,0000	114,0000	1,140,00	Venceu
14	1003	FONTE PARA COMPUTADOR BIVOLT - ACIMA DE 250W	WISECASE	UN	20,000	0,0000	134,0000	2,680,00	Venceu
15	6157	GABINETE COMPLETO - WIND 10	PAUTA	UN	10,000	0,0000	2,635,0000	26,350,00	Venceu
17	1009	HD INTERNO DE 500GB - SATA	WD	UN	8,000	0,0000	289,0000	2,312,00	Venceu
19	2724	HD PARA NOTEBOOK 500 GB	WD	UN	3,000	0,0000	368,0000	1,104,00	Venceu
23	1026	IMPRESSORA MATRICIAL 80 COLUNAS	EPSON	UN	1,000	0,0000	1,875,0000	1,875,00	Venceu
24	6160	IMPRESSORA Multifuncional - ECOTANK	EPSON	UN	2,000	0,0000	1,240,0000	2,480,00	Venceu
27	1017	MEMORIA 4GB DDR3	KINGSTON	UN	10,000	0,0000	213,0000	2,130,00	Venceu
28	6168	MEMORIA DDR4 4GB	KINGSTON	UN	4,000	0,0000	213,0000	852,00	Venceu
31	2726	MORIA NOTEBOOK 4GB	KINGSTON	UN	2,000	0,0000	293,0000	586,00	Venceu
32	1015	MOUSE ÓPTICO USB	LIKETEK	UN	30,000	0,0000	18,9000	567,00	Venceu
38	1010	PLACA DE REDE PCI LAN	TPLINK	UN	5,000	0,0000	74,0000	370,00	Venceu
41	6167	ROTEADOR 300 MBITS B/G/N	D-LINK	UN	12,000	0,0000	114,0000	1,368,00	Venceu
44	1543	SWITC - HUB DE 16 PORTAS	TPLINK	UN	6,000	0,0000	188,0000	1,128,00	Venceu
45	1006	SWITCH - HUB DE 8 PORTAS	DLINK	UN	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Venceu
46	6169	SWITCH GIGABIT 48 PORTAS	TPLINK	UN	2,000	0,0000	978,0000	1,956,00	Venceu
47	1016	TECLADO USB PADRÃO ABNT	LIKETEK	UN	20,000	0,0000	41,0000	820,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								53,883,00	
Nr. do Processo: 23/2017 Fornecedor: 10016 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME									
Licitação: 18/2017 - PR Data da Homologação: 24/04/2017									
2	1011	ADAPTADOR USB WIRELESS	TP LINK	UN	10,000	0,0000	72,5000	725,00	Venceu
3	6013	ANTENMINIPARABOLICA AQUÁRIO 23 DBI	AQUARIO	UN	4,000	0,0000	420,0000	1,680,00	Venceu
4	2731	BATERIA ESTACIONARIA 12 V - CAPACIDADE: 20HORAS	MOURA	UN	2,000	0,0000	590,0000	1,180,00	Venceu
5	1007	CABO DE REDE UTP COM 4 PARES TRAÇADO FURUKAWA 305MT	MACROCABOS	UN	6,000	0,0000	590,0000	3,540,00	Venceu
7	1002	CAIXA HERMÉTICA 50X40X25	CONDUX	UN	8,000	0,0000	385,0000	3,080,00	Venceu
9	994	CONECTOR RJ 45 - COM 100	KNJP	UN	10,000	0,0000	49,0000	490,00	Venceu
12	995	FONTE ESTABILIZADORA CHAVEADA 110/220V PARA CFTV 12V 1A	KAIOS	UN	20,000	0,0000	41,0000	820,00	Venceu
13	2732	FONTE NOBREAK 24 V 7 AMP	UNIPOWER	UN	8,000	0,0000	167,0000	1,336,00	Venceu
16	2730	HD EXTERNO 1 TB	SEAGATE	UN	2,000	0,0000	481,0000	962,00	Venceu

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 23/2017 Licitação: 18/2017 - PR Data da Homologação: 24/04/2017 Fornecedor: 10016 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME									
18	2725	HD PARA NOTBOOK 1000 GB	SEAGATE	UN	2,000	0,0000	464,0000	928,00	Venceu
20	6165	IMPRESSORA LASER JET MONO BIVOLT	HP	UN	10,000	0,0000	1.190,0000	11.900,00	Venceu
21	6166	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL COLORIDA	HP	UN	10,000	0,0000	2.370,0000	23.700,00	Venceu
22	6162	IMPRESSORA MATRICIAL 136 COLUNAS	EPSSON	UN	1,000	0,0000	2.980,0000	2.980,00	Venceu
25	6161	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL A LASER COM ALIMENTADOR	HP	UN	10,000	0,0000	1.545,0000	15.450,00	Venceu
29	2794	MICRO TIK RB 750	KINGSTON	UN	2,000	0,0000	390,0000	780,00	Venceu
30	6155	MONITOR LCD 18,6	ACER	UN	10,000	0,0000	535,0000	5.350,00	Venceu
33	997	NANOSTATION UBIQUITI 16 DBI 2.4 GHZ (M2)	UBIQUITI	UN	10,000	0,0000	590,0000	5.900,00	Venceu
34	998	NANOSTATION UBIQUITI 16 DBI 5.8 GHZ (M5)	UBIQUITI	UN	10,000	0,0000	725,0000	7.250,00	Venceu
35	1014	NOBREAK 600 VA	RAGTECH	UN	10,000	0,0000	399,0000	3.990,00	Venceu
36	6156	NOTEBOOKCOM TECLADO NUMERICO	LENOVO	UN	10,000	0,0000	2.440,0000	24.400,00	Venceu
37	1000	OMNI DE 25DBI 2.4GHZ	UBIQUITI	UN	5,000	0,0000	640,0000	3.200,00	Venceu
43	986	ROUTERBOARD 450G/ MIKROTIK	MIKROTIK	UN	1,000	0,0000	490,0000	490,00	Venceu
48	1020	TP - LINK OUTDOOR WIRELESS 2.4 GHZ WA 5210G	TP LINK	UN	8,000	0,0000	389,0000	3.112,00	Venceu
49	1001	UBIQUITI AIRMAX ROCKET M5 5.8GHZ 2X2 MIMO - 550MW	UBIQUITI	UN	4,000	0,0000	590,0000	2.360,00	Venceu
50	999	UBIQUITI BULLET 2HP OUTDOOR 800MW 2.4GHZ	UBIQUITI	UN	10,000	0,0000	780,0000	7.800,00	Venceu
51	989	UBIQUITIBULLET M5 (5.8 GHZ)	UBIQUITI	UN	10,000	0,0000	515,0000	5.150,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			138.553,00	

Celso Ramos, 18 de Abril de 2017.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

220.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 220/2017

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO -SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 36 e 37 da Lei Complementar 008 de 23.12.99;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para Avaliação do Desempenho Funcional, dos servidores públicos do Município de Chapadão do Lageado-SC, a qual compete avaliar a competência profissional dos servidores municipais, conforme dispõe o Decreto nº. 050/2009.

Art. 2º - Para compor a Comissão de que trata o "caput" do Artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - MAICSON MONTIBELLER

II - MARCIA S. SCHMIDT

III - MAURICIO JASPER

IV - NERCI RAMOS

V - VANDERLENE SOTELE SEBOLD

Parágrafo único. A Comissão de que trata o "caput" deste artigo, será presidida pela Senhora Nerci Ramos e Secretariada pela Senhora Marcia s. Schmidt.

Art. 3º - Para a condução do Processo de Avaliação, a Comissão deverá observar os dispositivos regulamentares, previstos no Decreto referenciado no Artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogada a Portaria nº. 200 de 12.05.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

LEI Nº 0674 DE 20.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0674 DE 20.04.2017

Autoriza o Poder Público Municipal a conceder premiação aos vencedores do XV Campeonato Municipal de Futsal e XIII Campeonato Municipal de Futebol Suíço e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o pagamento da premiação em pecúnia aos vencedores do XV Campeonato Municipal de Futsal e XIII Campeonato Municipal de Futebol Suíço.

§ 1º A Premiação em pecúnia de que trata o caput deste art., será feita nominalmente ao responsável pela equipe vencedora, indicado em formulário próprio, disponibilizado pela Divisão de Esportes.

§ 2º A Divisão de Esportes, após os jogos finais, encaminhará à Secretaria da Fazenda, a relação dos nomes, acompanhado dos documentos pessoais, que procederá o competente empenho e pagamento, aos responsáveis de cada equipe premiada.

Art. 2º Fica igualmente autorizada a concessão de premiação na forma de troféus e medalhas.

Art. 3º As premiações de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, estão estabelecidas no Anexo Único integrante desta lei.

Art. 4º Fica autorizado a cobrança de taxa de inscrição das equipes participantes do XV Campeonato Municipal de Futsal e XIII Campeonato Municipal de Futebol Suíço.

I – Categoria Livre e Veterano: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por equipe participante;

II – Categoria Feminino e Sub 15: R\$ 30,00 (trinta reais) por equipe participante.

Art. 5º O valor da inscrição será recolhido diretamente aos cofres públicos, a título de "Receitas Diversas", através da emissão do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, emitido pelo setor de Tributação do Município, em nome do responsável pela equipe, indicado na forma do § 1º do art.1º desta Lei.

Parágrafo Único: O Responsável indicado pela equipe deverá estar em dia com os tributos Municipais.

Art.6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações

do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado-SC, 20 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ANEXO I

XV Campeonato Municipal de Futsal – 2017

CATEGORIA LIVRE			
CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$	TROFÉU	MEDALHA
1º	800,00	01	15
2º	500,00	01	15
3º	300,00	01	15
4º	200,00	01	15
Artilheiro		01	
Defesa Menos Vazada		01	
CATEGORIA VETERANO			
CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$	TROFÉU	MEDALHA
1º	500,00	01	15
2º	300,00	01	15
3º	200,00	01	15
4º	100,00	01	15
Artilheiro		01	
Defesa Menos Vazada		01	
CATEGORIA FEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$	TROFÉU	MEDALHA
1º	300,00	01	15
2º	200,00	01	15
3º	100,00	01	15
4º	50,00	01	15
Artilheiro		01	
Defesa Menos Vazada		01	
CATEGORIA SUB 15			
CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$	TROFÉU	MEDALHA
1º	300,00	01	15
2º	200,00	01	15
3º	100,00	01	15
4º	50,00	01	15
Artilheiro		01	
Defesa Menos Vazada		01	

ANEXO II

XIII Campeonato Municipal de Futebol Suíço – 2017

CATEGORIA LIVRE			
CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$	TROFÉU	MEDALHA
1º	1.000,00	01	15
2º	700,00	01	15
3º	500,00	01	15
4º	300,00	01	15
Artilheiro		01	
Defesa Menos Vazada		01	

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de colocação de lajotas, meio-fio, paver, pisos de concreto e construção de bocas de lobo (bueiros), no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 11/05/2017.

Abertura: Dia 11/05/2017, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 20 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 246/17

DECRETO SAF/Nº. 246/17, de 24 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL – ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 60, de 15 de julho de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/ Nº 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público do Quadro de Pessoal no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – E.S.F – Estratégia Saúde da Família, realizado de acordo com o Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o

exercício da função) conforme estabelecido no edital;

f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;

h) declaração negativa de acumulação de cargo público;

i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;

j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MÉDICO CLÍNICO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
18	242933	Maria Fernanda Anselmo Cizeski

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº.321/2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321/2017, de 19 de abril de 2017.

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, LUIZ HENRIQUE DE BITENCOURT, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio nº 0180/2016 emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que nos termos do processo nº PCP -16/00169594, recomendou a aprovação das Contas da Prefeitura de Cocal do Sul, referente ao exercício de 2015.

Art. 2º. Comunique-se o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 19 de abril de 2017.

LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT

Presidente

MARCEL FREITAS

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezanove dias do mês de abril de 2017.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**PREGÃO PRESENCIAL 12/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 10 de Maio de 2017, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 12/2017, para aquisição de Equipamentos de Laboratório para a Estação de Tratamento de Água desta Autarquia, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 10 de Maio de 2017. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 20 de Abril de 2017. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017 – PMC

Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de equipamentos, aparelhos e utensílios domésticos diversos, para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, Unidades da rede escolar municipal, da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, e para uso das Guarnições do Canil e PPT do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos próprios e oriundos do convênio Salário-Educação Governo Federal e Convênio Rádio Patrulha 055/2016, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 08/05/2017.

Início da Sessão: dia 08/05/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de Abril de 2017.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017 – PMC

AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição de um veículo tipo pick-up leve, nova, na cor branca, original de fábrica, ano e modelo correspondente no mínimo ao ano da emissão da nota fiscal, com recursos federais e contrapartida, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Valor Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/05/2017.

Abertura: dia 08/05/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 20 de abril de 2017.

MAURO MARTINI

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL CONCORRÊNCIA Nº 1/2017-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

CONCORRÊNCIA Nº 1/2017 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes: RICARDO LUIS BONI EIRELI EPP e SEGMENTO – CONSTRUTORA & PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP, que as licitantes CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA e LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, interpuseram, na data de 18 de abril de 2017, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 20 de abril de 2017.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente CPL

ERRATA Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ERRATA Nº 1/2017

Errata da Lei nº 4.948.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso de suas atribuições legais, torna pública a errata referente à Lei nº 4.948:

I – onde se lê: "LEI Nº 4.948, DE 6 DE ABRIL DE 2017", leia-se: "LEI Nº 4.948, DE 7 DE ABRIL DE 2017";

II – onde se lê: "Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2017", leia-se: "Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de abril de 2017".

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 19 dias do mês de abril de 2017.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 2/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ERRATA Nº 2/2017

Errata da Lei Complementar nº 731.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso de suas atribuições legais, torna pública a errata referente à Lei Complementar nº 731:

I – onde se lê: “LEI COMPLEMENTAR Nº 731, DE 6 DE ABRIL DE 2017”, leia-se: “LEI COMPLEMENTAR Nº 731, DE 7 DE ABRIL DE 2017”;

II – onde se lê: “Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2017”, leia-se: “Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de abril de 2017”.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 19 dias do mês de abril de 2017.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2017

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Conjugação de esforços visando à manutenção da entidade, para execução de atividades destinadas ao atendimento da população do Município de Concórdia, mediante prestação de serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e demais ações voltadas a defesa civil do Município, bem como auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior, através do repasse financeiro para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 675.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2017, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de abril de 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 731/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 731, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

Acresce § 9º ao art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido § 9º ao art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas, com a seguinte redação:

“Art. 280. (...)

§ 9º No sábado que antecede o dia de Páscoa, fica autorizada a abertura do comércio com horário estendido, conforme disposto no caput deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	WAGNER ISIDORO SIMIONI Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 732/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 732, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação, a concessão de abono e de cesta alimentação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Sobre o valor do vencimento, salário, provento, pensão e bolsa de contraprestação pagos no mês de março de 2017, aos agentes públicos ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município e aos estagiários, incluídas a Autarquia e as Fundações Públicas Municipais, incidirá o percentual de 6% (seis por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata o caput deste artigo é composto de:

I – revisão geral, no percentual equivalente a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de 1º de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017;

II – reajuste, no percentual correspondente à diferença da inflação acumulada no período, descrito no inciso I deste artigo, para o percentual de 6% (seis por cento).

Art. 2º Para os subsídios dos agentes políticos, a revisão fica limitada a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2017.

Art. 3º Os benefícios previdenciários que não são revistos de forma paritária, para os fins que dispõe o § 8º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e demais situações previstas na mesma, serão reajustados de forma a preservar o valor real, na mesma data e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º O auxílio-alimentação instituído pela Lei Complementar nº 730, de 6 de abril de 2017, terá o valor mensal de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) a ser pago em pecúnia na folha de pagamento, a partir de abril de 2017.

Parágrafo único. Servidores em gozo de licença-prêmio, auxílio doença, auxílio maternidade e paternidade farão jus ao pagamento do auxílio-alimentação.

Art. 5º Será concedido abono de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), em parcela única, no mês de dezembro de 2017, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, com exceção dos agentes políticos e dos estagiários.

§ 1º O abono será concedido, também:

I – aos contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

II – aos servidores que estiverem em gozo de férias ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro, ou para tratar de interesses particulares;

III – aos inativos do Município o valor do abono será de R\$ 212,00 (duzentos e doze) reais.

§ 2º Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o abono corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 3º Os servidores inativos, no exercício de outro cargo na Administração Municipal, farão jus à concessão de somente 1 (um) abono, o maior.

§ 4º O abono tem caráter indenizatório, sem incidência de encargos e será pago proporcional aos meses de exercício, sendo que, a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 6º Fica o Município autorizado a conceder cesta alimentação, nos seguintes termos:

I – aos servidores ativos, exceto aos agentes políticos, aos ocupantes de cargos em comissão dos níveis 1 e 2, e aos estagiários: 5 (cinco) cestas, a serem distribuídas nos meses de maio, julho, setembro, novembro de 2017 e março de 2018;

II – aos servidores inativos e pensionistas do IPRECON: 6 (seis) cestas, a serem distribuídas nos meses de maio, julho, setembro, novembro de 2017 e janeiro e março de 2018.

§ 1º A cesta alimentação prevista no caput deste artigo será devida, também, aos servidores que estiverem em gozo de férias, afastamentos involuntários ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares.

§ 2º Para os servidores em auxílio-doença e aos inativos que possuem outro vínculo com o Município, a concessão da cesta será a estabelecida no inciso II deste artigo.

§ 3º Ato do Poder Executivo fixará os quantitativos e produtos para composição da cesta alimentação, prevista no caput deste artigo.

Art. 7º Fica o Município autorizado a conceder no mês de dezembro de 2017, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, inativos e pensionistas do IPRECON, 1 (um) peru temperado, com peso mínimo de 3,8 kg (três quilos e oitocentas gramas).

Art. 8º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.948

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.948, DE 6 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre o uso de Faixa Compartilhada no Município de Concórdia, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei disciplina o uso de Faixa Compartilhada, no trecho compreendido da Rua Tancredo de Almeida Neves, do cruzamento da Rua João Suzin Marini até o acesso à Rua Victor Sopelsa.

Art. 2º São objetivos da Faixa Compartilhada:

I – oferecer à população a opção de trânsito de bicicleta e outros meios não motorizados em condições de segurança e o atendimento da demanda de deslocamento no espaço urbano, oportunizando, também, o estacionamento de veículos que utilizam o comércio e residências naquele local;

II – integrar a modalidade de transporte individual não motorizado às modalidades de transporte público;

III – reduzir a poluição atmosférica e sonora, o congestionamento das vias públicas por veículos automotores e promover a melhoria da qualidade de vida;

IV – promover a mobilidade urbana através da bicicleta como meio de locomoção, bem como a conscientização ecológica.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se Faixa Compartilhada a via aberta ao uso público no trecho acima mencionado, conforme sinalização regulamentadora de trânsito, caracterizada como pista compartilhada com o trânsito e estacionamento de veículos

motorizados, circulação de bicicletas e demais meios de transporte não motorizados, assim como com pontos de ônibus para embarque e desembarque de passageiros sobre a faixa.

Art. 4º A Faixa Compartilhada destinar-se-á ao estacionamento de veículos de segunda à sexta-feira, das 7h30min às 18h30min e aos sábados, das 7h30min às 12h30min, ficando expressamente proibido o seu uso para estacionamento nos domingos, feriados e nos horários não compreendidos acima, cuja finalidade do espaço destinar-se-á de forma exclusiva para o trânsito de bicicletas e outros meios de locomoção não motorizados.

Art. 5º Fica expressamente vedada na Faixa Compartilhada a condução de animais e a condução de veículos de tração animal.

Art. 6º A inobservância das vedações estabelecidas nesta Lei sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações.

Art. 7º O tráfego de bicicleta e dos demais meios de locomoção não motorizados sobre a Faixa Compartilhada fica limitado a 40Km/h, nos termos da sinalização local, cabendo aos usuários respeitarem as normas de boa condução no trânsito e respeito ao pedestre.

Art. 8º A Diretoria de Trânsito desenvolverá programas educativos, dirigidos a orientar e conscientizar motoristas, pedestres e ciclistas e demais usuários quanto ao uso da Faixa Compartilhada a das regras de segurança a serem compartilhadas entre eles.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 334/2017

DECRETO Nº334/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017

“ ALTERA DECRETO Nº 420/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70;

- Considerando a necessidade de alteração de membros da Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano de Educação os membros:

Secretaria Municipal de Educação

- a) Titular: Maíke Elize Techio
- b) Suplente: Adriana Inês Lanzarin

Câmara Municipal de Vereadores

- a) Titular: Sidônia Salete Cecon Merísio
- b) Suplente: Jair Borsoi

Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino

- a) Titular: Vanessa Bós
- b) Suplente: Monia Cristina Breassini

Representantes dos Gestores Municipais

- a) Titular: Luana Paula Morescho
- b) Suplente: Vania Cristina Pederssetti Graciani

Art. 2º Demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 344/2017

DECRETO Nº344/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 20/04/2017, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. CRISTINA LAJUS MENDES na função de Médico Clínico Geral – 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores (LC Nº018/01), Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Abril de 2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 345/2017

DECRETO Nº345/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. NEIDES PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 17/04/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 346/2017

DECRETO Nº346/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 122/2016.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 122/2016, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polimedici Assessoria e Consultoria em Medicina do Trabalho Ltda,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. CRISTINA LAJÚS MENDES na função de Médico Clínico Geral – 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 122/2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 20 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 347/2017

DECRETO Nº347/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais de seu cargo , considerando o disposto no inciso XVI, do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº235/97.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação deste Município, os seguintes Conselheiros:

I) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

a) Titular: Maíke Elize Techio – CPF: 006.066.999-37

b) Suplente: Adriana Inês Lanzarin – CPF: 024.179.119-73

II) REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

a) Titular: Aline de Almeida Kalles – CPF: 063.956.539-54

b) Suplente: Nilvete Aparecida Sartor Atuatti – CPF: 892.897.659-68

III) REPRESENTANTES DAS APPs MUNICIPAIS

a) Titular: Francieli Martins – CPF: 051.378.149-89

b) Suplente: Rudimar Bellé – CPF: 601.356.899-53

IV) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL

a) Titular: Lenir Rosemary Martelli Tecchio – CPF: 729.806.649-87

b) Suplente: Alan Fabio Favareto – CPF: 041.660.089-13

c) Titular: Patricia Marchi – CPF: 070.345.999-63

d) Suplente: Leandra Casonatto Breansini – CPF: 022.118.329-97

Art. 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02(dois) anos permitida uma recondução.

Art 3º- Os membros do Conselho Municipal de Educação, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município.

Art.. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº183/2015.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 348/2017

DECRETO Nº348/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Constitucionais e Legais de seu cargo , considerando o disposto no inciso XVI, do art. 70 da Lei orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 747/07;

CONSIDERANDO os dispostos da Lei Federal 11.494/2007;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, deste município, os seguintes conselheiros:

I – CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

a) Titular: Aline de Almeida Kalles – CPF: 063.956.539-54

b) Suplente: Nilvete Aparecida Sartor Atuatti – CPF: 892.897.659-68

II – CONSELHO TUTELAR:

a) Titular: Érica Soares Variani – CPF: 253.911.568-31

b) Suplente: Josiane Trucolo Aires – CPF: 073.683.899-03

III – DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

a) Titular: Daiane Fávero – CPF 055.313.869-31

b) Suplente: Luana Paula Morescho – CPF 009.669.289-89

IV – ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titular: Justina Ines Grolli – CPF 042.384.969-73

b) Suplente: Maria Genieudo Duarte Lima – CPF 364.305.729-89

a) Titular: Nilson Natalino Nassinger CPF 512.368.509-04

b) Suplente: Maria Vieira Oliveira Vieira CPF 025.942.629-60

V – PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titular: Ana Paula Kolling – CPF 092.536.209-35

b) Suplente: Dulcinéia Simionatto Vogt – CPF 058.025.599-93

c) Titular: Ivonei Breansini – CPF 018.547.109-90

d) Suplente: Nadia Lanzarin – CPF 039.609.799-59

VI – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) Titular: Flaviano Perin – CPF 064.120.589-90
b) Suplente: Silvana Maggioni Fávero CPF 028.367.769-43

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) Titular: Adriana Inês Lanzarin – CPF 024.179.119-73
b) Suplente: Maike Elize Techio – CPF 006.066.999-37

VIII – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Titular: Vanesa Bós – CPF 032.550.619-11
b) Suplente: Adriana Favaretto CPF: 019.681.959-80

IX – SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

- a) Titular: Vania Cristina Pederssetti Graciani – CPF 015.446.029-01
b) Suplente: Sonia Fátima Cenci – CPF 933.656.249-53

Art. 2º - Os membros deste Conselho exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município, pelo período de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 182/2015.

Art. 5º - Registre-se. Publique-se. Comunique-se.

Cordilheira Alta – SC, 20 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 352/2017

DECRETO Nº352/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

“ ALTERA DECRETO Nº 301/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70;

- Considerando a necessidade de alteração de membros da Comissão de Monitoramento do Transporte Escolar

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para compor a Comissão de Monitoramento do Transporte Escolar o membro:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação:
Eder Pizatto

Art. 2º Demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta – SC, 20 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 353/2017

DECRETO Nº353/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. FLAVIANO PERIM , ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais , lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

01 (um) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 02/10/2016, que será usufruído dia 20/04/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 20 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 27/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº27/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº27/2017

Contratado: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Objeto: O objeto do presente Instrumento de contrato é a contratação DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA 23 PROFESSORES.

Vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 15/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS DE CAPOEIRA

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 05/05/2017

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 05/05/2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 20 de abril de 2017

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 013/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

O Município de Coronel Martins avisa que não houve participantes no PREGÃO PRESENCIAL n.º 008/2017, com objeto: Possível aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Funda deste Município, ou seja, sendo DESERTA.

Coronel Martins-SC, 20 de Abril de 2017.

LUCAS CUCHI

Pregoeiro

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 05 de Maio de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, Licitação para possível aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Administração Municipal, referente ao exercício de 2017, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h30min do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 20 de abril de 2017.

LUCAS CUCHI

Pregoeiro

Correia Pinto**PREFEITURA****DECRETO Nº 1156/2017**

DECRETO Nº 1157/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2082, de 12 de abril de 2017. DECRETA.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT, FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 741.475,04 (setecentos quarenta e um mil, quatrocentos setenta e cinco reais e quatro centavos), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.037 – Manutenção da Saúde do Município
39 3.1.90.00.00.404 – Aplicações Diretas R\$ 40.521,07
40 4.4.90.00.00.3088 – Aplicações Diretas R\$ 29.472,34
2.049 – Programa de Atenção Básica - PAB
41 3.3.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 164.272,49
42 4.4.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 99.111,42
2.042 – Vigilância Sanitária
43 3.3.90.00.00.3006 – Aplicações Diretas R\$ 4.138,48
44 3.3.90.00.00.381 – Aplicações Diretas R\$ 25.811,30
49 4.4.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.040 – Farmácia Básica:
45 3.3.90.00.00.381 – Aplicações Diretas R\$ 8.198,57
46 3.3.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 17.711,25
2.039 – Programa Saúde da Família:
47 3.3.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 35.048,01
48 4.4.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 267.190,11
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO R\$ 741.475,04

Art. 2º - Para a cobertura do artigo 1º deste Decreto será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior nas fontes de Recursos: 1002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde - 1088 – Alienação de bens, 1064 – Atenção Básica, 1.067 - Farmácia Básica, 1.066 – Vigilância Epidemiológica, 1.065 – Media Alta Complexidade e 1091 – Programa Saúde da Família.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1157/2017

DECRETO Nº 1157/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2082, de 12 de abril de 2017. DECRETA.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT, FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 741.475,04 (setecentos quarenta e um mil, quatrocentos setenta e cinco reais e quatro centavos), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.037 – Manutenção da Saúde do Município
39 3.1.90.00.00.404 – Aplicações Diretas R\$ 40.521,07
40 4.4.90.00.00.3088 – Aplicações Diretas R\$ 29.472,34
2.049 – Programa de Atenção Básica - PAB
41 3.3.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 164.272,49
42 4.4.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 99.111,42
2.042 – Vigilância Sanitária
43 3.3.90.00.00.3006 – Aplicações Diretas R\$ 4.138,48
44 3.3.90.00.00.381 – Aplicações Diretas R\$ 25.811,30
49 4.4.90.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.040 – Farmácia Básica:
45 3.3.90.00.00.381 – Aplicações Diretas R\$ 8.198,57
46 3.3.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 17.711,25
2.039 – Programa Saúde da Família:
47 3.3.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 35.048,01
48 4.4.90.00.00.3091 – Aplicações Diretas R\$ 267.190,11
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO R\$ 741.475,04

Art. 2º - Para a cobertura do artigo 1º deste Decreto será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior nas fontes de Recursos: 1002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde - 1088 – Alienação de bens, 1064 – Atenção Básica, 1.067 - Farmácia Básica, 1.066 – Vigilância Epidemiológica, 1.065 – Media Alta Complexidade e 1091 – Programa Saúde da Família.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1158/2017

DECRETO Nº 1158/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2083, de 12 de abril de 2017. DECRETA.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT, FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 139.156,09 (cento trinta e nove mil, cento cinquenta e seis reais e nove centavos), a saber:

13 -01 FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL CORREIA PINTO:

2.063 – Manutenção das Atividades da FHMC:

09 3.1.90.00.00.00.172 – Aplicações Diretas R\$ 85.076,45

10 3.3.90.00.00.00.3012 – Aplicações Diretas R\$ 24.427,37

11 3.3.90.00.00.00.3095 – Aplicações Diretas R\$ 14.724,03

11 4.4.90.00.00.00.3089 – Aplicações Diretas R\$ 2.050,69

11 3.3.90.00.00.00.3096 – Aplicações Diretas R\$ 12.877,55

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO R\$ 139.156,09

Art. 2º - Para a cobertura do artigo 1º deste Decreto será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior nas fontes de Recursos: 1002 – Receitas Impostos e Transferência de Impostos – 1012 – Serviços de Saúde – 1065 – Transferência SUS 1089 – Alienação de bens – 1092 – transferência de Instituições Privadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1159/2017

DECRETO Nº 1159/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2084, de 12 de abril de 2017. DECRETA.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar, no montante de R\$ 167.042,88 (cento sessenta e sete mil, quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município;

50 3.3.50.00.00.1065 –Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos R\$ 167.042,88

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 167.042,88

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1065 – Transferência do Sistema Único de Saúde

- SUS/UNIÃO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1160/2017

DECRETO Nº 1160/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2085, de 12 de abril de 2017. DECRETA.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERAVIT, FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.”

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 424.000,11 (quatrocentos vinte e quatro mil e onze centavos), a saber:

14.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

36 3.1.90.00.00.598 – Aplicações Diretas R\$ 27.640,90

37 4.4.90.00.00.3089 – Aplicações Diretas R\$ 59,24

2.055 – Manutenção do Abrigo Municipal:

38 3.3.90.00.00.3061 – Aplicações Diretas R\$ 26.948,63

2.067 – Manutenção da CREAS:

41 3.3.90.00.00.635 – Aplicações Diretas R\$ 63.551,78

2.071 – Programa Bolsa Família e IGD -SUAS

39 3.3.90.00.00.635 – Aplicações Diretas R\$ 80.598,76

40 4.4.90.00.00.635 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

2.078 – Manutenção da CRAS:

42 3.3.90.00.00.635 – Aplicações Diretas R\$ 111.154,88

43 4.4.90.00.00.635 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

44 4.4.90.00.00.3061 – Aplicações Diretas R\$ 36.045,92

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO R\$ 424.000,11

Art. 2º- Para a cobertura do artigo 1º deste Decreto será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior nas fontes de Recursos: 1000 – Recursos Ordinários; - 1089 – Alienação de bens; 1.052 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social; 1.053 – Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social;1.063 – IGD/SUAS e Bolsa Família.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1161/2017

DECRETO Nº 1161/2017

DE 12 DE ABRIL DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferidas pelo inciso VIII, do art. 95, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

"NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada Comissão para Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, na forma dos artigos 168 e seguintes da Lei Municipal nº 497/93 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Correia Pinto, a fim de se apurar possíveis irregularidades praticadas pelo servidor, matrícula nº 12974, composta pelos seguintes membros:

- I - ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES - Presidente
- II – EVERTON JOSÉ LEMOS PIRES
- III – MOAIR ZILS PAES

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 12 de abril de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE GESTÃO FLORESTAL.

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Extrato do Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal.

O Município de Corupá, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrita no CPNJ sob o nº 83.102.467/0001-70, informa que celebrou Termo de Delegação de Atribuições com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, em 18 de abril de 2017, tendo por objeto a “delegação de atribuição” com vistas à execução de programa de gestão florestal compartilhada, mediante delegação de competência ambiental, especialmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental vigente. Vigência: Até 31 de dezembro de 2018.

Corupá, 24 de abril de 2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/17

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 011/17

OBJETO: AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 25/04/2017 às 09h00min do dia 09/05/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 09/05/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30min às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 25 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 001 - CMDICO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE CORUPÁ -SC

Rua: Otto Hillbrecht, 370/Bomplant

Cep: 89278-000 / Telefone: 47-3375-2483

e-mail: social@corupa.sc.gov.br

Resolução nº. 001, de 11 de Abril de 2017.

Estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso - que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei nº 1901 de 08 de abril de 2009.

Considerando que a Lei 10.741/2003 trata do Estatuto do Idoso; Considerando que é dever de todos, prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso, conforme o artigo 4º, § 1º, da Lei nº. 10.741/2003;

Considerando que o artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003 dispõe que todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada;

Considerando as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa no sentido da melhoria, em todo território nacional, do atendimento a população idosa independente, dependente e em situação de vulnerabilidade social residentes em Instituições de Longa Permanência e casas-lares;

Considerando que o Estatuto do Idoso por meio do § 2º do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, confere ao Conselho Municipal do Idoso ou ao Conselho Municipal de Assistência Social a competência para regular a forma de participação prevista no § 1º do mesmo artigo, que diz: “No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.”

Considerando que o Conselho Municipal do Idoso tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da política municipal do idoso, observadas as linhas de ação e as diretrizes conforme dispõe a Lei nº. 10.741/2003, bem como acompanhar a avaliar a sua execução;

Considerando a competência do Conselho Municipal do Idoso para acompanhar e avaliar a expedição de orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.741/2003 e dos demais atos normativos relacionados ao atendimento do idoso; e

Considerando, finalmente, que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI deve estabelecer diretrizes e parâmetros orientadores para a regulação pelos Conselhos Municipais, conforme o disposto no § 2º do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, evitando-se regulações desordenadas e não referenciadas em orientações nacionais sobre o tema.

RESOLVE:

Artigo 1º Todas as entidades de longa permanência ou casa-lar são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, nos termos do artigo 35 da Lei 10.741/2003, garantindo o cumprimento das condições previstas nos artigos 48, 49, 50 e §3º no artigo 37 da Lei nº. 10.741/2003, além de normas específicas.

Parágrafo único. São consideradas entidades de longa permanência, para fins desta resolução, todas as entidades governamentais ou não governamentais, com ou sem fins lucrativos, de caráter

residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 (Sessenta) anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania, conforme explicitado na RDC (Resolução da Diretoria Colegiada) nº. 283/2005-ANVISA.

Artigo 2º As situações em que houver a participação financeira da pessoa idosa devem ser normatizadas pelo Conselho Municipal do Idoso, e na sua falta pelo Conselho Municipal de Assistência Social, prevista no § 2º do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, observados os seguintes princípios:

I. O respeito à autonomia de adesão do idoso ao contrato de prestação de serviço, assegurando absoluta ausência de coação ou quaisquer tipos de constrangimento, bem como a garantia de acesso do idoso e/ou de seu representante legal às informações necessárias para uma adesão consciente e segura;

II. A cobrança de participação do idoso no custeio da entidade, governamentais ou não governamentais, sem fins lucrativos e, quando houver, não poderá, nos termos § 2º do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, exceder a 70% (Setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social, incluindo-se o benefício da prestação continuada - BPC, percebido pelo idoso, devendo constar a sua anuidade no contrato de prestação de serviço;

III. A garantia de que o percentual restante, de no mínimo 30% (Trinta por cento), será destinado a própria pessoa idosa que fará, a seu critério, o destino que bem lhe aprouver, garantindo-lhe o direito de liberdade, dignidade e cidadania;

IV. O registro, em relatórios de atividades e financeiros da entidade, do número de idosos que participam com parcela de benefícios nos termos do artigo 35, bem como o valor de cada participação e as despesas subsidiadas com estes recursos, conforme preceitua o artigo 54 da Lei nº. 10.741/2003;

V. Nas situações em que o idoso for incapaz e necessitar de representação legal e o seu representante legal for o próprio dirigente da instituição este não deve figurar como contratante e contratado, devendo ser a entidade representada por outro dirigente legítimo;

Artigo 3º. As entidades com fins lucrativos também deverão celebrar contrato de prestação de serviços, sendo que o pagamento será negociado entre as partes, mas estarão sujeitas a legislação em vigor e deverão garantir os direitos assegurados e a qualidade dos serviços prestados.

Artigo 4º. Os poderes públicos, das três esferas de governo, que firmarem Termo de Colaboração, convênios, contratos, termos de parceria, cooperação ou transferência de recursos via fundos, com as entidades de longa permanência ou casa-lar, que tenha por objeto transferir recursos financeiros ou auxílio de qualquer natureza pública, deverão prever no instrumento jurídico ou similar, cláusula que garanta a reserva de vagas para pessoas idosas, sem renda, sem benefício previdenciário ou assistencial, cabendo ao poder público a indicação para o preenchimento das vagas e a respectiva quantidade.

Artigo 5º. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso ou o Conselho Municipal de Assistência Social, deverá assegurar que todas as entidades, públicas ou privadas, quando da elaboração do contrato de prestação de serviços, previsto no artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, adotem como referência o padrão mínimo da qualidade de serviços explicitados no modelo de contrato anexo a Resolução nº 12 do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos - CNDI e anexo a esta Resolução.

Artigo 6º. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso ou o Conselho Municipal de Assistência Social, deverá regulamentar o artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, até 90 (Noventa) dias a contar da publicação desta resolução, e fixará um prazo para

que as entidades adotem as devidas providências.

Artigo 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 11 de Abril de 2017.

Gilberto Kaszubowski
Presidente do CMDICO

RESOLUÇÃO Nº. 004 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ -SC

Rua: Otto Hillbrecht, 370/Bomplant

Cep: 89278-000 / Telefone: 47-3375-2483

e-mail: cmas@corupa.sc.gov.br

Resolução nº. 004, de 19 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Preparatória para a VII Conferência Municipal de Assistência Social de Corupá.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá- CMAS, em segunda reunião ordinária, realizada no dia 18 de Abril de 2017, e no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Paritária Organizadora da VII Conferência Municipal de Assistência Social de Corupá, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à organização e realização da referida Conferência, com os seguintes membros:

Representantes Governamentais:

Daniela Neves de Souza

Silvana Wille

Juliane Auerbahn Maia

Representantes Não-Governamentais:

Dinéia Cristiane Marquesi

Marize Mokwa

Neuzeli Sikorski Dorn

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Daniela Neves de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Cunha Porã**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 572/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 31/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017

No dia dezessete do mês de abril de dois mil e dezessete, no Setor de Licitações do Município de Cunha Porã-SC, reuniu-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto 009/2017, para realizar o registro dos preços homologados, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FORNECIMENTO DIRETO EM BOMBA DE ABASTECIMENTO FIXA DEVIDAMENTE INSTALADA E REGULAMENTADA ATÉ 02 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO INCLUSIVE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE resultante do Processo Licitatório 572/2017, Pregão Presencial 31/2017, Sistema de Registro de Preços. As especificações constantes do respectivo Edital, assim como os termos da proposta de preços e documentos de habilitação e do credenciamento, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro: O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, indicará o(s) local (is) de entrega dos produtos.

Parágrafo Segundo: A presente Ata de Registro de Preço, terá a vigência por 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

Parágrafo Terceiro: O Município de Cunha Porã, compromete-se a efetuar o pagamento mensalmente, conforme serviço contratado, prestado e após a apresentação de Nota Fiscal.

Parágrafo Quarto: Dos Vencedores:

COTA PRINCIPAL = 75%

LOTE	ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$	PROPONENTE VENCEDOR
1	1	75.000,00	LTS	OLEO DIESEL S10 CONFORME NORMAS DA ANP	2,68	201.000,00	AUTO POSTO JOMAI LTDA
1	2	75.000,00	LTS	OLEO DIESEL S 500 CONFORME NORMAS DA ANP	2,62	196.500,00	AUTO POSTO JOMAI LTDA

COTA RESERVADA = 25%

LOTE	ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$	PROPONENTE VENCEDOR
2	1	25.000,0000	LTS	OLEO DIESEL S10 CONFORME NORMAS DA ANP	3,12	78.000,00	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8
2	2	25.000,0000	LTS	OLEO DIESEL S 500 CONFORME NORMAS DA ANP	2,97	74.250,00	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8

EMPRESAS:

AUTO POSTO JOMAI LTDA

COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8

Parágrafo Quinto: Das Obrigações dos Vencedores

I - Os serviços entregues que apresentarem qualquer anormalidade deverão ser substituídos a expensas da empresa vencedora.

II - A empresa adjudicada deverá fornecer os serviços conforme estabelecido na Autorização de Empenho ou Termo equivalente emitida pelo Departamento de Compras, nas quantias solicitadas pelos requerentes do Município.

III - Os serviços serão inspecionados anteriormente, para posterior verificação da conformidade com a qualidade, especificação e preço, comparando-se com os dados descritos no Contrato e/ou Autorização de Empenho com a Nota Fiscal.

IV - Caso os serviços realizados apresentarem irregularidades ou prazo de validade inferior a 90 dias, defeitos ou especificações incorretas, a Administração solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 03(três) dias úteis.

V - O atraso na substituição dos serviços acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital.

VI - A prestadora dos serviços será responsável por eventuais danos havidos nos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

VII - Não haverá acréscimo no quantitativo total estimado de cada item.

VIII - Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos produtos.

IX - A contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar a contratante, por escrito, qualquer anormalidade verificada no fornecimento do objeto, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos produtos.

Parágrafo Sexto. Da Fiscalização

I - Fica expresso que o controle de qualidade dos serviços é de responsabilidade da contratada, ficando a contratante, a qualquer tempo e

quando julgar necessário fazer suas verificações. O não fornecimento dos produtos dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

II - Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada perante a contratante ou a terceiros, todos os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, por pessoa devidamente credenciada pela contratante.

III - A contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender pronta e irremediavelmente.

IV - Os serviços impugnados pela contratante, no que concerne à sua qualidade fora do especificado, não poderão ser faturados, ou se forem, deverão ser glosados nas faturas.

Parágrafo Sétimo. Das Penalidades

I - A proponente que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa de 5% sobre o valor da proposta.
- c) Suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura Municipal.
- d) Declaração de Inidoneidade.

Parágrafo Oitavo. Da Rescisão

I - A presente Ata poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei Federal 8.666/93.
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação processual.

II - No caso de rescisão, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contado da notificação assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo oitavo: Fica eleito o Foro da Cidade de Cunha Porã/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Nono: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/02 e 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Nada mais a tratar ou registrar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e respectivos fornecedores.

Cunha Porã- SC, 19 de abril de 2017.

Pregoeira Equipe de Apoio Equipe de Apoio Poliana Patrícia Kittel Daniela B. Muller Roger Freitag

Empresa compromissada:

AUTO POSTO JOMAI LTDA

COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 566/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 30/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

No dia dezessete do mês de abril de dois mil e dezessete, no Setor de Licitações do Município de Cunha Porã-SC, reuniu-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto 009/2017, para realizar o registro dos preços homologados, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS COPIADORAS/IMPRESSORAS PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO resultante do Processo Licitatório 566/2017, Pregão Presencial 30/2017, Sistema de Registro de Preços. As especificações constantes do respectivo Edital, assim como os termos da proposta de preços e documentos de habilitação e do credenciamento, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

Paragrafo Primeiro: O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, indicará o(s) local (is) de entrega dos produtos.

Paragrafo Segundo: A presente Ata de Registro de Preço, terá a vigência por 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

Parágrafo Terceiro: O Município de Cunha Porã, compromete-se a efetuar o pagamento mensalmente, conforme serviço contratado, prestado e após a apresentação de Nota Fiscal.

Parágrafo Quarto: Dos Vencedores:

LOTE	ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$	PROponente VENCE- DOR
------	------	--------	------	-----------	-------------------	--------------------	--------------------------

1	1	800.000,00	C	Serviço de locação de impressora sendo por folha impressa com Multifuncional com as seguintes configurações mínimas: Impressão, Digitalização, Cópia, Fax. Pannel de Operação: LCD de 4 Linhas. Processador: 600 MHz. Memória Padrão mínima: 256MB. Ciclo de Trabalho Mensal mínima 80.000 páginas. Cópia/ Impressora/Scanner/Fax. Entrada bandeja principal 250 Folhas. Bandeja manual mínimo: 50 Folhas. Mídia (papel) suportada: A4, A5, A6, ISO B5, JIS B5, Executivo, Carta, Ofício, Fólio, Ofício, Personalizado. Mídia (papel): Comum, Fino, Reciclado, Grosso, Arquivo, Bond, Cartão. Recursos mínimos da impressora: Resolução Até 1.200 x 1.200 dpi de saída efetiva. Emulação SPL, PostScript3, PCL6/5e, IBM ProPrinter, EPSON, PDF, TIFF. Duplex automático. Interface: HiSpeed USB 2.0, Ethernet. 10/100/1000 Base TX, USB Direta. Velocidade (Monocromática) mínima de 40 ppm em tamanho A4. Sistema Operacional Windows 8 / 7 / Vista / XP / 2008R2 / 2008 / 2003, Mac OS X 10.5 - 10.8, Diversos Linux / Unix. Configurações mínimas na Cópia: Velocidade mínima na Cópia (Monocromática): 38 cpm em papel A4 (40 cpm em papel Carta). Resolução 600 x 600 dpi. Faixa de Redução / Ampliação 25~400% (Vidro de digitalização), 25~400% (ADF). Cópias Múltiplas 1 - 99 páginas. Recursos mínimos na Cópia Cópia de Identidade / 2-up / 4-up / Intercalação de Cópia / Enquadramento Automático. Duplex automático. Alimentador automático de originais (RADF), com capacidade mínima de 50 paginas. Configurações mínimas na Digitalização: Compatibilidade Padrão TWA-IN / Padrão WIA. Método CIS Colorido. Resolução (Óptica) Até 1.200 x 1.200 dpi. Resolução (Aprimorada) Até 4.800 x 4.800 dpi. Destinos da Digitalização Cliente (PC), Email, FTP, SMB. Duplex automático. FAX: Compatibilidade ITU-T G3, ECM. Velocidade do Modem 33,6 Kbps. Resolução Padrão : 203 x 98 dpi Fino / Foto: 203 x 196 dpi / Super Fino: 300 x 300 dpi / Colorido: Até 200 x 200 dpi. Memória 6MB. Discagem Automática Discagem rápida: 200 Locais. Recursos de Fax Discagem no Gancho, Rediscagem Automática, Redução Automática, Envio Múltiplo, Envio Programado, Encaminhamento de Fax (Email / Fax), Transmissão para até 209 locais. Previsão de 42 Equipamentos, sendo no mínimo 20 equipamentos novos, destinados para o Setor Administrativo e Secretária de Saúde.	0,058	46.400,00	SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME
1	2	10.000,00	C	Serviço de locação de impressora sendo por folha impressa com Multifuncional A3 colorida a Laser com as seguintes características mínimas: Impressora / Copiadora/ Scanner. Capacidade A3. Scanner colorido. Impressão e cópia duplex automática. Resolução de impressão de 2400 x 600. Velocidade de 25 ppm P&b e Cor. Indicador de quantidade: até 999. Gramatura: (40- 128 g/ m²). Processador Dual-core 1.2 GHz. Mínimos três gavetas para papel com capacidade de 500 folhas cada. Bandeja bypass para no mínimo 50 folhas. Unidade de disco rígido 250 GB (mínimo). Ampliação e redução de cópias. Destinos da Digitalização Cliente (PC), Email, FTP, SMB. Alimentador de páginas automático frente e verso com capacidade mínima 50 folhas. Previsão de 04 Equipamentos	0,49	4.900,00	SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME

EMPRESA: SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME

Parágrafo Quinto: Das Obrigações dos Vencedores

- I - Os serviços entregues que apresentarem qualquer anormalidade deverão ser substituídos a expensas da empresa vencedora.
- II - A empresa adjudicada deverá fornecer os serviços conforme estabelecido na Autorização de Empenho ou Termo equivalente emitida pelo Departamento de Compras, nas quantias solicitadas pelos requerentes do Município.
- III - Os serviços serão inspecionados anteriormente, para posterior verificação da conformidade com a qualidade, especificação e preço, comparando-se com os dados descritos no Contrato e/ou Autorização de Empenho com a Nota Fiscal.
- IV - Caso os serviços realizados apresentarem irregularidades ou prazo de validade inferior a 90 dias, defeitos ou especificações incorretas, a Administração solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 03(três) dias úteis.
- V - O atraso na substituição dos serviços acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital.
- VI - A prestadora dos serviços será responsável por eventuais danos havidos nos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.
- VII - Não haverá acréscimo no quantitativo total estimado de cada item.
- VIII - Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos produtos.

IX - A contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar a contratante, por escrito, qualquer anormalidade verificada no fornecimento do objeto, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos produtos.

Parágrafo Sexto. Da Fiscalização

I - Fica expresso que o controle de qualidade dos serviços é de responsabilidade da contratada, ficando a contratante, a qualquer tempo e quando julgar necessário fazer suas verificações. O não fornecimento dos produtos dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

II - Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada perante a contratante ou a terceiros, todos os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, por pessoa devidamente credenciada pela contratante.

III - A contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender pronta e irremediavelmente.

IV - Os serviços impugnados pela contratante, no que concerne à sua qualidade fora do especificado, não poderão ser faturados, ou se forem, deverão ser glosados nas faturas.

Parágrafo Sétimo. Das Penalidades

I - A proponente que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa de 5% sobre o valor da proposta.
- c) Suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura Municipal.
- d) Declaração de Inidoneidade.

Parágrafo Oitavo. Da Rescisão

I - A presente Ata poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei Federal 8.666/93.
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação processual.

II - No caso de rescisão, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contado da notificação assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo oitavo: Fica eleito o Foro da Cidade de Cunha Porã/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Nono: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/02 e 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Nada mais a tratar ou registrar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e respectivos fornecedores.

Cunha Porã- SC, 19 de abril de 2017.

Pregoeira Equipe de Apoio
Poliana Patrícia Kittel

Equipe de Apoio
Daniela B. Muller Roger Freitag

Empresa compromissada:

SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 07/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a adesão ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

Processo Licitatório nº 10/2017

Modalidade: Dispensa por Justificativa nº 05/2017.

Valor aditado: R\$ 3.825,00.

Data: 13/04/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 72/2017

EDITAL DE LEILÃO Nº 72/2017

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 5844/2016, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 10/05/2017, no Auditório da Secretaria de Saúde (fundos Prefeitura Municipal de Curitibanos), sito a Rua Maximino de Moraes, 376, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital.

Curitibanos, 13 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ADAPTAÇÃO DE ÔNIBUS 2002/2003 EM ÔNIBUS PARA EVENTOS CULTURAIS TIPO JARDINEIRA TURÍSTICO, QUE SERÁ USADO PELA CULTURA PARA TRANSPORTES DENTRO DO PERÍMETRO URBANO PARA PASSEIOS EM DATAS E EVENTOS COMEMORATIVOS CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 08/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Março de 2017.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA USO NO SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (SAT) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 08/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 20 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 21/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 41/2017 - TP
	Processo Administrativo: 41/2017 Processo de Licitação: 41/2017 Data do Processo: 23/02/2017

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 21/2017 (Sequência: 3)

Ao(s) 20 de Abril de 2017, às 13:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 267/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 41/2017, Licitação nº. 41/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME RECURSO PROTOCOLADO PELA EMPRESA A S JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP SOB Nº 3404/2017 E CONTRARAZÃO PROTOCOLADA PELA EMPRESA MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICA LTDA, AMBAS DENTRO DO APRAZADO EM ATA. FOI ENCAMINHADO AO DEPARTAMENTO JURÍDICO E PARA DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO PARA ANÁLISE E PARECER, SENDO QUE A EMPRESA ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA NÃO APRESENTOU CONTRARAZÃO, DEIXANDO TRANSCORRER O PRAZO SEM QUALQUER MANIFESTAÇÃO. SENDO QUE VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA FICA CONSIDERADA INABILITADA, TENDO EM VISTA DESCUMPRIMENTO DO ITEM 6.4.1 DO EDITAL, POIS NÃO APRESENTOU REGISTRO DA EMPRESA NO CREA/SC CONFORME ART. 61 DA LEI 5.194/1966 OU SEQUER VISTO DO REGISTRO NA NOVA REGIÃO CONFORME ART. 5º DA RESOLUÇÃO Nº 336/89 DO CONFEA; REFERENTE À EMPRESA MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, SUA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO FOI ANALISADO PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL, O QUAL VERIFICOU QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO MENCIONA APENAS APTIDÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS/EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM REDES DE BAIXA TENSÃO, OU SEJA, NÃO CONTEMPLA APTIDÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM REDES DE MÉDIA TENSÃO (TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 23 KV) CONFORME EXIGIDO NO ITEM 6.4.3 DO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO ASSIM CONSIDERADA INABILITADA DO CERTAME, MESMO QUE TENHA CUMPRIDO A EXIGÊNCIA QUANTO A QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA. FICA ASSIM DEFERIDO O RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA INSTALADORA ELÉTRICA A.S. JUNIOR LTDA, INABILITANDO AS EMPRESAS "ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA" E " MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICA LTDA" POR DESCUMPRIMENTO DO ITEM 6.4.1 E ITEM 6.4.3 DO EDITAL Nº 41/2017. FICA ASSIM APRAZADO O PRAZO DE LEI PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO**
Nr.: 41/2017 - TP**Processo Administrativo:** 41/2017
Processo de Licitação: 41/2017
Data do Processo: 23/02/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 20 de Abril de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETARIA
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA	- - 2º MEMBRO
PAULA JULIANA LIMA MARTINS	- - 3º MEMBRO

Descanso

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 2/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO E MOLDAGEM DE PRÓTESES TOTAIS (PT) E PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR)

MUNICÍPIO DE DESCANSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 2/2017

Objeto: Encontra-se aberto Credenciamento para Contratação de empresa para confecção e moldagem de próteses totais (PT) e próteses parciais removíveis (PPR) para protetização da população usuária do SUS da Rede Básica Municipal, de acordo com o Programa Brasil Sorridente-Saúde Bucal, com recursos incorporados no Teto Financeiro Anual de Media e Alta Complexidade - MAC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação para Credenciamento a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 20 de Abril de 2017.
Cleber Luiz Rech
Gestor FMS

DECRETO Nº 1850/2017 HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

DECRETO Nº 1850/2017, de 20 de abril de 2017.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017, PARA A SELEÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2017 E DEMAIS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ATÉ 01 ANO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Art. 37, inciso IX, c/c artigo 40, § 12, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 303, da Lei nº 086/1991, 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, alterada pela Lei nº 994/2010, de 20.10.2010, Lei 521/2004, de 28.05.2004, Lei nº 827/2009, de 25.03.2009, Lei nº 1327/2014, de 29.04.2014 (FG-6 Médico ESF), Lei nº 1376/2014, de 16.10.2014, alterada pela Lei nº 1384/2014, de 07.11.2014, Lei nº 1378/2014, de 16.10.2014, Lei nº 1426/2015, de 16.04.2015, Lei nº 392/2002, de 18.06.2002, alterada pela Lei nº 1379/2014, de 16.10.2014, Emenda Constitucional nº 51, de 14.02.2006, regulamentada pela Lei Federal nº 11.350, de 05.10.2006, alterada pela Lei Federal nº 12.994, de 17.06.2014, Portaria nº 724/GM-MS, de 11.04.2002, Portaria nº 648/MS, de 28.03.2006, reorganiza do PSF para ESF, Decreto nº 1798/2016, 24.10.2016, Lei nº 1178/2012, de 12.06.2012 (doador de sangue e de órgãos), Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação final (após os recursos) dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2017, de 23 de janeiro de 2017, para seleção de servidores para contratação temporária / admissão por prazo determinado de professores e servidores da educação, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para o ano letivo de 2017 e servidores de até 01 ano, prorrogável, conforme a necessidade em eventuais vagas vinculadas e/ou excedentes, programas conveniados em substituição de profissionais impedidos de atuarem e compor reserva técnica, para ocupação de vagas que venham a surgir no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo e em razão dos Concursos Públicos nº 02 e 03/2007, estarem sub judice, nos autos da Ação Civil Pública de nº 084.08.00010/41-9, sendo a contratação sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no nível de vencimento inicial das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso e do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, abaixo relacionadas:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (*) ESF – 01, Micro área 02 (Área Abrangência: L ^a Santo Expedito, Colorado e Alegre) Modalidade A					Código: 239		Vagas: Vinculada / 44hs	
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
1	541175	Rodrigo Macena de Oliveira	01/01/1992	5,40	1,05	1,05	7,50	1º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (*) ESF – 01, Micro área 06 (Área Abrangência: Parte do Centro e Saída L ^a Colorado) Modalidade A					Código: 239		Vagas: Vinculada / 44hs	

Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
3	555008	Tamiris Dickel	05/11/1992	5,40	1,05	0,70	7,15	1º
2	558724	Romulo Dutra de Campos Mazutti	06/01/1999	4,20	1,40	0,70	6,30	2º
5	573564	Daniel Kipper da Silva	27/08/1993	4,20	1,05	1,05	6,30	3º
4	539405	Janete Puntel	01/08/1976	3,60	0,70	0,70	5,00	4º
6	574206	Clarice Cerezer de Sousa	03/06/1960	3,00	0,70	0,35	4,05	5º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (*) ESF – 02, Micro área 07
(Área Abrangência: Parte Lª Leste, Gaúcha e Jacutinga) | Modalidade A

Código: 239

Vagas: Vinculada / 44hs

Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
8	573544	Carine Lorenski	01/01/1997	5,40	0,70	0,70	6,80	1º
7	539496	Alice Gubiani	11/02/1996	4,20	0,70	0,70	5,60	2º
9	541539	Delonei de Togni	18/11/1983	3,00	0,35	0,35	3,70	3º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (*) ESF – 03, Micro área 01
(Área Abrangência: Lª Jacutinga, Jorge Lacerda, São José e Taquá) | Modalidade A

Código: 239

Vagas: Vinculada / 44hs

Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
13	574988	Melania Capellari	12/03/1996	3,60	1,05	0,70	5,35	1º
14	574350	Sineia da Cruz	11/03/1991	4,20	1,05	0,00	5,25	2º
12	543471	Carine Casagrande	09/05/1997	3,60	0,70	0,35	4,65	3º
**	575435	Daiane Baumgardt	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	565959	Gustavo Luiz Cappellari	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	574986	Leidiane Ghizzi	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	565978	Tayna Lazarotto	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Assistente Social | Modalidade A

Código: 232/258

Vagas: Vinculada / 30hs

Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
25	555372	Jaqueline Regina Schott	06/09/1990	6,00	0,70	1,05	7,75	1º
23	539879	Graciele Regina Bizello	23/05/1983	4,80	1,05	0,35	6,20	2º
21	553930	Jussara Consoladora Colle	21/09/1969	4,80	0,70	0,70	6,20	3º
22	563885	Nadia Regina Marangon Dalavechia	10/08/1967	4,20	0,70	1,05	5,95	4º
20	554869	Priscila Fusieger	25/04/1987	3,60	1,40	0,70	5,70	5º
24	563806	Simone Carla Boito	30/10/1984	3,60	0,35	1,05	5,00	6º
19	574270	Franciele Cristina Sangalli Casaril	14/06/1983	3,60	0,00	1,05	4,65	7º
26	574179	Nadia Costacurta	02/12/1980	2,40	0,70	0,35	3,45	8º
**	574592	Giovana Beatriz Copatti	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	574902	Maria Elisete Fernandes da Silva	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	570324	Márcia Besing	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Assistente Social – CRAS | Modalidade A

Código: 247

Vagas: Vinculada / 30hs

Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
36	553920	Mariciana Mezzomo	28/04/1984	6,00	1,40	1,05	8,45	1º
33	567699	Leonardo Lengert	18/12/1979	4,20	0,70	1,05	5,95	2º
34	573148	Luciane Radke	11/12/1983	3,60	1,05	1,05	5,70	3º
39	541123	Eliane Piacentini	14/11/1981	4,80	0,35	0,35	5,50	4º
40	575412	Cristiane Machado	24/12/1977	4,80	0,00	0,70	5,50	5º
28	558770	Marília Munerolli	02/05/1991	3,60	0,70	0,70	5,00	6º
41	574107	Maeli Cristina dos Santos	08/12/1992	3,00	0,35	0,70	4,05	7º
35	575407	Camila Osmarin	11/08/1984	2,40	0,35	0,35	3,10	8º
37	540368	Graciele Fatima Marina	20/10/1981	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
38	555184	Mariana Hoffelder	22/07/1988	1,20	0,35	0,70	2,25	Desc.
**	575588	Jesica Mai	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

**	573181	Jucernei Trevisan Passoni	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	574230	Leila de Ramos Pivetta	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	555184	Mariana Hoffelder	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Auxiliar de Serviços Gerais Modalidade A			Código: 29		Vagas: Vinculada / 44hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
45	550655	Renan Cipriani	29/08/1996	6,00	0,70	0,70	7,40	1º
46	576339	Izabel de Oliveira Ganzer	02/12/1997	4,80	1,05	0,35	6,20	2º
47	571119	Gelsi dos Santos	04/01/1982	4,80	0,35	0,70	5,85	3º
48	561236	Jose Dalla Possa	22/11/1966	3,60	1,05	0,70	5,35	4º
51	549059	Neuza Fernandes de Matos	29/10/1976	4,20	0,70	0,35	5,25	5º
44	551075	Eleni da Conceição Mendes	23/02/1976	3,00	0,35	0,70	4,05	6º
43	545606	Cleocir Ghidini	25/02/1997	2,40	0,00	0,70	3,10	7º
49	563589	Dorival de Oliveira	03/01/1958	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
52	541266	Simara Visentin	09/12/1980	1,20	0,70	0,35	2,25	Desc.
50	552780	Ezequiel Zdunek	28/08/1996	1,20	0,35	0,35	1,90	Desc.
42	562316	Arminda Riedel Bortolotto	26/05/1972	0,60	0,70	0,00	1,30	Desc.

Fisioterapeuta Modalidade A			Código: 28/265		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
75	575360	Barbara Zanchet	09/04/1990	4,80	0,70	1,05	6,55	1º
71	573270	Alessandra Paula Salerno	11/09/1994	4,20	1,05	0,70	5,95	2º
56	572154	Tatiele Bressan Signori	21/07/1989	4,80	0,70	0,35	5,85	3º
63	572974	Julia Luft Brum	21/03/1991	4,20	1,05	0,35	5,60	4º
58	574481	Anelize Priscila Spilmann	26/04/1993	4,20	0,35	1,05	5,60	5º
55	574605	Jusinele Aparecida Antero	02/05/1994	4,80	0,70	0,00	5,50	6º
68	540774	Genaina Karine Santin	11/08/1994	3,60	1,05	0,70	5,35	7º
70	569555	Rutiana Silva Patias	13/02/1990	3,60	1,40	0,00	5,00	8º
77	575052	Danusa Manica	01/08/1984	3,60	1,05	0,35	5,00	9º
53	569337	Franciele Ziliotto	12/02/1992	3,60	0,35	1,05	5,00	10º
62	569473	Daiani Bosa	02/02/1986	4,20	0,35	0,35	4,90	11º
76	573989	Jessica Cronemberger de Carvalho	11/07/1993	3,00	1,05	0,70	4,75	12º
61	572537	Janaina Santos da Silva	16/12/1974	3,60	0,70	0,35	4,65	13º
60	575319	Patricia Ogliari	22/10/1983	3,60	0,70	0,35	4,65	14º
73	574393	Ana Paula Maihack Gauer	20/08/1987	2,40	1,05	1,05	4,50	15º
59	574633	Aline Pasolini	06/12/1985	3,00	0,70	0,70	4,40	16º
69	539808	Cristine Dalmagro	21/11/1992	3,00	0,70	0,70	4,40	17º
54	575392	Franciele Sirena	20/05/1992	3,00	0,35	1,05	4,40	18º
57	548823	Aline Cristina Castanha	21/09/1995	3,60	0,35	0,35	4,30	19º
64	575532	Flaviane Teixeira	11/01/1991	3,00	0,70	0,35	4,05	20º
72	553450	Caiano Fornasari	07/01/1982	2,40	0,70	0,70	3,80	21º
74	571223	Jessica do Rocio Kappel	20/09/1991	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
**	575705	Carine Corso	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	571223	Jessica do Rocio Kappel	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	568233	Abeli Tuane dos Santos Soares	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Médico (ESF) Modalidade A			Código: 10/245		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
88	552320	Kathicia Furlanetto	02/08/1991	6,60	0,35	0,35	7,30	1º
87	575631	Ivy Mendes Bueno	04/03/1985	5,40	1,05	0,70	7,15	2º
86	545539	Caroline Maria Dahmer	21/09/1990	4,80	0,70	0,35	5,85	3º

84	576313	Lucas Ide Guadagnin	14/12/1990	4,20	0,70	0,70	5,60	4º
82	574307	Yusleidy Moreno	29/10/1986	3,60	0,70	1,05	5,35	5º
85	556800	Luiz Mario Enderle Signor	25/06/1987	4,20	0,35	0,70	5,25	6º
83	548388	Eridson Posttal Marques	30/03/1978	2,40	0,35	0,35	3,10	7º
89	552308	Dantas Luiz Lavall da Silva	24/04/1991	2,40	0,00	0,00	2,40	Desc.
**	555399	Caroline Rocha Burnett	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	559115	Eudes Bucar	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	573385	John Richard Mendonca Ronchesel	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	570862	Paulo Roberto Toebe	**.*.*.****	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Psicólogo Modalidade A			Código: 230/259/266		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
178	540189	Joscelaine Cristiane Cardoso Lima	21/04/1988	6,00	1,40	1,05	8,45	1º
186	566809	Tamara Lima da Rosa Franco	17/02/1989	5,40	1,40	0,35	7,15	2º
134	539644	Dayanna Basso Perozzo	20/10/1986	4,20	1,40	1,05	6,65	3º
170	544756	Karine Zambiasi	26/03/1990	4,20	1,40	0,70	6,30	4º
126	542234	Eduardo Hubner	15/02/1992	4,20	1,40	0,70	6,30	5º
140	569275	Andressa Sauzem Mayer	21/06/1991	4,80	0,70	0,70	6,20	6º
139	539513	Danuzia Lapazini	16/03/1995	4,80	0,35	1,05	6,20	7º
159	572050	Marilene Lucia Martello Bagnara	11/08/1981	4,20	0,70	1,05	5,95	8º
152	569001	Caroline Chiodelli	27/07/1994	4,80	0,35	0,70	5,85	9º
179	553175	Saionara Regina Barili	09/08/1973	3,60	1,40	0,70	5,70	10º
176	555212	Kelin Cristina Izotton	14/10/1993	4,20	0,70	0,70	5,60	11º
154	557823	Patrícia Sehn	06/02/1988	4,80	0,35	0,35	5,50	12º
151	576014	Cristiane Alves de Oliveira	02/06/1988	3,60	1,05	0,70	5,35	13º
133	550564	Ana Teresa Reis Batista	17/12/1993	3,60	1,05	0,70	5,35	14º
160	539232	Francieli Cristina Wingert	29/12/1993	4,20	0,70	0,35	5,25	15º
187	573296	Veridiane Keller Bruxel	19/01/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	16º
173	562487	Loridane Meotti	05/06/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	17º
163	572101	Suzileia Cecchin	23/01/1986	3,00	1,40	0,70	5,10	18º
130	540540	Caroline Estefani Zanin	02/07/1993	3,00	1,40	0,70	5,10	19º
174	554604	Gustavo Pivatto dos Santos	08/05/1988	3,60	1,05	0,35	5,00	20º
168	539812	Marcos Bello Caetano	07/05/1993	3,60	0,70	0,70	5,00	21º
127	565781	Camila Almeida	15/05/1994	3,60	0,70	0,70	5,00	22º
131	552992	Caroline Gomes Petry	31/05/1995	3,60	0,70	0,70	5,00	23º
129	539795	Eliane Claudia Beloli	23/04/1994	3,60	0,35	1,05	5,00	24º
158	562830	Simone Hammes	15/05/1993	4,20	0,70	0,00	4,90	25º
138	573083	Daiane Zaparoli	24/03/1994	4,20	0,35	0,35	4,90	26º
135	557649	Carine Bruneto	29/01/1988	4,20	0,00	0,70	4,90	27º
132	539660	Cacieli Fernanda Ribeiro de Oliveira	17/04/1992	3,00	1,05	0,70	4,75	28º
185	541702	Vania Ghisleri	21/10/1993	3,00	0,70	1,05	4,75	29º
161	539347	Laura Schmidt	03/08/1991	3,60	0,35	0,70	4,65	30º
136	562294	Danieli Cristina Metdler	15/05/1993	3,00	0,70	0,70	4,40	31º
177	573434	Marjana Damm	07/11/1993	3,00	0,70	0,70	4,40	32º
128	540300	Debora Luiza Biazzi	28/08/1990	3,00	1,05	0,00	4,05	33º
175	574061	Grazieli da Rocha	16/07/1988	3,00	0,70	0,35	4,05	34º
153	553922	Cristina Toillier	07/07/1992	3,00	0,70	0,35	4,05	35º
156	539830	Sabryna Joane Voos Bortoncello Tarouco	12/07/1991	3,00	0,35	0,70	4,05	36º
169	539407	Gabriela Dresch	19/03/1993	3,00	0,35	0,70	4,05	37º
141	567886	Eduarda da Silva	15/04/1994	3,60	0,35	0,00	3,95	38º

157	573263	Jhenifer Thomazzi dos Santos	24/09/1992	3,00	0,35	0,35	3,70	39º
155	540576	Geniffer Edite Marcon	05/01/1994	2,40	0,00	1,05	3,45	40º
162	549011	Evandro Radaeli	17/10/1982	1,80	0,70	0,70	3,20	41º
172	575261	Susilei Aver	12/09/1994	1,80	0,70	0,70	3,20	42º
171	559706	Gessica Aparecida de Mello	11/10/1994	2,40	0,70	0,00	3,10	43º
137	558549	Clair Odete Schneider	05/05/1994	2,40	0,00	0,70	3,10	44º
**	550080	Ana Cassia Zanatta Bonamigo	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	554607	Ana Maria Thaler	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	555238	Carolina Kist	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	570534	Clara Clariana Ribeiro de Matos	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	575362	Cristieli Brighenti	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	539450	Danela Carla Schmitz	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	550296	Daniela Filipini	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	543371	Denise Sasso	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	570136	Eloi Clovis Welter Junior	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	568524	Katieli Trombeta de Aquino Ferreira	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	564279	Kelly Christina Gimenez	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	556320	Kelly Gomes	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	563034	Patricia Cristina Falavigna	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	549294	Patricia Mattana	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	547873	Raquel Cristina Dalcerio	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	574703	Tais Camila Primon	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	562599	Tiago Antonio Vitti	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	570655	Vanessa Bruneto	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou

Técnico Agrícola Modalidade A			Código: 23		Vagas: Vinculada / 44hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
190	551417	Maicon Roberto Mahl	13/10/1983	5,40	0,35	1,05	6,80	1º
188	552793	Mauricio Turcatto	01/03/1996	5,40	0,35	0,70	6,45	2º
192	564350	Alexandre Francisco Sturmer	21/09/1985	4,80	1,05	0,35	6,20	3º
198	568701	Thiago Andre Parisoto	01/01/1993	3,60	1,05	1,05	5,70	4º
200	567119	Volnei Poletti	18/06/1989	4,20	0,70	0,70	5,60	5º
201	575467	Nicolas Paloschi	23/10/1998	4,20	0,70	0,70	5,60	6º
203	575505	Felipe Openkoski	24/01/1999	4,20	0,35	0,70	5,25	7º
189	575597	Jair Osvaldo Laufer	14/08/1981	4,20	0,00	1,05	5,25	8º
194	571909	Marcos Fernandes Sebben	08/08/1988	2,40	1,40	0,70	4,50	9º
193	574548	Etson Bagnara	11/11/1979	3,60	0,00	0,70	4,30	10º
206	539752	Jaqueline Klafke	02/03/1998	2,40	1,05	0,70	4,15	11º
191	553925	Daniela de Faveri	04/04/1996	2,40	1,05	0,35	3,80	12º
202	570449	Daniel Michellon	16/07/1997	3,00	0,00	0,70	3,70	13º
205	557798	Adilvane Tressoldi Mella	24/08/1994	3,00	0,35	0,00	3,35	14º
204	573261	Micheli Machado	23/03/1999	1,80	0,70	0,70	3,20	15º
199	575356	Lucas Dalmolin	08/01/1994	1,20	0,35	0,70	2,25	Desc.
**	576061	Diandra Paula Andreolla	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	543759	Djenison Ian Baldo	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou
**	574404	Giseli Chiaparini	**.*.*.*.*	*.*	*.*	*.*	*.*	Faltou

Técnico em Enfermagem Modalidade A			Código: 261		Vagas: Vinculada / 40hs			
Ident..	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Total	Class.
209	570143	Janaina Aparecida Kochhann	25/09/1993	4,80	0,70	0,35	5,85	1º
208	571659	Salete Tomazelli	09/02/1969	4,80	0,00	0,70	5,50	2º

207	543562	Julia Martins	28/07/1995	3,60	0,35	0,35	4,30	3º
210	574263	Gisele Teresinha Filipe	11/06/1995	3,60	0,00	0,35	3,95	4º

Mecânico Modalidade C Modalidade B				Código: 40		Vagas: Vinculada / 44hs			
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Prática	Total	Class.
94	560021	Diego Miotto	16/12/1990	1,90	0,18	0,09	5,00	7,17	1º
93	541284	Marcos Antonio Ribeiro	30/12/1969	1,52	0,36	0,27	3,40	5,55	2º
92	573122	Leandro Groth	04/03/1993	1,14	0,18	0,18	3,00	4,50	3º
**	572219	Ismael Vizentin	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	574717	Luiz Guilherme Martini	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

MOTORISTA - Categoria "C" Modalidade B				Código: 41, 101 e 103		Vagas: Vinculada / 44hs			
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Prática	Total	Class.
99	552414	Ednei Airtow Powala	16/06/1985	2,28	0,27	0,27	4,90	7,72	1º
98	574734	Valdir Inacio Vargas de Oliveira	23/09/1969	1,52	0,09	0,18	4,20	5,99	2º
97	554462	Ivo Carollo	11/10/1956	0,76	0,09	0,00	-	0,85	Desc.
100	573350	Hilario Silva de Almeida	22/10/1962	0,57	0,00	0,18	-	0,75	Desc.
**	557594	Sidinei Pires	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou
**	560726	Volmir Basso	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

MOTORISTA - Categoria "D" Modalidade B				Código: 41, 101 e 103		Vagas: Vinculada / 44hs			
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Prática	Total	Class.
103	561027	Amauri Roberto Bertochi	07/08/1978	2,09	0,27	0,18	4,80	7,34	1º
102	555912	Nerci Massardo	15/05/1953	2,09	0,18	0,09	4,90	7,26	2º
101	570656	Gilson José de Farias	14/06/1981	1,90	0,18	0,27	4,80	7,15	3º
106	564527	Vilson Souza	23/08/1967	1,71	0,27	0,27	4,60	6,85	4º
109	560606	Edmar Jose de Sousa	27/10/1967	1,52	0,09	0,09	4,60	6,30	5º
108	560659	Rogério Groto	24/05/1979	1,14	0,18	0,18	4,80	6,30	6º
104	573614	Gilmar Fagundes dos Santos	17/01/1977	1,14	0,27	0,27	4,00	5,68	7º
110	545774	Jordani Soares Leal	27/09/1976	1,14	0,18	0,09	3,80	5,21	8º
105	565688	Volnei Simon	29/05/1993	1,33	0,27	0,18	3,10	4,88	9º
**	575305	Evandro Carlos Scopel	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS Modalidade B				Código: 42		Vagas: Vinculada / 44hs			
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Prática	Total	Class.
113	544448	Loimir Campagnaro	25/08/1987	0,76	0,18	0,18	5,00	6,12	1º
114	550237	Joiane Eibel	26/07/1994	0,76	0,18	0,09	4,30	5,33	2º
112	550958	Luiz Carlos Lutz	03/01/1973	0,38	0,18	0,00	-	0,56	Desc.
**	574586	Ilizeu Colombo	**, **, *****	*_*	*_*	*_*	*_*	*_*	Faltou

Professor de Língua Estrangeira - Inglês (Habilitado)				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
Não há candidatos homologados neste cargo									

Professor de Língua Portuguesa (Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
115	546480	Daniela Alves de Souza	24/12/1990	3,85	0,60	0,90	0,75	6,10	1º

Professor de Ciências (Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.

116	573101	Ines de Bastiani	14/07/1980	1,10	0,30	0,60	-	2,00	Desc.
Professor de Ciências (Não Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
117	570197	Juliano do Vale Silvestrin	11/08/1971	2,20	0,00	0,00	-	2,20	Desc.
Professor de Geografia (Habilitado)				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
Não há candidatos homologados neste cargo									
Professor de Geografia (Não Habilitado)				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
Não há candidatos homologados neste cargo									
Professor de História (Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
118	547017	Patricia Miguel Cavagnoli	16/03/1988	2,75	0,30	0,30	0,00	3,35	1º
Professor de História (Não Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
119	540988	Neusa Marlei Paloschi	16/10/1968	2,20	0,90	0,30	0,00	3,40	1º
121	540759	Angelica Rigon	30/12/1989	1,65	0,00	0,60	-	2,25	Desc.
120	540983	Marcia Marlene Philippsen Machado	21/08/1973	1,65	0,00	0,30	-	1,95	Desc.
Professor de Matemática (Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
123	570530	Tatiane Tais Brisola Schneider	07/03/1996	3,85	0,00	0,30	0,00	4,15	1º
Professor de Matemática (Não Habilitado) Modalidade B				Código: 12		Vagas: Vinc. / CH 10, 20, 30, 40hs			
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	L.Port.	C.Gerais	Prova Títulos	Total	Class.
125	548889	Lisandro Sandini Alves	05/05/1978	3,30	1,20	0,60	0,00	5,10	1º
124	540926	Wellinton Tosini	08/04/1998	1,65	0,60	0,60	-	2,85	Desc.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 20 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

DECRETO Nº 1851/2017 HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA, DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

DECRETO Nº 1851/2017, de 20 de abril de 2017.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA, DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017, PARA A SELEÇÃO DE MECÂNICO, MOTORISTA – CATEGORIAS “C” e “D” e OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Art. 37, inciso IX, c/c artigo 40, § 12, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 303, da Lei nº 086/1991, 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, alterada pela Lei nº 994/2010, de 20.10.2010, Lei 521/2004, de 28.05.2004, Lei

nº 827/2009, de 25.03.2009, Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação final (após os recursos) da prova prática, dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2017, de 23 de janeiro de 2017, para seleção de servidores para contratação temporária / admissão por prazo determinado de Mecânico, Motorista – Categorias “C” e “D” e Operador de Equipamentos Rodoviários, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme a necessidade em eventuais vagas vinculadas e/ou excedentes, programas conveniados em substituição de profissionais impedidos de atuarem e compor reserva técnica, para ocupação de vagas que venham a surgir no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo e em razão dos Concursos Públicos nº 02 e 03/2007, estarem sub judice, nos autos da Ação Civil Pública de nº 084.08.00010/41-9, sendo a contratação sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no nível de vencimento inicial das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, abaixo relacionadas:

Mecânico				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	560021	Diego Miotto	5,00	Classificado
2	573122	Leandro Groth	3,00	Classificado
3	541284	Marcos Antonio Ribeiro	3,40	Classificado
4	572219	Ismael Vizentin	Faltante	Desclassificado
5	574717	Luiz Guilherme Martini	Faltante	Desclassificado

Motorista Categoria “C”

Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	552414	Ednei Airto Powala	4,90	Classificado
2	573350	Hilario Silva De Almeida	3,00	Classificado
3	554462	Ivo Carollo	4,50	Classificado
4	574734	Valdir Inacio Vargas De Oliveira	4,20	Classificado
5	557594	Sidinei Pires	Faltante	Desclassificado
6	560726	Volmir Basso	Faltante	Desclassificado

Motorista Categoria “D”

Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	561027	Amauri Roberto Bertochi	4,80	Classificado
2	560606	Edmar Jose De Sousa	4,60	Classificado
3	573614	Gilmar Fagundes Dos Santos	4,00	Classificado
4	570656	Gilson Jose De Farias	4,80	Classificado
5	545774	Jordani Soares Leal	3,80	Classificado
6	555912	Nerci Massardo	4,90	Classificado
7	560659	Rogério Groto	4,80	Classificado
8	564527	Vilson Souza	4,60	Classificado
9	565688	Volnei Simon	3,10	Classificado
10	575305	Evandro Carlos Scopel	Faltante	Desclassificado

Operador de Equipamentos Rodoviários

Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	550237	Joiane Eibel	4,30	Classificado
2	544448	Loimir Campagnaro	5,00	Classificado
3	550958	Luiz Carlos Lutz	4,60	Classificado
4	574586	Ilizeu Colombo	Faltante	Desclassificado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 20 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso



Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan
Assessor Técnico – Adm.RH/DP

DECRETO Nº 858/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 43.763,88

DECRETO Nº 858/2017-SF, de 19 de abril de 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 43.763,88 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1514/2017, de 19 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 43.763,88 (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO. DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0006.1.006	Constr. e/ou Ampl. Escolas de Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0609	Aplicações Diretas	43.763,88

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica cancelada a dotação orçamentária autorizada pela Lei Municipal nº 1511/2017 – Decreto 857/2017-SF de 30 de janeiro de 2017, conforme especificado abaixo:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO. DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0006.1.006	Constr. e/ou Ampl. Escolas de Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.0609	Aplicações Diretas (176)	43.763,88

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 43.763,88 (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 19 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Simone Pavan
Assessora Técnica – ADM/RH

DECRETO Nº 859/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 20.082,81

DECRETO Nº 859/2017-SF, de 19 de abril de 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 20.082,81 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1515/2017, de 19 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.082,81 (vinte mil, oitenta e dois reais e oitenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	11.00	SECRET.MUNIC.DO BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSUSTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.244.0018.2.070	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (135)	20.082,81

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, a redução em igual valor da dotação orçamentária vigente, abaixo especificada:

Órgão:	08.00	SECRET.MUNIC.DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.

3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (85)	20.082,81
-------------------------	-------------------------	-----------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 20.082,81 (vinte mil, oitenta e dois reais e oitenta e um centavos).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 19 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Simone Pavan

Assessora Técnica – ADM/RH

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05-2012 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2012.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2012.
HOMOLOGAÇÃO: 05/04/17
CONTRATADO: VALDIR ANTONIO SCALCO
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DA SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA – SC.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SECRETARIA DE SAUDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.646,00 (Onze mil seiscentos e quarenta e seis reais)
DATA: 18/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12-17 - HOSPITAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: RODRIGO MATANA SERAFINI & CIA LTDA
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: CLINICA GONZALES ACOSTA LTDA.
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: JAKYMIU & SILVA LTDA - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: ANTONIO JAIR SCHREINER MARAN - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: RENATO MOCELINI - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: JULIANA CRISTINA DEOLA - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: RICARDO ANTONIO SALVON E CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e cinquenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA

DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: CLINICA FURUKITA - EIRELI - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 12/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/17
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/17
CONTRATADO: MARCOS MASSAO OKAMURA - EIRELI
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGAO 12/2017 FMS

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 12/2017, Edital de Pregão Nº 12/2017, REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE E PARA O ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL E DE ENFERMAGEM JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 08/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO 13/2017 FMS

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 13/2017, Edital de Pregão Nº 13/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA HOSPEDAGEM DE ACOMPANHANTES E PACIENTES QUE ESTÃO EM TRATAMENTO JUNTO AO CEONC - CENTRO DE ONCOLOGIA DE CASCAVEL - PR. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00

horas do dia 08/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 14/2017 HMDC

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
HOSPITAL MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 14/2017, Edital de Pregão Nº 14/2017, Objeto:

AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO EM GERAL, PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 16:00 horas do dia 08/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PP Nº 6-17 - PREFEITURA

PRESENCIAL Nº 5/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: BREGOMAR VEICULOS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de veículos para serviços de extensão rural na agricultura familiar no Município de Dionísio Cerqueira - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: PIRAMIDE VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de veículos para serviços de extensão rural na agricultura familiar no Município de Dionísio Cerqueira - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 94.100,00 (noventa e quatro mil e cem reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04-2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades

básicas de saúde deste Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.074,80(vinte mil setenta e quatro reais com oitenta centavos).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: DAMEDI – DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.500,60 (Cinco mil quinhentos reais com sessenta centavos).

DATA: 18/04/17 - -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.790,00 (Hum mil setecentos e dezenove reais).

DATA: 18/04/17 - -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: ANGEOMED-COM PRODUTOS MEDIC.HOSP.LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.470,08 (Cinco mil quatrocentos e setenta reais com oito centavos).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.012,00 (Dez mil com doze reais).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: DIMASTER – COMERCIO DE SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 42.386,00 (Quarenta dois mil trezentos e oitenta e seis reais).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: DIMACI – SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.420,00 (Trinta e dois mil quatrocentos e vinte reais).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.760,40 (Vinte e três mil e seiscentos e sessenta reais com quarenta centavos).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: A.G. KIENEN & CIA LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.503,20(Dezessete mil quinhentos e três reais e vinte centavos).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: FUFA – SC DISTRIBUIDORA HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.062,00 (Quarenta seis mil e sessenta e dois reais).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENCE LTDA - FILLIAL

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.525,00 (Três mil quinhentos e vinte e cinco mil).

DATA: 18/04/17 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017
CONTRATADO: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.351,40 (Quatro mil trezentos e cinquenta e um mil com quarenta centavos).
DATA: 18/04/17 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017
CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.571,00 (Dez mil quinhentos e setenta e um reais).
DATA: 18/04/17 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017
CONTRATADO: AGIL DISTRIBUIDORA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.571,00 (Dez mil quinhentos e setenta e um reais).
DATA: 18/04/17 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017
CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTAÇÃO COMERCIAIS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para serem dispensados a pacientes que necessitam de atendimento junto as unidades básicas de saúde deste Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.508,00 (Vinte e cinco mil com quinhentos e oito reais).
DATA: 18/04/17 –

DATA: 18/04/17 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15-17 - HOSPITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17
HOMOLOGAÇÃO: 20/04/17
CONTRATADO: G.C.M.CLÍNICA FONOAUDIOLOGICA LTDA - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FONOAUDIOLOGICO NA REALIZAÇÃO DE TESTE DE ORELINHA E LINGUINHA EM RECEM NASCIDOS NO HOSPITAL

MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20-2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014.
CONTRATADO: VALDIR ANTONIO SCALCO
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DA SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA – SC.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de software e o treinamento para a Secretaria de Saúde.
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.700,00 (Vinte e três mil setecentos reais).
VALIDADE: 18-01-2017 A 18-06-2017.
DATA: 18/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4-17 - PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17
CONTRATADO: ROSA & ROSA CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRECHES, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.256,40 (seis mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 3/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17
CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRECHES, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.706,74 (quatro mil setecentos e seis reais e setenta e quatro centavos)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 3/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17
CONTRATADO: NILOSUL IND. E COM. LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRECHES, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 3/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17
CONTRATADO: LADIR LUIZ PAULETTI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRECHES, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.136,50 (sete mil cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 3/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17
CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRECHES, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.346,00 (dois mil trezentos e quarenta e seis reais)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5-17 - HOSPITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17
HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17
CONTRATADO: MERCOSOLUCOES EM SAUDE LTDA
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.251,00 (três mil duzentos e cinquenta e um reais)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6-17 - HOSPITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/17
HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17
CONTRATADO: LUIZ CHICOUSKI DOS SANTOS - EPP
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição para recarga de cilindro de oxigênio medicinal, a ser utilizado no atendimento de pacientes no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira/SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 86.200,00 (oitenta e seis mil e duzentos reais)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67-16 - PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016.
2ª TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.054/2016.
CONTRATADO: G.L. WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para atender as instalações do frigorífico P.A - Tracutinga, Assentamento Conquista da Fronteira. Convênio MDA / CAIXA 2623 - 1026985-49/2015, contrato de repasse - 823753/2015.
VALIDADE: 31-03-2017 A 31-12-2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016.
2ª TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.055/2016.
CONTRATADO: FRINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para atender as instalações do frigorífico P.A - Tracutinga, Assentamento Conquista da Fronteira. Convênio MDA / CAIXA 2623 - 1026985-49/2015, contrato de repasse - 823753/2015.
VALIDADE: 31-03-2017 A 31-12-2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016.
2ª TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.056/2016.
CONTRATADO: CASA COMETA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO AGROINDUSTRIAL LTDA - ME.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
OBJETO: Aquisição de equipamentos para atender as instalações do frigorífico P.A - Tracutinga, Assentamento Conquista da Fronteira. Convênio MDA / CAIXA 2623 - 1026985-49/2015, contrato de repasse - 823753/2015.
VALIDADE: 31-03-2017 A 31-12-2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7-17 - HOSPITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17
HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17
CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.374,75 (sete mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 7/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17
HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17
CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.899,05 (sete mil oitocentos e noventa e nove reais e cinco centavos)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 7/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.278,90 (seis mil duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº /17

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - EPP

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.007,50 (quatro mil e sete reais e cinquenta centavos)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 7/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17

CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.343,40 (vinte e seis mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.709,00 (dois mil setecentos e nove reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/17

CONTRATADO: POSSATTO & POSSATO LTDA - ME

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR QUE SERÃO USADOS EM ATENDIMENTO A PACIENTES INTERNADOS E QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.229,00 (dois mil duzentos e vinte e nove reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8-17 - PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/17

HOMOLOGAÇÃO: 12/04/17

CONTRATADO: ASSOCIACAO LIGA ESPORTIVA OESTINA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para o campeonato de amador de futebol de campo no município de Dionísio Cerqueira- SC,

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7-17 - PREFEITURA

PRESENCIAL Nº 6/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES PARA SUBSÍDIO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.292,50 (vinte e dois mil duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 6/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: SEMEX DO BRASIL COM. DE IMP. E EXP. LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES PARA SUBSÍDIO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 83.005,00 (oitenta e três mil e cinco reais)

DATA: 20/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Primeiro Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em dezoito de abril de dois mil e dezessete (18/04/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a ausência do Vereador Luiz Henrique Stollmeier, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópia da Ata da Décima Sessão Ordinária realizada no dia 11/04/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizado na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (in www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Projeto de Lei Ordinária nº 01/2017 – “Autoriza a celebração de convênio entre o Município de Doutor Pedrinho e o Hospital e Maternidade OASE, e dá outras providências”; O Senhor Presidente informa que será encaminhado à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei Ordinária nº 01/2017 para análise e parecer, devendo figurar na “Ordem do Dia” da próxima Sessão; O Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em questão de ordem convoca os Vereadores Américo Nones e Joel Mazzi, membros da Comissão, para que na próxima semana reúnam-se antes da Sessão para deliberação a respeito da proposição. Encerrando o expediente seguiu-se ao grande expediente em tema livre, onde não houve vereadores inscritos. Prosseguindo na pauta da sessão, abriu-se espaço para “Comunicação de Lideranças”, sem registro de manifestação pelos Líderes. Sem proposições pautadas para “Ordem do Dia” foi passado diretamente a “Palavra Livre”, e pela ordem de inscrição: a) o Vereador Valmir Farias presta agradecimentos ao Senhor Ercides Giacomozzi – Secretário de Obras, e ao Senhor Ditmar Kunkel - Fiscal de Obras, pelas manutenções realizadas no Bairro Rio Lima; b) Sabrina Steuck e Ricardo Odorizzi, alunos da Escola Frei Lucínio Korte, apresentaram aos Vereadores as ações do Grêmio Estudantil, do qual fazem parte, comentando suas propostas e planos para a gestão que se inicia; Trataram também sobre a reunião com a ADR de Timbó em razão do telhado da escola, enfatizando a precariedade deste e a necessidade de solução urgente; c) a Senhora Patrícia Pessato, Assistente Social do Município, apresenta seu currículo profissional aos Senhores Vereadores, bem como a organização do serviço social na Administração Municipal; Prossegue explicando sobre o funcionamento da Assistência Social no Município, quais critérios para ser atendido, o que cabe a assistência social fazer e quais os programas sociais que o Município disponibiliza; Também registra que muitos dos que procuram o serviço social, acabam não atendendo os critérios, como por exemplo a Renda per capita familiar, o que impossibilita a assistência, ou ainda apresentam informações falsas ou incoerentes na busca do atendimento, e mesmo diante disso, as pessoas exigem o atendimento; Informou que tem pautado suas ações pela legalidade e pela observância das condicionantes, dando-se relevância ao competente estudo social e aos parâmetros de atuação estabelecidos para cada programa pelos órgãos competentes e deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social; Ao final, a Senhora Patrícia se coloca a disposição dos Vereadores para os esclarecimentos que forem necessários e solicita que os mesmos façam o acompanhamento dos trabalhos do serviço social para não incorrerem em críticas infundadas; Ainda, disponibiliza uma cópia para cada Vereador da Resolução nº 01/2017 que dispõe sobre os critérios elencados para dispensa de Cestas Básicas, documento este que servirá para auxílio aos Vereadores, quando estes forem procurados por Municípios, solicitando a concessão de Cestas Básicas; o Vereador Valmir Farias parabeniza o trabalho de muita competência desenvolvido pela Senhora Patrícia, reiterando que no que lhe couber, ela poderá contar com seu apoio; d) a Senhora Simoni Mércia Mesch Nones – Prefeita Municipal, faz breves considerações ao que fora exposto pela Senhora Patrícia, e diz que o Serviço de Assistência Social é visto muitas vezes de forma errônea por parte das pessoas, muitas vezes quem procura a assistência não tem real necessidade, e mesmo assim procuram, acreditando que mesmo não atendendo os critérios, o Poder Executivo passará por cima do exposto em Lei; e) o Senhor Nilton Bruno Tomelin, Diretor da Escola Frei Lucínio Korte, comenta que entende as situações enfrentadas pela Senhora Patrícia, pois como Diretor da Escola, passa por situações parecidas as dela, mas que as pessoas devem ser disciplinadas a cumprir com as regras estabelecidas para terem acesso aos serviços e benefícios, pois os recursos aplicados são públicos. Concluída a “Palavra Livre”, o Senhor Presidente relembra a Comissão Especial que fará a revisão do Regimento Interno que na próxima Sessão deverão reunir-se nesta Casa para discussões, bem como informa do interesse da Assessoria Jurídica das Câmaras de Benedito Novo e Rio dos Cedros em desenvolver, juntamente com a AMMVI, um trabalho conjunto para revisão do Regimento Interno e da Lei Orgânica, resguardadas as peculiaridades locais; Por fim, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 25 de abril do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2191/2017

DECRETO 2191, de 11 de abril de 2017.

Nomeia Integrantes da Comissão de Defesa Civil – COMDEC.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e considerando o disposto no Decreto n. 043/75 e a Lei Municipal 0854, de 12 de setembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar a Comissão de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Erval Velho, os seguintes membros:

I – Presidente: Cezar Basílio Bulla

II – Secretária: Alessandra Tonial

III – Conselho Técnico: Ivo Jandir Alberti
Gelson Claudir Lorenzetti
Sandra Masson

IV – Conselho Comunitário: Eliane Piccoli Ferreira Lopes
Alduir Antonio Mocelin
Marília Dorini

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 11 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 11 de abril de 2017.
Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2192/2017

DECRETO 2192, de 11 de abril de 2017.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1211 de 23 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental

Titular: Cezar Basilio Bulla

Suplente: Gelson Camilo Dalmedico

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Marisa Dejacometti Piccoli

Suplente: Alduir Antonio Mocelin

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Daiana Bertotti

Suplente: Marília Dorini

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Titular: Ozair Marcon

Suplente: Fábio Trombetta

Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Titular: Marcos Antonio Parmagnani

Suplente: Wilmar Parissenti

Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho -

Titular: Vanessa T.Parissenti

Suplente: Andreia Gemelli Tonnet

Representante da Associação de Moradores Colina das Flores

Titular: Adenir Batista de Souza

Suplente: Romoaldo Batista Martinazzo

Representante da Associação de Moradores São Sebastião do Erval

Titular: Francine Assmann

Suplente: Vilma Silva

Art. 2º. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos permitida uma recondução ao cargo uma única vez por igual período podendo ser substituído a qualquer tempo a critério dos órgãos e entidades representadas.

Art. 3º. A função dos membros do Conselho será considerada como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho e será exercido de forma gratuita".

Parágrafo único – As atribuições dos conselheiros se servidores públicos municipais, terão prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2193/2017

DECRETO 2193, de 11 de abril de 2017.

Institui o Comitê Local da Mobilização da Sociedade e do Acompanhamento das Metas de Evolução do IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o que dispõe o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007, instituído o Comitê Local da Mobilização da Sociedade e do Acompanhamento das Metas do IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica o qual terá a representação dos seguintes segmentos:

- a) Associação de Empresários;
- b) Trabalhadores;

- c) Sociedade Civil;
- d) Dirigentes do Sistema Educacional Público;
- e) Serviço Social;
- f) Conselho Tutelar.

Art. 2º. Para representar os segmentos descritos no art.1º fica nomeado os seguintes membros:

- a) Marcos Antonio Parmagnani – Representante CDL;
- b) Vanessa Talita Parissenti – Representante dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
- c) Anderson de Miranda – Representante Sociedade Civil;
- d) Laura Taíza Vettori – Representante do Sistema Educacional Público;
- e) Adriana Canci – Representante da Assistência Social;
- f) Laura Reinaldo – Representante do Conselho Tutelar.

Art. 3º. O mandato dos Membros do Comitê será até 31 de dezembro de 2020, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 11 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2194/2017

DECRETO 2194, de 11 de abril de 2017.

Institui Equipe Técnica Local para elaboração do Plano de Ações Articuladas- PAR da Educação Básica Municipal e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o que dispõe o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007, instituído a Equipe Técnica Local para elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR da Educação Básica Municipal o qual terá a representação dos seguintes segmentos:

- a) Dirigente Municipal de Educação;
- b) Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Representante dos Diretores de Escolas;
- d) Representante dos Professores do Ensino Fundamental;
- e) Representante dos Professores de Educação Infantil;
- f) Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares;
- g) Representante do Quadro Técnico Administrativo das Escolas;
- h) Representante dos Conselhos Escolares;
- i) Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Para representar os segmentos descritos no art.1º fica nomeado os seguintes membros:

- a) Eliane Piccoli Ferreira Lopes;
- b) Sandra Masson;
- c) Laura Taíza Vettori;
- d) Vânia Recalcatti Piovesan;

- e) Flavia Aparecida Girardi;
- f) Rejane Provensi Barcaro;
- g) Francine Assmann Trombetta;
- h) Daniela Terezinha Mattos;
- i) Silvano Rodrigo Pratto

Art. 3º. O mandato dos Membros do Comitê será até 31 de dezembro de 2020, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2195/2017

DECRETO 2195, de 11 de abril de 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 1384, de 25 de março de 2015.

DECRETA:

Artigo 1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 0944/2001 e alterações dadas pela Lei 1384 de 25 de março de 2015 será presidido pelo Secretário de Agricultura e Saneamento Ambiental, fica composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Público:

a) Representantes da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental:

Titular: Cesar Basilio Bulla
Suplente: Gelson Claudir Lorenzetti

b) Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Christian Andrei Conte
Suplente: Alessandra Tonial

c) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Norberto Conte
Suplente: Jussara Martini

d) Representantes da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Ivo Jandir Alberti
Suplente: Ronaldo Piovezan
e) Representantes da EPAGRI:
Titular: Darci Severino Galio
Suplente: Roseli Parissentti Castaldello

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes Associação Comercial e Industrial:

Titular: Wilmar Parissentti
Suplente: Marcos Antonio Parmagnani

b) Representantes de Clubes de Serviços ou Sindicais:

Titular: Vanessa Talita Parissenti

Suplente: Edilson Brunetto

c) Representantes de Associação de Moradores:

Titular: Walmir Gemelli

Suplente: Janete Tossatti

d) Representantes da Educação:

Titular: Rejane Maria Provensi Barcaro

Suplente: Sandra Masson

Artigo 2º - As funções dos membros do conselho não serão remuneradas, por serem consideradas honoríficas e de relevante interesse público.

Artigo 3º - O mandato dos Membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitido uma recondução.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2196/2017

DECRETO 2196, de 11 de abril de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 4.673,82 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.009 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.673,82

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0080 Outras Especificações, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2197/2017

DECRETO 2197, de 18 de abril de 2017.

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e considerando o disposto na Lei Municipal 0643 de 14 de junho de 1991, alterada pelas Leis Municipais n. 1096, de 25 de maio de 2006, Lei 1168, de 06 de novembro de 2008 e Lei Complementar n. 046, de 08 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para um mandato de quatro anos, que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

Representando o Governo do Estado

Escola Básica Estadual Prefeito Agenor Piovesan

Titular: Laura Aparecida Recalcatti Fattori

Suplente: Sirineu Denti

Polícia Civil

Titular: André Rodrigues

Suplente: Luis Alberto Saccol

Polícia Militar

Titular: Sd Cláudio Sutil

Suplente: Sd.PM Natalício Poster de Ávila

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Titular: Vânia Recalcatti Piovesan

Suplente: Sandra Masson

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Daniela Foiatto

Suplente: Daiana Bertotti

Assessoria Jurídica

Titular: Dr. Leonardo Elias Bittencourt

Suplente: Estagiária de Direito Taynara Camile Telles

Organização Representativa de Participação Popular

Representante das Igrejas

Titular: Gerson Luiz Cardoso da Rocha

Suplente: Eli Santana Segolini

Associação de Moradores

Titular: Maria Luiza Provensi Gemelli - Assoc. Moradores São Sebastião do Erval

Suplente: Jaime de Souza - Assoc. Moradores Bela Vista do Erval

Art. 2º. A função do conselheiro municipal será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a qualquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento a sessões do CMDCA ou pela participação em diligências autorizadas por este.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não receberão qualquer remuneração pela sua participação neste, podendo o Poder Executivo pagar diárias e outras despesas, quando em viagem a serviço ou interesse direto do Conselho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 18 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2198/2017

DECRETO 2198, de 18 de abril de 2017.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 1402 de 15 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Erval Velho.

1 – Dos Órgãos Governamentais

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Silvano Rodrigo Pratto – Titular

Adriana Galhotto dos Santos - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental

César Basílio Bulla - Titular

Gelson Camilo Dalmedico - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Ivo Jandir Alberti – Titular

Ozair Marcon - Suplente

Representantes do Setor de Planejamento

Marisa Dejacometti Piccoli – Titular

Alcindo Telles – Suplente

Representantes da CASAN

Nelson Schmitt – Titular

Walmor Andolfatto – Suplente

2 – Dos Órgãos Não Governamentais

Representantes das Associações de Moradores

Maria Luiza Provensi Gemelli - Titular

Dirceu Antunes dos Santos – Suplente

Representantes do CREA

Denir Zulian - Titular

Naiara Einsfeld – Suplente

Representantes das Associações de Produtores Rurais

Levi Piovezan - Titular

Paulo Valdecir Ferrari – Suplente

Representantes Clube de Dirigentes Lojistas - CDL

Marcos Antonio Parmagnani - Titular

Wilmar Parissenti – Suplente

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Vanessa Parissenti – Titular

Caroline Surdi - Suplente

Art. 2º. O mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 18 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

LEI 1439/2017

LEI nº 1439, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Alteração no Patrimônio Municipal, Autoriza a Alienação e Baixa de Bens Inservíveis para a Municipalidade e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica declarado como inservíveis para uso da Administração Pública Municipal os bens móveis descritos o anexo único parte integrante desta Lei, podendo os mesmos serem alienados (vendidos em leilão público).

Art. 2º - Os preços mínimos dos bens a serem leiloados terão como referência inicial o Laudo de Avaliação da Comissão que será nomeada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo-único - Todos os demais critérios, normas e condições para o Leilão serão determinados no Edital Público de Leilão de acordo com a Legislação vigente.

Art. 3º- Fica a Contabilidade do Município autorizada a baixar do Patrimônio Municipal os bens efetivamente vendidos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 10 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 10 de abril de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

LEI Nº 1439/2017.

RELAÇÃO DE VEÍCULOS

Veículos / Marca	Ano / Modelo	Placa	Chassi	Patrimônio	Renavan
Camioneta Basculante F 4000	1982/1982	LWS 0341	LA7GAA45049	1990	552436976 Funciona
Fiat Strada Working	1999/2000	CXZ 4192	9BD278072Y2715558	2000	722568746 Funciona
VW Saveiro 1.6	2005/2006	MED 8028	9BWEB05W96P004793	8028	867865679 Funciona
GM Celta 5 portas	2003/2004	MCN 1926	9BGRD48X04G100445		811578836 Funciona
Fiat Ducato Pas/Microonibus	2010/2011	MHI 4836	93W245H34b2056487	240	213484501 Funciona
Fiat Doblo Essence 1.8	2012/2012	MJX 8133	9BD119609C1093763	241	466890206 Funciona

RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Máq. Equip. Marca	Ano / Modelo	Placa	Chassi	Patrimônio	Renavan
Escavadeira Hidráulica PC 138 Komatsu	2008/2008			1999	Estado que se encontra
Motoniveladora HWB D 10 140 S	1973			1980	Estado que se encontra
Caçamba com pistão/tomada de força, para uso em caminhão FORD.					Estado que se encontra

PORTARIA 3328/2017

PORTARIA 3328, de 07 de abril de 2017.

Nomeia Membros para Integrar Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis para uso da Municipalidade, conforme relação constante no anexo único desta Portaria:

- * MARCOS ROBERTO CARRAFA – (Engenheiro Agrônomo - empresário do ramo Industrial de Máquinas);
- * MARCOS ANTONIO PARMAGNANI– (empresário do ramo do comércio);
- * JOSÉ CARLOS MARCON – Diretor de Manutenção e Almoxarifado;
- * GELSON CAMILO DALMEDICO – Diretor de Agricultura e Vigilância Sanitária Animal;
- * OZAIK MARCON – Funcionário Efetivo (Mecânico).

Art. 2º. Compete a Comissão examinar os bens, procedendo à avaliação dos mesmos e declarar através de laudo seu valor comercial para ser alienado através de leilão público.

Parágrafo único - Para o bom andamento dos trabalhos, a comissão além de vistoriar os bens poderá solicitar registros e relatórios dos mesmos junto aos departamentos competentes.

Art.3º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para realização dos trabalhos e entrega do competente laudo ao Senhor Prefeito Municipal.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 07 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N. 3328

RELAÇÃO DE VEÍCULOS

Veículos / Marca	Ano / Modelo	Placa	Chassi	Patrimônio	Renavan
Camioneta Basculante F 4000	1982/1982	LWS 0341	LA7GAA45049	1990	552436976 Funciona
Fiat Strada Working	1999/2000	CXZ 4192	9BD278072Y2715558	2000	722568746 Funciona
VW Saveiro 1.6	2005/2006	MED 8028	9BWEB05W96P004793	8028	867865679 Funciona
GM Celta 5 portas	2003/2004	MCN 1926	9BGRD48X04G100445		811578836 Funciona
Fiat Ducato Pas/Microonibus	2010/2011	MHI 4836	93W245H34b2056487	240	213484501 Funciona
Fiat Doblo Essence 1.8	2012/2012	MJX 8133	9BD119609C1093763	241	466890206 Funciona

RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Máq. Equip. Marca	Ano / Modelo	Placa	Chassi	Patrimônio	Renavan
Escavadeira Hidraulica PC 138 Komatsu	2008/2008			1999	Estado que se encontra
Motoniveladora HWB D 10 140 S	1973			1980	Estado que se encontra
Caçamba pistão/tomada de força para uso em caminhão Ford					Estado que se encontra

PORTARIA 3329/2017

PORTARIA 3329, de 07 de abril de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949/2001, de 06 de setembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2016, originado pelo Edital n. 002/2016, de 08 de abril de 2016;

Considerando a EC n. 051, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal n. 11.350, de 05 de outubro de 2006,

ReSOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado o Senhor JONEI DE MORAES, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período que perdurar o Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0949/2001, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 07 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3330/2017

PORTARIA 3330, de 07 de abril de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949/2001, de 06 de setembro de 2001, em conformidade com a Lei Complementar n. 043 de 29 de agosto de 2013, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2016, originado pelo Edital n. 002/2016, de 08 de abril de 2016;

ReSOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário a Senhora LOIRI CALAI, para ocupar o cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, em decorrência do afastamento das servidoras Neide M. Oliveira de Almeida Carafa e Terezinha Fátima Savi de Sordi, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 07 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3331/2017

PORTARIA 3331, de 11 de abril de 2017.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora SOLANGE DA LUZ, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 11 de abril, com término previsto para 08 de agosto de 2017, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3332/2017

PORTARIA 3332, de 11 de abril de 2017.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, e de acordo com o parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 0935/2001, de 19 de abril de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Erval Velho representando suas respectivas entidades:

GOVERNAMENTAL**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Norberto Conte

Suplente: Elenice Aparecida Savi

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Titular: Marília Dorini

Suplente: Daniela Foiatto

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Titular: Eliane Piccoli Ferreira Lopes

Suplente: Sandra Masson

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Titular: Cezár Basílio Bulla

Suplente: Gelson Camilo Dalmedico

NÃO GOVERNAMENTAL**CLUBE DE IDOSOS BARRA FRIA**

Titular: Tereza Bof

Suplente: Ilíria Dalpizzol

CLUBE DE IDOSOS TALISMÃ

Titular: Vilma Pires Fontana

Suplente: Odete Galhoto Gemelli

LIONS CLUBE DE ERVAL VELHO

Titular: Suely Bettoni Filippin

Suplente: Luciane Bordin Bulla

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ERVAL VELHO

Titular: Vanessa Talita Parissenti

Suplente: Cleonice Fattori

CLUBE DE MÃES ROSAS DOURADAS

Titular: Marisa Terezinha Rodrigues

Suplente: DulceTerezinha Danielli Tonial

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, sendo permitida a substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas a pedido destas, será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3333/2017

PORTARIA 3333, de 11 de abril de 2017.

Nomeia Integrantes do Conselho de Assistência Social do Município de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, e de acordo com a Lei 0824/96, de 15 de agosto de 1996 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem o CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Erval Velho representando suas respectivas entidades, conforme descrição abaixo:

GOVERNAMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular – Norberto Conte

Suplente – Ana Claudia Piovezan Bof

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Titular – Sandra Masson

Suplente – Francine Assmann

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Titular – Gelson Claudir Lorenzetti

Suplente – Gelson Camilo Dalmedico

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Titular – Daiana Bertotti

Suplente – Franciela Rita Davoglio

NÃO GOVERNAMENTAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ERVAL VELHO

Titular – Vanessa Talita Parissenti

Suplente – Andreia Gemelli Tonett

APP DA ESCOLA MUNICIPAL CÉSAR AVELINO BRAGAGNOLO

Titular – Patricia Provensi Reinaldo

Suplente – Vânia Recalcatti Piovesan

APP DO COLÉGIO ESTADUAL PREFEITO AGENOR PIOVESAN

Titular – Ivone Kerschbaumer Denti

Suplente – Laura Aparecida Recalcatti Fattori

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Barbara Antunes

Suplente: Jucelia Souza

Art. 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos,

podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,

em 11 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3334/2017

PORTARIA 3334, de 11 de abril de 2017.

Nomeia integrantes do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Conselho de Alimentação Escolar- CAE do Município de Erval Velho as normas de legislação Federal vigente, especialmente a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e o que dispõe o artigo 26 da resolução FNDE nº 38/2009 de 16 de junho de 2009 publicado no DOU 17/07/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, do Município de Erval Velho:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Vânia Recalcatti Piovesan

Suplente: Sandra Masson

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL

Titulares: Daniela Terezinha Mattos

Flávia Aparecida Girardi

Suplentes: Sônia Regina Silva

Elissônia Sutil Mazetto

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titulares: Marisa Dejacometti Piccoli

Sandra Fattori Bess

Suplentes: Sinoé Masson

Ludgerio Moraes

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares: Marcelo Ferreira Lopes

Silvio Ferreira Lopes Netto

Suplentes: Diva Rossi Piovezan

Adriana Parmagnani

Art. 2º. Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com indicação de seus respectivos

segmentos.

Art. 3º. O exercício do mandato de Conselheiro do CAE – Conselho de Alimentação Escolar é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 11 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3335/2017

PORTARIA 3335, de 17 de abril de 2017.

Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base ao servidor Roberto Bazzi, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, passando do nível 04-B para 04-C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 17 de abril de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO Nº. 791/2017

ATA DE HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 791/2017

Modalidade: Convite Nº. 01/21017

As 09:30 horas do dia 20 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes da habilitação e Proposta de Preço dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA METÁLICA COM TELHADO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE CARNES E CHURRASQUEIRA NA LINHA FLOR DA SERRA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: JP PIROCA AGROPECUÁRIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME e SPOHR MATÉRIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Iniciada a sessão com somente a presença do representante da empresa JP PIROCA AGROPECUÁRIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, onde a comissão de licitação constatou que houve a participação de apenas duas empresas convidadas, sendo assim, pelo fato de não cumprir o mínimo de 3 participantes para melhor concorrência e competitividade, resolvem recomendar a anulação do processo Licitatório. Findos os trabalhos de habilitação, a Comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Presidente da Comissão	Membro da comissão

De acordo:

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 847/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Convite

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 847/2017

MODALIDADE: Convite nº. 02/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA METÁLICA COM TELHADO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE CARNES E CHURRASQUEIRA NA LINHA FLOR DA SERRA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 25 de abril de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 02 de maio de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 848/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 848/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 20/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 25 de abril de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 05 de maio de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 849/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 849/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 21/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SÊ-MEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 25 de abril de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 05 de maio de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

CONTRATO Nº. 031/2017

CONTRATO Nº 031/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 de ora em diante denominada de contratante e de outro lado o Sr. Isaías Alves Lecindo, pessoa física, portador do CPF nº 072.876.779-11 e RG nº 6130280305, com residência no Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina denominado de contratado, de comum acordo, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de auxiliar nos trabalhos de manutenção do calçamento do acesso a Linha Pedra Branca.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura por 30 dias.

CLAUSULA TERCEIRA-DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**I - Do preço**

O preço será equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais) pelos trinta dias de serviços.

II - Da forma de pagamento

O Pagamento será efetuado em moeda corrente nacional até o dia 30 de maio de 2017.

III- Do Reajustamento

O valor do presente contrato não será reajustado.

IV- Da Dotação Orçamentária

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I – Auxiliar nos serviços de Manutenção conforme solicitado pela Secretaria de Infraestrutura Transportes e Serviços Urbanos.

II - Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que não manterá nenhum vínculo com o Município.

III - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, informações ou esclarecimentos sobre os serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos serviços.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV – Pagar os serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos conforme o caso.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial na realização do serviço contratado, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

I - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou

conveniência administrativa, recebendo o locador somente o valor das prestações vencidas, não lhe sendo devido qualquer outro valor de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir sobre as questões decorrentes da execução deste termo contratual, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	ISAÍAS ALVES LECINDO
Prefeito Municipal	contratado

LEANDRO NEUHAUS
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM
CPF: 010.389.549-32

CONTRATO Nº. 032/2017

CONTRATO Nº. 032/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, nº. 1489 e Rua Guaianazes, nº. 1238, Campos Elíseo na cidade de São Paulo SP, neste ato representada pelo Sra. Neide Oliveira Souza, inscrita no CPF sob o nº 205.408.568-51 e Cédula de Identidade nº. 28.543.390-8 e Sra. Marta Wouters Montoya, inscrita no CPF sob o nº 603.184.650-00 e Cédula de Identidade nº. 57.124.465-8, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 611/2017 Modalidade de Pregão Presencial nº. 17/2017, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no edital do processo licitatório nº. 611/2017 na modalidade de pregão presencial nº. 17/2017, que tem por objeto RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO, na qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os Serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT
22	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, ESCAVADEIRA DOS-SAN MODELO DX 140LC SERIE/CHASI- DHKLEBAASB0005824 ANO 2012 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 243.458,00, 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 50.000,00, 3-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 50.000,00, 4-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00; FRANQUIAS DE POS 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 4 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	3.019,98

O valor Total do presente Contrato é de R\$ 3.019,98

É da responsabilidade da contratada todo o processo de encaminhamento do sinistro ate a liquidação do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de 01 ano, podendo ser renovado/prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

CLAUSULA TERCEIRA – A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O item relacionado acima deveser executado e mantido durante toda a vigência do contrato em pleno funcionamento sem custo adicional algum para o município.

CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos Serviços será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da realização dos Serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados o Secretário de Administração – Leandro Neuhaus.

A fiscalização será exercida no interesse da administração municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos Serviços se, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos Serviços a empresa fornecedora será notificada para proceder à substituição dos mesmos no prazo de 24 horas contados de sua realização.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas deste contrato, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.69.00.00 - SEGUROS EM GERAL;

Projeto atividade:

267820025.2.029000 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transporte.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos Serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Atender as requisições do município fornecendo os Serviços vencidos na licitação nos preços constantes de sua proposta;

B – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

C – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o município;

D – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

E – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que os Serviços por ela fornecidos causarem a terceiros, na forma da Lei.

F – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre os Serviços fornecidos.

G – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Uma vez firmada a contratação, o município se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a qualidade dos Serviços entregues ao município comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste contrato procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – multas:

A – De 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor Unitário por Item do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual;

B – De 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C – De 5% sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D – De 10% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser executado a partir da data aprazada.

§ 1º - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2ª - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

III – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

A – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

C – A lentidão do seu cumprimento;

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

E – A decretação da falência ou instauração da insolvência civil da licitante vencedora;

F – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

G – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;

H – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

I – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

J – O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, consolidada, Pelo edital do processo licitatório nº 611/2017 na modalidade Pregão Presencial nº. 17/2017, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência da contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		
CPF: 503.319.819-04		
CONTRATANTE		
NEIDE OLIVEIRA SOUZA		MARTA WOUTERS MONTOYA
CPF: 205.408.568-51		CPF: 603.184.650-00
CONTRATADA		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

CONTRATO Nº. 033/2017

CONTRATO Nº. 033/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº. 14261, 29º Andar – Ala A, Vila Gertudes na cidade de São Paulo - SP, neste ato representada pelo Sr. Francisco Edinaldo Moreira de Sousa, inscrito no CPF sob o nº. 126.840.598-10 e cédula de identidade nº. 20972295 SSP/SP, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 611/2017 Modalidade de Pregão Presencial nº. 17/2017, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no edital do processo licitatório nº. 611/2017 na modalidade de pregão presencial nº. 17/2017, que tem por objeto RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO, na qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os Serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT
1	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO PLACA MKW 4780 FORD CARGO 2623 ANO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	231,00
2	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FORD CARGO 2623 PLACA MKT 5354 ANO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	231,00
12	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MASTER RENAULT FURGÃO PLACA MFI 8095 ANO E MODELO 2008/2009 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	162,50

14	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8149 MOTOR 1.0 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREEN-SIVA	195,00
15	1,00	SV	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8089 MOTOR 1.0 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREEN-SIVA	195,00
16	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CAMINHÃO FORD CARGO 1517 E PLACA MIJ 3711 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	230,00
19	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT DOBLO HLX 1.8 PLACA MJB 2653 ANO 2012 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREEN-SIVA	300,00
23	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O CAMINHÃO MERCEDEZ BENZ ATRON 2729 K 6x4 CAÇAMBA BASCULANTE PLACA QHC 2975 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	220,00
24	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT SIENA ESSENCE 1.6, ANO 2017 PLACA QIK 5552, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREEN-SIVA	280,00
25	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1,8 7 LUGARES, ANO 2017, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00.	COMPREEN-SIVA	400,00

O valor Total do presente Contrato é de R\$ 2.444,50

As apólices para veículos deverão ter assistência 24 horas.

As Coberturas para danos morais deverão ser de no mínimo R\$ 20.000,00 somente para veículos.

È da responsabilidade da contratada todo o processo de encaminhamento do sinistro ate a liquidação do mesmo.

Todas as Apólices com cobertura Total deverão ser de 100% Tabela Fipe.

A franquia (Perda Parcial de 100%) para os Veículos relacionados nos Itens 14, 15, e 24 é de R\$ 1.200,00, a franquia dos itens 19 e 25 será de R\$ 2.000,00.

Os Veículos com Cobertura Compreensiva relacionados nos itens 14, 15, 19, 24 e 25, deverão ter franquia de Proteção a Vidros e Retrovisores de R\$ 60,00 e Franquia de Para-Brisa e Vidro Traseiro de R\$ 120,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de 01 ano, podendo ser renovado/prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

CLAUSULA TERCEIRA – A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os itens relacionados acima deverão ser executados e mantidos durante toda a vigência do contrato em pleno funcionamento sem custo adicional algum para o município.

CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos Serviços será efetuado ate o dia 10 do mês subsequente ao da realização dos Serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados o Secretario de Administração – Leandro Neuhaus.

A fiscalização será exercida no interesse da administração municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos Serviços se, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos Serviços a empresa fornecedora será notificada para proceder à substituição dos mesmos no prazo de 24 horas contados de sua realização.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas deste contrato, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.69.00.00 - SEGUROS EM GERAL;

Projeto atividade:

041220004.2.004000 - Manutenção atividades de Adm. Geral do Município;

123610010.2.011000 – Manutenção do Ensino Fundamental;

103010012.2.016000 – Manutenção das atividades de Saúde Pública;

206060029.2.032000 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura;

267820025.2.029000 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transporte.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos Serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Atender as requisições do município fornecendo os Serviços vencidos na licitação nos preços constantes de sua proposta;

B – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

C – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o município;

D – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

E – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que os Serviços por ela fornecidos causarem a terceiros, na forma da Lei.

F – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre os Serviços fornecidos.

G – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Uma vez firmada a contratação, o município se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a qualidade dos Serviços entregues ao município comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste contrato procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – multas:

A – De 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor Unitário por Item do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual;

B – De 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C – De 5% sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D – De 10% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser executado a partir da data aprazada.

§ 1º - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

III – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

- A – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;
- B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;
- C – A lentidão do seu cumprimento;
- D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- E – A decretação da falência ou instauração da insolvência civil da licitante vencedora;
- F – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- G – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;
- H – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- I – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- J – O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
- B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- C – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, consolidada, Pelo edital do processo licitatório nº 611/2017 na modalidade Pregão Presencial nº. 17/2017, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência da contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	FRANCISCO EDINALDO MOREIRA DE SOUSA
CPF: 503.319.819-04	CPF: 126.840.598-10
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

CONTRATO Nº. 034/2017

CONTRATO Nº. 034/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 450, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº. 632.005.380-15 e cédula de identidade nº. 7009036166 SSP/RS, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 611/2017 Modalidade de Pregão Presencial nº. 17/2017, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no edital do processo licitatório nº. 611/2017 na modalidade de pregão presencial nº. 17/2017, que tem por objeto RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO, na qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os Serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT
5	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT UNO MILLE 1.0 PLACA MHZ 1172 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	239,00
6	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT UNO PLACA MGF 6154 1.0 FIRE 2P ANO 2009 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	239,00
7	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO VW GOLF SPORT PLACA MKR 5799 1.6 PLUS 4P ANO 2015 MODELO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	299,00
8	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT PALIO ECONOMY FIRE PLACA OKF 9234 ANO 2015 MODELO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	229,00
9	1,00		GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CHEVROLET/CLAS-SIC LS ANO/MODELO 2015/2015 PLACA MLU 9846 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	224,00
10	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT STRADA WORKING FLEX PLACA OKF 9294 MOTOR 1.4 ANO/MODELO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	225,00
13	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MINIBUS VOLARE PLACA MHW 1845 ANO E MODELO 2010, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	COMPREENSIVA	1.916,00
17	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT PALIO 1.6 ESSENCE 4P ANO/MODELO 2015 PLACA MMD – 3692 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	230,00
18	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT STRADA PLACA MJL 1544 MOTOR 1.4 ANO 2012 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	195,00

20	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE 16 LONGO, ANO/MODELO 2015/2015, PLACA MFU 5286, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.	COMPREEN-SIVA	5.000,00
21	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO ONIBUS M BENZ 1519, ANO/MODELO 2015 PLACA OKG-9436, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	COMPREEN-SIVA	4.500,00

O valor Total do presente Contrato é de R\$ 13.296,00

As apólices para veículos deverão ter assistência 24 horas.

As Coberturas para danos morais deverão ser de no mínimo R\$ 20.000,00 somente para veículos.

È da responsabilidade da contratada todo o processo de encaminhamento do sinistro ate a liquidação do mesmo.

Todas as Apólices com cobertura Total deverão ser de 100% Tabela Fipe.

A franquia (Perda Parcial de 100%) para os Veículos relacionados nos Itens 05, 06, 07, 08, 09, 10, 17, e 18 é de R\$ 1.200,00 a franquia do item 20 será de R\$ 2.000,00 e os itens 13 e 21 terão franquia de R\$ 15.000,00.

Os Veículos com Cobertura Compreensiva relacionados nos itens 05, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 17, 18, 20, e 21, deverão ter franquia de Proteção a Vidros e Retrovisores de R\$ 60,00 e Franquia de Para-Brisa e Vidro Traseiro de R\$ 120,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de 01 ano, podendo ser renovado/prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

CLAUSULA TERCEIRA – A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os itens relacionados acima deverão ser executados e mantidos durante toda a vigência do contrato em pleno funcionamento sem custo adicional algum para o município.

CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos Serviços será efetuado ate o dia 10 do mês subsequente ao da realização dos Serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados o Secretario de Administração – Leandro Neuhaus.

A fiscalização será exercida no interesse da administração municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou conseqüências que venham a ocorrer em razão do uso dos Serviço se, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos Serviços a empresa fornecedora será notificada para proceder à substituição dos mesmos no prazo de 24 horas contados de sua realização.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas deste contrato, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.69.00.00 - SEGUROS EM GERAL;

Projeto atividade:

041220002.2.002000 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito;

082440016.2.047000 – Manutenção e implantação do Crás;

123610010.2.012000 – Manutenção do Transporte Escolar.
103010012.2.016000 – Manutenção das atividades de Saúde Pública;
206060029.2.032000 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura;
267820025.2.029000 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transporte.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos Serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Atender as requisições do município fornecendo os Serviços vencidos na licitação nos preços constantes de sua proposta;

B – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

C – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o município;

D – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

E – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que os Serviços por ela fornecidos causarem a terceiros, na forma da Lei.

F – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre os Serviços fornecidos.

G – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Uma vez firmada a contratação, o município se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a qualidade dos Serviços entregues ao município comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste contrato procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – multas:

A – De 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor Unitário por Item do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual;

B – De 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C – De 5% sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D – De 10% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser executado a partir da data aprazada.

§ 1º - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer

outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

III – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

A – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;
B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;
C – A lentidão do seu cumprimento;
D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
E – A decretação da falência ou instauração da insolvência civil da licitante vencedora;
F – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
G – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;
H – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

I – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

J – O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, consolidada, Pelo edital do processo licitatório nº 611/2017 na modalidade Pregão Presencial nº. 17/2017, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência da contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	MARCELO WAIS
CPF: 503.319.819-04	CPF: 632.005.380-15
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 42/2017

DECRETO nº. 42/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 611/2017, e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 611/2017, que tem por objeto a RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	R\$ 3.019,98
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A	R\$ 2.444,50
GENTE SEGURADORA S.A	R\$ 13.296,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

DECRETO Nº. 43/2017

DECRETO nº. 43/2017

Anulação do processo licitatório nº. 791/2017, conforme recomendação da Comissão de Licitação e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Anulado o Processo Licitatório conforme recomendação da Comissão de Licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 791/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA METÁLICA COM TELHADO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE CARNES E CHURRASQUEIRA NA LINHA FLOR DA SERRA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

Art. 2º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 2/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2017
EXTRATO DE EDITAL

O Município de Formosa do Sul, com endereço na Av. Getúlio Vargas, Nº 580, Bairro Centro, nesta cidade de Formosa do Sul, por seu Prefeito Municipal, Senhor Rudimar Conte, TORNA PÚBLICO, para conhecimento das Pessoas Jurídicas interessadas, que se encontra aberto EDITAL destinado ao CREDENCIAMENTO de empresas para contratação de serviços médico-hospitalares para realização de procedimentos cirúrgicos na área de ortopedia e traumatologia destinado ao atendimento aos usuários do sistema único de saúde do município de formosa do sul. Demais informações, esclarecimentos, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração Finanças e Planejamento do Município de Formosa do Sul, SC, Av. Getúlio Vargas, 580, fone (049) 33430010 e e-mail licitacao@formosa.sc.gov.br.

Formosa do Sul, SC, 20 de Abril de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 49/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa JAZIDA AREÃO RECCO EIRELI ME CNPJ/MF nº 07.964.343/0001-15 estabelecida na Rodovia Tranquilo Sartor, Morro da Fumaça/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Hélio Recco, brasileiro, CI 1820940, CPF 070.820.539-91, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 49/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de areão para uso na manutenção das diversas ruas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

2. Os produtos serão recebidos junto às dependências da licitante fornecedora e transportados por conta e risco da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

2.1. O prazo de entrega constará expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

2.2. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 02 (dois) dias úteis.

2.3. Considerar-se-á como início de contagem de tempo para efeito de entrega dos produtos, a data de recebimento das requisições.

2.4. Considerar-se-á entre a prefeitura e licitante fornecedora (local de recebimento) a distância máxima de 40 Km.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e

quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por conta e risco da CONTRATADA.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e

responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito,

comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 49/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Marcio Vieira será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar os produtos, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 20 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Hélio Recco

CPF: 070.820.539-91

Marcio Vieira

Administrador da Garagem Municipal

Gestor/Fiscal da Ata

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 64/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de utensílios domésticos diversos para uso das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de maio de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 20 de abril de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS 12/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 12/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FUFA-SC DIST. HOSP. LTDA

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 1.980,00 (hum mil novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA – 31/07/2017

DOTAÇÃO – 1701.2055 – fonte de recurso 3390.68; 1701.2055

– fonte de recurso 3390.696 e 1701.2055 – fonte de recurso 3390.743.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 01/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 09 de fevereiro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 21/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 21/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA

OBJETO – aquisição de material médico cirúrgico e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.607,70 (hum mil seiscentos e sete reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/07/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050 fonte de recurso 3390.73; 1701.2050 fonte de recurso 3390.696; 1701.2052 fonte de recurso 3390.740; 1701.2057 fonte de recurso 3390.742; 1701.2058 fonte de recurso 3390.740; 1701.2062 fonte de recurso 3390.696; 1701.2062 fonte de recurso 3390.745.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 02/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 16 de fevereiro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE FRACASSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007-FMS

AVISO DE FRACASSO

Pregão Presencial nº 0007/2017 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Secretária Municipal de Saúde de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para o fornecimento de materiais e serviços para a instalação de antenas e receptores de sinal digital de TV nas unidades de saúde, CAPS e UPA 24 h do município de Fraiburgo, incluindo manutenções preventivas e corretivas restou FRACASSADA em razão de que o valor proposto pela única proponente interessada não ter alcançado o valor médio da pré-cotação. Fraiburgo (SC), 20 de abril de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA CMDCA - 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Edital de Audiência Pública

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fraiburgo – CMDCA, em atendimento às disposições constantes nas Resoluções n.º 161 de 2013 e n.º 171 de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e apreciação da minuta do PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRAIBURGO PARA O DECÊNIO 2017/2027, elaborada pela Comissão do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do município de Fraiburgo.

A Audiência Pública será realizada no dia 27 de abril de 2017, com início às 8h30m e previsão de encerramento 11h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, Avenida Rio das Antas, nº 185 – Centro.

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1 – Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;

2 – A minuta sobre a qual se realizará as discussões está dividida em cinco eixos temáticos, nos quais estão relacionadas ações, metas e estratégias, a saber:

- Eixo 1 – Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos;
- Eixo 3 – Participação de Crianças e Adolescentes;
- Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos;
- Eixo 5 – Gestão da Política;

3 – Nesta Audiência Pública será facultada aos participantes a realização de sugestões e comentários por escrito. As sugestões e comentários por escrito serão ilimitadas e serão realizadas no local da Audiência Pública. A análise das sugestões e comentários por escrito será feita posteriormente pela Comissão instituída pela Resolução n.004/2016.

4 – Durante a audiência pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do documento base, como o seu teor apresentado ao público;

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

Claudete Ghelher Mathias

DECRETO Nº 111-2017

DECRETO Nº 111, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2017, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.02 – Fundo Municipal dos direitos Difusos – FMDD		
04.122.0002.2.003 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (201)	R\$	5.000,00
TOTAL		
	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.02 – Fundo Municipal dos direitos Difusos – FMDD		
04.122.0002.2.003 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (203)	R\$	5.000,00
TOTAL		
	R\$	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 20 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 112-2017

DECRETO Nº 112, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2348 de 01 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0014.1.016 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (123)	R\$	125.000,00
Total	R\$	125.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2016, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 20 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DELIBERAÇÃO CMS 009

DELIBERAÇÃO 009/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Plano de Ação da Vigilância Sanitária – 2017/2019, conforme ATA Nº 005/2017.

Fraiburgo (SC), 19 de abril de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CMS 010

DELIBERAÇÃO 010/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o horário de funcionamento da UPA de 12 (doze) horas diárias, todos os dias da semana, incluindo sábados,

domingos e feriados, estando os mesmos cientes que o custeio ficará integralmente por conta dos recursos próprios do Município, não havendo financiamento federal, conforme ATA Nº 005/2017.

Fraiburgo (SC), 19 de abril de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EDITAL LOTES VAGOS CEMITÉRIO 2017

EDITAL Nº 0018/2017

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 82.947.979/0001-74, com sede na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, através de sua Prefeita Municipal Sra. CLAUDETE GHELLER MATHIAS,

NOTIFICA :

Todos os cessionários de lotes insertos no espaço público do Cemitério Municipal, especialmente os abaixo nominados, nos termos do que dispõe o Decreto Municipal nº 110 de 13 de abril de 2017, de que estará disponível, mediante requerimento, os valores relativos aos títulos de perpetuidade, os quais serão devidamente corrigidos e ressarcidos aos respectivos titulares e/ou sucessores. Para efeito de convalidação das disposições do referido Decreto, ficam notificados os cessionários dos seguintes lotes:

IDENTIFICAÇÃO DOS CESSIONÁRIOS RESPONSÁVEIS		
QUADRA	LOTE	RESPONSÁVEL
01	28	JOSÉ ITACIL KLIN
01	35	LUIZ CARLOS HANKE
02	12	MARTINA GUILHERMINA DOS SANTOS
02	19	CÉLIO PASSINI
02	20	
02	33	
02	40	
02	45	
02	48	OLINDA RIBEIRO
03	23	
03	35	WILMAR KADES
03	41	JANETE ROSANE DO AMARAL TORRES
04	09	
04	15	WANDERLEI FERREIRA MATOS
04	34	
04	44	AUGUSTINHO FACCIONE
04	46	EDIRSON LUIZ TROMBETA
05	05	THERESINHA BALESTRIN
05	08	IZABETE LAMP
05	18	IVONIR ANTONIO GRAZZIOTIN
05	31	VILMAR GROSS

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

JOÃO CARLOS PADILHA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 13352017

PORTARIA Nº 1335, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 021/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 20 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BIANCA SABRINA PINHEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.392.859-10, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 29 de abril de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13362017

PORTARIA Nº 1336, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 020/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 20 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIEL PEDROSO GODOY, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.690.179-28, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de maio de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13372017

PORTARIA Nº 1337, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 019/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 32 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAIARA RAFAELA JUSTTI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.751.969-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 32 horas semanais, no período de 29 de abril de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13382017

PORTARIA Nº 1338, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 018/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLEI SAGAI ZORNITTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.530.299-90, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13392017

PORTARIA Nº 1339, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 017/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIEL LIMA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 096.397.969-80, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13402017

PORTARIA Nº 1340, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0027 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 066/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais, o servidor Ademir Vicente Franco de Souza Junior, que teve seu contrato encerrado;

Considerando que estará por 20 horas semanais, em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALISON PAULO ZUCCO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 045.314.019-05, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13412017

PORTARIA Nº 1341, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0027 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 066/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais, o servidor Jan Marcel Gomes Martins, que teve seu contrato encerrado;

Considerando que estará por 20 horas semanais, em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSUÉ FABIANO MELO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.211.759-06, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13422017

PORTARIA Nº 1342, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0026 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 33/2017, da Fundação Municipal de Esportes e Laser - FME;

Considerando que estará por 40 horas semanais, em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 461.153.909-15, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13432017

PORTARIA Nº 1343, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0958/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas semanais, em vaga excedente;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Milene Everling Boeira, a qual assumiu a Coordenação Pedagógica na EBM Santo Antonio;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊZ DA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 034.719.879-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de maio de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13442017

PORTARIA Nº 1344, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0959/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas semanais, em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TERESINHA APARECIDA LEMOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 751.377.049-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de maio de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13452017

PORTARIA Nº 1345, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0979/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas o professor Mauricio Vicente Bartolomeu, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRÍCIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS TIBES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.360.009-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de abril de 2017 até 11 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13462017

PORTARIA Nº 1346, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0999/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.445.189-31, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13472017

PORTARIA Nº 1347, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1000/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISANGELA APARECIDA JAEGER, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 946.803.969-20, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13482017

PORTARIA Nº 1348, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação

interna nº 0953/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HEIDE APARECIDA DE BARROS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 063.352.009-88, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13492017

PORTARIA Nº 1349, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0026 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0996/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEAN PAULO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 990.604.699-68, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13502017

PORTARIA Nº 1350, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0026 de 08 de novembro de

2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0997/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVERALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.181.959-38, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13512017

PORTARIA Nº 1351, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0026 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0998/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALOIR RICHTER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 022.434.739-09, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13522017

PORTARIA Nº 1352, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0994/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Solange de Fatima Gomes de Oliveira, que foi transferida para o CEM São Sebastião;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IOLANDA HELENA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 494.671.409-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13532017

PORTARIA Nº 1353, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0988/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA DE FATIMA MACHADO SALDANHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 915.144.539-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13542017

PORTARIA Nº 1354, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0992/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Heliane Becker, que pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISIANE APARECIDA KELLER VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.272.949-66, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13552017

PORTARIA Nº 1355, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0993/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.869.159-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13562017

PORTARIA Nº 1356, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0995/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Marilda Fatima Rosa, que teve rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCELENE MENDES DE BORBA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.377.509-55, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13572017

PORTARIA Nº 1357, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0956/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Cristiane Zaggo, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RAIANE RIBEIRO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 085.359.719-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13582017

PORTARIA Nº 1358, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0957/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Cristiane Rodrigues de Andrade, que foi cedida para o Batalhão do Bombeiro Militar de Fraiburgo;;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIA OHANNA ALVES DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.523.049-18, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13592017

PORTARIA Nº 1359, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0981/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ELIZETE WALTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.185.059-12, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13602017

PORTARIA Nº 1360, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0982/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE TEREZINHA PAGANINI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 693.497.709-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13612017

PORTARIA Nº 1361, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0983/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 094.901.359-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13622017

PORTARIA Nº 1362, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0984/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Edna Aparecida de Meira, a qual foi transferida para a EM Carlos Gomes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MIRIAM CRISTINA CORREA DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.383.329-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13632017

PORTARIA Nº 1363, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0985/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGIANE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.770.379-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13642017

PORTARIA Nº 1364, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0986/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉA RIBEIRO DA ROSA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 077.214.729-97, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13652017

PORTARIA Nº 1365, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0987/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ÉRICA PAULA MENEGAT ZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 107.345.169-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13662017

PORTARIA Nº 1366, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0989/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por substituindo por 40 horas semanais a servidora Francieli Campolim, que foi transferida para o CEI Santo Antonio;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 033.367.929-67, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13672017

PORTARIA Nº 1367, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0990/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por substituindo por 40 horas semanais a servidora Ana Catarina de Melo de Oliveira, que foi transferida para o CEM Antonio Porto Burda;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIÉLI TAVARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.245.479-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13682017

PORTARIA Nº 1368, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0954/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por substituindo por 40 horas semanais a servidora Roseli Gonçalves Cordeiro, a qual encontra-se em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELLA CATANEO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.519.449-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13692017

PORTARIA Nº 1369, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0955/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DE FATIMA BERNARDINO DA SILVA COLDEBELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 690.295.399-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 874/2017 CANCELA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 874/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CANCELA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, incisos VI e VII, "a" da Lei Orgânica Municipal, art. 24, "caput" da Lei Complementar 023/2007 e art. 18 da Instrução normativa 14/2012 do TCE.

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado em todos os seus efeitos o concurso Público/Edital nº 001/2016, o qual estava sob a realização e execução da empresa Infinity Assessoria Pedagógica Ltda, empresa esta sob investigação por cometer atos que comprometem sua lisura e transparência, requisitos essenciais para a realização dos concursos Públicos do Município (notícia veiculada na portaria 116/2016 neste Município).

Art. 2º - Após a devolução dos valores recebidos indevidamente pela empresa já notificada e acima nominada, identifique-se os candidatos que eventualmente pagaram as inscrições e proceda-se imediatamente a devolução dos respectivos valores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Frei Rogério, (SC), 20 de abril de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 027/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 027/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço FMAS 003/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 04 de maio de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE LIMPEZA O PROJETO CONSTRUINDO O AMANHÃ (PCA) MUNICIPIO DE GALVÃO PARA O ANO DE 2017, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 20 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 028/2017

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 028/2017, Edital de Dispensa FMAS 001/2017, até às 09 horas do dia 26 de abril de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA O GRUPO DE IDOSOS DO CENTRO FREI BARNABÉ, conforme especificações constantes no Edital, para o exercício de 2017. Conforme especificações constantes no Edital, para o exercício de 2017. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br. Galvão - SC, 20 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 029/2017

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 029/2017, Edital de Dispensa 005/2017, até às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2017, e fará abertura das mesmas às 14h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES , conforme especificações constantes no Edital, para o exercício de 2017. Conforme especificações constantes no Edital, para o exercício de 2017. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br. Galvão - SC, 20 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT, do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 040/2017; IL nº. 09/2017; Contratada: Mistério Café Danceteria Ltda; CNPJ: 10.259.995/0001-63; Objeto: Locação de stand da Prefeitura Municipal de Garopaba na 18ª festival Nacional do Camarão que acontecerá nos dias 20 à 23 de Abril de 2017 na cidade de Imbituba - SC; Valor: R\$10.000,00 (Dez mil reais) Data da Assinatura: 18/04/2017

DECRETO Nº 065, DE 20 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N.º 065, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA O DECRETO N.º 054 DE 29 DE MARÇO DE 2017, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Saúde das Mulheres no Município;

Considerando que no presente ano será realizada a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres e para tanto será necessário a realização das etapas municipais e estaduais;

Considerando a Resolução nº 32, de 19 de abril de 2017 do Conselho Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 054/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, a realizar-se em Garopaba, no dia 03 de maio de 2017, com início às 08h30m e término às 18h00minh, no Salão da Igreja Matriz de Garopaba, situado na Rua Lauro Severiano Muller, nº 330 Centro – Garopaba SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 211/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 211/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTIANE DOS SANTOS ABREU

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS

Valor: R\$ 2.384,97 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais com noventa e sete centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 212/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 212/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OTAIR SILVEIRA CORREIA

Objetivo: MOTORISTA CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ONIBUS

Valor: R\$ 1.327,02 (um mil trezentos e vinte sete reais com dois centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 213/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 213/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANAISA KLAMT

Objetivo: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 2.293,25 (dois mil duzentos e noventa e tres reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 214/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 214/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JEAN GARCIA DOS SANTOS

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS

Valor: R\$ 2.384,97 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais com noventa e sete centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 215/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 215/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DEBORA PIRES CUSTODIO

Objetivo: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 2.293,25 (dois mil duzentos e noventa e tres reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 216/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 216/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DANIEL MARCELINO RABELLO

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS

Valor: R\$ 2.384,97 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais com noventa e sete centavos) mensais

Vigência: De 27/03/2017 até 27/09/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 217/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 217/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIULA RODRIGUES GARCIA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.200,64 (um mil duzentos reais com sessenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 01/04/2017 até 01/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 218/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 218/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PRISCILA DA COSTA SILVA

Objetivo: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 2.293,25 (dois mil duzentos e noventa e tres reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 03/04/2017 até 03/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 219/2017

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 219/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNO LIMA DE MORAES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 03/04/2017 até 03/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 220/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 220/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCELO DE LIMA SANTOS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 03/04/2017 até 03/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 221/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 221/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARINA DE NADAL DOS SANTOS

Objetivo: PSICOLOGO - CAPS

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil cento e trinta e um reais com vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/04/2017 até 04/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 222/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 222/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDUARDO MOIOLI

Objetivo: MÉDICO CARDIOLOGISTA

Valor: R\$ 6.152,99 (seis mil cento e cinquenta e dois reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 06/04/2017 até 06/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 223/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 223/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIA BRAGA MORAIS

Objetivo: MÉDICO VETERINÁRIO - NASF

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil cento e trinta e um reais com vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 10/04/2017 até 10/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 224/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 224/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIETE SERAFINI

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS

Valor: R\$ 2.384,97 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais com noventa e sete centavos) mensais

Vigência: De 07/04/2017 até 07/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 225/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 225/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEIDNA CAUMO GRAPILIA

Objetivo: ODONTOLOGO ESF

Valor: R\$ 4.217,27 (quatro mil duzentos e dezesseis reais com vinte e sete centavos) mensais

Vigência: De 10/04/2017 até 10/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 226/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 226/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIANA CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS

Valor: R\$ 2.384,97 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais com noventa e sete centavos) mensais

Vigência: De 17/04/2017 até 17/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 227/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 227/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LENI SANTOS DE LIMA

Objetivo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - ESF

Valor: R\$ 957,81 (novecentos e cinquenta e sete reais com oitenta e um centavos) mensais

Vigência: De 10/04/2017 até 10/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 228/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 228/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MÉYVONE MARIA CARDOSO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 957,81 (novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos) mensais

Vigência: De 10/04/2017 até 10/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 229/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 229/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LIDIANE SILVEIRA DOMINGOS DA SILVA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.200,64 (um mil duzentos reais com sessenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 13/04/2017 até 13/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 230/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 230/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALESSANDRA HOFMANN ALLET

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.200,64 (um mil duzentos reais com sessenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 13/04/2017 até 13/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 231/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 231/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCOS PEREIRA RODRIGUES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 17/04/2017 até 17/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 232/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 232/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ARIELLA DE PAULO PATRICIO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 17/04/2017 até 17/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 233/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 233/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PAULA ELIAS DE SOUZA

Objetivo: ENFERMEIRO ESF

Valor: R\$ 2.605,84 (dois mil seiscentos e cinco reais com oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 18/04/2017 até 18/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 234/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 234/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA MARIA VON HOONHOLTZ

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS

Valor: R\$ 1.788,72 (um mil setecentos e oitenta e oito reais com setenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 19/04/2017 até 19/10/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 235/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 235/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSANA ALVES DOS SANTOS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 236/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 236/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANDRESSA SOARES SEER DE OLIVEIRA

Objetivo: ENFERMEIRO ESF

Valor: R\$ 2.605,84 (dois mil seiscentos e cinco reais com oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 237/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 237/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SIMONE BACIQUET PISTORELLO

Objetivo: ENFERMEIRO ESF

Valor: R\$ 2.605,84 (dois mil seiscentos e cinco reais com oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 238/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 238/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GABRIELA WALTER DA LUZ

Objetivo: ODONTOLOGO ESF

Valor: R\$ 4.217,27 (quatro mil duzentos e dezesseis reais com vinte e sete centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 239/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 239/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIANA DE SOUZA ALVES

Objetivo: ODONTOLOGO ESF

Valor: R\$ 4.217,27 (quatro mil duzentos e dezesseis reais com vinte e sete centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 240/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 240/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIZA SOUZA DA ROSA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil duzentos e oito reais com vinte e cinco centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2017 até 24/10/2018, prorrogável conforme legislação vigente

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 05/2017

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 005/2017

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel Jean Nascimento Pacheco, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 26 do mês de abril de 2017 (26/04/2017), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270061262016(5779-2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IVANO DA SILVA LOBO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda

(Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO 1027025612015(6548-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ROSA FLAT POUSADA LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS 10270025692015(6696-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ANGEL WALTER GADAN (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS 10270021932017(5416-2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: AU-RINO VENTURA DA ROSA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS 10270052172016(7015-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IZO-LETE DOS SANTOS BARBOSA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Garopaba, 19 de abril de 2017.

Emanuele Barcellos Candido

Secretária-Geral da JARF

PORTARIA N.º 455/2017

PORTARIA N.º 455, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA A PORTARIA N.º 444/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 444, de 18 de abril de 2017, que NOMEIA a Servidora ROSIMERE DA SILVEIRA, CPF nº 069.086.969-01, para o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 032/2017 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 32, de 19 de abril de 2017.

Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, da alteração da data de realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres para dia 03 de maio no Salão da Igreja Matriz de Garopaba.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Conselho,

Resolve aprovar "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba a alteração da data de realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres para dia 03 de maio no Salão da Igreja Matriz de Garopaba.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de abril de 2017.
ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 24/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

REGIMENTO INTERNO

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES DE GAROPABA SC

1ª CMSMu/Garopaba - SC

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba - SC, em sua Reunião nº 23 realizada no dia 10 de março de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2016, e em consonância com a Resolução nº 537, de 19 de setembro de 2016, e com sua Resolução nº 538, de 10 de novembro de 2016, ambas publicadas pelo Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de estabelecer as regras para a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres – 2ª CNSMu, resolve:

Aprovar o Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Garopaba, e estabelecer as diretrizes para a realização desta etapa preparatória as etapas estadual e nacional.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º - Este Regimento define as regras de funcionamento da 1ª CMSMu/Garopaba - SC, convocada pelo Decreto nº 054 de 29 de março de 2017 a ser publicado posterior à aprovação desse Regimento.

Parágrafo Único – A 1ª CMSMu/Garopaba - SC corresponde à etapa Municipal da 1ª CESMu/Garopaba - SC.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A 1ª CMSMu/Garopaba - SC, convocada pelo Decreto nº 054 de 29 de março de 2017 do Prefeito Municipal, tem por objetivos:

I - Propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres;

II - Reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade do SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

III - Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade municipal acerca do direito à saúde e em defesa do SUS;

IV - Discutir a responsabilidade dos entes federados sobre o financiamento e a gestão de políticas públicas com impacto na saúde das mulheres;

V - Desenvolver estratégias de enfrentamento ao machismo, ao sexismo e à misoginia, por meio de políticas públicas;

VI - Aprofundar o debate sobre o impacto na saúde das mulheres da divisão sexual do trabalho, das condições, do salário e da jornada;

VII - Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade brasileira acerca do direito das mulheres à saúde e em defesa do SUS, parão enfrentamento da violência institucional;

VIII - Fortalecer as políticas afirmativas para as mulheres que garantam seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais;

IX - Aprofundar o debate sobre as reformas necessárias à democratização do Estado, em especial as que incidem sobre a saúde das mulheres;

X - Fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade;

XI - Avaliar a situação de saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção das diretrizes de forma ascendente nos planos municipais, estaduais e nacional de saúde;

XII - Aprofundar o debate sobre as reformas necessárias à democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor saúde municipais.

CAPÍTULO II

DO TEMA

Art. 3º - Nos termos deste Regimento, a 1ª CMSMu/Garopaba - SC, terá como tema central:

“Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres”

§ 1º - Os eixos temáticos da 1ª. CMSMu/Garopaba - SC serão:

I – o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres;

II – O mundo do trabalho e suas conseqüências na vida e na saúde das mulheres;

III – Vulnerabilidades e equidade na vida e na saúde das mulheres, e

IV – Políticas públicas para as mulheres e a participação social.

§ 2º - O eixo será discutido em painel central e mesa redonda, com coordenação, secretaria e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

CAPÍTULO III

ETAPAS

DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 4º- A 1ª CMSMu/Garopaba - SC, será realizadas no dia 03 de maio de 2017, em período integral, com início às 08h30min cumprindo a Etapa Municipal da 2ª CNSMu.

Art. 5º- A Etapa Municipal da 1ª CMSMu/Garopaba - SC, com base em Documento Orientador e sem prejuízo de outros debates, tem o objetivo de analisar as prioridades locais de saúde, formular propostas para o fortalecimento dos programas e ações de implementação da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde das Mulheres no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, e elaborar Relatório Final, nos prazos previstos por este Regimento.

§ 1º- A divulgação da Etapa Municipal será ampla e a participação aberta a todas e todos, com direito a voz. Terão direito a voto somente os delegados inscritos pelas entidades representativas.

§ 2º- As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Estadual e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal.

§ 3º- O Relatório Final da Etapa Municipal, bem como, a lista de delegadas (os) eleitos nesta etapa, serão de responsabilidade da Comissão Organizadora e deverão ser enviados à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 20 de maio de 2017.

Art. 6º - Na Conferência Municipal serão eleitas (os) as Delegadas (os) que participarão da Conferência Estadual, de forma paritária, conforme a Resolução do Conselho Nacional nº 453/2012.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Art. 7º - Serão consideradas como instâncias deliberativas da 1ª CMSMu/Garopaba - SC,

I - Grupos de Trabalho;

II - Plenária Final.

§ 1º - Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente, com participação dos convidados, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total de participantes.

§ 2º - Os Grupos de Trabalho serão realizados simultaneamente, para discutir, propor e votar os conteúdos que irão compor o Relatório Consolidado.

I - O Relatório Consolidado composto por até 10 propostas aglutinadas por similaridade e condensadas por eixo temático será lido e votado por grupos de trabalho;

II - Cada grupo de trabalho terá a responsabilidade de ler e votar as propostas iniciado por um eixo temático previamente definido pela Comissão Organizadora;

III - As propostas elencadas nas diretrizes que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos, em cada grupo de trabalho, nos quais foram apreciadas farão parte do Relatório Final da 1ª CMSMu/Garopaba - SC;

IV - Para apreciação na Plenária Final, as propostas elencadas nas diretrizes constantes do Relatório Consolidado, destacadas nos grupos de trabalho, deverão ter a aprovação de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) para irem à votação da plenária para compor o Relatório Final;

V - Os grupos de trabalho terão mesas paritárias, com coordenação indicada pela coordenação geral e secretaria, que será escolhida pelo grupo;

§ 3º - A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do Relatório Consolidado dos Grupos de Trabalho, bem como as moções.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 8º - A Comissão Organizadora da 1ª CMSMu/Garopaba - SC terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador (a) Geral;

II - Secretário (a) Geral;

III - Relator (a) Geral;

IV- Coordenador (a) de Secretaria.

§ 1º - A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área, para integrarem a estrutura de coordenação como apoiadores.

Art. 9º - A Comissão Organizadora será designada por meio de portaria específica do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 - A Comissão Organizadora da 1ª CMSMu/Garopaba - SC tem as seguintes atribuições:

I - Encaminhar a realização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC, atendendo às deliberações do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Propor ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde:

- O temário e os eixos temáticos da 1ª CMSMu/Garopaba - SC;
- O método de realização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC e da consolidação do relatório;
- Os nomes dos expositores da mesa redonda e do painel central;
- A elaboração do roteiro de orientação para os expositores da mesa redonda.

III - Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a etapa municipal;

IV- Elaborar o regulamento, e apresentá-lo ao Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária;

V - Encaminhar o Relatório Final da 1ª CMSMu/Garopaba - SC ao Conselho Municipal de Saúde;

VI - Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;

VII - Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da 1ª CMSMu/Garopaba - SC e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 11 - Ao Coordenador (a) Geral cabe:

I - Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II - Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III - Supervisionar todo o processo de organização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC.

Art. 12 - Ao Secretário (a) Geral cabe:

I - Propor condições de infraestrutura necessárias à realização 1ª CMSMu/Garopaba - SC, referentes ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;

II - Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC;

III - Propor os meios de acessibilidade, com vistas a incluir pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, asseguradas condições para sua efetiva participação, nos termos do Manual de Acessibilidade da CISP/D/CNS;

IV - Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

V - Participar das reuniões do Comitê Executivo;

VI - Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC;

VII - Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 1ª CMSMu/Garopaba - SC para providências;

VIII - Acompanhar a elaboração do regulamento da 1ª CMSMu/Garopaba - SC pela Comissão Organizadora.

Art. 13 - Ao Relator (a) Geral cabe:

I - Coordenar a Relatoria da etapa municipal;

II - Acompanhar a elaboração do Regulamento da 1ª. CMSMu/Garopaba - SC e suas alterações;

III - Estimular o encaminhamento, em tempo hábil, dos relatórios da Conferência Municipal de Saúde à Comissão Organizadora da 1ª CESMu/Garopaba - SC;

IV - Coordenar o processo de trabalho dos relatores;

V - Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalho;

VI - Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 1ª CMSMu/Garopaba - SC;

VII - Coordenar a elaboração do Relatório Final da 1ª CMSMu/Garopaba - SC a ser apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 14 – Ao Coordenador (a) de Secretaria cabe:

I - Orientar quanto ao processo de inscrição dos delegados à Etapa Estadual;

II - Organizar e manter arquivo dos documentos RECEBIDOS relativos à inscrição de delegados;

III - Supervisionar o processo de credenciamento dos inscritos na 1ª CMSMu/Garopaba SC;

IV - Solucionar os problemas que surgirem no ato do credenciamento;

V - Distribuir e organizar os Grupos de Trabalho;

VI - Emitir certificados aos participantes da 1ª CMSMu/Garopaba - SC.

CAPÍTULO VII DOS PARTICIPANTES

Art. 15 - A 1ª CMSMu/Garopaba - SC nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução do Conselho Nacional nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, a representação de delegados dos usuários na 1ª CMSMu/Garopaba - SC será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

I - 50% dos participantes serão representantes dos usuários;

II - 25% dos participantes serão representantes dos profissionais

de saúde;

III - 25% serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 16 - Serão delegados para a 1ª CESMu/Garopaba - SC os delegados eleitos na etapa municipal cujo quantitativo tem por base a população estimada em 2014 pelo IBGE, e que corresponde a 4 delegados.

I - Das (os) delegadas (os) eleitas (os) nesta etapa, 80% serão mulheres.

Art. 17 - Os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba são delegados natos para participarem da etapa da 1ª CMSMu/Garopaba - SC.

Art. 18 - Serão convidados para a 1ª CMSMu/Garopaba - SC:

I - Representantes de órgãos, entidades, instituições municipais;

II - Personalidades municipais, com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;

III - Movimentos Sociais.

Art. 19 - Os participantes com deficiências e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 1ª CMSMu/Garopaba - SC, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 20 - As despesas com a realização da 1ª CMSMu/Garopaba - SC serão custeadas pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 1ª. CMSMu/Garopaba - SC.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 004/2017 – Licitação FMS 003/2017

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/05/2017 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de abril de 2017.

Rodrigo Adrianly David

Prefeito Municipal

DECRETO 107/2017

DECRETO Nº 107, DE 18 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 80 de 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com mandato até abril de 2019:

I - Representantes da Administração Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: Clinton Luiz Severiano

Suplente: Carla Lizete Ramos

b) Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

Titular: Márcio Ricardo Herpich

Suplente: Thobias Lemke

c) Representante da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais:

Titular: Plotino de Bitencourt

Suplente: Adamastor Saad Benedet Junior

d) Representante da Secretaria Municipal de Obras:

Titular: Iolando de Assis

Suplente: Celso Stonoga

II - Representantes da comunidade:

a) Representante da Associação Comercial, Industrial de Garuva (ACIG):

Titular: Marcio Dumke

Suplente: Adolar Umlauf

b) Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Santa Catarina (SEBRAE/SC):

Titular: Jaime Arcino Dias Junior

Suplente: Milena Zimmermann de Freitas

c) Representante do Conselho Regional de Contabilidade (CRC):

Titular: Mayco Ricardo Rohrbacher

Suplente: João Roberto Justiniano de Souza

d) Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Garuva:

Titular: Ronald Roeder

Suplente: Roque Link

e) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

Titular: Álvaro Carlos Meyer

Suplente: Éder Junior dos Santos

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos termos do art. 5º §1º da Lei Complementar nº 80/2014, na falta deste pelo diretor da pasta.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 043/2015.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 057/2017

PORTARIA Nº. 057, de 17 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 057/2017

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
AFONSO ALBRECHT	OPERACIONAL I	I	G	H
CASSIA REGIANE DA CRUZ	OPERACIONAL I	I	A	B
CIBELE RODRIGUEZ	PROFESSOR	III	A	B
CLAUDETE TEREZINHA V. FELDHAUS	OPERACIONAL I	I	A	B
DILSE GOMES FURTADO	OPERACIONAL I	I	I	J
EDSON JAIR BACK	APOIO	I	G	H
ELISABETE MOTA PEREIRA	OPERACIONAL I	II	M	N
EVANIA PEREIRA	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	A	B
EVERLI BORBA AVANZI	OPERACIONAL I	II	G	H
ILDA MARIA DA CONCEIÇÃO	OPERACIONAL I	I	N	O
IRACI MACIEL DE OLIVEIRA	OPERACIONAL	I	F	G
IRACI SCHULTZ NOVAES	OPERACIONAL I	I	D	E
IVANILDA HEIN	OPERACIONAL	I	P	Q
IVONE HATTENHAUER	OPERACIONAL I	I	L	M
IZAQUEU MATOS	OPERACIONAL I	I	G	H
JONATAS LEMOS	ADMINISTRATIVO I	I	M	N
LIDIA SUTIL DE OLIVEIRA	OPERACIONAL I	II	A	B
LUIZ HENRIQUE DA SILVA	PROFESSOR	III	N	O
MARIA BERNADETE DOS SANTOS	OPERACIONAL I	I	M	N
MARIA DE LOURDES PAKUZEWSKI	TÉCNICO	I	H	I
MARIA JOSE LISBOA FARIAS	OPERACIONAL I	II	M	N
MARILZA LEANDRO DE CASTRO	OPERACIONAL I	I	P	Q
MARLENE TEREZINHA AMARAL	PROFESSOR	III	M	N
MARTA RIBEIRO DA LUZ	AUXILIAR	I	C	D
RENATO DISSENHA	ADMINISTRATIVO II	II	M	N
ROSELI DE FATIMA GOMES BARBOSA	OPERACIONAL I	I	O	P
TAIANA ARAUJO FERNANDES	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	A	B
THIAGO FRANCISCO BACKES	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	A	B
VALDIVIA NOECI GARCIA PEREIRA	OPERACIONAL I	I	M	N

PORTARIA 058/2017

PORTARIA Nº. 058, de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal, por avaliação positiva e por qualificação profissional, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 058/2017

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADRIANA SCHMIDT FLOR	PROFESSOR	III	G	I
ADRIANO DIERSCHNABEL	PROFESSOR	III	A	C
ELIANE FIEDLER	PROFESSOR	III	K	M
GRAZIELE VIEIRA MAES	TECNICO	I	F	H
IDELINA PIACESKI	PROFESSOR	III	J	L
JESSICA MARCELLA CORREA	ADMINISTRATIVO II	II	E	G
JONAS MOTA DA SILVA	PROFESSOR	III	A	C
LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING	PROFESSOR	III	I	K
MARCIA VALERIA PEDROSO	PROFESSOR	III	A	C
MILEIDY SCHEFFEN	PROFESSOR	III	O	Q
ROSE DA SILVA SÁ	PROFESSOR	III	G	I
ROSILDA ELI SAMPAIO	PROFESSOR	III	H	J
SANDRA FOCK	PROFESSOR	III	F	H
SIONETE JEANE KRUTZSCH SALES	EDUCADOR	III	J	L
SOLANGE APARECIDA MOTA	PROFESSOR	III	A	C
VILMA SIMON	EDUCADOR	III	J	L

PORTARIA 059/2017

PORTARIA Nº. 59 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1358/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SUELEN CARVALHEIRO DOS SANTOS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional II, Classe II, referência "B".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 060/2017

PORTARIA Nº. 60 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1303/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor THOBIAS LEMKE.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 061/2017

PORTARIA Nº. 61 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1284/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora IRACI MACIEL DE OLIVEIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, II, referência "G".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 062/2017

PORTARIA Nº. 62 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1292/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI

MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ROSANA SALVADOR.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 063/2017

PORTARIA Nº. 63 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1351/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora IVETE HENS DAMBROS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 064/2017

PORTARIA Nº. 64 de 17 de abril de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1286/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora JOSILENE PEREIRA AQUINO DO NASCIMENTO.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta

competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 065/2017

PORTARIA Nº. 65 de 17 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 1208/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SUZANA REGINA TEIXEIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência “A”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 066/2017

PORTARIA Nº. 66 de 17 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 1366/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ROSIANE DE OLIVEIRA MIRANDA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência “A”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 067/2017

PORTARIA Nº. 67 de 18 de abril de 2017

“DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando, o Ofício SMS nº 114/2017 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, relacionados no Edital 004/2017.

Art. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

Art. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Isabela Aragão Pereira, Renan Marcus de Santana e Adryel Pabst, sendo presidida pelo primeiro.

Art. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreçar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII –Elaborar e corrigir as provas;

VIII – Avaliar títulos;

IX –Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

Art. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 068/2017

PORTARIA Nº 68 de 19 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, Processo nº 1363/2017,

CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social,

CONSIDERANDO, parecer da Secretaria Municipal de Educação,

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 10. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 02 (dois) meses à servidora pública municipal IRACI SCHULTZ DE NOAVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 20. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.436, DE 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.436, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 11 de abril de 2017, os servidores abaixo especificados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I. FERNANDA MATSUKURA LINDEMEYER, inscrita no CPF sob o nº 050.186.839-96, para o exercício do cargo em comissão de Assessora Administrativa do Gabinete do Prefeito, ref. 64;

II. RAQUEL MARSHALL GADEA, inscrita no CPF sob o nº 417.280.680-53, para o exercício do cargo em comissão de Assessora Administrativa do Gabinete do Prefeito, ref. 64;

III. CARLOS ANTONIO SCHMITZ, inscrito no CPF sob o nº 576.109.329-49, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador Geral de Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 50.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de abril de 2017.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.437, DE 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.437, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 12 de abril de 2017, os servidores abaixo especificados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I. WELINTON GRAFFUNDER LINS, inscrito no CPF sob o nº 103.456.579-69, para o exercício do cargo em comissão de Assessor para Assuntos da Juventude da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, ref. 33;

II. MARCELO LUIS COLLA, inscrito no CPF sob o nº 939.560.459-04, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Administrativo da Procuradoria Geral do Município, ref. 64;

III. SIMONE JOSIANE PEREIRA ALVES DE ANDRADE, inscrita no CPF sob o nº 798.796.919-20, para o exercício do cargo em comissão de Coordenadora de Serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 33;

IV. LUIZ RICARDO SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 089.917.629-13, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de abril de 2017.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.439, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.439, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA HELEN GERMANN PATRICIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora HELEN GERMANN PATRICIO, inscrita no CPF sob o nº 066.582.959-05, do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.675, de 11 de janeiro de 2016, a partir 07 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de abril de 2017.

Gaspar, 17 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.443, DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.443, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Saúde da Mulher, conforme deliberação do Conselho Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

NOME	REPRESENTAÇÃO
Jocénira das Graças Oliveira Waltrick	Representante de Entidade Religiosa: Conferência Vicentina
Katia Uller	Representante de Entidades de portadores de patologias e deficiências: APAE
Dalva Terezinha F. da Silva	Servidora da Secretaria Municipal de Saúde
Ana Cláudia Maba	Servidora da Secretaria Municipal de Saúde
Franciele Wernke	Profissional de Referência: atenção à Saúde da Mulher
Jaqueline Nehring	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º A coordenação dos trabalhos desta comissão será exercida por Jaqueline Nehring, de acordo com escolha de seus pares.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.444, DE 19 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.444, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva JUSSARA DA COSTA MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº 041.875.669-45, para exercício de função de confiança de Nível II – Encarregada - Geral de Contratos, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de abril de 2017.

Gaspar, 19 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.445, DE 19 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.445, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA ANDREA LIDIA SCHRAMM PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 18 de abril de 2017, a servidora ANDREA LIDIA SCHRAMM, inscrita no CPF sob o nº 629.514.409-87, para o exercício de cargo em comissão de Coordenadora de Serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 33, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de abril de 2017.

Gaspar, 19 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.446, DE 20 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.446, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA GUSTAVO LINDNER FOPPA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CADASTRO TÉCNICO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas

pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 17 de abril de 2017, o servidor efetivo GUSTAVO LINDNER FOPPA, inscrito no CPF sob o nº 076.170.149-45, para o exercício de cargo em comissão de Diretor de Cadastro Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, ref. 55, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de abril de 2017.

Gaspar, 20 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

ERRATA AO DECRETO Nº 7.386, DE 03 DE MARÇO DE 2017

ERRATA AO DECRETO Nº 7.386, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.386, de 03 de março de 2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2213, de 17 de março de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê, nos incisos I e II do artigo 3º:

“Lei nº 1.515, de 06 de setembro de 1989”

Leia-se:

“Lei nº 1.515, de 27 de outubro de 1994”

Gaspar, 20 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 23/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 23/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) VALERIA DA ROSA CASTANHO ROHR, ocupante do cargo efetivo de Supervisora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 09/03/2015, devendo folgar a partir de 02/05/2017 a 30/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 24/2017
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 24/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JULIANA PITZ ZUCHI, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/02/2008 a 10/03/2013, devendo folgar a partir de 24/04/2017 a 22/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 - Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

RESOLUÇÃO CMDCA 008/2017
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 008/2017

Determina as Diretrizes do Processo de Apresentação de Propostas de Projetos, termos e critérios de análise e dá outras providências.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária realizada 24 de março de 2017 e no uso de suas atribuições legais,

Considerando os princípios consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.090/90), a Resolução 137/2010 do CONANDA, o Decreto Municipal nº 900/2005, a IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Lei Federal 13.019/2014;

Considerando a importância da execução de projetos voltados a promoção, proteção, defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de Gaspar;

Considerando o dever de prestar contas, de quem manuseia recursos públicos, expresso no artigo 70 da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução tem por objetivo a regulamentação de inscrição de projetos que visam o fortalecimento comunitário, implantação e implementação de redes locais voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e suas famílias no âmbito dos recursos do FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar.

Art. 2º - Os recursos públicos destinados ao desenvolvimento dos projetos voltados à área da infância e adolescência, que trata esta resolução, por intermédio de entidades governamentais e não-governamentais, no âmbito do Município de Gaspar/SC, deverão ser alocados pelo Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar - FIA.

Art. 3º - É vedada a destinação de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA de Gaspar para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

VI - Oribundos de emendas parlamentares ou outras fontes, sem observância ao rito legal da presente resolução.

VII - despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

Art. 4º - Os projetos deverão contemplar as disposições da presente Resolução, devendo conter as informações e documentos indicados no Anexo I, II e III.

Parágrafo Único: O Plano de Trabalho, mencionado no anexo I (item XII), deve conter as informações do Anexo V, e seguir o roteiro do anexo IV.

Art. 5º - Poderão apresentar projetos as entidades não-governamentais e governamentais que possuam registro/inscrição no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC.

Art. 6º – O projeto poderá ser encaminhado pelas entidades não-governamentais e governamentais conforme publicação de Edital de Chamada Pública anual, desde que as ações do projeto sejam relativas a fomentar e efetivar as garantias fundamentais à Criança e Adolescente no Município de Gaspar, através:

- I) do Direito à Vida e à Saúde;
- II) do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;
- III) do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;
- IV) do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;
- V) do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Art. 7º–Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- I) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- II) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- III) custos indiretos necessários à execução do objeto sejam qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- IV) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

Art. 8º - O projeto deverá ser protocolado na Sala de Assessoria aos Conselhos, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Avenida das Comunidades, 133, Centro, em Gaspar/SC, de segunda-feira à sexta-feira das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência. Para qualquer esclarecimento, poderá ser realizado contato pelos telefones (47) 3397-0068, 3397-0047 e 3332-1094 ou através do correio eletrônico: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br.

Art. 9º - Para análise dos projetos, será constituída uma Comissão Especial de Análise de Projetos, composta por um membro do CMDCA e técnicos da área de Contabilidade e Direito, estes nomeados através de Decreto, devendo a Comissão apresentar parecer, sendo este submetido à aprovação em plenária do CMDCA.

Art. 10 – Protocolado o projeto, a Comissão Especial de Análise dos Projetos deverá apresentar parecer final, conforme artigo 12 desta Resolução, no prazo estipulado em Edital Público, à plenária do CMDCA para deliberações.

Parágrafo Único - Caberá à Comissão Especial solicitar informações ou documentos faltantes às entidades, no prazo estipulado em Edital Público, sob pena de reprovação do projeto em caso de não serem prestadas as informações solicitadas.

Art. 11 - A Comissão deverá apreciar as propostas dos projetos das Entidades seguindo os critérios:

I) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

II) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria;	
--	--

III) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto;

IV) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.

Art. 12 – Após ponderar os critérios do artigo 11 desta Resolução, a Comissão Especial, encaminhará as propostas para deliberação do CMDCA, junto com parecer, que poderá ser fundamentada nos incisos abaixo:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - viabilidade do projeto, capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - cumprimento dos objetivos – adequação ao tema; qualidade técnica do projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade do projeto, atividades e resultados esperados e quantidade de atendimentos;

V - a compatibilidade entre os quantitativos de materiais e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VI - a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;

VII - sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio;

VIII - impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade);

IX - mérito do projeto diante da realidade local;

X - sua adequação à Resolução 137/2010 do CONANDA e/ou outra que a venha complementar e/ou substituir o interesse público do objeto

e os benefícios sociais a serem obtidos;

Art. 13 - Para cada projeto aprovado, será constituído processo específico de concessão de recursos, ao qual serão apensadas as respectivas prestações de contas.

Art. 14 - Os projetos serão deliberados de acordo com os critérios previstos nesta resolução e edital público, financiados até o limite de recursos financeiros disponibilizados no referido edital de chamada pública.

Art. 15 – O resultado das deliberações deverá ser publicado em até dois dias úteis no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em forma de Resolução do CMDCA.

Art. 16 – O CMDCA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, formalizar o processo firmando o Termo de Ajuste com as entidades cujos projetos forem aprovados.

Art. 17 – O CMDCA deverá, após a assinatura e publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do Termo de Ajuste, iniciar o cumprimento do cronograma de desembolso.

Art. 18 – A prestação de contas será em no máximo 60(sessenta) dias após o recebimento dos valores, ou em prazo inferior, se estipulado no Termo de Ajuste.

Art. 19 - A aplicação dos recursos respeitará a Decreto Municipal nº 900/2005, a Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Lei Federal nº 13.019/2014

Art. 20 – A não ocorrência de prestação de contas demandará a suspensão ou rescisão do convênio e devolução dos recursos, corrigidos até a efetiva devolução.

Art. 21 - Os documentos que devem corroborar a prestação de contas de recursos financeiros de projetos concedidos pelo CMDCA são os mesmos documentos previstos na Instrução Normativa nº 14/2012 TCE-SC (Anexo I).

Art. 22 - Os casos omissos serão dirimidos pelo CMDCA de Gaspar/SC, sempre considerando a Lei Federal, Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as Legislações Municipais.

Art. 23- Revoga-se a Resolução nº 03/2014, de 11 de março de 2014, a Resolução nº 05/2014, de 21 de maio de 2014, Resolução nº 18/2015 e as demais disposições em contrário.

Art. 24- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar/SC, 20 de abril de 2017.

Gislaine dos Santos

Presidente do CMDCA

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO

I	Solicitação de aprovação do Projeto ao Conselho - CMDCA;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto social das entidades não-governamentais e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade não-governamental registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;
VIII	Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência, válido, expedido pelo órgão competente;
IX	Cópia do Alvará Sanitário, válido, expedido pelo órgão competente;
X	Cópia do Certificado de Registro junto ao CMDCA da entidade não governamental do município a que pertencer a entidade; e ou inscrição de serviço no CMCD A de Gaspar para os governamentais.
XI	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
XII	Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada, conforme orientações do Anexo III;
XIII	Certificação de entidade beneficente de Assistência Social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

XIV	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social;
XV	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
XVI	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico http://www.sef.sc.gov.br , quando o concedente for o Estado;
XVII	Certidão Negativa de débitos municipais;
XVIII	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XV	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]: dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Gaspar, __ de _____ de 2017.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e Cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Gaspar, de de 2017.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO

I - Descrição da realidade objeto de parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto:

Deve explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira

objetiva e que atinge diretamente as crianças e adolescentes. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto.

Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Deve apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.

II - Ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

Descrever com clareza as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto.

É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos.

III - Os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas:

Apresentar o prazo de como o projeto será desenvolvido em suas ações/atividades, detalhando como as diferentes etapas serão implementadas, alcançando os resultados previstos. Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

IV - O valor global:

Deve indicar valor total para a execução do projeto e a forma de desembolso que pretende, apresentando o valor e a data que necessita do repasse financeiro. Apresentar planilha com as necessidades materiais e de recursos humanos, detalhando custos financeiros (valor unitário e total).

ANEXO V

(Usar papel timbrado da instituição)

MODELO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO (máximo 01 folha)

Título da Proposta: Instituição Proponente:

CNPJ:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

Responsável pela Instituição Proponente:

Nome: CPF: RG:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

Responsável pelo Projeto:

Nome: Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DE PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE/PROJETO PROPOSTO E COM AS METAS A SEREM ATINGIDAS (máximo 03 folhas)

- Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

- Falar dos indicadores do estado/município: número da população, número de crianças e adolescentes e/ou outros números que contribuam para relacionar a realidade com o objeto da parceria proposta. Realizar um diagnóstico com os indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional, estadual ou nacional, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

- Mencionar o histórico da instituição, os dados do atendimento realizado (quantitativo/perfil do público atendido, número de equipamentos etc.), convênios ou parcerias em andamento sobre o tema, histórico de projetos já implementados e seus resultados, equipe disponível para execução da parceria proposta, entre outras informações que julgar relevantes para descrever a realidade e o nexo com o projeto proposto.

- Explicitar, de maneira sucinta, a ligação do projeto com os programas e ações governamentais e/ou propostas de ações previstas nos seguintes instrumentos: PPA 2016-2019, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III, ou planos setoriais relevantes. Vincular a proposta ao anexo “Diretrizes para Elaboração da Proposta”.

Expor os resultados esperados ao fim do projeto, bem como as metas e explicar como o cumprimento das metas pode transformar a realidade descrita nos parágrafos anteriores.

3. OBJETO DA PROPOSTA (OBJETIVO) (máximo 01 folha)

O objetivo deve responder as perguntas:

O que fazer?

Para quem?

Onde?

Para que fazer?

Exemplo:

“Promover a qualificação profissional para jovens no município do Rio de Janeiro, contribuindo para a inclusão no mercado de trabalho e a melhoria da renda e emprego.”

Segundo o objetivo formulado, foi respondido:

O que fazer: promover a qualificação profissional.

Para quem: para jovens.

Onde: no município do Rio de Janeiro.

Para que fazer: contribuir para a inclusão no mercado de trabalho e melhoria da renda e emprego.

4. AÇÕES/METAS/INDICADORES (máximo 01 folha)

Indicar e quantificar as ações, metas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.

Ações	Metas	Indicadores

Metas:

As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada. Expressam a medida do alcance do Objetivo, devendo ser de natureza quantitativa e mensurável.

Indicadores:

Os indicadores são um conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução do objeto da parceria. Cada indicador permite identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta. Devem dialogar com as metas, ações e objeto. Deve ser passível de apuração periódica, de tal forma a possibilitar a avaliação da intervenção feita. Deverá ser composto dos seguintes atributos:

- Denominação: o nome, forma pela qual o indicador será apresentado;
- Unidade de Medida: padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador (horas de curso, beneficiários atingidos, entre outros);
- Data de apuração: período a que se refere à informação;
- Índice de Referência (opcional): situação mais recente do Indicador e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição do índice em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida;

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

Detalhar a duração, preferencialmente em unidades como meses, fixando as datas estimadas para o início e término das atividades. Indicar cada uma das metas em que se divide uma ação e o prazo previsto para implementação de cada meta, em que se divide uma ação e o prazo previsto para a implementação de cada meta, com suas respectivas datas.

Exemplo:

Metas	Etapas	Período (Mês)					
		1	2	3	4	5	6
Ação 1	Meta1.1						
	Meta1.2						
	Meta1.3						
Ação 2	Meta 2.1						
	Meta 2.2						
	Meta 2.3						
Planejamento							

6. VALOR GLOBAL

Indica uma estimativa dos recursos disponíveis durante o período do projeto para a consecução do objetivo.

ANEXO VI

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A PROJETOS

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. ¹

1 O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 02/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada na Assistência Técnica em Gerenciamento de Projetos para dar suporte na gestão governamental do município de Gaspar – SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 12/05/2017. ABERTURA: dia 12/05/2017 às 09h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 19/04/2017.

Pedro Inácio Bornhausen – Chefe de Gabinete

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA ELEIÇÃO DO 2 SECRETÁRIO

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às dezenove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, sob a presidência do vereador Josué Ocker da Silva, para tratar de assuntos diversos de interesse do município, com a presença dos seguintes vereadores: Josué Ocker da Silva, Paulo Roberto dos Santos, Caroline Batistoti, Aldir Dourival Rosa, Marcos Henrique da Silva, Natanael Pedro de Souza, Benoni Grapp Filho, Cesário Rodrigo Pereira e Mario César dos Passos. Havendo número legal, o senhor presidente declara aberta a presente sessão ordinária e convida o vereador Aldir, para que faça a leitura de um trecho da bíblia. Na sequência o presidente pergunta aos vereadores, quem se candidata a vaga de segundo secretário da mesa diretora, pronunciou-se o vereador Aldir. Em seguida deu-se início a votação, fazendo a chamada nominal dos vereadores por ordem alfabética, que assim pronunciaram: vereador Adir votou em Aldir, vereador Benoni votou em Aldir, vereadora Caroline votou em Aldir, vereador Cesário votou em Aldir, vereador Josué votou em Aldir, vereador Marcos votou em Aldir, vereador Mario César votou em Aldir, vereador Natanael votou em Aldir e o vereador Paulo Roberto votou em Aldir. Após todos terem votado, o senhor presidente proclamou o resultado, declarando eleito 2º secretário da mesa diretora para biênio 2017/2018 o vereador Aldir Dourival Rosa. Na continuidade dos trabalhos o presidente solicita à primeira secretária Caroline para fazer a leitura dos expedientes recebidos. Lê a ata da décima sétima sessão ordinária do primeiro período legislativo. Lê o projeto de lei do executivo nº 16/2017, que cria cargos efetivos de médicos-esf, odontólogo-esf, técnico de enfermagem, auxiliar de gabinete dentário e agente comunitário de saúde e dá outras providências. Lê o projeto de lei do legislativo nº 05/2017 que denomina via pública que menciona e dá outras providências. Finalizado a leitura dos expedientes o presidente coloca a ata da décima sétima sessão ordinária do primeiro período legislativo em discussão usou a palavra os vereadores: Caroline Batistoti e Cesário Rodrigo Pereira, solicitando a retificação e o vereador Mario César solicitando a impugnação da ata da décima sétima sessão ordinária devido ao fato das presidências das comissões estão sem presidentes fixos portanto são presidentes interinos, após o presidente coloca a impugnação apresentada pelo vereador Mario César, em votação sendo aprovada pelos vereadores: Benoni Grapp Filho, Marcos Henrique da Silva, Mario César dos Passos, Natanael Pedro de Souza e Cesário Rodrigo Pereira. Na sequência o presidente passa para os encaminhamentos e encaminha o projeto de lei do executivo nº 016/2017 para a comissão de legislação e justiça. O projeto de lei do legislativo nº 05/2017, o presidente encaminha para a comissão de legislação e justiça. Os projetos de lei do executivo nº 07, 08 e 12/2017, o presidente encaminha para análise na comissão de finanças e orçamentos. Finalizado os encaminhamentos, o presidente passa para o uso da tribuna e convida a vereadora Caroline para o uso da palavra. A vereadora Caroline iniciou falação dando as condolências a família do falecido senhor Ivan morador do bairro do Canto dos Ganchos, comunica que as liminares contra a mesa diretora foram rejeitadas onde a mesma está seguindo o regimento interno e a lei orgânica na íntegra, questiona o fato da lei da transparência onde teve pedidos de informações negados, também sobre o resultado da liminar onde os vereadores entraram com ação na justiça para anular o eleição das comissões e sobre o ressarcimento do corte salarial do mês de fevereiro que foram rejeitados.

Questiona o projeto de lei nº 15/2017 que o executivo encaminhou para modificar e implantar no município a Lei da Taxa de Preservação Ambiental onde mesmo possui uma ação pública por ter uma propriedade em área de preservação permanente e finaliza sua palavra questionando que o secretário de obras que esta conduzindo uma obra próximo da praia em Ganchos de Fora que esta embargada pela FATMA. Na sequência usa a palavra o vereador Mario César. O vereador iniciou sua explanação agradecendo a ordem de serviço na Rua Colibri no bairro da Fazenda da Armação, logo após referindo-se a vereadora sobre a Taxa Preservação ambiental não ter relação com propriedade do prefeito e afirma que em Bombinhas teve causa ganha à implantação da taxa, comunica que se liminar do corte salarial for aprovada será doada a uma instituição de caridade e finalizou sua palavra afirmando estar presente nas sessões, que e o dever do vereador comparecer e analisar e aprovar os projetos de leis. Na continuidade usa a palavra o vereador Josué. O vereador iniciando sua falação comunicou os processos judiciais negados pela justiça solicitando o bloqueio das comissões impedindo o andamento da casa até o julgamento do mérito. A seguir agradeceu aos membros da comissão de legislação e justiça em dar andamento nas tramitações dos projetos. Logo após, esclarecendo sobre o ofício nº 134 do gabinete do prefeito que solicita aprovação de urgência do projeto nº 11/2017, que está parado e afirma estar parado por causa dos vereadores da base do governo que não quiseram se reunir para comissões. Em seguida comunica que a saída ou evasão de sessão sem autorização da presidência acarretará como falta. Questionou o projeto de lei nº 15/2017 da Taxa de Preservação Ambiente, afirma que para ser implantado da taxa tem que ser consultado munícipe através de audiências públicas para haver nenhum tipo de dúvida. Finalizou a sua palavra esclarecendo o pagamento da gratificação paga aos funcionários da câmara no mês de janeiro. Finalizado uso da tribuna o presidente passa para a ordem do dia e comunica que o projeto de lei do legislativo nº 03/2017 que denomina via pública que menciona e dá outras providências. Recebeu parecer favorável na comissão de legislação e justiça o presidente coloca o projeto em discussão usou a palavra o vereador Mario César, após o presidente coloca o projeto de lei em primeira votação sendo aprovado por todos os vereadores presentes. Na continuidade o projeto de lei do legislativo nº 04/2017 que denomina via pública que menciona e dá outras providências. Recebeu parecer favorável na comissão de legislação e justiça o presidente coloca o projeto em discussão usou a palavra o vereador Mario César, após o presidente coloca o projeto de lei em primeira votação sendo aprovado por todos os vereadores presentes. Em ato continuo o projeto de lei do executivo nº 11/2017 que autoriza o desmembramento de área doada à prefeitura municipal para fins de construção de obras de interesse coletivo e dá outras providências. Recebeu parecer favorável na comissão de legislação e justiça o presidente coloca o projeto em discussão, após coloca o projeto de lei em primeira votação sendo aprovado por todos os vereadores presentes. Na sequência o presidente pergunta aos presidentes das comissões quais projetos de leis se encontram em suas comissões. Em seguida usa a palavra o vereador Aldir presidente da comissão de legislação e justiça comunicando que se encontram os projetos de lei do executivo nº 05, 09, 10, 13, 14 e 15/2017, os projetos de lei do legislativo nº 01 e 02/2017 e o projeto de resolução nº 01/2017 em sua comissão. Em ato continuo usa a palavra o vereador Marcos presidente interino da comissão de finanças e orçamentos dizendo que não se encontram nenhum projeto em sua comissão. Na continuidade usa a palavra o vereador Paulo Roberto presidente interino da comissão geral dizendo que não se encontram nenhum projeto em sua comissão. Em ato

continuo o presidente comunica que o projeto de lei do executivo nº 06/2017 fica na mesa para propostas de emenda. Finalizada a ordem do dia e não havendo mais nada a tratar, o presidente deu por encerrada a presente sessão, marcando a próxima sessão ordinária para o dia 17 de abril às 19:00 horas.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2017.
JOSUÉ OCKER DA SILVA CAROLINE BATISTOTI
PRESIDENTE 1º SECRETÁRIA

CONTRATOS 01/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 1/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: OUTSOURCING CENTER – COM. DE COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICA, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER A DA CÂMARA DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 01/05/2017 à 30/04/2018.

VALOR: R\$ 12.960,00 (Doze mil, novecentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal:
3.3.90.39.12.00.00.00

Governador Celso Ramos, 19 de Abril de 2017
JOSUÉ OCKER DA SILVA
Presidente da Camara

CONTRATOS 02/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 2/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: A4 DIGITAL PRINT LTDA – EPP

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS COLORIDA, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER A DA CÂMARA DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 01/05/2017 à 30/04/2018.

VALOR: R\$ 7.860,00 (Sete mil, oitocentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal:
3.3.90.39.12.00.00.00

Governador Celso Ramos, 19 de Abril de 2017
JOSUÉ OCKER DA SILVA
Presidente da Camara

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 08 (oito) MÊSES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/05/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/05/2017 às 15h00min

A Comissão de Licitação na modalidade Pregão Presencial, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Legislativo nº 003/2017 de 20/03/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 08/05/2017, as 15:00 horas, no endereço, Avenida Bela Vista nº 956, Calheiros, Governador Celso Ramos – SC, sede da Câmara Municipal a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 003/2017-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital seja solicitada pelo endereço eletrônico supra citado, licitacao@camaragcr.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 20 de Abril de 2017.

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO Nº 19/2017

DECRETO Nº 19, de 20 de abril de 2017.

“DETERMINA O CANCELAMENTO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a concessão de Alvará de Licença para Funcionamento em favor da Ademilton Pereira de Assunção Me, CNPJ nº 24.007.026/0001-20, para realização de Feira do Artesanato, Vestuário e Variedades, no período de 21 a 24 de abril de 2017, no Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória, Rio Pequeno, Grão-Pará – SC;

CONSIDERANDO que o Alvará de Licença para Funcionamento do Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória, CNPJ nº 78.829.074/0001-22, Rio Pequeno, Grão-Pará, tem como objeto “Festas da Comunidade”, e que o evento acima mencionado trata-se de feira e comércio de artigos em geral;

DECRETA:

Art. 1º Determino o cancelamento do Alvará de Licença para Funcionamento em favor da Ademilton Pereira de Assunção Me, CNPJ nº 24.007.026/0001-20, para realização de Feira do Artesanato, Vestuário e Variedades, no período de 21 a 24 de abril de 2017, no Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória, Rio Pequeno, Grão-Pará – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
20 de abril de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 20 de abril de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS FMS Nº 23 E 24.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 24/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS

Valor : 220.000,00 (duzentos e vinte mil e reais)

Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS

AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2017. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS- ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO.

Contrato Nº.: 23/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada...: ECOCLINICA DR. ANTONIO PAIM DE OLIVEIRA EIRELI - M

Valor : 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES

DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS, ULT, OBSTÉTRICA, ULT. DE ABDOMEN TOTAL E ULT. ARTICULAR, DESTINADOS AOS PACIENTES

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2017.

O VALOR DOS EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS, OBSTÉTRICO, ABDOMEN TOTAL E DE ARTICULAÇÃO SÃO CONFORME TABELA SUS E ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA SEGUE CONFORME COTAÇÃO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 40.2016 SEQUENCIA 3.DOCX

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

PROCESSO Nº 40/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/04/2017 Sequencia 3

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2017. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS- ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE HOSPITAL SÃO LUCAS
VALOR DA DESPESA: VALOR MÁXIMO R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 43.2016 SEQUENCIA 2.DOCX

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

PROCESSO Nº 43/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/04/2017 Sequencia 2

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS, ULT. OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA, ULT, OBSTÉTRICA, ULT. DE ABDOMEN TOTAL E ULT. ARTICULAR, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2017.

O VALOR DOS EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS, OBSTÉTRICO, ABDOMEN TOTAL E DE ARTICULAÇÃO SÃO CONFORME TABELA SUS E ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA SEGUE CONFORME COTAÇÃO.

CONTRATADO: ECOCLINICA DR. ANTONIO PAIM DE OLIVEIRA EIRELI - M

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 12.17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FMAS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 15/17, Edital de Pregão Presencial Nº 12/17. Objeto: Aquisição de Geladeira. Projetor e Aparelho de Som para uso do FMAS nos serviços de Gestão do Bolsa Família; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 05/05/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 05/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 20 de abril de 2017.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenador do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 60.17 AQUISIÇÃO GUARDA-CORPO CORRIMÃO.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 74/17, Edital de Pregão Presencial Nº 60/17, Objeto: Aquisição de GUARDA-CORPO (CORRIMÃO) a serem instalados em prédios

públicos municipais; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 05/05/17; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 05/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 20 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 274/2017

PORTARIA Nº. 274/2017

Aprova Elton Luis Bergmann no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Elton Luis Bergmann, na função de Advogado, vinculado à Procuradoria-Geral do Município, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 05 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 275/2017

PORTARIA Nº. 275/2017

Afastar do exercício do cargo o servidor D. S. de F.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o § 1º do art. 54 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar do exercício do cargo o servidor D. S. de F, matrícula 399043, Farmacêutico/Bioquímico, vinculado à Secretaria de Saúde, por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011A/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-A/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 neste ato representada pela senhora Animari Terezinha Guimarães Sócia Administradora, CPF nº 896.860.049-04, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 21.454,10(Vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES

Sócia Administradora

CPF nº 896.860.049-04

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

2723		ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Unidade de Medida	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
6	36475	ALMOTOLIAS PLÁSTICAS OPACAS PARA ACONDICIONAMENTO DE SORO E ÁLCOOL - VOLUME:125 ML;	J PROLAB	UNI	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00
7	39035	ALTA ROTAÇÃO COM SISTEMA PRESS BUTTON COM ENCAIXE BORDEN UNIVERSAL, SPRAY TRIPLO, VELOCIDADE MÁXIMA DE 380.000 RPM, AUTOTORQUE, PRESSAO DO AR DE 32 LIBRAS-2,2 BAR, RUÍDO DE 64 DCB, TORQUE DE 13 NCM, MATERIAL : LATÃO, ALUMÍNIO E PEÇAS EM AÇO INOX. AUTOCLAVEL ATÉ 135 GRAUS.	KAVO	UNI	10	R\$ 478,00	R\$ 4.780,00
14	969	ANESTÉSICO TÓPICO COM PRINCÍPIO ATIVO DE BENZOCAÍNA A 20% EM GEL, POTES COM 12GR	DFL	CX	20	R\$ 5,05	R\$ 101,00
15	23237	ANTISSÉPTICO BUCAL, CONTEÚDO DE 1500ML. COMPOSIÇÃO: TIMOL 0,064%, EUCALIPTO 0,092%, SALICILATO DE METILA 0,060%, MENTOL 0,042% E EXCIPIENTES, SABOR HORTELÃ, COM UMA BOMBA E 100 COPOS DESCARTÁVEIS.	LISTERINE	UND	10	R\$ 36,50	R\$ 365,00

24	36481	BROCA DE AÇO CARBONO NÚMERO 2, PARA BAIXA ROTAÇÃO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO, SEM REBARBAS, COM TRAVA PARA PERFEITA ADAPTAÇÃO ÀS PEÇAS DE CONTRA-ÂNGULO. ESTERILIZÁVEL ATRAVÉS DE CALOR ÚMIDO, SECO OU POR AGENTES QUÍMICOS, SEM SOFRER OXIDAÇÃO. ACONDICIONADA EM CAIXAS CONFORME CONSTAR DO REGISTRO DO PRODUTO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MAILLEFER	UNI	200	R\$ 2,75	R\$ 550,00
26	36484	BROCA DE AÇO CARBONO NÚMERO 6, PARA BAIXA ROTAÇÃO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO, SEM REBARBAS, COM TRAVA PARA PERFEITA ADAPTAÇÃO ÀS PEÇAS DE CONTRA-ÂNGULO. ESTERILIZÁVEL ATRAVÉS DE CALOR ÚMIDO, SECO OU POR AGENTES QUÍMICOS, SEM SOFRER OXIDAÇÃO. ACONDICIONADA EM CAIXAS CONFORME CONSTAR DO REGISTRO DO PRODUTO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MAILLEFER	UNI	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
27	36485	BROCA DE AÇO CARBONO NÚMERO 8, PARA BAIXA ROTAÇÃO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO, SEM REBARBAS, COM TRAVA PARA PERFEITA ADAPTAÇÃO ÀS PEÇAS DE CONTRA-ÂNGULO. ESTERILIZÁVEL ATRAVÉS DE CALOR ÚMIDO, SECO OU POR AGENTES QUÍMICOS, SEM SOFRER OXIDAÇÃO. ACONDICIONADA EM CAIXAS CONFORME CONSTAR DO REGISTRO DO PRODUTO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MAILLEFER	UNI	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
35	1035	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 3081	OPTION	UND	20	R\$ 2,99	R\$ 59,80
51	38108	CHAVE DE APERTO (PARA INSERÇÃO E REMOÇÃO DAS PONTAS DE ULTRASSOM), AUTOCLAVAVEL, ORIGINAL, COM TORQUEMETRO, PARA USO EM ULTRASSOM SONIC LAXIS BP SCHUSTER	SCHUSTER	UNI	18	R\$ 49,75	R\$ 895,50
55	1036	CREME ODONTOLÓGICO PARA TRATAMENTO DE ALVEOLITE 25GR	BIODINAMICA	UND	10	R\$ 19,90	R\$ 199,00
68	938	ESCOVAS ROBSON BRANCA RETA, PARA USO EM BAIXA ROTAÇÃO	PREVEN	UND	700	R\$ 1,05	R\$ 735,00
82	34502	FIBRINA DO PLASMA DE SANGUE BOVINO REABSORVÍVEL PARA HEMOSTASIA LOCAL. FIBRINA PURÍSSIMA, EM FORMA DE CUBOS DE ESPUMA, MATERIAL IDÊNTICO AO QUE APARECE NA COAGULAÇÃO DO SANGUE. VIDROS COM CUBOS DE 1X1X1CM CADA.	TECHNEW	UNI	18	R\$ 23,85	R\$ 429,30
85	965	FIO DE SEDA TRANÇADO 4.0 PARA USO ODONTOLÓGICO MONTADO EM AGULHA ATRAUMÁTICA EM CAIXA COM 24 ENVELOPES, ESTERELIZADO, USO ÚNICO, COMPRIMENTO 45CM	PROCARE	CX	50	R\$ 26,58	R\$ 1.329,00
91	17848	FRASCO DE SUSPENSÃO OTOLÓGICA 10ML COM HIDROCOR-TIZONA (10MG/ML), SULFATO DE NEOMICINA (5MG/ML) + SULFATO DE POLIMIXINA B (10.000 UL/ML) PARA USO EM CURATIVOS PARA PULPECTOMIAS EM ENDODONTIA;	FQM	FR	10	R\$ 10,88	R\$ 108,80
92	30963	GAZES HIDRÓFILAS, TIPO QUEIJO, 9 FIOS/2CM2, 04 DOBRAS, 8 CAMADAS, 91MX91CM, PESO MÍNIMO POR ROLO 1.310 GRAMAS 100% ALGODÃO	BIOTEXTIL	UND	50	R\$ 35,25	R\$ 1.762,50
94	1040	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM PÓ P.A, FRASCO COM 10GR	IODONTO-SUL	UND	9	R\$ 2,90	R\$ 26,10
99	23252	KIT COM DISCOS DE FELTRO FLEXÍVEIS PARA SUPORTAR PASTAS E ABRASIVOS PARA POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES E DO ESMALTE DENTAL CONTANDO 24 DISCOS DE FELTRO (8MM E 12MM) E 01 MANDRIL.	FGM	UND	9	R\$ 26,50	R\$ 238,50
111	39033	MICROMOTOR ENCAIXE BORDEN 2 FUROS, SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA, SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL ENTRA, ESTERELIZAVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135 GRAUS, ACOPLAMENTO BORDEN MÍNIMO DE 5.000 RPM MAXIMO DE 20.000 RPM.	KAVO	UNI	10	R\$ 417,00	R\$ 4.170,00

129	38106	RESINA COMPOSTA FLUIDA NA COR A3, MAIS PONTAS APLICADORAS. CONTÉM: BISFENOL GLICIDIL METACRILATO (BIS-G-MA), RESINAS DE DIMETACRILATO, BORO-ALUMÍNIO SILICATO DE VIDRO, SÍLICA SINTÉTICA E PIGMENTOS. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DENTÁRIAS ONDE O ESMALTE SE APRESENTAR COM HIPOPLASIAS, LESÕES DE EROÇÃO E ABRASÃO OU PIGMENTADO, PARA SELAMENTO DE FÓSSULAS E FISSURAS, PARA O REPARO DE DEFEITOS MARGINAIS EM RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA, PARA PREENCHIMENTO DE ÁREAS SOCAVADAS EM RESTAURAÇÕES DE CLASSE II, PARA REPAROS EM PORCELANAS, PARA CIMENTAÇÃO DE FACETAS DE PORCELANA, PARA COLAGEM DE FRAGMENTO DENTÁRIO, PARA PEQUENAS RESTAURAÇÕES DE CLASSE III SEM CONTATO OCLUSAL E CLASSE V E PARA RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES EM DENTES DECÍDUOS.	FGM	UNI	50	R\$ 13,43	R\$ 671,50
137	36506	ROLOS DENTAIS EM PACOTES COM 100 UNIDADES NÚMERO 2, 100% ALGODÃO BRANCO, QUALIDADE SUPERIOR, COM EXCELENTE ABSORÇÃO, ISENTO DE AMIDO E CLORO, PARA USO NO AFASTAMENTO DAS BOCHECHAS E MANUTENÇÃO DA BOCA SECA (ISOLAMENTO RELATIVO), FORMATO DE CILINDROS COMPACTADO, PESO LÍQUIDO 25 G.	CREMER	PCT	800	R\$ 1,75	R\$ 1.400,00
143	17853	SPRAY GELO SECO - 50º PARA TESTE DE VITALIDADE 160ML;	MAQUIRA	UND	18	R\$ 18,80	R\$ 338,40
146	7789	TAÇA DE BORRACHA PARA POLIMENTO DENTAL, USO EM BAIXA ROTAÇÃO	PREVEN	UND	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
147	36508	TESOURA IRIS CURVA EM INOX PARA REMOÇÃO DE SUTURA 12CM	GOLGRAN	UNI	20	R\$ 12,99	R\$ 259,80
152	36510	TIRA DE POLIÉSTER TRANSPARENTE PARA RESTAURAÇÃO EM RESINA COMPOSTA, ENVELOPES COM 50	K-DENT	ENV	100	R\$ 0,93	R\$ 93,00
155	36513	VASELINA SÓLIDA ESPECIAL, POTE COM 35G. COMPOSIÇÃO: MISTURA DE HIDROCARBONETOS.	QUIMI-DROL	UNI	10	R\$ 4,19	R\$ 41,90
TOTAL							R\$ 21.454,10

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Sócia Administradora
CPF nº 896.860.049-04
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011B/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-B/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa DENTAL OESTE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 05.412.147/0001-02 neste ato representada pelo Senhor Jackson Luiz Berti, Administrador, CPF nº 726.179.939-49, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 26.104,99 (Vinte e seis mil, cento e quatro reais e noventa e nove centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

JACKSON LUIZBERTI
Administrador
CPF nº 726.179.939-49
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

3249		DENTAL OESTE EIRELI					
ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE COTADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
4	36474	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA (12MM) EXTRACURTA (PARA ANESTESIA SUPERFICIAL DA GENGIVA, PERIODONTIA E ODONTOPEDIATRIA) CONFECCIONADA EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA, SILICONIZADA PARA SUAVIZAR A PENETRAÇÃO DA CÂNULA NO TECIDO, TRIFACETADA COM INDICAÇÃO DA FACE DO BISEL E PAREDES FINAS, QUE PROPORCIONAM MELHOR FLUXO DA SOLUÇÃO ANESTÉSICA, ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO. LACRADAS POR SOLDA À FUSÃO, EMBALADAS SEPARADAMENTE COM PROTETORES PLÁSTICOS SEGUROS, APIROGÊNICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	PROCARE	CX	9	R\$ 26,55	R\$ 238,95
30	1011	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 01 TIPO CARBIDE	FAVA	UND	50	R\$ 4,38	R\$ 219,00
36	34405	BROCA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2 TIPO CARBIDE	KAVO	UNI	20	R\$ 4,35	R\$ 87,00
37	34406	BROCA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO Nº4 TIPO CARBIDE	KAVO	UNI	30	R\$ 4,35	R\$ 130,50
39	1002	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1/2 EM INOX, TIPO CARBIDE	KAVO	UND	30	R\$ 4,35	R\$ 130,50
49	972	CARIOSTÁTICO 10ML	MAQUIRA	FR	10	R\$ 12,46	R\$ 124,60
52	38105	COMPRESSOR SILENCIOSO E TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO PARA USO EM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO E REDE DE NEBULIZAÇÃO MÉDICA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO: 62 DB A UM METRO DE DISTÂNCIA E FLUXO DE AR (VAZÃO EFETIVA) DE 424L/MIN (15 PC/MIN). SEM NECESSIDADE DE LUBRIFICAÇÃO. OUTRAS ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO: " COM DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA A PRESSÃO DE SAÍDA DO AR. " FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA (RETÉM A UMIDADE DO AR NO INTERIOR DO RESERVATÓRIO) E REGULADOR DE PRESSÃO DA SAÍDA DO AR. " VÁLVULA DE ALÍVIO (SOLENÓIDE). DESPRESSURIZAÇÃO DOS CABEÇOTES, FAZENDO COM QUE O COMPRESSOR TRABALHE COM MENOS ESFORÇO. " FILTROS DE ASPIRAÇÃO (ENTRADAS DE AR NO RESERVATÓRIO). ACOMPANHA DOIS REFIS PARA FUTURA SUBSTITUIÇÃO. " REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO. " MANGUEIRA DO MOTOR METÁLICA E FLEXÍVEL. MAIOR SEGURANÇA NA ESTANQUEIDADE DO AR E DE GRANDE VIDA ÚTIL. " PESO BRUTO: 51 KG " PESO LÍQUIDO: 43 KG " DIMENSÕES: LARGURA: 40 CM, ALTURA: 60 CM, COMPRIMENTO: 65 CM. " ALIMENTAÇÃO: 220V- MONOFÁSICO " CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 60 LITROS " PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 120 PSI (0.83 MPA) " CONSUMO DE ENERGIA: 1,5 KW/HORA " CORRENTE NOMINAL: 7ª (220V) " VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO MOTOR: 1750 R.P.M " NÚMERO DE PISTÕES (CABEÇOTES): 4 PISTÕES " NÚMERO DE PÓLOS DO MOTOR: 4PÓLOS " DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA: PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/ DESLIGA; COM DOIS RELE TÉRMICO (PROTETOR DE SOBRECARGA DE TENSÃO), UM PARA CADA MOTOR; VÁLVULA DE SEGURANÇA PARA ALIVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO.	SCHUSTER	UNI	3	R\$ 4.400,00	R\$ 13.200,00

53	39034	CONTRA ANGULO COM ENCAIXE UNIVERSAL ENTRA, CABEÇA FIXA, ESTERILIZAVEL EM AUTOCLAVEL EM ATÉ 135 GRAUS C, TRANSMISSAO 1:1, PASSÍVEL EM USO COM BROCAS TIPO "AR" E "FG", SISTEMA DE TROCA BROCA CONVENCIONAL, RECARTEILHA SOFT. MÍNIMO DE 5000 RPM. MAXIMO DE 20000 RPM.	KAVO	UNI	10	R\$ 442,40	R\$ 4.424,00
65	34490	ESCOVA EM AÇO PARA LIMPAR BROCAS. CERDAS EM AÇO E CORPO EM PLÁSTICO.	IODON-TOSUL	UNI	9	R\$ 3,64	R\$ 32,76
84	23253	FIO CIRURGICO NYLON N 4-0, COM AGULHA 3/8, 3CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	LAMEDID	UND	100	R\$ 27,77	R\$ 2.777,00
89	977	FLUOR TÓPICO GEL NEUTRO PARA USO PROFISSIONAL 1,23%, FRASCO DE 200ML, 4 MINUTOS DE APLICAÇÃO	IODON-TOSUL	FR	9	R\$ 2,65	R\$ 23,85
97	39031	JOGO ALAVANCA HEIDBRINK COM 3 PEÇAS MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. MATERIAL AUTOCLAVAVEL. INSTRUMENTO CIRURGICO NÃO ARTICULADO. NAO CORTANTE. COMPOSTO: 1 ALAVANCA CURVA ESQUERDA. 1 ALAVANCA CURVA DIREITA. 1 ALAVANCA RETA. TAMANHO 15 CM INFANTIL.	GOL-GRAN	KIT	18	R\$ 56,70	R\$ 1.020,60
103	36500	KIT DE IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR, RADIOPACO, CONTENDO UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, 1 DOSADOR DE PÓ E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO	MAQUI-RA	KIT	100	R\$ 13,89	R\$ 1.389,00
105	974	KIT SELANTE INCOLOR FOTOPOLIMERIZÁVEL, FRASCO COM 5ML, ÁCIDO GEL A 37% (10ML), 20 PONTAS DE PINCÊIS BANDEJA MULTIMISTURA	MAQUI-RA	KIT	12	R\$ 37,53	R\$ 450,36
108	984	LÂMINA DE BISTURI Nº 15, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES	MAXICOR	CX	20	R\$ 19,95	R\$ 399,00
112	34503	OBTURADOR PROVISÓRIO: MASSA PROVISÓRIA PARA FECHAMENTO TEMPORÁRIO DE CAVIDADES DENTAIS EM TRATAMENTO DE RESTAURAÇÕES SEM EUGENOL E COMPOSTA POR OXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO, GESSO DORTODÔNTICO, ÓXIDO DE FERRO, SILICONE E AROMATIZANTE. POTE COM 25G.	MAQUI-RA	UNI	9	R\$ 5,18	R\$ 46,62
114	7783	ÓLEO MINERAL ATÓXICO DE BAIXA VISCOSIDADE, ELEVADO GRAU DE PUREZA, ADITIVOS PARA PREVENIR OXIDAÇÕES E DESGASTES DAS PARTES MÓVEIS, PARA LUBRIFICAÇÃO DE CANETAS ALTA E BAIXA ROTAÇÃO EM SPRAY, COM DOIS ADAPTADORES COM BICO APROPRIADO PARA ADAPTAR EM CONTRA ÂNGULO, PEÇAS RETAS, MICROMOTOR E CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO, FRASCO COM 200 ML.	MAQUI-RA	FR	18	R\$ 13,99	R\$ 251,82
117	962	PASTA PROFILÁTICA, TUBO COM 90G BRANCA SABOR TUTI-FRUTI OU MENTA	MAQUI-RA	UND	18	R\$ 4,06	R\$ 73,08
118	34522	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA BACTERIANA (FUCCINA BÁSICA) CAIXAS COM 120 UNIDADES	MAQUI-RA	CX	9	R\$ 10,43	R\$ 93,87
130	34521	RESINA COMPOSTA FLUIDA NA COR OPACO, MAIS PONTAS APLICADORAS. CONTÉM: BISFENOL GLICIDIL METACRILATO (BIS-GMA), RESINAS DE DIMETACRILATO, BORO-ALUMÍNIO SILICATO DE VIDRO, SÍLICA SINTÉTICA E PIGMENTOS. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DENTARIAS ONDE O ESMALTE SE APRESENTAR COM HIPOPLASIAS, LESÕES DE EROÇÃO E ABRASÃO OU PIGMENTADO, PARA SELAMENTO DE FÓSSULAS E FISSURAS, PARA O REPARO DE DEFEITOS MARGINAIS EM RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA, PARA PREENCHIMENTO DE ÁREAS SOCAVADAS EM RESTAURAÇÕES DE CLASSE II, PARA REPAROS EM PORCELANAS, PARA CIMENTAÇÃO DE FACTAS DE PORCELANA, PARA COLAGEM DE FRAGMENTO DENTÁRIO, PARA PEQUENAS RESTAURAÇÕES DE CLASSE III SEM CONTATO OCLUSAL E CLASSE V E PARA RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DEM DENTES DECÍDUOS.	MAQUI-RA	UNI	20	R\$ 13,42	R\$ 268,40
140	34523	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA USO TÓPICO A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO, SEM EPINEFRINA E COM AÇÃO ADSTRINGENTE. VIDRO COM 10ML.	MAQUI-RA	UNI	18	R\$ 9,66	R\$ 173,88
149	936	TIRA DE FITA PARA MATRIZ INOX 5MMX50CM	MAQUI-RA	UND	200	R\$ 1,05	R\$ 210,00
150	933	TIRA DE FITA PARA MATRIZ INÓX 7MMX50CM	MAQUI-RA	UND	100	R\$ 0,99	R\$ 99,00
153	36511	TIRAS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO. TAMANHO 4MM (LARG) 170MM (COMP). GRANULAÇÃO GROSSA (CINZA) E MÉDIA (BRANCA) COM CENTRO NEUTRO. CAIXA COM 150 UNIDADES	INJECTA	CX	20	R\$ 8,01	R\$ 160,20

154	1038	TRICRESOL FORMALINA, FRASCOS COM 10ML, PARA CURATIVOS ODONTOLÓGICOS	MAQUI-RA	UND	18	R\$ 4,50	R\$ 81,00
TOTAL							R\$ 26.104,99

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

JACKSON LUIZBERTI
Administrador
CPF nº 726.179.939-49
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011C/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-C/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. ME, inscrita no CNPJ nº 05.05.021.932/0001-34 neste ato representada pelo Senhor Márcio Freitas de Almeida, Administrador, CPF nº 829.021.609-25, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 838,26 (oitocentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

JACKSON LUIZBERTI
Administrador
CPF nº 726.179.939-49
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87 CPF: 600.730.049-87

4352	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA – ME						
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Unidade de Medida	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
18	36479	BANDEJAS EM AÇO INOX 22X12X1,5 CM PARA INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO	FLEXINOX	UNI	10	R\$ 15,30	R\$ 153,00
46	38107	CAPA PARA CANETA DE ULTRASSOM SONIC LAXIS BP SCHUSTER AUTOCLAVAVEL.	SCHUSTER	UNI	9	R\$ 32,45	R\$ 292,05
62	23247	ESCAVADOR DE DENTINA EM INOX N 5.	TRINKS	UND	60	R\$ 5,70	R\$ 342,00
69	34486	ESCULPIDOR HOLLEMBACK Nº 3 S EM AÇO AISI 420	TRINKS	UNI	9	R\$ 5,69	R\$ 51,21
TOTAL							R\$ 838,26

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

JACKSON LUIZBERTI
Administrador
CPF nº 726.179.939-49
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011D/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-D/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.989.294/0001-87 neste ato representada pela Senhora Julia Wagner Jumes Administradora, CPF nº 821.619.099-91, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 15.579,19 (quinze mil quinhentos e setenta e nove reais e dezenove centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

JULIA WAGNER JUMES

Administradora

CPF nº 821.619.099-91

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87 CPF: 600.730.049-87

4874		SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME					
Item	Mate- rial	Descrição do Material	Marca do Produto	Unida- de de Medida	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	36471	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% COM CLORHEXEDINE (CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA) EM SERINGAS 2,5ML	ALLPLAN	UNI	200	R\$ 1,19	R\$ 238,00
8	39029	AMALGAMADOR DE DUPLA VOLTAGEM COM TIMER CONSTITUÍDO POR MICROPROCESSADOR, CONTROLADO POR TEMPORIZADOR A QUARTZO, PODENDO REGULAR O TEMPO ENTRE 0 E 6 SEGUNDOS, COM MISTURADOR DE MÚLTIPLO USO, POUCA VIBRAÇÃO, FREQUÊNCIA DE TRITURAÇÃO DE 4600 OSCILAÇÕES POR MINUTO, TRAVA DE SEGURANÇA QUE INTERROMPE A TRITURAÇÃO QUANDO A TAMPA É ABERTA E COM AS DIMENSÕES DE LARGURA 217MM, PROFUNDIDADE 173MM E ALTURA 180MM.	ECEL	UNI	1	R\$ 613,00	R\$ 613,00
11	1054	ANESTÉSICO COM CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRITOR DE USO LOCAL, CAIXA COM 50 TUBETES.	CRISTALIA	CX	9	R\$ 36,90	R\$ 332,10
17	7793	BABADOR DENTAL IMPERMEÁVEL 33X48, PACOTES COM 100 UNIDADES, 1 LADO IMPERMEÁVEL COM DUAS FOLHAS DE PAPEL E 1 PLÁSTICA	SSPLUS	PCT	150	R\$ 8,85	R\$ 1.327,50
25	36483	BROCA DE AÇO CARBONO NÚMERO 4, PARA BAIXA ROTAÇÃO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO, SEM REBARBAS, COM TRAVA PARA PERFEITA ADAPTAÇÃO ÀS PEÇAS DE CONTRA-ÂNGULO. ESTERILIZÁVEL ATRAVÉS DE CALOR ÚMIDO, SECO OU POR AGENTES QUÍMICOS, SEM SOFRER OXIDAÇÃO. ACONDICIONADA EM CAIXAS CONFORME CONSTAR DO REGISTRO DO PRODUTO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MAILEFER	UNI	500	R\$ 2,72	R\$ 1.360,00
44	981	CABO PARA ESPELHO UNIVERSAL EM INOX	LM	UND	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50

56	17855	CUNHA CERVICAL DE MADEIRA PARA ADAPTADOR DE MATRIZES, CAIXA COM 100 UNIDADES;	IODONTOSUL	CX	20	R\$ 4,06	R\$ 81,20
57	36494	CURETA MC CALL Nº 13/14	LM	UNI	40	R\$ 7,00	R\$ 280,00
58	36495	CURETA MC CALL Nº17/18	LM	UNI	40	R\$ 7,00	R\$ 280,00
80	924	ESPELHO CLÍNICO UNIVERSAL EM INOX (SEM CABO) PLANO	IODONTOSUL	UND	600	R\$ 2,08	R\$ 1.248,00
88	36496	FLÚOR TÓPICO GEL ACIDULADO PARA USO PROFISSIONAL 1,23%, FRASCO DE 200ML, 60 SEGUNDOS DE APLICAÇÃO COM SELO DA ANVISA.	IODONTOSUL	UNI	9	R\$ 2,69	R\$ 24,21
95	17846	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA FORRAMENTOS EM KIT COM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, PASTA BASE (13G) E PASTA CATALIZADORA (11G);	TECHNEW	CX	18	R\$ 13,30	R\$ 239,40
104	36499	KIT PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES E FACETAS VENEER REALIZADAS COM COMPÓSITOS HÍBRIDOS, ASSIM COMO COMPÓSITOS DO TIPO MICROFIL, PRODUZINDO UMA SUPERFÍCIE LISA E FÁCIL DE SER POLIDA ATÉ A OBTENÇÃO DE UM ALTO BRILHO DA MESMA, CONTENDO 07 PONTAS SORTIDAS EM FORMATOS DE DISCO, CHAMA DE VELA E TAÇA; COMPOSTAS DE TRIPOLÍMERO, (ESTIRENO, BUTADIENO METACRILATO DE METILO), SILICA PIROLÍTICA SILANIZADA, URETANO DIMETACRILATO, CANFORQUINONA, N-METIL DIETANOLAMINA, E OXIDO DE ALUMÍNIO.	DENTSPLY	KIT	36	R\$ 53,13	R\$ 1.912,68
106	1032	KIT VERNIZ COM FLÚOR 5%, 01 FRASCO 10ML DE VERNIZ COM FLÚOR + 1 FRASCO DE 10ML DE SOLVENTE PARA VERNIZ COM FLÚOR	FGM	KIT	10	R\$ 14,52	R\$ 145,20
116	17852	PASTA MAISTO 10G;	IODONTOSUL	UND	18	R\$ 12,30	R\$ 221,40
121	36504	PLACA DE VIDRO POLIDA (MÉDIA) PARA ESPATULAÇÃO DE CIMENTOS COM BORDAS POLIDAS E ESPESSURA DE 10 MM. DIMENSÕES: 14 CM X 6,6 CM.	LM	UNI	10	R\$ 8,40	R\$ 84,00
125	7798	PORTA MATRIZ EM INOX TOFFLEMIRE INFANTIL	LM	UND	40	R\$ 19,60	R\$ 784,00
138	36507	ROLOS DENTAIS EM PACOTES COM 100 UNIDADES. TAMANHO: Nº 1 100% ALGODÃO BRANCO, QUALIDADE SUPERIOR, COM EXCELENTE ABSORÇÃO, ISENTO DE AMIDO E CLORO, PARA USO NO AFASTAMENTO DAS BOCHECHAS NO TRATAMENTO DENTAL E MANUTENÇÃO DA BOCA SECA (ISOLAMENTO RELATIVO), FORMATO CILINDRO COMPACTADO, PESO LÍQUIDO 25G	CREMER	PCT	1200	R\$ 1,59	R\$ 1.908,00
139	36517	SOBRELUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS PARA REALIZAÇÃO DE TAREFAS PARALELAS. TAMANHO ÚNICO. PACOTES 100 UNIDADES.	TALGE	PCT	100	R\$ 1,43	R\$ 143,00
141	34524	SOLUÇÃO TIPO ENXAGUATÓRIO BUCAL A BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12% EM EMBALAGEM DE 2 LITROS.	IODONTOSUL	UNI	30	R\$ 25,20	R\$ 756,00
145	960	SUGADOR DESCARTÁVEL, PACOTES COM 40 UNIDADES	SSPLUS	PCT	900	R\$ 3,85	R\$ 3.465,00
TOTAL							R\$ 15.579,19

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

JULIA WAGNER JUMES
Administradora
CPF nº 821.619.099-91
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011E/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-E/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa POSSATTO & POSSATO LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 72.150.550/0001-06

neste ato representada pelo Senhor Rogério Possato, Administrador, CPF nº 605.159.539-20, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 16.857,34 (dezesesseis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ROGÉRIO POSSATO

Administrador

CPF nº 605.159.539-20

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87 CPF: 600.730.049-87

5837		POSSATTO & POSSATO LTDA - ME					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Unidade de Medida	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
38	1027	BROCA ZEKRYA CIRÚRGICA 191 Z	ANGELUS	UND	40	R\$ 20,59	R\$ 823,60
47	36492	CÁPSULA DE AMALGAMA: AG 56%, SN, 27,9%, CU 15,4%, IN 0,5%, ZN 0,2%, HG 47,9%, PARTÍCULAS ESFEROIDAIS IRREGULARES. CÁPSULA COM DUAS PORÇÕES	SDI/ PERMITE	UNI	1000	R\$ 2,68	R\$ 2.680,00
48	36491	CÁPSULA DE AMALGAMA: AG 56%, SN, 27,9%, CU 15,4%, IN 0,5%, ZN 0,2%, HG 47,9%, PARTÍCULAS ESFEROIDAIS IRREGULARES. CÁPSULA COM UMA PORÇÃO	SDI/PERMITE	UNI	2000	R\$ 2,08	R\$ 4.160,00
61	34489	DESCOLADOR DE MOLT 2-4 EM AÇO AISI 420	GOLGRAN	UNI	20	R\$ 43,75	R\$ 875,00

79	36518	ESPÁTULA PRODUZIDA EM POLIPROPILENO, ESTERILIZÁVEL, PARA MANIPULAÇÃO DE CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO. TAMANHO PADRÃO.	MAQUIRA	UNI	60	R\$ 5,12	R\$ 307,20
83	36497	FILME PARA ARTICULAÇÃO, PARA A LOCALIZAÇÃO DE CONTATOS PREMATUROS, RESISTENTE À UMIDADE, SUPERFINO, DUPLA FACE (VERMELHO/ PRETO) EM EMBALAGENS CONTENDO 280 TIRAS PRÉ-CORTADAS E MEDINDO 3-1/2" L X 7/8" W (90MM DE COMPRIMENTO POR 21,5MM DE LARGURA)	ACCUFILM	EMB	16	R\$ 123,90	R\$ 1.982,40
100	23251	KIT DE DISCOS DE LIXA COM SUPORTE FLEXÍVEL E MANDRIL, INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO EM RESINA, APRESENTADOS NOS DIÂMETROS DE 9,5 3 12,7 MM, EM 4 GRANULAÇÕES CODIFICADAS POR CORES; SEM CENTRO METÁLICO.	TDV	UND	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
107	985	LÂMINA DE BISTURÍ Nº 12, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES	ADVANTIVE	CX	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00

109	17847	MÁSCARA COM ELÁSTICO DUPLA DESCARTÁVEL, FILTRAGEM MÍNIMA DE 98% CAIXA COM 100 UNIDADES, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NA EMBALAGEM;	DESCARPACK	CX	200	R\$ 5,07	R\$ 1.014,00
119	36502	PINÇA CLÍNICA EM INOX PARA ALGODÃO CURVA, USO ODONTOLÓGICO	GOLGRAN	UNI	50	R\$ 9,39	R\$ 469,50
120	36503	PINCEL MICROBRUSH EXTRA-FINO, EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES	ANGELUS	EMB	50	R\$ 7,99	R\$ 399,50
122	38109	PONTAS (TIPS) AUTOCLAVÁVEIS T1-S PARA CANETA DE ULTRASOM SONIC LAXIS BP SCHUSTER	SCHUSTER	UNI	18	R\$ 62,38	R\$ 1.122,84
124	7794	PORTA AGULHA MAYO - HEGAR EM INOX 14 CM	GOLGRAN	UND	10	R\$ 22,19	R\$ 221,90
136	1031	ROLO DE 500M, FIO DENTAL COM CERA	MEDFIO	UND	10	R\$ 7,28	R\$ 72,80
148	36509	TESOURA ÍRIS RETA EM INOX PARA REMOÇÃO DE SUTURA 12CM	GOLGRAN	UNI	30	R\$ 12,98	R\$ 389,40
151	36512	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO DE AMÁLGAMA COM CENTRO NEUTRO, CAIXA COM 12 UNIDADES, COMPRIMENTO 140MM E 6MM DE LARGURA.	MICRODONT	CX	60	R\$ 7,32	R\$ 439,20
TOTAL							R\$ 16.857,34

AMÉRICO LORINI
 Prefeito Municipal
 CPF: 162.730.799-00
 Pelo Município

ROGÉRIO POSSATO
 Administrador
 CPF nº 605.159.539-20
 Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011F/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-F/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.504.525/00001-34 neste ato representada pelo Senhor Humberto Delio Donini, Administrador, CPF nº 007.710.129-42, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 91.153,90 (noventa e um mil cento e cinquenta e três reais e noventa centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

HUMBERTO DELIO DONINI

Administrador

CPF nº 007.710.129-42

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87 CPF: 600.730.049-87

5838		DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP					
Item	Mate- rial	Descrição do Material	Marca do Produto	Unidade de Medida	Qtde Cotada	Preço Uni- tário	Preço Total
1	39025	ABRIDOR DE BOCA (MORDEDOR BITE BLOCK) DE MATERIAL ATOXICO (SILICONE) E ESTERELIZAVEL (AUTOCLAVEL), COM ORIFÍCIO CENTRAL PARA O FIO DENTAL, COM DUAS UNIDADES DE TAMANHOS DIFERENTES (ADULTO E INFANTIL)	MAQUIRA	UNI	36	R\$ 5,60	R\$ 201,60
3	36472	ADESIVO PARA DENTINA E ESMALTE 2 EM 1, COMPOSTO DE ETANOL, BIS-GMA, SILANO TRATADO COM FILLER DE SÍLICA, 2-HIDROXIE-TILMETACRILATO, GLICEROL 1, 3 DIMETACRILATO, COPOLÍMERO DE ÁCIDO ACRÍLICO E ÁCIDO ITACÔNICO E DIURETANO DIMETACRILATO EM FRASCO DE 5,6ML (6 G)	SINGLE BOND/3M	UNI	15	R\$ 88,00	R\$ 1.320,00
5	36473	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA (25MM) CONFECCIONADA EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA, SILICONIZADA PARA SUAUIZAR A PENETRAÇÃO DA CÂNULA NO TECIDO, TRIFACETADA COM INDICAÇÃO DA FACE DO BISEL E PAREDES FINAS, QUE PROPORCIONAM MELHOR FLUXO DA SOLUÇÃO ANESTÉSICA, ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO. LACRADAS POR SOLDA À FUSÃO, EMBALADAS SEPARADAMENTE COM PROTETORES PLÁSTICOS SEGUROS, APIROGÊNICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES	DENCOJET/DFL	CX	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
10	39024	ANESTESICO CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA + EPINEFRINA. FORMA FARMACEUTICA:SOLUCAO INJETAVEL. APRESENTAÇÃO DE 5 BLISTERES COM 10 CARPULES (TUBETES) DE 1,8ML CADA, PARA USO EXCLUSIVO VIA INJEÇÃO POR INFILTRAÇÃO OU POR BLOQUEIO DO NERVO. USO PEDIÁTRICO E / OU ADULTO. COMPOSIÇÃO: CADA ML DE SOLUÇÃO INJETAVEL CONTEM: CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA (20MG), EPINEFRINA (10UG) EXCIPIENTE: CLORETO DE SÓDIO, METABISSULFITO DE POTÁSSIO, EDTA DISSÓDICO E AGUA PARA INJEÇÃO (1ML), CAIXA COM 50 TUBETES.	MEPIADRE/DFL	CXS	300	R\$ 69,00	R\$ 20.700,00

12	7786	ANESTÉSICO DE CLORIDATO DE PRILOCAÍNA - FELIPRESSINA 54 MG + 0,054 VI / AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL, CX C/ 50 ANESTUBES DE 1,8 ML CADA	CITANEST/DLA	CX	20	R\$ 39,00	R\$ 780,00
13	36477	ANESTÉSICO INJETÁVEL EM TUBETES DE 1,8 ML CADA. COMPOSIÇÃO: CLORIDATO DE LIDOCAÍNA COM EPINEFRINA 1:100.000. CAIXA CONTENDO CINCO BLÍSTERES COM 10 TUBETES DE VIDRO (36MG + 18 MICROGRAMAS POR TUBETE). TOTAL DE TUBETES POR CAIXA: 50.	ALPHACAI-NE/DFL	CX	300	R\$ 43,70	R\$ 13.110,00
54	7806	CREME DENTAL COM FLÚOR USO ADULTO 90G	ICE FRESH	TBO	5000	R\$ 1,10	R\$ 5.500,00
59	34488	CURETAS GRACEY MINIFIVE SAS ½-9.	MILLEN-NIUM	UNI	40	R\$ 34,00	R\$ 1.360,00
60	34487	CURETAS GRACEY MINIFIVE SAS 5/6-6 COM HASTE TERMINAL COM 3MM MAIS LONGA E LÂMINA 50% MENOR QUE A GRACEY COMUM.	MILLEN-NIUM	UNI	40	R\$ 34,00	R\$ 1.360,00
63	7804	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON, MACIA 23 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM. EMBALADAS COM ESTOJO DE PVC CRISTAL EM ALÇA PARA PENDURAR (EXTRA MACIA)	FLOPPY/MEDFIO	UND	6000	R\$ 0,88	R\$ 5.280,00
64	7805	ESCOVA DENTAL MASSAGEADORA TIPO DEDEIRA EM SILICONE, MACIA E FLEXÍVEL PARA USO DE BEBÊS.	MEDFIO	UND	800	R\$ 5,10	R\$ 4.080,00
66	7802	ESCOVAS DENTAIS ADULTO COM CERDAS DE NYLON MACIAS CONTENDO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO COM EMPUNHADEIRA. EMBALADAS COM ESTOJO DE PVC CRISTAL EM ALÇA PARA PENDURAR	MEDFIO	UND	6000	R\$ 1,00	R\$ 6.000,00
67	7803	ESCOVAS DENTAIS COM CERDAS DE NYLON MACIAS, TAMANHO INFANTIL, 28 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO, MEDINDO 15 CM, ANATÔMICA, COM EMPUNHADEIRA. EMBALADAS COM ESTOJO DE PVC CRISTAL EM ALÇA PARA PENDURAR	FLOPPY/MEDFIO	UND	8000	R\$ 0,86	R\$ 6.880,00
86	2614	FIO DENTAL ROLO COM 100 METROS	MEDFIO	UND	8000	R\$ 1,00	R\$ 8.000,00
87	7792	FLÚOR SOLUÇÃO PARA BOCHECHO SEMANAL. CONCENTRAÇÃO 0,2%, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM 1 LITRO	FLUROSUL/IODONTOSUL	LIT	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
98	39030	JOGO ALAVANCA HEIDBRINK COM 3 PEÇAS MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. MATERIAL AUTOCLAVAVEL. INSTRUMENTO CIRURGICO NÃO ARTICULADO. NAO CORTANTE. COMPOSTO: 1 ALAVANCA CURVA ESQUERDA. 1 ALAVANCA CURVA DIREITA. 1 ALAVANCA RETA. USO ADULTO	GOLGRAN	KIT	9	R\$ 62,70	R\$ 564,30
102	36498	KIT DE CONJUNTO DE MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓ (EMBALAGEM COM 38G) E LÍQUIDO (CONTEÚDO DE 15ML) PARA USO ODONTOLÓGICO EM CAIXAS CONTENDO: -PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLIMETACRILATO DE METILA E -LÍQUIDO: EUGENOL 99.5%, ÁCIDO ACÉTICO 0.5%	IRM/DENTSPLY	KIT	20	R\$ 57,00	R\$ 1.140,00
115	23254	PASTA DE POLIMENTO EM RESINAS, PRODUZIDA COM INGREDIENTES ATÓXICOS, SOLÚVEIS EM ÁGUA, A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, GRANULAÇÃO EXTRA FINA DE 6 A 8 MICRONS.	DIAMOND R/FGM	UND	18	R\$ 15,00	R\$ 270,00
123	34505	PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO, AÇO AISI 420 14CM	GOLGRAN	UNI	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
127	34506	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A2B	Z350 XT/3M	UNI	30	R\$ 63,00	R\$ 1.890,00

128	34507	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A3B	Z350 XT/3M	UNI	30	R\$ 63,00	R\$ 1.890,00
131	34516	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A1E	Z350 XT/3M	UNI	10	R\$ 63,00	R\$ 630,00
132	34517	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A2E	Z350 XT/3M	UNI	20	R\$ 63,00	R\$ 1.260,00
133	34519	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR:B2B	Z350 XT/3M	UNI	18	R\$ 63,00	R\$ 1.134,00
134	34520	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A3,5B	Z350 XT/3M	UNI	18	R\$ 63,00	R\$ 1.134,00
135	34518	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOPACA, NANOPARTICULADA, PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. A MATRIZ INORGÂNICA É UMA COMBINAÇÃO DE CARGA DE SÍLICA DE 20NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA, CARGA DE ZIRCÔNIA DE 4 A 1NM NÃO AGLOMERADA/NÃO AGREGADA E CARGA COMBINADA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA AGREGADA (COMPOSTA POR PARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E PARTÍCULAS DE ZIRCÔNIA DE 4 A 11NM).COR: A3E	Z350 XT/3M	UNI	40	R\$ 63,00	R\$ 2.520,00
TOTAL							R\$ 91.153,90

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

HUMBERTO DELIO DONINI
Administrador
CPF nº 007.710.129-42
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011G/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-G/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE**, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa **MADRIDENT COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 20.982.852/0001-39 neste ato representada pelo Senhor Pablo Diego Salgueiro Madrid, Administrador, CPF nº 000.692.630-43, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugênio Bucco nomeada para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata **R\$ 10.678,60** (dez mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

PABLO DIEGO SALGUEIRO MADRID
Administrador
CPF nº 000.692.630-43
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 - Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 17.799.033/0001-46
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

2

5839 MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA						
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Unidade de Medida	Qtde Cotada	Preço Unitário
19	39027	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1034	FAVA	UNI	30	R\$ 1,50
20	39028	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1036	FAVA	UNI	30	R\$ 1,50
21	39026	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1032	FAVA	UNI	30	R\$ 1,50
28	23230	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 2135F, DIAMANTADA, PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	FAVA	UND	40	R\$ 1,50
29	23229	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 3168 F, DIAMANTADA PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	FAVA	UND	50	R\$ 1,50
31	1003	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N° 1090 DIAMANTADA	FAVA	UND	150	R\$ 1,50
32	999	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N° 3118 F, DIAMANTADA, TIPO CHAMA DOURADA, PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	FAVA	UND	90	R\$ 1,50
33	1000	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N° 3195 DIAMANTADA	FAVA	UND	40	R\$ 1,50
34	1001	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N° 3195 F DIAMANTADA	FAVA	UND	45	R\$ 1,50
40	998	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO N° 1012 DIAMANTADA	FAVA	UND	300	R\$ 1,50
41	997	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO N° 1014 DIAMANTADA	FAVA	UND	300	R\$ 1,50
42	7784	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO N° 1016 DIAMANTADA	FAVA	UND	200	R\$ 1,50
43	1024	CABO PARA BISTURI UNIVERSAL EM INOX N° 3	FAVA	UND	20	R\$ 6,45
50	36493	CARPULLE/SERINGA DOBRÁVEL EM INOX ESTERILIZÁVEL COM REFLUXO	FAVA	UNI	50	R\$ 29,40
81	986	EXTIRPA NERVOS VARIADOS COLORIDOS, CAIXA COM 8 UNIDADES	QUIMIDROL	CX	50	R\$ 19,20
90	971	FORMOCRESOL LÍQUIDO 10ML PARA USO ODONTOLÓGICO	IODONTOSUL	FR	9	R\$ 4,60
93	5715	GORRO COM ELÁSTICO, DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, GRAMATURA 50, CAIXA COM 100 UNIDADES	BIOSERVICE	UND	180	R\$ 11,50
						R\$ 2.070,00

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 - Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 17.799.033/0001-46
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

3

101	7800	KIT DE ASPIRAÇÃO PARA ENDODONTIA EM AÇO INOX	INDUSBELLO	KIT	10	R\$ 27,50	R\$ 275,00
110	23228	MÁSCARA COM TIRAS TRIPLAS (TRÊS CAMADAS), BRANCA, DESCARTÁVEL, FILTRAGEM SUPERIOR A 96%, CAIXA COM 100 UNIDADES; NÃO ALÉRGICA, 100% PROPILENO, BRANCA; NÃO INFLAMÁVEL, SEM FIBRA DE VIDRO, SEM LÁTEX, TOTALMENTE ATÓXICA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NA EMBALAGEM.	PROTDESC	UND	20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
113	36501	OCULOS PROTETOR ODONTOLÓGICO EM ACRÍLICO COM TRATAMENTO ANTI-EMBAÇANTE E ANTI-RISCO E COM REGULAGEM DE TAMANHO.	SSPLUS	UNI	18	R\$ 3,90	R\$ 70,20
126	36505	POTE DAPPEN COLORIDOS DE PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL	INDUSBELLO	UNI	40	R\$ 1,50	R\$ 60,00
142	982	SONDA EXPLORADORA Nº 5 EM INOX	FAVA	UND	10	R\$ 5,95	R\$ 59,50
144	34525	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL, CAIXA COM 40 UNIDADES CONTENDO 40 PONTEIRAS DE 3MM E 40 DE 2,5 MM (GRÁTIS), EM PVC ATÓXICO (NÃO CONTEM FTALATOS), POLIETILENO E PIGMENTO (USO ODONTOLÓGICO), PRODUTO ESTÉRIL EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	INDUSBELLO	CX	70	R\$ 48,00	R\$ 3.360,00
TOTAL						R\$ 10.678,60	

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

PABLO DIEGO SALGUEIRO MADRID
Administrador
CPF nº 000.692.630-43
Pela Empresa

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 - Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 17.799.033/0001-46
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

PORTARIA Nº 635/2017

PORTARIA Nº 635/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Comissão Especial para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº. 003/2017, de 19 de Abril de 2017, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital.

- Paulo Cezar Dolejal Berté (Matr. 516) – Presidente
- Eugênia Bucco (Matr. 1358) – Membro
- Sadir Rovêa (Matr. 1573) – Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 636/2017

PORTARIA Nº 636/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência – 6/A, do anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, à Servidora CRISTINA WASSERBERG (Matr. 3733), ocupante de Cargo de Provisão Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 03 de Fevereiro de 2014 a 18 de Abril de 2017, com interstício de 75 (setenta e cinco) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 637/2017

PORTARIA Nº 637/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a

contar do dia 20 de abril de 2017, do servidor CARLOS ROGÉRIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 638/2017

PORTARIA Nº 638/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio à servidora ARLETE MENEGUZZI RÁTICO (Matr. 27), ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 3, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 20 de abril de 2017 a 23 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 639/2017

PORTARIA Nº 639/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora PATRÍCIA TREVISOL (Matr. 4507), a contar de 20 de abril de 2017, a qual exercia a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino e vespertino, disciplina de Informática, junto a EBM Cruz e Sousa, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 05 - FMS - MATERIAIS PERMANENTES

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Fundo Municipal de Saúde, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08 de maio de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 05/2017, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 08/05/2017 até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 19 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 5

Edital de Convocação nº 05/2017

Audiência Pública

O Conselho da Cidade de Ilhota, instituído pelo Decreto 16/2017, o uso de suas atribuições respaldadas pelo artigo 237 da Lei Complementar nº 016/2007 que dispõe sobre o Código Urbanístico do Município, em atendimento a deliberação tomada em Reunião Extraordinária realizada no último dia 22/03/2017, CONVOCA para Audiência Pública a ser realizada no dia 04/05/2017 (quinta-feira), às 18h00min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Ilhota, localizada na Rua Bertoldo Simon, nº 98, no Centro, todos os munícipes interessados na tomada de conhecimento, discussão, avaliação e deliberação da seguinte ORDEM DO DIA:

- a) Deliberação sobre a alteração do Código Urbanístico para regularização da descrição de Zoneamento do Parque Industrial;
- b) Impactos gerados pelo Loteamento Harmonia (processo administrativo 03/2016) através da apresentação de seu EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança).

Os Projetos e o Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança bem como as demais informações necessárias à participação da comunidade estão disponíveis na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e junto à Assessoria de Planejamento do Município.

Joel José Soares

Assessor de Planejamento

Presidente do CONSELHO DA CIDADE DE ILHOTA

Imarui

PREFEITURA

1ª ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 008/2017

O Município de Imaruí torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Edital de Licitação do Pregão Presencial PMI Nº 008/2017, que tem como objeto a contratação de empresa para prestar serviço de transporte de merenda e correlatos e transporte de passageiros, através de quilômetro rodado. Tendo em vista que as alterações afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para entrega e abertura da documentação no dia 08/05/2017 às 08h, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 20 de abril de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito de Imaruí

1ª ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 009/2017

1ª ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 009/2017

O Município de Imaruí torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Edital de Licitação do Pregão Presencial PMI Nº 009/2017, que tem como objeto o registro de preço para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, médios e pesados, que compõem a frota municipal, incluindo o fornecimento de peças genuínas, acessórios e mão de obra. Tendo em vista que as alterações afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para entrega e abertura da documentação no dia 05/05/2017 às 08h, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 20 de abril de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 400/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 400, de 19 de abril de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. DORVALINO PEDRO DE MELLO FILHO, Administrador, inscrito no CPF sob o n.º 417.600.189-53, admitido em 01 de junho de 1983, matrícula nº 120, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2008 a 2013	05.10.2017 a 03.11.2017 02.01.2018 a 31.01.2018	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017/2017

Ato da Presidência nº 017/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 12ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 24 de abril de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
018	PL nº 4.912/2017	23/03/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre alteração da LDO 2017 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
020	PL nº 4.914/2017	10/04/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Cooperação com a Associação de Estudantes Universitários de Imbituba – AEUNI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

021	PL nº 4.915/2017	10/04/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Cooperação com a Associação de Estudantes de Imbituba em Florianópolis – ASSEIF, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
022	PL nº 4.916/2017	10/04/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a utilização de espaço público para publicidade em complexos esportivos, ginásios e quadras de esportes, cobertas ou não, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
023	PL nº 4.917/2017	12/04/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
024	PL nº 4.918/2017	12/04/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 20 de abril de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

3º T.A. CONTRATO CORREIO

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912343193 QUE ENTRE SI FAZEM INDAIAL CÂMARA DE VEREADORES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: INDAIAL CÂMARA DE VEREADORES		
CNPJ: 83.497.560/0001-20	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Câmara de Vereadores	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública Em Geral	
Endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148 - Centro		
Cidade: Indaial	UF: SC	CEP: 89130-000
Telefone: 47-3380-6900	FAX	
Endereço Eletrônico: advogado@camaraindaial.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Osvaldo Metzner		
Cargo: Presidente da Câmara	RG: 193.606-9	CPF: 217.876.469-04

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Vladimir Rodrigues		
RG: 2.030.268-1 SESP/SC	CPF: 461.090.990-15	
Gerente de Vendas: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 04/02/2017 até 04/02/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previstos na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 333903947

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 2001

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário e Aditivos 1º e 2º, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC, 03 de fevereiro de 2017.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Osvaldo Metzner P Presidente Presidente da Câmara		Vladimir Rodrigues Diretor Regional
		Moacir Aguiar Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

4º T.A. CONTRATO CORREIO

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912343193 QUE ENTRE SI FAZEM INDIAIAL CÂMARA DE VEREADORES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: INDAIAL CÂMARA DE VEREADORES		
CNPJ: 83.497.560/0001-20	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Câmara de Vereadores	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública Em Geral	
Endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148 - Centro		
Cidade: Indaial	UF: SC	CEP: 89130-000
Telefone: 47-3380-6900	FAX	
Endereço Eletrônico: advogado@camaraindaial.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Osvaldo Metzner		
Cargo: Presidente da Câmara	RG: 193.606-9	CPF: 217.876.469-04

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina		CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Vladimir Rodrigues		
RG: 2.030.268-1 SESP/SC	CPF: 461.090.990-15	
Gerente de Vendas: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912343193, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PPRESENTE Termo Aditivo tem por objeto incluir no Contrato Múltiplo nº 9912343193 o subitem 2.3 da Cláusula SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, contendo o Termo de Categorização e Benefícios da Política Comercial dos Correios, incluir os Serviços de Encomendas Nacionais e excluir os serviços de PAC e SEDEX no Contrato Múltiplo nº 9912343193 por meio do(s) ANEXO(s) correspondente(s), rubricado(s) pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO

2.1 - Inclusão do subitem 2.3 na cláusula SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS com a seguinte redação:

“2.3. A CONTRATANTE será categorizada pela ECT, conforme tabela definida no Termo de Categorização e Benefícios da Política Comercial dos Correios, disponível no site www.correios.com.br.”

2.2 - Incluir o Serviços de Encomendas Nacionais, conforme Anexo de Serviço de Encomendas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXCLUSÃO

3.1 – Excluir o serviço de SEDEX e PAC.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar a partir da data de sua assinatura até o término do Contrato Original.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 9912343193.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC, 06 de abril de 2017.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Osvaldo Metzner P Presidente		Vladimir Rodrigues

Presidente da Câmara		Diretor Regional
		Moacir Aguiar
		Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

ATA PROCESSO LICITATÓRIO 11/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 20/04/2017

HORÁRIO: 10h15MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 – TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E BEBIDAS, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 4/2017 Processo Licitatório nº 11/2017.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epigrafada, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 26/2016). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de proposta comercial e de habilitação das empresas Panificadora MaryMaria Ltda EPP, CNPJ 07.448.522/0001-08, credenciado o senhor Adriano de Souza, RG: 3.658.750, CPF: 003.980.349-07; Fistarol Prestadora de Serviços, CNPJ 20.524.233/0001-09, credenciado o senhor Moacir Antonio Fistarol, RG: 96.630, CPF: 383.807.069-00, e, Supermercado Schweder Ltda EPP, CNPJ 84.228.402/0001-38, credenciado o senhor Wilmar Heinz Schweder Junior, RG: 2.022.588-1, CPF 586.302.799-15. Ato contínuo, foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os envelopes contendo propostas de preços e os documentos de habilitação estabelecidos no edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do edital, e, portanto, abertos o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se os vencedores, sendo que o relatório completo dos lances encontra-se anexo a esta ata:

RESUMO DE VENCEDORES				
Vencedores				
Fornecedor / Representante	Itens		Valor Total	
ADRIANO DE SOUZA PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME	1		25.500,00	
WILMAR HEINZ SCHWEDER JUNIOR SUPERMERCADO SCHWEDER LTDA EPP	2		23.400,00	

Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADAS as propostas. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORAS as licitantes PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME, para o lote 1; e SUPERMERCADO SCHWEDER LTDA EPP, para o lote 2, com os valores especificados acima. Questionados os representantes presentes, os mesmos declinaram do direito de interposição de recurso. Não havendo qualquer objeção, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 20 de abril de 2017.

Jefferson José Carlini
Pregoeiro

Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio

Rafael Nagel
Membro da Equipe de Apoio

Representantes Empresas:

FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME
Moacir Antonio Fistarol

SUPERMERCADO SCHWEDER LTDA EPP
Wilmar Heinz Schweder Junior

PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME
Adriano de Souza

EXTRATO CONTRATO 08/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 008/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 010/2017

Termo de Dispensa no: 007/2017

CONTRATADA: RT INFORMÁTICA LTDA - ME.

OBJETO: Aquisição de 52 itens, entre cartuchos e tonner's para as impressoras da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 07 de abril de 2017.

Término de vigência: 31 de dezembro de 2017.

Valor: R\$ 5.351,80 (cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/04/17.

EXTRATO CONTRATO 09/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 009/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 009/2017

Pregão Presencial no: 003/2017

CONTRATADA: VIA TOUR TURISMO E VIAGENS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cotação de preços, reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para a Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 12 de abril de 2017.

Término de vigência: 31 de dezembro de 2017.

Valor estimado do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com percentual de desconto da tarifa de 6,70 (seis vírgula setenta por cento).

DATA DA ASSINATURA: 12/04/17.

EXTRATO CONTRATO 10/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Inexigibilidade n. 001/2016

Edital de Credenciamento no: 001/2016

CONTRATADA: RÁDIO TIMBÓ LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo em emissoras de radiodifusão sonora AM e FM.

Início de vigência: 18 de abril de 2017.

Término de vigência: De acordo com Edital de Credenciamento 001/2016.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por ano.

DATA DA ASSINATURA: 18/04/17.

Iomerê

PREFEITURA

ADITIVO CV 17/01

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

TA17CV/01

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luciano Paganini, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ sob nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por sua Presidente Sra. Filomena Simioni Cordeiro, com sede na Rua Brasil Correa, 620, na cidade de Videira (SC), visando a colaboração financeira do Município, resolvem, nos termos do art 2º da Lei nº 717/2013, aditar o presente Convênio, reajustando o valor mensal de repasse, conforme segue:

Art 1º - Fica alterado o inciso II, cláusula segunda do presente instrumento, passando a vigorar com a seguinte redação:

II – repassar mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao da competência o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sendo retroativo a janeiro 2017.

Art 2º - Ficam inalteradas as demais cláusulas do presente convênio, tendo sua vigência a partir de sua assinatura.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente convênio, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas. Iomerê (SC), 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 39/2017 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SERRARIA MARIANI LTDA.

CT17/039

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SERRARIA MARIANI LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Linha Mariani, Interior, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.829.441/0001-65, neste ato representado pelo Sr. Ivano Mariani, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de madeiras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93 e 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

0.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de madeiras, a serem utilizadas no Município de IOMERÊ, com os valores conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	m³	Vigas de eucalipto serrada com 30x40cm e comprimento de 5 a 7 metros	15	795,00	11.925,00
02	m³	Pranchas de eucalipto de 2 a 3 polegadas e comprimento de 4,20 metros	50	740,00	37.000,00
03	m³	Madeira de pinheiro de 3ª qualidade serrada bruta	03	990,00	2.970,00
04	m³	Madeira de pinheiro de 2ª qualidade serrada bruta	03	1.500,00	4.500,00
05	m³	Madeira de pinus serrada bruta	03	490,00	1.470,00
06	m³	Madeira de pinus aplainada	03	700,00	2.100,00
TOTAL					59.965,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As madeiras serão solicitadas parceladamente, conforme a necessidade, durante a vigência da ata xx/2017, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.2 - As madeiras deverão ser de primeira qualidade, com aprovação do secretário responsável.

2.3 - O material licitado somente será recebido pela Secretaria solicitante, mediante a entrega da Guia de Transporte de Produtos Florestais (emitida pelo IBAMA).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição de madeiras, o objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2017:

Órgão	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Funcional	Manutenção da Malha Rodoviária
Complem. Elemento	3390.0000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 - Recursos Ordinários
Reduzido	099

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 29 de dezembro de 2017, caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2017 – Pregão Presencial nº 0022/2017.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exeqüentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SERRARIA MARIANI LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 40/2017 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME.

CT17/040

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frederico Reguse, nº 118 Bairro Do Sol na cidade de Indaial-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.375.891/0001-30, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de segurança desarmada, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	80	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança desarmada, devidamente credenciada junto aos órgãos competentes, a serem prestados por pessoal treinado e capacitado para execução de segurança desarmada noturna; os segurança deverão se apresentar uniformizados, com nada consta da Polícia Civil, de empresa especializada no ramo e credenciada junto ao órgão competente: Dia 06/05/2017: Das 21h do dia 06/05/2017 até as 02h do dia 07/05/2017, sendo 10 agentes de segurança. Dia 21/07/2017: Das 17h do dia 21/07/2017 até as 07h do dia 22/07/2017, sendo 20 agentes de segurança. Dia 22/07/2017: Das 17h do dia 22/07/2017 até as 07h do dia 23/07/2017, sendo 20 agentes de segurança. Dia 23/07/2017: Das 10h até a 22h, sendo 20 agentes de segurança. Dia 20/12/2017: Das 18h até as 22h, sendo 10 agentes de segurança.	130,00	10.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0028/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 0023/2017, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 29.12.2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	049

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

7.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.6 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

7.7 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.8 – Os vigilantes deverão estar devidamente uniformizados, será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

7.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

7.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

7.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

7.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2017

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: TALISSA SARTOR.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Iomerê, 20 de abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipuacu

PREFEITURA

DECRETO Nº 098/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 098/2017

DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 58.286,94 (cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos), na seguinte programação de despesa:

05.00 – Secretaria da Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.1.005 – Ampliação da Rede Física da Educação

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

Despesa: 19 – R\$ 58.286,94

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 58.286,94 (cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos) da fonte de recursos 1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 10 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 847/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017. DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 060/1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 847/2017

DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 060/1993, E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - OBJETIVOS

Art. 1º. Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I- o atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizada;

II - a vigilância sanitária;

III- a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo;

IV- o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II - SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 2º. O Fundo Municipal de Saúde, ao qual corresponderá a sigla FMS, ficará diretamente subordinado ao Secretário Municipal de Saúde e será uma Unidade Orçamentária, conforme dispõe o artigo 14 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO III - ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I - gerir o Fundo Municipal de Saúde;

II - estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

III - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

IV- submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de Aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V- submeter ao Conselho de Saúde na Câmara de Vereadores em audiência pública as demonstrações trimestrais das receitas e despesas do Fundo; ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Saúde as demonstrações bimestrais, semestrais e anuais conforme for a exigibilidade de cada órgão;

VI- ordenar compras, assinar empenhos, autorizar pagamentos, assinar cheques ou autorizar eletronicamente os pagamentos das despesas referentes ao Fundo Municipal de Saúde, juntamente com o Prefeito Municipal ou a quem ele delegar competência;

VII- firmar contratos e convênios, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados diretamente pelo Fundo;

VIII- manter contato permanente com a Contabilidade do Município a fim de acompanhar a execução orçamentária-financeira dos recursos do Fundo, bem como solicitar regularmente relatórios para acompanhamento, controle e prestação de contas dos recursos alocados ao Fundo;

IX- manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes do Sistema de Saúde do Município em conjunto com a

Tesouraria do FMS;

X- manter, em conjunto com a Coordenadoria do Patrimônio do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo.

CAPÍTULO IV - DA TESOURARIA

Art. 4º. A Tesouraria do FMS será exercida pela própria Tesouraria da Prefeitura, através do Tesoureiro designado pelo Chefe do Poder Executivo, e tem como atribuições:

I- preparar as demonstrações mensais das receitas e das despesas para serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II- manter os controles e providenciar as demonstrações necessárias à execução orçamentária, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III- manter os controles necessários sobre os convênios com Órgãos Estaduais ou com o Ministério da Saúde;

IV- controlar os contratos de prestação de serviços com o setor privado e/ou empréstimos feitos para a área de saúde do Município;

V- manter em conjunto com a Coordenadoria do Patrimônio o controle dos bens patrimoniais a cargo do Fundo e realizar anualmente o inventário dos mesmos, bem como o balanço geral do Fundo;

VI- preparar relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde;

VII - manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde e encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação desta produção;

VIII- assinar cheques em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde;

IX- planejar a distribuição dos recursos orçamentários e financeiros, em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde;

X- registrar o movimento de depósitos cauções e fianças;

XI- manter atualizado o registro de adiantamentos concedidos a servidores, promovendo as respectivas prestações de contas nos prazos determinados;

XII- proceder ao controle dos créditos dos fornecedores;

XIII- conciliar as contas bancárias;

XIV- manter aplicadas em contas de rendimentos as disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Saúde;

XV- assegurar a prestação de contas semestral junto ao Ministério da Saúde, utilizando sistemas apropriados disponibilizados pelo Ministério.

CAPÍTULO V - RECURSOS FINANCEIROS E ATIVOS DO FUNDO

Art. 5º. Constituem os recursos financeiros do Fundo as receitas provenientes de:

I- as transferências oriundas da seguridade social como decorrência do que dispõe o artigo 30, inciso VII, da Constituição da República, dos orçamentos do Estado e do Município;

II- os rendimentos e os juros de aplicações financeiras;

III- o produto de convênios firmados com o SUS – Sistema Único de Saúde com outras entidades financiadoras;

IV- o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadações de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V- as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas da prestação de serviços e outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI- rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais, alienações patrimoniais e rendimentos de capital;

VII- doações, ajudas ou contribuições em espécie efetuadas diretamente ao Fundo.

§1º. As receitas descritas neste capítulo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em nome do Fundo

Municipal de Saúde em estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I- da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II- de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º. Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I- disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial, oriundas das receitas já especificadas nesta Lei;

II- direitos que porventura vier a constituir;

III- bens móveis e imóveis que forem destinados e/ou doados, com ou sem ônus ao Sistema Único de Saúde do Município de Ipuacu;

IV- bens móveis e imóveis destinados à administração do Sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VI - PASSIVO DO FUNDO

Art. 7º. Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII - ORÇAMENTO

Art. 8º. O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e os programas de trabalho governamentais, observados o Plano Municipal de Saúde, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio e, também:

I- constituirá uma Unidade Orçamentária, conforme disposições do artigo 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II- integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade;

III- observará, na sua elaboração e na execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

CAPÍTULO VIII - CONTABILIDADE

Art. 9º. A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, integrada à contabilidade geral do Município, tem por objetivo evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente e também:

I- será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente;

II- a escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas;

III- emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços;

IV- entende-se por relatório de gestão os balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente;

V- as demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO IX - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro das cotas mensais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.

§1º As cotas mensais poderão ser alteradas durante o exercício, desde que sejam observados os limites fixados no orçamento e o comportamento da sua execução.

§2º Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

§3º Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

Art. 11. A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá da seguinte forma:

I- financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ou com ela conveniados;

II- pagamento de vencimentos, salários e gratificações ao pessoal dos órgãos ou das entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no artigo 1º da presente Lei;

III- pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos da área da saúde, observado o disposto no § 1º, artigo 199 da Constituição Federal;

IV- aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas de saúde;

V- construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação dos serviços de saúde;

VI- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII- desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de saúde;

VIII- atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no artigo 2º da presente Lei;

IX- a execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições da Lei Municipal nº 060, de 16 de novembro de 1993.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 12 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Lei foi Registrada e Publicada na data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N.º 848/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL N.º 848/2017

DE 12 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir a

importância de R\$ 5.987,28 (cinco mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte oito centavos) ao mês, a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), portadora do CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme Resolução Nº 001/2017, do Presidente da Entidade, fixada em Assembleia Geral dos municípios.

Art. 2º. Os recursos a serem transferidos referem-se a parcela de contribuição deste município para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, pessoal e na melhoria e ampliação das ações.

Art. 3º. A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Ipuacu/SC, nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I– Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II– Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III– Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no orçamento anual de cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 12 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Lei foi Registrada e Publicada na data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária da Administração e Fazenda

PL FMS 10.2017 PP FMS 07.2017

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo de licitação FMS 10.2017 Pregão Presencial FMS 09/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 10 de maio de 2017.

Data de abertura: A partir das 09h00min de 10 de maio de 2017.

Objeto: Aquisição de materiais ambulatoriais a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de acordo com especificações contidas no Anexo I – termo de referências deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

PL PREF 28.2017 PP PREF 19.2017**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo de licitação PREF 28.2017 Pregão Presencial Pref 19/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 09 de maio de 2017.

Data de abertura: A partir das 09h00min de 09 de maio de 2017.

Objeto: Aquisição de pneus novos, para retirada futura e de forma parcelada para uso da Prefeitura, departamentos e fundos da municipalidade de acordo com especificações contidas no Anexo I – termo de referências deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

PL PREF 29.2017 PP PREF 20.2017**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo de licitação PREF 29.2017 Pregão Presencial Pref 20/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 13h30min de 09 de maio de 2017.

Data de abertura: A partir das 14h00min de 09 de maio de 2017.

Objeto: Aquisição de produtos e materiais e impressos gráficos, para uso em atividades da prefeitura municipal, fundos e departamentos municipais de acordo com especificações contidas no Anexo I – termo de referências deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU, inscrito no CNPJ nº 95.993.028/0001-83, com sede na rua Zanella, nº 818, centro, Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Sr.^a CLORI PEROZA, brasileira, união estável, RG nº 1785723, expedida pela SSP/SC, CPF nº 722.175.709-78, residente e domiciliada nesta cidade de Ipuacu;

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Lammer, nº 677, centro, nesta Cidade e Município de Ipuacu-SC, CNPJ nº 06.080.505/0001-56, neste ato representada por seu Presidente Sr. GILBERTO ZAPE, brasileiro, casado, RG nº. 3.473.876, expedido pela SSP/SC, CPF nº 016.390.449-90, residente e domiciliado na Rua Machado, nº 828, centro, Ipuacu/SC;

CONSIDERANDO que a APAE de IPUAÇU/SC, desenvolve há mais de 13 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa

e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária;

CONSIDERANDO que nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho;

CONSIDERANDO a dispensa do chamamento em razão de cumpridas as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, e suas alterações;

CONSIDERANDO Lei Municipal n.º 842/2017, de 06 de março de 2017, autorizar o repasse de recursos financeiros oriundos de doações do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, ao Município de Ipuacu, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipuacu (APAE);

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração consiste no repasse de recursos financeiros, no importe de R\$ 40.000,00, (quarenta mil reais), do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, para à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipuacu – APAE, cujos recursos se destinam a: I- Implantação de quadra coberta; II- Implantação de parque equipado com brinquedos adaptados; III- Operacionalização de oficina de música com aquisição de instrumentos musicais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O presente Termo tem amparo no artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e Lei Municipal n.º 842/2017, de 06 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O CONCEDENTE repassará ao PROPONENTE recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, na ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em uma única parcela mediante depósito bancário em conta de titularidade da PROPONENTE, após a assinatura do presente Termo;

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do repasse correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, previstas na Lei Orçamentária Anual deste exercício de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONCEDENTE

Ao Município/FMAS - Concedente, compete:

I. Efetuar o repasse dos recursos financeiros, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em uma única parcela mediante depósito bancário em conta de titularidade da PROPONENTE
II. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

I. Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Termo;

II. Entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês o Plano de Desenvolvimento do Usuário para a Secretária de Assistência Social

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Ipuacu, na forma e prazos estabelecidos pela legislação, 90 (noventa) dias após o repasse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O gerenciamento técnico-operacional deste TERMO DE COLABORAÇÃO será exercido por técnicos devidamente indicados pela CONCEDENTE e comunicado a PROPONENTE, 15 (quinze) dias após a assinatura deste TERMO, através de carta com AR.

Cabe ao CONCEDENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração inicia-se nesta data e encerra-se 31/12/2017. O presente Termo também poderá ter o seu prazo de vigência prorrogado mediante a firmação de aditivo.

CLÁUSULA NONA – DOS AJUSTES

O presente Termo poderá sofrer ajustes mediante comum acordo entre as partes, formalizando através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela PROPONENTE, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer momento por qualquer das partes, por descumprimento das cláusulas previstas neste convênio ou ainda por interesse ou conveniência a exclusivo critério da parte, bastando que a interessada na rescisão comunique expressamente a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A CONCEDENTE providenciará, à sua conta, a publicação deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo encaminhar cópia autenticada desta publicação a PROPONENTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da referida publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Abelardo Luz, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas da execução do presente contrato que por ventura surgirem.

E por estarem acordes, as partes firmam o presente Termo de Colaboração em três vias de igual teor, na presença das duas

testemunhas habituais.

Ipuacu - SC, em 06 de Abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal
CONCEDENTE

GILBERTO ZAPE
Presidente da APAE
PROponente

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO
Assessor Jurídico
OAB/SC nº 18445

TESTEMUNHAS:

1- Tatiane Möllmann
CPF: 069.432.449-30

2- Raqueli Biasotto
CPF: 079.614.429-01

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2282 DE 19 DE ABRIL DE 2017/PM

DECRETO Nº 2282 de 19 de abril de 2017

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Volnei Antonio Schmidt, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 18 da Lei Complementar 1045/97 de 19 de dezembro de 1997 que Institui o Novo Código Tributário do Município e dá Outras Providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU nos termos do artigo 18 da Lei Complementar 1045/97 de 19 de dezembro de 1997 que Institui o Novo Código Tributário do Município e dá Outras Providências, ao contribuinte abaixo identificado:

Nome do Contribuinte	CPF	Inscrição Imobiliária
JOSE CARLOS BARON	526.068.489-34	1.1.64.0056.001

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 19 de abril de 2017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2017

Edital de Notificação nº 02/2017

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 18/02/2017 a 19/03/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	46.624,66
417213302000000	Transferências SUS - ESF	92.650,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	48.804,72
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	2.159,42
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213306000000	Transferências SUS – Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS – SAÚDE BUCAL	13.380,00
417213311380000	Núcleo Apoio Saúde Família	24.000,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	8.420,44

417213402000000	Transferências FNAS – Média e Alta Complexidade	0,00
417213404000000	Transferências FNAS – IGD BOLSA FAMILIA	0,00
417213402000000	Transferências FNAS – APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	24.000,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	60.821,41
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	0,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	0,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	0,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	0,00
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	0,00
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	0,00
417213506000000	Transf Diretas do FNDE - PNAC	0,00
424210200000001	Transf. FNDE PAR	0,00
424719902000000	Transf. Convenios União – MCIDADES 799854/2013	0,00
424719903000000	Transf. Convenios União – MCIDADES 797671/2013	0,00
424210999010000	Transf. União Defesa Civil	0,00
424719905000000	Transf. De Recursos d Convênios com o MAPA	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período		324,005,65

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 20.03.2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT

Prefeito de Ipumirim

Irati

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017 - CONSÓRCIO VELHO CORONEL

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : Prestação de Serviços de assessoramento na elaboração do planos, programas, projetos e/ou serviços relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais entre outros relacionados Protocolo de Intenções do Consorcio Velho Coronel.

Contratado : Consórcio Velho Coronel (CVC), inscrito no CNPJ nº 14.688.861/0001-19, com endereço na Avenida Santa Catarina, Nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Valor : R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Fundamento Legal...: art. 24, inciso XXVI , da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI – SC, EM 20 DE ABRIL DE 2017.

SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Publico conforme Portaria 069/2017 nesta data.

_____/_____/2017, conforme Publicação N º ____/2017

MAURICIO EDUARDO ZANELLA
Responsável p/ publicação

PREGÃO Nº 021/2017 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUÇÃO CABECEIRA DE PONTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IRATI

Aviso de Licitação

Licitação Nº 033/2017

Processo Nº 336/2017

Pregão Presencial Nº 021/2017

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017, POR ITEM – decorrente do PROCESSO 033/2017, visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTES, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no

site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07:45MIN DO DIA 09 DE MAIO DE 2017, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:00MIN DO DIA 09 DE MAIO DE 2017, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo, sito à Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. Irati – SC, 20 de abril de 2017. Neuri Meurer - Prefeito Municipal.

Irineópolis

HOSPITAL BOM JESUS

CONTRATO 05-2017

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2017

CONTRATO Nº 05/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS E O DR. ALBERTO AURÉLIO POSENATTO.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua Paraná, nº 168, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Wianey de Cássia Oliveira G. T. dos Santos, brasileira, casada, no exercício do cargo de Presidente do HMBJ, residente e domiciliada à Avenida 22 de Julho, nº 1080, no centro do município de Irineópolis – SC, inscrita no CPF sob o nº 811.060.769-15, e o Dr. Alberto Aurélio Posenatto, brasileiro, casado, portador de CPF: 442.988.200-25, residente a Rua Benjamin Constant, 580 – Centro, União da Vitória, PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 03/2017, modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA DO CONTRATADO

A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará a contratada pelos serviços efetivamente prestados, a importância de R\$ 1.159,36 (Um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos) mensais, a ser paga até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Projeto Atividade 3.3.90.00.00.00.00 0247 (6) – Manutenção do Hospital Municipal Bom Jesus.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

• O contratado, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a realizar a prestação dos serviços em compatibilidade com o Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com

os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato.

• É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

• O contratado se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na entrega do objeto, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários.

• O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

• Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais.

• O Contratado deverá disponibilizar um contato telefônico, de preferência celular, 24 horas para consultas e contato;

• O Contratado deverá disponibilizar, em tempo permanente, um canal da rede mundial de computadores;

• O Contratado deverá responsabilizar-se por todas as despesas de locomoção, hospedagem, estadias para exercer as tarefas contratadas;

• O Contratado prestará seus serviços, conforme solicitado pelo Hospital Municipal Bom Jesus.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

• O Hospital Municipal Bom Jesus por seus responsáveis fornecerá, informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

À proponente que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato, assegurado o direito à defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1.º O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2.º Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à resolução.

§ 3.º O presente contrato rescinde todos os demais ajustes anteriores celebrados entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Os recursos processuais cabíveis contra os atos de aplicação de penalidades e rescisão contratual pelo CONTRATANTE são aqueles estabelecidos na lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A contratação dos serviços objeto desta licitação terá vigência de 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo o contrato ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como limites orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 12 de abril de 2017.

Wianey de C. O. G. T. dos Santos Presidente H. Municipal Bom Jesus Contratante	Alberto Aurélio Posenatto CRM/SC 6824 Contratado
Testemunhas:	

Cristiane Kruger
CPF: 029.055.529-99

Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 063.466.079-95

EXTRATO DE CONTRATO 05-2017

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 05-2017

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: Alberto Aurélio Posenatto

Objeto: Contratação de profissional médico para assumir a responsabilidade técnica do Hospital Municipal Bom Jesus .

Valor: R\$ 13.912,32 (Treze mil, novecentos e doze reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 12/04/2017 a 11/04/2018

Lei: 10.520/02 e 8.666/93 consolidada.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 03-2017

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe e a ABJUDICAÇÃO de: ALBERTO AU-RÉLIO POSENATTO.

Irineópolis, 12 de abril de 2017.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente Hospital Municipal Bom Jesus.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2017, PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 08 de maio de 2017, para a possível aquisição de de materiais de limpeza, expediente, suprimentos de informática e gás de cozinha,. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 08 de maio de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 20 de abril de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 – PR Nº 10/2017

Pregão Presencial nº 10/2017 – Objeto: aquisição de combustíveis (óleo diesel S-500 e S10, aditivo Arla), para a frota municipal. Proponente: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. ITENS: 1 (10.000 litros de aditivo Arla 32 – a granel – R\$ 1,55); 2 (200.000 litros de óleo diesel S500 – R\$ 2,75); 3 (240.000 litros de óleo diesel S10 – R\$ 2,81). Valor Total: R\$ 1.239.900,00. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 18 de abril de 2017. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - IL Nº 02/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 02/2017 – Objeto: contratação de empresa para ministrar curso “Governar por Resultados”, para a equipe de comando da Prefeitura. Contrato nº 17/2017. Contratada: Imagem Capacitação profissional Ltda. ME. Valor Total: R\$ 5.500,00. Dia e Horário: 24/04/2017, das 18h30 as 21h50. Itaiópolis, 19/04/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado do Pregão Presencial Nº 06/2017. Objeto: Registro de preço para aquisição de KITS ODONTOLÓGICOS, os quais deverão ser distribuídos através dos programas “Saúde na Escola” e de “Saúde Bucal”, desenvolvidos pelos profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: Dental Prime Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Eireli . Lote nº 1. Valor R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais). Vigência: 13 de abril de 2018. Itaiópolis, 20/04/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado do Pregão Presencial Nº 02/2017. Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza para uso na lavanderia da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Contratada: Mauro Fonseca - ME. Lote nº 1. Valor R\$ 38.643,23 (trinta e oito mil e seiscentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos). Vigência: 19 de abril de 2018. Itaiópolis, 20/04/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013 CONTRATO 116/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013
CONTRATO 116/2013

BASE LEGAL: Art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, com suporte técnico, instalação, implantação e treinamento de funcionários já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, incluindo migração de todos os dados dos sistemas ora em uso.

DO PRAZO: Prorrogado por 03 (três) meses

EMPRESA: BETHA SISTEMAS
Itapema, 19 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO 049/2016 CREDENCIAMENTO 002/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO 049/2016
CREDENCIAMENTO 002/2016

BASE LEGAL: Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares, nas especialidades da tabela SIA/SUS.

DO PRAZO: Prorrogado por 12 (doze) meses.

EMPRESAS:
CLÍNICA RODIOLÓGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA;
CLS RODIOLÓGICA DIAGNÓSTICA S/S LTDA;
ENGEL OFTALMOCLINICA LTDA;
MEDICAL CENTERIMAGE RADIOLOGIA LTDA;
EING CLINICA OFTALMOLÓGICA LTDA;
ULTRAMAMO SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA;
RATTO COLOMBO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Itapema, 24 de março de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 016/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06.002.2017 - CONTRATO 007/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 016/2017 – Inexigibilidade de
Licitação nº. 06.002.2017 - CONTRATO 007/2017

BASE LEGAL: Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

DO PRAZO: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: EMPRESE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Itapema, 24 de março de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 024/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06.003.2017 CONTRATO 024/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 024/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
06.003.2017
CONTRATO 024/2017

BASE LEGAL: Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Contratação de show musical Nacional do cantor NEGÓ JOE E BANDA, para o evento em comemoração ao aniversário de 55 anos do Município de Itapema.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Ocorrerá no 15º Encontro de Amigos, Centro de Itapema no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2017 das 13:30hs às 14:30hs em comemoração aos 55 anos do Município de Itapema, na Avenida Beira Mar.

EMPRESA: ANTONIO CARLOS ANDRIONI SOUZA

Itapema, 20 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 025/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06.004.2017 - CONTRATO 025/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 025/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
06.004.2017 - CONTRATO 025/2017

BASE LEGAL: Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO GRUPO "SWING AI" PARA APRESENTAÇÃO NA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E 15º ENCONTRO DOS AMIGOS.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Ocorrerá no 15º Encontro de Amigos, Centro de Itapema no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2017 das 12:30hs às 13:30hs em comemoração aos 55 anos do Município de Itapema, na Avenida Beira Mar.

EMPRESA: ALBERTO APARECIDO BELLARMINO BUENO

Itapema, 20 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

QUINTO TERMO ADITIVO - PROCESSO 015/2013 CONTRATO 039/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

QUINTO TERMO ADITIVO - PROCESSO 015/2013
CONTRATO 039/2013

BASE LEGAL: Art. 57, inc. II, e art. 65, §1º, da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Prestação de serviços de Telefonia Móvel Celular, para atender as necessidades do Município de Itapema - Diversas Secretarias.

DAS SUPRESSÕES: Fica suprimido do Contrato o item referente à Conexão de Dados (3G) de 500Mb.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES E ACRÉSCIMOS: - A Contratante atualizará o item Conexão de Dados (3G) – 2Gb para Conexão de Dados (3G) – 3Gb passando a vigorar a tarifa unitária mensal em R\$ 36,90 (trinta e seis reais e noventa centavos). O Mesmo item sofrerá um acréscimo no quantitativo de 10 pacotes de dados para 70 pacotes de dados, sendo utilizados conforme a necessidade da Contratante.

DO PRAZO: Prorrogado por 12 (doze) meses.

EMPRESA : TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Itapema, 11 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

SEXTO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013 CONTRATO 117/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

SEXTO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013
CONTRATO 117/2013

BASE LEGAL: Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

DA SUPRESSÃO: Conforme memorando eletrônico 1.432/2017, encaminhado pela Diretoria de TI em 08/03/2017, ficam suprimidos os seguintes itens do presente contrato: Controle de Processos WEB, Prefeitura Municipal de Itapema 2 Gerenciamento de Auto de Multa, Gerenciamento de Cemitérios e Gestão de Protocolos.

DA ALTERAÇÃO DE VALORES: Ficam alterados os valores dos itens relacionados no quadro abaixo:

EMPRESA : TECNOLÓGICA PRESTADORA DE PREFEITA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Itapema, 22 de março de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

SÉTIMO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013 CONTRATO 117/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

SÉTIMO TERMO ADITIVO - PROCESSO 212/2013
CONTRATO 117/2013

BASE LEGAL: Art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de sistema de controle e gestão pública conforme especificações constantes no termo de referência.

DO PRAZO: Prorrogado por 03 (três) meses.

EMPRESA: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE PREFEITA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Itapema, 19 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2017

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS E LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS DE ORNAMENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CAMPANHA SOCIOEDUCATIVA, PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:15 do dia 05/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 24 de Abril de 2017.

CAMYLLÉ PATRYCIA SCHAFER
Secretária Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 72 DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 72, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga o prazo do Processo Seletivo Simplificado referente Edital nº. 04/2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas através da Lei Orgânica Municipal e conforme o item 7.5 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 30 de março de 2016;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo do Processo Seletivo Simplificado decorrente do Edital de Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 30 de março de 2016, por um ano, até 15 de abril de 2018.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor com efeitos do dia 13 de abril de 2017.

Itapiranga - SC, 17 de abril de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretario de Administração.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 082/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 082/2017

Dispensa de Licitação nº 082/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresas para o transporte de animais e aquisição de feno para a 9ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Itapiranga – EFRAIT, sendo:

Item 1: Fardos de no mínimo 12 kg de feno tifton de boa qualidade para trato de animais.

Item 2: Km de transporte de animais (bovinos e ovinos) com caminhão, das propriedades rurais até o local da realização da feira e o respectivo retorno.

Fundamentação Legal: artigo 24, Inciso V, da Lei 8.666/93.

Contratados:

Item 01 – Jaime Baumann– R\$ 2.574,00

Item 02 – Transportes Ratinho Ltda – R\$ 6.000,00

Vigência: 20/04/2017 a 30/05/2017

Itapiranga - SC, 20 de Abril de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 055/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 55/2017									
Fornecedor: 35360 - JAIR REIS - ME									
Licitação: 55/2017 - PR									
Data da Homologação: 12/04/2017									
4	78852	TELA GALVANIZADA MALHA 7.5 FIO 16	REIS	MT2	200,000	0,0000	6,0000	1.200,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	200,000		1.200,00	
Nr. do Processo: 55/2017									
Fornecedor: 140753 - METALURGICA INDUSTRIAL MONTEC LTDA									
Licitação: 55/2017 - PR									
Data da Homologação: 12/04/2017									
3	78851	GRADE DE PROTEÇÃO 0,50 M DE ALTURA POR 0,70 M DE ALTURA	Montec	UND	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	5,000		260,00	
Nr. do Processo: 55/2017									
Fornecedor: 144407 - INDUSTRIA DE ESQUADRIAS FEILFER LTDA - ME									
Licitação: 55/2017 - PR									
Data da Homologação: 12/04/2017									
6	78864	ABRIGO PARA PASSAGEIROS MEDINDO 2,00x1,50x2,30 DE ALTURA	FEILFER	UND	6,000	0,0000	1.800,0000	10.800,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	6,000		10.800,00	
Nr. do Processo: 55/2017									
Fornecedor: 144408 - GILVANO ANTONIO GONCALVES - ME									
Licitação: 55/2017 - PR									
Data da Homologação: 12/04/2017									
2	78845	DOBRADICA TIPO PORTEIRA REFORÇADA Nº 1 6.1/2 POLEGADAS	Metalurgica Gonçalves	UND	60,000	0,0000	9,9000	594,00	Venceu
5	78853	TELA GALVANIZADA MALHA 4 FIO 16	Metalurgica Gonçalves	MT2	200,000	0,0000	8,7500	1.750,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	260,000		2.344,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 55/2017			Licitação: 55/2017 - PR			Data da Homologação: 12/04/2017			
Fornecedor: 144409 - LUCAS FERNANDO MANCHINI 07869640905									
1	78829	CORRIMÃO DE TUBO GALVANIZADO 1.1/4 PAREDE DE 1.25 MM	Manchini	MT	300,000	0,0000	32,5000	9.750,00	Venceu
Total do Fornecedor →					300,000			9.750,00	

Itapiranga, 20 de Abril de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2017 - ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2004

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 054/2017

Data: 17 de janeiro de 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 008/2004 DE 31 DE MARÇO DE 2004 QUE CRIA A NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluída a Alínea "b" no Inciso V do Artigo 5º da Lei Complementar nº 008/2004 com a seguinte redação:

" Art. 5º...

V – Secretaria de Educação – Fundo Municipal de Educação

...

b) Departamento de Administração."

Art. 2º Fica alterada a redação da Alínea "a", excluindo os itens "1" e "2", no Inciso V do Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 008/2004, que passa vigorar com a seguinte redação:

" Art. 5º...

V – Secretaria de Educação – Fundo Municipal de educação

a) Departamento de Coordenação Pedagógica

1. Divisão Pedagógica de Educação Infantil (Lei Complementar 14/2007);

2. Divisão Pedagógica de anos iniciais (Lei Complementar 14/2007);

3. Divisão Pedagógica de anos Finais (Lei Complementar 14/2007)."

Art. 3º Ficam incluídas na Alínea "b" no Inciso V do Artigo 5º desta lei os itens excluídos no artigo anterior, que passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º...

V – Secretaria de Educação – Fundo Municipal de Educação

...

b) Departamento de Administração

1. Divisão de Planejamento, Manutenção e Controle (LM nº 251/2004), (LCM 14/07);

2. Divisão de Programas e Projetos Especiais (LM nº 251/2004), (LCM 14/07)."

Art. 4º O Organograma da Unidade Administrativa da Lei Complementar Municipal nº 08/2004, modificados pela presente lei, passam vigorar conforme o anexo I.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de janeiro de 2017

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 054/2017

Data: 17 de Janeiro de 2017

Anexo I - Secretaria de Educação - Organograma da unidade administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2017 - ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 055/2017

Data: 16 de março de 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2016, e da outras PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art 1º Fica incluído o Parágrafo 3º no Artigo 41 da Lei nº 050/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art 41.

[...]

§3º - A poda de galhos em arvores que estejam sob ou próximas da rede elétrica, a poda, remoção e destinação final, somente poderão ser realizadas pela concessionária detentora da concessão de energia elétrica no município de Itapoá e será normatizada por lei própria."

Art 2º Esta lei entra em vigor no ato da sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de março 2017.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

CMDCA: ATA ORDINÁRIA Nº 05/2017

Ata: 005/2017, Reunião: Ordinária, Data: 19/04/2017, Horário: 09h00, Local: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos dezoito dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos - SCFV, situado na avenida das Nações Unidas número 340, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h07 foi realizada a contagem dos presentes pela secretaria executiva do CMDCA, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09h20 houve quórum. Encontram-se presentes os conselheiros Sonia Gonçalves, Mauricio Deunisio Olkoski, Luiza Montalvão de Oliveira, Elaine Cristina Alves, Daniela da Rosa e Elisa Gonzalez Corso. Em Função das ausências justificadas da presidente, Sra. Célia Maria Konel e da vice-presidente, Sra. Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, a condução da assembleia será pelo membro mais idoso, a Sra. Elisa Gonzalez Corso conforme determina o parágrafo único do artigo 12 do Regimento Interno do CMDCA. A conselheira Elisa Gonzales Corso dá boas vindas a todos e informou que a reunião possuirá gravação de voz e que a pauta foi anteriormente enviada, sendo: Item 01. E-mail de 10.04.2017 da entidade Gerar solicitando informações sobre o processo de andamento da solicitação de Registro no CMDCA.- Encaminhar para a Comissão de Legislação e Políticas Públicas. Item 02. OF. CT 179.2017 encaminhando Relatório Trimestral de Casos Atendidos (janeiro a março de 2017). Item 03. OF. SMAS 071.2017 alterando a suplente da secretaria neste conselho, de Caroline Michely da Silva para Daniela da Rosa. Item 04. E-mail do GRADCIA/GEPES convidando o CMDCA de Itapoá para participar da reunião em 20.04.2017 em Joinville no período da manhã. Na pauta deliberativa: Não há itens a serem deliberados. Outros Assuntos: a) Pendente avaliação dos

registros das OSCs: Em função da inexistência de registros válidos não resta ação a ser adotada. A documentação entregue pela instituição GERAR não atende às exigências da Resolução 004/2016. Não apresentou registro no CMDCA na cidade de origem, entre outros. Encaminhe-se ofício a entidade sobre a análise do pedido. b) Instituição da Comissão de Planejamento e Ações: Pendente, conforme ata 001.2017 (linha 64). A conselheira Elaine sugere que a comissão não seja criada pois a fiscalização das ações serão acompanhadas pela comissão de Legislação e Políticas Públicas ou mesa diretora. c) Convocação da Sra. Cenita S. Dani. A Secretaria Executiva relatou o motivo da não convocação da Sra. Cenita que foi indicada para a cadeira da pastoral pela Igreja Católica. Sem efeito pois as vagas da Pastoral estão integralmente preenchidas. d) Status da comissão do Fórum de Entidades. Será tratado em próxima reunião. e) Deliberação sobre o PPA 2018-2021 em conjunto com o CMAS. A conselheira Elaine explanou aos presentes as ações até o presente momento e que o PPA não passou por deliberação do CMDCA e CMI em função do prazo e da data de encaminhamento pelo executivo. Que por ocasião da Audiência Pública houve divergência significativa dos dados informados. Que o PPA foi corrigido depois da realização da Audiência Pública. Que sugestões dos conselhos podem ser encaminhadas até julho, quando o PPA permanece na câmara municipal. OFICIE-SE a SMAS solicitando para que encaminhe o PPA da Assistência Social para análise deste conselho no que tange ao FIA. As conselheiras Célia Maria Konell, Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo e Lana Roselia Quadros Bevilacqua e Keverlinn Maria Antunes dos Santos justificaram a ausência, solicitando o comparecimento de seus suplentes. Não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 10h01. A próxima ordinária ocorrerá em 31/05/2016 às 09h00. Assinam a presente abaixo:

Elisa Gonzalez Corso
Sonia Gonçalves
Elaine Cristina Alves
Daniela da Rosa
Luiza Montalvão de Oliveira
Mauricio Deunio Olkoski

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SAMPAIO E BEXIGA DESPACHOS ADUANEIROS LTDA-ME, inscrito no CNPJ/MF: 06.040.311/0001-60, com sede a Rua Avenida Brasil, nº2681, sala nº02, Centro neste Município de Itapoá/SC, CEP:89249-000, neste ato representado pelo procurador Sr. REINALDO SAMPAIO BEXIGA, portador da CI.RG nº3.085.316-4 SSP/PR do CNPF: 559.550.889-20

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 – PROCESSO Nº 20/2017.

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA FORMA TEMPORÁRIA (EM CARÁTER DE DISPENSA DE LICITAÇÃO), CONSTITUÍDO DE UM IMÓVEL EDIFICADO COM UMA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA CONTENDO ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA COM 137,68m² CONTENDO 2 QUARTOS, 1 SUÍTE, 1 COZINHA, 1 SALA, 1 GARAGEM, 1 LAVANDERIA, VARANDA NA FRENTE, ÁREA DO TERRENO MURADA EM 12X32, LOCALIZADO A RUA 1660, Nº632, LOTE Nº07 DA QUADRA Nº62 DO BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de n.º 25.113 – livro n.º 02 – ficha n.º 01.

VALOR R\$: R\$ 10.800,00

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2017.

PRAZO DE VIGÊNCIA:20/10/2017

Itapoá, 20 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3173_2017 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3173/2017

Data: 17 de abril de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 6º, inciso III da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 13.218,11 (treze mil duzentos e dezoito reais e onze centavos) conforme segue:

Suplementações

12 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

12.001 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

0008.0243.0011.2088 Manutenção do FIA

33390 Aplicações Diretas (432) FR 030000 R\$6.708,36

12 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

12.001 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

0008.0243.0011.2089 Ação Direta com Crianças e Adolescentes

33390 Aplicações Diretas (431) FR 030900 R\$2.293,94

12 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

12.001 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

0008.0243.0011.2089 Ação Direta com Crianças e Adolescentes

33390 Aplicações Diretas (430) FR 030029 R\$4.215,81

Total das Suplementações R\$13.218,11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

DIRETOR DE FINANÇAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 3175_2017 – NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3175/2017

Data: 19 de abril de 2017

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica nomeado o Sr. Elasio Frisanco no cargo de Diretor do Departamento de Administração da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA Nº 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº04/2017
PROCESSO Nº20/2017

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a necessidade da locação deste imóvel em razão de interesse público, que vem sediar e abrigar crianças e adolescentes da Instituição.

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme a Lei nº 8.242 de 12/10/1991, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico, cumprindo a recomendação da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Considerando o imóvel destacado atende completamente as estas exigências além de oferecer um espaço adequado sem acarretar em despesas com reformas ou ajustes.

Considerando que o espaço físico que o Município possui (sede própria) necessita de reformas, não dispondo de outro espaço físico próprio, sendo o imóvel citado escolhido e apropriado para tal fim.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

- a) DOMINGOS DOS SANTOS, inscrito sob Creci nº 11589/SC, no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais);
- b) LUIZ CARLOS FARINA, inscrito sob Creci nº 7275/SC, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
- c) JULIANO OLIVA, inscrito sob Creci nº10.784/SC, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

Considerando o Parecer Jurídico nº38/2017 da Procuradoria Jurídica desta Municipalidade.

Autoriza a locação abaixo descrita:

1. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA FORMA TEMPORÁRIA (EM CARÁTER DE DISPENSA DE LICITAÇÃO), CONSTITUÍDO DE UM IMÓVEL EDIFICADO COM UMA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA CONTENDO ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA COM 137,68M² CONTENDO 2 QUARTOS, 1 SUÍTE, 1 COZINHA, 1 SALA, 1 GARAGEM, 1 LAVANDERIA, VARANDA NA FRENTE, ÁREA DO TERRENO MURADA EM 12X32, LOCALIZADO A RUA 1660, Nº632, LOTE Nº07 DA QUADRA Nº62 DO BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de n.º 25.113 – livro n.º 02 – ficha n.º 01;

2. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor e condição de pagamento: Valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), que será pago em 06 (seis) parcelas de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais.

3. Dos recursos para atender às despesas:

Descrição	Código	Órgão	Unid.	Função	Sub- função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Assistência	299	015	01	008	0243	005	2124	010000	333903615

4. Prazo de vigência: Inicia em 20/04/2017, finalizando-se em 20/10/2017.

5. Contratado: SAMPAIO E BEXIGA DESPACHOS ADUANEIROS LTDA-ME, inscrito no CNPJ/MF: 06.040.311/0001-60, com sede a Rua Avenida Brasil, nº2681, sala nº02, Centro neste Município de Itapoá/SC, CEP:89249-000, neste ato representado pelo procurador Sr. Reinaldo Sampaio Bexiga, portador da CI.RG nº3.085.316-4 SSP/PR do CNPF: 559.550.889-20.

Itapoá, 20 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº688/2017 – AUTORIZA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

LEI MUNICIPAL Nº 688/2017

Data: 03 de março de 2017

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PARA DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 89 §1º DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1º Fica autorizada a delegação de competência aos Secretários e Diretores Municipais para dispor sobre a organização e o funcionamento das respectivas Secretarias, desde que a alteração da estrutura organizacional da Secretaria:

I – não implique aumento de despesa, nem criação, extinção ou modificação dos requisitos de provimento de cargos e funções públicas;

II – partindo-se da menor unidade hierárquica, não ultrapasse o nível de divisão ou unidade equivalente constante de lei ou decreto.

Art. 2º Os Secretários e Diretores Municipais, por portaria e/ou contratos, podem tratar de:

I – provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores públicos municipais;

II – lotação e relocação nos quadros de pessoal;

III – criação de comissões e designação de seus membros;

IV – instituição e dissolução de grupos de trabalho;

V – autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, autorizado em lei;

VI – abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;

VII – ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;

VIII – assinatura, nos impedimentos do Prefeito Municipal e/ou do Vice-Prefeito, de contratos, convênios e outros ajustes com a União Federal, os Estados, os Municípios e com órgãos públicos, ressalvado o disposto nos Incisos I e II, do § 2º deste artigo.

§ 1º Exclui-se da delegação de competência estabelecida no Art. 1º, Inciso I, deste Decreto, a ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários da Administração Direta.

§ 2º Excluem-se da delegação estabelecida no Art. 1º, Inciso II, deste Decreto, por ser de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I – as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II – os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 3º As competências delegadas nesta lei poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§ 4º Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

IX - outros atos que, adequados a natureza e finalidade da secretaria, não sejam objeto de lei ou decreto.

Art. 3º O responsável pelos atos, ou despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Parágrafo Único. A entidade delegante será responsável pelos atos do delegado, no limite de sua participação na elaboração do ato ou da inadequação da escolha do delegado.

Art. 4º Pode o Prefeito Municipal vetar qualquer portaria, contrato, ou proposta feitos pelos secretários, nos casos de ineficiência, ineficácia, ou conflito com os interesses dos munícipes.

Parágrafo Único. O veto deve ser justificado, contendo exposição dos fatos que ensejaram o seu convencimento.

Art. 5º Os atos de delegação serão celebrados por meio de Decreto

Municipal que mencionará a autoridade delegante e delegada, os atos que serão delegados, com a discriminação sucinta da matéria delegada.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de março de 2017.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.664

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ

DECRETO Nº 1.664, de 20 de abril de 2017

“DESIGNA GESTOR DA PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE JABORÁ E A SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA E DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA REFERIDA PARCERIA”

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e suas alterações;

CONSIDERANDO, o disposto nos Decretos Municipais N.ºs 1.651 e 1.652, de 10 de fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO, que nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil; e

CONSIDERANDO, a formalização de Processo de Dispensa do Chamamento Público 02/2017, para atendimento do previsto no Inciso VI do Art. 30 e no Art. 31 e seus incisos da Lei 13.019/2014;

DECRETA

ARTIGO 1º - fica designada como Gestora da parceira a ser celebrada através de Termo de Colaboração entre o Município de Jaborá e a SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA de Catanduvas/SC, a servidora MAGDA PRETTO POYER ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretaria de Desenvolvimento Social e Matrícula n.º 1.034.

ARTIGO 2º - ficam designados os servidores abaixo identificados, para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação da mesma parceria, cada um com as seguintes funções:

Matrícula	Nome	Cargo	Provimento	Função
1.224	Rodimar Rafaelli	Secretário	Comissão	Presidente
583	Silvania Pinto	Assistente Social	Efetivo	Membro
887	Tiago Angelo Toigo	Auxiliar Administrativo	Efetivo	Membro

ARTIGO 3º - Os serviços prestados pelos servidores acima serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.

ARTIGO 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20/04/2017

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

CLÁUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 23/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2017
Contratante: Município de Jacinto Machado
Contratado: Aelson Lessa e Cia Ltda ME
Objeto: Readequação da quantidade de quilômetros diários do item 05 do Contrato nº 23/2017.
Valor: R\$ 4.314,80 (quatro mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos)
Jacinto Machado/SC, 13/03/2017

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 27/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017
Contratante: Município de Jacinto Machado
Contratado: Transportes Antonin Eireli ME
Objeto: Readequação da quantidade de quilômetros diários do item 08 do Contrato nº 27/2017.
Valor: R\$ 9.089,60 (nove mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos)
Jacinto Machado/SC, 13/03/2017

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 24/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 24/2017
Contratante: Município de Jacinto Machado
Contratado: Sandro Novelli ME
Objeto: Readequação da quantidade de quilômetros diários do item 07 do Contrato nº 24/2017.
Valor: R\$ 4.682,80 (quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)
Jacinto Machado/SC, 13/03/2017

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 25/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2017
Contratante: Município de Jacinto Machado
Contratado: Transporte e Turismo Unidos Ltda ME
Objeto: Readequação da quantidade de quilômetros diários do item 01 do Contrato nº 25/2017.
Valor: R\$ 4.990,08 (quatro mil, novecentos e noventa reais e oito centavos)
Jacinto Machado/SC, 13/03/2017

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 26/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2017
Contratante: Município de Jacinto Machado
Contratado: Vilmar Scheffer Matos Eireli ME
Objeto: Readequação da quantidade de quilômetros diários do item 03 do Contrato nº 26/2017.
Valor: R\$ 3.155,60 (três mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)
Jacinto Machado/SC, 13/03/2017

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.301/2017

D E C R E T O Nº 11.301/2017

Declara de Utilidade Pública Áreas de JGM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 122/2017/Semplu, de 22/03/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - Processo Nº 4.552/2015, de 30/03/2015, acordado entre o Município de Jaraguá do Sul e a JGM Empreendimentos e Participações Ltda., Cláusula 1ª, alíneas "b" e "c", que determina a implantação de ciclovia;

DECRETA :

Art.1º Ficam declaradas de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, as áreas de 194,00m2 e de 7.376,00m2, totalizando 7.570,00m2, partes do imóvel contendo a área total de 35.808,50m2, com os demais dados identificativos na MI Nº 20.180, do CRI desta Comarca, cadastradas na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 15.275, situadas à Rua 07 - Walter Marquardt, bairro Barra do Rio Molha, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de JGM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Art.2º As áreas a que se refere o artigo precedente, representadas na planta topográfica anexa, passarão a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bens de uso comum do povo, e destinar-se-ão à implantação de ciclovia.

Art.3º Ficam isentas da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), as áreas objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal da Administração Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

DECRETO Nº 11.302/2017

D E C R E T O Nº 11.302/2017

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 11.295/2017, de 07 de Abril de 2017, que Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º O artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 11.295/2017, de 07/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados, ao recurso Caminhos da Escola - Ônibus Rural Escolar, no valor de R\$ 239.000,00 (Duzentos e trinta e nove mil reais)."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 07/04/2017.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.303/2017

D E C R E T O Nº 11.303/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 063/2017/Semash-DH, de 04/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica revogado, a partir de 03/04/2017, o Decreto Municipal Nº 9.240/2013, de 15/03/2013, que designou o servidor público municipal CARLOS ANTÔNIO BUSSARELLO, matrícula 8574-0, para acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução dos Contratos e/ou Convênios firmados para atendimento das necessidades e do interesse público da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.304/2017

D E C R E T O Nº 11.304/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 062/2017/Semash-DH, de 04/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 10/04/2017, a servidora pública municipal VERENICE APARECIDA CORDEIRO, matrícula 8125, para compor a COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO AFETOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no que tange aos Programas de Habitação Popular, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.239/2017, de 02/03/2017, em substituição a Girlei Campestrini.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.305/2017

D E C R E T O Nº 11.305/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.02 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA
25.02.17.512.14003.400 - Implantação de ETA - Água Verde
4.4.00 - INVESTIMENTOS
25.02.48 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente dos recursos vinculados ao Samae, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.306/2017

D E C R E T O Nº 11.306/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.01.477 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.400,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados aos Próprios/Alienação de Bens/PMJS, no valor de R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.307/2017

D E C R E T O Nº 11.307/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.360/2017, de 18 de abril de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.01.04.122.03002.030 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
04.01.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
06.02.28.846.00000.078 - Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
06.02.82 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
06.02.84 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.308/2017

D E C R E T O Nº 11.308/2017

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.361/2017, de 18 de abril de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.28.846.00000.080 - Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV)

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.01.470 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.01.471 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

04.01.472 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.02.28.846.00000.078 - Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.02.82 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

06.02.83 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.309/2017

D E C R E T O Nº 11.309/2017

Reabre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no §2º, do artigo 167, da Constituição Federal; na Lei Municipal Nº 7.277/2016, de 04/11/2016; e no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016,

DECRETA :

Art.1º Fica reaberto crédito especial, no valor de R\$ 35.000,00

(Trinta e cinco mil reais), correspondente ao saldo do exercício de 2016, para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.306.03512.119 - Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.481 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 35.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.306.03512.119 - Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.132 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.310/2017

D E C R E T O Nº 11.310/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 216.731,77 (Duzentos e dezesseis mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.120 - Manutenção patrimonial - Educação Infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.483 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 191.555,82

08.03.12.365.03512.121 - Manutenção patrimonial - Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.482 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.175,95

TOTAL R\$ 216.731,77

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Termo de Comprom.-PAC2-202113-FNDE, no valor de R\$ 25.175,95 (Vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos); e ao FNDE-PAR ProInfancia, no valor de R\$ 191.555,82 (Cento e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.311/2017

D E C R E T O Nº 11.311/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 582.635,41 (Quinhentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03511.103 - Construção de centros de educação infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.485 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 518.665,39

08.03.12.365.03512.121 - Manutenção patrimonial - Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.484 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.854,43

08.03.486 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.115,59

TOTAL R\$ 582.635,41

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Brasil Carinhoso-Ampliação do Acesso à Creche, no valor de R\$ 3.854,43 (Três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos); ao Pró-Infância-Construção CMEI-Barra do Rio Cerro, no valor de R\$ 518.665,39 (Quinhentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos); e ao Brasil Carinhoso-Apoio às Creches, no valor de R\$ 60.115,59 (Sessenta mil, cento e quinze reais e cinquenta e nove centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.312/2017

D E C R E T O Nº 11.312/2017

Modifica o Inciso I, do Artigo 25, do Decreto Municipal Nº 11.154/2016, de 09 de Dezembro de 2016, que Institui o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), Regulamenta os Procedimentos Voltados à Prevenção e Resolução Administrativa de Litígios na Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul,

DECRETA :

Art.1º O inciso I, do artigo 25, do Decreto Municipal Nº 11.154/2016, de 09/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.25. ...

I - Agente Administrativo, ou outro servidor lotado em cargo de nível médio cujas atribuições sejam correlatas, inclusive em relação ao atendimento e recepção de usuários do sistema de saúde;

..."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 11.313/2017

D E C R E T O Nº 11.313/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 2.535.921,25 (Dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.652 - Manutenção das atividades administrativas - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.152 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.115,86

15.01.10.301.07512.672 - Pagamento dos servidores da Saúde - Atenção Básica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.153 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.528.805,39

TOTAL R\$ 2.535.921,25

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados ao PAB, no valor de R\$ 2.528.805,39 (Dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinco reais e trinta e nove centavos); e da Reforma da Policlínica João Biron, no valor de R\$ 7.115,86 (Sete mil, cento e quinze reais e oitenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.314/2017

D E C R E T O Nº 11.314/2017

Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Estudos aos Servidores Públicos Municipais da Administração Pública Direta e Indireta.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 13, da Lei Municipal Nº 7.007/2015, de 19/03/2015; e

CONSIDERANDO a necessidade de atender as determinações advindas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

CONSIDERANDO que a previsão da receita orçamentária estimada na Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, apresenta-se abaixo do projetado;

CONSIDERANDO a obrigação de se manter a responsabilidade pela gestão fiscal do Município, especialmente no condizente às ações para equilíbrio entre receita e a despesa pública;

CONSIDERANDO os Decretos vigentes que tratam de contenção de despesas, sendo Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015; Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015; Decreto Municipal Nº 10.964/2016, de 28/07/2016; e Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

DECRETA :

Art.1º A partir de 20 de abril de 2017 fica suspenso o Programa de Bolsa de Estudos aos servidores públicos municipais efetivos e celetistas estáveis, ativos, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jaraguá do Sul.

Art.2º Ficam mantidos os auxílios financeiros já aprovados pela Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal da Administração, através da Comissão Especial de Análise e Julgamento dos Pedidos de Bolsas de Estudos, respeitando as previsões legais constantes do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.007/2015, de 19/03/2015.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI ARGOS JOSÉ BURGARDT
Prefeito Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 11.315/2017

D E C R E T O Nº 11.315/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 68.364,17 (Sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04502.305 - Manutenção de vias/passagens

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.193 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

09.01.487 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.364,17

TOTAL R\$ 68.364,17

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos Cide, no valor de R\$ 67.000,00 (Sessenta e sete mil reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos Cide, no valor de R\$ 1.364,17 (Um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.316/2017

D E C R E T O Nº 11.316/2017

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.364/2017, de 20 de abril de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 576.500,00 (Quinhentos e setenta e seis mil e quinhentos reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.811.10024.010 - Auxílio Bolsa Técnico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.440 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 576.500,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos Servidores da Fazenda

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 576.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Galvanização - Frigorífico Mathias - Rio Alma, até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais) por de dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 56.800,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais), equivalentes a estimados 160 (cento e sessenta) dias letivos de transporte no ano letivo de 2017.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 05/04/2017 e se estenderá até o mês de dezembro de 2017, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2018

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados mensalmente, na terceira 4ª feira do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente desta licitação correrá por conta do orçamento do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Chocoleite, Lado pequeno, SC 416, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 491,00 (quatrocentos e noventa e um reais) por de dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 77.087,00 (setenta e sete mil e oitenta e sete centavos), equivalentes a estimados 157 (cento e cinquenta e sete) dias letivos de transporte no ano letivo de 2017.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 10/04/2017 e se estenderá até o mês de dezembro de 2017, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2018

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados mensalmente, na terceira 4ª feira do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente desta licitação correrá por conta do orçamento do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 083/2017 AO CONTRATO Nº 295/2012

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 083/2017 AO CONTRATO Nº 295/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2012.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados nºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: KARITUR TRANSPORTE TURISMO LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Aurora, Tifa Javali, Rio Alma, Tifa Mathias, até a Escola de Ensino Básico João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/n, CEP 89260-995, no bairro Rio Cerro II.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 93/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 118/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 053/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 089/2016, fica prorrogado por 73 (setenta e três) dias letivos, iniciando em 13/02/2017 com término em 31/05/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 30/07/2017.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 350/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 276/2014, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 253/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sétimo Termo Aditivo nº 089/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 276,40 (duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos) para R\$ 283,31 (duzentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 20.681,63 (vinte mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta três centavos) equivalentes a estimados 73 (setenta e três) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transporte alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	326

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Oldemar Ilson Englert.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 084/2017 AO CONTRATO Nº 034/2016**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 084/2017 AO CONTRATO Nº 034/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: JEAN CARLOS ANACLETO

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Ribeirão Manso e Grota Funda até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado por mais 80 (oitenta) dias letivos, iniciando em 13/02/2017 com término em 12/06/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 11/08/2017.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) para R\$ 394,63 (trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 31.570,40 (trinta e um mil quinhentos e setenta reais e quarenta centavos) equivalentes a estimados 80 (oitenta) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	116	119

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Jean Carlos Anacleto.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 085/2017 AO CONTRATO Nº 033/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 085/2017 AO CONTRATO Nº 033/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: LORENO LORENTINO DA SILVA

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Itoupava-açu e São João até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município.

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Itoupava-açu e São João até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado por mais 80 (oitenta) dias letivos, iniciando em 13/02/2017 com término em 12/06/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 11/08/2017.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) para R\$ 333,13 (trezentos e trinta e três reais e treze centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 26.650,40 (vinte e seis mil seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos) equivalentes a estimados 80 (oitenta) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. DO RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	116	119

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Loreno Lorentino da Silva.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 045/2017 AO CONTRATO Nº 229/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 045/2017 AO CONTRATO Nº 229/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 056/2014

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: KARITUR TRANSPORTE TURISMO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa Mathias II, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, 175, no Bairro Rio Cerro I, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 054/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 088/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 254/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 088/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 75,31 (setenta e cinco reais e trinta e um centavos) para R\$ 77,19 (setenta e sete reais e dezenove centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 15.438,00 (quinze mil e quatrocentos e trinta e oito reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Oldemar Ilson Englert.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 082/2017 AO CONTRATO Nº 216/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 082/2017 AO CONTRATO Nº 216/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: GL TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho-Serra até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Rodovia Municipal JGS 466, nº 1315, no bairro Garibaldi.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 095/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 126/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 065/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 115/2016, fica prorrogado por mais 54 (cinquenta e quatro) dias letivos, iniciando a partir de 06/02/2017 com término em 26/04/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 25/06/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 126/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 065/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 115/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 292,41 (duzentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos) para R\$ 299,72 (duzentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 16.184,88 (dezesesseis mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) equivalentes a estimados 54 (cinquenta e quatro) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Geraldo Maiberg

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 098/2017 AO CONTRATO Nº 033/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 098/2017 AO CONTRATO Nº 033/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: GL TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de São Pedro, Tifa Jararaca, Tifa Germano, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Estrada Garibaldi, 1315 no Bairro Garibaldi, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 116/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 116/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 401,37 (quatrocentos e um reais e trinta e sete centavos) para o valor de R\$ 411,40 (quatrocentos e onze reais e quarenta centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 82.280,00 (oitenta e dois mil duzentos e oitenta reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Geraldo Maiberg.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 042/2017 AO CONTRATO Nº 270/2012

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 042/2017 AO CONTRATO Nº 270/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2012

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADO: ARNDT TURISMO LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 32 (trinta e dois) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa dos Húngaros, Lado Pequeno e Ribeirão Cascata até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Gonzaga Ayroso, localizada na Rua Alvino Flor da Silva, nº 30, CEP 89260-875, no bairro Jaraguá 84.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 96/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 119/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 064/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 117/2016, fica prorrogado por mais 70 (setenta) dias letivos, iniciando em 06/02/2017 com término em 22/05/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 21/07/2017.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da Cláusula Quarta do contrato original, acrescido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 096/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 255/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 064/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 117/2016, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 180/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 316,74 (trezentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos) para o valor de R\$ 324,66 (trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos) por dia de transporte realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 22.726,20 (vinte e dois mil setecentos e vinte e seis reais e vinte centavos) equivalentes a estimados 70 (setenta) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66 – Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Geraldo Maiberg

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

ISSEM - CONTRATO 44 - SULAMERICANA - 3o ADITIVO AO CONTRATO 66-2016

CONTRATO Nº 44/2017

3o ADITIVO AO CONTRATO No 66/2016

TOMADA DE PREÇO No 14/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 66/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO – TIPO VRF (VARIABLE REFRIGERANTE FLOW) NO PRÉDIO DA NOVA SEDE DO ISSEM, que mantém entre si, a SULAMERICANA ENGENHARIA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Alterar a Etapa Mês 03b do Cronograma Físico Financeiro do objeto, parte integrante do presente contrato. A Etapa Mês 03, no valor total de R\$ 226.439,34 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos), fica sub-dividida em duas etapas conforme segue:

a) Etapa Mês 03b1 – no valor de R\$ 113.219,67 (cento e treze mil duzentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos).

b) Etapa Mês 03b2 – no valor de R\$ 113.219,67 (cento e treze mil duzentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos).

2) Reajustar em 6,32%, conforme índice INCC dos últimos 12 meses, o valor do saldo do valor total da obra que não foi executado. Considerando o reajuste, o valor total do contrato pelos serviços (mão de obra) será de R\$ 182.477,58 (cento e oitenta e dois mil quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) e o valor total do contrato pelo fornecimento de materiais será de R\$ 743.160,60 (setecentos e quarenta e três mil cento e sessenta reais e sessenta centavos), totalizando o valor de R\$ 925.638,18 (novecentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), representando um acréscimo de R\$ 17.588,18 (dezesete mil quinhentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos) no valor inicial contratado.

3) Dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.5.300.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	08	Próprios
36.02.5.350.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	17	Próprios

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
Jaraguá do Sul, 05 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor Presidente	Carlos Rogério E. Prestes Contratada
---------------------------------------	---

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Rosana Maria de Souza Rosa Superintendente de Previdência Social
---	---

ISSEM - CONTRATO 45 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 54-2015 - CLÍNICA SANTA CECÍLIA SS

CONTRATO Nº 45/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 54/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA SANTA CECÍLIA SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Luiz Carlos Bonilauri Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 47 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 32-2015 - DENSITOM JARAGUÁ SSP
CONTRATO Nº 47/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 54/2015, para a prestação de serviços de diagnósticos por imagem, que mantém entre si, a credenciada DENSITOM JARAGUÁ SSP, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Wandér Luiz Watzko Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 48 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 45-2015 - ULTRAIMAGEM JARAGUÁ LTDA
CONTRATO Nº 48/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 45/2015, para a prestação de serviços de diagnósticos por imagem, que mantém entre si, a credenciada ULTRAIMAGEM JARAGUÁ LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 02/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Leila Maciel da Costa Stoeberl Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 49 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 44-2015 - ODONTO LASER

CONTRATO Nº 49/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 44/2015, para a prestação de serviços de odontologia básica, que mantém entre si, a credenciada OONTO LASER – CLAREAMENTO DENTAL A LASER SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Fábio de Oliveira Goulart Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 50 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 58-2015 - CLÍNICA FETUS

CONTRATO Nº 50/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 58/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA FETUS SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 16/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Marcia Cabrelon de Oliveira Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 51 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 33-2015 - KGF FARMÁCIA

CONTRATO Nº 51/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 33/2015, para o fornecimento de medicamentos, que mantém entre si, a credenciada KGF FARMÁCIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Ivo Magnagnagno Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 52 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 29-2016 - ZANDAVALLI

CONTRATO Nº 52/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 29/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada ZANDAVALLI CLÍNICA MÉDICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Angelo Carlotto Zandavalli Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 53 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 12-2016 - CLÍNICA SÃO CAMILO LTDA

CONTRATO Nº 53/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 12/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA SÃO CAMILO LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 02/02/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Marcos Fernando Ferreira Subtil Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 54 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 67-2016 - CLÍNICA MÉDICA GRUDTNER SS LTDA

CONTRATO Nº 54/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 67/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MÉDICA GRUDTNER SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Mauro César Grudtner Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 55 - CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO 57-2015 - PRÓ CARDIO (NUTRI)

CONTRATO Nº 55/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 57/2015, para a prestação de serviços de nutricionista, que mantém entre si, a credenciada PRÓ CARDIO – CLÍNICA CARDIOLÓGICA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 24/03/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Ricardo Tonial Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 56 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 21-2016 - LAHR E KLIEMANN SERV. MED. E HOSP. LTDA

CONTRATO Nº 56/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 21/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada LAHR E KLIEMANN SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES S/S LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 22/02/2017.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Raphael Lahr Vasconcellos Sampaio Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 31 - COPPINI - SISTEMA SICAP PREV

EXTRATO – CONTRATO Nº 31/2017 - ISSEM

PARTES: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70) e COPPINI E CIA LTDA ME (CNPJ nº 08.729.009/0001-40)

OBJETO: Licença de Uso Anual do sistema Sicap Web.

VALOR TOTAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: até 24/02/2018.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Moacir Coppini.

Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 32 - BITTENCOURT - FISCALIZAÇÃO AR CONDICIONADO SEDE ISSEM

EXTRATO - CONTRATO Nº 32/2017

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Bittencourt Engenharia Consultoria Projetos Ltda (CNPJ nº 07.241.885/0001-60)

OBJETO: Contratação de empresa para a fiscalização e acompanhamento da implantação do sistema de Ar Condicionado - sede do Issem.

VALOR TOTAL: R\$ 13.160,00 (treze mil cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 06/09/2017.

DATA DA ASSINATURA: 06/03/2017.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Marcus Bittencourt.

Ademar Possamai
Diretor Presidente

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 46 - CREDENCIAMENTO - CLÍNICA DE FISIOT. STA CLARA

EXTRATO - CONTRATO Nº 46/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70).

CONTRATADO: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA (CNPJ nº 06.289.604/0001-86).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004 e legislação pertinente.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2017.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Michelle Biembengut da Silva.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente

LEI Nº 7.359/2017

LEI Nº 7.359/2017

Reconhece de Utilidade Pública o INSTITUTO EM GERONTOLOGIA APLICADA - INTEGRA JARAGUÁ DO SUL.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica reconhecido de Utilidade Pública o INSTITUTO EM GERONTOLOGIA APLICADA - INTEGRA JARAGUÁ DO SUL, com sede neste Município.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.360/2017

LEI Nº 7.360/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.04.122.03002.030 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.01.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.02.28.846.00000.078 - Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.02.82 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

06.02.84 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.361/2017

LEI Nº 7.361/2017

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.28.846.00000.080 - Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV)

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.01.470 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.01.471 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

04.01.472 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.02.28.846.00000.078 - Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.02.82 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

06.02.83 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.362/2017

LEI Nº 7.362/2017

Aprova as Alterações do Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa e do Anexo de Programas de Apoio Administrativo do Plano Plurianual 2014/2017, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e Alterações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total do Programa 0000 - Encargos Especiais e Dívida Pública, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica acrescida, ao Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, a Procuradoria-Geral do Município como órgão executor do Programa 0000 - Encargos Especiais e Dívida Pública, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Fica alterado, no Anexo de Programas de Apoio Administrativo, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total do Programa 0000 - Encargos Especiais e Dívida Pública, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.4º Fica acrescida, ao Anexo de Programas de Apoio Administrativo, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, ação pertinente ao Programa 0000 - Encargos Especiais e Dívida Pública, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.363/2017

LEI Nº 7.363/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.094/2015, de 28 de Agosto de 2015, que Dispõe sobre a Reformulação do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (CMS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 4º, caput, e seus incisos I, II e III, da Lei Municipal Nº 7.094/2015, de 28/08/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º O Conselho Municipal de Saúde (CMS) será composto por 24 (vinte e quatro) membros titulares, sendo:

I - 12 (doze) vagas para representantes de entidades e movimentos representativos de usuários, escolhidos em Fórum próprio, dentre as entidades;

...

II - 06 (seis) vagas para representantes dos Trabalhadores de Saúde, escolhidos em Fórum próprio, dentre as entidades representativas dos seguintes segmentos profissionais: Assistentes Sociais, Biólogos, Profissionais de Educação Física, Enfermeiros, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Médicos, Médicos Veterinários, Nutricionistas, Odontólogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e outros profissionais da saúde;

III - 06 (seis) vagas para representantes do Governo, de Prestadores de Serviços de Saúde privados conveniados, ou sem fins lucrativos, entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento a serem nomeados por Decreto.

...”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 7.364/2017

LEI Nº 7.364/2017

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 576.500,00 (Quinhentos e setenta e seis mil e quinhentos reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.811.10024.010 - Auxílio Bolsa Técnico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.440 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 576.500,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos Servidores da Fazenda

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 576.500,00

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.365/2017

LEI Nº 7.365/2017

Aprova as Alterações do Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa e do Anexo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2014/2017, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e Alterações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total do Programa 1002 - Modalidades Esportivas, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica alterado, no Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total do Programa 1002 - Modalidades Esportivas, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Fica acrescida, ao Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, ação pertinente ao Programa 1002 - Modalidades Esportivas, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 026/2017/SEMSA

PORTARIANº 026/2017/Semsa

JONAS GERMANO SCHMIDT, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores públicos municipais Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomaselli, matrícula 80161-5; Sindicância Administrativa nº 001/2017, Portaria inicial nº 011/2017/Semsa, datada de 13 de fevereiro de 2017, em face do servidor público municipal Marcelo Jonas Fodi;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 017/2017, datado de 12 de abril de 2017, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 15 (quinze) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 14/04/2017, por mais 15 (quinze) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria nº 011/2017/Semsa, de 13/02/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 032/2017/COGEM

PORTARIANº 032/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 047/2017/3ªCPAD, de 12/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/03/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 009/2015, instaurado pela Portaria Nº 033/2015, de 23/01/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 033/2017/COGEM

PORTARIANº 033/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 048/2017/3ªCPAD, de 12/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/04/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 003/2017/SEMDRA

PORTARIANº 003/2017/Semdra

DANIEL PEACH, Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores públicos municipais Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomaselli, matrícula 80161-5; Sindicância Administrativa Nº 028/2016, Portaria inicial Nº 004/2016/Semag, datada de 02 de dezembro de 2016, em face dos servidores Aricenir Canuto e Norbert Voigt;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 016/2017, datado de 11 de abril de 2017, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 03/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 004/2016/Semag, de 02/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

DANIEL PEACH
Secretário Municipal do
Desenvolvimento Rural e Abastecimento

PORTARIA Nº 184/2017/SEMED

PORTARIANº 184/2017/Semed

ROGERIO JUNG, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermund Baratto, matrícula 9108-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045-9; Sindicância Administrativa Nº 004/2017, Portaria inicial Nº 053/2017/Semed, datada de 17 de março de 2017, em face da servidora pública municipal Sueli Blodorn Bruch;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2017/SCPSA, datado de 19 de abril de 2017, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 16/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria Nº 053/2017/Semed, de 17/03/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/04/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ROGERIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

PORTARIA Nº 185/2017/SEMED
PORTARIANº 185/2017/Semed

ROGERIO JUNG, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomaselli, matrícula 80161-5, Sindicância Administrativa nº 003/2017, Portaria inicial nº 052/2017/Semed, datada de 17 de março de 2017, em face da servidora pública municipal Leonice Terezinha Bressan;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 018/2017, datado de 13 de abril de 2017, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 16/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria Nº 052/2017/Semed, de 17/03/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/04/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ROGERIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

PORTARIA Nº 391/2017
PORTARIANº 391/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 180/2016, de 02/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 050/2017/Semad-GAS, de 03/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 24/02/2017, pelo período de 311 (trezentos e onze) dias, de 30 horas semanais para 15 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal DENIS MORAES BARBOSA DE ARAUJO, matrícula 4577, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 392/2017
PORTARIANº 392/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face dos Servidores CAMILA SUELEN DOS SANTOS, EUGENIA DA CRUZ SIGNORELI, LUCIMAR ESSER e ADILSON JOSÉ TLUSZ.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 096/2017/Semash, datado de 14/03/2017, firmado pela Sra. Maria Santin Camello, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), o qual solicita a instauração de Processo Administrativo em desfavor das servidoras públicas municipais Camila Suelen dos Santos, Eugenia da Cruz Signoreli e Lucimar Esser;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 102/2017/Semash, datado de 17/03/2017, firmado pela Sra. Maria Santin Camello, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), complementando as informações do Ofício Nº 096/2017/Semash, o qual informa que o motorista responsável pela conservação e posse do veículo naquela data foi identificado como sendo o servidor Adilson José Tlusz;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 096/2017/Semash, datado de 14/03/2017, firmado pela Sra. Maria Santin Camello, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), o qual informa que na data de 1º de março de 2017, por volta das 20h00min, foi recebido pela titular da pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por meio de aplicativo de celular, denúncia com vídeos, onde supostamente adolescentes do Abrigo Institucional de Acolhimento de Crianças e Adolescentes - Baependi estariam manobrando veículos da municipalidade, bem como, estariam descobertos de vigilância por parte dos Cuidadores Sociais;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 124/2017/Semash e seus anexos, datado de 28/03/2017, firmado pela Sra. Maria Santin Camello, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), solicitando instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos servidores públicos municipais Camila Suelen dos Santos, Eugenia da Cruz Signoreli, Lucimar Esser e Adilson José Tlusz;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelos servidores públicos municipais Camila Suelen dos Santos, Eugenia da Cruz Signoreli, Lucimar Esser e Adilson José Tlusz;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto em todos os documentos "Check List - Instaura P.A.D.: Formulário de Informações - Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD", preenchido e encaminhado pela Sra. Maria Santin Camello, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, em 28/03/2017;
CONSIDERANDO o conteúdo constante em mídia digital - CD-R, onde constam imagens da denúncia enviada por município;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício

de suas atribuições, pelos servidores públicos municipais Camila Suelen dos Santos, Eugenia da Cruz Signoreli, Lucimar Esser e Adilson José Tlusz, os quais em tese, infringiram ao disposto nos incisos I, VI, IX e XIV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas; CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública; CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 005/2017, em face dos servidores públicos municipais CAMILA SUELEN DOS SANTOS, EUGENIA DA CRUZ SIGNORELI, LUCIMAR ESSER e ADILSON JOSÉ TLUSZ, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais CRISTIANE CASINI, matrícula 8615-4, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e MICHELY REGINA BENEVENUTTI, matrícula 8075-6, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional dos servidores públicos municipais Camila Suelen dos Santos, matrícula 10715-8, ocupante do cargo de Cuidadora Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; Eugenia da Cruz Signoreli, matrícula 111686-0, ocupante do cargo de Cuidadora Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; Lucimar Esser, matrícula 11000-0, ocupante do cargo de Cuidadora Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; e Adilson José Tlusz, matrícula 9744-6, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram em tese, infrações ao disposto nos incisos I, VI, IX e XIV, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional dos servidores, seus assentamentos funcionais e suas avaliações de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art. 3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação dos servidores para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação dos servidores investigados deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados aos servidores.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento dos investigados e sequencialmente a indicição dos servidores em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição dos servidores investigados, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando os servidores ou seus representantes legais para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição dos servidores e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;
- II - da instalação dos trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da instrução processual;
- V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais dos servidores.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 393/2017

PORTARIANº 393/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face dos Servidores AUGUSTO CESAR POFFO, NÁDIA RENATE DA SILVA, LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ PRIMO, LUIS CARLOS RUSZCZAK, MARIA NATALIA MACHADO, FÁTIMA DUARTE, ALAIR TEREZINHA MANOEL POLUCENO, JOSÉ VANDERLEI PINTO, JOÃO REIS FILHO, MATHEUS VINICIUS MUNHOZ, FERNANDO LUIS RAMOS, DENISE DA SILVA RIBEIRO, ROSANE WELK, CHELLYJANE FIGUR, MARIA BENILDE ZATTA BLASCZAK, LETÍCIA PEREIRA, DONIZETE BATISTA VAZ, LUIZ CARLOS PORFIRIO JUNIOR, PAULO TEMOTIO DA SILVA, BRUNO ROQUE DERETTI, JOSAUURA GRIMBOR MARQUES, JOÃO FRANCISCO DE SOUZA e SÉRGIO DE VARGAS PEDROSO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 197/2017/Gapref, datado de 06/04/2017, firmado pelo Sr. Antídio Aleixo Lunelli, Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul, o qual solicita a identificação dos servidores nas imagens conforme mídia de DRV/R anexa, referente ocorrência do dia 04 de abril de 2017, por volta das 10h00min, onde, em tese, os servidores Augusto Cesar Poffo, Nádia Renate da Silva, Luiz Carlos de Souza Ortiz Primo, Luis Carlos Ruszczak, Maria Natalia Machado, Fátima Duarte, Alair Terezinha Manoel Poluceno, José Vanderlei Pinto, João Reis Filho, Matheus Vinicius Munhoz, Fernando Luis Ramos, Denise da Silva Ribeiro, Rosane Welk, Chellyjane Figur, Maria Benilde Zatta Blaszczak, Letícia Pereira, Donizete Batista Vaz, Luiz Carlos Porfirio Junior, Paulo Temotio da Silva, Bruno Roque Deretti, Josaura Grimbora Marques, João Francisco de Souza e Sérgio de Vargas Pedrosa incitaram e cometeram violência contra sua pessoa, nas dependências do Serviço Social da Indústria (SESI), de Jaraguá do Sul, bem como, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, apurando-se a conduta dos servidores identificados, dentro do mais absoluto liame legal;

CONSIDERANDO que após análise prévia das imagens, conforme o conteúdo de mídia de DRV/R anexa, referente fatos ocorridos nas dependências do Serviço Social da Indústria (SESI), de Jaraguá do Sul, na data de 04 de abril de 2017, onde, por volta das 10h00min, foram identificados previamente alguns servidores;

CONSIDERANDO o ocorrido na data de 04 de abril de 2017, por volta das 10h00min, na sede do Sesi, localizado na Rua Walter Marquardt, bairro Barra do Rio Molha, onde o Prefeito de Jaraguá do Sul participava juntamente com demais autoridades do evento "Fórum Empresarial da Educação e Desenvolvimento Econômico", quando foi surpreendido por um grande grupo de manifestantes grevistas de servidores da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, liderados pelo Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (Sinsep), Sr. Luiz Cesar Schorner, que, em tom de ameaças, e proferindo palavras de baixo calão, tentaram invadir o auditório onde ocorria o evento; houve, ainda, por parte dos grevistas, incitações de agressões físicas, bem como ameaças direcionadas ao Prefeito, Sr. Antídio Aleixo Lunelli, causando pânico entre os participantes do evento, bem como discussões verbais entre os manifestantes; por fim, foi necessária intervenção policial, através do Sr. Tenente Coronel Gildo Martins de Andrade Filho, a fim de dispersar a manifestação e retomar a

ordem no local;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Boletim de Ocorrência registrado sob o Nº 00050 - 2017 - 0003196, datado de 06/04/2017, comunicando ameaças e difamação;

CONSIDERANDO que, decorrente do grande número de pessoas, não conseguiu identificar os autores, porém, através de imagens do ocorrido, é possível sua posterior identificação;

CONSIDERANDO as decisões judiciais no Processo Nº 4004169-26.2017.8.24.0000, o qual reconhece por 03 (três) vezes a ilegalidade e abusividade da greve dos servidores públicos municipais de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 7.783/1989, de 28 de junho de 1989, que trata do exercício do direito de greve, sendo aplicada aos movimentos grevistas em razão do decidido pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 181, do Capítulo V - Das Penalidades, do Título IV - do Regime Disciplinar, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO o artigo 186, inciso V, que dispõe sobre incontinência pública e conduta escandalosa, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 006/2017, em face dos servidores públicos municipais AUGUSTO CESAR POFFO, NÁDIA RENATE DA SILVA, LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ PRIMO, LUIS CARLOS RUSZCZAK, MARIA NATALIA MACHADO, FÁTIMA DUARTE, ALAIR TEREZINHA MANOEL POLUCENO, JOSÉ VANDERLEI PINTO, JOÃO REIS FILHO, MATHEUS VINICIUS MUNHOZ, FERNANDO LUIS RAMOS, DENISE DA SILVA RIBEIRO, ROSANE WELK, CHELLYJANE FIGUR, MARIA BENILDE ZATTA BLASCZAK, LETÍCIA PEREIRA, DONIZETE BATISTA VAZ, LUIZ CARLOS PORFIRIO JUNIOR, PAULO TEMOTIO DA SILVA, BRUNO ROQUE DERETTI, JOSAUARA GRIMBOR MARQUES, JOÃO FRANCISCO DE SOUZA e SÉRGIO DE VARGAS PEDROSO, devendo os trabalhos serem conduzidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; e RAFAEL MADRUGA, matrícula 10781-6, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional dos servidores públicos municipais Augusto Cesar Poffo, matrícula 7039-4, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Nádia Renate da Silva, matrícula 8988-5, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; Luiz Carlos de Souza Ortiz Primo, matrícula 7104-8, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Luis Carlos Ruszczak, matrícula 8147-7, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Maria Natalia Machado, matrícula 7319-9, ocupante do cargo

de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; Fátima Duarte, matrícula 4078-9, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; Alair Terezinha Manoel Poluceno, matrícula 7963-4, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; José Vanderlei Pinto, matrícula 10839-1, ocupante do cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; João Reis Filho, matrícula 10173-7, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Matheus Vinicius Munhoz, matrícula 10024-2, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Fernando Luis Ramos, matrícula 9778-0, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação; Denise da Silva Ribeiro, matrícula 7779-8, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação; Rosane Welk, matrícula 9843-4, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação; Chellyjane Figur, matrícula 10548-1, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação; Maria Benilde Zatta Blaszczak, matrícula 8221-0, ocupante do cargo de Monitora de Museu, remanejada para o cargo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal da Administração; Letícia Pereira, matrícula 10558-9, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; Donizete Batista Vaz, matrícula 8014-4, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; Luiz Carlos Porfirio Junior, matrícula 9092-1, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; Paulo Temotio da Silva, matrícula 9884-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; Bruno Roque Deretti, matrícula 10436-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; Josaura Grimbora Marques, matrícula 9035-2, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; João Francisco de Souza, matrícula 8189-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; e Sérgio de Vargas Pedroso, matrícula 9066-2, ocupante do cargo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infrações ao disposto no inciso V, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional dos servidores, seus assentamentos funcionais e suas avaliações de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa,

quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação dos servidores para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação dos servidores investigados deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, aca-reação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados aos servidores.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento dos investigados e sequencialmente a indicição dos servidores em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição dos servidores investigados, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando os servidores ou seus representantes legais para que assim procedam no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição dos servidores e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais dos servidores.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 394/2017

PORTARIANº 394/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 440/2017/Cogem, de 23/03/2017, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR para compor o GRUPO DE TRABALHO com a incumbência de disciplinar a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, firmados pelo Poder Executivo Municipal, suas Fundações e Autarquias, os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

I - REPRESENTANTES DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- Mário Lemke - matrícula 8170 - Presidente
- Carlos Alberto Schultz - matrícula 9126

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Rosa Maria Sarti Peggau - matrícula 3030
- Jacira Rozza Buzzarello - matrícula 81874

III - REPRESENTANTE DO GABINETE DO PREFEITO

- Ivana Atanásio Dias - matrícula 7816

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- Douglas Antônio Conceição - matrícula 81863

V - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

- Edson Willian Piotto - matrícula 9677

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 395/2017

PORTARIANº 395/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os servidores públicos municipais ROGERIO LUIZ DA SILVA, matrícula 7938; JOSYANE MARA DORNBUSCH BOGO, matrícula 7826; GLENIO MOTA RODRIGUES, matrícula 4383; SUZANA CZORNEI, matrícula 9090; e GRACE EMILIA ANDREATTA,

matrícula 10802, para, sob a presidência do primeiro, comporem o GRUPO DE TRABALHO para a análise dos atestados médicos apresentados pelos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município.

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 396/2017

PORTARIANº 396/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal CARLOS ALBERTO SCHULTZ, matrícula 9126, lotado na Controladoria-Geral do Município, Representante do Poder Executivo Municipal, para presidir a 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES (JARI), constituída pela Portaria Nº 365/2016, de 11/05/2016, em substituição a Eduardo Bertoldi.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 397/2017

PORTARIANº 397/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 257/2017/Semed, de 17/04/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR para comporem a COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO CALENDÁRIO DE REPOSIÇÃO ESCOLAR os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

- ANTONIO DE SOUZA JÚNIOR
- NATALIE JANINE PETRY
- IRACI MÜLLER
- IVONE UTPADEL HENSCHEL
- BARBARA SCHAPPO ENGELHARDT
- CARLA MARIA DERETTI
- CLAUDIA ROBERTA CHIODINI
- PATRICIA DE SOUZA GIOSELE
- ALBERTO LUIS CHAVES
- LETÍCIA UHMANN SCHNEIDER

- MARIENE REBEQUE CRISTO
- IVANA ATANÁSIO DIAS
- LUIZ CÉZAR SCHORNER
- SIMONE MOHR

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 398/2017

PORTARIANº 398/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 25, do Decreto Municipal Nº 11.154/2016, de 09/12/2016, alterado pelo Decreto Municipal Nº 11.312/2017, de 18/04/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 149/2017/Semsa, de 22/02/2017, da Secretaria Municipal de Saúde; do Ofício Nº 057/2017/PGM-DCO, de 03/02/2017, da Procuradoria-Geral do Município; e do Ofício Nº 414/2017/PGM, de 18/04/2017, da Procuradoria-Geral do Município;
RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os servidores públicos municipais para comporem a EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO (NAT):

I - AGENTE ADMINISTRATIVO, ou outro servidor lotado em cargo de nível médio cujas atribuições sejam correlatas, inclusive em relação ao atendimento e recepção de usuários do sistema de saúde

Tatiana Luiza Machado - matrícula 8307

II - ASSESSOR JURÍDICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Tania Mara Fodi - matrícula 81912

III - PROCURADOR MUNICIPAL

Mariana Araújo Marcório Castro - matrícula 11006

IV - MÉDICO PERITO/AUDITOR

Luiz Fernando Saboia Pitta Gonçalves - matrícula 7844

V - FARMACÊUTICO

Maria Lúcia Rodrigues - matrícula 7961

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Nº 280/2017, de 09/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 399/2017

PORTARIANº 399/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 255/2017/Semed, de 13/04/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 17/04/2017, LUIS FERNANDO OLEGAR, matrícula 4955, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, interinamente, a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ALBANO KANZLER" - (FG4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município, em razão de tratamento de saúde da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 400/2017

PORTARIANº 400/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 438, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 054/2017/Semad-GAS, de 12/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal MARISTELA ROSA, matrícula 7861, do cargo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Recreadora.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 401/2017

PORTARIANº 401/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 437, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 053/2017/Semad-GAS, de 13/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR o servidor público municipal FRANCISCO AYALA, matrícula 8650, do cargo de Motorista de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional do servidor.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 402/2017

PORTARIANº 402/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 450, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 057/2017/Semad-GAS, de 11/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal MARILVA MARCELO ALBUQUERQUE, matrícula 7857, do cargo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer temporariamente, no período de 20/02/2017 a 20/02/2018, as atribuições do cargo de Secretária de Unidade Escolar, junto à Secretaria

Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 403/2017

PORTARIANº 403/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, e 174/2016, de 31/08/2016; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 143/2017/DGP, de 18/04/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitada em concurso público de provas, ANA CAROLINA DORING DE ANDRADE.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral

compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;
X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 404/2017

PORTARIANº 404/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 430, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 058/2017/Semad-GAS, de 10/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal JULIANE NUNES DA SILVA, matrícula 8437, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer temporariamente, no período de 07/04/2017 a 07/04/2018, as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2017, revogada a Portaria Nº 180/2016, de 28/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 405/2017

PORTARIANº 405/2017

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 033/2017/Controle Social, de 13/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR LUCIANE MEYER, como conselheira suplente, em substituição à Servanda Possamai, para representar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 238/2017, de 23/02/2017, no que se refere a designação de Servanda Possamai.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 406/2017

PORTARIANº 406/2017

Designa os Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto Municipal Nº 1.310/1986, de 02 de abril de 1986, e da Lei Municipal Nº 4.060/2005, de 07 de dezembro de 2005; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 153/2017/Comdema/Fujama, de 18/04/2017, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR NORMANDO NELSON ZITTA JÚNIOR, titular do órgão municipal de meio ambiente, para presidir o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.2º DESIGNAR os Conselheiros que integrarão o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), a seguir relacionados:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA)

Titular: Fernanda Bachmann

Suplente: César Humberto Rocha

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO (SEMPLU)

Titular: Marcos Luciano Moreira

Suplente: Edson Adilson Ferreira

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

Titular: Juliano Cristofolini
Suplente: Iraci Muller

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO (SEMDRA)

Titular: Alessandro Rosá
Suplente: Alessandra Fabíola Ballock Grossklags

e) SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAÉ)

Titular: Alessandra Stinghen
Suplente: Erick Gustavo Corrêa da Costa

f) GERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/SDR

Titular: Everton Demarchi
Suplente: Adriana Sanvido Etz

g) EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI)

Titular: Nilsa Luzzi
Suplente: Joseane de Souza Passos

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL (ACIJS)

Titular: Anselmo Luiz Jorge Ramos
Suplente: Leonardo Papp

b) ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE JARAGUÁ DO SUL (AEAJS)

Titular: Sérgio Victor Santini
Suplente: Cristiane Aldrovandi

c) ASSOCIAÇÃO DAS IMOBILIÁRIAS DE JARAGUÁ DO SUL (AIJS)

Titular: Renato Piazeria Junior
Suplente: Thiago Leoni

d) SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE JARAGUÁ DO SUL

Titular: Ramon Solon Salai Schrauth
Suplente: Higino Royer

e) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JARAGUÁ DO SUL

Titular: Edgar Hornburg
Suplente: Doriléa Reinke Hornburg

f) CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA

Titular: Jaissom Potrich dos Reis
Suplente: Renato Zanandrea

g) ONGs - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS

Titular: Elza Nishimura Woehl
Suplente: Carlos Mitsuo Kitamura

h) CLUBE DE CANOAGEM KENTUCKY

Titular: Renato da Silva Fonseca Fritsche
Suplente: Márcio Lauro Stephani

i) COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO ITAPOCU/AM-VALI

Titular: Karine Holler
Suplente: Caroline Coelho Michalak

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/12/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 408/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 25/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 14/10/2016 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2016 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 1078 Dcto Fiscal nr.: 33891)	

Folha: 1/1

Fornecedor: DANIELE DAGIOS EPP Endereço: Rua Ottokar Doerffel, 112, bloco C- Galp Cidade: Joinville - SC - CEP: 89203-212 CNPJ: 12.942.081/0001-28 Inscrição Estadual:	Código: 45707 Telefone: 473429-2823 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 4401 - SANTANDER Conta Corrente: 13001465-1
Prezados Senhores, Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados. Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.	

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: Fonte de Recurso: Recursos PAB Dotações Utilizadas: 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB Compl. Elemento: 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar Condições de Pagto: na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 08(oito) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: DESTINAÇÃO: DIRETORIA DE ATENÇÃO BÁSICA
--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	2.000,000	UN	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL (23087)	EMBRAMED	1,85	3.700,00
					Total Geral:	3.700,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.700,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

 Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 409/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 77 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1079)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Vigilância Saúde - Epidemiologia
Dotações Utilizadas:	2.668.3.3.90.00.00.00.00 (117) - Manutenção do programa de vigilância em saúde
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	240,000	FR	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML (8322)	LIMPINHA	1,26	302,40
32	5,000	DZ	PRENDEDOR DE ROUPA (12547)	GABOARDI	1,33	6,65
35	10,000	UN	RODO DE ESPUMA (11911)	MARINGA	5,46	54,60
38	60,000	KG	SABÃO EM PÓ 1 KG (8374)	ULTRA GLASS	3,15	189,00
47	5,000	PR	LUVA LATEX TAM. MÉDIO (6651)	VOLK	6,86	34,30
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	586,95
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	586,95

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 410/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 78 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1080 Dcto Fiscal nr.: 6812) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Vigilância Saúde - Epidemiologia
Dotações Utilizadas:	2.668.3.3.90.00.00.00.00.00 (117) - Manutenção do programa de vigilância em saúde
Compl. Elemento:	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	100,000	UN	PILHAS ALCALINAS AA 1.5 V (12735)	ELGIN	1,03	103,00
62	60,000	UN	PILHA PALITO AAA (12805)	ELGIN	1,25	75,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	178,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	178,00

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 411/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 79 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1081)

Folha: 1/1

Fornecedor: SULBOX COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Mato Grosso, 5200 Cidade: Campo Largo - PR - CEP: 83608-640 CNPJ: 07.051.750/0001-31 Inscrição Estadual:	Código: 46174 Telefone: 413392-7052 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 73703-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Vigilância Saúde - Epidemiologia
Dotações Utilizadas:	2.668.3.3.90.00.00.00.00 (117) - Manutenção do programa de vigilância em saúde
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	5,000	UN	ESCOVA SANITÁRIA C/ SUPORTE (9829)	PLASNEW	4,49	22,45
13	30,000	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO (9180)	KLINN	12,10	363,00
43	36,000	UN	SAPÓLIO EM PÓ (12534)	SANY	1,39	50,04
44	24,000	UN	VASSOURA DE NYLON LARGURA MÍNIMA 26CM (CERDA ALTA) C/ CABO MEDINDO APROX. 120 CM (8411)	PEROVINHA	4,06	97,44
45	12,000	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	COLONO	9,15	109,80
49	72,000	UN	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% (14141)	GERMIDERME	5,10	367,20
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.009,93
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.009,93

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 412/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 80 Data da Adjudicação: 28/03/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 1082)

Folha: 1/1

Fornecedor: SULBOX COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Mato Grosso, 5200 Cidade: Campo Largo - PR - CEP: 83608-640 CNPJ: 07.051.750/0001-31 Inscrição Estadual:	Código: 46174 Telefone: 413392-7052 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 73703-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Vigilância Saúde - Epidemiologia
Dotações Utilizadas:	2.668.3.3.90.00.00.00.00.00 (117) - Manutenção do programa de vigilância em saúde
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
53	20,000	VIAÇC	FÓSFORO - C/ 10 CAIXINHAS (12557)	QUALUZ	1,54	30,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	30,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	30,80

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

 Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 413/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 81 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1083)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041 Telefone: 4734653528 Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 Agência: 5214-0 - Joinville-Centro CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809 Conta Corrente: 1073187-3</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	24,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM G - BORRACHA ANATÔMICA, LÁTEX NATURAL ANTIDERRAPANTE, FORRADA, COM PUNHO AJUSTÁVEIS, COM BAINHA, COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 33 CM (15099)	VOLK	2,09	50,16
19	36,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M (15098)	VOLK	2,09	75,24
20	36,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P (15097)	VOLK	2,09	75,24
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	200,64
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	200,64

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 414/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 82 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1084)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041 Telefone: 4734653528 Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 Agência: 5214-0 - Joinville-Centro CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809 Conta Corrente: 1073187-3</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.662.3.3.90.00.00.00.00 (35) - Manutenção das atividades de saúde bucal
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	36,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM G - BORRACHA ANATÔMICA, LÁTEX NATURAL ANTIDERRAPANTE, FORRADA, COM PUNHO AJUSTÁVEIS, COM BAINHA, COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 33 CM (15099)	VOLK	2,09	75,24
19	36,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M (15098)	VOLK	2,09	75,24
20	24,000	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P (15097)	VOLK	2,09	50,16
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	200,64
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	200,64

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 415/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 83 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1085 Dcto Fiscal nr.: 6108)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041 Telefone: 4734653528 Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 Agência: 5214-0 - Joinville-Centro CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809 Conta Corrente: 1073187-3</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
60	24,000	UN	PILHA ALCALINA MÉDIA C (12741)	FIAT LUX	3,35	80,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	80,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	80,40

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 416/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 84 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1086 Dcto Fiscal nr.: 6107)

Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041 Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.662.3.3.90.00.00.00.00.00 (35) - Manutenção das atividades de saúde bucal
Compl. Elemento:	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
60	24,000	UN	PILHA ALCALINA MÉDIA C (12741)	FIAT LUX	3,35	80,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	80,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	80,40

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 417/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 85 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1087 Dcto Fiscal nr.: 6098)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041 Telefone: 4734653528 Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 Agência: 5214-0 - Joinville-Centro CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809 Conta Corrente: 1073187-3</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.20.00.00.00 - Material de Cama, Mesa e Banho
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
63	36,000	UN	TOALHA DE ROSTO ALGODÃO (12803)	FLESCHEMAN	3,57	128,52
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	128,52
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	128,52

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 418/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 86 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1088 Dcto Fiscal nr.: 6.097)

Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041 Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.662.3.3.90.00.00.00.00.00 (35) - Manutenção das atividades de saúde bucal
Compl. Elemento:	3.3.90.30.20.00.00.00 - Material de Cama, Mesa e Banho
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
63	36,000	UN	TOALHA DE ROSTO ALGODÃO (12803)	FLESCHEMAN	3,57	128,52
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	128,52
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	128,52

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 419/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 87 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1089)

Folha: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Código: 33258 Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:	Telefone: 47984691308 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 405-7 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 5645-6
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
16	8,000	UN	LIXEIRA 15L COM PEDAL (25220)	RAINHA	17,80	142,40
26	1,000	UN	MANGUEIRA P/ JARDIM COMPLETA (23395)	IBIRA	48,60	48,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	191,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	191,00

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 420/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 88 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1090) Folha: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Código: 33258 Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:	Telefone: 47984691308 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 405-7 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 5645-6
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.662.3.3.90.00.00.00.00 (35) - Manutenção das atividades de saúde bucal
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
16	7,000	UN	LIXEIRA 15L COM PEDAL (25220)	RAINHA	17,80	124,60
26	1,000	UN	MANGUEIRA P/ JARDIM COMPLETA (23395)	IBIRA	48,60	48,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	173,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	173,20

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 421/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 89 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1091 Dcto Fiscal nr.: 13509)

Folha: 1/1

Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20	Código: 33886 Inscrição Estadual: 254.612.903	Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
---	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	67,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BRITSCH	0,52	34,84
14	4,000	UN	INSETICIDA - VENENO MATA BARATA (12522)	U INSET	5,40	21,60
21	160,000	FR	AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML (8324)	LIMPINHA	1,65	264,00
22	267,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	NESS	4,14	1.105,38
31	2,000	UN	PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR (15103)	CRISTAL	2,80	5,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.431,42
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.431,42

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 422/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 90 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1107 Dcto Fiscal nr.: 13507) Folha: 1/1

Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903	Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.662.3.3.90.00.00.00.00 (35) - Manutenção das atividades de saúde bucal
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	67,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BRITSCH	0,52	34,84
14	4,000	UN	INSETICIDA - VENENO MATA BARATA (12522)	U INSET	5,40	21,60
21	160,000	FR	AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML (8324)	LIMPINHA	1,65	264,00
22	267,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	NESS	4,14	1.105,38
31	2,000	UN	PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR (15103)	CRISTAL	2,80	5,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.431,42
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.431,42

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 423/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 91 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1092 Dcto Fiscal nr.: 13508) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903</p>	<p>Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.705.3.3.90.00.00.00.00 (101) - Teto municipal de média e alta complexidade - ambu
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPEC. DR. JOÃO BIRON, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	66,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BRITSCH	0,52	34,32
14	4,000	UN	INSETICIDA - VENENO MATA BARATA (12522)	U INSET	5,40	21,60
21	160,000	FR	AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML (8324)	LIMPINHA	1,65	264,00
22	266,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	NESS	4,14	1.101,24
31	1,000	UN	PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR (15103)	CRISTAL	2,80	2,80
					Total Geral:	1.423,96
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.423,96

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDREI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 424/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 92 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 1093 Dcto Fiscal nr.: 13.513)

Folha: 1/1

Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903	Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedre, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	250,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,34	585,00
51	12,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN (20701)	CRISTAL	2,08	24,96
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	609,96
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	609,96

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 425/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 93 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1094 Dcto Fiscal nr.: 13.512) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903</p>	<p>Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.700.3.3.90.00.00.00.00 (79) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPS AD, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	250,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,34	585,00
51	12,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN (20701)	CRISTAL	2,08	24,96
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	609,96
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	609,96

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 426/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 94 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1095 Dcto Fiscal nr.: 13.514)

Folha: 1/1

Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903	Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.701.3.3.90.00.00.00.00 (84) - Manutenção das atividades do CAPS infantil
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPS i, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	250,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,34	585,00
51	13,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN (20701)	CRISTAL	2,08	27,04
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	612,04
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	612,04

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 427/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 95 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1096 Dcto Fiscal nr.: 13.515)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903</p>	<p>Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.702.3.3.90.00.00.00.00 (89) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPS II, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	250,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,34	585,00
51	13,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN (20701)	CRISTAL	2,08	27,04
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	612,04
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	612,04

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 431/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 99 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1100)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41267 Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.700.3.3.90.00.00.00.00 (79) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS AD, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	135,000	L	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML (8321)	VERDESAN	2,00	270,00
5	1,000	GL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO . (16490)	VERDESAN	16,89	16,89
12	15,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,90	13,50
36	5,000	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	GIRANDO SOL	1,23	6,15
39	45,000	UN	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML (13079)	BELLPLUS	4,40	198,00
40	20,000	PCT	SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg (8439)	IDEAL	13,00	260,00
42	13,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75 X 105CM X0,07 (MICRAGEM) - CAP. 20kg (8408)	IDEAL	36,90	479,70
					Total Geral:	1.244,24
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.244,24

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 432/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 100 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 1101)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41267 Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.701.3.3.90.00.00.00.00 (84) - Manutenção das atividades do CAPS infantil
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS i, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	135,000	L	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML (8321)	VERDESAN	2,00	270,00
5	1,000	GL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO . (16490)	VERDESAN	16,89	16,89
12	15,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,90	13,50
36	5,000	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	GIRANDO SOL	1,23	6,15
39	45,000	UN	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML (13079)	BELLPLUS	4,40	198,00
40	20,000	PCT	SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg (8439)	IDEAL	13,00	260,00
42	13,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75 X 105CM X0,07 (MICRAGEM) - CAP. 20kg (8408)	IDEAL	36,90	479,70
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.244,24
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.244,24

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 433/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 101 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 1102)

Folha: 1/1

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.702.3.3.90.00.00.00.00 (89) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS II, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	135,000	L	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML (8321)	VERDESAN	2,00	270,00
5	1,000	GL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO . (16490)	VERDESAN	16,89	16,89
12	15,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,90	13,50
36	5,000	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	GIRANDO SOL	1,23	6,15
39	45,000	UN	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML (13079)	BELLPLUS	4,40	198,00
40	20,000	PCT	SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg (8439)	IDEAL	13,00	260,00
42	12,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75 X 105CM X0,07 (MICRAGEM) - CAP. 20kg (8408)	IDEAL	36,90	442,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.207,34
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.207,34

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 434/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 102 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 1103)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41267 Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.705.3.3.90.00.00.00.00 (101) - Teto municipal de média e alta complexidade - ambu
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES DR. JOÃO BIRON, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	135,000	L	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML (8321)	VERDESAN	2,00	270,00
5	1,000	GL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO . (16490)	VERDESAN	16,89	16,89
12	15,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,90	13,50
36	5,000	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	GIRANDO SOL	1,23	6,15
39	45,000	UN	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML (13079)	BELLPLUS	4,40	198,00
40	20,000	PCT	SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg (8439)	IDEAL	13,00	260,00
42	12,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75 X 105CM X0,07 (MICRAGEM) - CAP. 20kg (8408)	IDEAL	36,90	442,80
					Total Geral:	1.207,34
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.207,34

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 435/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 103 Data da Adjudicação: 28/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR</p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 1104)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	240,000	FR	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML (8322)	LIMPINHA	1,26	302,40
32	5,000	DZ	PRENDEDOR DE ROUPA (12547)	GABOARDI	1,33	6,65
35	10,000	UN	RODO DE ESPUMA (11911)	MARINGA	5,46	54,60
38	60,000	KG	SABÃO EM PÓ 1 KG (8374)	ULTRA GLASS	3,15	189,00
47	5,000	PR	LUVA LATEX TAM. MÉDIO (6651)	VOLK	6,86	34,30
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	586,95
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	586,95

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 436/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 21/06/2016 Sequência da Adjudicação: 104 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2016 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 1105 Dcto Fiscal nr.: 6813)

Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	com prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	100,000	UN	PILHAS ALCALINAS AA 1.5 V (12735)	ELGIN	1,03	103,00
62	60,000	UN	PILHA PALITO AAA (12805)	ELGIN	1,25	75,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	178,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	178,00

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 437/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 26/2016 Data do Processo: 04/07/2016 Data da Homologação: 11/08/2016 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 28/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2016 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 1106)

Folha: 1/2

Fornecedor: REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA Endereço: Rua Columbus, 282, subsolo e térreo fund Cidade: São Paulo - SP - CEP: 05304-010 CNPJ: 47.334.701/0001-20 Inscrição Estadual:	Código: 45365 Telefone: 113377-9922 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3320-0 - SAO PAULO (SP) Conta Corrente: 3289-1
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: Fonte de Recurso: Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária Dotações Utilizadas: 2.668.3.3.90.00.00.00.00.00 (118) - Manutenção do programa de vigilância em saúde Compl. Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico Condições de Pagto: na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: com prazo máximo de 07(sete) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades no ANEXO I deste edital. Minuta da Ata de Registro de Preços Anexo III. Minuta de contrato de AQUISIÇÃO DE REAGENTES COM CONCESSÃO DE USO GRATUITA, EM REGIME DE COMODATTO, DE TODA A APARELHAGEM AUTOMÁTICA PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DE TESTES PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE JARAGUÁ DO SUL, CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016-FMS Observações:
--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.300,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHB), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23350)	DIASORIN	11,48	14.924,00
2	1.000,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO (23351)	DIASORIN	12,62	12.620,00
3	500,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TOTAIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO (23352)	DIASORIN	10,62	5.310,00
4	500,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23353)	DIASORIN	16,90	8.450,00
5	1.000,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. (23354)	DIASORIN	16,80	16.800,00
6	1.200,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99% (23355)	DIASORIN	12,80	15.360,00
7	100,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO P/ DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO HBE (AGHBE) DO VÍRUS DA HEPATITE B. (23357)	DIASORIN	12,66	1.266,00

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253
 RUA ISIDORO PEDREI, 120
 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 437/2017

Processo Administrativo:
Processo Nr.: 26/2016
Data do Processo: 04/07/2016
Data da Homologação: 11/08/2016
Sequência da Adjudicação: 4
Data da Adjudicação: 28/03/2017

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 26/2016 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 1106)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	100,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO FRENTA AO ANTÍGENO HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO (23358)	DIASORIN	12,25	1.225,00
9	600,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. (23359)	DIASORIN	12,16	7.296,00
10	600,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. (23360)	DIASORIN	13,85	8.310,00
12	500,000	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23361)	DIASORIN	13,72	6.860,00
13	500,000	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23362)	DIASORIN	15,12	7.560,00
14	1.600,000	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SIFILIS) EM SORO OU PLASMA. (29461)	DIASORIN	14,10	22.560,00
15	100,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. (29496)	DIASORIN	11,41	1.141,00
16	100,000	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA (29497)	DIASORIN	13,80	1.380,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	131.062,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	131.062,00

Jaraguá do Sul, 28 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 439/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 22/2016 Data do Processo: 16/06/2016 Data da Homologação: 18/07/2016 Sequência da Adjudicação: 21 Data da Adjudicação: 10/02/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1118) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA Endereço: Av. das Universidades, sn, Quadra AI, Lo Cidade: Palhoça - SC - CEP: 88137-280 CNPJ: 03.612.312/0004-97 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 43127 Telefone: 483344-4348 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 6729-0 - Itau Unibanco Conta Corrente: 3286-9</p>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 190 - SATE - SERVICO SOCIAL - DAM Fonte de Recurso: Recursos PAB/Estadual Dotações Utilizadas: 2.661.3.3.90.00.00.00.00 (33) - Assistência a Saúde da Família</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios Condições de Pagto: na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 08 (oito) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no AQUISIÇÃO DE FORMULAS INFANTIS PARA USO COM PACIENTES DO CAE (CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL), CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016-FMS</p> <p>Observações:</p>	<p align="center">Solicitações:</p>
--	--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	500,000	LT	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS (28517)	NUTRISON SO	54,00	27.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	27.000,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	27.000,00

Jaraguá do Sul, 30 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 440/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 25/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 14/10/2016 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 30/03/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1119 Dcto Fiscal nr.: 3.352) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME Código: 45028</p> <p>Endereço: Rua Dinamarca, 197, sala 02 - térreo</p> <p>Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88338-315</p> <p>CNPJ: 11.388.997/0001-15 Inscrição Estadual: 255.999.828</p>	<p>Telefone: 4731838200</p> <p>Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</p> <p>Agência: 1489-3 - Banco do Brasil</p> <p>Conta Corrente: 46995-5</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos PAB
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL - CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016-FMS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
30	1.000,000	UN	FRASCO P/ ALIMENTAÇÃO INTERAL (13053)	Biobase	0,80	800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	800,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	800,00

Jaraguá do Sul, 30 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 445/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 41/2016 Data do Processo: 30/09/2016 Data da Homologação: 01/12/2016 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 14/03/2017</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2016 - PR</p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 1266) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Código: 23894 Telefone: (47) 3531-9800 Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 1918 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000 Agência: 5221-3 - Rio do Sul CNPJ: 83.157.032/0001-22 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 282.126-5</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita
Condições de Pagto:	segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2016.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.800,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P (11863)	Biofral/Confort F	1,25	2.250,00
2	5.200,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M (11864)	Biofral/Confort F	1,35	7.020,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	9.270,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	9.270,00

Jaraguá do Sul, 31 de Março de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 446/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 9/2016 Data do Processo: 15/04/2016 Data da Homologação: 07/06/2016 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 04/04/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 1270)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Código: 24041</p> <p>Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Telefone: 4734653528</p> <p>Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc</p> <p>CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809 Agência: 5214-0 - Joinville-Centro</p> <p>Conta Corrente: 1073187-3</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita
Condições de Pagto:	segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 08 (oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco) destinados para distribuição no Programa Sis Pré-Natal e fraldas descartáveis infantis destinadas para proteção e recuperação de saúde ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, DESTINADAS À PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2016-FMS.
Observações:	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	600,000	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. P. (16579)	BABY PISS	0,50	300,00
8	720,000	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. M. (16578)	BABY PISS	0,51	367,20
9	1.040,000	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. G. (16577)	ANJINHO	0,51	530,40
10	1.645,000	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. GG (21302)	ANJINHO	0,51	838,95
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.036,55
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.036,55

Jaraguá do Sul, 4 de Abril de 2017

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 451/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 13/2016 Data do Processo: 27/04/2016 Data da Homologação: 01/07/2016 Sequência da Adjudicação: 78 Data da Adjudicação: 07/04/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 1284)

Folha: 1/1

Fornecedor: DIMEVA DISTRIB. E IMPORTADORA LTDA - EPP Endereço: Rua Argentina, 645, 645, Jardim Primavera Cidade: Pato Branco - PR - CEP: 85502-040 CNPJ: 76.386.283/0001-13 Inscrição Estadual: 316038620-6	Código: 43311 Telefone: 463224-3767 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 180 - ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde Dotações Utilizadas: 2.680.3.3.90.00.00.00.00 (46) - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais Condições de Pagto: na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 08(oito) dias úteis Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sate (serviço de atendimento especial) e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS - CONFORME REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 PACIENTES: MARIA IZILDA CLEMES - PROCESSO: 0302634-17.2015.8.24.0036	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
142	4,000	CX	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100MG - COMPRIMIDOS (33076)	BOEHRINGER	6,30	25,20
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	25,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	25,20

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Gerência de Compras/Licitações

LEI Nº 7.362/2017 - ANEXOS**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

Formulário 1 - Identificação de Programa

Origem: Novo**Situação:** Não Avaliado**INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA****Programa:** 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS E DÍVIDA PÚBLICA**Tipo:** Apoio administrativo**Macroobjetivo****Objetivo**

Promover a redução da Dívida Pública interna para o melhor Resultado Nominal e Primário, visando a busca de novos recursos de terceiros para investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento administrativo do Município.

Público-alvo**Justificativa****Diretrizes (Forma de implementação)****Horizonte temporal**

(x) Contínuo Temporário ()

Órgão responsável 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**Entidade** 1 - MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL**Gerente do programa**

26742 - Secretário da Fazenda

Valor do programa**Total**

No PPA: 83.935.440,00

Órgãos executores:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN.ASSISTÊNCIA E SAÚDE-ISSEM/FMASA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, ISSEM-ADMINISTRAÇÃO GERAL

LEI Nº 7.365/2017 - ANEXOS**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

Formulário 1 - Identificação de Programa

Origem: Novo

Situação: Não Avaliado

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 1002 - MODALIDADES ESPORTIVAS

Tipo: Finalístico

Macroobjetivo**Objetivo**

Estruturar as diversas modalidades esportivas e realizar parcerias com clubes e associações para o desenvolvimento das modalidades esportivas.

Público-alvo

Atletas, Clubes e Associações

Justificativa

Há necessidade de melhorar o rendimento das modalidades esportivas nas competições e massificar a prática desportiva junto às unidades escolares.

Diretrizes (Forma de implementação)

Suporte as modalidades de rendimento, massificação das modalidades esportivas e realização de convênios com clubes e associações.

Horizonte temporal☒ Contínuo ☐ Temporário ()

Órgão responsável 39.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

Gerente do programa

33286 - Secretário Mun. de Cultura, Esporte e Lazer

Valor do programa

Total

No PPA:

16.116.380,00

Órgãos executores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

Página: 1/1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 Finalístico

Programa: 1002 - MODALIDADES ESPORTIVAS

Objetivos: Estruturar as diversas modalidades esportivas e realizar parcerias com clubes e associações para o desenvolvimento das modalidades esportivas.

Público alvo: Atletas, Clubes e Associações

Indicador (Unidade de Medida)		Referência		Final do Programa		Consolidação dos Valores do Programa		Totais	
Ação	Título	Data	Índice	2017		Regionalização	Totais	Esfera/ Cat.Econômica	Totais
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE									
Atividades									
4.010	Auxílio bolsa técnico					Região 1 a 9	16.116.380,00	Fiscal/Seguridade	16.116.380,00
									16.116.380,00
								Total:	16.116.380,00
						Região 1 a 9	25,000	Período 2014 - 2017	R\$
						Técnico beneficiado (Un)	906.000,00	Meta	

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO ALTERAÇÃO PP 04/2017/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017/FMS

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 04/2017/FMS, cujo extrato foi publicado em 22/03/2017, tendo por objeto o "Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como, para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU.":

1) Ficam incluídas as exigências das alíneas do subitem 6.1.15 do edital, sendo : Autorização de Funcionamento – AFE, expedida pela ANVISA, conforme as Resoluções: RDC 16, de 1º de abril de 2014, e RDC 32, de 05 de julho de 2011.

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados para até as 14h do dia 11/05/2017;

5) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados para o dia 11/05/2017 a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Valmor João Reisdorfer - Secretário

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 001 - SIDNEI LOPES

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: SIDNEI LOPES DE ANDRADE

MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.327,71 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

SIDNEI LOPES DE ANDRADE

Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 002 - AMAURI TOMACHINSKI DOS SANTOS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: AMAURI TOMACHINSKI DOS SANTOS

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.327,71 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

AMAURI TOMACHINSKI DOS SANTOS

Atleta de JUDÔ

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 008 - LUCAS MELERE BITTENCOURT

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: LUCAS MELERE BITTENCOURT

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

LUCAS MELERE BITTENCOURT

Atleta de HANDEBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 009 - GABRIEL RODRIGUES PEGORARO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 009/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: GABRIEL RODRIGUES PEGORARO

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

GABRIEL RODRIGUES PEGORARO

Atleta de HANDEBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 010 - JOÃO FELIPE LORENZONI

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 010/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: JOÃO FELIPE LORENZONI

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

JOÃO FELIPE LORENZONI

Atleta de HANDEBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 011 - RAYLANTHER VINICIUS FAVETTI

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 011/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: RAYLANTHER VINICIUS FAVETTI

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

RAYLANTHER VINICIUS FAVETTI

Atleta de HANDEBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 013 - RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 013/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO

Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 029 - FERNANDA DOS SANTOS SANGUANINI

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 029/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: FERNANDA DOS SANTOS SANGUANINI

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

FERNANDA DOS SANTOS SANGUANINI

Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 030 - STHEFANY JULIANNE SCHULKA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: STHEFANY JULIANNE SCHULKA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

STHEFANY JULIANNE SCHULKA

Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 031 - MARIAH TEREZINHA PENTEADO MARTINS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 031/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: MARIAH TEREZINHA PENTEADO MARTINS

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

MARIAH TEREZINHA PENTEADO MARTINS

Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 032 - MARIA EDUARDA CAMARGO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 032/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: MARIA EDUARDA CAMARGO

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

MARIA EDUARDA CAMARGO
Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 033 - ANDRIELLI DE VARGAS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 033/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: ANDRIELLI DE VARGAS
MODALIDADE: VOLEIBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

ANDRIELLI DE VARGAS
Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 034 - EDUARDA DA SILVA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 034/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: EDUARDA DA SILVA
MODALIDADE: VOLEIBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

EDUARDA DA SILVA
Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 035 - MANUELA DO NASCIMENTO BURLIN

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 035/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: MANUELA DO NASCIMENTO BURLIN
MODALIDADE: VOLEIBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 19 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

MANUELA DO NASCIMENTO BURLIN
Atleta de VOLEIBOL

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 045 - NÁDIA MARIA PALAVECINI

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 045/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: NÁDIA MARIA PALAVECINI
MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

NÁDIA MARIA PALAVECINI
Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 060 - GLEDSON ALESSANDRETTI

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 060/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: GLEDSON ALESSANDRETTI
MODALIDADE: KUNG-FU
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 18 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

GLEDSON ALESSANDRETTI
Atleta de KUNG-FU

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0006/2017 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2017

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0017/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 19/04/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DETENTORA:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME
	ENDEREÇO:	Rua Francisco Lindner, nº 561, Sala 01, Centro, Joaçaba/SC.
	CNPJ/MF:	10.665.295/0001-79
	REPRESENTANTE LEGAL:	SIDNEI PADILHA
	CPF:	005.059.399-40
	RG:	3.157.112

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para realização de exames e perícias médicas para atender às necessidades do Simae, em razão do disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/07 e 3.057/07 e suas alterações, no PCMSO, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para os serviços cotados é as seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
1	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE UM MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO. PARA VALIDAÇÃO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO.	SV	50	R\$ 40,00	BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME
2	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE 01 MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA EXAMES ADMISSIONAIS/DEMISSIONAIS.	SV	50	R\$ 40,00	

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0017/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do Simae tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O Simae monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1 O Simae convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do Simae, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.2 Havendo a necessidade dos serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas às empresas registradas.

5.3 Os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ser executados de acordo com o disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/2007 e 3.054/2007 e suas alterações, conforme os quantitativos previstos no subitem 1.2, compreendendo:

5.3.1 Perícias médicas através de 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de médico do trabalho, para validação de afastamentos do trabalho.

5.3.2 Perícias médicas através de 01 (um) Médico Perito que deverá ter especialidade de médico do trabalho, para exames admissionais/demissionais

5.4 O Médico Perito a ser contratado terá por atribuições:

5.4.1 Realizar perícias médicas de avaliação da sanidade e da capacidade física nos candidatos convocados para nomeação em cargos ou funções públicas, emitir os certificados, atestados, laudos e pareceres delas decorrentes.

5.4.2 Realização de perícias médicas nos servidores para fins de licença para tratamento de saúde, bem como para fins de licença por motivo de doença em pessoa da família, exame admissional, periódicos, demissional, acuidade visual e readaptação funcional, proferindo a decisão final.

5.4.3 Informar o Recursos Humanos do Simae sobre as decisões, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da realização da perícia, salvo motivo justificado, para que proceda ao controle e fiscalização sobre as licenças médicas, bem como a todos os atos a ela relacionados, o qual comunicará a autoridade competente quando for o caso de aplicação da sanção cabível, e que não seja de sua competência.

5.5 O Recursos Humanos do Simae procederá à emissão da Guia para Perícia Médica – GPM, bem como ao agendamento das perícias a serem realizadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.6 Na execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, caberá à empresa registrada:

5.6.1 Realizar as perícias solicitadas pelo Recursos Humanos do Simae, no prazo de até 48 (quarenta e oito horas) contados do pedido de agendamento das mesmas.

5.6.2 Relatar nos espaços próprios da Guia para Perícia Médica – GPM as informações que justifiquem o seu parecer.

5.6.3 Encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da perícia médica, ao Recursos Humanos, a Guia para Perícia Médica – GPM, na qual deverá constar obrigatoriamente o parecer final sobre o pedido e, se for o caso, o prazo de licença com a data de seu início e término, bem como a readaptação, se for o caso, com a discriminação das limitações laborativas.

5.7 As PERÍCIAS MÉDICAS deverão ser realizadas pela empresa registrada em um dos municípios da área de atuação do Simae, sendo eles Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, onde o Simae poderá disponibilizar eventualmente sala para a realização das perícias.

5.7.1 Quando houver a necessidade das perícias médicas serem realizadas no domicílio do periciado, devido a sua impossibilidade de locomoção, o prazo será de até 05 (cinco) dias da data do agendamento, desde que atendidas as condições estabelecidas no Decreto Municipal 2.920/07 e demais legislação pertinente.

5.7.2 Quando houver a necessidade das perícias médicas serem realizadas fora da área de atuação do Simae, em domicílio ou em hospital, devido a impossibilidade de locomoção do periciado, o prazo será de até 05 (cinco) dias da data do agendamento, desde que atendidas as condições estabelecidas no Decreto Municipal 2.920/07 e demais legislação pertinente. Nesse caso, as despesas para a realização deste serviço serão de inteira responsabilidade da empresa registrada.

5.8 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

5.9 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da empresa registrada.

5.10 Serão de total responsabilidade da empresa registrada eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

5.11 Caberá exclusivamente à empresa registrada, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.

5.12 A empresa registrada deverá responsabilizar-se pela regularização dos serviços, quando na ocasião do recebimento for constatado que os mesmos estejam diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

5.13 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da empresa registrada por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, verificadas posteriormente.

5.14 A empresa registrada deverá executar os serviços, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Recursos Humanos do Simae, bem como, obedecer ao objeto do presente instrumento e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Cabe a empresa registrada:

- a) Prestar os serviços no prazo máximo estabelecido no item 5 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;
- b) Atender às especificações do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo Simae, durante a validade desta Ata de Registro de Preços;
- d) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, bem como decorrentes de atos executados pelos peritos vinculados pela empresa registrada;
- e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;
- f) Cumprir as disposições contidas nos Decretos Municipais nº 2.920/2007 e 3.054/2007 e suas alterações;
- g) Exigir documento de autorização emitido pelo Recursos Humanos do Simae para que libere a prestação dos serviços, a fim de comprovar seu fornecimento;
- h) Relatar nos espaços próprios da Guia para Perícia Médica – GPM as informações que justifiquem o seu parecer;
- i) Encaminhar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da perícia médica, ao Recursos Humanos, a Guia para Perícia Médica – GPM, na qual deverá constar obrigatoriamente o parecer final sobre o pedido e, se for o caso, o prazo de licença com a data de seu início e término, bem como a readaptação, se for o caso, com a discriminação das limitações laborativas.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao Simae:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Proceder a emissão da Guia para Perícia Médica – GPM, bem como ao agendamento das perícias a serem realizadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- e) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- f) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- g) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

9.2 O pagamento será:

9.2.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail compras@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo Simae.

9.2.2 Realizado através do Simae, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a realização da perícia, contados do efetivo recebimento e aceitação da Guia para Perícia Médica (GPM), observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

9.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6 O Simae exigirá da empresa registrada, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

9.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser

creditado.

9.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

9.9 No eventual atraso de pagamento por parte do Simae, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017/2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.56.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;
- b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não realizar os serviços, desatender às condições estipulada ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 19 de abril de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

BRANDALISE E PADILHA ASSESORIA, CONSULTORIA

EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA- ME

Sidnei Padilha/ Sócio Administrador

Testemunhas:

Giane Maria Marquenze Leccher
Diretora Administrativa Encarregada

Francieli Wendland Guaragni Fiorin
Recursos Humanos

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO JHL 0004/2017

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0004/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 0027/2017

PROTOCOLO Nº 1032/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS E DA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA SE DESLOCAR EM SERVIÇOS.

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, Lei 8666/93.

Empresa Contratada: Empresa Joaçabense de Transportes Coletivos Ltda.

Valor: R\$ 1.070,00 (hum mil e setenta reais).

Declaração de Inexigibilidade em 19/04/2017.

Joaçaba/SC, 20/04/2017 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do SIMAE.

PORTARIA JHL 197/2017

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 197/2017 DE 20.04.2017

“REDUZIR A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, da Lei Complementar nº 193 de 06 de setembro de 2010 c/c art. 17, § 4º, inciso II, alínea “a” da Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

1º REDUZIR a carga horária do servidor, Sr. Julio Cesar Trindade de Mattos, ocupante do cargo de Advogado, lotado na Diretoria Administrativa, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, LC 76/2003 de 11/12/2003 de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com redução proporcional de vencimentos.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de maio de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 20 de abril de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2013 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 06/2013 – 8º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES /SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: EMEPLAN EMPRESA DE MÃO DE OBRA ESP. DO PLANALTO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 80.646.748/0001-03, estabelecido à Rua Gov. Jorge Lacerda n.º 187 – 1º andar, Lages/SC – cep: 88.501-120.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Execução de Serviços de Leitura Informatizada de Hidrômetros por Microcoletores de Dados Portáteis ou Outro Equipamento Similar, co Emissão e Entrega simultânea da Faturas de Água/Esgoto correspondentes e a Entrega de Documentos na Cidade de Lages e no Distrito de Santa Terezinha do Salto, em regime de empreitada por preço unitário.

resolvem celebrar este 8º Termo Aditivo ao Contrato 06/2013, em conformidade com parecer jurídico nº 382/2017, Processo Licitatório n.º 36/2012, correlato à Concorrência n.º 06/2012, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Execução de Serviços de Leitura Informatizada de Hidrômetros por Microcoletores de Dados Portáteis ou Outro Equipamento Similar, co Emissão e Entrega simultânea da Faturas de Água/Esgoto correspondentes e a Entrega de Documentos na Cidade de Lages e no Distrito de Santa Terezinha do Salto, em regime de empreitada por preço unitário.

Conforme Prevê Cláusula Quinta – Do Equilíbrio Econômico Financeiro – Subitem 5.2. Fica Reajustado em 7,1533%, considerando o período de Janeiro de 2017 à Dezembro de 2017 (IGP-DI). Com anuência da Secretaria da Fazenda ofício nº 078/2017 e com Parecer Jurídico (PROGEM) nº 382/2017 Favorável.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 20 de abril de 2017.

Jurandi Agustini

Secretário Municipal

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 19/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 77.940,00 (Setenta e sete mil, novecentos e quarenta reais)

Modalidade: Pregão Eletrônico 17/2017 PML

Objeto: Aquisição de Veículo Caminhão e Serviço de Encarroçamento tipo Auto Bomba Tanque – ABTR, para uso do Corpo de Bombeiros Militar.

Tipo: Pelo Menor Preço por Lote

Abertura: 23/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.113.816,67 (Um milhão, cento e treze mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

A retirada do Edital far-se-á pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 21 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

PP 10/2017 SMS, PE 16/2017 PML, PE 17/2017 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 10/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fabricação e Instalação de Calhas e Rufos para os Setores da Secretaria Municipal da Saúde anos base 2017/2018.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 10/05/2017 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 82.434,82 (oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Modalidade: Pregão Eletrônico 16/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa para Transformação de um Veículo em Ambulância tipo Auto Socorro de Urgência – ASU.

Laguna

PREFEITURA

DECRETO 4.856/2017

DECRETO Nº 4.856/2017, de 20 de abril de 2017.

Dispõe sobre Reativação do Centro de Educação Infantil – Saci Pererê e Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e considerando a demanda de serviços nas localidades da Figueira e Cigana devidamente demonstradas nos Processos Administrativos nº. 0125.0001639/2017 e 0125.0002479/2017,

DECRETA

Art. 1º Ficam criados o Centro de Educação Infantil Saci Pererê e Chapeuzinho Vermelho, respectivamente, nas localidades da Figueira e Cigana, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Art. 2º A documentação escolar e os prontuários funcionais devem ser organizados e catalogados em cada um dos Centros de Educação criados por este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Laguna, 20 de abril de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 137/2017 DE 19/04/2017 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO JOSE RITTER RELATIVO AO PERÍODO DE 01/09/2016 A 28/02/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA nº. 137/2017
DE 19/04/2017

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO JOSE RITTER RELATIVO AO PERÍODO DE 01/09/2016 A 28/02/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal MARCELO JOSE RITTER, relativo ao período 01/09/2016 A 28/02/2017, APROVADO no primeiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2017.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 138/2017 DE 20/04/2017 EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU MORAS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 138/2017
DE 20/04/2017

"EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU MORAS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o pedido do servidor.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal NEREU MORAS, da função temporária de motorista junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 20 de abril de 2017.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2017

DECRETO Nº 076/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 96.269,39 (Noventa e seis mil duzentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 – SECRETARIA MUN. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 – Departamento de Administração

1.002 – Aquisição de Veículo

Dotação 04

Fonte de Recurso 0116 – Convenio Corpo de Bombeiro Militar

3.3.90.30.00.00. – Aplicação Direta R\$ 16.269,39

4.4.90.52.00.00. – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

Total: R\$ 96.269,39

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 116 (Convenio Corpo de Bombeiro Militar), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 077/2017

DECRETO Nº 077/2016.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º. Constitui a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Lauro Müller.

Art.2º. Ficam designados os servidores Priscila Pires Folchini, Cintia Justi e Josiane Girardi, para, sob a presidência do primeiro, incumbida de apurar, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 07/2017/FMS referente ao processo licitatório nº 07/2017/FMS, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

LEI Nº 1961/2017

LEI Nº 1.961/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA ANEXO DA LEI Nº 1.840/2014, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014”.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER -SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O anexo I da Lei Municipal nº 1.840/2014, de 30 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

TABELA DE VALORES LIMITE PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-SAÚDE

Faixa etária valor máximo mensal per capita:

I - Até 49 anos, até R\$ 325,00;

II - De 50 a 59 anos, até R\$ 650,00;

III - Igual ou superior a 60 anos, até R\$ 910,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1962/2017

LEI Nº 1.962/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE DE LAURO MÜLLER, DESPESAS COM ENCARGOS DE FGTS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas no exercício do ano de 2016 do Hospital Municipal Henrique Lage, referente encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – competência Janeiro/2016 à Dezembro/2016, conforme segue demonstrado:

10. - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage
2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital
DOTAÇÃO 02
3.1.90.00.00.0106- Aplicação Direta R\$ 82.872,20
TOTAL R\$ 82.872,20

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal o pagamento em até 60 (sessenta) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1963/2017

LEI Nº 1.963/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, DESPESAS COM ENCARGOS DE INSS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas no exercício do ano de 2016 da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, referente encargos de INSS – competência outubro/2016, novembro/2016 e 13ºsalário/2016, conforme segue demonstrado:

03. - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.01 - Departamento de Administração
2.003 - Manutenção da Administração Geral
DOTAÇÃO 06
3.1.90.00.00.0166 - Aplicação Direta R\$ 70.751,74

04. - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental
DOTAÇÃO 47
3.1.90.00.00.0134 - Aplicação Direta R\$ 127.165,15

05. - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
05.01 - Departamento de Obras
2.039 - Abertura E conservação de Estradas do Interior
DOTAÇÃO 86
3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 36.250,83

06. - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01 - Departamento de Desenvolvimento Economico
2.035 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Economico
DOTAÇÃO 93
3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 1.285,88

08. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.01 - Fundo Municipal de Agricultura
2.033 - Apoio ao Produtor Rural
DOTAÇÃO 109
3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 8.235,09

09. - SECRETARIA DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL
09.01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social
DOTAÇÃO 135
3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.964,29

TOTAL R\$ 249.652,98

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto ao INSS o pagamento em até 06 (seis) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1964/2017

LEI Nº 1.964/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS COM CREDORES DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS MEDIANTE APLICAÇÃO DE DESÁGIO SOBRE O VALOR DEVIDO.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Lauro Muller, por intermédio do Secretário Municipal de Administração e Finanças, autorizado a celebrar acordos com credores de precatórios vencidos contra a Fazenda Pública Municipal, mediante aplicação de deságio no percentual de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor total atualizado do crédito inscrito, na forma desta Lei e regulamentado por decreto.

Art. 2º Serão destinados, em cada exercício, até 50% (cinquenta por cento) do total de recursos para o pagamento dos créditos de credores que aderirem ao regime de pagamento de precatórios com deságio no percentual de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor do crédito inscrito e atualizado, conforme disciplinado nesta Lei.

Parágrafo único. O saldo remanescente do total dos recursos será destinado para o pagamento dos precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências definidas nos §§

1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 3º Os titulares de créditos de precatórios inscritos serão convocados, através de Edital, para, querendo, informarem mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a intenção de receber o crédito com deságio no percentual de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor total do crédito inscrito e atualizado, na forma disciplinada nesta Lei, com expressa renúncia do valor objeto da redução e qualquer eventual diferença devida.

§ 1º O Edital, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, será divulgado no Diário Oficial ou veículo oficial de divulgação do município, bem como no Portal na internet, prevenindo as condições e requisitos a serem observados, devendo conter especialmente:

I - o valor disponível para celebração dos acordos no respectivo exercício;

II - os critérios de ordenamento das propostas e de desempate, quando for o caso; e

III - os requisitos, o procedimento e o prazo de habilitação dos credores de precatório, que deverão ser observados sob pena de não conhecimento do pedido.

§ 2º A habilitação para recebimento do precatório com deságio deverá ser feita pelo titular do crédito ou seu representante legal, assistido pelo advogado constituído nos respectivos autos judiciais.

§ 3º A habilitação do credor ao recebimento de precatório com deságio não produzirá efeitos e será passível de anulação se constatadas irregularidades relativas à legitimidade do habilitante ou a outros pressupostos essenciais relacionados ao respectivo crédito.

§ 4º Fica vedada a habilitação de crédito para pagamento preferencial com deságio nas hipóteses de precatórios sujeitos a discussão judicial ou recurso, salvo desistência inequívoca de eventuais recursos pendentes, a ser formalizada nos autos do respectivo processo judicial e informada à Procuradoria Geral do Município.

§ 5º A inclusão do crédito na lista de credores de precatórios com deságio implicará renúncia expressa a qualquer discussão acerca dos critérios de apuração do valor devido, inclusive no tocante ao saldo remanescente e atualizações, se houver.

§ 6º Se os valores dos créditos decorrentes do somatório dos pedidos de preferência com deságio forem superiores ao valor disponível para celebração dos acordos, em cada exercício, os credores serão ordenados de acordo com um ou mais critérios de desempate fixados no edital, respeitando-se, em todos os casos, a ordem cronológica de inscrição.

§ 7º Eventual pedido de preferência não contemplado no respectivo exercício em razão da ausência de disponibilidade financeira ou por exclusão decorrente da aplicação de critério de desempate terá preferência sobre os pedidos formulados nos exercícios subsequentes, salvo em caso de desistência por parte do interessado.

Art. 4º Concluída a verificação dos pedidos, respeitados os critérios de desempate indicados no edital, a Procuradoria Geral do Município encaminhará à Presidência do Tribunal de Justiça a relação das propostas contempladas, observados os limites de disponibilidade financeira.

Parágrafo único. A inclusão do crédito na lista de precatórios com deságio não dispensa o cumprimento, pelo credor, dos requisitos legais exigidos para o levantamento da quantia depositada.

Art. 5º Os pagamentos dos precatórios com deságio deverão

respeitar os princípios constitucionais que orientam a atividade administrativa, em especial, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1965/2017

LEI Nº 1.965/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, entidade nacional de representação dos municípios; FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS - FECAM, entidade estadual de representação dos municípios do estado de Santa Catarina; com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA - AMREC, entidade microrregional de representação dos municípios da região carbonífera do estado de Santa Catarina e com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES, entidade microrregional de representação de municípios do sul do estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A contribuição visa assegurar representação institucional do município de Lauro Müller junto à União e Estados-membros, bem como nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos municípios;

II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos entes públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública municipal;

III - representar os municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º. Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o município contribuirá financeiramente com a(s) entidade(s) em valores mensais a serem estabelecidos nas assembleias gerais das mesmas.

Parágrafo Único - As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas assembleias gerais.

Art. 4º. Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1966/2017

LEI Nº 1.966/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE DE LAURO MÜLLER, DESPESAS COM ENCARGOS DE INSS DE EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas do Hospital Municipal Henrique Lage, referente encargos de INSS – competência maio/2013 à abril/2014 e Julho/2014 à 13º/2016, conforme segue demonstrado:

10. - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage
2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital
DOTAÇÃO 02
3.1.90.00.00.0106- Aplicação Direta R\$ 1.149.991,45
TOTAL R\$ 1.149.991,45

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social o pagamento em até 120 (cento e vinte) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1967/2017

LEI Nº 1.967/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MÜLLER, DESPESAS COM ENCARGOS DE INSS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas no exercício do ano de 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, referente encargos de INSS – competência outubro/2016, novembro/2016 e 13º salário/2016, conforme segue demonstrado:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 03

3.1.90.00.00.0003- Aplicação Direta R\$ 38.700,00

DOTAÇÃO 34

3.1.90.00.00.0003- Aplicação Direta R\$ 38.835,73

TOTAL R\$ 77.535,73

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto ao INSS o pagamento em até 06 (seis) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1968/2017

LEI Nº 1.968/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar Despesas de Exercícios Anteriores da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, não empenhadas durante o exercício de 2016, por falta de dotação orçamentária e pagamento com recursos financeiros do exercício de 2016, referente prestação de serviços conforme segue demonstrado:

I- Gilmar Sani – ME – Henrique Departamentos: mês 12/2016

a) Valor – R\$ 5.018,20 (Cinco mil e dezoito reais e vinte centavos)

II- Alvo Impressão Digital Ltda: mês 12/2016

a) Valor – R\$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais)

III – TM Schlickmann Eireli ME: mês 12/2016

a) Valor R\$ 2.535,70 (Dois mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)

V – IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal:

a) Valor – R\$ 3.333,00 (três mil trezentos e trinta e três reais) – competência mês 02/2016

b) Valor – R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais) – competência mês 12/2016

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1969/2017

LEI Nº 1.969/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

"INSTITUI A "CAMPAÑA SETEMBRO VERDE" NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER -SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a "Campanha Setembro Verde", a ser realizada, anualmente, no mês de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Parágrafo Único - O Município de Lauro Müller deverá promover o engajamento de escolas, creches, clubes de serviço, entidades, associações, igrejas, órgãos e sociedade em geral, e desenvolver ações educativas, como palestras, seminários, atividades culturais e de lazer e discussões relativas ao tema.

Art. 2º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 061/2017

PORTARIA Nº 061/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA do servidor público HENRIQUE SILVESTRE, Professor II – Educação Física, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado o servidor deverá voltar a cumprir o regime de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 062/2017

PORTARIA Nº 062/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública CLAUDINÉIA ANTUNES, Professora II – Artes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 30 (trinta) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral e Escola Municipal Hilário pescador, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 063/2017

PORTARIA Nº 063/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, Professora II – Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 064/2017

PORTARIA Nº 064/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública DEBORA DE OLIVEIRA ESPINDOLA, Professora II – Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 065/2017

PORTARIA Nº 065/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública SUSILEIA BENEDET DELA GIUSTINA, Professora II – Artes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 10 (dez) horas semanais na Escola de Educação infantil Tia e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Sagrada Família e na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 066/2017

PORTARIA Nº 066/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública RENATA DOS SANTOS, Professora II – Artes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 10 (dez) horas semanais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas e 10 (dez) horas semanais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, a partir de 13 de Fevereiro de

2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 067/2017

PORTARIA Nº 067/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública MARCIA CARBONI, Professora II – Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Infantil Sagrada Família e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tia Marli, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 068/2017

PORTARIA Nº 068/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DAIANI DOS SANTOS, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz e no Pré Escolar Pequeno Príncipe, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 069/2017

PORTARIA Nº 069/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MORGANA HEINZEN, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Rosemary Lourenço Madeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 070/2017

PORTARIA Nº 070/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ADRIANA DEMARCH, para a função de

Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Clemar Pacheco.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 071/2017

PORTARIA Nº 071/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMARA DA SILVA, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Branca de Neve, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Karla Adriana Dandolini Masiero.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 072/2017

PORTARIA Nº 072/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LEILA BURATTE JESUINO, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo

período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Vanderléia Batista Velho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 073/2017

PORTARIA Nº 073/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GRASIELE PIATI DA LUZ, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Maria Cambruzzi.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 074/2017

PORTARIA Nº 074/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MICHELLE MOURO DANIELSKI DA LUZ DELA GIUSTINA, para a função de Professor II – Ensino Fundamental,

em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Rosilda Schimitz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 075/2017

PORTARIA Nº 075/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARÍLIA DE BRIDA FONTANELLA, para a função de Professor II – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, Escola Municipal Rio Capivaras Alto e Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 076/2017

PORTARIA Nº 077/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSIMERI DA ROSA MENDES LOCATELLI,

para a função de Professor II – Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Cláudia Citadin Ribeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 077/2017

PORTARIA Nº 077/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSIMERI DA ROSA MENDES LOCATELLI, para a função de Professor II – Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Cláudia Citadin Ribeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 078/2017

PORTARIA Nº 078/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, HELLEN CRISTINA MACHADO BURATTE, para a função de Professor II – Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador e na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 079/2017

PORTARIA Nº 079/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LUCILENE NUNES MONTEIRO, para a função de Professor II – Ciências e Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral e na Escola Municipal Rio Capivaras Alto, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 080/2017

PORTARIA Nº 080/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROBERTA MARI NUNES, para a função de Professor II – Língua Portuguesa, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Heloísa Gonçalves Ribeiro Fontanella.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 081/2017

PORTARIA Nº 081/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO, para a função de Professor I – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Bruna Ramos Gazola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 082/2017

PORTARIA Nº 082/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMARA MADEIRA TAVARES, para a função de Professor I – Língua Inglesa, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Larissa Fernandes Dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 083/2017

PORTARIA Nº 083/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PEDRO PROENÇA VICENTE, para a função de Professor I – Língua Inglesa, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 084/2017

PORTARIA Nº 084/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSIANE RABELO, para a função de Professor I – Língua Inglesa e Língua Portuguesa, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Rio Capi-
varas Alto, Escola Municipal Ligia Chaves Cabral e Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 085/2017

PORTARIA Nº 085/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE DA SILVA NEZZI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 086/2017

PORTARIA Nº 086/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GEOVANA SCHU, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 087/2017

PORTARIA Nº 087/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VALQUÍRIA MARIOT, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 088/2017

PORTARIA Nº 088/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, KATRYN APARECIDA BONADEO, para a

função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 089/2017

PORTARIA Nº 089/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA TEREZA FERNANDES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 090/2017

PORTARIA Nº 090/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SALETE TEREZINHA WOLFART, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário,

pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 091/2017

PORTARIA Nº 091/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANDA NORRY, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 092/2017

PORTARIA Nº 092/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LEDENIR MARIA SCARSANELA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro

de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 093/2017

PORTARIA Nº 093/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, BEATRIZ CUSTÓDIO PIZONI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 094/2017

PORTARIA Nº 094/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, TAINÁ SOLIGO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas

funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 095/2017

PORTARIA Nº 095/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA ROSANGELA JUSTI ADÃO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 096/2017

PORTARIA Nº 096/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EDILENE DE SOUZA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Branca de Neve, com

lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 097/2017

PORTARIA Nº 097/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SUMAIA ESPINDOLA LERIANO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Tia Laura, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 098/2017

PORTARIA Nº 098/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAROLINA DURANTE ADRIANO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da

Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 099/2017

PORTARIA Nº 099/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE SIBERINO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 100/2017

PORTARIA Nº 100/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANA CARLA ELIAS, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 101/2017

PORTARIA Nº 101/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DÉBORA TOMAZ, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 102/2017

PORTARIA Nº 102/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE PANDINI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 103/2017

PORTARIA Nº 103/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PAULA ARIELLE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 104/2017

PORTARIA Nº 104/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSIANE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 105/2017

PORTARIA Nº 105/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, TAMIRIZ LEAL, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 106/2017

PORTARIA Nº 106/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, IVANIA MATOS CASSÃO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FABIANE JORGE, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 108/2017

PORTARIA Nº 108/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LARA DA ROSA CUSTÓDIO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 033/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga o presente Decreto.

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, na forma que segue:

Representante do Poder Executivo

Titular: Everaldo kojikoski

Suplente: Alice Gomes da Rocha

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Leila Carlin Machado

Suplente: Odinei Martins

Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Raquel Petrenko

Suplente: Janete Terezinha de Mello

Representante dos servidores técnico-administrativo das Escolas Básicas Públicas

Titular: Eliane do Prado

Suplente: Lilian Regiane Carneiro

Representante dos Diretores da Rede Básica Pública

Titular: Michele Carlin Padilha Silveira

Suplente: Aléia Aparecida Preto

Representante dos Pais dos Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Antônio Fidelis Ribeiro

Suplente: Marizete Ribeiro Pontes

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Laís Risson Simão

Suplente: João Victor Veiga Mafioletti

Titular: Evelyn Cracco

Suplente: Juliana Carlin Ramos

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Márcio Vicente Cruz

Suplente: Sidnei Grazziotin

Representante do Conselho Tutelar

Titular: Rosane Ap. da Silva Pahl

Suplente: Ângela Farias da Costa

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 20 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 032/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº. 032/2017 de 20 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão de Gestão do Plano de Carreira dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino, que possui dentre outras atribuições, a avaliação de progressões horizontais e verticais dos professores da Rede Municipal de Ensino, a qual passa a ter a seguinte composição:

- Tânia de Fátima Moreira;
- Jacqueline Antunes Dal Mas Belli;
- Itacir Luiz Rizzo;
- Everaldo kojikoski;

Art. 2º. A Comissão deverá apresentar em tempo hábil o Parecer com a avaliação das progressões solicitadas, conforme determina a Lei nº 04/2016 (Plano de Carreira do Magistério);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 20 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão. OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de Limpeza e Higienização, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários para execução do objeto. A ser realizado nas edificações públicas de responsabilidade do Município de Lebon Régis/SC, conforme local e especificações que estão definidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09:00h do dia 08 de maio de 2017. Reunião

pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09:10 min do dia 08 de maio de 2017. Obtenção do Edital: Maiores Informações pelo e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo site www.lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis, 20 de maio de 2017.
José Vanderlei de Campos - Pregoeiro

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.932/2.017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.932/2.017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.340/2016, de 15 de Dezembro de 2016. DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0435 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.391,32

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação da dotação constante no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.391,32

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 13 de abril de 2.017

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.933/2.017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.933/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.340/2016, de 15 de Dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E

TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transporte
Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infra-Estrutura
4.4.90.00.00.00.00.00.0389 – Aplicações Diretas
..... R\$ 39.714,54

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá pelo Superávit do exercício financeiro de 2016 por conta da sobra da alienação de bens.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 19 de Abril de 2017
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

Lontras

PREFEITURA

LEI Nº 2273/2017

LEI Nº 2273/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a custear despesas do exercício de 2016, como específica: o valor total de R\$ 7.082,96 (sete mil e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) relativo a parcela do mês de dezembro de 2016 do Convênio firmado com a Instituição Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, conforme autorizado pela Lei nº 2092/2014.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lontras, 20 de abril de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

RETIFICAÇÃO EDITAL 47/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CREDENCIAMENTO

PROCESSO N.º 47/2017

EDITAL: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO FACILITADORES DE OFICINA PARA MINISTRAR OFICINAS SÓCIO EDUCATIVAS, VISANDO O ESTÍMULO E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO E DE CIDADANIA. Alteração do valor nos itens 1.2 e 4.1 e alteração do item 17.5. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 02/05/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 02/05/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 20 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO EDITAL 48/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CREDENCIAMENTO

PROCESSO N.º 48/2017

EDITAL: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO ORIENTADOR SOCIAL. Alteração do valor nos itens 1.2 e 4.1 e alteração do item 17.5. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 02/05/2017; Abertura dos Envelopes: 15 horas do dia 02/05/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 20 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 072/17

PORTARIA Nº 072/17 de 06 de abril de 2017.

“TORNA SEM EFEITOS PORTARIA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 170/13 de 29 de julho de 2013, que designou a servidora ALESSANDRA DAROS NUNES, Enfermeira, para responder pela função de Coordenadora do ESF, reenquadrada pela Portaria nº 067/17 de 03 de abril de 2017 para a função de Coordenadora da Atenção Básica em Saúde, a partir de 06 de abril de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2017.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 073/17

PORTARIA Nº 073/17 de 07 de abril de 2017.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, JESLAINE MARA DOS SANTOS, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em substituição à servidora ROSEMARI SCHMAUTZ SCHEUERMANN, em auxílio doença, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 003/2016 de 18 de março de 2016, homologado em 15 de abril de 2016, a partir de 07 de abril de 2017 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de abril de 2017.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 074/17

PORTARIA Nº 074/17 de 11 de abril de 2017.

“DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR temporariamente o servidor TIAGO SCHNEIDER,

Auxiliar de Contabilidade, Nível 01, Classe “C”, Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Chefe da Controladoria do Município, FG1, a partir de 1º de abril de 2017 até a nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Para o desempenho das atribuições constantes no “caput” deste artigo, o servidor fará jus à função gratificada prevista no Anexo IV da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 075/17

PORTARIA Nº 075/17 de 18 de abril de 2017.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR CAROLINE PIRES DE OLIVEIRA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, Nível CC-4, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 18 de abril de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2017.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 77.509.602/0001-01

PAPELARIA MAURO FONSECA LTDA

Nota Fiscal nº. 6735 R\$ 7.910,00

Valor Total: R\$ 7.910,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de mobiliário e materiais de expediente necessários para dar continuidade aos serviços prestados pelas Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 24 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de veículos utilitários novos para pertencer à frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 11/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 20 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Material Elétrico e de Instalação de Sinalização de Emergência, destinados a Secretaria Municipal de Educação e as Escolas Municipais, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 20 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o RESULTADO do Processo Licitatório nº 429/2016 – Concorrência Pública nº 005/2016, referente à contratação de empresa especializada para a execução de obra de pavimentação na Rua Gustavo Adolfo Friedrich, conforme financiamento do BADESC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Empresa vencedora: TRANSPORTE TERRAPLANAGEM E URBANIZAÇÃO BRESCIANI LTDA-EPP Valor: R\$ 2.790.231,05 (dois milhões setecentos e noventa mil duzentos e trinta e um reais e cinco centavos)

Mafra (SC), 20 de abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ torna público a prorrogação do edital acima epigrafado para contratação de empresa para fornecimento de materiais de limpeza, para atendimento a rede municipal de ensino (escolas e CEI), serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, terceira idade e administração em geral do Município de Maracajá/SC., com a data de abertura fixada para 25/04/2017 às 17:00horas fica prorrogada para o dia 02/05/2017 às 17:30 horas, por interesse público e conveniência administrativa, mantendo-se inalteradas as demais condições do Aviso de Licitação veiculado anteriormente.

Maracajá, 20 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO 31/2017

DECRETO Nº 31 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	3	
VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)		

TOTAL	R\$ 85.000,00
.....	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º

deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme o inciso I, do artigo 10, da Lei nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual 2017 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Abril de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 20 de Abril de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 32/2017

DECRETO Nº 32 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	02	Depto. de Esportes
PROJETO/ATIVIDADE	1.009	Construção, Ampliação e Reforma do Complexo Esportivo
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	
VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)		

TOTAL	R\$ 130.000,00
.....	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º

deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme o inciso I, do artigo 10, da Lei nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual 2017 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Abril de 2017.

Arlindo Rocha Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 20 de Abril de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO EMPRESAS HABILITADAS/INABILITADAS TP 001/17

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 044/2017 – Modalidade de Tomada de Preços n. 001/2017.

RESULTADO.SESSÃO.HABILITAÇÃO.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 24/04/2017, com início às 14 horas a Sessão Pública para a divulgação da relação de empresas habilitadas e inabilitadas para a fase de abertura e julgamento das propostas. HABILITADAS: Pavterra Terraplanagens e Obras Eireli Me; Pré-moldados Maravilha LTDA EPP; Djonata Rafael Winki ME, bem como, a relação de empresa INABILITADA: Kasa Empreendimentos Imobiliários LTDA. Assegura-se o prazo de cinco dias úteis, consoante Art. 109, I, "a", da Lei Federal n. 8.666/93, para que as empresas, que considerarem que sofreram lesividade direta ou indireta, apresentarem recurso Administrativo. Os autos do processo licitatório ficam a partir desta data, 24/04/2017, com vista franqueada as empresas, consoante dispõe o art. 109, § 5º, da Lei Federal n. 8.666/93. Essa publicação, inicia, nos termos do § 1º, do Art. 109, da Lei Federal n. 8.666/1993, a contagem de prazo a que se refere o Art. 109, I, "a" do mesmo diploma. Qualquer informação bem como a retirada da ata de julgamento, poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11h e 30 min e das 13 às 17 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 20 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa de licitação para contratação de serviços destinados a guarda, depósito e custódia de veículos apreendidos. Município de Maravilha - SC, 20 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita do Município de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 056/2017 – Modalidade de Pregão Presencial n. 027/2017

A Excelentíssima Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço – SRP, aquisição de gêneros alimentícios e lanches, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 08h do dia 08 de maio de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07:30 h às 11:30h e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 20 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 057/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 057/2017 Dispensa de Licitação n. 002/2017

Contratada: Praça & Cia LTDA. Valor global: R\$38.619,45. Contrato Administrativo n. 001/2006. Vigência: 31/12/2017. A Senhora Prefeita do Município de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para

Massaranduba

PREFEITURA

CRC - LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI	
CNPJ:	23.146.943/0001-22	
CÓD.FORN.:	264806	
ENDEREÇO:	RUA OTAVIO FRANCISCO DIAS, 783, AGUA VERDE	
CEP: 80.620-310	MUNICÍPIO: CURITIBA	UF: PR
FONE:	(43) 99631-6699	

RAMO:

CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA, SERVIÇOS DE ARQUITETURA, SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	127542551/2017	17/04/2017	13/10/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	015870322-68	31/01/2017	31/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	68E3.7A17.EAD9.517A	17/04/2017	14/10/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017040605280853399763	06/04/2017	05/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	31936/2017	31/01/2017	30/05/2017
FALENCIA E CONCORDATA	FLA97911	17/04/2017	16/06/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 20/04/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

MAYARA RAIMONDI MARTINA

Gerência de Licitações e Contratos

CPF: 092.860.619-86

LEI Nº. 1802 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1802 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 628.269,70 (Seiscentos e Vinte e Oito Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Setenta Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 134.000,00
 0501.012.361.0081.2041 – Manutenção da Secretaria de Educação
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 243.000,00
 0501.012.366.0100.2056 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos – EJAM
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 111.269,70
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
 0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial



0501 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 628.269,70 (Seiscentos e Vinte e Oito Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Setenta Centavos) dos programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 15.600,00
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 106.400,00
0501.012.365.0096.2053 – Manutenção de Educação Infantil Creche
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 100.000,00
0501.012.365.0097.1055 – Reforma de Unidades Escolares da Educação Infantil
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 21.000,00

0506 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
0506.027.812.0132.1067 – Reforma e Climatização de Pavilhões
0506 – 33900000 – Aplicações Diretas
0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.800,00
0506 – 44900000 – Aplicações Diretas
0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.800,00
0507 – GERÊNCIA DE TURISMO
0507.013.695.0140.2063 – Incentivo ao Turismo
0507 – 33900000 – Aplicações Diretas
0507 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 13.000,00
0507 – 44900000 – Aplicações Diretas
0507 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.207,50

0801 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.016.482.0071.1069 – Apoio a Construção de Casas Populares
0801 – 33900000 – Aplicações Diretas
0801 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.792,50
0801 – 44900000 – Aplicações Diretas
0801 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.207,50

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.018.541.0150.1071 – Aquisição de Veículos para a Gestão Ambiental
0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
0901.020.609.0153.1075 – Aquisição de Equipamentos Para Patrulha Agrícola Municipal
0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 157.000,00
0901.018.541.0150.2073 – Execução de Programas de Educação Ambiental
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 41.600,00
0901.020.606.0151.2077 – Apoio a Aquicultura do Município
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 41.585,00
0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.915,00

0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 32.562,20
0901.018.541.0150.2110 – Programa de Incentivo ao Cultivo de Palmáceas
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.800,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1803 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1803 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 398.654,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE

0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde

0601 – 31900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 353.654,00

0601 – 33900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 45.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 398.654,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE

0601.017.512.0195.1106 – Ampliação da Rede de água Potável

0601 – 44900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 52.500,00

0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da Drenagem Pluvial

0601 – 33900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 177.055,00

0601 – 44900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 31.245,00

0601.017.512.0195.1108 – Implantação da Rede de Esgoto Sanitário

0601 – 44900000 – Aplicações Diretas

0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 27.925,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.1112 – Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Saúde

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 52.000,00

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção dos Serviços de Atendimento a população

0602 – 31710000 – Transferências a Consórcios Públicos

0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 1.006,50

0602 – 33710000 – Transferências a Consórcios Públicos

0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 7.206,00

0602 – 33930000 – Transferências a Consórcios Públicos

0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 3.124,50

0602.010.302.0191.0113 – Transferência de Recursos a Entidades

0602 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 46.592,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1804 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1804 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), no programa abaixo discriminado:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais
0403 – 33900000 – Aplicações Diretas
0403 – 16401 – Transf.Convênio -Estado/Outros R\$ 20.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) do programa e verba abaixo discriminado:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0062.1031 – Aquisição de Equipamentos Para a Frota Rodoviária
0403 – 33900000 – Aplicações Diretas
0403 – 16401 – Transf.Convênio -Estado/Outros R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1805 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1805 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual – 2014/2017 e Lei das Diretrizes Orçamentárias - 2017.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Os anexos de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei nº 1625/2013, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0180 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 0008 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função: 0242 – ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
Ação: 1116 – Aquisição de Veículo para APAE.
Produto: Veículo
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 13401 – Transferências Convênios-União/Outros Não Rel R\$ 130.000,00
10000 – Recursos Ordinários R\$ 43.000,00

Art. 2º. Os anexos de Metas da LDO 2017, aprovada pela Lei nº 1761/2016, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0180 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 0008 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função: 0242 – ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
Ação: 1116 – Aquisição de Veículo para APAE.
Produto: Veículo
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 13401 – Transferências Convênios-União/Outros Não Rel R\$ 130.000,00

10000 – Recursos Ordinários R\$ 43.000,00

Art. 3º. As Novas Ações a serem incluídas no PPA 2014/2017 e LDO/2017 correrão por conta de recurso do excesso de arrecadação de Transferência de Convênios da União e anulações de dotações próprias do Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2017.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1806 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº. 1806 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Abertura de Crédito Especial

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2017 no valor de R\$ 45.490,00 (Quarenta e Cinco Mil Quatrocentos e Noventa Reais), no programa abaixo discriminado:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.1116 – Aquisição de Veículo para APAE

0701 – 44900000 – Aplicações Diretas

0701 – 13401 – Transferência Convênios-União/Outros Não Rel R\$ 2.490,00

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 43.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 45.490,00 (Quarenta e Cinco Mil Quatrocentos e Noventa Reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias de Baixa Renda

0701 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.980,00

0701 – 44900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 17.020,00

0701 – 13401 – Transferência Convênios-União/Outros Não Rel R\$ 2.490,00

0702 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

0702.008.243.0181.2092 – Orientação e Apoio Sócio Familiar

0702 – 33900000 – Aplicações Diretas

0702 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 67.2017 PP 51.2017 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: TAPA BURACO E CONCRETO ASFÁLTICO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS E AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO PARA EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS A FRIO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 05/05/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 05/05/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 20 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 68.2017 PP 52.2017 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: TINTA PARA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA DESTINADA À MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 08/05/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 08/05/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 20 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

LEI Nº 1748-2017

LEI Nº 1.748 DE 20 DE ABRIL DE 2017

TRATA DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Concede-se revisão geral anual de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), a título de reposição inflacionária, aos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, Autarquias e Legislativo, contratados temporariamente, inativos e pensionistas e honoríficos (conselheiro tutelar), conforme preceitua o Art. 37, inciso X da Constituição Federal, e os cargos do magistério.

§ 1o O índice acima determinado compreende o período de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, de acordo com a tabela do INPC-IBGE.

Art. 2o A revisão anual descrita no Artigo 1.º não se aplica ao Chefe do Poder Executivo, Vice-Prefeito e Poder Legislativo (Vereadores) e aos cargos e funções de livre nomeação e exoneração.

Art. 3o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 abril de 2017.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 20 de abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº153-2017

PORTARIA n.º 153/2017

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 147/2017 que concede licença saúde à servidora ARILDES BONFANTE SALVALAIO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/04/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº154-2017

PORTARIA n.º 154/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora SHIRLEY MICHELS BENEDET DA BOIT, do cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/04/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº155-2017

PORTARIA n.º 155/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SHIRLEY MICHELS BENEDET DA BOIT, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo, em substituição à servidora GESSICA MOTTA ZANATTA BENEDET, em virtude de afastamento por licença saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 536-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033-2017 EMPRESA DE CONCURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 536/2017

Modalidade: Pregão Para Registro de Preços nº 33/2017

Tipo: Menor preço - Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 08 de maio de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de maio de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br.

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo no e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br, ou entregue na Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC.

Modelo/SC 20 de abril de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 019/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 030/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 019/2017.

TIPO: Menor Preço.

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de material de expediente e material escolar para manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Mondaí-SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 08 de Maio de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 08 de Maio de 2017.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondaí, SC, 20 de Abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 021/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 021/2017.

TIPO: Menor Preço/Total Por Lote.

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de produtos químicos destinados para manutenção das estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí - SC, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h45min do dia 08 de Maio de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 08 de Maio de 2017.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondaí, SC, 20 de Abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 020/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 020/2017.

TIPO: Menor Preço.

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de material de higiene e limpeza e outros materiais de custeio para manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Mondaí-SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 09 de Maio de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 09 de Maio de 2017.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondaí, SC, 20 de Abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2017

DECRETO Nº 071/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.762/2017, de 19 de Abril de 2017,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.780.000,00 (Dois milhões, setecentos e oitenta mil reais):

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 1.000.000,00		
05.01.12.365.0007.2.056-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 1.000.000,00		
06 – Encargos Gerais do Município		
06.01- Encargos Gerais do Município		
06.01.28.846.0000.2.045-3.2.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 380.000,00		
06.01.28.846.0000.2.045-4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 400.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico
03.01 – Secretaria do Sistema Econômico
03.01.04.123.0003.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor de R\$ 780.000,00

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo
05.01.12.361.0007.2.055-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor de R\$ 2.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 20 de Abril de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 12/2017 PMN

ATA 12/2017 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 18 DE ABRIL DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ELTON FERREIRA EPP, BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MAIOMAQ TERRAPLANAGEM, INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS KOHLER, J MIX DEPOSITO DE MATERIAIS, BRITAGEM GASPAR, AJ POTTER E CIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA. DEVIDAMENTE CREDENCIADA E APENAS AS EMPRESAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAI, BRITAGEM GASPAR E AJ POTTER E CIA NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. COM A PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO GERENTE ADMINISTRATIVO DO OBRAS SR. ROBERTO MIGUEL CELEZINSKI.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CREDENCIADA CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

A EMPRESA INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS KOHLER PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DOS ITENS 02,03 E 12.

A EMPRESA ELTON FERREIRA EPP SERIA VENCEDORA DO ITEM 02, NA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO CONSTOU A CND MUNICIPAL COM A VALIDADE VENCIDA SENDO DESCLASSIFICADA.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA DA SESSÃO 40/2017 PMN

ATA SESSÃO 40/2017 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 18 DE ABRIL DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES CENCI EQUIPAMENTOS, PJ SERVIÇOS E COMERCIO, TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO, FOOT COMERCIAL, VENCOLI BRASIL. DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS A EMPRESA TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. COM A PARTICIPAÇÃO DAS NUTRICIONISTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SRAS. SUZANA TIEMI MORAIS E SANDRA MARIA PEREIRA.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCOLI NÃO APRESENTOU O QUE PEDIA NO EDITAL NO ITEM 5.5.1 (CERTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO) SENDO DESCLASSIFICADA DO ITEM 02 E 04, A EMPRESA PJ NÃO APRESENTOU O QUE PEDIA NO ITEM 5.5.1 POIS COTOU NO ITEM 02 SENDO DESCLASSIFICADA, AS DEMAIS EMPRESAS CREDENCIADA CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA DA SESSÃO 45/2017 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 PMN

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 20/04/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA, JOSIANE BONETTI, JOZÉZITE DOS SANTOS, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 45-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS (COPA E COZINHA) PARA SEREM UTILIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. AS EMPRESAS PARTICIPANTES FORAM: SATELITE COMERCIAL LTDA - EPP, REPRESENTADA POR GUILHERME EDUARDO DE ANDRADE; TECNOLAR LTDA - ME, REPRESENTADA POR HELIO ALMIR BAGATOLI; CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME, REPRESENTADA POR JEAB PIERRE CLASEN DIAS; BONA GENTE COMERCIAL LTDA, REPRESENTADA POR WILSON DE ANDRADE'; LUIZ MINIOLI NETTO-EPP, REPRESENTADA POR MICHEL DA SILVA FRANCA; COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP, SEM REPRESENTANTE; WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME, REPRESENTADA POR GUSTAVO KALFELTZ RESCAROLI; TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA REPRESENTADA POR FERNANDO JOSÉ LONGEN; G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, SEM REPRESENTANTE; BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME, REPRESENTADO POR SERGIO BAGATOLI; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, REPRESENTADA POR EVANDRO DA SILVA; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEUER; ASTOR STAUDT - ME, REPRESENTADO POR GABRIEL SILVA SOARES ; VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME, SEM REPRESENTANTE. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO, NÃO HOVE MANIFESTAÇÃO. PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS QUE FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE E RUBRICA, ESTE SEÇÃO FOI SUSPensa PARA ANÁLISE DOS FOLDERS DOS ITENS Nº 2, 8, 28,36, 37E 43. A SEÇÃO FOI SUSPensa AS 11H54M. E RETORNARÁ AS 09H00M DO DIA 28/04/2017. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 11H54MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. ENCERRANDO-SE O CERTAME AS 11:54

ATA DA SESSÃO 60/2017 PMN

ATA 60/2017

ABERTO O CERTAME NO DIA 09 DE ABRIL DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES RP COMERCIAL, PROJETO CULTURAL, VITANET, TECNOLAR, GILMAR SANI, REFRIMIX, LINEAR, FERNANDO DE AVIZ, BAGATOLI, TECNOFORTE, E&AR, VLMX, RICARL, COMERCIAL JR, DOMINIO COMÉRCIO, MARCELO WEINRICH, REI DOS REIS, OSMAR ORLANDO JUNIOR, MM COMERCIO, A EMPRESA AJA NÃO APRESENTOU O ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO SENDO DESCLASSIFICADA. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS A EMPRESA VENTISOL NÃO SE ENQUADRA COMO MEI/

ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO COM A PRESENÇA

A SESSÃO FOI ENCERRADA NA ETAPA DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E DAS ANÁLISES DOS FOLDERS AS 11:35 SENDO RETOMADA AS 13:30, FALTANDO LANÇAR AINDA ALGUMAS PROPOSTAS.

RETOMADA A SESSÃO AS 13H30 CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, FOI DADA CONTINUIDADE NOS CADASTROS DAS PROPOSTAS SENDO SEGUIDO PELA ANÁLISE DOS FOLDERS/PROSPECTOS PELOS RESPONSÁVEIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (MARIA BENEDITA CORREA E ALESSANDRO GAIK) E DISPONIBILIZADOS PARA SEREM VISTADAS PELOS LICITANTES.

A EMPRESA VENTISOL FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO CUMPRIR O EDITAL 4 LETRA S (CONTER PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA EXPRESSAMENTE POR ESCRITO DE NO MINIMO 60 DIAS) E A EMPRESA APRESENTOU 30 DIAS A CONTAR COM A DATA DA APRESENTAÇÃO.

A EMPRESA REFRIMIX PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 18.

A EMPRESA TECNOFORTE PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 18 E 19.

A EMPRESA MM PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 18.

A SESSÃO FOI SUSPENSA AS 15:00, ONDE SÃO MUITOS FOLDERS A SEREM ANALISADAS, FICANDO O PESSOAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ANALISANDO E COMUNICAMOS A TODOS OS PRESENTES PARA RETORNAREM NO DIA 17/04/2017 AS 9H PARA DARMOS CONTINUIDADE EM SESSÃO PÚBLICA.

ATA DA SESSÃO 62/2017 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E SENDO ME/EPP, PRESENTE NO CERTAME JACKSON CESAR RODRIGUES. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS PARA O PARTICIPANTE VISTAR, PASSOU-SE PARA A PRÓXIMA ETAPA.

FOI ABERTA A PROPOSTA E VERIFICADA QUE A MESMA ATENDE AO SOLICITADO NO EDITAL, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANÇES.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATADO QUE O ENVELOPE HABILITAÇÃO ESTAVA DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS SOLICITADOS.

ENCERRANDO-SE O CERTAME AS 15:12H.

ATA DA SESSÃO 72/2017 PMN

ATA 72/2017 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 20 DE ABRIL DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES MARAMBAIA VEÍCULOS E RETHA MAXIMA. DEVIDAMENTE CREDENCIADA APENAS A EMPRESA MARAMBAIA VEÍCULOS NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SEND O TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS AUTOMÓVEIS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL. RESSALTANDO QUE A EMPRESA TEM O PRAZO DE ATÉ 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO PARA A ENTREGA DOS VEÍCULOS CONFORME O ITEM 3.1 DO EDITAL

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE

ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 08/2017 FUMREBOM

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 08/2017 FUMREBOM

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de materiais pré-hospitalar, utilizados pelas guarnições de atendimento de urgência da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 08/05/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 08/05/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 69/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 69/2017 PMN EDITAL RETIFICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para execução de drenagem pluvial, pavimentação com pavimento intertravado com lajotas sextavadas de concreto, sinalização viária e construção de passeio público do Beco Martimiano Teixeira, localizado no Bairro Centro, município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 10/05/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 10/05/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 70/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 70/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para execução de drenagem pluvial, pavimentação com lajotas sextavadas de concreto, construção de passeio público e sinalização viária da Rua Jorge Agenor da Luz, localizado no Bairro Gravatá, município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 11/05/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 11/05/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE SUSPENSÃO 46/2017 PMN

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 46/2017 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO por tempo indeterminado, para RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Presencial 46/2017 PMN, do objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE (COLOCAÇÃO DE TUBOS E REPAROS DE BOCAS DE LOBOS E CAIXA DE

PASSAGEM E LIGAÇÕES), PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9541.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Comissão de licitação

CONVOCAÇÃO PARA AMOSTRA 4º COLOCADO DO 35/2017 PMN

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA TERCEIRA CHAMADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017 - PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA PARA ULTIMA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 4º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017 - PMN, CONFORME SEGUE:

CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONVOCA AS EMPRESAS: ELMO PAPELARIA LTDA - ME (13527) CLASSIFICADA NO ITEM 5, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15915) CLASSIFICADA NO ITEM 7, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA TENDO CLASSIFICADA NO ITEM 39, WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME CLASSIFICADA NO ITEM 43.

ITENS	4º COLOCADO
5	ELMO PAPELARIA LTDA - ME (13527)
7	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15915)
39	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA
43	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

EXTRATO DA ATA 04/2017 FUMREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017 FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 04/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 04/2017 FUMREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONAS DE 20 LITROS COM VASILHAMES RETORNÁVEIS; GARRAFAS DESCARTÁVEIS DE 500ML; COPOS DESCARTÁVEIS DE 200ML), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM-FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 04/2017 FUMREBOM

Fornecedor: PJ Serviços e Comercio Eireli

Valor: R\$ 1.515,80

Fornecedor: Tecnoal Comercial Distribuidora Ltda

Valor: R\$ 10.350,00

Vigência: 17/04/2017 a 17/04/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 17 de abril de 2017.

LAUDO DAS AMOSTRAS 34/2017 PMN RELATÓRIO DE AMOSTRAS – PROCESSO 34/2017

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Participante 5944 – CCME Comércio e Representações Ltda-ME
Itens 1, 2, 4, 6, 9, 14, 19, 20, 22, 24, 27, 29, 32, 34, 35, 36, 42, 46, 52, 56, 65, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 81, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 106, 107, 111, 114, 116 e 117 – APROVADO

Participante 10831 – PJ Serviços e Comércio EIRELI – ME
Itens 16, 43, 51, 54, 80, 85 e 110 – APROVADOS

Participante 12742 – FOOT Comercial Ltda – ME
Itens 5, 11, 12, 13, 15, 17, 21, 23, 28, 41, 49, 50, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 74, 79, 109, 113 e 115 – APROVADOS

Participante 14409 – TANAKO Materiais para Construção Ltda – EPP
Itens 3, 7, 18, 26, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 47, 48, 53, 64, 69, 73, 78, 82, 84, 86, 87, 98, 99, 100, 103, 104 e 118 – APROVADOS

Participante 14649 – KRAUS Material de Construção Ltda – EPP
Itens 25, 30, 44, 45, 62, 66, 67, 72, 101, 105, 108 e 112 – APROVADOS

Participantes 16959 – CENCI Equipamentos de Segurança Ltda - ME
Item 8 - APROVADO

Navegantes-SC, 17 de abril de 2017

PORTARIA 1258/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1258 DE 12 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Gerente de Suporte de Tecnologia da Informação o (a) senhor(a) GUSTAVO GARCIA DOS SANTOS, com a data de 17/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1294/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1294 DE 17 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o servidor WILSON PARIZOTTO, do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, a partir de 17/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1295/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1295 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO o senhor VALMIR CÉSAR FRANCISCO, a partir 18/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1318/2017 EXONERA A PEDIDO

PORTARIA N º 1318 DE 18 DE ABRIL DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) BENTO JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 17/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1319/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1319 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Gerente de Distribuição o (a) senhor(a) KATIA SIRLEY PAULO, com a data de 10/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1320/2017 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 1320 DE 18 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora MAIARA DANIELE FELICIO, ocupante da função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, EFETIVA 6195303, no período de 09/04/2017 a 05/10/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1296,1297,1298,1299,1300,1301,1302,1303/2017 NOMEIA POR CONCURSO

PORTARIA N º 1296 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. PATRICIA BERALDO DE FARIA, para exercer o cargo efetivo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL , a partir de 17/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1297 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a Sra. RAQUEL PALOMA DA SILVA, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS , 20 h semanais, período vespertino na E.M. Prof. Maria Tereza Leal, a partir de 04/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1298 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, 20 h, a partir de 07/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1299 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, 40 h, a partir de 07/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1300 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. NELSI MIRANDA DETTONI, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, 20 h, a partir de 10/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1301 DE 18 DE ABRIL DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. AMANDA VITÓRIA DA COSTA, para exercer o cargo efetivo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 30 h, a partir de 10/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1302 DE 18 DE ABRIL DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. ADRIANE MONTEZANO ALCANTI, para exercer o cargo efetivo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 30 h, a partir de 17/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1303 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a Sra. CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 h semanais, vespertino na C.E.M. Prof. Leonora Schmitz, a partir de 11/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS 1306,1307,1308/2017 EXONERA A PEDIDO

PORTARIA N º 1306 DE 18 DE ABRIL DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) CINTIA MARIA ZERGER, do cargo de ENFERMEIRA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 17/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1307 DE 18 DE ABRIL DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) FERNANDA MORAES DUTRA, do cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 17/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1308 DE 18 DE ABRIL DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) CLEITON ROBERTO DA SILVA QUEIROZ, do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS 1309,1310/2017 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1309 DE 18 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) CATARINA DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente o período 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de abril de 2017 a 15 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1310 DE 18 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) ANGELA MARIA VIEIRA PASSOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente o período 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de abril de 2017 a 15 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS 1311,1312,1313,1314,1315/2017 PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

PORTARIA N º 1311 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER DÉBORA DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1312 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CARLA DA SILVA DE CARVALHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1313 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DANIEL NAZÁRIO DE SOUZA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE COMBATES A ENDEMIAS, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1314 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ROSIANI PAULIN JUNKES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência " A ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1315 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PABLO SEBASTIAN VELHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO INFECTOLOGISTA, 20h, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1316,1317/2017 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1316 DE 18 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ANTONIO PAULO ULLIRSCH, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente o período 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de abril de 2017 a 15 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1317 DE 18 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARA SILVIA DE OLIVEIRA BUSATTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 11/04/2017 a 09/07/2017, referente o período 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de abril de 2017 a 09 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS 1321,1322/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1321 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 4) o (a) senhor(a) GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA, com a data de 05/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1322 DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 6) o (a) senhor(a) JULIO CESAR MORAES, com a data de 04/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DAS AMOSTRAS 35/2017 PMN

RELATÓRIO DE AMOSTRAS – PROCESSO 35/2017 PMN

LAUDO DE AVALIAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, DIVULGA O RESULTADO DAS AMOSTRAS DOS 3º E 4º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 - PMN, CONFORME SEGUE:

ITENS	3º E 4º COLOCADO
3	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME - NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
7	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
8	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
9	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME - NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
10	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI – ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
11	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
12	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
13	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI – ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
18	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
20	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
21	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME -NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
24	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
25	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
26	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
27	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
28	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
30	CÉLIA REGINA W.SANI-ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
31	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI – ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
34	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
32	CÉLIA REGINA W.SANI-ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
35	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
38	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
39	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA

40	CÉLIA REGINA W.SANI-ME -NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
41	CÉLIA REGINA W.SANI-ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
42	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
44	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP- APROVADO
50	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI – ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
53	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
54	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
55	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP- APROVADO
56	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
57	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
61	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
5	VENCOLI- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
6	ELMO PAPELARIA LTDA- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
43	CÉLIA REGINA W.SANI-ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA
51	CÉLIA REGINA W.SANI-ME- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA

RELATÓRIO DAS AMOSTRAS 9/2017 FMS

Navegantes, 17 de abril de 2017.

C.I. Nº 319-2017

DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura

Assunto: Aprovação de amostras Material Ambulatorial.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das amostras do pregão 09/2017, visando a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria Municipal de Saúde;

Participante 7397 – Cointer Material Médico Hospitalar LTDA

Item 45 – Equipo macrogotas(...);

Item 74 – Hipoclorito de sódio 1%(...);

Item 111 – Seringa 3ml (...);

Item 112– Seringa 5ml(...);

APROVADA AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante 11837 – Produvale Produtos Hospitalares

Item 26 – Catéter tipo óculos(...);

Item 70 – Gaze 91x91 13 fios(...);

Item 99 – Preservativo lubrificado(...);

APROVADA AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

ALCÍDIO REIS PERA

SECRETÁRIO DA SAÚDE

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: CHAMAMENTO PÚBLICO
Objeto: Tem por objeto o presente Edital de Chamamento a seleção de ofertas de venda, ao Município de Nova Itaberaba, de área de terras destinada à instalação da garagem e parque de máquinas da Administração.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de maio de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de maio de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
NOVA ITABERABA, 19 de abril de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 062/2017

CONTRATO Nº 062/2017

Origem: Processo Licitatório nº 025/2017. Modalidade: Tomada de Preço 002/2017. Homologação: 05/04/2017. CONTRATANTE: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Credenciada: DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, estabelecida a Rod. BR 470, nº 460, Sala 01 e 02, bairro Ribeirão Basilio, Município de Apiúna/SC, CNPJ/MF n. 12.323.692/0001-98, neste ato representada pela Sra. Camila da Silva, CPF nº 070.705.349-81. OBJETO DO CONTRATO: Execução de serviços com fornecimento de material para a construção do Centro de Eventos - Etapa I (Anexo ao Ginásio de Esportes Inácio Gullini localizado em Nova Trento), cidade de Nova Trento/SC. VALOR TOTAL: R\$ 310.648,06 (Trezentos e dez mil, seiscentos e quarenta e oito reais e seis centavos).

Nova Trento, 20 de abril de 2017
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

DECRETO Nº 095/2017

decreto Nº 095, DE 18 de abril de 2017

Dispõe sobre delegação de atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 94, § 1º, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que "O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas, que não sejam de sua competência exclusiva"; CONSIDERANDO o disposto no art. 112, IV, da Lei Orgânica do Município, que atribui aos Secretários Municipais o poder de praticarem "(...) os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito"; CONSIDERANDO o disposto nos itens 3 a 7 do Prejulgado nº 1.533, do TCE/SC; CONSIDERANDO a necessidade de se conferir publicidade ao ato de delegação relativo à realização da despesa pública; Considerando a necessidade de distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e das atribuições dos gestores públicos, inclusive em face do volume de documentos gerados, recomendando a delegação da atribuição para assiná-los, e; CONSIDERANDO que a descentralização administrativa objetiva assegurar rapidez às decisões, tornando-se mais célere o atendimento aos pleitos da comunidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Nova Trento ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, autorizar previamente compras e serviços de terceiros, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

§ 1º Fica autorizado o ordenador de despesa a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Prefeito Municipal ou o Tesoureiro

Municipal.

§ 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para posterior emissão do empenho. Art. 2º - Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para expedir os atos de pessoal referentes a situação funcional dos servidores públicos municipais da administração direta, inclusive os contratados temporariamente nos termos da Lei Municipal nº 2.553/2014, exceto:

I - nomeação e exoneração;

II - aplicação de penas administrativas e disciplinares, inclusive de demissão de servidores estáveis.

Parágrafo único. Os atos administrativos bilaterais de que trata o caput deste artigo deverão ser obrigatoriamente assinados pelo titular da Secretaria Municipal da respectiva área de competência.

Art. 3º Fica delegada a competência de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ao Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, requerer abertura, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar contratos, convênios, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado ao ordenador de despesa a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Tesoureiro Municipal.

Art. 4º Fica delegado, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, na forma e condições a seguir descritas:

I - expedir portarias, instruções normativas ou quaisquer outros atos administrativos para a execução das leis, decretos e regulamentos disciplinadores das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais, exceto quanto às inseridas nas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e legais do Prefeito Municipal;

II - respeitada a legislação pertinente, cometer tarefas funcionais executivas aos servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

III - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

IV - resolver, mediante despacho exarado em procedimento administrativo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

Parágrafo único. Os Secretários Municipais responsabilizar-se-ão por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 5º Os ordenadores de despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Parágrafo único. Aquele que, por qualquer situação transitória, for designado para o exercício cumulativo ou em substituição de qualquer dos cargos detentores de delegação, terá as mesmas prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo acumulado

ou substituído.

Art. 6º É vedada a subdelegação das competências indicadas neste decreto, as quais poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Trento,
18 de abril de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume. Cumpra-se.

Jucelino Marino Chini

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 084/2017 "D"

PORTARIA Nº 084/ 2017 "D"

Licença Gestante

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 94 e ss, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal MONICA AMORIM, matrícula nº 6974, no Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGO(A), em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 12 de fevereiro de 2017 a 11 de junho de 2017, conforme atestado médico datado de 12 de fevereiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de fevereiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 085/2017 "B"

PORTARIA Nº 085/ 2017 "B"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207/1992, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

EXONERAR a Pedido o Servidor Público Municipal, DENISE CADORIN, matrícula nº 6530, do cargo de Educador Físico NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura,

Município de Nova Trento a partir de 10 de fevereiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de fevereiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 105/2017

PORTARIA Nº 105/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO, matrícula nº 7313 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Itinerante), sendo 15 (quinze) horas na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis e 20 (vinte) horas no Centro Municipal Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Antero Vicente Silva s/nº, Bairro Tajuba II Município de São João Batista, portadora do CPF nº 038.950.519-69, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Itinerante), sendo 15 (quinze) horas na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis e 20 (vinte) horas no Centro Municipal Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.247,34 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017(término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Arcileide dos Santos Zunino
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 106/2017

PORTARIA Nº 106/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, SUZANA VARGAS GERBER VOLTOLINI, matrícula nº 7314 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 30 (trinta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), na Creche Municipal Santo Antonin, Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUZANA VARGAS GERBER VOLTOLINI brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Lucas Cipriani nº 56, Bairro Centro Município de São João Batista, portadora do CPF nº

025.201.119-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 30 (trinta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), na Creche Municipal Santo Antônio, Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.926,28 (um mil novecentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017(término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Suzana Vargas Gerber Voltolini
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, LAISE CONSTANTE, matrícula nº 7315 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LAISE CONSTANTE brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Araci Griga nº 186, Bairro Jardim São Paulo Município de São João Batista, portadora do CPF nº 065.567.149-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Laise Constante
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 108/2017

PORTARIA Nº 108/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA, matrícula nº 7316 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), sendo 10 (dez) horas na Creche Municipal Claraíba e 10 (dez) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Claraíba s/nº, Bairro Claraíba Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 043.831.589-86, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Rosali Maria Mazzola Maurici
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 114/2017

PORTARIA Nº 114/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JULIANA DE SOUZA HOFF, matrícula nº 7322 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi Centro, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA DE SOUZA HOFF brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ivo Schmitt s/nº, Bairro Ribanceira do Sul Município de São João Batista, portadora do CPF nº 043.217469-90., firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi Centro, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta

e quatro reais e vinte centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Juliana de Souza Hoff
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 115/2017

PORTARIA Nº 115/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas

através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GIORGIA SGROTT, matrícula nº 7323 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Salto e 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GIORGIA SGROTT brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes nº 1746 Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 052.227.009-33, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Salto e 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 642,08 (seiscentos e quarenta e dois reais e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Giorgia Sgrott
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 212/2017

PORTARIA Nº 212/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal LEIA MARIA RUBERTI DAL-BOSCO, matrícula nº 7406, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 03 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 250/2017

PORTARIA Nº 250/ 2017

Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIANE SIVIERO, matrícula nº 6970, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de, Enfermeira, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Besenello, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 10 de março de 2017 a 24 de março de 2017, conforme resultado pericial datado de 14/03/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 261/2017

PORTARIA Nº 261/ 2017

Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIANE SIVIERO, matrícula nº 6970, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de, Enfermeira, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Besenello, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 25 de março de 2017 a 08 de abril de 2017, conforme resultado pericial datado de 27/03/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de março de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 266/2017

PORTARIA Nº 266/ 2017
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) meses, sendo 01 (mês) relativo ao período aquisitivo de 01/03/2001 a 28/02/2005, e 01 (um) mês relativo ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010, a contar de 03 de abril de 2017 a 01 de junho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 267/2017

PORTARIA Nº 267/ 2017
Concede Licença Sem Vencimento

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do item XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o § 4º, do art. 100, da Lei 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais).

RESOLVE:

CONCEDER Licença Sem Vencimento à Servidora Pública Municipal EDIANA APARECIDA MINATTI, matrícula Nº 161 Concursada no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03 de abril de 2017 a 02 de abril de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 268/2017

PORTARIA Nº 268/ 2017

Nomeação/ Posse

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 010/2017 de 20 de janeiro de 2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015 de 09 de junho 2015, ADILSON ROBERTO BATSCHAUER matrícula nº 7450 no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e Empossar em 03 de abril de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de abril de 2017.

Maxiliano de Oliveira Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 289/2017 "C"

PORTARIA Nº 289/ 2017 "C"

Prorroga Admissão

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

PRORROGAR a Portaria 117/2017, que Admitiu em Caráter Temporário a Funcionária Pública ELISANGELA CARDOSO ANDRADE DOS SANTOS, matrícula Nº 7329 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 09 de abril de 2017 a 07 de julho de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 289/2017 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 289/2017 "D"

PORTARIA Nº 289/ 2017 "D"

Prorroga Admissão

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

PRORROGAR a Portaria 137/2017, que Admitiu em Caráter Temporário a Funcionária Pública IVONETE COUTO DOS SANTOS, matrícula nº 7345 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Claraiba, Município de Nova Trento a contar de 09 de abril de 2017 a 07 de julho de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 289/2017 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 295/2017

PORTARIA Nº 295/ 2017

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE;

EXONERAR a Pedido o Servidor Público Municipal, ELISIO WOIKOSKI matrícula nº 7292 do cargo de Motorista de Transporte Escolar com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento a contar de 13 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 298/2017

PORTARIA Nº 298/ 2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal IVONE ARMELINI TOMASI, matrícula nº 422, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 13 de abril de 2017 a 27 de abril de 2017, conforme resultado pericial datado de 17/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças



Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO
 Balancete do Razão

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Março

BALANCETE DO RAZÃO

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão	
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes	
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	
ATIVO	365.043,89	199.553,14	99.688,90	299.242,04	451.688,16	
	0,00	132.011,39	80.586,38	212.597,77	0,00	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	2.141.426,75	89.644,65	2.231.071,40	0,00	
	365.043,89	2.166.690,94	89.908,69	2.256.599,63	390.572,12	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	155.722,45	80.161,52	235.883,97	235.883,96	
	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	198.000,00	99.000,00	297.000,00	297.000,00	
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	1.188.000,00	0,00	1.188.000,00	1.188.000,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	480.675,09	236.599,43	717.274,52	0,00	
	0,00	1.668.675,09	236.599,43	1.905.274,52	1.188.000,00	
CONTROLES DEVEDORES	72.021,83	233.049,62	99.558,90	332.608,52	371.518,41	
	0,00	33.111,94	0,00	33.111,94	0,00	
CONTROLES CREDITORES	0,00	530.963,17	249.515,64	780.478,81	0,00	
	72.021,83	730.900,85	349.074,54	1.079.975,39	371.518,41	
Totais	437.065,72	4.929.390,22	855.169,04	5.784.559,26	2.247.090,53	
	437.065,72	4.929.390,22	855.169,04	5.784.559,26	2.247.090,53	

Nova Trento, 05/04/2017

Carlos Roberto Orsi
 Presidente

Cleide Liz Dell'Antonia
 Contadora CRC/SC 022715/O-5

RESULTADO DE DOCUMENTAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	CONVITE Nr.: 1/2017 - CV
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 39/2017 Processo de Licitação: 39/2017 Data do Processo: 23/03/2017
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TODOS OS PROFESSORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TRENTO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 7/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 20 de Abril de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 017/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 39/2017, Licitação nº. 1/2017 - CV, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ENTREGARAM TEMPESTIVAMENTE OS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA AS EMPRESAS: GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - ME, ROGERIO UBIRATA HAMEL BUENO EIRELI - ME, ERROL PICKERING 54941474953, NOGUEIRA & AZEVEDO ASSESSORIA E CONSULTORIA EDUCAÇÃO, PRAXIS SERVIÇOS AUXILIARES A EDUCAÇÃO LTDA. ME.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DECIDIU A COMISSÃO: A) INABILITAR A EMPRESA GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - ME POR APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM DESACORDO AO SOLICITADO NO EDITAL; B) INABILITAR A EMPRESA NOGUEIRA & AZEVEDO ASSESSORIA E CONSULTORIA EDUCAÇÃO POR NÃO APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS; C) HABILITAR AS DEMAIS POR ATENDEREM AO SOLICITADO NO EDITAL. CONCEDIDA A PALAVRA AOS PRESENTES, NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PELA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO; EM CONSULTA FEITA AS EMPRESAS INABILITADAS, ESTAS AUTORIZARAM QUE FOSSE FEITA A ABERTURA DAS PROPOSTAS POR NÃO INTENCIONAREM INTERPOR RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Nova Trento, 20 de Abril de 2017

COMISSÃO:

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI - - Presidente da Comissão de Licitação
 RAFAEL VISENTAINER ADAMI - - MEMBRO EFETIVO
 MARIA CIPRIANI - - MEMBRO EFETIVO
 LORENA POLLI - - MEMBRO SUPLENTE
 JEFERSON DOS SANTOS - - MEMBRO SUPLENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ELIZENE CASSIA C SALVADOR - - Representante

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</div> <div>CNP J: 82.925.025/0001-60</div> <div>RUA SANTO INACIO 126</div> <div>C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC</div>	<div>CONVITE</div> <div>Nr.: 1/2017 - CV</div>	
	Processo Administrativo:	39/2017
	Processo de Licitação:	39/2017
	Data do Processo:	23/03/2017
<div>Folha: 2/2</div>		

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ROGERIO U H BUENO

LEONILDO VARGAS

ERROL PICKERING

- - Representante

- - Representante

- - Representante

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.324, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.324, de 20 de abril de 2017.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543 de 01 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.03 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Atividade 2.032 – Manutenção do Fundo Mun. Direitos Criança e Adolescente Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0000 aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 20 de abril de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO 009/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO 009/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE EM EXERCÍCIO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES, CONSOANTES AS NORMAS CONSTANTES DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA LEI Nº 410/2009, QUE DISCIPLINA A ADMISSÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO E OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados todos os candidatos aprovados em Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, realizado para esta Municipalidade para comparecerem perante a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, situada à Rua Jose Fabro, nº 01 - centro, nesta cidade, no dia 26 de abril de 2017, às 9h00min, para manifestar-se sobre a aceitação ou não dos cargos públicos aos quais encontram-se selecionados, bem como para designação de local de trabalho:

VAGAS:

CARGO/ FUNÇÃO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
OPERADOR DE MÁQUINAS	02	40 HORAS
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	01	20 HORAS

Art. 2º - Os candidatos que recusarem a vaga cedem automaticamente a vaga para o próximo colocado na classificação, passando para o final da lista em ordem de chamada.

Parágrafo único – Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados na data e hora acima mencionados, junto à Secretaria de Administração e Fazenda, sob pena de perder o direito de ingresso no cargo:

- Atestado Médico, procedido por Medico Oficial, declarando apto para o Exercício do cargo na data da contratação ou nomeação;
- Cédula de Identidade (xérox);
- CPF (xérox);
- Título de eleitor (xérox);
- Comprovante da quitação eleitoral e Gozo dos Direitos Políticos;
- Comprovante de quitação com as obrigações Militares se for o caso;
- Certidão de Antecedentes Criminais dos últimos cinco anos;
- Comprovante de escolaridade exigida para o cargo a ser exercido;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento/Contrato de União Estável (xérox);
- Certidão de Nascimento, RG e CPF dos filhos menores e cônjuge;
- Cartão de PIS/PASEP com data do cadastro (xérox – vide carteira de trabalho);
- Cópia da Carteira de Trabalho e Registro de Contratos;
- Cópia da carteira de Motorista (CNH) quando exigir o cargo;
- Comprovante de residência;
- Cópia da inscrição do Conselho Profissional se exigir o cargo;
- Número de Conta Bancária para fins de folha de pagamento no banco Sicoob ou Brasil;
- Declaração de Renda e Bens Patrimoniais, juntamente com as rendas auferidas no ano de 2016; ou cópia da declaração anual de bens apresentada à Receita Federal;
- Cópia da folha de pagamento do último mês se trabalhar com carteira assinada, devendo ser atualizada anualmente ou quando de mudança de salário, em se tratando de dois vínculos empregatícios;
- Declaração de Dependentes;
- Declaração de encargos de família para fins de impostos de renda;
- Declaração de desincompatibilização;
- Declaração de raça, cor, peso, altura, escolaridade, se doador ou não e se possui deficiência;
- Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de relação de parentesco com o Prefeito ou Vice, observando a Súmula vinculante nº 13 do STF;

Art. 2º - A Contratação para os cargos obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal, sujeitos a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Município, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime administrativo especial – Lei 410/2009, de 21 de dezembro de 2009.

§ 1º - A Contratação somente ocorrerá após análise dos documentos apresentados, podendo ser indeferida caso ocorra desatendimento as normas legais.

Art. 3º - Caso ocorra desistência ou não comparecimento no prazo marcado, ou o não atendimento da documentação exigida, será convocado imediatamente o próximo candidato na lista de classificação, devendo este obedecer aos termos do presente edital.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da lei, para conhecimento de todos.

Novo Horizonte - SC, 19 de abril de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vanderlei Sanagiotto
Prefeito Municipal

EXTRATO PL FMS Nº 007 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/17

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 007/2017 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos do presente edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 05/05/2017, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024 e/ou e-mail: licitação@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 24 de Abril de 2017- ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

EXTRATO TA 001 AO CA MAPFRE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 018/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor : 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais)

Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 29/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 347.382,39

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA que será para mais 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da Apólice de Seguros, ou seja 29/04/2017 à 29/04/2018 - Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Novo Horizonte/SC.

Fundamento Legal: com amparo no artigo 57, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Novo Horizonte/SC, em 20 de Abril de 2017 – ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 034/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor : 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 29/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016

Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (64), 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128)

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA que será para mais 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da Apólice de Seguros, ou seja 29/04/2017 à 29/04/2018 - Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis pertencentes ao Município de Novo Horizonte/SC.

Fundamento Legal: com amparo no artigo 57, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Novo Horizonte/SC, em 20 de Abril de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 013/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 013/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará abertura da etapa de lances do PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de material/equipamento permanente para as Unidades Básicas de Saúde do Município. O início dos lances será feito às 14:00 hs. do dia 09/05/2017. Otacílio Costa, 20/04/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PR 26

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 09/05/2017, às 14:00hs, o Processo Licitatório nº. 0038/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0025/2017, tipo menor preço por item, sob o regime de registro de preços. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas de máquina e caminhão basculante. Obtenção do edital:licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 20/04/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

REATIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, torna pública a retificação do Edital como segue: Foi alterado. O item 12.4 e 16 do edital, incluindo-se os itens 12.4.4 e 16.5 no edital. Observado. Mantendo o restante inalterado, inclusive a abertura dos envelopes. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 26 abril de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 26 de abril de 2017. Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 20 de abril de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 21/2017 PREGÃO PRESENCIAL 13/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de Compras
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 13/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório 21/2017
REGISTRO DE PREÇOS - SRP
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS DE INVERNO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA CONFORME PROGRAMA DE INCENTIVO E MELHORIA PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO CONFORME DE LEI MUNICIPAL Nº 537 28 DE MARÇO DE 2013.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 05/05/2017 abertura às 08h25min.

Entrega de envelopes até 05/05/2017 até 08h15 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal.

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 34510045, ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br

Paial ,20 de abril de 2017.

Névio Antonio Mortari

Prefeito Municipal de Paial

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATOS N.º 327/2016

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do dia 23/12/2016, edição n.º 2152, pág. 441, onde se lê: "CONTRATO Nº 327/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME". Leia-se: "CONTRATO N.º 327/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSTRUTORA TS LTDA".

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para confecção de material de expediente (capas de processos administrativos) para suprir as necessidades da Delegacia de Polícia Civil de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

GRÁFICA MADRI LTDA M.E. ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais);

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 03, 04, 05 e 06, totalizando R\$12.000,00 (doze mil reais);

Palhoça, 20 de abril de 2017.

RESULTADO PREGÃO 34/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL RP nº 34/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP, que consiste na contratação de serviços de pequenos reparos nas Unidades Escolares e Demais segmentos administrativos para o ano Letivo de 2017, onde inclui serviço de pedreiro, serviço de carpintaria, serviço de servente, serviço de pintura predial, serviço de eletricista e serviço de instalação hidráulica, para o Município de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

AMANDA SAVULSKI RODRIGUES ME, ficou classificada no seu menor preço nos Itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 totalizando a importância de R\$ 548.677,00 (Quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais).

Palhoça, 20 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 063/2017

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Palma Sola.

Contratado: Supermercado Perotoni Ltda – EPP.

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº. 063/2017, item de nº. 106 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 06/2017, na modalidade Pregão Presencial de nº. 04/2017 passa ser o seguinte e a partir de 12/04/2017:

- Item nº. 106 – Leite Pasteurizado UHT Longa Vida - R\$: 3,39 (Três reais e trinta e nove centavos), por litro;

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 12 de abril de 2017.

Prefeito Municipal
Cleomar José Mantelli
Contratante

Supermercado Perotoni Ltda – EPP
CNPJ: 11.804.711/0001-35
Renan Vitório Scatola
CPF: 051.185.009-31
Contratada

Testemunhas:

NOME: Fernanda S. Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana Caroline Pies
CPF: 024.607.219-94

Palmitos

PREFEITURA

Decreto nº 032/2017

DECRETO Nº 032/2017 De 03 de abril de 2017.	NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE PALMITOS – COMDAP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelas Leis nº 1.871/1991 e 3.643/2013.
--	--

DECRETA

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto, nomeados os membros para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE PALMITOS – COMDAP, que será constituído por 56 membros, conforme descrição abaixo:

I- Representantes do Governo Municipal, Estadual e Entidades

- 01 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura;
*Lomar Everton Hubner

- 02 representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
*Gilmar Marcon
*Fernando Bittencourt

- 01 representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;
* Maria Lourdes Nicolau Oestreich

- 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde;
*Franciole Maria Bridi Mallmann

- 01 representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
*Edgar José Picon

- 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
*Irineu Valdameri

- 01 representante do Sindicato dos Empregadores Rurais;
*Luiz Antônio Cavalleri

- 01 representante da Associação dos Pecuáristas de Palmitos;
*Alcindo Pasqualotto

DECRETO Nº 032/2017
De 03 de abril de 2017.

- 01 representante da Associação dos Apicultores de Palmitos;
*Edo Rohr

- 01 representante da Cooperativa A1;
*Gilnei Caumo

- 01 representante da Allince One Exportadora de Tabacos Ltda;

*Marcelo Cossa

- 01 representante da Associação Agroecológica Palmitense Natureza Verde;

*Emilio Back

- 01 representante do Núcleo dos Técnicos Agrícolas;

*Vinicius Junior Valdameri

- 01 representante da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Oeste Catarinense – SICOOB OESTECREDI;

*Michele Bondan Bortoli

- 01 representante do Banco do Brasil S.A.;

*Daniel Marcos Moretti

- 01 representante da Associação dos Vitivinicultores;

*Elton Zuffo

- 01 representante da Epagri;

*Neri José Otto

- 01 representante da Cooperativa de Crédito Livre Admissão Associados Alto Uruguai- SICREDI;

*Jucinei Dacroce

- 01 representante da Caixa Econômica Federal;

*Antônio Aparecido Rizzo

- 01 representante da Associação das Mulheres Camponesas;

*Edel Schneider

- 01 representante da Associação dos Piscicultores;

*Hildomar Carlos Zitzlau

- 01 representante do Núcleo dos Agrônomos;

*Silvio Ricardo Valcarenghi

DECRETO Nº 032/2017

De 03 de abril de 2017.

- 01 representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;

*Gilberto Afonso Schneider

- 01 representante da Cooperativa de Produtores e Agroindústrias de Palmitos – COOLONIALLE;

*Walmor Ertel

- 02 representantes das Cooperativas ou Associações de Água de Palmitos;

*Ari Erni Dutel

*Claudio Deckmann

- 01 representante da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC;

*Kiciosam Gali

- 01 representante da CIDASC;

*Marcos Rogério Noebauer

II - Representantes das Comunidades e Regiões

- 03 representantes da região do Distrito de Santa Lúcia;
 - *Bruno Ferrari
 - *Darci Rosset
 - *Regis André Sgarbi
- 03 representantes da região do Distrito de Sede Oldenburg;
 - *Ailton Roberto Lourenz
 - *Silvio Antônio Rucinski
 - *Valdir Machado Miguel
- 03 representantes da região do Distrito da Diamantina;
 - *Lecio Julio Parquert
 - *Lorivo Honef
 - *Ornelio Weber
- 03 representantes da região de Linha São Brás;
 - *Nelson Luiz Conte
 - *Nilton Habeck
 - *Wilmar Travessini
- 03 representantes da Linha Progresso e região;
 - *Ademir Kerkhoff
 - *Astor Balduino Simão
 - *João Henrique Bertolini

DECRETO Nº 032/2017
De 03 de abril de 2017.

- 02 representantes da Linha Santa Maria Goretti e região;
 - *Claudiocir Fachineto
 - *Nestor Celito Vacarin
- 02 representantes da Linha São Gotardo e região;
 - *Luiz Antônio Sgarbi
 - *Vitorino Zemiani
- 02 representantes da Comunidade de Passarinhos e região;
 - *Joacir Gardini
 - *Ademir Pessato
- 02 representantes da Linha Santa Catarina e região;
 - *Márcio Mahl
 - *Edio Kerkhoff
- 02 representantes da Linha Taquarussu e região;
 - *Aldoir Stefeni
 - *Carlos Demozi
- 02 representantes da Linha do Meio e região"
 - *José Sartori
 - *Jandir Bordignon

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 054/2013, de 15 de maio de 2013.

Município de Palmitos/SC, em 03 de abril de 2017.

DAIR JOCELY ENGE
Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 05/2017 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 05/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 03/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESF (ÁREAS 01 E 03), GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA E SERVIÇOS DE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE INTERNAMENTOS HOSPITALARES - AIHS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Data limite para cadastramento da proposta: 05/05/2017 até as 10:30 horas. Data para o início da disputa: 05/05/2017 às 11:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 20 de abril de 2017. Adriane Tezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, torna público a realização de licitação no dia 09/05/2017 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às 09h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL COLORIDO, CONFORME DETALHAMENTO TÉCNICO CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL, PARA SER INSTALADO NA PRAÇA DOS PESCADORES, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA BEIRA RIO, Nº 20, Bairro CENTRO, Município de PASSO DE TORRES/SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Passo de Torres/SC, 20 de Abril de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0045/2017

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2017

PREGÃO ELETRÔNICO N. 0032/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0045/2017, Modalidade de Pregão eletrônico n. 0032/2017 – Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de medicamentos de forma parcelada, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:30 horas/minutos do dia 08/05/2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas/minutos, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, ou pelo site da BLL - WWW.bll.org.br . Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia-SC, 24 de abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 270/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 270/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal e exposição de motivo em anexo, resolve:

AMPLIAR CARGA HORÁRIA, da servidora contratada Elisangela de Britto Palagem, matrícula nº 11369, de 10h para 20h, classificada em Primeiro lugar na Chamada Pública nº 001/2017, a partir de 31/03/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 271/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N.º 271/2017
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, e exposição de motivo em anexo, a partir de 31/03/17 resolve:

Art. 1º. Ampliar conforme Edital 001/2016, fundamentado no Decreto 036/2015, a carga horária semanal de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas de forma temporária, da Servidora Pública e Efetiva Osnilda Rodrigues Vieira.

Art. 2º A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º, será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 272/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 272/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Cidinea Ana Jovino de Souza, efetiva e estável, matrícula nº 10904, até 02/05/2017, portaria de concessão 180/2017, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 273/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 273/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 043/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Karine Marques Lemos, nível superior incompleto, brasileira, portadora do CPF 964.566.200-15, matrícula nº 11411, classificada em primeiro lugar na Chamada Pública nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Professor de Artes, 20 horas, a partir de 11/04/2017 a 22/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 274/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 274/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 95 resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Edna Cristina Stefen Pereira, efetiva e estável, matrícula nº 10738, por 15 dias, a partir de 06/04/2017 até 20/04/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 275/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 275/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 975/2002 e exposição de motivo nº 025/2017 resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tulio Garcia Santos, ensino superior completo, brasileiro, portador do CPF 058.085.079-01, matrícula nº 11412, para o Cargo de Médico Plantonista, a partir de 12/04/2017 até 12/07/2017 ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, junto a Secretária Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 276/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 276/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora

Janisse de Souza Silva, efetiva e estável, matrícula nº 741, até 30/06/2017, portaria de concessão 261/2017, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 17 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 277/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 277/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Tezozinha Dionel Cardoso, efetiva e estável, matrícula nº 10967, até 30/06/2017, portaria de concessão 257/2017, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 278/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 278/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 61, item I, resolve.

EXONERAR A PEDIDO, a partir de 19/04/2017, o Servidor Público Municipal Cidnei Horácio Marques, brasileiro, portador do CPF nº 045.060.379-28, matrícula nº 11356, ocupante do Cargo de Motorista, nomeado pela portaria nº 144/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de abril de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Jose Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 015/2017-PMP

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 61/2016-PMP, modalidade Pregão Presencial nº 39/2016-PMP

OBJETO DO PROCESSO: aquisição de blocos de passe escolar para transporte coletivo, com itinerários em todos os bairros do município.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 015/2017-PMP a Ata de Registro de Preços nº 40/2016-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COLETIVO TRANSPENHA LTDA, situada à Rodovia SC 414, nº 205, sala 01, Bairro: Variante – Penha/SC, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ de nº 01.974.974/0001-39, telefones para contato: (47) 3345-2789/ (47) 3347 – 0816, representada pela Senhora Cristiane Elizabeth Dias, inscrita no CPF sob o nº 039.483.999-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Parecer Jurídico nº 041/2017/PGM (documentos integrantes do presente Termo Aditivo).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica estabelecido o aditivo no percentual de 25% do valor da Ata de Registro de Preços totalizando R\$ 37.073,40 (trinta e sete mil, setenta e três reais e quarenta centavos), nos itens e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bloco de passe escolar com 50 passagens cada, com itinerário em todos os bairros do Município.	Blocos	546	R\$ 67,90	R\$ 37.073,40
TOTAL				R\$ 37.073,40	

CLÁUSULA SEGUNDA

O pagamento das despesas decorrentes do objeto do presente termo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 - Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0009. 2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0633 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 06 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

COLETIVO TRANSPENHA LTDA

CONTRATADO

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 016/2017-PMP

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 13/2016-PMP, modalidade Pregão Presencial nº 10/2016-PMP

OBJETO DO PROCESSO: aquisição de blocos de passe escolar para transporte coletivo, com itinerários em todos os bairros do município.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 015/2017-PMP a Ata de Registro de Preços nº 06/2016-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COLETIVO TRANSPENHA LTDA, situada à Rodovia SC 414, nº 205, sala 01, Bairro: Variante – Penha/SC, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ de nº 01.974.974/0001-39, telefones para contato: (47) 3345-2789/ (47) 3347 – 0816, representada pela Senhora Cristiane Elizabeth Dias, inscrita no CPF sob o nº 039.483.999-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Parecer Jurídico nº 041/2017/PGM (documentos integrantes do presente Termo Aditivo).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica estabelecido o aditivo no percentual de 25% do valor da Ata de Registro de Preços, totalizando R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), nos itens e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bloco de passe escolar com 50 passagens cada, com itinerário em todos os bairros do Município.	Blocos	1.000	R\$ 54,00	R\$ 54.000,00
TOTAL				R\$ 54.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

O pagamento das despesas decorrentes do objeto do presente termo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 - Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0009. 2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0633 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 06 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

COLETIVO TRANSPENHA LTDA
CONTRATADO

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 01/2017-FMT

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA MAXLIFE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

CONTRATO N.º 01/2017-FMT

Pelo presente instrumento, o Município de Penha, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE PENHA, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.862.859-56, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa MAX LIFE INFORMATICA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, no Bairro: Centro, Avenida Antônio Joaquim Tavares, Nº 177, CEP: 88385-000, Telefone (47) -8400-5259, inscrita sobre o CNPJ nº 09.501.997/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Anderson Clayton Forti Meisen, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 053.159.159-05, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é decorrente da Compra Direta 09/2017-FMT, Autorização de Fornecimento nº 10/2017, para a prestação de serviços de locação de impressora multifuncional colorida para uso na Secretaria de Turismo de Penha, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 16 de março de 2017 a 16 de junho de 2017 podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação devidamente aprovada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 819,00 (oitocentos e dezenove reais), sendo o valor mensal de R\$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Projeto/Atividade: 2.076 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Marketing, Promoção e Divulgação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor previsto na Cláusula Terceira, em até 10 (dez) dias do mês subsequente da prestação do serviço, por meio de transferência bancária de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação prévia devidamente aprovada.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de

comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária da Cláusula Terceira, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta;
- Transmitir os dados e informações necessárias à prestação adequada dos serviços contratados;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- Executar os serviços descritos no presente Contrato e Proposta de Preços, nas condições estabelecidas;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;
- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados;
- Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para execução do objeto;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- arcar com as custas de toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto;
- arcar com as custas de toda e qualquer despesas relativas a seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- arcar com toda e qualquer despesa relativa a materiais e manutenção do equipamento locado, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto do presente Contrato será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Turismo, a qual caberá viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretaria de Fazenda, para as providências de

pagamento.

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 16 de março de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MAXLIFE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 09.501.997/0001-38
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 06/2017-FMAS

4º TERMO ADITIVO Nº 06/2017- FMAS
AO CONTRATO Nº 11/2014 FMAS

Licitação: Processo Adm. nº 06/2014 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 03/2014 - FMAS

Objeto: Locação de um imóvel na Rua Margarida Vieira, 516, Praia de Armação, Penha/SC, com 93 m² em alvenaria, sendo 1 (um) sala para recepção, 4 (quatro) salas, 2 (dois) banheiros e 1 (um) área externa, para funcionamento do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Os signatários deste instrumento de 4º Termo aditivo nº. 06/2017-FMAS ao Contrato Administrativo nº. 11/2014-FMAS, de um lado, DIRCEO FRANCISCO NACK, portador do CPF nº 466.368.979/53, residente à Rua Margarida Vieira, 516, Praia de Armação, Penha/SC, telefones (47) 33456262 / (47) 91919698 e de outro lado, o Município de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representado pelo Sr. Aquiles José Schneider da Costa, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, têm entre si justo e contratado o presente Termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 3º Termo Aditivo 03/2017-FMAS ao Contrato Administrativo nº 11/2014 –FMAS, fica prorrogado até o dia 29.05.2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, anexa ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas a seguir.

Penha/SC, 28 de Março de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO
DIRCEO FRANCISCO NACK
CONTRATADO / LOCADOR

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:
JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 16/2017-FMS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

CONTRATO Nº 016/2017-FMS de 11/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017-FMS

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017-FMS

HOMOLOGADO EM 11/04/2017

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-52, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com sede em Barão de Cotegipe/RS, na Rodovia BR 480, nº. 795, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu sócio, o Senhor Edivar Szymanski, inscrito no CPF de nº. 670.481.290-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3152/2017 que Declara em situação de emergência o sistema de Saúde do Município de Penha e dá outras providências, Parecer Jurídico nº 050/2017-PGM e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através de Memorando AF nº 16/2017, (documentos integrantes do presente Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 008/2017 - FMS, Dispensa de Licitação nº 002/2017, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer medicamentos, conforme especificações do Anexo I, parte integrante do Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 20.845,30 (vinte mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).

2.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação da nota fiscal discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida

na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

Dotação- Programa de Trabalho- Atividade

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.066 - Programa de Assistência Farmacêutica

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, em até 10 (dez) dias mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

7.1 - O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 - São obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer os produtos de acordo com as condições e especificações mencionados no Edital, e Anexo I - Termo de Referência, bem como dentro das normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) a falta de quaisquer dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração

ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

l) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior;

m) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

n) não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes estipulam uma multa contratual de valor igual a 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, à parte que, por qualquer razão, infringir dispositivo constante do presente contrato, incorrendo a parte infratora, ainda, em todas as despesas de eventual execução judicial, custas, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 11/04/2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA

PREFEITO MUNICIPAL EDIVAR SZYMANSKI

Contratante Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

Secretária Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CONTRATO 17/2017-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA MAXLIFE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

CONTRATO N.º 17/2017-PMP

Pelo presente instrumento, o Município de Penha, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.862.859-56, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa MAX LIFE INFORMATICA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, no Bairro: Centro, Avenida Antônio Joaquim Tavares, Nº 177, CEP: 88385-000, Telefone (47) -8400-5259, inscrita sobre o CNPJ nº 09.501.997/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Anderson Clayton Forti Meisen, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 053.159.159-05, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é decorrente da Compra Direta 147/2017-PMP, Autorização de Fornecimento nº 280/2017 para prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais monocromáticas a laser para uso nos Departamentos de Contabilidade, Tributação e Cadastro e Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 07 de março de 2017 a 07 de junho de 2017 podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação devidamente aprovada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 5.952,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.984,00 (hum mil, novecentos e oitocentos reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira, e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 06 - SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade: 01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Funcional: 04.123.0005.2.011 - Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor previsto na Cláusula Terceira, em até 10 (dez) dias do mês subsequente da prestação do serviço, por meio de transferência bancária de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação devidamente autorizada.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65,

§ 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária da Cláusula Terceira, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta;
- b) Transmitir os dados e informações necessárias à prestação adequada dos serviços contratados;
- c) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato e Proposta de Preços, nas condições estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados;
- f) Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para execução do objeto;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- h) Arcar com toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto;
- i) Arcar com toda e qualquer despesa relativa a seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- j) Arcar com toda e qualquer despesa relativa a materiais e manutenção do equipamento locado, durante o período da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto do presente Contrato será fiscalizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, a qual caberá viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretaria de Fazenda, para as providências de pagamento.

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera

de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666 e suas alterações, de 21/06/1993, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 07 de março de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MAXLIFE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 09.501.997/0001-38
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 21/2017-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE TUBULAÇÕES E MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº. 21/2017-PMP

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.862.859-56, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.594.845/0001-06, com sede na Rua Osório Domingos Correa, nº. 62 - Bairro Nossa Senhora de Fátima, Penha/SC, CEP 88385-000, neste ato representada pelo Senhor Claudio Daniel Moser, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº. 072.925.449-67, ajustam entre si o presente termo, derivado de conversão da Ata de Registro de Preços 32/2016/PMP, de acordo com Parecer Jurídico 041/2017/PGM (documento anexo ao presente Contrato), mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO FORNECIMENTO

1 - O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de mão de obra para colocação de tubulações e manutenção em vias públicas do município de Penha/SC, conforme Pregão Presencial nº 27/2016 - PMP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO UNID	QUANT. (saldo de objeto da Ata de Registro)	CUSTO	
				VALOR R\$ UNITÁRIO Registrado em Ata (mensal)	VALOR R\$ TOTAL (saldo da Ata de Registro)
01	MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS, COM 2 (dois) PEDREIROS, 06 (seis) AUXILIARES OPERACIONAIS E 01 (UM) CAMINHÃO COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.	MÊS	0,505	R\$ 28.840,00	R\$ 14.564,20
TOTAL				R\$ 14.564,20	

1.2 - A prestação dos serviços, objeto do presente, deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Serviços Urbanos, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2 - O presente contrato terá a mesma vigência da Ata de Registro de Preços 32/2016-PMP, conforme parágrafo quarto do artigo doze do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, encerrando-se em 14 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3 - O valor (saldo da Ata de Registro de Preços) total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 14.420,00 (quatorze mil quatrocentos e vinte reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 03 – Departamento Operacional

Funcional: 15.451.0013.2.040 – Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, após apresentação da Nota Fiscal devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Obras, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 27/2016 - PMP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5 - São responsabilidades da Empresa Contratada:

a) A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

b) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

c) As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

d) A CONTRATADA é responsável também pela qualidade da prestação de serviços, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

e) A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais e/ou prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6 - São obrigações do MUNICÍPIO:

a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade da prestação de serviços;

b) efetuar o pagamento da prestação de serviços, na época de sua exigibilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

b) Quanto à responsabilidade e garantia da prestação de serviços realizados observar-se-á o seguinte:

c) Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

e) A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, a prestação de serviços com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

f) A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou materiais fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

7.1 - Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

a) A prestação de serviços será fiscalizada pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

b) Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

c) Será iniciada, após o recebimento da autorização, a prestação de serviços, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

d) Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

e) Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar

com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

f) O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

g) A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

h) Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da realização da prestação de serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

8 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes da prestação de serviços, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado. Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9 - A não realização da prestação de serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.1 - À CONTRATADA, se recusar a executar os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total do contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

9.2 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

9.3 - A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

9.4 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total do contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

9.5 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato.

9.6 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.7 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1 - A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12 - O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.1 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.2 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.3 - Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14 - Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 20 de março de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO
CLAUDIO DANIEL MOSER
CONTRATADA

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 23/2017-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 23/2017 PMP
AO CONTRATO Nº 04/2016 PMP

LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 66/15 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/15 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Lote 2: Rua Anita Garibaldi: Área: 3.130,74 m² - Total R\$ 458.113,96

Pelo presente instrumento de 5º Termo aditivo nº 23/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº. 04/2016-PMP, firmado, por um lado, pelo MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 4º Termo Aditivo nº. 201/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 04/2016-PMP fica prorrogado até o dia 29.06.2017 a contar do dia 01.04.2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Planejamento, anexa ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termos aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Março de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME
GIAN CARLOS ALVES
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 24/2017-PMP

8 ° Termo aditivo nº 24/2017- PMP
Ao contrato nº 28/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 02/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – PMP.

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização da Rua Waldemar Werner.

Pelo presente instrumento de 8º Termo Aditivo nº 24/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº. 28/2014 PMP entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneario Piçarras, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no Centro, Cep 88.380-000, telefone 47-3345-0803, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Jean Pierre Lana, CPF nº. 969.712.909-68 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 7º Termo Aditivo nº. 207/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº. 28/2014 PMP fica prorrogada até o dia 29/06/2017, conforme justificativa e solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, anexa ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termos aditivos permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Março de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA
Jean Pierre Lana
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 28/2017-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA SINCO SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS INDICATIVAS DE TRÂNSITO.

CONTRATO Nº 28/2017-PMP de 07/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017- PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017-PMP

HOMOLOGADO EM 07/04/2017

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa SINCO SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA com sede na Rodovia da Uva, nº 2.990, Bairro Jardim Esplanada, Município de Colombo, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 77.046.464/0001-63, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Sérgio Maia de Oliveira, inscrito no CPF sob nº 006.986.619-82, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 007/2017-PMP, Pregão Presencial nº 007/2017, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer placas indicativas de trânsito, conforme especificações do Anexo I – Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 5.325,00 (cinco mil trezentos e vinte e cinco reais), sendo R\$ 2.450,00 para o item 1 e R\$ 2.875,00 para o item 2.

2.1 - Os pagamentos referidos aos itens acima serão efetuados em até 30(trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório pelo responsável do 25º Batalhão de Polícia Militar, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato,

correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 15.07 - Departamento de Trânsito

Funcional: 06.181.0016.2.050 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Elemento: 3.3.90..00.00.00.00.00.0056 - Aplicações

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto (itens) mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme pedido do responsável da Secretaria/Departamento.

7.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 - São obrigações da CONTRATADA:

a) A contratada deverá realizar a entrega do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Polícia Militar;

b) No caso do fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega do objeto, será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital;

c) Os custos com material e mão de obra referentes à execução do objeto serão de total responsabilidade da empresa vencedora;

d) fornecer o objeto de acordo com as condições e especificações mencionadas no Edital, e Anexo I - Termo de Referência, bem como dentro das normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

e) cumprir a data de entrega, não sendo aceitos os produtos/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

f) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

g) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

h) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

i) a falta de quaisquer equipamentos/serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente

justificados;

j) comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

k) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

l) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

m) indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

n) seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus todo ou parte do serviço executado pela mesma, caso constatadas divergências nas especificações do objeto.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes estipulam uma multa contratual de valor igual a 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, à parte que, por qualquer razão, infringir dispositivo constante do presente contrato, incorrendo a parte infratora, ainda, em todas as despesas de eventual execução judicial, custas, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O serviço contratado será acompanhado e fiscalizado pelo responsável do 25º Batalhão da Polícia Militar do Município, a quem caberá fiscalizar os materiais/serviços utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa

remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 07 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA SINCO SINALIZAÇÃO E CONST. IND. E COM. LTDA

Prefeito Municipal Sergio Maia de Oliveira

Contratante Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

Secretária Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2017 - PL 30/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 30/2017 – Pregão Presencial 19/2017.

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para complementar a confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (Lei 1906/2012).

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 05/05/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 05/05/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

DECRETO 88 2017

DECRETO N.º 88/2017

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS ISENÇÕES DE IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e Lei nº 2100/2016 de 30 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as pessoas abaixo mencionadas para compor a Comissão especial para avaliar a veracidade das informações referentes a isenção de IPTU:

- I - Lucas Martins de Oliveira
- II - Tarcisio Reinaldo Bervian
- III - Franciéli Schoenell
- IV - Jefferson Luiz Bortoli
- V - Helena Maria Finger Kopsell
- VI - Nadir José Muller
- VII - Fabiano Luiz Riffel
- VIII - Paulo Cesar Saatkamp

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., em 17 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 17/Abril/2017.

Franciéli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 178 2017

PORTARIA Nº 178/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, Grupo 2, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 17 Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/Abril/2017	
--	--

Franciéli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 179 2017

PORTARIA Nº 179/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ODINEI JOSÉ BERTOTTI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 18 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101,

Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 180 2017

PORTARIA Nº 180/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor DANILO SORDI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "C", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 18 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 181 2017

PORTARIA Nº 181/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município

de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIA HANAUER SORDI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 18 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 182 2017

PORTARIA Nº 182/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KELIN SIBILA SIMON PAGGI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 12 e 13 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 183 2017

PORTARIA N° 183/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLAITON PAULO SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 18 de Abril de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 184 2017

PORTARIA N° 184/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 19 de Abril de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 027/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 027/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05/05/2017, licitação modalidade Pregão Presencial nº 027/2017, visando A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA DA SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO E CME, exercício 2017.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/05/2017, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site <http://pinheiropreto.sc.gov.br>.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 045/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 045/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05/05/2017, licitação modalidade Pregão Presencial nº 045/2017, visando O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FLORES DIVERSAS, MUDAS E ADUBO PARA EMBELEZAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, exercício 2017.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/05/2017, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site <http://pinheiropreto.sc.gov.br>.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4585

DECRETO Nº 4.585, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE PROJETO PILOTO COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS – PP-CRD.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

E considerando o disposto no Primeiro Termo de Compromisso e Cooperação Técnica firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria Executiva Estadual do Programa SC Rural,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Permanente responsável pelo "Projeto Piloto Comunidades Rurais Digitais – PP-CRD", designando, para compô-la, os seguintes membros:

I – Mauricio Chelest, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;

II – Dalvana Sasso, Diretora de Projetos;

III - Valdir Neis, Secretário Municipal de Transportes e Obras;

IV – Fabiana Orçatto, Secretária de Administração;

V – Bárbara Zucco, Auxiliar de Serviços Administrativos, ocupante de cargo de provimento efetivo;

VI - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Renda, ocupante de cargo de provimento efetivo;

VII - Sonia M. Hentz, Técnica de Informática.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo Agente Público Mauricio Chelest.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 195

PORTARIA Nº 195, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS ÀS PROVAS DO TESTE SELETIVO Nº 001/2017, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC).

PEDRO RABUSKE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 001/2017,

RESOLVE

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos às provas do teste seletivo nº 001/2017, do Município de Pinheiro Preto (SC), as quais preenchem os requisitos exigidos para as funções de professor de educação física:

INSCRIÇÃO	NOME
001	DIRCEU LUIZ CENDRON
002	VIVIANE ANTUNES DE LIMA
003	ANGELICA APARECIDA UBERTI
004	DANIELLA GRUTZMANN
005	FRANCIELE DA SILVA
006	ROBSON FERNANDO VOLPATO

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 19 de abril de 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO N.º 02/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA SC



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017, DE 09 DE MARÇO DE 2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O Município de **PIRATUBA**, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI, torna público **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** ao PROCESSO SELETIVO DE PROVA ESCRITA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica do Município e de acordo com as disposições deste Edital, bem como será executado pela empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1204, Sala A, Centro, Município de Concórdia – SC, inscrita no CNPJ sob n.º 17.688.208/0001-48.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
51	MARINEZ DIVENSI FRISCTH	1,20	0,40	0,80	2,80	5,20	5,20	APROVADO(A)	1º	02/12/1972
25	MATILDE MULLER	0,80	0,80	0,80	1,60	4,00	4,00	APROVADO(A)	2º	28/07/1970
52	MARLI TERESINH TURATTO	0,40	0,80	1,20	1,20	3,60	3,60	APROVADO(A)	3º	30/04/1966
78	DARLAN A. DOS SANTOS ALVES	0,40	0,00	0,80	1,20	2,40	2,40	APROVADO(A)	4º	10/03/1996

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
36	VANESSA HUSEK SCHERER	2,00	1,20	2,00	2,40	7,60	7,60	APROVADO(A)	1º	06/04/1986
66	JULIANO JOSE PICCOLI	0,40	1,20	2,00	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	2º	22/06/1971
40	THAINARA HENICKA	1,20	0,80	2,00	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º	30/09/1994
16	DAIANE LANHI	1,20	0,40	1,20	2,80	5,60	5,60	APROVADO(A)	4º	04/06/1989
28	LAIS EMANUELA WEBER	0,80	0,40	1,60	2,80	5,60	5,60	APROVADO(A)	5º	23/12/1986
6	LUIZ F. ROGGIA MOREIRA PAZ	0,80	0,80	1,60	2,40	5,60	5,60	APROVADO(A)	6º	22/08/1997
54	IGOR G. CAVASIN PEREIRA	0,80	1,20	1,60	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	7º	19/09/1998
57	EDUARDO G. DA SILVA KLAUS	0,80	0,80	2,00	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	8º	19/09/1997
22	JESSICA LOPES DA CUNHA	0,40	0,00	1,60	2,40	4,40	4,40	APROVADO(A)	9º	21/09/1992
77	IGOR ELIAKIN HAUPT	0,00	0,40	2,00	1,20	3,60	3,60	APROVADO(A)	10º	07/05/1998
62	DEONETE GASPARINI SANDI	0,40	0,40	2,00	0,80	3,60	3,60	APROVADO(A)	11º	24/12/1965
42	VANESSA STEMPCOSKI	0,00	0,40	0,40	1,60	2,40	2,40	APROVADO(A)	12º	17/07/1996

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
44	GRACIELI BALDASSO	1,60	2,00	2,00	2,80	8,40	8,40	APROVADO(A)	1º	16/12/1986
19	DOUGLAS A DONATO DE SOUZA	1,20	1,60	1,60	3,60	8,00	8,00	APROVADO(A)	2º	23/01/1983
21	ANDREY MARCELO MENEGHEL	1,60	1,20	1,60	3,20	7,60	7,60	APROVADO(A)	3º	16/11/1988
56	DANUZA BALDISSERA	0,40	0,40	2,00	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)	4º	26/09/1990



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA SC



FISIOTERAPEUTA										
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
39	GLAUBER NASCIMENTO VIEIRA	2,00	2,00	2,00	2,80	8,80	8,80	APROVADO(A)	1º	06/05/1994
65	DANDARA GODOI DOS SANTOS	1,20	0,40	1,20	4,00	6,80	6,80	APROVADO(A)	2º	24/03/1994
67	ANAPAUULA FRANTZ	1,60	0,80	1,20	3,20	6,80	6,80	APROVADO(A)	3º	08/10/1991
75	PATRICIA GALIANO	1,60	1,20	1,20	2,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	4º	10/08/1989
27	DAIARA RAFAELE DRESCH	1,60	0,00	1,60	3,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	5º	08/12/1991
61	CAROLINE MOREIRA LOPES	0,80	0,40	1,60	3,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º	08/12/1990
23	ZELIANE APARECIDA BORSOI	0,40	0,40	1,60	2,80	5,20	5,20	APROVADO(A)	7º	12/12/1984
53	GENAINA KARINE SANTIN	1,20	0,40	1,20	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)	8º	11/08/1994

MÉDICO CLÍNICO GERAL										
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
59	SERGIO RICARDO GHIGNATTI	2,00	1,60	2,00	3,20	8,80	8,80	APROVADO(A)	1º	20/09/1974
69	LUÍS PAULO ANDRIONI	1,60	1,20	1,20	4,00	8,00	8,00	APROVADO(A)	2º	24/06/1992
63	LUCIANO ANDRE GARGIONI	0,80	2,00	1,60	3,60	8,00	8,00	APROVADO(A)	3º	11/03/1979
80	ANELISE ALVES NUNES	1,60	1,60	1,60	3,20	8,00	8,00	APROVADO(A)	4º	08/10/1987
68	ALESSANDRA DOS SANTOS	1,20	1,20	0,80	3,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	5º	13/12/1989
70	IORRANA RODRIGUES	0,80	0,00	1,20	3,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	6º	25/02/1993
71	KATHICIA FURLANETTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/08/1991

Piratuba SC, 20 de abril de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA011_2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Nº. Contrato	11/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE – ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada.:	ANFERMED – PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE
Valor	R\$ 9.700,00
Vigência	01 mês
Planalto Alegre,SC 18 de Abril de 2017 JUARES BET Prefeito Gestor do Fundo Municipal de Saúde	

DECRETO 4727/2017

DECRETO Nº 4727/2017, DE 20 de abril de 2017.

CRIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALARIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a meta 18 da lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que institui "assegurar, no prazo de 02 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior publica de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica publica, tomar como referencia o piso salarial profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da CF/88.

Considerando a necessidade de elaboração de um plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Planalto Alegre, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira:

DECRETA:

Art.1º- Fica instituída a Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do município de Planalto Alegre, a qual competira realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências para apresentação ao Prefeito Municipal, de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação no município de Planalto Alegre.

Art.2º - A comissão de que trata o artigo 1º deste decreto fica

assim constituída:

I – Dirigente Municipal de educação: Elvino Taffarel
RG: 1.717.824 CPF: 521.911.339-91

II – Professores representante dos diretores/Gestores Escolares: Tais Dalmagro

RG: 5.652.379 CPF: 066.054.579-94

III - Professores representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal de Educação: Marilce Maestri Felippi
RG: 2.654.492 CPF: 860.666.849-49

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação: Ivanete Damo Boniatti
RG: 2.651.103 CPF: 800.146.669-87

V - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento: Giovani José Minuzzi
RG: 6099154624 CPF: 024.599.800-43

VI - Representante da Câmara Municipal de Vereadores: Jovani Celuppi
RG: 2.031.369 CPF: 690.575.679-20

VII - Representante do Departamento Jurídico: Jader de Azevedo Lima Filho
RG: 3.341.972 CPF: 054.458.459-74

VIII - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos: Marta Gazoni
RG: 2.548.633 CPF: 753.751.099-72

Art. 3º - A comissão devera contar com um presidente e um secretario a serem designados na primeira reunião, dentre os membros indicados.

Art. 4º - O prazo para a comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira será ate novembro de 2017, podendo este prazo ser prorrogado a critério da administração publica.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre/SC, em, 20 de abril de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 143/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0143/2017

CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, Anexo V da Lei Complementar nº. 11 de 12 de Março de 2009 e artigo 30 da Lei 742/2015.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Titulação a Servidora Pública Municipal Sra. Marieli Fernanda Perosso, Conselheira Tutelar, por ter apresentado, título superior aquele exigido para o exercício do cargo, na ordem de 20% denominado de Adicional de Graduação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 20 de Abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 008 / 2017.
Inexigibilidade de Licitação n.º 005 / 2017.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE / PASSES DE ÔNIBUS COLETIVO PARA OS USUÁRIOS DOS GRUPOS TERAPÊUTICOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - CAPS DE POMERODE/SC.
Valor Unitário p/ passe: R\$3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos).
Valor total contratado – 10.000 passes: R\$38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência: 31/12/2017.
Ass.: Rafael Ramthun – Secretário Municipal de Saúde – Contratante / Iria Volkmann – Empresa de Transporte Coletivo Volkmann Ltda. – Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Março de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 007 / 2017.
Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 004 / 2017.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Credenciada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE.
Objeto: Contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para atender a demanda no Município de Pomerode de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, de acordo com a Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, Portaria MS/GM n.º 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS n.º 728, de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la.
Valor Total Contratado - estimado: R\$183.120,00 (cento e oitenta e três mil e cento e vinte reais).

Prazo de vigência: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 23 de Março de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2017

Processo Administrativo n.º 024 / 2017.
Dispensa de Licitação n.º 005 / 2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL AO MUNICÍPIO DE POMERODE, EXECUTADA POR PROFISSIONAIS DA EPAGRI, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO – PAT.
Valor total contratado: R\$33.967,00 (trinta e três mil e novecentos e sessenta e sete reais).
Prazo de vigência: Abril a Dezembro / 2017.
Base Legal: Artigo 24, inciso XXX da Lei Federal n.º 8.666/93.
Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / César Augusto Lodi – Gerente Regional da EPAGRI de Blumenau - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI – Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Março de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2017

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.
Pregão Presencial n.º 001 / 2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: MAGRIT HILLE ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO

CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NOS PORTAIS DE CONVÊNIOS - SICONV E SIGEF, E OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

Valor mensal contratado: R\$2.960,00 (dois mil e novecentos e sessenta reais).

Valor total contratado – 12 meses: R\$35.520,00 (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte reais).

Prazo de vigência: 12 meses – Prazo final: 09/04/2018.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Magrit Hille – Magrit Hille ME – Contratada.

Pomerode / SC, 07 de Abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 005-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 201987 - MARGEM - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
29	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS C/ SAIDA ROSCAVEL C/ INSERTO METÁLICO (32 X ¾") Conforme NBR 11821	PEÇA	IPAL	100,00000	R\$4,5000	R\$450,0000
38	CURVA 22º 30 PVC/ PBA 60MM	PEÇA	C&M	10,00000	R\$8,0000	R\$80,0000
39	CURVA 45ºPVC/PBA 60MM	PEÇA	C&M	20,00000	R\$7,8000	R\$156,0000
64	JUNTA GIBAUT FoFo DN 250	PEÇA	FANUEL	6,00000	R\$230,0000	R\$1.380,0000
65	LIXA PARA FERRO / METAIS - GRÃO 150 (FOLHA 225 X 275 mm)	PEÇA	TATU	400,00000	R\$1,4500	R\$580,0000
70	LUVA DE CORRER VINILFER 100 mm C/ JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	C&M	50,00000	R\$20,0000	R\$1.000,0000
71	LUVA DE CORRER VINILFER 150MM C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA	PEÇA	C&M	50,00000	R\$36,5000	R\$1.825,0000
75	LUVA GALVANIZADA ½"	PEÇA	IPC	20,00000	R\$2,1000	R\$42,0000
104	NÍPEL PVC ROSCÁVEL ¾"	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,3100	R\$62,0000
105	REDUÇÃO PVC/PBA 110 mm X 60 mm	PEÇA	amanco	10,00000	R\$17,5000	R\$175,0000
108	REGISTRO DE ESFERA MONO-BLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 1¼"	PEÇA	MIPEL	5,00000	R\$37,0000	R\$185,0000

111	REGISTRO DE ESFERA MONO-BLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 3"	UNIDADE	MIPEL	5,00000	R\$320,0000	R\$1.600,0000
112	REGISTRO DE ESFERA ROSCÁVEL ¾" "VS" (ROSCA F/F) (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	KRONA	20,00000	R\$8,0700	R\$161,4000
115	REGISTRO GAVETA, JEI, COM BOLSA, COM CABEÇOTE, COM CUNHA EM-BORRACHADA, COM GACHETA, 110 mm PARA PVC	PEÇA	IVALVULAS	10,00000	R\$520,0000	R\$5.200,0000
117	REGISTRO GAVETA, JEI, COM BOLSA, COM CABEÇOTE, COM CUNHA EM-BORRACHADA, COM GACHETA, 85 mm PARA PVC	PEÇA	IVALVULAS	10,00000	R\$324,0000	R\$3.240,0000
118	REGISTRO GAVETA, JEI, COM BOLSA, COM CABEÇOTE, COM CUNHA EM-BORRACHADA, COM GACHETA, 100 mm PARA VINILFER	PEÇA	IVALVULAS	10,00000	R\$472,0000	R\$4.720,0000
119	REGISTRO GAVETA, JEI, COM BOLSA, COM CABEÇOTE, COM CUNHA EM-BORRACHADA, COM GACHETA, 150 mm PARA VINILFER	PEÇA	IVALVULAS	5,00000	R\$840,0000	R\$4.200,0000
128	TE 90º PBA C/ BOLSAS 85MM	PEÇA	amanco	5,00000	R\$29,6000	R\$148,0000
133	TUBO PEAD 20MM COM ESPESSURA 2,3MM ROLO 100 MTRS	ROLO	amanco	100,00000	R\$196,5000	R\$19.650,0000
134	TUBO PVC 20 mm BARRA DE 6 m - CLASSE 15	BARRA	PLASTILIT	40,00000	R\$7,8000	R\$312,0000
135	TUBO PVC 25 mm BARRA DE 6 m - CLASSE 15	BARRA	PLASTILIT	40,00000	R\$9,1700	R\$366,8000
136	TUBO PVC 32 mm BARRA DE 6 m - CLASSE 15	BARRA	PLASTILIT	50,00000	R\$17,9000	R\$895,0000
137	TUBO PVC 40 mm BARRA DE 6 m - CLASSE 15	BARRA	PLASTILIT	50,00000	R\$25,9000	R\$1.295,0000
138	TUBO PVC/PBA DE - 110 mm - BARRA DE 6 m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	MULTILIT	200,00000	R\$151,0000	R\$30.200,0000
139	TUBO PVC/PBA DE-140 BARRA DE 6m - CLASSE 12 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	MULTILIT	10,00000	R\$390,0000	R\$3.900,0000

141	TUBO PVC/PBA DE-60 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	MULTILIT	400,00000	R\$44,5000	R\$17.800,0000
142	TUBO PVC/PBA DE 60- BARRA DE 6M - CLASSE 20 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	UNIDADE	MULTILIT	200,00000	R\$55,0000	R\$11.000,0000
143	TUBO PVC/PBA DE-75 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$92,3000	R\$923,0000
144	TUBO PVC/PBA DE - 85 mm - BARRA DE 6 m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	MULTILIT	100,00000	R\$89,7000	R\$8.970,0000
145	TUBO VINILFER DN - 100 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - BARRA 6 m	BARRA	MULTILIT	50,00000	R\$128,6000	R\$6.430,0000
146	TUBO VINILFER DN - 150 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - BARRA 6 m	BARRA	MULTILIT	100,00000	R\$275,0000	R\$27.500,0000
147	TUBO VINILFER DN - 200 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - BARRA 6 m	BARRA	MULTILIT	5,00000	R\$452,9000	R\$2.264,5000
148	TUBO VINILFER DN - 250 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - BARRA 6 m	BARRA	MULTILIT	2,00000	R\$692,9000	R\$1.385,8000
Total do Fornecedor:						R\$158.096,5000
Total Geral dos Itens:						R\$158.096,5000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 005/2017
Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.
Ricardo Campestrini
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 006-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 344249 - VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	ADAPTADOR PVC PBA LONGO BOLSA/ ROSCA 60 X 2"	PEÇA	TIGRE	80,00000	R\$9,1700	R\$733,6000

13	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 85 X 3"	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$5,8900	R\$58,9000
22	CAP. SOLDAVEL 40 MM	PEÇA	TIGRE R\$ 0,91	20,00000	R\$0,9100	R\$18,2000
24	CAP SOLDAVEL 60MM	PEÇA	TIGRE	50,00000	R\$2,4700	R\$123,5000
25	CAP SOLDÁVEL 85 mm	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$7,2000	R\$72,0000
26	CAP SOLDÁVEL 110mm	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$15,6800	R\$156,8000
91	LUVA SOLDAVEL 60MM	PEÇA	TIGRE	50,00000	R\$2,8500	R\$142,5000
106	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ½" PVC (ROSCA M/M) (NBR - 11306)	PEÇA	TIGRE	1.000,00000	R\$1,9800	R\$1.980,0000
113	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 25mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$6,7200	R\$67,2000
114	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 60mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$29,4900	R\$294,9000
127	TE 90º PBA C/ BOLSAS 60MM	PEÇA	TIGRE	20,00000	R\$13,4500	R\$269,0000
131	TÊ PVC ROSCÁVEL ½" COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	HIFERSANE	200,00000	R\$3,9600	R\$792,0000
132	TUBO GALVANIZADO DE 2" NBR5580 PR BARRA 6 METROS ESP. 3,00MM NO MINIMO	BARRA	KIFERRO R\$ 333,00	5,00000	R\$333,0000	R\$1.665,0000
152	VENTOSA DE PVC PARA TUBULAÇÃO DE ÁGUA SOLDÁVEL ¾" (25mm)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$7,2800	R\$72,8000
Total do Fornecedor:						R\$6.446,4000
Total Geral dos Itens:						R\$6.446,4000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 006/2017
Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.
Ricardo Campestrini
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 007-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 291714 - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ADAPTADOR 20 X ½" PEAD Conforme norma ABNT-NBR 9052	PEÇA	ESSA	3.000,00000	R\$0,9100	R\$2.730,0000

3	ADAPTADOR P/ TUBO PEAD 20 X ¾" CONFORME NORMA ABNT -BBR9052	PEÇA	ESSA	800,00000	R\$0,9500	R\$760,0000
Total do Fornecedor:						R\$3.490,0000
Total Geral dos Itens:						R\$3.490,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO n° 007/2017
Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.
Ricardo Campestrini
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 008-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 505862 - SANE FORT TUBOS E CONEXÕES EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 110 X 4"	PEÇA	HIFERSANE	15,00000	R\$33,0000	R\$495,0000
5	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 85 X 3"	PEÇA	HIFERSANE	20,00000	R\$21,2000	R\$424,0000
27	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ IN- SERTO METÁLICO (60 X 3/4) Conforme NBR 11821	PEÇA	IPAL	1.600,00000	R\$4,9500	R\$7.920,0000
30	COLAR DE TOMADA FOFO 110 X ¾"	PEÇA	FC	20,00000	R\$14,0000	R\$280,0000
31	COLAR DE TOMADA FoFo 125 X ¾"	PEÇA	FC	20,00000	R\$15,3000	R\$306,0000
32	COLAR DE TOMADA FoFo 150 X ¾"	PEÇA	FC	10,00000	R\$21,9100	R\$219,1000
33	COLAR DE TOMADA FoFo 200 X ¾"	PEÇA	FC	5,00000	R\$29,5000	R\$147,5000
34	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CURTO ½" EM CO- BRE OU BRONZE (TUBETE,PORCA) E (ARRUELA / JUNTA DE BORRACHA)	UNIDADE	SAF	600,00000	R\$5,9500	R\$3.570,0000
35	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CUR- TO ¾" EM COBRE OU BRONZE (TU- BETE , PORCA) E (ARRUELA / JUNTA DE BORRACHA)	UNIDADE	SAF	50,00000	R\$9,9000	R\$495,0000
36	COTOVELO GALVA- NIZADO 45° - 2"	PEÇA	MECH	20,00000	R\$17,2000	R\$344,0000

37	COTOVELO GALVANIZADO 90° - 2"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$17,2000	R\$172,0000
40	CURVA 45° SOLDADVEL 60MM	PEÇA	MULTILIT	20,00000	R\$6,7500	R\$135,0000
41	CURVA 45° MF GALVANIZADA 2"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$32,2000	R\$322,0000
42	CURVA 90° F/F GALVANIZADA DE 2"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$35,0000	R\$350,0000
44	CURVA F/F GALVANIZADA 45° - 2"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$35,6300	R\$356,3000
45	FITA VEDA ROSCA 18 mm X 50 m	UNIDADE	NOVA	300,00000	R\$1,4000	R\$420,0000
54	JOELHO 90° L/R 25 X ¾" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT-NBR-5648)	PEÇA	SC	200,00000	R\$1,9000	R\$380,0000
57	JOELHO 90° R/R ½" X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT - NBR - 5648)	PEÇA	SC	100,00000	R\$1,5000	R\$150,0000
59	JUNÇÃO GALVANIZADA 2"	PEÇA	MECH	40,00000	R\$47,0000	R\$1.880,0000
60	JUNÇÃO GALVANIZADA 4"	PEÇA	MECH	2,00000	R\$248,0000	R\$496,0000
61	JUNTA GIBALT FoFo DN 125 / DE 140	PEÇA	FC	6,00000	R\$106,0000	R\$636,0000
62	JUNTA GIBALT FoFo DN 100	UNIDADE	FC	6,00000	R\$70,0000	R\$420,0000
63	JUNTA GIBALT FoFo DN 150	PEÇA	FC	6,00000	R\$116,0000	R\$696,0000
66	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC SOLD DE-40 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	50,00000	R\$4,9000	R\$245,0000
67	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE-60 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (longa - 15,7 cm de comprimento) - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	300,00000	R\$6,5000	R\$1.950,0000
68	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE-85 mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (longa - 19 cm de comprimento) - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	20,00000	R\$15,0000	R\$300,0000
69	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE-110mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	40,00000	R\$23,0000	R\$920,0000
73	LUVA DE REDUÇÃO GALVANIZADA F/F 2" X 1"	PEÇA	MECH	6,00000	R\$11,6000	R\$69,6000
76	LUVA GALVANIZADA ¾"	PEÇA	MECH	20,00000	R\$2,6000	R\$52,0000
77	LUVA GALVANIZADA 1"	UNIDADE	MECH	20,00000	R\$4,3500	R\$87,0000

78	LUVA GALVANIZADA 1.¼"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$6,1000	R\$61,0000
79	LUVA GALVANIZADA 2"	PEÇA	MECH	30,00000	R\$11,9900	R\$359,7000
80	LUVA GALVANIZADA 2.½"	PEÇA	MECH	5,00000	R\$21,1000	R\$105,5000
82	LUVA L/R 20 X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	SC	200,00000	R\$1,5300	R\$306,0000
84	LUVA L/R REDUÇÃO 25 X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	SC	200,00000	R\$1,7500	R\$350,0000
85	LUVA L/R 25 X ¾" (PVC AZUL) C/ INSERTO METALICO (NBR 5648)	PEÇA	SC	400,00000	R\$1,7000	R\$680,0000
86	LUVA ROSCAVEL ½" C/ ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	TIGRE	400,00000	R\$1,5400	R\$616,0000
87	LUVA ROSCAVEL ¾" C/ ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	HIFERSANE	100,00000	R\$1,3800	R\$138,0000
92	Nípel Duplo Galvanizado de Redução 2½ x 2 Polegadas.	PEÇA	MECH	10,00000	R\$26,7000	R\$267,0000
93	NÍPEL GALVANIZADO ½"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$2,1000	R\$21,0000
94	NÍPEL GALVANIZADO ¾"	PEÇA	MECH	20,00000	R\$2,6500	R\$53,0000
95	NÍPEL GALVANIZADO 1"	PEÇA	MECH	20,00000	R\$4,0000	R\$80,0000
100	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 1½X1.	PEÇA	MECH	10,00000	R\$10,2000	R\$102,0000
97	NÍPEL GALVANIZADO 2"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$10,5000	R\$105,0000
99	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 1¼x1.	PEÇA	MECH	10,00000	R\$8,2500	R\$82,5000
96	NÍPEL GALVANIZADO 1.½"	PEÇA	MECH	5,00000	R\$8,3000	R\$41,5000
101	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 2x1.	PEÇA	MECH	10,00000	R\$15,0000	R\$150,0000
102	NÍPEL GALVANIZADO DUPLO DE REDUÇÃO 2" X 1.½"	PEÇA	MECH	10,00000	R\$15,5000	R\$155,0000
103	NÍPEL PVC ROSCÁVEL ½"	PEÇA	MULTILIT	200,00000	R\$0,2500	R\$50,0000
116	REGISTRO GAVETA, JEI, COM BOLSA, COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHETA, 60 mm PARA PVC	PEÇA	IVAL	20,00000	R\$273,0000	R\$5.460,0000
120	TE 90° DE COMPRESSÃO P/ POLIETILENO 20 mm	PEÇA	IPAL	200,00000	R\$5,3000	R\$1.060,0000
149	UNIÃO DE COMPRESSÃO P/ TUBO PEAD 20MM (C/ MECANISMO DE TRAVA EM UNICA PEÇA)	PEÇA	HIFERSANE	800,00000	R\$1,3000	R\$1.040,0000

150	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 1"	UNIDADE	MECH	5,00000	R\$17,9000	R\$89,5000
151	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"	UNIDADE	MECH	10,00000	R\$41,0000	R\$410,0000
98	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 2x1¼.	PEÇA	MECH	10,00000	R\$16,0000	R\$160,0000
Total do Fornecedor:						R\$36.180,2000
Total Geral dos Itens:						R\$36.180,2000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 008/2017

Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.

Ricardo Campestrini

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 009-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 506192 - COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	ADAPTADOR COM REGISTRO 20 X ¾" (PVC AZUL) p/ LIGAÇÃO DE RAMAL PREDIAL. Conforme Norma ABNT NBR -9052	PEÇA	RACAZA	400,00000	R\$3,3800	R\$1.352,0000
14	ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC - FRASCO 175 G COM PINCEL APLICADOR	PEÇA	AMAZONAS	50,00000	R\$5,1000	R\$255,0000
20	CAP ROSCÁVEL 1/2"	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,4400	R\$88,0000
53	JOELHO 90º L/R 25 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT -NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$1,7500	R\$350,0000
58	JOELHO 90º SOL-DAVEL 20MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1600	R\$32,0000
110	REGISTRO DE ESFERA MONO-BLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 2.½"	PEÇA	EMMITI	5,00000	R\$217,0000	R\$1.085,0000
129	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X ½ X 25 (ABNT - NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$2,8000	R\$280,0000
130	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X ¾ X 25 (ABNT - NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$2,8800	R\$288,0000

140	TUBO PVC/PBA DE-50 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	CORRPLASTIK	10,00000	R\$51,7700	R\$517,7000
Total do Fornecedor:						R\$4.247,7000
Total Geral dos Itens:						R\$4.247,7000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2017

Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.

Ricardo Campestrini

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 010-2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 005/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Fornecedor: 506338 - HIDROLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 20 X 1/2"	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$0,1300	R\$13,0000
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 32 X 1"	PEÇA	PLASTILIT	10,00000	R\$0,4600	R\$4,6000
9	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 60 X 2"	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$2,0200	R\$40,4000
10	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 X 3/4"	PEÇA	NICOLL	50,00000	R\$0,1800	R\$9,0000
11	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 40 X 1.1/4"	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,6900	R\$13,8000
12	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 50 X 1.1/2"	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,8100	R\$16,2000
15	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4" X 1/2"	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$0,2200	R\$22,0000
16	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. CURTA 50 X 40	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,7600	R\$15,2000
17	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20MM	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,1200	R\$2,4000
18	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 40 X 32	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,4500	R\$9,0000
19	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 60 X 40	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$2,1800	R\$43,6000

21	CAP SOLDAVEL 32MM	UNIDADE	NICOLL	20,00000	R\$0,5400	R\$10,8000
23	CAPS SOLDAVEL 50 MM	UNIDADE	NICOLL	10,00000	R\$1,1500	R\$11,5000
43	CURVA 90° SOLDÁVEL 25 mm	PEÇA	NICOLL	10,00000	R\$0,9000	R\$9,0000
46	JOELHO 45° SOLDÁVEL 32 mm	PEÇA	NICOLL	100,00000	R\$0,7000	R\$70,0000
47	JOELHO 45° SOLDÁVEL 40MM	PEÇA	amanco	50,00000	R\$1,6800	R\$84,0000
48	JOELHO 45° SOLDÁVEL 20MM	PEÇA	NICOLL	100,00000	R\$0,2600	R\$26,0000
49	JOELHO 45° SOLD 25MM	UNIDADE	PLASTILIT	100,00000	R\$0,4600	R\$46,0000
51	JOELHO 90° SOLDÁVEL 60 mm	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$5,1000	R\$102,0000
52	JOELHO 90° L/R 20 X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT -NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	500,00000	R\$1,0900	R\$545,0000
55	JOELHO 90° POLIETILENO R/R ¾" X ½"	PEÇA	HIFERSANE	800,00000	R\$1,2600	R\$1.008,0000
56	JOELHO 90° POLIETILENO R/R ¾" X ¾"	PEÇA	HIFERSANE	200,00000	R\$1,3000	R\$260,0000
72	LUVA DE CORRER VINILFER 250 mm C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA	PEÇA	INBRA	6,00000	R\$99,6000	R\$597,6000
74	LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL PVC ¾" X ½"	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$1,0000	R\$100,0000
81	LUVA GALVANIZADA 3"	PEÇA	REMADI	5,00000	R\$29,1000	R\$145,5000
83	LUVA L/R 20 X ¾" (PVC AZUL) C/ INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	PLASTILIT	500,00000	R\$1,7000	R\$850,0000
88	LUVA SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1400	R\$28,0000
89	LUVA SOLDAVEL 25MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1700	R\$34,0000
90	LUVA SOLDAVEL 40MM	PEÇA	NICOLL	100,00000	R\$1,0500	R\$105,0000
107	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ¾" PVC (ROSCA M/M) (NBR - 11306)	PEÇA	TIGRE	600,00000	R\$3,3500	R\$2.010,0000
109	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 2"	UNIDADE	RMD	15,00000	R\$88,9000	R\$1.333,5000
121	TEE SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	NICOLL	50,00000	R\$0,2300	R\$11,5000
122	TE 90° SOLDAVEL 25 mm	PEÇA	NICOLL	50,00000	R\$0,3100	R\$15,5000
123	TE 90° SOLDAVEL 32MM	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$1,1200	R\$22,4000
124	TE 90° SOLDAVEL 40 mm	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$2,4000	R\$48,0000
126	TE 90° SOLDAVEL 60MM	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$6,3000	R\$126,0000

50	JOELHO SOLDAVEL 25 MM	PEÇA	MULTILITI	200,00000	R\$0,1800	R\$36,0000
125	TEE SOLDAVEL 50MM	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$2,4500	R\$49,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.873,5000
Total Geral dos Itens:						R\$7.873,5000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 010/2017

Validade: A partir de 05.04. 2017 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 05 de Abril de 2017.

Ricardo Campestrini

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 0387/2017

DECRETO Nº 387/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde ao Funcionário Público Municipal Sr. VALMIR SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias a contar do dia 18 de Abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 383/2017

DECRETO Nº 383/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. MARCIA PERES DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias a contar do dia 03 de abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 384/2017

DECRETO Nº 384/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. ALEXANDRA OLTRAMARI BISATTO, ocupante do cargo em de PROFESSORA CARGO EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 385/2017

DECRETO Nº 385/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN, matrícula 6054, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, nível “516”, referencia “A”, passando – o para o nível “520” referencia “F”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 388/2017

DECRETO Nº 0388/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

"FIXA PREÇOS PÚBLICOS."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 4º e artigo 352 da Lei Complementar nº 100/2009, de 23 de dezembro de 2009, que reformula o sistema tributário do Município.

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam estabelecidos os preços públicos para o exercício de 2017, conforme tabelas a seguir transcritas:

I – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

MÁQUINA	VALOR
Bobcat – hora	R\$ 50,00
Recolhimento de Entulhos	R\$ 30,00
Escavadeira hidráulica (Draga) - hora	R\$ 260,00
Retroescavadeira – hora	R\$ 130,00
Trator de Esteira – hora	R\$ 230,00
Motoniveladora (Patrôla) - hora	R\$ 250,00
Rolo compactador - hora	R\$ 150,00
Carga de Terra/cascalho (Truck) – no perímetro urbano	R\$ 80,00
Carga de Terra/cascalho/serragem – Caminhão Truck até 10 km	R\$ 100,00
Carga Terra/cascalho/serragem – Caminhão Truck mais 10 km	R\$ 130,00
Esgotamento de Fossa – Perímetro Urbano	R\$ 30,00
Esgotamento de Fossa – Zona Rural até 10 Km	R\$ 40,00
Esgotamento de Fossa – Zona Rural mais de 10 Km	R\$ 60,00
Frete Scania (Transporte de Máquinas), o km rodado	R\$ 20,00
Esgotamento de Fossa – Condomínios e Postos de Combustíveis, e rampas de lavagem de automóveis.	R\$ 70,00

II – Secretaria de Agricultura

MÁQUINA	VALOR
Grade Gobi – hora	R\$ 90,00
Grade Niveladora – hora	R\$ 90,00
Pé de Pato – hora	R\$ 90,00
Espalhador de Adubo Orgânico – hora	R\$ 90,00
Espalhador de Calcário – hora	R\$ 90,00
Espalhador de Adubo Líquido – hora	R\$ 90,00
Ensiladeira – hora	R\$ 90,00
Semeador de Pasto – hora	R\$ 90,00

III – Praças de Esportes

LOCAL	VALOR
Ginásio de Esportes Jorge K. Bornhausen – hora	R\$ 20,00
Pista de Bolão - hora	R\$ 30,00
Restaurante do Parque de Exposição (dia)	R\$ 50,00

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 673/2015 de 15 de setembro de 2015 e o Decreto 016/2017 de 05 de janeiro de 2017 .

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2017.

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

DECRETO 389/2017

DECRETO Nº 389/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e, CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010; CONSIDERANDO a indicação do Servidor Márcio José Chibichski pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de Ponte Serrada para ser o Gestor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; CONSIDERANDO a grande relevância das atividades a serem desempenhadas as quais estão além das exigidas para o seu cargo;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. MARCIO JOSE CHIBICHESKI, Matrícula 5726, GESTOR DE CONVENIO E CONTRATOS, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 28% (vinte e oito por cento), para desempenhar funções administrativas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 390/2017

DECRETO Nº 390/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"REGULAMENTA O DISPOSTO NO CAPÍTULO VI DA LEI COMPLEMENTAR N. 081/2007 E ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA OS PROCESSOS DE REQUERIMENTO, ANÁLISE, JULGAMENTO E CONCESSÃO DE PROGRESSÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal Complementar Nº. 081/2007 e alterações dispõem sobre o plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores públicos municipais e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Art. 27 da supracitada Lei confere ao Prefeito Municipal a prerrogativa de regulamentá-la, em partes, através de Decreto, sempre que presente a necessidade de melhor entendimento e interpretação da dessa Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que os requerimentos das progressões

previstas no Capítulo VI da Lei Complementar N. 081/2007 deverão ser protocolados exclusivamente no período disposto em Lei e no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada.

Art. 2º - O requerimento de progressão será analisado pelo(a) servidor(a) responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada – o(a) gestor(a) de recursos humanos – em até 15 (quinze) dias, com base nos requisitos estabelecidos na Lei Municipal N. 081/2007 e pela documentação apresentada pelo requerente. Após, o requerimento e a análise serão encaminhados pelo(a) servidor(a) responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal ao Prefeito Municipal para julgamento em até 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade, as partes poderão solicitar parecer ao Setor Jurídico ou à Controladoria Geral do Município, os quais se manifestarão em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Art. 3º - Nos casos de indeferimento do requerimento, o servidor terá o prazo de até 5 (cinco) dias, a partir de sua notificação, para apresentar recurso, que será analisado pelo Prefeito Municipal em até 5 (cinco) dias. Já para os pedidos deferidos, caberá a publicação de Decreto concedendo a progressão ao servidor nos termos da Lei Complementar N. 081/2007.

Art. 4º - As concessões das progressões de que trata a Lei Complementar N. 081/2007 obedecerão aos prazos dispostos em seu texto, sendo devido o pagamento retroativo aos servidores cujos requerimentos forem protocolados no prazo correto, mas deferidos em período de tempo fora do limite estipulado em lei, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 391/2017

DECRETO Nº 391/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“REGULAMENTA O DISPOSTO NA SEÇÃO III DA LEI COMPLEMENTAR N. 080/2007 E ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA OS PROCESSOS DE REQUERIMENTO, ANÁLISE, JULGAMENTO E CONCESSÃO DE PROGRESSÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal Complementar Nº. 080/2007 e alterações dispõem sobre o plano de carreira, de remuneração e de valorização dos profissionais da educação básica, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Art. 38 da supracitada Lei confere ao Prefeito Municipal a prerrogativa de regulamentá-la, em partes, através de Decreto, sempre que presente a necessidade de melhor entendimento e interpretação da dessa Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que os requerimentos das progressões

previstas na Seção III da Lei Complementar N. 080/2007 deverão ser protocolados exclusivamente no período disposto em Lei e no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada.

Art. 2º - O requerimento de progressão será analisado pelo(a) servidor(a) responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada – o(a) gestor(a) de recursos humanos – em até 15 (quinze) dias, com base nos requisitos estabelecidos na Lei Municipal N. 080/2007 e pela documentação apresentada pelo requerente. Após, o requerimento e a análise serão encaminhados pelo(a) servidor(a) responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal ao Prefeito Municipal para julgamento em até 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade, as partes poderão solicitar parecer ao Setor Jurídico ou à Controladoria Geral do Município, os quais se manifestarão em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Art. 3º - Nos casos de indeferimento do requerimento, o servidor terá o prazo de até 5 (cinco) dias, a partir de sua notificação, para apresentar recurso, que será analisado pelo Prefeito Municipal em até 5 (cinco) dias. Já para os pedidos deferidos, caberá a publicação de Decreto concedendo a progressão ao servidor nos termos da Lei Complementar N. 080/2007.

Art. 4º - As concessões das progressões de que trata a Lei Complementar N. 080/2007 obedecerão aos prazos dispostos em seu texto, sendo devido o pagamento retroativo aos servidores cujos requerimentos forem protocolados no prazo correto, mas deferidos em período de tempo fora do limite estipulado em lei, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 392/2017

DECRETO Nº 392/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para elaboração do Plano Plurianual do Quadriênio 2018/2021 do Município de Ponte Serrada-SC, assim constituída:

- FERNANDA SILVEIRA CHAGAS – Vice-Prefeita Municipal;
- CEZAR AUGUSTO PAGLIA CAZELLA – Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- ANDRÉIA CORDEIRO – Secretária Municipal de Assistência Social;
- ADRIANA PAVELSKI – Secretária Municipal de Saúde;
- MARIZA LOPES PIMENTEL – Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- OLIVO CORTELINI – Secretário Municipal de Agricultura;
- JUCELINO MARTINI – Secretário Municipal de Serviços Urbanos;
- AGLEMAR ANTÔNIO BERTÉ – Secretário Municipal de Transportes e Obras;
- IVAN HOECKLER – Contador;

- ANDRÉ GALLI – Controlador Interno;
- RODRIGO PECINATTO GIRARDI – Tesoureiro; e
- ANDRÉ LUIZ PANIZZI – Consultor Jurídico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 016/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 016/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para prestação de serviço de limpeza e recolhimento de resíduos de terrenos baldios no município de Porto Belo, de acordo com a Lei Municipal nº 2404 de 16/06/2016, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 11/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 11/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro – Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.494, DE 7 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.494, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 2404/2016, que dispõe sobre a limpeza em terrenos baldios, terrenos edificados ou não, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o parágrafo único da Lei Municipal nº 2404, de 16 de junho de 2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam obrigados os proprietários ou os possuidores a qualquer título dos terrenos baldios, terrenos com edificação ou não, situados dentro do perímetro urbano do Município de Porto Belo a adotar as medidas necessárias à manutenção desses bens limpos, sem acúmulo de lixo, entulhos e demais materiais inservíveis.

Parágrafo único. O proprietário será imediatamente multado em 200 UFM-PB, após decorridos 15 (quinze) dias da notificação efetuada pelo órgão responsável da Administração Pública Municipal.”

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 2404, de 16 de junho de 2016, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.553, DE 20 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.553, DE 20 DE ABRIL DE 2017

Declara luto oficial em todo o Município de Porto Belo.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e:

Considerando o falecimento da servidora pública municipal Tania Marisa Dornelles, nesta data;

Considerando o desejo em prestar-lhe uma última homenagem, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial em todo o Município de Porto Belo, na data de hoje, em sinal de pesar pelo falecimento da servidora pública municipal Tania Marisa Dornelles.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/2017

DECRETO Nº 132, de 23 de março de 2017.

Aprova loteamento, autoriza o Executivo Municipal a receber por doação área de terras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Artigo 84, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe o Artigo 91, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 025, de 13 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Seletas Porto União", de propriedade de Seletas Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.165.255/0001-32, localizado no Bairro São Francisco, neste Município, composto de 01 (uma) gleba matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.291.

Art. 2º A área de terras ora parcelada apresenta 32.000,00m2 (Trinta e dois mil metros quadrados), inteiramente parcelada.

Parágrafo único. Resumo Geral do Quadro de Áreas:

I- Sistema Viário (destinado ao Poder Público): 6.626,54m2 (Seis mil, seiscentos e vinte e seis metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), composto de 04 (quatro) novas vias, sendo:

a) Ruas Projetadas: "A", "B", "C" e "D" com caixa de 12m (doze metros), que passam a ter a seguinte denominação:

- Rua "A": passa a ser denominada de "Rua Eugenio Schwegler";
- Rua "B": passa a ser denominada de "Rua Eugenio Schwaloff – Pintor de Quadros";
- Rua "C": passa a ser denominada de Rua Sadala Aziz Domingos;
- Rua "D": passa a ser denominada de Rua Walter Ibsch.

II- Área Institucional (destinada ao Poder Público): 1.607,42m2 (Um mil, seiscentos e sete metros e quarenta e dois décimos quadrados);

III- Área Verde Pública (destinada ao Poder Público): 3.463,02m2 (Três mil, quatrocentos e sessenta e três metros e dois décimos quadrados);

IV- Compõe-se o loteamento de uma área com 32.000,00m2 (Trinta e dois mil metros quadrados), com 60 (sessenta) lotes, perfazendo uma área de 20.303,02m2 (Vinte mil, trezentos e três metros e dois décimos quadrados), sendo:

Lote 01 com 386,96m2;
Lote 02 com 365,91m2;
Lote 03 com 355,51m2;
Lote 04 com 356,13m2;
Lote 05 com 385,24m2;
Lote 06 com 390,19m2;
Lote 07 com 321,83m2;
Lote 08 com 347,45m2;
Lote 09 com 383,25m2;
Lote 10 com 351,87m2;
Lote 11 com 366,70m2;
Lote 12 com 329,34m2;
Lote 13 com 310,00m2;
Lote 14 com 310,00m2;
Lote 15 com 368,52m2;

Lote 16 com 333,55m2;
Lote 17 com 301,60m2;
Lote 18 com 372,57m2;
Lote 19 com 347,10m2;
Lote 20 com 327,62m2;
Lote 21 com 362,00m2;
Lote 22 com 405,28m2;
Lote 23 com 302,77m2;
Lote 24 com 300,55m2;
Lote 25 com 317,40m2;
Lote 26 com 300,00m2;
Lote 27 com 300,00m2;
Lote 28 com 300,00m2;
Lote 29 com 300,00m2;
Lote 30 com 300,00m2;
Lote 31 com 300,00m2;
Lote 32 com 300,00m2;
Lote 33 com 300,00m2;
Lote 34 com 300,00m2;
Lote 35 com 300,00m2;
Lote 36 com 300,00m2;
Lote 37 com 300,00m2;
Lote 38 com 300,00m2;
Lote 39 com 336,00m2;
Lote 40 com 325,51m2;
Lote 41 com 318,40m2;
Lote 42 com 315,56m2;
Lote 43 com 301,45m2;
Lote 44 com 386,51m2;
Lote 45 com 438,28m2;
Lote 46 com 389,67m2;
Lote 47 com 402,61m2;
Lote 48 com 384,21m2;
Lote 49 com 365,82m2;
Lote 50 com 338,73m2;
Lote 51 com 363,44m2;
Lote 52 com 323,61m2;
Lote 53 com 371,49m2;
Lote 54 com 320,30m2;
Lote 55 com 306,53m2;
Lote 56 com 318,36m2;
Lote 57 com 336,25m2;
Lote 58 com 359,73m2;
Lote 59 com 319,06m2;
Lote 60 com 382,16m2.

Art. 3º Considerando que as obras de infraestrutura não foram concluídas, fica decretado a "caução" dos lotes descritos a seguir, com área total de 4.011,04m2 (Quatro mil, onze metros e quatro décimos quadrados), sendo:

Lote 01 com 386,96m2;
Lote 02 com 365,91m2;
Lote 03 com 355,51m2;
Lote 04 com 356,13m2;
Lote 05 com 385,24m2;
Lote 06 com 390,19m2;
Lote 07 com 321,83m2;
Lote 08 com 347,45m2;
Lote 09 com 383,25m2;
Lote 10 com 351,87m2;
Lote 11 com 366,70m2;

§ 1º A caução descrita no Art. 3º encontra amparo no Artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 025, de 13 de abril de 2007 – Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Porto União:

“Art. 91 Uma vez realizadas as obras, e estando quitados os tributos municipais, a Administração Municipal, a requerimento do interessado e após as competentes vistorias, aprovará o parcelamento fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis pelo interessado.

§ 1º O Município poderá aprovar parcelamentos com as obras de infraestrutura incompletas, desde que o loteador ofereça, como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação do órgão competente.

§ 2º Caso o imóvel a ser caucionado nos termos do Parágrafo 1º, deste artigo faça parte do parcelamento pelo qual está servindo de garantia, ele deverá ser previamente desmembrado, ou a escrituração da caução deverá ser simultânea à escrituração do parcelamento.”

§ 2º A caução deverá ser averbada nas matrículas do Registro de Imóveis, às expensas do loteador, podendo ser liberada mediante ato do Poder Executivo, após realização de todas as obras de infraestrutura constantes do processo de aprovação do loteamento, e liberados mediante a vistoria e parecer dos órgãos competentes desta municipalidade.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a averbar as áreas especificadas nos Incisos I, II, III, do Parágrafo único do Artigo 2º junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, sendo incorporadas ao Patrimônio do Município.

Art. 5º Todas as despesas decorrentes da perfectibilização das escrituras e averbações do presente Decreto correrão por conta do loteador.

Art. 6º Compete ao loteador a realização dos seguintes serviços:
I- execução de cerca com palanques de concreto a cada 2,50 metros, com 08 (oito) fios de arame, sendo os palanques pintados na cor branca; altura útil da cerca com 2,00 metros, instalados junto à divisa com a área institucional e a área verde, em uma extensão de 235,69 metros;

II- execução de pavimentação asfáltica em CBUQ de trecho da Rua Antonio Swierk em uma extensão de 222,88 metros, a partir da Avenida João Pessoa;

III- execução de pavimentação asfáltica em CBUQ de trecho da Rua Cel. Arthur de Paula e Souza, em uma extensão de 74,70 metros, conforme confrontação com o referido loteamento.

Parágrafo único. A pavimentação asfáltica compreende os serviços de escavação, regularização e compactação, sub-base, base, imprimação, pintura ligação, capa asfáltica E=5cm, drenagem e meio fio.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

IVO ADOLFO WERLE JUNIOR
Dirigente de Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 4.454/2017

LEI Nº 4.454, de 19 de abril de 2017.

Altera o Item 8 do Anexo I da Lei Municipal nº 2.729, de 01 de abril de 2002, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Item 8 do Anexo I da Lei Municipal nº 2.729, de 01 de abril de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“8 – O PREÇO PRATICADO EM TODOS OS TRABALHOS ACIMA ESPECIFICADOS SERÁ O SEGUINTE:

Equipamento	Até 15 horas por ano/máquina (R\$/hora trabalhada)
Retroescavadeira	R\$ 70,00
Carregadeira	R\$ 100,00
Motoniveladora	R\$ 100,00
Escavadeira hidráulica	R\$ 120,00
Caminhão para o transporte R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o quilômetro rodado entre o local da carga e a propriedade.	

Os serviços acima poderão ser realizados por empresa terceirizada, vencedora de processo licitatório, onde o produtor deverá arcar com 50% (cinquenta por cento) do valor da hora licitada, recolhendo diretamente à empresa, cabendo ao Município o pagamento da outra metade.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- o agricultor para ser beneficiado pelo programa, deverá:
- residir no imóvel;
- estar inscrito no cadastro de produtor primário da SEF;
- o pagamento do serviço deverá ser efetuado em entidade bancária, através de Guia de Recolhimento, emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura;
- será disponibilizado no máximo 15 (quinze) horas por agricultor, podendo ser o prazo maior em projetos específicos;
- o não pagamento dos valores constantes desta Lei após 30 (trinta) dias, nos termos nela consignados, implica em inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, tudo devidamente acrescido dos consectários previstos na legislação vigente, bem como a impossibilidade de obtenção, realização e participação nos programas hora/máquina e transporte de material;
- as máquinas poderão ser retiradas do local do trabalho em função de emergências;
- a execução dos trabalhos será de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e de acordo com a disponibilidade de máquinas;
- o transporte de calcário até a residência do produtor será gratuito;
- os trabalhos com máquinas no acesso à propriedade rural serão gratuitos.”

Art. 2º Revogam-se as Leis Municipais nºs 4.111, de 03 de abril de 2013 e 4.206 de 11 de dezembro de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 001, de 27 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Prestação de Contas dos recursos de cofinanciamento dos três entes administrativos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em Reunião Ordinária realizada em 07 de abril de 2017, Ata nº 185,

RESOLVE:

Aprovar a Prestação de Contas dos recursos dos três entes administrativos, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao exercício de 2016.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de abril de 2017.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 030/17 DE 11/04/2017 DISPÕE DE REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ 83.102.681/0001-26 Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
Fone 47 3545-1133

DECRETO Nº 030/17 de 11/04/2017

Dispõe de requisitos para a concessão de alvará de licença, localização e funcionamento e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de regulamentar os requisitos para concessão da TLLF (Taxa de Licença, Localização e Funcionamento).

DECRETA:

Art. 1º — Para expedição do alvará de licença, localização e funcionamento, o contribuinte deverá apresentar previamente o comprovante de pagamento da taxa correspondente, bem como, a vistoria do Corpo de Bombeiros e o alvará ou dispensa da Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Pouso Redondo, 11 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 029/2017 DE 10/04/2017 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 029/2017 de 10/04/2017

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(48) 3.3.90.00.00.00.00.00 0139 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.800,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2017 DE 11/04/2017 ALTERA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 031/2017 de 11/04/2017

Altera membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 2.459/2013 e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representantes:	Órgão/Entidade
Eleno Amâncio - Titular Jakqueline Aparecida Poleza – Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Silvana Cristina Bizolo – Titular Geruza Lueckmann – Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Luiz Nelson Borghesan - Titular Angelica Cecilia Cardoso Lopes – Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Promoção Social e Habitação
Eliziane do Carmo - Titular Maikel Verdi – Suplente	Representantes da Secretaria de Finanças

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes:	Órgão/Entidade
Genoveva dos Santos Sôra – Titular Silvana Peters - Suplente	Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE
Cleidi Mara dos Santos – Titular Jéssica Valentim – Suplente	Representantes do Centro Social Marista

Elaine Scoz Schmoeler – Titular Angela Lidia Passing - Suplente	Representantes da APP da Escola de Educação Básica Letícia Possa- mai
Silvia Verdi – Titular Eliane de Campos– Suplente	Representante da APP da Escola de Educação Básica Profª. Anair M. Voltolini

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 003/2016.

Pouso Redondo/SC, 11 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 019 2017 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – MENOR PREÇO POR ITEM

REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADE

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 05/05/2017, licitação que tem por objeto, Registro de Preços para aquisição de combustíveis (Gasolina comum, Diesel BS500 e Diesel S10) para uso dos veículos da Frota das Secretarias de Administração, Educação, Agricultura, Assistência Social, DMER, CME, Defesa Civil, Serviços Urbanos e Fundo Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133) pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 20 de Abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO - PROCESSO 019 2017 - COMBUSTÍVEIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

RETIFICAÇÃO 01

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que altera-se o edital acima citado, Onde: RETIFICA-SE O ITEM 11. INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE - 11.1. Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis. PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO: Os preços ofertados poderão sofrer reajuste conforme previsto na lei nº 8.666/93 e seus anexos, desde que comprovado documentalmente As demais cláusulas, inclusive a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação, permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 20 de Abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 31/2017

CONTRATO Nº 31/2017

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leão Dehon, em Presidente Nereu -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF nº 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa RICOA MÁQUINAS IMPLEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 09.133.857/0001-54, com sede na Rua Luiz Camilo Camargo, 2144 – Sala 09 – Jardim Santana, Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Sr. Emerson Candido Marçal, brasileiro, casado, gerente, residente e domiciliado na Rua Papa Santo Alexandre, 62, Padre Anchieta, Campinas – SP, inscrita no CPF sob N.º 138.094.098-20, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE TANQUE COM EQUIPAMENTOS DE COMBATE À INCÊNDIO PARA USO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Fica acordado entre as partes que este contrato reger-se-á principalmente pela Lei n. 8.666/1993 e subsidiariamente pelas demais Leis vigentes no País.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

08
001
0026
0782
1801
2016
44905240000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

a) Pela entrega do objeto constantes do presente contrato, o CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor global de R\$ 42.500,00 (quarenta dois mil e quinhentos reais).

b) O pagamento devido à adjudicada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura até 31/12/2017, ou quando o objeto for entregue e aceito, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

A CONTRATANTE obriga-se a:

a) A contratante obriga-se ao pagamento do objeto fornecido e que poderá ser adquirido na vigência contratual.

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

b) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

c) A contratada será responsável por transportar o veículo do Município até a loja ou fábrica onde será instalado o tanque objeto deste contrato, a qual terá o prazo máximo 45 (quarenta e cinco) dias para concluir e entregar o tanque montado na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

d) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu.

f) Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, qualquer material, peças ou equipamento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE.

g) Será recusado o objeto, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

h) Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE.

i) A contratada deverá fornecer a Municipalidade garantia do objeto licitado.

j) O objeto entregue com características diferentes da especificação técnica da presente licitação, será devolvido e/ou substituído, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

k) A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência.

l) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

a) A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DO OBJETO

a) A contratada será responsável por transportar o veículo do Município até a loja ou fábrica onde será instalado o tanque objeto deste contrato, a qual terá o prazo máximo 45 (quarenta e cinco) dias para concluir e entregar o tanque montado na Prefeitura Municipal

de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 14/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 20 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO PREF. MUN. DE PRESIDENTE NEREU CONTRATANTE	EMERSON CANDIDO MARÇAL RICOA MÁQUINAS IMPLEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Sidney Vieira Junior Amilton Petry
CPF 077.348.809-08 CPF: 548.594.509-06

Visto Jurídico:
Marimar Antônio Cucchi
OAB/SC nº 13237

LEI 1519/2017

LEI Nº. 1519/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL A CUSTEAR DESPESAS COM O PROJETO UBUNTU

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a custear despesas para execução e manutenção do Projeto UBUNTU.

§ 1.º – O Projeto UBUNTU é um projeto criado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e visa assegurar os direitos da criança e do adolescente do município, no que diz respeito, ao convívio social e comunitário, ao acesso à atividades culturais, artísticas, e esportivas.

§ 2.º – O projeto UBUNTU desenvolverá oficinas que visam o desenvolvimento de potencialidades e habilidades, das crianças e jovens nereuenses, no contra turno escolar, com idade entre 05 (cinco) a 17 (dezesete) anos. Dentre as ações que serão desenvolvidas no Projeto UBUNTU podemos destacar as atividades:

Sócio educativas
ludo pedagógicas
Boas Práticas
Culturais
Teatro
Atividades físicas e esportivas (atletismo, vôlei, futsal, handebol, ginástica geral)
Expressão Corporal
Capoeira
Musicalização através de instrumentos musicais
Dança
Inclusão Digital
Reciclagem
Passeios Ecológicos
Manejo de hortas
Artes em geral
Datas comemorativas
Recreação
Demais atividades que possibilitem o crescimento humano, motor, artístico, emocional e intelectual dos alunos matriculados no projeto.

§ 3.º – O Projeto UBUNTU será desenvolvido no piso inferior do Centro Social Joao Voltolini, no período matutino e vespertino, as segundas, terças, quartas e sextas feiras, com a seguinte equipe técnica para o desenvolvimento do projeto:

- 1 coordenador, com habilitação superior em pedagogia.
- Oficineiros para o desenvolvimento das atividades ofertadas pelo projeto.

Art. 2.º – As despesas decorrentes da execução do Projeto UBUNTU, correrão por conta de recursos orçamentários consignados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, na atividade abaixo discriminada:

12.001.008.244.1602.2006-Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

§ 1.º – O valor dispendido pelo Fundo Municipal de Assistencial

social não poderá ultrapassar o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no ano de 2017 com despesas na execução do Projeto UBUNTU.

§ 2.º – Poderá o chefe do poder executivo municipal, havendo necessidade, regulamentar através de decreto municipal normas relacionados à execução do Projeto UBUNTU.

Art.3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 20 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 50/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CRIA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NO PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Provimento Efetivo de NUTRICIONISTA, pertencente ao ANEXO I – QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, letra a) GRUPO OCUPACIONAL – ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS, CARGA HORÁRIA SEMANAL 20 HORAS, NÍVEL DE VENCIMENTO IX, pertencente ao PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU – SC – LEI COMPLEMENTAR 01/2011, conforme descrição e atribuições constantes do ANEXO I da presente Lei.

Parágrafo Único – Fica criado 02 (duas) vagas para o cargo de Provimento Efetivo de NUTRICIONISTA, pertencente ao PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU – SC.

Art. 2º - Fica atualizado o ANEXO I – QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, letra a) GRUPO OCUPACIONAL – ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS, conforme ANEXO II da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 20 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 50/2017, DE 20/04/2017.

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS
CARGO: NUTRICIONISTA
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
NÍVEL DE VENCIMENTO: IX
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

ATRIBUIÇÕES:

- Programar, elaborar e avaliar os cardápios observando o seguinte:
 - a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas;
 - b) respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola;
 - c) utilização dos produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos bem-elaborados e aos i-natura;
- Calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos padrões de Identidade e Qualidade na elaboração dos cardápios;
- Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção compra armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado;
- Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental;
- Interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades;
- Coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar;
- Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PNAE;
- Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos;
- Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;
- Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios;
- Atuar no setor de nutrição dos programas de saúde, planejando e auxiliando sua preparação para atender às necessidades de grupos particulares ou da coletividade.
- Preparar programas de educação e readaptação em matéria de nutrição, avaliando a alimentação de coletividades sadias e enfermas, para atender às necessidades individuais e/ou do grupo e inculcar bons hábitos alimentares;
- Prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos;
- Atuar em programas de Saúde Municipais voltados a Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica e Estratégia de Programas de Saúde da Família;

LEI COMPLEMENTAR 50/2017, DE 20/04/2017.

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR 11/2011, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
ANEXO I – QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

a) GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS.

DESCRIÇÃO DO CARGO	NÍVEL DE VENCIMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Assistente Social	XI	02
Assistente Social – CRAS	XI	01
Contador	XI	01
Coordenador Administrativo	XI	02
Coordenador Esportivo	XII	01

Enfermeiro	XII	02
Farmacêutico	X	01
Fisioterapeuta	VIII	01
Fonoaudiólogo	VIII	01
Gerente de Licitações	XI	01
Médico	XIX	01
Médico Veterinário	XIII	01
Nutricionista	IX	02
Odontólogo	XIV	01
Psicólogo	VIII	02
Psicólogo de Gestão	VIII	01
Psicólogo-CRAS	XI	01

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 105 DE 20.04.2017

DECRETO Nº. 105, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinada com a Lei nº. 573, de 29 de outubro de 2010,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Conselho Municipal de Saúde do Município de Princesa. Os membros nomeados neste ato assumirão o cargo por dois anos, podendo haver prorrogação, em conformidade com a Lei nº 573, de 29 de outubro de 2010.

a) Secretaria municipal de saúde

1- Efetivo: Clédina de Oliveira

2- Suplente: Márcia C. W. Bisutti

b) Secretaria municipal de assistência social

1- Efetivo: Silvana de Moura Stuani

2- Suplente: Anne V. Casagrande

c) Secretaria municipal de esporte e turismo

1- Efetivo: Vítor L. Christani

2- Suplente: Wlderson R. de Oliveira

d) Representantes dos profissionais da estratégia saúde de família

1- Efetivo: Daiana P. Flach

2- Suplente: Sandra M. R. da Rosa

e) Representante do laboratório prestador de serviços no Município

1- Efetivo: Rossana Beal

2- Suplente: Luciane Sbardelotto

f) Representante de vigilância sanitária e epidemiológica

1- Efetivo: Jane C B. Machado

2- Suplente: Rosali de Fátima Corti

g) Representante do grupo de idosos

1- Efetivo: Terezinha Fávero

2- Suplente: Maria O. Frank

h) Representante da pastoral da criança:

1- Efetivo: Lucena Hickmann

2- Suplente: Lúcia Iva Becker

i) Representante da Associação da comunidade

1- Efetivo: Noeli Rockenbach

2- Suplente: Maria I. Lunardi

j) Representante da associação de pais e professores, da escola pública municipal Renascer

1- Efetivo: Daiane Felisberto

2- Suplente: Neila Hammes

k) Representante do grupo de jovens de Princesa

1- Efetivo: Ana C. Righi

2- Suplente: Cíndia C. Dalmagro

l) Representante do programa social "Bolsa Família"

1- Efetivo: Vilse Schaefer

2- Suplente: Ledi L. M. da Silva

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº. 114 de 12 de Maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
20 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 102 DE 20.04.2017

DECRETO Nº. 102, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE CONTRATO, SILVANA TONELLO NÓS, brasileira, casada, professora de educação fundamental não habilitada, Chamada Pública nº. 001/2017, cargo e função de Professor de Educação Fundamental, Artes, na Escola Pública Municipal Renascer, turno matutino e vespertino, carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir de 30.04.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 103 DE 20.04.2017

DECRETO Nº. 103, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Lei nº. 228, de 29 de outubro de 2001, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001.2017 de 07 de Fevereiro de 2017 e Edital de Chamada Pública nº. 001/2017 de 09 de Fevereiro de 2017 e Ata nº. 38/2017.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;
CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;
CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2017;
CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;
CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos;
CONSIDERANDO a adoção do sistema de Ensino Aprende Brasil, da Editora Positivo, que traz em seu material de ensino a disciplina de Inglês;
CONSIDERANDO a criação do cargo de Professor de Língua Estrangeira Inglês, através da Lei Complementar número 33 de 07 de Fevereiro de 2017.
CONSIDERANDO que foi realizado Processo Seletivo Simplificado número 001/2017 e não houve a inscrição de nenhum interessado em ministrar essas aulas

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada, RENITA P. SCHNORR, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora de Fátima, Centro, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 423.115.009-53, professora habilitada com magistério, classificada em 1º lugar no Edital de Chamada Pública nº 001/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, Inglês, na Escola Pública Municipal Renascer, turno matutino e vespertino, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 20 de Abril de 2017 até perdurar a vaga.
Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 20.04.2017.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 104 DE 20.04.2017

DECRETO Nº. 104, DE 20 DE ABRIL DE 2017.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, MICHEL MARKUS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Linha Esquina Tobias, interior, Município de Princesa-SC, portador do CPF nº 069.173.159-40, Cargo da Categoria Funcional de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- MICRO ÁREA 04, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, a partir de 19.04.2017.
Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão a conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 19.04.2017.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 006/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a candidata aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, de 20 de Janeiro de 2017, homologado o resultado da aprovada por meio do Decreto nº 96, de 12 de Abril de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

ASSISTENTE SOCIAL

LUCIANE RADKE

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 007/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a candidata aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, de 20 de Janeiro de 2017, homologado o resultado da aprovada por meio do Decreto nº 96, de 12 de Abril de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ÁREA 01 MICRO ÁREA 06

ADRIANE RAQUEL REX

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2017-PM, MODALIDADE LEILÃO Nº 01/2017 PM.

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 28/2017-PM
Leilão 01/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Alienação de bens patrimoniais inservíveis (VEÍCULOS) do Município de Princesa, no estado e nas condições que se encontram.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 16 de Maio de 2017, às 09h00. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 20 de abril de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 82 DE 20.04.2017

PORTARIA Nº. 82, DE 20 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DENTRO DA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinando com o constante no Artigo 88, inciso I, e Artigo 89, inciso IV, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, e § 6º. e Artigo 92 da Lei Complementar número 022 de 30 de Dezembro de 2014.
RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. JAIR KLAUSS, brasileiro, convivente, residente e domiciliado no Município de Princesa, portador do CPF nº. 023.199.729-94, ocupante do cargo de Operador de equipamentos pesados, do quadro de pessoal em caráter estável do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, Progressão por Nova Habilitação Profissional dentro da área, a partir de Maio de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01.05.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 83 DE 20.04.2017

PORTARIA Nº. 83, DE 20 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DENTRO DA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinando com o constante no Artigo 88, inciso I, e Artigo 89, inciso IV, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, e § 6º. e Artigo 92 da Lei Complementar número 022 de 30 de Dezembro de 2014.
RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. JÓAO LUIZ KAYSER, brasileiro, convivente, residente e domiciliado no Município de São José do Cedro, portador do CPF nº. 037.702.959-94, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, do quadro de pessoal em caráter estável do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, Progressão por Nova Habilitação Profissional dentro da área, a partir de Abril de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a data de 01.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 85 DE 20.04.2017

PORTARIA Nº. 85, DE 20 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DENTRO DA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinando com o constante no Artigo 88, inciso I, e Artigo 89, inciso IV, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, e § 6º. e Artigo 92 da Lei Complementar número 022 de 30 de Dezembro de 2014.
RESOLVE

Art. 1º. Conceder a Servidora Pública Municipal Senhorita MARISTELA BARP, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 059.613.929-29, ocupante do cargo de Psicóloga, do quadro de pessoal em caráter estável do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, Progressão por Nova Habilitação Profissional dentro da área, a partir de Abril de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a data de 01.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 84 DE 20.04.2017

PORTARIA Nº. 84, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DENTRO DA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinando com o constante no Artigo 88, inciso I, e Artigo 89, inciso IV, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, e § 6º. e Artigo 92 da Lei Complementar número 022 de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a Servidora Pública Municipal Senhora JACINTA GERLACH, brasileira, convivente, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 055.075.309-55, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal em caráter estável do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, Progressão por Nova Habilitação Profissional dentro da área, a partir de Abril de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a data de 01.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0030/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0023/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação; destinados à manutenção da merenda escolar municipal. Para o período de maio a julho de 2017, entrega parcelada. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 05/05/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 14:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 14h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horario de expediente. Rio das Antas (SC), 20 de abril de 20/Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0022/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2017 – PMRA Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0029/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0022/2017 – PMRA e Fundos, tendo como Objeto: Registro de preços para contratação futuras de serviços de horas máquinas todas com operador, conforme memorial descritivo e planilha de preço. Com todas as despesas e gastos com fretes, combustíveis, lubrificantes e funcionários ou outras taxas que advirem. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 05/05/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 min e as 17h30 min ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 20 de abril de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ADELAINE SOARES DA ROSA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ADELAINE SOARES DA ROSA, portador(a) do CPF nº 042.210.469-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ADELAINE SOARES DA ROSA

Contratado(a)

ADRIANA LEHMKUHL DA CUNHA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ADRIANA LEHMKUHL DA CUNHA, portador(a) do CPF nº 683.809.689-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 159 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ADRIANA LEHMKUHL DA CUNHA

Contratado(a)

ALINE FERNANDES DE LIMA HAVEROTH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2017, firmado em 13/03/2017, com término previsto para 13/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE FERNANDES DE LIMA HAVEROTH, portador(a) do CPF nº 084.102.939-35, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 151 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 14/04/2017 e encerrando-se em 30/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ALINE FERNANDES DE LIMA HAVEROTH

Contratado(a)

ANA CRISTINA MATTOS - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 8/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS, portador(a) do CPF nº 053.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 8/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 8 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 07/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANA CRISTINA MATTOS

Contratado(a)

ANGELICA MARIA DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2017, firmado em 07/03/2017, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELICA MARIA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 085.584.714-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera as Cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Primeira: Fica alterada a carga horária de 10 para 30 horas semanais."

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 138 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 05/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANGELICA MARIA DA SILVA

Contratado(a)

ANTONIA ARAUJO DE LIMA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 153 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANTONIA ARAUJO DE LIMA

Contratado(a)

ARLEIDE CAMPOS - 7º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ARLEIDE CAMPOS, portador(a) do CPF nº 070.211.669-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 278/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 278 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 07/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/04/2017.

BERNARDETE MARIA SIEVES TAVARES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) BERNARDETE MARIA SIEVES TAVARES, portador(a) do CPF nº 379.236.769-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 154 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

BERNARDETE MARIA SIEVES TAVARES

Contratado(a)

CAMILA VARELA BUTTER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2017, firmado em 07/03/2017, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA VARELA BUTTER, portador(a) do CPF nº 089.381.429-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 141 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CAMILA VARELA BUTTER

Contratado(a)

CARLA TERESINHA NARDELLI - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA TERESINHA NARDELLI, portador(a) do CPF nº 053.901.079-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 05/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CARLA TERESINHA NARDELLI

Contratado(a)

CAROLINE KIESER - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2017, firmado em 13/02/2017, com término previsto para 17/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CAROLINE KIESER, portador(a) do CPF nº 057.153.579-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

CAROLINE KIESER

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

DECRETO Nº 6143, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6143, de 17 de abril de 2017.

"EXONERA ANDRE DA LANÇA MARCON".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 17/04/2017, o servidor ANDRE DA LANÇA MARCON, do cargo em comissão de Diretor Executivo de Planejamento, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 6145, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6145, de 18 de abril de 2017.

"NOMEIA LUANA BIANCHET"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituídas nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015, nº 208 de 28/10/2010, nº 348 de 08/02/2017, nº 352 de 15/03/2017

DECRETA:

Art.1º - Nomear LUANA BIANCHET, para, a partir de 10/04/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor do Departamento de Captação de Recursos e Projetos, na Secretaria de Gestão de Governo, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, Lei Complementar nº 348 de 08/02/2017 e Lei Complementar nº 352 de 15/03/2017, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DRIELE VALIATI FEIFARECH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2017, firmado em 21/03/2017, com término previsto para 20/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DRIELE VALIATI FEIFARECH, portador(a) do CPF nº 070.415.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 21/04/2017 e encerrando-se em 19/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DRIELE VALIATI FEIFARECH

Contratado(a)

EDITAL CMAS 2017

EDITAL CMAS Nº 01/2017

Considerando o disposto na Lei Municipal Nº 301/2015, na Resolução nº XX/2017 que institui a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral da Sociedade Civil para o biênio 2017/2019, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS faz saber que estarão abertas as inscrições para a eleição dos conselheiros da Sociedade Civil, para o biênio 2017/2019. A eleição se realizará no dia 22 de maio de 2017, às 9 horas no auditório da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Rua Verde Vale nº 77 – Santa Galo.

Art. 1º O Processo de Eleição será composto pelos seguintes representantes:

I - Entidades, Serviços, Programas e Projetos inscritos no CMAS;

II – Usuários e Organizações de Usuários, que apresentarem documento hábil de modo a identifica-lo nessa categoria: documentos constitutivos ou declaratórios registrados em cartório, bem como em caso de usuários vinculados aos projetos serviços e benefícios socioassistenciais, serão aceitas declarações emitidas pelo representante do projeto, do serviço, ou benefício no território. (Ex. usuários do CRAS – declaração da equipe técnica);

III – Trabalhadores dos SUAS que apresentarem requerimento de Inscrições.

Parágrafo Único - Os segmentos supracitados poderão ser candidatos e votantes, desde que credenciados junto a Secretaria Executiva do CMAS e habilitados pela Comissão Organizadora do processo eleitoral;

Inscrições dos segmentos interessadas a concorrer como candidatos e votantes

Art. 2º O registro de candidaturas e credenciamento para votar serão aceitos mediante requerimento (conforme anexo) endereçado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul – CMAS, assinada pelo representante legal, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Fotocópia da carteira de Identidade e CPF do representante indicado;

II – Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de entidades;

III – Documento constitutivo ou declaratório no caso de representante de Usuários e Trabalhadores.

IV - Será admitida a inscrição por procuração.

Parágrafo Único - Os representantes da sociedade civil que foram reeleitos para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no biênio anterior ficam impedidas em candidatar-se para o processo de eleição no biênio 2017/2019, podendo apenas se habilitar como votantes.

Art. 3º - A eleição da Sociedade Civil considerará os segmentos representativos, atendendo os seguintes critérios no tocante a composição do Conselho:

I – 03 (três) representantes dos usuários e organizações de usuários;

II – 03 (três) Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais;

III – 03 (três) Trabalhadores do SUAS.

Parágrafo Único – Os Representantes/Entidade mais votados de cada segmento serão os representantes titulares, a suplência se dará sucessivamente em ordem decrescente.

Art. 4º - Para fins de inscrição das candidaturas, entende-se como:

I – Representantes de usuários – pessoas vinculadas aos projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, organizados sob a forma de associações, movimentos sociais, fóruns ou outros grupos organizados sob diferentes formas de constituição jurídica ou social de âmbito municipal; Organizações de usuários – aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados a PNAS.

II – Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais: todas as que estejam regularmente inscritas no CMAS, caracterizadas como atendimento, assessoramento ou defesa de direitos;

III – Trabalhadores do SUAS: Todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissão regulamentadas que organizam, defendem, e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social.

Parágrafo Único – Todos os segmentos devem apresentar a documentação básica prevista no art. 2º, em perfeita ordem, de acordo com este edital público.

Da Habilitação e dos Recursos

Art. 5º - A Secretaria Executiva dos Conselhos receberá as fichas de inscrição (conforme anexo) e encaminhará para a Comissão Organizadora os documentos anexados ao requerimento de inscrição.

Art. 6º - Terminado o prazo de inscrição, as entidades, trabalhadores e usuários que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de edital a ser fixado na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no dia 08 de maio de 2017.

§ 1º. Da decisão que indeferir o requerimento da inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Organizadora da Eleição, no prazo de 48 horas.

§ 2º. O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Organizadora da Eleição será divulgado no dia 15 de maio de 2017 em edital a ser fixado na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Da Eleição

Art. 7º - A eleição se realizará no dia 22 de maio de 2017, às 9 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Rua Verde Vale nº 77 – Santa Galo.

Art. 8º - Participarão do processo de votação e apuração em Assembleia Geral, os segmentos habilitados para concorrer e os devidamente credenciados para votar.

§ 1º- Serão votados os segmentos de que trata o art. 1º desta resolução.

§ 2º - Somente poderá votar em Assembleia Geral mediante a apresentação de documento de identificação pessoal oficial, com foto na mesa de votação:

Art. 9º – A Assembleia não obedecerá ao quórum mínimo, sendo que o processo de votação e apuração acontecerá com qualquer número de participantes.

Art. 10 – No local de votação serão fixadas duas listas contendo:

I – Nome dos segmentos habilitados como candidato;

II – Nome dos credenciados para votar, em cada segmento;

Art. 11 – Será solicitada ao Ministério Público a indicação de um representante, para que acompanhe o processo eleitoral junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul – CMAS.

Art. 12 – As cédulas eleitorais serão confeccionadas e aprovadas previamente pela Comissão Organizadora da Eleição.

Art. 13 – O voto será secreto e depositado em urna destinada exclusivamente para este fim.

Art. 14 – As cédulas de votação listarão todas as entidades habilitadas ao pleito de acordo com os segmentos estabelecidos no art. 4º deste regulamento.

§ 1º - Cada cédula de votação será rubricada pela Secretária Executiva dos Conselhos e pela Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 2º - Os segmentos serão relacionados na cédula por ordem alfabética;

§ 3º - Os representantes dos usuários, Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais e trabalhadores do SUAS poderão votar em até 03 (três) representantes do seu segmento;

§ 4º - Cada vez que o nome da entidade, trabalhadores e usuários for indicada em uma das cédulas de votação será computado como um único voto.

Art. 15 – Serão consideradas nulas as cédulas:

I – Que contenham o voto em número maior de segmentos, do que as determinadas no art. 14 § 3º;

II – Que não correspondam ao modelo final;

III – Que não estiverem devidamente rubricadas pela Secretária Executiva dos Conselhos e pela Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social;

IV – Que estiverem em branco;

V – Quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação de vontade do eleitor.

Art. 16 – A apuração será realizada pela Comissão Organizadora da Eleição.

Parágrafo Único – Os votos serão lançados no Mapa de apuração, confeccionado para este fim e totalizados no mesmo, com a rubrica dos membros da Comissão Organizadora.

Art. 17 – Totalizados os votos, aqueles que obtiveram o maior número de acordo com seu segmento, serão proclamados para compor o Conselho no biênio 2017/2019.

§ 1º - Caso um segmento não apresente candidatos suficientes para compor o número de vagas destinadas ao segmento, cabe a Comissão Organizadora proceder a readequação das vagas para garantir a composição do Conselho.

§ 2º - Em caso de empate será considerada eleita a entidade e/ou representante dos usuários e trabalhadores do SUAS, com fundação mais antiga ou o de maior idade. Persistindo o empate, o desempate será feito por sorteio.

§ 3 - Os segmentos serão relacionados em ordem decrescente do número de votos obtidos.

§ 4º - Os Segmentos que não forem votados entre os primeiros que comporão o Conselho, permanecerão listados por ordem do número de votos e serão chamados a compor o Conselho no caso de vacância dentro desta ordem.

Art. 18 – As normas da Assembleia Geral da Eleição estão definidas neste Edital de Eleição para o Biênio 2017/2019.

Art. 19 – Os casos omissos neste Edital de Eleição para o Biênio 2017/2019 serão resolvidos pela Comissão Organizadora, cujas deliberações obedecerão ao critério de maioria simples.

Rio do Sul, 13 de abril de 2017.

MARIAZINHA SALETTE DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul

Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil do CMAS

Biênio 2017/2019

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ENTIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL

À Comissão Eleitoral

A Entidade _____ sob registro no CMAS nº _____, vem requerer habilitação para concorrer as eleições da Sociedade Civil deste Conselho, para o biênio 2017/2019, na condição de:

() Candidato e eleitor

() Somente como eleitor

Apresenta seu representante ao pleito:

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Responsabilizamo-nos por este requerimento, pela documentação anexa e pela veracidade das declarações.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

Presidente da Entidade

Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil do CMAS

Biênio 2017/2019

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

TRABALHADORES DO SUAS

À Comissão Eleitoral

A/O _____

vem requerer habilitação para concorrer as eleições da Sociedade Civil deste Conselho para o biênio 2017/2019, representando Organização de Trabalhadores do SUAS, na condição de:

() Candidato e eleitor

() Somente como eleitor

Apresenta seu representante ao pleito:

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Responsabilizamo-nos por este requerimento, pela documentação anexa e pela veracidade das declarações.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

Presidente da Organização de Trabalhadores do SUAS

Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil do CMAS

Biênio 2017/2019

**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO
ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS**

À Comissão Eleitoral

Eu _____, RG _____ e CPF _____ representante da Organização de Usuários venho requerer habilitação para concorrer às eleições da Sociedade Civil deste Conselho, para o biênio 2017/2019, na condição de:

- ☐ Candidato e eleitor
☐ Somente como eleitor

Responsabilizo-me por este requerimento, pela documentação anexa e pela veracidade das declarações.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

Usuários do SUAS

EDNA DA SILVA FACHINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) EDNA DA SILVA FACHINI, portador(a) do CPF nº 020.641.969-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 161 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 03/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDNA DA SILVA FACHINI

Contratado(a)

ELENIR HOLLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER, portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 156 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

ELENIR HOLLER

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

ELENITA APARECIDA DE PAULO FERREIRA - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 16/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENITA APARECIDA DE PAULO FERREIRA, portador(a) do CPF nº 044.068.039-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 16/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 16 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 07/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

ELENITA APARECIDA DE PAULO FERREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

FLAVIA WORDELL BECKER - 1º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FLAVIA WORDELL BECKER, portador(a) do CPF nº 087.982.449-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 167 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 22/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 17/04/2017.

JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 166/2017, firmado em 21/03/2017, com término previsto para 20/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO, portador(a) do CPF nº 854.143.529-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 166/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 166 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 21/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 17/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO

Contratado(a)

JERUZA PIASSON DA CRUZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2017, firmado em 15/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JERUZA PIASSON DA CRUZ, portador(a) do CPF nº 023.995.429-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

JERUZA PIASSON DA CRUZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

JESSICA PATRICIA ALVES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2017, firmado em 07/03/2017, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JESSICA PATRICIA ALVES, portador(a) do CPF nº 086.625.719-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

JESSICA PATRICIA ALVES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

JULIA GRASIELE MORETTI CLAUDINO DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2017, firmado em 07/03/2017, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIA GRASIELE MORETTI CLAUDINO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 055.676.249-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 140 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JULIA GRASIELE MORETTI CLAUDINO DOS SANTOS
Contratado(a)

JULIANA APARECIDA FAUST - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2017, firmado em 13/03/2017, com término previsto para 13/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIANA APARECIDA FAUST, portador(a) do CPF nº 041.040.579-59, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 152 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 14/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JULIANA APARECIDA FAUST
Contratado(a)

JULIETE NEIANE GHISLERI - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2015, firmado em 15/05/2015, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIETE NEIANE GHISLERI, portador(a) do CPF nº 072.683.899-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 07/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JULIETE NEIANE GHISLERI

Contratado(a)

KARINA BRITO - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2016, firmado em 29/02/2016, com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KARINA BRITO, portador(a) do CPF nº 045.604.379-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 121 / 2016, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

KARINA BRITO

Contratado(a)

LUCIANA KOLLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2017, firmado em 15/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LUCIANA KOLLER, portador(a) do CPF nº 589.057.150-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 162 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

LUCIANA KOLLER

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 539.242.239-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 160 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Contratado(a)

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES - 2º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 28/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 28 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2017 e encerrando-se em 15/08/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

MIRIAN BRODWOLF - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MIRIAN BRODWOLF, portador(a) do CPF nº 692.385.379-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 13/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MIRIAN BRODWOLF

Contratado(a)

PORTARIA N. 0469/DGP

PORTARIA Nº. 0469/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0324/DGP de 08/03/2017, a qual nomeia ALINE MARTINS VARELA, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor de Educação Especial, 40h, em virtude da desistência devidamente oficializada pela candidata, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA N. 0472/DGP

PORTARIA Nº.0472/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ROSEMERI APARECIDA BURATO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Especial, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0473/DGP

PORTARIA Nº. 0473/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0434/DGP de 30/03/2017, a qual nomeia ANILORE ROIWAS, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor de Inglês, 40h, em virtude da desistência devidamente oficializada pela candidata, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA N. 0474/DGP

PORTARIA Nº.0474/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ANA PAULA BERRI, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Inglês, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0477/DGP

PORTARIA Nº. 0477/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0205/RH de 16/02/2017, a qual nomeia DELVAN ARAUJO DA SILVA para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, 40h, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA N. 0478/DGP

PORTARIA Nº.0478/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, CARLOS KLOHN, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0498/DGP

PORTARIA N. 0498/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora DENISE PERES FARIAS MARCON, ocupante do cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00112 263 0047850 11 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de BENJAMIN PERES DA LANÇA MARCON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Ahr

PORTARIA N. 0499/DGP

PORTARIA N. 0499/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor EDER KREUSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA MUNICIPAL, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00112 297 0047883 81 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LORENZO BAGATOLI KREUSCH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA N. 0500/DGP

PORTARIA N. 0500/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Paternidade, durante o período de 28/03/2017 a 03/04/2017, de acordo com o Art. 266, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor EDER KREUSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA MUNICIPAL, conforme certidão de nascimento 105262 01 55 2017 1 00112 297 0047883 81 da comarca e cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LORENZO BAGATOLI KREUSCH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA N. 0501/DGP

PORTARIA N. 0501/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, à servidora pública municipal LEOCADIA SBORZ, portadora do cargo efetivo de PROFESSORA, no período de 31/03/2017 a 06/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA N. 0502/DGP

PORTARIA N. 0502/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora VANIA JOCHEM ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00113 022 0047908 02 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de RAFAEL HENRIQUE ALVES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA Nº 0465/DGP

PORTARIA N. 0465/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 051 a 058, dos autos da Sindicância Administrativa n. 004/2016, instaurada pela Portaria n. 0150/RH de 22 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de fevereiro de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 060 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 004/2016, considerando não restar comprovada a responsabilidade do servidor Silvio Andrade, considerando que o acidente entre os veículos foi uma fatalidade e deu-se por motivo de caso fortuito e força maior, bem como a sinalização viária era precária, impossibilitando a visibilidade dos motoristas e também que o veículo já foi consertado.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 13 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0467/RH

PORTARIA Nº. 0467/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor AUGUSTO FEY, matrícula n. 104850-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico (20h), a segunda Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0470/DGP

PORTARIA N. 0470/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 432 a 441, dos autos do Processo Administrativo n. 001/2015, instaurado pela Portaria n. 0345/RH de 26 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de agosto de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 444 e 445 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo n. 001/2015 em razão de não restar comprovado os fundamentos constantes na Portaria n. 0345/RH de 26/05/2015.

Art. 2º. Determinar eu seja instaurado Processo Administrativo, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 para verificar possível falha, ocorrida durante o desenvolvimento do projeto estrutural, efetuado por arquiteto, urbanista e engenheiro terceirizado, onde ocasionou a queda da parede e lesão física em aluno no dia 04/04/2014, na Escola Modelo Ella Kurth.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº 0475/DGP

PORTARIA N. 0475/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, e considerando a Portaria nº 0325/RH, de 08 de março de 2017, publicada em 10 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo identificados, o primeiro Adicional por Formação Profissional, por terem apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

- a) DARCI NETO, matrícula n. 253901-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 161977/2016.
- b) EVA MARIA MUNIZ LUZ, matrícula n. 173380-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior em Serviço Social, no processo n. 165105/2017.
- c) JOAO LUIS SUPPI RODRIGUES, matrícula n. 230340-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior em Serviço Social, no processo n. 164978/2017.
- d) RONI ROBERTO RUDIGER, matrícula n. 77100-2, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior em Letras, no processo n. 165039/2017.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2017, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0476/DGP

PORTARIA N. 0476/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora JANAINA FIDELIS, matrícula n. 219789-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 164282/2017, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0479/DGP

PORTARIA N. 0479/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2016, instaurada pela Portaria n. 0841/RH, de 12/07/2016, publicada em 15/07/2016, em virtude de pedido efetivado por meio do Ofício SEDAF n. 010/P.A. 008/2016 e Ofício n. 003/ Divisão de Compras, ficando designados os servidores abaixo relacionados:

- a) VANESSA FEY, matrícula n. 3119401, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, substituindo na qualidade de membro, o servidor MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula n. 1828701, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula n. 700501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, substituindo na qualidade de membro, a servidora CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, matrícula n. 2874602, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0480/DGP

PORTARIA N. 0480/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
JACKSON RODRIGO ZEMKE	155934-1	TEC. EM ENFERMAGEM	165044/2017
SILVIO ANDRADE	75949-1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	165007/2017

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0481/DGP

PORTARIA N. 0481/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
ALTAIR LUIZ HASSE	97110-2	MOTORISTA DE CAMINHÃO	164180/2017
JOSE CARDOSO	171476-1	GUARDA MUNICIPAL	165091/2017
RAFAEL TORQUATO LUIZ	167746-1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	165056/2017

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0482/DGP

PORTARIA N. 0482/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
ANTONIO CARLOS LAURINDO	89249-1	CIRURGIÃO DENTISTA	165059/2017
DARCI NETO	253901-1	AUX. SERV. GERAIS FEM.	161976/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0483/DGP

PORTARIA N. 0483/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2016, instaurada pela Portaria n. 0842/RH, de 12/07/2016, publicada em 15/07/2016, em virtude de pedido efetivado por meio do Ofício SEDAF n. 020/P.A. 009/2016 e Ofício n. 003/ Divisão de Compras, ficando designados os servidores abaixo relacionados:

- a) VANESSA FEY, matrícula n. 3119401, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, substituindo na qualidade de membro, o servidor MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula n. 1828701, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula n. 700501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, substituindo na qualidade de membro, a servidora CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, matrícula n. 2874602, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0484/DGP

PORTARIA N. 0484/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora PAMELA MAYARA MARTINS, matrícula n. 254088-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 163685/2017, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0485/DGP

PORTARIA N. 0485/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ROBSON DA SILVA, matrícula n. 104981-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 164356/2017, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0486/DGP

PORTARIA Nº. 0486/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, a Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

NOME	MATRICULA	CARGO	PROGRESSÃO
NEUSA MOJE	89206-1	PROFESSOR I	3ª
SONIA MARIA TOMAZONI ULIANA	89281-1	CIRURGIAO DENTISTA	5ª

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2017, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0487/DGP

PORTARIA Nº. 0487/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5.731, de 02 de janeiro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 07/03/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 023/2016, designada pela Portaria n. 1305/RH de 29 de novembro de 2016 publicada em 07/12/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 023/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 005/P.A. 023/2016, de 05 de abril de 2017, em face de esclarecimento e oitivas dos servidores envolvidos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº 0488/DGP

PORTARIA Nº 0488/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, ao servidor Elizeu de Oliveira Santos Sobrinho, matrícula n. 236616, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para realizar Mestrado em Direito oferecido pelo Programa de pós graduação em Direito, área: Direito e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa

Catarina, em Florianópolis - SC, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 164928/2017.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0489/DGP

PORTARIA Nº. 0489/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5.731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 14/03/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 027/2016, designada pela Portaria n. 1365/RH de 12 de dezembro de 2016 publicada em 14/12/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 027/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 005/P.A. 027/2016, de 05 de abril de 2017, em face de esclarecimento e oitivas dos servidores envolvidos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0490/DGP

PORTARIA Nº 0490/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Camila Borba, matrícula n. 2181517, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, para realizar estágio obrigatório requisito do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, na Instituição Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 165297/2017.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0491/DGP

PORTARIA Nº. 0491/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5.731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 07/03/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2016, designada pela Portaria n. 1306/RH de 29 de novembro de 2016 publicada em 07/12/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 024/2016, de 13 de janeiro de 2017, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos, bem como recesso do final do ano.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0492/DGP

PORTARIA Nº. 0492/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5.731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 21/04/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2016, designada pela Portaria n. 1306/RH de 29 de novembro de 2016 publicada em 07/12/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A.D. 024/2016, de 10 de abril de 2017, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 05/05/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 05/05/2017

HORA DA SESSÃO: 8 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA DE REUNIÕES DA SECRETRIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO.

REQUERENTE	Nº ISENÇÃO	ANO	RELATOR
JANE APARECIDA DE JESUS	4044	2017	JONNY SCHMIDT
ELISABETH DOS SANTOS	2565	2017	JONNY SCHMIDT
DOBRANDINA MARKOWSKI	7012	2017	JONNY SCHMIDT
SEBASTIANA BORGES DOS SANTOS	10401	2017	JONNY SCHMIDT
CLAUDEMIR ANTONIO DE ROSSI	4111	2017	JONNY SCHMIDT
VALDO ROPER	10435	2017	JONNY SCHMIDT

MALVI KRUGER	3879	2017	JONNY SCHMIDT
ALBERTINA DE MELO CORREA	10341	2017	JONNY SCHMIDT
OLINDA SCHWAMBACH CUNHA	3612	2017	JONNY SCHMIDT
JOSE BRIDI	10442	2017	JONNY SCHMIDT
OLINDA HILLESHEIM	3657	2017	JONNY SCHMIDT
MARIA ROSALIA PRADA	3416	2017	JONNY SCHMIDT
SANTO TOME COMPER	2896	2017	JONNY SCHMIDT
CARLOS ROBERTO DA SILVA	10302	2017	JONNY SCHMIDT
TEREZINHA ROSALIA F. HARTMANN	3018	2017	JONNY SCHMIDT
PEDRO PETERSEN	2579	2017	JONNY SCHMIDT
MILCA DE SOUZA REINERT	2767	2017	JONNY SCHMIDT
IRIO DOS SANTOS	2003	2017	JONNY SCHMIDT
ERVIM DEMARCH	2534	2017	JONNY SCHMIDT
IDELBERTO KOVALSKI	3401	2017	JONNY SCHMIDT
MARLY DOS SANTOS	2981	2017	RONALDO DA ROCHA
MANOEL ALEXANDRE	3991	2017	RONALDO DA ROCHA
MARLI MARIA BOSCO LADEWIG	3716	2017	RONALDO DA ROCHA
MARIO LUIZ CRUZ	10254	2017	RONALDO DA ROCHA
ALUIZ ESSER	10306	2017	RONALDO DA ROCHA
VITALINA LAURINDO	10253	2017	RONALDO DA ROCHA
MELITA BENETTI GRINKE	10274	2017	RONALDO DA ROCHA
INGRID LAGUNA	10415	2017	RONALDO DA ROCHA
IVO GUCKERT	3691	2017	RONALDO DA ROCHA
PAULO AMAURY DE SOUZA	6859	2017	RONALDO DA ROCHA
JOSE DE BORBA	3064	2017	RONALDO DA ROCHA
ILLA ALVE NAGEL	3613	2017	RONALDO DA ROCHA
EVA APARECIDA DO NASCIMENTO	3433	2017	RONALDO DA ROCHA
SIRLANDIA REIS VILANI	3751	2017	RONALDO DA ROCHA
REGINALDO DE ANDRADE	10257	2017	RONALDO DA ROCHA
LUIZ JOSE ANACLETO	3338	2017	RONALDO DA ROCHA
SONIA REGINA RAMOS DEMARCHI	10244	2017	RONALDO DA ROCHA
ELISETE CEOLA CARPES	3695	2017	RONALDO DA ROCHA
ROGERIO COELHO	4118	2017	RONALDO DA ROCHA
INEZ DA COSTA	10397	2017	RONALDO DA ROCHA
ZELINDA BERLANDA RAIMUNDO	3429	2017	RONALDO DA ROCHA
ALINDIO DE ANDRADE	4004	2017	SANDRO R. SOFKA
ANDREIA POSTAE	3899	2017	SANDRO R. SOFKA
ARCANGELO ISAIAS	3880	2017	SANDRO R. SOFKA
CECILIA ALVES DE OLIVEIRA	8404	2017	SANDRO R. SOFKA
CELI MARIA HASSE	3888	2017	SANDRO R. SOFKA
ERONI DE FATIMA DOS SANTOS	3861	2017	SANDRO R. SOFKA
ETAMAR REGINA PEREIRA	2523	2017	SANDRO R. SOFKA
FRANCISCO DE ASSIS MORAES DE SOUZA	4073	2017	SANDRO R. SOFKA
GILBERTO ADRIANO WOLF	2073	2017	SANDRO R. SOFKA
HELICIO ZACARIAS	10247	2017	SANDRO R. SOFKA
JANAINA MARTINEZ MAGDALENA	3974	2017	SANDRO R. SOFKA
LINDOMAR DE SOUZA	2993	2017	SANDRO R. SOFKA
LOURIDES APARECIDA RAMOS DE MORAIS	4065	2017	SANDRO R. SOFKA
LUCIANA MARTINS	3931	2017	SANDRO R. SOFKA
LUIZ KERCHBAUMER	3936	2017	SANDRO R. SOFKA
MARCIA CORREIA DE QUADRA	4109	2017	SANDRO R. SOFKA
MARIA DAS GRAÇAS ALEXANDRE	8409	2017	SANDRO R. SOFKA
MARIA IVONE DOS SANTOS	4062	2017	SANDRO R. SOFKA
MARLENE FLORIANO ALVES	3978	2017	SANDRO R. SOFKA
NAIN DE FRAYN	2163	2017	SANDRO R. SOFKA
NORIMAR SOUZA DA LUZ	2645	2017	SANDRO R. SOFKA
OSMAR ROHLING	4107	2017	SANDRO R. SOFKA
PAULINA FRANZEN LEAL	2603	2017	SANDRO R. SOFKA
ROLAND STUPP	4022	2017	SANDRO R. SOFKA
SUZANA SILVEIRA DE PAULA	3072	2017	SANDRO R. SOFKA
TEREZINHA JACINTO	3995	2017	SANDRO R. SOFKA
VALCINEIA MATTOS	4056	2017	SANDRO R. SOFKA

RONALDO DA ROCHA
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA - 16º TERMO ADITIVO

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em , com término previsto para 07/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285 / 2013, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2017 e encerrando-se em 07/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

Contratado(a)

SILVIA PAULO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2017, firmado em 20/03/2017, com término previsto para 20/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA PAULO, portador(a) do CPF nº 867.019.249-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 21/04/2017 e encerrando-se em 15/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SILVIA PAULO

Contratado(a)

SUZICLEIDE DA SILVA PIRES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2017, firmado em 03/03/2017, com término previsto para 05/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUZICLEIDE DA SILVA PIRES, portador(a) do CPF nº 348.919.338-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 06/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SUZICLEIDE DA SILVA PIRES

Contratado(a)

TAMARA KARINA THEIS DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2017, firmado em 13/03/2017, com término previsto para 13/04/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAMARA KARINA THEIS DA SILVA, portador(a) do CPF nº 077.887.589-06, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 150 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 14/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/04/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

TAMARA KARINA THEIS DA SILVA

Contratado(a)

VICTORIA BONFANTI PRUST - 1º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VICTORIA BONFANTI PRUST, portador(a) do CPF nº 063.619.649-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 136 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 06/04/2017 e encerrando-se em 05/05/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 04/04/2017.

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 50/2017 - INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 50/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 18/04/2017 - Hora: 13:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 18/04/2017 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de Abril de 2017.

MARINEUSA HOFFMANN
Assistente Social

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI
Secretária de Saúde

PAULO BINDELLI
Secretário da Fazenda

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 51/2017 - INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 51/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 04/05/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 04/05/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2017.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Educação

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI
Secretária de Saúde

RAFAEL NONES
Secretário de Obras

Rio Fortuna

PREFEITURA

PREGÃO 018/2017 PROCESSO 026/2017 TRANSPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação 026/2017
Edital de Pregão Presencial 018/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 12 de maio de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone: (48) 3653-1122 e no site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna/SC, 20 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

PROC 024/2017 PREGÃO 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA/SC
Processo de Licitação nº 024/2017
Edital de Pregão Presencial nº 017/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 11 de maio de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE JORNAIS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS E OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA PARA O ANO DE 2017.

Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site prefeitura@riofortuna.sc.gov, ou pelo telefone (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/SC, 18 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

PROC 025/2017 CHAMADA PÚBLICA 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Rio Fortuna
Processo de Licitação nº 025/2017
Edital de Chamada Pública nº 002/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará nos dias 09 de maio de 2017 e 10 de maio de 2017, a partir das 8h30min até as 11h30min, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, CHAMADA PÚBLICA visando o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO POR MEIO DE EMISSORAS FM COMUNITÁRIA E FM COMERCIAL, PARA A DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E LEGAL, DE INTERESSE PÚBLICO, EXARADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site: www.riofortuna.sc.gov.br ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 18 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 237/2017

PORTARIA Nº 237 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso e com o § 2º, do artigo 12, da Lei Complementar nº. 003/2005,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, a servidora SOELI SCHAEGLER NEUHAUS ZANATTO matrícula nº 1061, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de estágio probatório de 12 de fevereiro de 2014 a 12 de fevereiro de 2017.

Art. 2º As avaliações de desempenho em estágio probatório da servidora supracitada constam nos autos do processo administrativo nº 125/2015, em que obteve uma média geral de 9.67, considerada aprovada, conforme o art. 7º do Decreto nº 031/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, em 17 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 238/2017

PORTARIA Nº 238 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 17 de abril de 2017 a 16 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a SILVANA KAIBER GARCIA DA SILVA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 28/04/2015 a 27/04/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 239/2017

PORTARIA Nº 239 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso e com o § 2º, do artigo 12, da Lei Complementar nº. 003/2005,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, a servidora ANA KARINA FALCHETTI matrícula nº 1069, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de estágio probatório de 13 de fevereiro de 2014 a 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º As avaliações de desempenho em estágio probatório da servidora supracitada constam nos autos do processo administrativo nº 030/2015, em que obteve uma média geral de 8.91, considerada aprovada, conforme o art. 7º do Decreto nº 031/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, em 18 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 240/2017

PORTARIA Nº. 240 DE 19 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 19 de abril de 2017 a 16 de julho de 2017, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada no cargo de Motorista Classe III.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 241/2017

PORTARIA N° 241 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 24 de abril de 2017 a 23 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a JOÃO CARNEIRO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 23/02/2015 a 22/02/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

AVISO PL 011/2017 FMS - TP 001/2017 -FMS

AVISO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017 –FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017 –FMS

Informamos a todos os interessados que referente ao processo licitatório nº 011/2017-FMS – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017-FMS, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais para retirada e substituição parcial do telhado do Hospital Geral Municipal de Santa Cecília "Enedina Granemann Auerswald", neste Município, conforme memorial descritivo e anexos, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas está disponível no site da Prefeitura (www.santacecilia.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao departamento de licitações, pelo telefone 49-3244-2032 ou pelo e-mail licitacoes@santacecilia.sc.gov.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.santacecilia.sc.gov.br).

Santa Cecília-SC, 20 de abril de 2017.

Município de Santa Cecília

Comissão de licitação

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2017

Processo de Licitação nº 036/2017-Pregão nº 036/2017

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de 01 Retroescavadeira nova, tração 4x4, potência 92HP, caixa de câmbio com no mínimo 4 marcha à frente e 4 a ré, a diesel, para uso do Setor de Agricultura.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 210.500,00 (duzentos e dez mil e quinhentos reais).

Vigência: 17/04/2017 a 31/12/2017.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº. 138/2017

DECRETO Nº138/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

Considerando, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que a dispensa do processo seletivo, para a contratação em caráter emergencial, se mostra como a medida viável para evitar a descontinuidade nos serviços públicos e garantir respeito ao interesse público;

Considerando que a contratação temporária só poderá ocorrer nos termos também postos pela Constituição Federal, no inciso IX do art. 37, que a permite por "tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público",

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada em caráter temporário de excepcional interesse público a servidora Marli Makoski, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, código 0063, carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, até a realização de Teste Seletivo ou Concurso Público.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,
em 17 de Abril de 2017.
DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA Nº. 71/2017

PORTARIA Nº 071/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Senhora Ana Maria Broll, matrícula nº 10324/01, ocupante da função de Nutricionista, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 11/04/2017.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Secretario Municipal

Matricula: 5614/02

PORTARIA Nº. 72/2017

PORTARIA Nº 072/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença maternidade a funcionária, JAQUELINE CORÁ, matrículas nº 13015/02, ocupante do cargo CONSELHEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 18 de Abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Secretario Municipal

Matricula: 5614/02

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 52-2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	52/2017
Contrato Principal Nº	14/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	EDITORA POSITIVO LTDA
Objeto	Reajuste de contrato para aquisição de material didático que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil
Valor	R\$ 2.605,66 (dois mil seiscentos e cinco reais e sessenta e seis centavos)
Processo de Inexigibilidade nº.001/2014	
Santiago do Sul, 17 de abril de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 53-2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	53/2017
Contrato Principal Nº	49/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAGOS
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS
Valor	R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Santiago do Sul, 17 de abril de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PREGÃO 29/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 41/2017.	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.29/2017.	
Objeto: Aquisição de carne suína para premiação das atividades desportivas promovidas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, para o exercício de 2017.	
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 08 de maio de 2017.	
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 08 de maio de 2017.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .	
SANTIAGO DO SUL, 20 de abril de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PREGÃO RP 28/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 40/2017.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.28/2017.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto para utilização pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 08 de maio de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 08 de maio de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 20 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 321/2017

DECRETO Nº 0321, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3769, de 24 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 99.307,59 (noventa e nove mil, trezentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

4.4.90.51.00.00.00.00.0665 – Obras e Instalações R\$ 69.307,59

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

3.1.90.05.00.00.00.00.0203 – Outros Benefícios Previdenciários R\$ 20.000,00

3.1.90.92.00.00.00.00.0203 – Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos código 265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, no valor de R\$ 69.307,59 (sessenta e nove mil, trezentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0203 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 322/2017

DECRETO Nº 0322, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3769, de 24 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.597,79 (dezessete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 2.020 – Fundo Municipal de Turismo

(433) 3.3.90.39.00.00.00.00.0110 – Outros Serv. Terc. – PJ R\$ 17.597,79

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

(414) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 10.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(445) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 7.597,79

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Ranibizumabe (Lucentis)" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0900221-42.2017.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Oncoexpress Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

Valor Total: R\$ 8.980,00

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2017

OBJETO: Contratação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, no município de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência em anexo.

CONTRATADO: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de SC - SEBRAE.

Valor Total: R\$ 13.500,00

SÃO BENTO DO SUL, 20 de abril de 2017.

ADELINO DENK – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

EDITAL Nº 04/2017

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 04/2017

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de classificação preliminar do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 04/2017.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, os documentos comprobatórios de tempo de serviço apresentados em desacordo com o item 4.4 do Edital não foram considerados. Os dependentes declarados e não comprovados com documentos conforme o item 3.3 também não foram considerados.

O prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação desta classificação.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – BAIRRO RIO VERMELHO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	23	CLAIR ANTONIO NAITZKI	2,5	4	05/05/1971
2º	24	MARIA SOLANGE DOS SANTOS	0	3	15/02/1987
3º	41	EURIDES DE JESUS MORAES	0	0	20/01/1943

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL - DIVISA CORUPÁ
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL – MORRO DA IGREJA RIO NATAL
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA DAS GALINHAS

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	37	FLAVIO ALEXI	2,5	1	11/01/1980
2º	22	MÁRCIO JOSÉ HÜTTL	0	2	01/04/1979
3º	16	ROMÁRIO AFONSO LUDWINSKI	0	2	16/12/1990

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DIVERSAS JUNTO A SEMOB

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	06	ANTONIO ORION DE PAULA	5,0	1	14/05/1966
2º	20	JOCIELI APARECIDA MACHADO	2,5	4	10/03/1985
3º	02	MARCOS ANTONIO MARTINS	2,5	3	21/06/1982
4º	11	LINDOMAR SIQUEIRA	2,5	2	28/07/1981
5º	28	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	2,5	2	28/05/1986
6º	08	CLEVERSON DE LIMA	2,5	2	04/09/1988
7º	19	PEDRO FERREIRA DOS SANTOS FILHO	2,5	1	14/09/1960
8º	34	JAIR RIBEIRO	2,5	1	08/07/1972
9º	03	VALDEMIR VIEIRA RAMOS	2,5	1	24/04/1980
10º	05	MAIKEL DO PRADO LUZ	2,5	1	22/06/1984
11º	13	SILVIO NEI SANTANA	2,5	1	11/08/1991
12º	09	GILMAR ERZINGER	2,5	0	11/01/1958
13º	39	ADILSON CARLOS DA SILVA	2,5	0	28/08/1962

14º	35	CAMILO TADEU NANIAS	2,5	0	19/10/1962
15º	01	VALDECIR LONGO	2,5	0	14/02/1964
16º	40	ILÁRIO DE SOUZA	2,5	0	21/09/1967
17º	12	SEBASTIÃO BEIRA NUNES	2,5	0	25/07/1969
18º	04	MARIO PEREIRA	2,5	0	10/03/1972
19º	25	HARLEY DAVIDSON BORCHARDT	2,5	0	20/02/1976
20º	07	EZEQUIEL SILVA	0	2	26/05/1988
21º	31	JULIANA PEREIRA VEIGA	0	1	08/01/1984
22º	36	LAUDELINO DE OLIVEIRA	0	0	03/02/1959
23º	27	ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DOS SANTOS	0	0	20/11/1975
24º	42	FERNANDO SILVA MACHADO	0	0	26/10/1989
25º	21	TIAGO LOURENÇO	0	0	26/10/1995

CARGO: ZELADOR DE CEMITÉRIOS – CEMITÉRIO BAIRRO CRUZEIRO
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: ZELADOR DE CEMITÉRIOS – CEMITÉRIO DO CENTRO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	32	NELSON GOMES	0	0	17/09/1955

INSCRIÇÃO INDEFERIDA:

INSCRIÇÃO 38 – ALVARO KRUGER

Candidato não anexou nenhum documento com a ficha de inscrição. Conforme item 3.3 do Edital o candidato deveria ter apresentado cópia de um documento de identificação (RG) e CPF para fazer prova da identificação e da idade, que é critério de desempate conforme item 5.1.2 do edital. CARGO: CARPINTEIRO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	15	RAFAEL DUTRA	2,5	3	01/11/1988
2º	33	HUMBERTO KOCH	0	1	21/08/1973
3º	43	JOVEMILHO DA CRUZ	0	1	27/12/1973
4º	10	TIAGO LOURENÇO	0	0	26/10/1995

CARGO: MECÂNICO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	26	JEFERSON BAUER	2,5	2	10/06/1980
2º	17	RUBENS TORTATO BATISTA	2,5	1	25/04/1987
3º	29	RODRIGO RODRIGUES MARTINS	2,5	0	05/04/1986
4º	18	BRUNO CIPRIANI	2,5	0	13/11/1996
5º	14	MATEUS LIMA DA SILVA	0	1	04/03/1996
6º	30	EVERTON CESAR DE MELO	0	0	07/09/1987

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017

Magno Bollmann
Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIA Nº 1239/2017

ERRATA:
Na publicação da Portaria nº 1239/2017, no DOM nº 2232, de 13 de abril de 2017, pág. 944, no local que se lê “a partir de 2 de maio de 2017” leia-se “a partir de 2 de maio de 2011”.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Ranibizumabe (Lucentis)" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0900221-42.2017.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Oncoexpress Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para

a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravo de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0900221-42.2017.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 8.980,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é o praticado no mercado, para o referido medicamento.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2017

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, para desenvolver o turismo no município de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência em anexo.

II – Contratado: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do Art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através do Departamento de Turismo e com o apoio do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR vem trabalhando em ações para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de São Bento do Sul. Dentre todas as discussões que já foram feitas, uma em especial se tornou prioridade, a elaboração do Plano Municipal de Turismo. O entendimento de todos os setores (privado, público e sociedade civil) é que se faz necessário um planejamento à longo prazo, onde a mudança de gestão pública não interfira diretamente no andamento das ações. O Plano Municipal de Turismo, PMT, é um documento que vem sendo solicitado pelo Ministério do Turismo, para comprovação de que não só os recursos advindos das esferas federais e estaduais estão sendo aplicadas corretamente, mas também como indicador de desenvolvimento dos municípios. O plano, assim que pronto, será encaminhado à Câmara de Vereadores para que vire lei, e assim seja obrigatória a sua aplicação, independente das gestões público/privadas que tenham assumido. Sabemos que as cidades que já possuem o PMT, estão bem à frente no que tange o desenvolvimento do setor. Em Santa Catarina, temos o exemplo de Blumenau e Píçarras, onde esta última contratou o SEBRAE para a elaboração de seu plano. Em contato telefônico com a Secretária de Turismo, esta salientou a qualidade no serviço prestado pelo SEBRAE, que todo o processo de construção foi inteiramente participativo, mostrando o compromisso e a responsabilidade da empresa em atuar com transparência.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de SC - SEBRAE é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme Art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para a realização dos serviços é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ADELINO DENK
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

LEI Nº 3768/2017

LEI Nº 3768, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 3671, DE 25 DE MAIO DE 2016, QUE CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL INCIDENTE SOBRE VENCIMENTOS, SUBSÍDIO E BOLSAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei altera a redação do artigo 1º e do inciso I, do artigo 2º, ambos da Lei nº 3671, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º A redação do artigo 1º da Lei nº 3671, de 25 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Esta Lei concede a revisão remuneratória geral anual aplicável aos vencimentos, subsídios e bolsas, aos servidores públicos,

agentes políticos e estagiários do Poder Executivo, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, na forma dos artigos seguintes.”

Art. 3º O inciso I, do artigo 2º da Lei nº 3671, de 25 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…).

I – sobre os vencimentos de todos os servidores públicos municipais do Poder Executivo, incluindo-se os agentes políticos e comissionados; (…).”

Art. 4º As despesas da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2017.

MAGNO BOLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 3769/2017

LEI Nº 3769, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 99.307,59 (noventa e nove mil, trezentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

4.4.90.51.00.00.00.00.0665 – Obras e Instalações R\$ 69.307,59

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

3.1.90.05.00.00.00.00.0203 – Outros Benefícios Previdenciários R\$ 20.000,00

3.1.90.92.00.00.00.00.0203 – Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.597,79 (dezessete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 2.020 – Fundo Municipal de Turismo

(433) 3.3.90.39.00.00.00.00.0110 – Outros Serv. Terc. – PJ R\$ 17.597,79

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos código 265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, no valor de R\$ 69.307,59 (sessenta e nove mil, trezentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

(414) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 10.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(445) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 7.597,79

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0203 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 30.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 3770/2017

LEI Nº 3770, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

DENOMINA HARY KNOP TRAVESSA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Hary Knop, travessa do município, com extensão de 90,00 metros e largura variável entre 4,10 e 5,00 metros, entre a Rua Gerhard Ziesche e a Rua Eduardo Wirmond, bairro Centro, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1360/2017

PORTARIA Nº 1360, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TATIANE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 20 de abril de 2017, consoante Processo Administrativo nº 1683/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1361/2017

PORTARIA Nº 1361, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA 24ª EXPOAMA E 15ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão de Coordenação, Administração e Fiscalização para a realização da 24ª Exposição Agropecuária e do Meio Ambiente do Alto Vale do Rio Negro – EXPOAMA e da 15ª Festa da Colônia Dona Francisca, que acontecerá nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2017, no Parque de Exposições da CIDASC, como segue:

I – Marcio Dreveck – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (interino);

II – Adelino Denk – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

III - Giancarlo Grossl – Procurador

IV – Alisson Antonio Hastreiter – Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária;
V – Marcio Brosowsky – Diretor Presidente da Fundação Cultural;
VI – Marcelo Hubel – Diretor do Departamento de Meio Ambiente;
VII – Luiza da Silva – Diretora do Departamento de Turismo;
VIII – Tiago Martinhuk – Diretor do Departamento de Compras;
IX – Cristian Cristofolini – Chefe de Divisão Administrativa e Processos;
X – André Huscher – Chefe de Divisão de Eventos e Promoções,
XI – Mauricio Maia – Chefe de Divisão Administrativa e Controle.

§ 1º Estabelecer as normas de uso do espaço público, inclusive determinar os preços para concessão desses espaços.

§ 2º Fiscalizar a execução dos contratos firmados com os fornecedores de materiais, serviços e equipamentos a serem utilizados durante o evento, bem como os espaços cedidos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 1362/2017

PORTARIA N° 1362, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de maio de 2017, FRANCISCO DOS SANTOS, no cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - São BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO N° 11/2017

Pregão Presencial n° 11/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo N° 11/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 09 de maio de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de Hidrômetros Unijato Qn 0,75 m³/h - Classe B; Hidrômetros Multijato Qn 1,50 m³/h – Classe C; Hidrômetros Ultrassônicos Q3 4,0 m³/h – Classe C; Hidrômetros Ultrassônicos Q3 10,0 m³/h – Classe C.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2014
Contrato Nº: 20/2017 – 3º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: VERONEZI E CIA LTDA - EPP
Vigência: Início: 13/04/2017 - Término: 12/04/2018

Recursos: Dotação: (36) - 3.3.90.30 Setor de Abastecimento de Água e (60) Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto.

Objeto: contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção elétrica corretiva e/ou preventiva para a frota de veículos automotores linha pesada, a diesel, do SAMAE.

Valor: R\$ 42,83 (quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) por hora de serviço.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2017.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 48/2013
Contrato Nº: 21/2017 – 5º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
Vigência: Início: 17/04/2017 - Término: 16/04/2018

Recursos: Dotação:
37 - 23.02.2.064.3.3.90.37.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água

Objeto: Contrato tem por objeto a contratação do serviço contínuo de Vigilância Patrimonial desarmada nas dependências do SAMAE na Estação de Tratamento de Água (Parque 23 Setembro) no horário das 20h00min às 06h00min horas, diariamente e no Depósito de materiais localizado na Rua Ladislau Jelinski, Bairro Brasília, noturno e diurno, sendo que neste posto a vigilância deve ser 24 horas, turnos de 12 horas cada.

Valor: R\$ 9.392,10 na Estação de Tratamento de Água (Parque 23 Setembro) no horário das 20:00 às 06:00 horas e R\$ 19.673,68 no Depósito de materiais localizado na Rua Ladislau Jelinski, Bairro Brasília, noturno e diurno, sendo que neste posto a vigilância deve ser 24 horas, turnos de 12 horas cada, valores mensais.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2017.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 078/2017

Portaria nº 078/2017
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
448	Ademir José de Souza	Auxiliar Manutenção e Conservação II	C	D	01/04/2014 a 01/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 079/2017

Portaria nº 079/2017
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
280	Alexandre Moenster	Auxiliar Manutenção e Conservação II	E	F	01/04/2014 a 01/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 080/2017

Portaria nº 080/2017
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
449	Angelita Petry	Auxiliar de Manutenção e Conservação II	C	D	01/04/2014 a 01/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 081/2017

Portaria nº 081/2017

CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL

DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
458	Elemar Heinzen	Operador de Máquinas II	C	D	25/04/2014 a 25/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 082/2017

Portaria nº 082/2017

CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL

DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
452	Heder Schmidt	Mecânico	C	D	02/04/2014 a 02/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 083/2017

Portaria nº 083/2017
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
33	Jaqueline Souza Effting	Professor Nível III	I	J	02/04/2014 a 02/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 084/2017

Portaria nº 084/2017
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de abril de 2014 a abril de 2017 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
678	Jorge Luis Catânio	Fiscal de Tributos	C	D	01/04/2014 a 01/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 085/2017

Portaria nº 085/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
280	Alexandre Moenster	01/04/2012 a 01/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 086/2017

Portaria nº 086/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
615	Alcione Exterkoetter Doerner	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 088/2017

Portaria nº 088/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
620	Claudia Rech Selhorst	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 089/2017

Portaria nº 089/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
623	Dilma Petry Steffen	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 090/2017

Portaria nº 090/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
629	Fernanda Rohling Hinke	16/04/2012 a 16/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 091/2017

Portaria nº 091/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
613	Juarez Lopez dos Reis	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 092/2017

Portaria nº 092/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
622	Maria Ademilda Kuehl Buchner	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 093/2017

Portaria nº 093/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
621	Maria Aparecida Backes	02/04/2012 a 02/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 094/2017

Portaria nº 094/2017

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei nº 633, de 14/12/1990, RESOLVE:

CONCEDER: Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), na ordem de 05% (cinco por cento) do vencimento, relativo ao período de abril de 2012 a abril de 2017 do seguinte servidor (a):

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
11	Mariluzi Damian Effting	14/03/2012 a 30/04/2017

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 095/2017

Portaria nº 095/2017

Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei nº 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4509/2017, deferido em 18/04/2017, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A CARLOS EDUARDO LOZANO ESPÍLIA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Médico, nível 4.17-E, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 02/02/2009 a 02/02/2014. Sendo que 2/3 para ser convertido em numerários no mês de abril 2017, e o 1/3 restante para ser folgado a partir do dia 02 de maio de 2017.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 048/2017

DECRETO Nº 048/2017 de 19 de Abril de 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

“DECRETA”

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão Municipal de Avaliação de Desempenho para Progressão por Mérito, conforme previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 002/2001 e Lei Complementar nº 003/2001, formada pelos seguintes membros:

I- Janete Maria Sander Giongo – Representante da Secretaria Municipal de Educação.

II- Inês Ulsenheimer Eckardt - Representante dos Profissionais da Educação.

III- Volnei Mumber – Representante da Secretaria Municipal de Administração.

IV- Nilce Kleinschmitt Schmitz - Representante do Conselho Municipal de Educação.

V- Fábio Majolo Ternus – Representante das APPs.

Art. 2º - Os serviços da Comissão serão considerados de interesse público, não lhes sendo atribuído nenhuma remuneração e/ou gratificação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, SC, 19 de Abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Registre-se e publique-se

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 16/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017 DISPENSA Nº 5/2017

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 5/2017, Processo de Licitação nº 16/2017 para Contratação de artista musical para realização de Show dia do trabalhador no município de São Cristóvão do Sul, Agenda Produções e Eventos Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.591.950/0001-008. São Cristóvão do Sul (SC), 18 de abril de 2017. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 17/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CRECHE ABC MEU POSTINHO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 32903.

Vencimento: 08/05/2017 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 8/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 8/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

O Município de São Cristóvão do Sul – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 4 PORTAS ZERO KM E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA 11284.326000/1160-01.

Vencimento: 09/05/2017 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 116 DE 18 04 17 DEMITE PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT ROSELI CENI

DECRETO Nº 116, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a demissão de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998; nº 0018 de 28/01/2008 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/2012 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a demissão do cargo, firmado pela servidora Roseli Ceni, protocolo sob nº 721, na data de 18 de abril de 2017;

· Considerando que a servidora foi admitida em caráter temporário ACT.

DECR

ETA:

Art. 1º Fica demitida a pedido a servidora Roseli Ceni, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, 20 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 030/2017 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Roseli Ceni, admitida em caráter temporário (ACT) a partir desta data.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 18 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 088 DE 18 04 2017 LICENÇA MATERNIDADE A EMPREGADA PÚBLICA ROZELAINE TURMINA NEGRETTI

PORTARIA Nº 088, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Concede licença à empregada pública municipal gestante.

A Prefeita Municipal de São Domingos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/2008, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/2012, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/2011, Lei Complementar 042 de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à empregada pública Rozelaine Turmina Negretti ocupante do emprego público de Psicólogo, no período compreendido entre 17 de abril de 2017 a 13 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17 de abril de 2017.

São Domingos (SC), 18 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 089 DE 18 04 17 AUTORIZA A CONDUZIR VEÍCULOS A EMPREGADA MARIA JANETE GONÇALVES DO PRADO DAL PONT

PORTARIA Nº 089, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, Gilmar Antonio Brandalize.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a empregada pública municipal Maria Janete Gonçalves do Prado Dal Pont, ocupante do emprego de Técnico em Enfermagem, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 04166699644.

Art. 2º A Empregada ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
São Domingos (SC), 18 de abril de 2017.
Elieze Comachio
Prefeita Municipal
Registrada e publicada em data supra.
Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 090 DE 20 04 17 FERIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAERCIO CASTRO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 090, DE 20 ABRIL DE 2017.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Laercio Castro de Oliveira	Vigia	25/09/14 a 24/09/15	30	15/05/17 a 13/06/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Domingos (SC), 20 de abril de 2017.
Elieze Comachio
Prefeita Municipal
Registrada e publicada em data supra.
Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 056/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 056/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 020/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:30 horas do dia 08 de maio de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 19 de abril de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº3117/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3117/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 27.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 18.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.93.00.00.00.00.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 5.000,00

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.086 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 18.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 5.000,00

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.086 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 4.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 18 de Abril de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 18/04/2017

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 16/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 16/2017

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 09/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e mobiliários para o setor de vigilância epidemiológica e para a secretaria de Saúde do Município de São João do Oeste".

São João do Oeste – 19 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 44/17 AQUISIÇÃO DE PESAS E SERVIÇOS PARA MAQUINAS PESADAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com registro de preço para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para a manutenção das máquinas pesadas da secretaria municipal de transportes e obras do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 09 de maio de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 24 de abril de 2017. FERNANDO BISIGO– PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2017 PARA PROFESSOR E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 24 de abril de 2017 Segunda-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA PROFESSORES 01:

01 VAGA PARA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H PERÍODO VESPERTINO;

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JARBAS AMARANTE FERREIRA

LOCALIDADE: BOAVA

LICENÇA SAÚDE DA TITULAR INSS

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 04:

1-CEI JOSÉ DIOMAR RODRIGUES PADILHA

HORÁRIO DE TRABALHO : MATUTINO E VESPERTINO- 40H

LICENÇA SAÚDE DA TITULAR- INSS

BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA

2-EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE)

HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40H

BAIRRO: SÃO JOSÉ

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

*Graduação na área;

*Cursando na área;

*Áreas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro

Secretário Municipal da Administração

Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº 153/2017

DECRET O Nº 153/2017

“QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo ao servidor: - VIRGILIO CARLOS LIRA DE BRITO, pelo exercício da Chefia do Portal da Transparência. A referida Gratificação é a contar do dia 01/04/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Abril de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 154/2017

DECRET O Nº 154/2017

“QUE CONCEDE GRATIFICAÇÕES A FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Ficam concedidas GRATIFICAÇÕES correspondente a 40% (quarenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo aos servidores: – ALVARO PEREIRA DO AMARAL, pelo exercício da Chefia do Almoxarifado da Secretaria da Saúde. – NELSON ROSA ANDRADE FILHO, pelo exercício da Chefia do Almoxarifado da Secretaria da Educação. As referidas Gratificações são a contar do dia 01/04/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Abril de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 155/2017

DECRETO Nº 155/2017

"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 166/2016, DE 03/06/2016 "

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS:

01 – ADRIANA BAESSO – PREGOEIRA,
02 – ADRIANA BAESSO – PRESIDENTE,
03 – FERNANDO ZANETTE – SECRETÁRIO,
04 – AMARILDO NUNES DA SILVEIRA – MEMBRO,
05 – ANDRÉ MORAIS DA ROSA - MEMBRO,
06 – BENTA DE FATIMA FURTADO – MEMBRO,
07 – CLEO RODRIGO NEZI – SUPLENTE,
08 – CLAUDIO MATOS GOULART – SUPLENTE.

Parágrafo Único - A servidora ADRIANA BAESSO exercerá, cumulativamente, as funções de PREGOEIRA.

Art. 2º - Fica determinado que o secretário substituirá a Presidente e Pregoeira em suas funções, no caso de ausências e impedimentos legais da mesma.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 166/2016, de 03/06/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 CONFORME SEGUE:

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE ESTRELA BRILHANTE	
Nº Inscrição	Candidato
168	ELSON JOSE DE OLIVEIRA
86	FERNANDA NUNES
124	JEFERSON MAILON DE SOUZA
113	JOCELI APARECIDA RIBEIRO ARTISMO
150	JUÇARA DE FATIMA PEREIRE
71	LUIZ GUSTAVO DE NARDI KELM FERREIRA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE FLOR DE LIZ	
Nº Inscrição	Candidato

38	ANA MARIA PADILHA
163	DANIELA MENDES RODRIGUES
153	EDU DE SOUZA MELO
144	GISELI CANDIDO DA SILVA
82	PAULA JANAINA OLIVEIRA
85	RENATA CECHELIN NUNES VANDRESEN
27	THAYANI BORGES DE HARO GOULART
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE GIRASSOL	
Nº Inscrição	Candidato
17	ALINE LIMA CAMPOS
51	ARIANA DE FATIMA DA CRUZ
176	EDMARA MARTINS
160	ELENICE TAVARES NUNES
64	LARA CRISTINA BARBOSA
49	LUANA BORGES DE OLIVEIRA
122	NAIR MATTOS DE SOUZA
166	NATACHA ZAMPRONIO DENOVAIS
72	ROSA MARIA DAVOGLIO
114	SUZIANI PEREIRA DE CORDOVA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE NOVOS TEMPOS	
Nº Inscrição	Candidato
135	BIANCA DE ANDRADE LINHAGUE
120	DEBORA SOUZA SILVA
169	JOELMA APARECIDA DA LUZ
34	JOSIANE PEREIRA
8	LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA
7	LUCAS NUNES ALMEIDA
104	MILENA CASSÃO MUNIZ
108	THAIS PEREIRA ARRUDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE RAIOS DE SOL	
Nº Inscrição	Candidato
167	JOSIANE DE SOUZA
117	LUANA FARIAS DE SOUZA
164	MAIARA VELHO CIDADE
152	MALANE HASCKEL
AUXILIAR ODONTOLÓGICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
195	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO
146	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA
136	KARINE VELHO DA SILVA
ENFERMEIRO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
76	ANA KELLY HENSEN
15	ARIANA OLIVEIRA
145	BIANCA PIMENTEL
199	FERNANDO LIMA DE SOUZA
175	GABRIELA SENEGAGLIA BISCAIA
83	JEANINE DA SILVA
91	KARINA MENEGAZ
31	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS DE JESUS
142	MICHELLE CAROLINE SIQUEIRA
155	SILMARA ALVES MACHADO
162	SUANY LEMOS ANTUNES
183	THAIS DA SILVA AMARAL
69	ZILMARA RIBEIRO SOUZA
ENFERMEIRO UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
131	CINTIA JACÓ MOSSI

196	DENISE STEFANIAK SENN
55	GLEICE RIBEIRO MEDEIROS CAVALCANTI
143	KAROLYNE MAGNO DOS SANTOS SILVA
179	LETÍCIA SILVA HILDEBRANDO
133	LIGIANI ZILIO BORGES MARINHO
170	PRISCILA BORGES DE SÁ
134	RENATA MACHADO DE SOUZA
123	TAYLLA FABRE SCHNEIDER
MÉDICO CLINICO GERAL UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
194	GUILHERME ZANETTE DEOLINDA
101	PAULO ROBERTO TOEBE
161	VALTER GONÇALVES DE AZEVEDO
MÉDICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
158	ALEXANDRE CODEVILLA TEIXEIRA
11	ANDREA CRISTIAN AMARO
181	ANNETA MARCON MARTINS
94	BERTHIER ALVES PEREIRA DE MATOS
127	CAMILA ARSEGO
47	CARLA MEIRELLES ORSINI
154	CAROLINA BRIGHENTE PADILHA
188	CÍNTIA SIMONE FETT
190	INGRID SCHRAMM BATHKE
54	KATHICIA FURLANETTO
78	RAFAEL FRANCISCO RÉGIS
68	RAFAEL MARTORANO, CHIODELLI
39	SANDRO DA SILVA MONTANO
25	VITOR LEONARDO NANDI
ODONTÓLOGO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
87	ANDRESSA SURDI
187	ANGELICA BORCHARDT HENN
35	CAMILA NEHME BALDASSO
12	CHARLENE VIEIRA SPOLTI
74	EDIANE OLIVEIRA FIGUEIREDO DE QUEIROZ
105	FELIPE LEOPOLDINO DE OLIVEIRA
58	FLAVIA SANTIAGO DE SOUSA ROSA
184	JÉSSICA KLEIN CANANI
180	LIRIA KNOLL
57	LUIS GUSTAVO SCHLICKMANN DE SOUZA
138	MATHEUS HENRIQUE GOULARTE
112	MIGUEL CARDOSO NORA
45	MORGANA WATERKEMPER TASCA
75	NATHALIA DOMINGOS FICANHA
2	RODRIGO AP TOCUNDUVA CELIN
66	RODRIGO TAVARES ARCOVERDE
126	SAMEA KURDI
42	SUÉLEN PARAVISI PAGLIARI
TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF	
Nº Inscrição	Candidato
14	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA
141	DAYANNE PEREIRA OLIVEIRA
173	ELEDIR FARIAS
99	FRANCINI SOUZA FLORES
129	JOICE ARIANA DA ROSA
44	MARIA CRISTINA PEREIRA
22	MARIA TEREZINHA CARVALHO

13	MICHELE VITORIA ROCHA
174	OLIVIA OLIVEIRA FIGUEIREDO
116	RENATA RODRIGUAES DO ROZARIO
132	ROSANGELA PORTES CAETANO
191	VIVIAN MOREIRA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
121	ALBANI TEREZINHA GODINHO
40	ANA PAULA VICENTE
159	ARGENTINA DAS GRAÇAS FOGAÇA ALMEIDA
157	GESABEL DOS SANTOS MADRUGA
6	IVANA CUSTODIA GODINHO
61	LOURDES REGINA DE SOUZA PORTO
70	PATRICIA PIMENTEL
92	RAY GLOY ALVES ANDRADE
128	RITA DE CASSIA DA SILVA PADILHA
23	ROSA CRISTIANE MORAIS DUTRA
109	ROSANGELA APARECIDA PEREIRA
130	ROSILENE OLIVEIRA SILVA COSTA

Prefeitura de São Joaquim, 21 de abril de 2017
 GIOVANI NUNES
 Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA
 Presidente da Comissão

JULGAMENTO RECURSOS PROCESSO SELETIVO Nº 001 / 2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 CONFORME SEGUE:

JULGAMENTO RECURSOS

Segue Julgamento de Recursos após análise das comissões de execução e fiscalização, com embasamento nas regras do referido edital.

RECURSO 01

Requer o candidato de inscrição 198 o deferimento de sua inscrição, pois o mesmo alega ter efetuado o pagamento referente à inscrição.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Após análise do comprovante de pagamento do candidato, verificou-se que o mesmo não se refere ao pagamento da referida inscrição.

Prefeitura de São Joaquim, 21 de abril de 2017
 GIOVANI NUNES
 Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA
 Presidente da Comissão

PP 07/2017 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
Fundo Municipal de Educação de São Joaquim

Processo Nº 20/2017

Pregão Presencial 07/2017 - Registro de preço

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar

Abertura do certame: 11/05/2017 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6458.

São Joaquim, 17 de abril de 2017

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

PROCESSO 23/2017 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23/2017

Pregão Presencial Nº 17/2017

Objeto: Aquisição de Recarga de Botijão de Gás de Cozinha (GLP -P13) e (GLP-P45) para diversas Secretarias Municipais.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 17/05/2017 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 66.247,16

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 05 de abril de 2017

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017 - Processo nº 143/2017 – Proc. Adm. 2482/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS NA RUA HAMILTON FERREIRA, BAIRRO AREIAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 10 de maio de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 10 de maio de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 7970/2017

DECRETO Nº 7970/2017

PRORROGA CESSÃO DE SERVIDORA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Prorrogar a cessão da servidora JEANE BITENCOURT FURTADO, ocupante do cargo efetivo de Supervisor Pedagógico, com lotação na Secretaria da Educação, para a Câmara dos Deputados, para exercer cargo comissionado, pelo período de 12 (doze) meses, sem ônus para a origem.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 19 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA SME Nº 956 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA SME Nº 956 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI OS REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação de São José, no uso de suas atribuições, que lhe confere artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José.

Considerando o Decreto Municipal nº 4113 de 05 de março de 2015 que institui o Fórum Municipal de Educação de São José em conformidade com a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 e Lei Municipal 5487 de 23 de junho de 2015;

RESOLVE:

I – NOMEAR os Representantes da Secretaria Municipal de

Educação para elaboração de relatório de monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME :

Lílian Sandin Boeing – matrícula 1.790-6 – Direção de Ensino

Kelen Bittencourt – matrícula 15.169-3 - Ensino Fundamental

Vilmar Ivo Peres Junior – matrícula 33.234-8 - Ensino Fundamental

Débora Augusto da Silva e Silva – matrícula – 17030-5 Ensino Fundamental

Claudia Regina Macário - matrícula 10.780-8 – Educação de Jovens e Adultos - EJA

Márcia Cristina Figueredo Rizzaro – matrícula 2.791-0 – Educação Infantil

Alzira Isabel da Rosa – matrícula 3.406-1 – Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero

Izabel Cristina Branco de Souza – matrícula 1.582-2 – Programas Federais

Jenair Maria Patrício– matrícula 1888-0 – Recursos Humanos

Rose Bárbara Gelslechter – matrícula 10.799-9 – Escolas Profissionais

Elisangela Peres Teixeira – matrícula 13.541-0 - Administrativo e Financeiro

Alexandra Elisabeth de Oliveira – matrícula 13.899-1 - Administrativo e Financeiro

Claudia Campos Machado Felipe – matrícula 34.415-0 – Setor de Nutrição

Ana Brasil de Oliveira – matrícula 10.840-5 – EMFRENTE

Izolete Julita Venâncio – matrícula 15.493-8 Educação Especial

Mariluce de Oliveira Trajano – matrícula 10.902-9 – Convênios

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José, 18 de abril de 2017.

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação de São José

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - Processo nº 046/2017 – Proc. Adm. 920/2017. Fornecedores: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – ME; VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI – EPP e SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS EIRELI ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DIVERSOS SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 909.091,00 – novecentos e nove mil, noventa e um reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - Processo nº 063/2017 – Proc. Adm. 1203/2017. Fornecedor: SC HOSPITALAR LTDA - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (MENSAL) DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.. Valor Total: R\$ 117.600,00 – cento e dezessete mil, seiscientos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 - Processo nº 099/2017 – Proc. Adm. 1843/2017. Fornecedor: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (LOCAL/REGIONAL) PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 32.300,00 – trinta e dois mil, trezentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2016 - Processo nº 689/2016 – Proc. Adm. 24851/2016. Fornecedor: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO ELEVADOR DA POLICLÍNICA DE BARREIROS- MARCA MONTANA, NO ELEVADOR DA POLICLÍNICA DE CAMPINAS – MARCA ATLAS SCHINDLER E NO ELEVADOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA/EPIDEMIOLÓGICA – MARCA BOXTOP, INCLUINDO AS PEÇAS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Valor Total: R\$ 62.160,00 – sessenta e dois mil, cento e sessenta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2016 – Processo nº 092/2016 – Proc. Adm. 5864/2016: Objeto: DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM, PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO JOSÉ/SC. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o processo administrativo nº 5864/2016, Compras nº 092/2016 – Dispensa de Licitação nº 059/2016, por razões de interesse público.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 105/2017

PORTARIA Nº 105/2017
EXONERA O SERVIDOR GABRIEL MACÁRIO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor Gabriel Macário do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete da vereadora Sandra Martins, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de abril de 2017.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 106/2017

PORTARIA Nº 106/2017

NOMEIA O SERVIDOR JOÃO GABRIEL MIRANDA LESSA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Gabriel Macário para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar – CCV-1, vinculado ao gabinete da vereadora Sandra Martins, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107/2017

NOMEIA O SERVIDOR MÁRCIO ALEXANDRE JUNIOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE PARLAMENTAR – CCV-1.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Sônia Talita Stein para o cargo em comissão de Secretária Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete da vereadora Sandra Martins, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

BALANCETE FINANCEIRO DE MARÇO DE 2017

Câmara Municipal de Vereadores		Usuário:Éder Filipe da Silva		Página	
Praça Arnaldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC		Chave de autenticação:2367-5935-916		1 / 1	
CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321		http://www.cmsj.sc.gov.br			
Anexo 13 - Balanço Financeiro					
Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/03/2017					
Despesa realizada: Empenhada					
Ingressos		Despêndios			
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Exercício		Exercício		Exercício	
Atual		Anterior		Anterior	
Receita orçamentária (I)		Despesa orçamentária (VI)		Despesa orçamentária (VI)	
Ordinária		Ordinária		Ordinária	
Vinculada		Vinculada		Vinculada	
Recursos vinculados à educação		Recursos vinculados à educação		Recursos vinculados à educação	
Recursos vinculados à saúde		Recursos vinculados à saúde		Recursos vinculados à saúde	
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		Recursos vinculados à previdência social - RPPS		Recursos vinculados à previdência social - RPPS	
Recursos vinculados à seguridade social		Recursos vinculados à seguridade social		Recursos vinculados à seguridade social	
Outras destinações de recursos		Outras destinações de recursos		Outras destinações de recursos	
(-) Deduções da receita		0,00		0,00	
Ordinária		0,00		0,00	
Vinculada		0,00		0,00	
Recursos vinculados à educação		0,00		0,00	
Recursos vinculados à saúde		0,00		0,00	
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		0,00		0,00	
Recursos vinculados à seguridade social		0,00		0,00	
Outras destinações de recursos		0,00		0,00	
Transferências financeiras recebidas (II)		20.337.853,50		1.323.938,50	
Para execução orçamentária		20.337.853,50		1.323.938,50	
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		7.487.109,01		393.300,16	
Recebimentos extraorçamentários (III)		963.130,90		3.381.699,87	
Inscrição de restos a pagar processados		120,00		22.219,10	
Inscrição de restos a pagar não processados		276.986,55		142.583,65	
Depósitos restituíveis e valores vinculados		686.024,35		250.716,51	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.578.122,20		7.769.838,53	
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)		1.578.122,20		7.769.838,53	
Caixa e equivalentes de caixa		5.776.312,35		5.776.312,35	
Investimentos e aplicações temporárias		5.776.312,35		5.776.312,35	
Depósitos restituíveis e valores vinculados		29.403.084,71		29.403.084,71	
Outros rendimentos		12.334.412,41		12.334.412,41	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		29.403.084,71		29.403.084,71	

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários
Entidades Consolidadas: Câmara de Vereadores de São José, Prefeitura Municipal de São José

ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TECNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO MÊS DE MARÇO DE 2017

Câmara Municipal de Vereadores					Usuário:Éder Filipe da Silva	Página
Praça Arnaldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC					Chave de autenticação: 1252-1403-180	1 / 1
CNPJ: 83.708.246/0001-39 Fone: (48) 3029-1321					http://www.cmsj.sc.gov.br	
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada						
Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/03/2017						
Despesa Realizada: Empenhada						
TÍTULOS		Autorizada R\$		Total	Despesa Realizada	Diferença
		Cred. Orçamentário e Suplementares	Créd. Especial e Extraordinários			
Unidade Gestora: Câmara de Vereadores de São José						
1001	Câmara de Vereadores de São José	22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
1001.1	Legislativa	22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
1001.1.31	Ação Legislativa	22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
1001.1.31.101	Processo Legislativo	22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
1001.1.31.101.1.556	Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	4.500.000,00		4.500.000,00		4.500.000,00
	Aplicações Diretas	4.500.000,00		4.500.000,00		4.500.000,00
	Obras e Instalações	4.500.000,00		4.500.000,00		4.500.000,00
1001.1.31.101.2.1	Manutenção da Câmara Municipal	17.879.876,64		17.879.876,64	2.847.335,22	15.032.541,42
	Aplicações Diretas	12.315.000,00		12.315.000,00	2.179.679,80	10.135.320,20
	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	220.000,00		220.000,00	44.246,50	175.751,50
3.1.190.01	Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	11.000,00		11.000,00		11.000,00
3.1.190.05	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.500.000,00		10.500.000,00	1.859.700,71	8.640.299,29
3.1.190.11	Obrigações Patronais	1.529.000,00		1.529.000,00	275.730,59	1.253.269,41
3.1.190.13	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	22.000,00		22.000,00		22.000,00
3.1.190.16	Despesas de Exercícios Anteriores	22.000,00		22.000,00		22.000,00
3.1.190.92	Indenizações e Restituições Trabalhadas	11.000,00		11.000,00		11.000,00
3.1.190.94	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	550.000,00		550.000,00	109.644,66	440.355,34
3.1.191.00	Fiscal e da Seguridade Social	550.000,00		550.000,00		440.355,34
3.1.191.13	Obrigações Patronais	550.000,00		550.000,00	109.644,66	440.355,34
3.3.90.00	Aplicações Diretas	4.360.876,64		4.360.876,64	557.485,76	3.803.390,88
3.3.90.14	Diárias - Civil	20.000,00		20.000,00		20.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	400.000,00		400.000,00	67.720,70	332.279,30
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	30.000,00		30.000,00		30.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00		30.000,00	892,14	29.107,86
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	950.000,00		950.000,00		950.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	80.000,00		80.000,00	2.525,19	77.474,81
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.627.116,64		1.627.116,64	296.342,17	1.330.774,47
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	1.200.000,00		1.200.000,00	190.005,56	1.009.994,44
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	21.600,00		21.600,00		21.600,00
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	2.160,00		2.160,00		2.160,00
3.3.90.94	Aplicações Diretas	654.000,00		654.000,00	525,00	653.475,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	54.000,00		54.000,00		54.000,00
4.4.90.51	Equipamentos e Material Permanente	600.000,00		600.000,00	525,00	599.475,00
4.4.90.52						
Total da Unidade Gestora		22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
TOTAL GERAL		22.379.876,64		22.379.876,64	2.847.335,22	19.532.541,42
Unidades Consolidadas: Câmara de Vereadores de São José, Prefeitura Municipal de São José						

Entidades Consolidadas: Câmara de Vereadores de São José, Prefeitura Municipal de São José

ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

CUSTÓDIO HORACIO DA SILVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**DECRETO 7779/2017**

DECRETO Nº 7779/2017

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 014330/2017 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, c/c art. 40, §5º da CF:

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora TÂNIA JUSTEN WESSLER, matrícula 1203-3, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 100% de gratificação de regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de abril de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.46/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº46/2017, Edital de Pregão Nº46/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO E MANUTENÇÃO DO CRAS E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 08/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.47/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº47/2017, Edital de Pregão Nº47/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DAS EQUIPES QUE COMPÕE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 08/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 250/2017

PORTARIA Nº 250/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, conforme Lei Municipal nº 018/2007, de 16 de novembro de 2007 e, Lei Municipal nº 025/2010, de 06 de setembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, ao servidor público municipal Fabiano Rodrigo Mayer Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula nº 2672, no período de 17 de abril a 15 de junho de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 17 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 251/2017

PORTARIA Nº 251/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município, Lei nº. 2020, de 28 de abril de 1993 e, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, Edital de Concurso Público nº. 001/2013, e Decreto nº 5.985, de 21 de fevereiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Juliane Dalpozzo Dorigo, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, no período de 18 de abril a 15 de dezembro de 2017, ou até o retorno da Auxiliar de Serviços Gerais titular da vaga, Vera Lúcia Rosanelli.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 252/2017

PORTARIA Nº 252/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Beverli Líbero, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, Grupo TSG, Nível 02, Matrícula 1253, o 5º (quinto) triênio, referente ao período de 08/04/2014 a 07/04/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 15% (quinze por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 253/2017

PORTARIA Nº 253/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Inciso II, do Artigo 4º, da Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal Juliane Dalpozzo Dorigo, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 3475, o Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a partir de 18 de abril de 2017, em virtude de estar atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, elaborado pelo Sesi – Serviço Social da Indústria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 254/2017

PORTARIA Nº 254/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com Artigo 69º da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Cleberson Kovalski, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 3024, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para ter Exercício junto à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 255/2017

PORTARIA Nº 255, de 20 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão Especial, para, sob a presidência do primeiro, organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Concurso Público nº 001/2017 e Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, compostos pelos seguintes servidores: Fernando Júlio Will, Diego Smanhotto e Elisandra Simone Santin Canton.

Art. 2º - A presente Comissão possui finalidade especial para avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, seguindo sempre as regras contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2017 e Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, podendo ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro/SC, 20 de abril de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 256/2017

PORTARIA Nº 256/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Loiva Terezinha da Luz, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 2685, o 2º (segundo) triênio, referente ao período de 03/04/2014 a 02/04/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 257/2017

PORTARIA Nº 257/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições do § 1º e § 3º do Art. 10, da Lei Complementar nº 005, de 29 de agosto de 2003 e § 3º do Art. 10, da Lei Complementar nº 010/2006, de 23 de maio de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora pública municipal Angela Maria Mochovik, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 02, Matrícula 2717, na área I da Educação Infantil, PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO, por ser portadora do Certificado de Conclusão do Curso de Pós Graduação "Lato Sensu" - Especialização em Educação Infantil, passando para o cargo efetivo de Professor, Nível 03.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 258/2017

PORTARIA Nº 258/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Daiane Mireli Gularte de Mattos Passarin, para o cargo de Professor habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto à Creche Nossa Senhora Aparecida, neste Município, no período de 19 de abril a 01 de maio de 2017, ocupando vaga vinculada à Professora titular Bernadete Terezinha Spironello Britz, que se encontra em auxílio doença.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 259/2017

PORTARIA Nº 259/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Rosilei Alves Siqueira, para o cargo de Professor não habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto à Creche Nossa Senhora Aparecida, neste Município, no período de 19 de abril a 01 de maio de 2017, ocupando vaga vinculada à Professora titular Bernadete Terezinha Spironello Britz, que se encontra em auxílio doença.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017 - SRP - PR Nº 052/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR a especificação dos Lotes 01,04 e 05 do Anexo I, do Edital, e a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, MOTONIVELADORA E ROLO VIBROCOMPACTADOR A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2017. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 17/04/2017, ED. 2233, PG. 469). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 05/05/2017, às 13h45min e 14h00min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.649, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.649, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 274,95 (duzentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.122.4503.2.008 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	145	Aplicações Diretas	R\$ 141.80	
08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
13.365.4505.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	146	Aplicações Diretas	R\$ 133.15	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.650, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.650, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre as normas gerais para a Sexta Eleição do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007 e no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007, bem como suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

CAPÍTULO I DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os servidores que compõem o quadro de servidores municipais efetivos, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - nacionalidade brasileira;

II - alistamento eleitoral;

III - reconhecida idoneidade moral;

IV - idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

V - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante de votação da última eleição, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente;

VI - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC;

VII - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

Parágrafo único. Os candidatos a conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 4º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a eleição.

CAPÍTULO II DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 5º Será permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação federal vigente.

Art. 6º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço, até 03 (três) dias antes da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente.

Art. 7º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Instituto Cultural de São Lourenço, nas rádios e horários por este definidos.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ELETIVO

Art. 8º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral até 02 (dois) meses antes da data da eleição.

Art. 9º Para votar, o eleitor deverá apresentar documento oficial com foto, para sua identificação, acompanhado, ou não, do Título Eleitoral.

Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 10. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

Art. 11. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 024, de 18 de abril de 2017, do Instituto Cultural de São Lourenço, lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 12. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em

primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 13. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 024, de 18 de abril de 2017, do Instituto Cultural de São Lourenço, a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo da mencionada autarquia municipal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.651, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.651, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre as normas gerais para a Sexta Eleição do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007 e no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007, bem como suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os servidores que compõe o quadro de servidores municipais efetivos, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - nacionalidade brasileira;

II - alistamento eleitoral;

III - reconhecida idoneidade moral;

IV - idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

V - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante de votação da última eleição, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente;

VI - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC;

VII - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

Parágrafo único. Os candidatos a conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Comitê Desportivo Municipal.

Art. 4º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a eleição.

CAPÍTULO II

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 5º Será permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista

ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação federal vigente.

Art. 6º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Comitê Desportivo Municipal, até 03 (três) dias antes da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar, pelo poder competente.

Art. 7º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Comitê Desportivo Municipal, nas rádios e horários por este definidos.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ELETIVO

Art. 8º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral até 02 (dois) meses antes da data da eleição.

Art. 9º Para votar, o eleitor deverá apresentar documento oficial com foto, para sua identificação, acompanhado, ou não, do Título Eleitoral.

Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 10. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

Art. 11. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 001, de 19 de abril de 2017, do Comitê Desportivo Municipal, lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 12. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 13. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 001, de 19 de abril de 2017, do Comitê Desportivo Municipal, a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo da mencionada autarquia municipal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 005/2017 – Pregão Presencial Nº 003/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017..

FORNECEDOR: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05.

VALOR: R\$ 185.012,00 (cento e oitenta e cinco mil e doze reais).

FORNECEDOR: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA - ME- CNPJ: 82.291.311/0001-11.

VALOR: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI EPP - CNPJ: 02.607.956/0001-81.
VALOR: R\$ 126.351,70 (cento e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).
FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40.
VALOR: R\$ 119.089,00 (cento e dezenove mil, oitenta e nove reais).
FORNECEDOR: A.G. KIENEN E CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65.
VALOR: R\$ 210.343,00 (duzentos e dez mil, trezentos e quarenta e três reais).
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70.
VALOR: R\$ 233.104,00 (duzentos e trinta e três mil, cento e quatro reais).
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02.
VALOR: R\$ 63.379,00 (sessenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais).
FORNECEDOR: IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.285.600/0001-18.
VALOR: R\$ 72.130,00 (setenta e dois mil, cento e trinta reais).
FORNECEDOR: KFMD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 15.068.089/0001-03.
VALOR: R\$ 93.553,00 (noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais).
FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 20.590.555/0001-48.
VALOR: R\$ 170.874,00 (cento e setenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais).
FORNECEDOR: DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 19.156.566/0001-35.
VALOR: R\$ 30.862,00 (trinta mil, oitocentos e sessenta e dois reais).
FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATO LTDA - ME - CNPJ: 72.150.550/0001-06.
VALOR: R\$ 28.415,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e quinze reais).
FORNECEDOR: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 21.227.039/0001-16.
VALOR: R\$ 97.153,00 (noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais).
FORNECEDOR: BASCEL SOLUCOES LTDA - EPP - CNPJ: 21.515.353/0001-02.
VALOR: R\$ 178.656,00 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).
TOTAL: R\$ 1.621.421,70 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/04/2017.
VIGÊNCIA: 19/04/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

PORTARIA Nº 628, DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 628, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art.1º Atribuir, a partir de 01 de maio, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), ao servidor público municipal ITAMAR FERNANDES ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, por estar exercendo atividades diferenciadas na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 629, DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 629, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 49, inciso VI e art. 52, inciso II, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 14 de abril de 2017 por falecimento, o servidor público municipal VALDEMAR RAMOS DE SOUZA, do cargo de Motorista de Carga Pesada, matrícula nº 144/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de abril de 2017

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 630, DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 630, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JUCILEI BARBIERI ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/86, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 12 de maio a 10 de junho de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 631, DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 631, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 18 a 26 de abril, a Senhora VIVIANE BATISTA ALMEIDA IJOTTON, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na disciplina de Educação Física, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, no EBM São Lourenço, em substituição ao Professor Habilitado – ACT Willian Locatelli que encontra-se em licença para tratamento de saúde. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017. _____

PORTARIA Nº 632, DE 17 DE ABRIL DE 2017

--	--

PORTARIA Nº 632, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 18 de abril a 01 de maio, a Senhora ADRIANE KILIAN DE PAULA, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na disciplina de Educação Física, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti e EBM Irmã Neusa, em substituição a servidora Bruna Botin Morozini que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2017. _____

PORTARIA Nº 633, DE 20 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 633, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir, a partir de 03 de abril de 2017, a servidora pública municipal ANI CAROLINI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 3395/01, o Adicional de Responsabilidade nível 4(AR-4), por exercer a Função de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular". (NR)

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 634, DE 20 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 634, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR, a partir de 01 de abril de 2017, a Portaria nº 405, de 25 de abril de 2016, que designa o servidor público municipal JULCIMAR SCARIOTI para desempenhar suas atribuições, na carga horária de 10 (dez) horas semanais, junto a Fundação Hospitalar São Lourenço, conforme especificações previstas no convênio nº 005 de 25 de abril de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2017.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ERRATA EDITAL 23-2017

ERRATA

O Município de São Miguel Da Boa Vista, torna público que houve correção do dia para recebimento dos envelopes de habilitação e propostas do Edital 23/2017, do dia 25/04/2017, para o dia 03 de Maio de 2017, às 08:00 horas. São Miguel da Boa Vista/ SC,20/04/2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal

EXTRATO FINAL 20-2017

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2017.

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de preço.

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para fornecimento de produtos alimentícios, de higiene, limpeza, copa e cozinha, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC, as empresas A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 12.144.365/0001-79, no valor total de R\$ 6.274,55, a empresa ALINE FATIMA KOCH – ME, inscrita no CNPJ sob nº. 19.376.012/0001-43, no valor total de R\$ 3.131,90, a empresa GRAZIELE PRISSILA SCHROTER - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 13.031.594/0001-40, no valor total de R\$ 16.602,65, a empresa SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 13.995.853/0001-52, no valor total de R\$ 3.864,40, a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, no valor total de R\$ 7.997,65.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 24 de Abril de 2017.
VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL N. 52/2017/URBANO-MULTAS

EDITAL Nº 52/2017 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

A Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional.

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, não tendo sido localizados por ocasião da emissão de Notificação anterior, Auto de Infração e Imposição de Multa.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, do lançamento de Tributos referente ao Edital de Notificação nº001/2017, que notifica proprietários ou possuidores para efetuarem a limpeza e conservação de imóveis urbanos, não cumprindo as exigências do Edital de Notificação foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa, assim como, os serviços de limpeza necessários foram executados pelo município e serão cobrados conforme valor de mercado, dos contribuintes.

Art. 2º Fica os contribuintes abaixo relacionados, para que, no prazo de até 26 de maio de 2017, regularizem seus débitos junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, cientes, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO MULTA
DAL MAGRO AUTO PEÇAS LTDA CNPJ: 86.250.073/0001-57	18/2017
VANIR VIDOR CPF: 025.798.959-57	15/2017
ELIANE MORAES PERIN CPF: 011.856.619-99	19/2017
AIRTON FRANCISCO BALDISSERA CPF: 477.482.579-49	14/2017

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 20 de abril de 2017.

MARLI DA ROSA
Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PROCESSO LICITATÓRIO N. 85/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA com REGISTRO DE PREÇO, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação futura e eventual de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para construção de rótulas fixas em locais a serem definidos pela municipalidade, de acordo com memorial descritivo, orçamentos e projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 31 de maio de 2017.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 20 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 63/2017

Edital Pregão Presencial nº 48/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 19 de abril de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGAO 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Lote.

OBJETO:
LOTES 01 a 04 - AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E/OU POLTRONAS PARA GABINETES, SALAS E ESCRITÓRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS DESCRITAS NO ANEXO I.

LOTE 05 – POLTRONAS INTERCALADAS PARA AUDITÓRIO, EM LONGARINAS DE 04, 03, 02 E INDIVIDUAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS DESCRITAS NO ANEXO I.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min horas do dia 05 de maio de 2017.

Abertura: as 09h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 24 de abril de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO PREGAO 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DEVIDAMENTE MONTADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min horas do dia 05 de maio de 2017.

Abertura: as 14h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 24 de abril de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 059/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 059/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 047.227.279-96, residente a Rua José Manoel Ferreira, nº 48, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 24/04/2017, findando no dia 08/06/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO
CONTRATADA
Testemunhas:

PORTARIA N.º 181/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 181/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, ocupante do cargo de Professora II Horista, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar da data de 13/04/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/04/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 182/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 182/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 10/04/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 183/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 183/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA FABIANA DE ANDRADE.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ FABIANA DE ANDRADE - BIBLIOTECARIA – LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 184/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 184/2017
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PAULO HENRIQUE LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97, e Artigo 16 da Lei Complementar n.º. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição, e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ PAULO HENRIQUE LOHN – PROFESSOR III HORISTA – LETRA G.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 185/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 185/2017
NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de ALECSANDRA RIOS para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se ALECSANDRA RIOS para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo I, Atividade de Nível Auxiliar – ANA, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.016,62 (um mil dezesseis reais e sessenta dois centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 04 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada. Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 24/04/2017.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 186/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 186/2017

Admite em Caráter Temporário BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho n.º. 059/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

TERMO DE POSSE DA SRTA. ALECSANDRA RIOS PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Srta. ALECSANDRA RIOS para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. ALECSANDRA RIOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de São Pedro de Alcântara/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais em razão de sua aprovação na classificação n.º 04, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte

compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ALECSANDRA RIOS

Empossada

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MORGANA PATRICIA GEBHARDT PONATH, inscrita no CPF sob nº. 077.368.369-06, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B – L. ESTR. ALEMÃO - ANOS INICIAIS E FINAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 20 de abril de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 49/2017-PMS CONTRATO

Contrato nº. 49/2017-PMS
Dispensa de Licitação nº. 24/2017-PMS
Processo nº. 50/2017-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Schroeder (SC), e a empresa C R ABREU - PROJETOS E SERVIÇOS ME, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em execução do serviço de desmanchar galpão velho e construção de galpão misto - localização Tifa Camarada - saibreira legalizada pelo Município. Conforme Projeto e Memorial Descritivo anexos ao processo.

Pelo presente instrumento contratual, que firmam o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa C R ABREU - PROJETOS E SERVIÇOS ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.948.965/0001-03, estabelecida na Rua Mal. Castelo Branco nº 3409 sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Celso Rocha de Abreu, inscrito no CPF sob o nº. 651.628.979-49, resolvem celebrar o presente contrato, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em execução do serviço de desmanchar galpão velho e construção de galpão misto - localização Tifa Camarada - saibreira legalizada pelo Município. Conforme Projeto e Memorial Descritivo anexos ao processo, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em execução do serviço de desmanchar galpão velho e construção de galpão misto - localização Tifa Camarada - saibreira legalizada pelo Município. Conforme Projeto e Memorial Descritivo anexos ao processo.	01	Unid.	12.500,00	12.500,00
TOTAL R\$					12.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente no prazo de 35 (trinta e cinco) dias, após ordem compra, no local descrito na ordem de serviço, no Município de Schroeder, com Eloir Wendt, da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor total R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

4.1.1 - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.2. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela contratada, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

5.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2017 fonte 329 – 3.3.90.39.16.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

6.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, à critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 03 (três) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação

CLÁUSULA SETIMA – DA FORÇA MAIOR:

7.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido a força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 03 (três) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo neste contrato, desde que haja conveniência para a Administração.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.1.

8.3. Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

8.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

9.1. A empresa contratada obriga-se a:

9.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto deste contrato respondendo por si e seus sucessores;

9.1.3 - O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente no prazo de 35 (trinta e cinco) dias, após ordem compra, no local descrito na ordem de serviço, no Município de Schroeder, com Eloir Wendt, da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, devendo ser expedida a nota fiscal.

9.1.4 - Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

9.1.5 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação, sem a autorização expressa pela administração;

9.1.6 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta contratação;

9.1.7 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade das obras e serviços executados.

9.1.8 - Permitir o livre acesso da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal de Schroeder ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA -PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

11.1. O objeto do contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder/SC, 20 de abril de 2017.

CONTRATADA:

C R ABREU - PROJETOS E SERVIÇOS ME

Celso Rocha de Abreu

CPF nº. 651.628.979-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 50/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 50/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 25/2017-PMS - Processo nº. 53/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: BALSISTEM COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM BALANÇAS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.360.269/0001-89, estabelecida na Rua 7 de setembro nº. 34, Campinas, na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-030.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de Bobina 76x20 Térmica Branca, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bobina 76 x 20 Térmica Branca	150	Unidade	2,00	300,00
TOTAL R\$					300,00

Valor do contrato: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Data da Assinatura: 20/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.071/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 7.071/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

DELEGA RESPONSABILIDADE PELA ANÁLISE DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Designar a servidora Senhora Mônica Cicino de Moura, Fiscal Ambiental (Tecnóloga em Gestão Ambiental), CPF nº.050.148.179-63, matrícula nº. 2.150, para análise de processos de licenciamento ambiental, conforme determinação da Resolução CONSEMA nº. 52/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 20 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 07/2017-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 20/04/2017 Válido até: 20/04/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de papel toalha para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instru

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Papel toalha folha simples super+ branco para toalheiro, folhas com no mínimo 19 x 21 cm. Caixa com no mínimo 4.800 folhas.	CX	VILLA PAPEIS LTDA. - EPP (13449)	Sol	0	37,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 20/04/2017		Válido até: 20/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de papel toalha para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instru					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	37,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 20/04/2017		Válido até: 20/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de papel toalha para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instru					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PROCESSO Nº 11/2017

(6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
(13449) - VILLA PAPÉIS LTDA - EPP

Schroeder, 20 de Abril de 2017.

ATA TOMADA DE PREÇOS 02/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2017 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2017 Data do Processo: 16/03/2017
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 31/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução de reforma na estrutura da escola Municipal Leonete Bauer Walz (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 156,32m² de área, na Rua Marechal Castelo Branco, nº 11076, Bairro Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADRIANA L.K. WILPERT - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, as empresas CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADRIANA L.K. WILPERT - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ADRIANA L.K. WILPERT - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADRIANA L.K. WILPERT - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME e CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou CND Estadual vencida em 14/04/2017, este documento é exigido no edital no item 8.1.2, entretanto por se tratar de regularidade fiscal e pela empresa ser ME a CND foi verificada na internet a qual tem um CND negativa válida até 18/06/2017, também apresentou Cartão CNPJ sem data de emissão, documento exigido no edital no item 8.1.13, o qual também por se tratar de uma regularidade fiscal e pela empresa ser ME o Cartão foi tentado consultar na internet entretanto o site da receita federal está fora do ar. Sendo assim será concedido o prazo estipulado no edital no item 11.2 para a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentar o Cartão CNPJ com data de emissão. Caso a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresente o documento será considerada inabilitada. A empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME tem até o dia 08 de maio de 2017 às 17h para apresentação do Cartão CNPJ com data de emissão não superior a 90 dias. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 20 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro Suplente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2017 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 36/2017
Data do Processo: 16/03/2017

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 31/2017 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ODAIR GELASIO WILPERT

- - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FIA (SEQUÊNCIA 02)

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 3/2017 Processo de Licitação: 06/03/2017 Data do Processo:</p>
	<p>Folha: 1/3</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de prestação de serviço com formação em psicologia, a fim de atender grupos do Projeto REAL FEMINIO da Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 20 de Abril de 2017, às 10:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6630/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 3/2017, Licitação nº 3/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 4/2017 (Sequência 01) de 11 de abril de 2017. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais das profissionais GISELI FATIMA ZOZ e ANGELITA MARTINS MAY. Constatou-se vencedora a profissional GISELI FATIMA ZOZ com o valor total de R\$ 6.006,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo as participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 3/2017 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 3/2017
 Data do Processo: 06/03/2017

Folha: 2/3

Participante: 9243 - GISELI FATIMA ZOZ

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Projeto REAL FEMINIO da Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Schroeder/SC: O início do projeto está previsto para o mês de abril de 2017 com término em dezembro de 2017. Será oferecido através de 4 grupos em localidades diferentes com maior vulnerabilidade social, sendo que será executado dois grupos no primeiro e dois no segundo semestre, divididos em período matutino e vespertino. O tipo do grupo será fechado. Cada grupo contará com até 10 crianças e adolescentes e conterá 16 encontros. Os encontros ocorrerão uma vez por semana, com duração de 01h30min. Cada grupo tem seu conteúdo dividido entre 5 módulos: Autoconhecimento, Autoimagem, autoestima, Relacionamentos e projeto de vida. O Projeto será de 7 horas semanais, com dia da semana e local a definir pela Secretaria de Assistência Social, as quais serão distribuídas entre os dois grupos para acolhida dos participantes (no mínimo de 30 minutos), intervenção com os participantes (1 hora e 30 minutos), orientações (de no mínimo de 30 minutos). Deverá fazer planejamento de 2 horas por semana e 1 vez por mês participar de encontros com a equipe da Secretaria de Assistência Social e escolar da rede municipal e estadual de ensino. Os dias da semana (segunda a sexta feira), os espaços físicos e as localidades (bairros) de realização dos grupos serão definidos até o início do projeto, baseando-se na demanda de vulnerabilidade social apresentada na Secretaria de Assistência Social e disponibilidade dos locais devendo dirigir-se com condução própria nos lugares aonde serão realizados os grupos conforme cronograma montado pela Secretaria de Assistência Social.</p> <p>O Projeto Real Feminino vem trabalhar as questões de padrões de beleza, bem como a sexualidade precoce, saúde da menina mulher e a autoestima. Visando contribuir na construção de conceito individual sobre beleza total do feminino. Consiste também em trabalhar este público alvo tendo como princípio o respeito e cuidado consigo mesma e também com demais colegas, através de trabalhos em grupo onde favoreçam a expressão através de danças espontâneas, atividades artísticas que envolvam desde dobraduras até trabalhos manuais, sempre valorizando a criatividade individual e coletiva que existe dentro de cada ser humano, buscando quebrar padrões de estética, comportamentos promíscuos, drogadição. Fortalecendo assim a percepção sobre o que é ser mulher, e as fases com as respectivas mudanças.</p>	H	273,00		0,0000	22,00	6.006,00

Total do Participante —————> 6.006,00

Total Geral —————> 6.006,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 3/2017 - TP**

Processo Administrativo:

3/2017

Processo de Licitação:

06/03/2017

Data do Processo:

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 20 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza

Eloir José Went

Valderi Rocha de Camargo

Andreia Nass Friedemann

Daniela Samulescki

Diego Guilherme Lasta

Natália Kersten Brumuller

- - Presidente da Comissão de Licitação

- - MEMBRO

- - MEMBRO

- - MEMBRO

- - SECRETÁRIA

- - MEMBRO SUPLENTE

- - MEMBRO SUPLENTE

DISPENSA 24/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2017 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 52/2017
Data: 20/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME
Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO,3409 - SALA 02
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 17.948.965/0001-03

Código: 12734

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em execução do serviço de desmanchar galpão velho e construção de galpão misto - localização Tifa Camarada - saibreira legalizada pelo Município. Conforme Projeto e Memorial Descritivo anexos ao processo.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada em execução do serviço de desmanchar galpão velho e construção de galpão misto - localização Tifa Camarada - saibreira legalizada pelo Município. Conforme Projeto e Memorial Descritivo anexos ao processo.	UN	12.500,00	12.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade da execução do serviço de construção do galpão, a localização desse galpão está situado em área de APP (Área de Preservação Permanente) e próximo do local da lavra. A retirada de uma área bastante vulnerável para uma localização mais segura.. Solicitamos a Dispensa de Licitação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 20 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2017 - DL**Processo Nr.:** 52/2017
Data: 20/04/2017

Folha: 2/2

10/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

12.500,00 (doze mil quinhentos reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 25/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 25/2017 - DL**Processo Nr.: 53/2017
Data: 20/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: BALSISTEM COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE BALANC

Código: 13562

Endereço: R 07 DE SETEMBRO,34 -

Cidade: São José - SC

CNPJ: 00.360.269/0001-89

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para aquisição de Bobina 76x20 Térmica Branca.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	150,00	Bobina 76 x 20 Térmica Branca	UN	2,00	300,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente dispensa tendo em vista o interesse público envolvido e em função do valor do bem, estar dentro do limite permitido pela Lei 8666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 20 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 25/2017 - DL**Processo Nr.:** 53/2017
Data: 20/04/2017

Folha: 2/2

17/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

300,00 (trezentos reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FIA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 3/2017
Licitação.....: 3/2017 - TP
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Objeto.....: contratação de prestação de serviço com formação em psicologia, a fim de atender grupos do Projeto REAL FEMINIO da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

Processo Administrativo: 6.006,00
Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	364	-	-	-	-	-	-
9243	GISELI FATIMA ZOT		273,000	0,0000	22,0000	6,006,00	Venceu	1 *****
13535	ANGELITA MARTINS MAY		273,000	0,0000	23,0000	6,279,00	Perdeu	2
13564	KETELYN LUNELLI SCHUH		273,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13555	DIOGO FRANÇA MACHADO		273,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 1 - 364 - Projeto REAL FEMINIO da Secretaria Municipal de Assistência - Unidade: H

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Elair José Went -	- MEMBRO
Valderi Rocha de Camargo -	- MEMBRO
Andreia Nass Friedemann -	- MEMBRO
Daniela Samulescki -	- SECRETÁRIA
Diego Guilherme Lasta -	- MEMBRO SUPLENTE
Natalia Kersten Brunnler -	- MEMBRO SUPLENTE

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 103/2017

DECRETO Nº 103/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“CONSTITUI A COMISSÃO DE SELEÇÃO E A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – ESCOLA MUNDINHO FELIZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe são atribuídas no art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019/2014, bem como, o Decreto Municipal nº 080/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Seleção e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para desempenhar as atribuições constantes no Decreto Municipal nº 080/2017:

a) Comissão de Seleção:

Presidente: LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

Secretária: DANIELA ZANELLA DONIDA

Membro: ITAMAR OLDIGES

b) Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Presidente: LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

Secretária: DANIELA ZANELLA DONIDA

Membro: ITAMAR OLDIGES

Art. 2º A função dos membros ora designados será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO 104/2017

DECRETO Nº 104/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEAR A SERVIDORA REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN PARA REPRESENTAR A UNIDADE GESTORA NO TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – ESCOLA MUNDINHO FELIZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe são atribuídas no art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019/2014, bem como, o Decreto Municipal nº 080/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN, para representar a Unidade Gestora, na função de Gestor, no termo de colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Mundinho Feliz, para desempenhar as atribuições constantes no Decreto Municipal nº 080/2017.

Art. 2º A função do membro ora designado será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DISPENSA DE CHAMAMENTO 001/2017

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017

Processo Administrativo 001/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, inscrita no CNPJ sob o nº 80.625.411/0001-01, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, nº 59, bairro Jardim, na cidade de Modelo (SC), por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz.

DA JUSTIFICATIVA

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada”. Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, desenvolve há mais de 15 (quinze) anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Além disso, é possível observar nos estatutos da APAE, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A APAE desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e APAE) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, e no Decreto nº 080/2017, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014, e suas alterações, bem como no art. 17, inciso IV, do Decreto Municipal nº 080/2017, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DO MUNICÍPIO

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
Presidente da Comissão de Seleção

DANIELA ZANELA DONIDA
Secretária da Comissão de Seleção

ITAMAR OLDIGES
Membro da Comissão de Seleção

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014, com suas alterações, bem como no artigo 17, inciso IV, do Decreto nº 080/2017, deste Município.

Trata de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, que atende no Município cerca de 21 (vinte e um) alunos, atuando há mais de 15 (quinze) anos.

Por tratar de ato administrativo, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. É preciso lembrar que o chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensando, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre estas a do inciso VI, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público. A lei prevê nessas situações de dispensa, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se deu por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento.

Diante do Exposto, ante ao apresentado, entendo que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e com suas alterações, e com o Decreto nº 080/2017, pelo que dou como aprovada, recomendando a parceria por meio de termo de Colaboração.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.

Luiz Fernando Kreutz
OAB/SC 32.515
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 001/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, inscrita no CNPJ sob o nº 80.625.411/0001-01, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, nº 59, bairro Jardim, na cidade de Modelo (SC), por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada”.

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, desenvolve há mais de 15 (quinze) anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Especial Mundinho Feliz, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, e com o Decreto nº 080/2017, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014, e suas alterações, bem como no art. 17, inciso IV, do Decreto nº 080/2017, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
Presidente da Comissão de Seleção

DANIELA ZANELA DONIDA
Secretária da Comissão de Seleção

ITAMAR OLDIGES
Membro da Comissão de Seleção

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, e com o Decreto nº 080/2017.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.

Luiz Fernando Kreutz
OAB/SC 32.515

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Serra Alta (SC), 20 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 050/2017

PORTARIA Nº. 050/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 008/2017, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	031/2017 E 032/2017
OBJETO:	CONCESSÃO DO DIREITO DE USO DE BEM PÚBLICO NÃO REMUNERADO (BARRAÇÃO COM 600M² E 300M²), VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UNIDADE PRODUTIVA, PELO PRAZO DE 08 (OITO) ANOS.
EMPRESA:	ORIGINAL MÓVEIS LTDA ME.
CNPJ Nº:	18.083.334/0001-31
EMPRESA:	AMPLIARE MÓVEIS PLANEJADOS E HARMONIA MÁRMORES EIRELI ME.
CNPJ Nº:	22.116.480/0001-93
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	EDERSON CEREZOLLI

CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econômico		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDORA:	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI		
CARGO:	DIRETORA DE DEPARTAMENTO		
CPF:	009.277.159-96	MATRÍCULA:	1071
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 137/2017

DECRETO Nº 137, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, em exercício, Senhor Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 505.648,12 (quinhentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e doze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - SECRET. MUN. DO BEM ESTAR SOC. E AÇÃO COMUNITÁRIA

1.018 - Construção e Reforma de Unidades Sanitárias Populares

4.4.90.00.00.00.00.00.0517(232) Aplicações Diretas

R\$ 500.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(91) Aplicações Diretas

R\$ 5.648,12

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação de recursos das fontes 517 e 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 03 de abril de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DEC. 138/2017

DECRETO Nº 138, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, em exercício, Senhor Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (46) Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 03 de abril de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI 2314/2017

LEI Nº 2314, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE FERIADO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Agenor Colares Gomes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituído como feriado municipal o dia de "Sexta Feira da Paixão", em concordância com o artigo 2º da Lei Federal nº 9.093 de 12 de setembro de 1995.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 20 de abril de 2017

Agenor Colares Gomes

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças e Administração

PORT. 104/2017

PORTARIA Nº 104 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Agenor Colares Gomes, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 20/04/2017, o Senhor VALDIR DA SILVA FERMIANO, matrícula nº 255, admitido em 19 de agosto de 1981, para o Cargo de fiscal, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 20 de abril de 2017.

Agenor Colares Gomes

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

TP 018/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2017

Objeto: selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para construção de banheiros e melhorias individuais em residências como no abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, tudo em consonância com o convenio FUNASA nº 0101/2013 – SICONVI nº 796558/2013 – PROCESSO nº 25100.031096/2013-83, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico anexo ao edital.

Tipo de julgamento: menor preço global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores.

Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00 min do dia 12 de maio de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 15 de maio de 2017.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Ne-reu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio – SC, de 20 de abril de 2017.

Agenor Colares Gomes

Prefeito Municipal em Exercício

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 093/2017

DECRETO Nº. 093 DE 20 DE ABRIL DE 2017,

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JORACI COPATI

CARGO: PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

CARGA HORÁRIA: 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 24.04.2017 A 20.12.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios , com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 20 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

Tangará

PREFEITURA

PR 048/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 048/2017, a qual tem por objeto registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS/CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 05/05/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.

Tangará-SC, 20 de Abril de 2017.
NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 042 17

DECRETO N°. 042/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Saúde:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS.

Representantes dos profissionais da saúde:

Titular: Daiane Kutszepa Brambilla.

Suplente: Matheus Chitolina.

Secretaria da saúde:

Titular: Solange Margarete Teske.

Suplente: Simone Taborda.

Secretaria da Educação:

Titular: Marizete Marafon Ganzer

Suplente: Roseli Terezinha Buzatto de Campos

Secretaria da Agricultura

Titular: Sirlei Ana Sandri Muller

Suplente: Julio Duarte de Borda

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.

Estudantes:

Titular: Maevilin Wacchhalz

Suplente: Djonatan Klein

Clube de mães do Lajeado Tigre:

Titular: Ivone Bonetto.

Suplente: Maide Schultz Porfirio

Grupo de Casais do Lajeado Tigre:

Titular: Marcos Pfeifer.

Suplente: Marlene Manfrin.

Clube de Idosos de Tigrinhos:

Titular: José Olivio Kemper.

Suplente: Pedro Brambilla.

APP da Escola Ivo Luiz Honnef

Titular: Andréia Porfirio.

Suplente: Andrenize Rossa Lunkes

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art.3º . Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 20 de abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 013/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/SAMAE/17 - PP Nº 009/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 012/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/SAMAE/2017.

VENCEDOR DOS LOTES: 51, 52, 54, 55 E 57.

Tijucas SC, 24 de março de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 014/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/SAMAE/17 - PP Nº 009/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 013/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: JULIANE MOURA GARCIA EIRELI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DE USO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/SAMAE/2017.

VALOR: 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 015/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17 - PP Nº 008/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 015/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO EM SUBSTITUIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/2017.

VALOR: 4.950,00 (QUATRO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 016/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17 - PP Nº 008/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 016/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO EM SUBSTITUIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/2017.

VALOR: 33.230,00 (TRINTA E TRÊS MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 017/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17 - PP Nº 008/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 017/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO EM SUBSTITUIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/2017.

VALOR: 15.260,00 (QUINZE MIL DUZENTOS E SESENTA REAIS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 018/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17 - PP Nº 008/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 018/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO EM SUBSTITUIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/2017.

VALOR: 33.717,00 (TRINTA E TRÊS MIL SETECENTOS E DEZESSETE REAIS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17 - PP Nº 008/SAMAE/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/SAMAE/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: VIA D'GUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO EM SUBSTITUIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

VIGÊNCIA: 31.12.2017.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/SAMAE/2017.

VALOR: 8.228,40 (OITO MIL DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

Tijucas SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 075/PMT/17 DO PROCESSO Nº 045/PMT/17 DO PP Nº 032/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 066/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 194,00 (Cento e noventa e quatro reais).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 067/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 1.800,00 (Mil e oitocentos reais).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 068/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: ELMO PAPELARIA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 8.962,68 (Oito mil novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 069/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE

DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: MALU MAURÍCIO ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 24.079,68 (Vinte e quatro mil setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 070/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 814,50 (Oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 071/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: RAFAEL DA SILVA PAPELARIA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 7.455,00 (Sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 072/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 5.196,80 (Cinco mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 073/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: SUPRIMOVEIS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 6.428,00 (Seis mil quatrocentos e vinte e oito reais).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 074/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE

DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: SZ BYTE INFORMÁTICA LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 4.136,00 (Quatro mil cento e trinta e seis reais).

TIJUCAS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMDR/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMDR/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMDR/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMDR/2017

Objeto: Aquisição de Móveis e Equipamentos de Enfermagem para Uso Veterinário no Setor de Castração, do Fundo Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Tijucas, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 09 de maio de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/SAMAE/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SAMAE/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/SAMAE/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SAMAE/2017

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação, de Forma Contínua, dos Serviços de Vigilância Patrimonial Desarmada, Noturna, a Serem Executados nas Dependências da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 08 de maio de 2017, às 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

JORGE STEIL – PRESIDENTE DO SAMAE

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/PMT/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 044/PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/PMT/2017

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Locação de Rádios de Comunicação, para Uso dos Agentes da Autoridade de Trânsito do DITRAN, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 08 de maio de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 109/2017

DECRETO Nº 109, DE 19 de abril DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL EXERCÍCIO 2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.829/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2040 – Convênio Fiscalização de Trânsito

94-3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do Superávit Financeiro verificado na Fonte de Recursos 0080 – Recursos Ordinários.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de Abril de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 25 2017 PMT - SERVIÇOS EM PNEUS (REPETIÇÃO PARCIAL, COM ALTERAÇÕES)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2017 PMT

OBJETO: contratação de serviços em pneus (conserto, balanceamento, socorro, vulcanizo, entre outros) para atender as necessidades da Administração direta e indireta do Município, (repetição parcial do Pregão Presencial SRP n.º 106/2016, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 08 de maio de 2017. ABERTURA: dia 08 de maio de 2017 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 20/04/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

DECRETO Nº 4466, DE 07 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4466, DE 07 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 70.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10200	Receitas de Impostos - Saúde	30.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10200	Receitas de Impostos - Saúde	40.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	70.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	70.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	70.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 03-01.2017 - PANIFICADORA ELSIMARI

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 03-01/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Panificadora e Confeitaria Elsimari Ltda – Epp.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de cucas anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul objetivando o “1º Festival de Cucas de Timbó”, juntamente à programação da Páscoa no Parque 2017, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, utensílios e demais objetos necessários para a comercialização e venda de tíquetes.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2017.

PRAZO: 06/04/2017 até 09/04/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-01.2017 - VPA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 05-01/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: VPA Pavimentação Eireli - Me.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução de serviços de pavimentação das vias públicas do município de Timbó/SC, por sistema de mutirão, sem critérios de exclusividade, compreendendo todas as atividades, quais sejam: serviços, obras (pavimentação asfáltica e lajota) ao longo do período do credenciamento para os seguintes tipos de pavimentação: asfáltica e lajota (tipo tijolão).

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2017.

PRAZO: 18/04/2017 até 17/04/2018.

DARCÍZIO BONA
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.107 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/107

AUTORIZANTE: Município de Timbó

AUTORIZADO: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OBJETO: Incluir o subitem 2.3 da Cláusula Segunda – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, incluindo os Serviços de Encomendas Nacionais e excluindo os serviços de PAC E SEDEX.

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2017.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

LEI Nº 2869, DE 24 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2869, DE 24 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias e a abertura bem como a suplementação de Crédito Especial, no Orçamento-Programa 2017, da Administração Direta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 1.826.865,37 (um milhão oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

07.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. TRANSITO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
07.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. TRANSITO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	612.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	124.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	550.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.983,86
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.030,00
	TOTAL	1.301.013,86
08.01.020.606.0034.1037.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.1037.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.1037.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
08.01.020.606.0034.1041.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.1041.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.1041.	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
08.01.020.606.0034.2072.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	363.501,51

0.10000	VINCULO LIVRE	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.350,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	380.851,51
08.02.026.451.0052.1067.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.02.026.451.0052.1067.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1067.	PONTES E OBRAS DE ARTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13400	CONVÊNIOS DA UNIÃO	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL	1.826.865,37

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Suplementar, no valor de até R\$ 1.826.865,37 (hum milhão oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), à conta da anulação de dotação, conforme Art. 1º desta lei, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.296.865,37
	TOTAL	1.296.865,37
10.01.016.482.0066.2108.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANUTENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13400	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS UNIÃO	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL	1.426.865,37

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

21.01.0023.0695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.0023.0695..0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.0023.0695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	374.000,00
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	26.000,00
	TOTAL	400.000,00

Art. 3º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 81.323,93 (oitenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

24.01.0026.0782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.01.0026.0782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.0026.0782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

317100.00	TRANNS. A CONSÓRCIOS PUBLICOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.802,33
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	21,60
	TOTAL	5.823,93
24.02.0006.0181.0046.1267.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.02.0006.0181.0046.1267.	POLICIA MILITAR	
24.02.0006.0181.0046.1267.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – POL. MILITAR	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
24.02.0006.0181.0046.2262.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.02.0006.0181.0046.2262.	POLICIA MILITAR	
24.01.0006.0181.0046.2262.	MANUTENÇÃO DO CONVENIO POLICIA MILITAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR	35.500,00
0.31000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR - SUPERAVIT	20.000,00
	TOTAL	55.500,00
	TOTAL ANULAÇÃO	81.323,93

Art. 4º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de R\$ 81.323,93 (oitenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), à conta da anulação prevista no artigo 3º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

24.01.0026.0782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.01.0026.0782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.0026.0782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
337100.00	TRANNS. A CONSÓRCIOS PUBLICOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.517,41
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
447100.00	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	306,52
	TOTAL	5.823,93
24.02.0006.0181.0046.2262.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.02.0006.0181.0046.2262.	POLICIA MILITAR	
24.01.0006.0181.0046.2262.	MANUTENÇÃO DO CONVENIO POLICIA MILITAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
333000.00	TRANSF. A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.11000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR	55.500,00
0.31000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR - SUPERAVIT	20.000,00
	TOTAL	75.500,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	81.323,93

Art. 5º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de R\$ 96.166,21 (noventa e seis mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), à conta do SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

24.02.0006.0181.0046.2262.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.02.0006.0181.0046.2262.	POLICIA MILITAR	
24.01.0006.0181.0046.2262.	MANUTENÇÃO DO CONVENIO POLICIA MILITAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
333000.00	TRANSF. A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.31000	CONVENIO TRANSITO – POL. MILITAR - SUPERAVIT	96.166,21
	TOTAL	96.166,21

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2870, DE 24 DE ABRIL DE 2017**LEI Nº 2870, DE 24 DE ABRIL DE 2017**

Altera a Lei nº 2.846 de 14 de outubro de 2016, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2017.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto - Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos – Demonstrativo da despesa, da Lei nº 2.846, de 14 de outubro de 2016, passa a vigorar com o acréscimo da redação do programa apresentado, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LDO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

		Dotação		%
Órgão	16 - Fundo Municipal de Assistência Social - Fmas			
Unidade	1 - Aprimoramento da Gestão do Departamento e dos Equi			
Função	0008 - Assistência Social			
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária			
Programa	0086 - Aprimoramento da Gestão e Manutenção do Departamento e Equipamentos Sociais			
Ação	2270 - Manutenção da Gestão da Secretaria de Assistência Social			
Total Ação		1.044.502,08	37,13	
Ação	2272 - Capacitação dos Agentes Sociais, Realização de Conferências, Seminários, Fóruns e Oficinas de Debates			
Total Ação		10.000,00	0,36	
Ação	2294 - Manutenção dos Conselhos Municipais Vinculados a Assistência Social			
Total Ação		170.000,00	6,04	
Ação	2406 - Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família			
Total Ação		18.000,00	0,64	
Total Programa		1.242.502,08	44,00	
Total Subfunção		1.242.502,08	44,17	
Total Função		1.242.502,08	44,17	
Total Unidade		1.242.502,08	44,17	
Unidade	2 - Serviços de Proteção Básica			
Função	0008 - Assistência Social			
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária			
Programa	0087 - Serviços de Proteção Social Básica			
Ação	1411 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fmas Proteção Básica			
Total Ação		51.000,00	1,81	
Ação	2274 - Manutenção do Programa de Atenção Integral à Família (paif)			
Total Ação		176.200,00	6,26	
Ação	2276 - Manutenção de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo			
Total Ação		100.000,00	3,55	
Ação	2278 - Manutenção dos Benefícios Eventuais			
Total Ação		152.600,00	5,42	
Total Programa		479.800,00	17,00	
Total Subfunção		479.800,00	17,06	
Total Função		479.800,00	17,06	
Total Unidade		479.800,00	17,06	
Unidade	3 - Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta			
Função	0008 - Assistência Social			
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária			
Programa	0088 - Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade			
Ação	2284 - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - Paefi			
Total Ação		172.200,00	6,12	
Ação	2288 - Manutenção do Serviço de Proteção Social para Deficientes, Idosos e Suas Famílias			
Total Ação		200.497,92	7,13	
Ação	2292 - Manutenção dos Serviços de Alta Complexidade			
Total Ação		710.000,00	25,24	
Total Programa		1.082.697,92	38,00	
Total Subfunção		1.082.697,92	38,49	
Total Função		1.082.697,92	38,49	
Total Unidade		1.082.697,92	38,49	
Unidade	5 - Encargos Gerais do Município			
Função	0028 - Encargos Especiais			
Subfunção	0845 - Transferências			
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep			
Ação	0006 - Contribuição para a Formação do Pasep Fmas.			
Total Ação		5.000,00	0,18	
Total Programa		5.000,00	0,00	
Total Subfunção		5.000,00	0,18	
Total Função		5.000,00	0,18	
Total Unidade		5.000,00	0,18	
Unidade	99 - Reserva de Contingência			
Função	0099 - Reserva de Contingência			
Subfunção	0999 - Reserva de contingência			

Dotação			%
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Reserva de Contingência		
Total Ação		3.000,00	0,11
Total Programa		3.000,00	0,00
Total Subfunção		3.000,00	0,11
Total Função		3.000,00	0,11
Total Unidade		3.000,00	0,11
Total Órgão		2.813.000,00	100,00
Total Geral		2.813.000,00	100,00

LEI Nº 2871, DE 24 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2871, DE 24 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2017, da Administração Direta e Indireta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 148.497,92 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	148.497,92
	TOTAL ANULAÇÃO	148.497,92

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 148.497,92 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), à conta da anulação de dotação, conforme art. 1º desta lei, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

16.03.008.244.0088.2288.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2288.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2288.	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES FÍSICOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	148.497,92
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	148.497,92

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 180, DE 15 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 180, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Substitui membros para compor o Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1794, de 06 de novembro de 2015, para designar em substituição membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, para mandato até agosto de 2017, como segue:

“Art.1º...

I -	REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:		
1 -	Secretaria Municipal de Saúde:		
	Titular :	Deise Adriana Nicholletti Mendes, em substituição ao Alfredo João Berri	
	Suplente :	
		

II -	REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO EM SAÚDE:		
1 -	Hospital e Maternidade "OASE":		
	Titular :	
	Suplente :	Andressa Vieira, em substituição à Solange Aparecida Schroeder	
III -	REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:		
1 -	Representantes Locais da Classe Profissionais de Odontologia:		
	Titular :	Elisabeth Kolb Emmer, em substituição à Bruna Luiza Fiamoncini	
	Suplente :	Cléia Cessarino, em substituição ao Queren Hapuque Gomes Silva	

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 184, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 184, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Designa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionadas:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Edenize Pimentel	Técnico em Enfermagem (de 30h/s para 40h/s)	20/03/2017
Fernanda Regina Vicente Dalpiaz	Enfermeiro (de 30h/s para 40h/s)	20/03/2017
Gislaine Aparecida de Almeida Theodorino Kuehl	Técnico em Enfermagem (de 30h/s para 40h/s)	01/03/2017
Jaqueline Ferrareis Menegasso	Médico (de 20h/s para 30h/s)	01/03/2017
Kelly Schlote	Médico (de 20h/s para 40h/s)	02/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO FCT-09, DE 24 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No FCT-09, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Autoriza Servidora Pública Municipal a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e, com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade da Fundação Cultural de Timbó-FCT, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBO-FCT		
NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Caroline Laís Reinicke	Assessora de Divisão	05395168809 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e revoga a Portaria nº 128, de 24/02/2017, a contar de 1º de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 212 de 21/12/2001,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 1º de abril do corrente:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Jean Pierre Bezerra Museka	Diretor Presidente / DAS-1	Subsídio mensal

Art.2º Fica revogada a Portaria nº 128, de 24 de fevereiro de 2017, a contar de 1º de abril do corrente.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº FCT-10, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº FCT-10, de 27 de MARÇO de 2017

Concede exoneração ao Servidor Público Jean Marcell Melere, a contar de 03 de abril do corrente.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público JEAN MARCELL MELERE, ocupante do cargo de Instrutor Música Nivel III-Acordeon, contratado temporariamente pela Portaria nº FCT-05, de 01/02/2017, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a

contar de 03 de abril do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA Nº FCT-08, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº FCT-08, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/CONTRATO	DATA TÉRMINO
ANDRESSA KAROLINA BRUSKE	390984 - 1	31/12/2017
ELISIANE DA SILVA SAVOLDI	583723 - 2	31/12/2017
GILMARA MENDES GOULART	1074857 - 5	31/12/2017
JEAN MARCELL MELERE	390062 - 0	10/04/2017
JOCELIA APARECIDA ROCHA BARBOSA	4068890 - 0	10/04/2017
LEONARDO FERREIRA POVOAS	4028546 - 1	10/04/2017
LORENZO MARTINS BONICONTRO	4069579 - 0	10/04/2017
NEIVA DOS SANTOS MAKOSKI	4078292 - 0	30/05/2017
NILO OSS EMER	650889 - 6	31/12/2017
PATRICIA REGINA MAIA	369586 - 1	31/12/2017
REGINA MERINI VALCANAIA	404135137 - 1	31/12/2017
RICARDO ISNEL GUTZ	320668 - 0	31/12/2017
RODRIGO KIENEN	385310 - 2	31/12/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente FCT

PORTARIA Nº FME-06, DE 16 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº FME-06, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

NOME	CÓDIGO ÚNICO / CONTRATO	DATA TÉRMINO
ITAMAR RAIS	4069293 - 0	10/04/2017
ROMEU BELLARMINO	42595 - 2	29/12/2017
ROSILENE ALVES DE SOUZA	206814 - 3	29/12/2017
SIMONE SEBOLD DE SOUZA	129232 - 5	29/12/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 05/2017**

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei nº 05/17 – Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Mulde

Iniciativa do Projeto - Vereador John Adriano Schwartz.
Relator - Vereador Fabricio Dalcastagné

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Mulde.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 22 de março do corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de abril, após manifestação pela sua constitucionalidade de legalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 20 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, quando esta exarou o parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final apresentou emenda modificativa, corrigindo a denominação da entidade, saneando desta forma o erro redacional apontado. Da Exposição de Motivos e da documentação juntada ao projeto, conclui-se que a entidade que visa ser beneficiada através de específica declaração promove atividades de voluntariado com aspectos educativos, culturais e sociais à comunidade timboense, razão pela qual, esta Comissão espera que, após analisado e discutido, seja o presente Projeto de Lei votado favoravelmente quando da apreciação pelo Plenário.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 05/2017.
Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Guilherme Voigt Júnior
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 20 de abril de 2017
Guilherme Voigt Júnior
Presidente

Fabricio Dalcastagné Adilson Mesch
Relator Vice-Presidente

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 07/2017

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei nº 07/2017 – Declara de Utilidade Pública a “Associação dos Moradores do Bairro Travessão dos Tiroleses”.

Iniciativa do Projeto - Vereador John Adriano Schwartz.
Relator - Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Travessão dos Tiroleses

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 31 de março do corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de abril, após manifestação pela sua constitucionalidade e legalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 20 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, quando esta exarou o parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Da Exposição de Motivos e da documentação juntada ao projeto, conclui-se que a entidade que visa ser beneficiada através de específica declaração promove atividades de voluntariado com aspectos educativos, culturais e sociais à comunidade timboense, razão pela qual, esta Comissão espera que, após analisado e discutido, seja o presente Projeto de Lei votado favoravelmente quando da

apreciação pelo Plenário.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 07/2017.
Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador: Guilherme Voigt Júnior
Vereador: Fabricio Dalcastagné
Sala das Comissões em 20 de abril de 2017.
Guilherme Voigt Júnior
Presidente

Fabricio Dalcastagné Adilson Mesch
Membro Relator

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 08/2017

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei nº 08/17 – Dá nova redação a alínea "d", do art. 1º da Lei 1202, de 11 de dezembro de 1990, o qual denomina o Beco Heinrich Lange.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Vereador Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende dar nova redação a alínea "d", do art. 1º da Lei 1202, de 11 de dezembro de 1990, o qual denomina o Beco Heinrich Lange. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de março corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 20 de abril, após manifestação pela sua constitucionalidade e legalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 20 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, quando esta exarou o parecer que ora segue.
Este é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o respectivo projeto tem como objeto alterar o texto da lei n.º 1202/1990, alterando a denominação do "Beco Heinrich Lange" para "Travessa Heinrich Lange".

Tal medida se faz necessária posto que, conforme narrado na exposição de motivos, o Decreto nº 004, de 20 de janeiro de 2000, o qual aprovou a regularização do loteamento denominado "Hecira Lange e Outros" denominou referida via como Travessa Heinrich Lange.

Assim, necessário se faz a alteração da Lei nº 1202/1990, proposta pelo Poder Executivo, objetivando regularizar e uniformizar a denominação da respectiva via em questão.

Deste modo, este Relator não vê óbices à aprovação da matéria em Plenário.

III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando a adaptação da matéria às normas vigentes, este Relator resolve exarar o presente parecer de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Guilherme Voigt Júnior
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 20 de abril de 2017
Guilherme Voigt Júnior
Presidente

Fabricio Dalcastagné Adilson Mesch
Membro Relator

Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 15/201

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei nº 15/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades da ACIMVI deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI deste município.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 27 de março. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 20 de abril, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No dia 20 de abril essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Segundo a exposição de motivos, a ACIMVI presta diversos serviços às empresas e população, tais como autenticação de livros empresariais, registro de processos, aberturas de empresas, alterações, constituições, atas entre outros. Serviços estes indispensáveis para o bom funcionamento das empresas instaladas em Timbó e na região. Também auxilia no empreendedorismo de nossa região, oferecendo treinamentos, cursos, palestras, entre outras atividades, sempre tendo como principal objetivo o desenvolvimento municipal e regional. Visando sempre atingir o maior número possível de participantes nos eventos promovidos pelas entidades.

É de indubitável importância para a comunidade timboense que a ACIMVI possua plenas condições para desenvolver suas atividades. E com o objetivo de auxiliar esta importante entidade, o Município de Timbó pretende, através do projeto em análise, lhe conceder apoio financeiro e operacional para viabilizar sua manutenção.

A iniciativa é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública para com a economia e empreendedorismo de nossa

cidade possibilitando, com o auxílio referido, que a ACIMVI continue prestando seus valiosos serviços à comunidade timboense. Deste modo, é imperativo que esta Comissão se manifeste favoravelmente ao projeto.

III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Guilherme Voigt Júnior
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 20 de abril de 2017
Guilherme Voigt Júnior
Presidente

Fabricio Dalcastagné	Adilson Mesch
Relator	Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 06/2017 COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 06/17 – Cria o Programa "Remédio em Casa".

Iniciativa do Projeto: Vereador Douglas Emanuel Marchetti
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Legislativo que visa criar o programa "Remédio em Casa", cujo objetivo é a entrega à domicílio de medicamentos aos usuários do sistema de saúde municipal que não possuam condições de retirá-los nas unidades de saúde básica ou farmácias municipais.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 17 de março do corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 13 de abril, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No dia 13 de abril essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O respectivo Projeto tem como objeto criar o programa "Remédio em Casa", e ao analisar a proposição em questão, constata-se que visa criar o serviço de entrega à domicílio de medicamentos, facilitando a vida dos usuários, nos casos previstos no projeto, sendo que tal procedimento não ensejará novos custos à administração e nem será necessária a ampliação do quadro funcional para atender este fim, pois a respectiva entrega poderá ser realizada com a estrutura já existente que executa o fluxo de atendimento domiciliar, minimizando as vulnerabilidades da logística e aquisição, aos usuários que se apresentam nas condições descritas no projeto.

Portanto, a proposta deste projeto não encontra óbice, pois atende os requisitos orçamentários pertinentes à matéria, estando em

conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 06/2017.
Esse é o voto.

VOTO DIVERGENTE

O membro da Comissão, Vereador John Adriano Schwartz se manifestou de maneira contrária ao voto do relator, por entender que o presente Projeto não apresentou elementos suficientes que comprovam a exclusão de impacto financeiro ao município.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

John Adriano Schwartz	Adilson Mesch
Vice -Presidente	Relator

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2278

DECRETO Nº 2.278/2017 de 20/04/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 29.994,22 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 29.994,22 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

2017 – Agricultura e promoção rural

(129) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0625 R\$ 29.994,22

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão utilizados recursos do convênio com o Estado de Santa Catarina n. 2017TR000390.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

20 de abril de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2017 COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 24/04/2017

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2017

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 24/04/2017

Onde se Lê:

Processo de Compra Nº.: 83/2017

Pregão Presencial nº: 57/2017

Registro de Preços nº: 13/2017

Data Emissão: 19/04/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço por LOTE

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 7h45min do dia 05 de maio de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 7h45min do dia 05 de maio de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Leia-sê

Processo de Compra Nº.: 83/2017

Pregão Presencial nº: 57/2017

Registro de Preços nº: 13/2017

Data Emissão: 19/04/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço por LOTE

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 7h45min do dia 05 de maio de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a aquisição PEÇAS E MATERIAIS DESTINADOS NA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até

as 7h45min do dia 05 de maio de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Sheila Ines Bieger

Pregoeira

LEI 1302/2017

LEI Nº 1302/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Revoga a Lei 1274/2016 de 17 de outubro de 2016 e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada na íntegra a Lei 1274/2016, de 17 de outubro de 2016, em função de a mesma afrontar indevidamente as legislações Estaduais e Federais vigentes.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 20 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico de Controladoria Interna

LEI 1303/2017

LEI Nº 1303/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre o Diagnóstico Socioambiental do perímetro urbano do Município de Tunápolis – SC., e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Diagnóstico Socioambiental que define as áreas consolidadas do perímetro urbano do Município de Tunápolis, será regido pelas normas da presente Lei e pelos ditames elencados no relatório de conclusão dos trabalhos, que ficará fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O diagnóstico socioambiental que trata o artigo 1º desta Lei, visa regularizar no âmbito ambiental o município, tendo como objetivo, avaliar influências socioeconômicas, condições de saneamento, áreas de risco às edificações e cursos de água presentes.

Art. 3º O diagnóstico foi desenvolvido por empresa com profissionais habilitados para tal fim, em conformidade com os elementos estabelecidos na Lei Federal nº 12.561/2012 e os enunciados de delimitação de APPs em áreas urbanas consolidadas do MP/SC, relatando a atual situação da interação sociedade e meio ambiente

no Município, trazendo produtos técnicos que irão auxiliar os gestores públicos e a população do Município na organização do espaço público.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 1273/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 20 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4377/2017

PORTARIA Nº. 4.377/2017

Em 20 de Abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, TATIANE WEIS JUSTEN, do cargo temporário de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 20 de Abril de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4378/2017

PORTARIA Nº. 4.378/2017

Em 20 de Abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, MÔNICA BAUMGRATZ GENZ, do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste

município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 30 de Abril de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 20 de Abril de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 85/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 58/2017 DATA EMISSÃO: 24/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Processo de Compra Nº.: 85/2017

Pregão Presencial nº: 58/2017

Data Emissão: 24/04/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 58/2017, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho nº111 - SC, CEP 89.898-000, até às 8h do dia 08/05/2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, Gás de Cozinha, destinados para a Creche e escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 8h do dia 08/05/2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 24 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA N°.: 86/2017 PREGÃO PRESENCIAL N°: 59/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA N°.: 86/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°: 59/2017

DATA EMISSÃO: 24/04/2017

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 10h15min do dia 05 de Maio de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

DO OBJETO.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de CENTRAL TELEFÔNICA, destinada para o Centro Administrativo, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições deste edital.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 10h15min do dia 05 de Maio de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 24 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO Nº 147/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 147/2017
Data de assinatura: 11/04/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DMG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA ME
CNPJ: 23.831.575/0001-51
Objeto: Fornecimento parcelado de serviços de torno, freza, solda e plaina.
Vigência até 31/12/2017.
Valor global R\$ 6.750,00

LEI 2.798/2017

LEI Nº 2.798, de 20 de abril de 2017
CONCEDE REDUÇÃO NOS VALORES DAS MULTAS E JUROS DE QUALQUER ESPÉCIE, INCIDENTES SOBRE OS DÉBITOS DEVIDOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, AJUIZADOS OU NÃO, E/OU NOTIFICADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica concedida redução nos valores das multas e juros de qualquer espécie, incidentes sobre os débitos devidos para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, e/ou notificados, como segue:

- I - de 70%(setenta por cento) quando pagos em parcela única;
- II - de 60%(sessenta por cento) quando pagos em até 06 (seis) parcelas;
- III - de 50%(cinquenta por cento) quando pagos em até 12 (doze) parcelas;
- IV - de 40%(quarenta por cento) quando pagos em até 18 (dezoito) parcelas;
- V - 30% (trinta por cento) quando pagos em até 24 (vinte e quatro) parcelas;
- VI - 30% (trinta por cento) quando pagos em até 36 (trinta e seis), parcelas desde que o débito seja superior a R\$ 40.000,00(quarenta mil reais).

§ 1º Na hipótese de pagamento parcelado, será firmado termo próprio de confissão do débito, estabelecendo os prazos e condições, sendo que o vencimento da primeira parcela se dará no máximo em 30 dias após firmado o termo de confissão de dívida.

§ 2º O parcelamento do débito, uma vez efetivado, implicará na adesão aos prazos e condições estipulados no termo de acordo, bem como em confissão da dívida por parte do devedor.

§ 3º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º Na hipótese de pagamento ou parcelamento de débitos que sejam objeto de execução fiscal, serão devidos os honorários advocatícios de sucumbência no patamar de 10% (dez por cento) do valor atualizado da dívida, a serem pagos de uma vez juntamente com o vencimento da primeira parcela, ou, em até quatro (04) parcelas, a contar do vencimento da primeira parcela, observando-se o valor mínimo da parcela fixado no § 3º deste artigo.

§ 5º A efetivação do parcelamento se dará somente com o pagamento da primeira parcela do débito e dos honorários quando houver;

§ 6º A emissão de certidão positiva com efeitos negativos e/ou a suspensão do processo de execução fiscal somente se dará após a comprovação da efetivação do parcelamento, na forma do § 5º;

Art. 2º Vencendo uma (01) parcela do crédito principal e/ou dos honorários a que se refere o § 4º do artigo 1º e não paga no prazo concedido, as demais vencerão antecipadamente para fins de execução fiscal, perdendo o contribuinte os benefícios aplicados sobre as parcelas vincendas.

§ 1º O parcelamento, uma vez cancelado, ensejará a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito; a sua execução, caso já esteja inscrito, ou o prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado.

§ 2º A não observância, pelo contribuinte ou responsável, do prazo de pagamento, sujeitará o mesmo:

I – ao recolhimento de correção monetária mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado dos últimos 12 (doze) meses;

II - multa de 0,083 % (oitenta e três milésimos por cento) ao dia, até o limite de 15 % (quinze por cento), aplicada sobre o valor corrigido monetariamente;

III - juros de mora à razão de 2% (dois por cento) ao mês ou fração deste, aplicado sobre o valor corrigido monetariamente.

Art. 3º Os benefícios ora dispostos serão concedidos da data da publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º Tratando-se de crédito tributário objeto de impugnação, inclusive já em grau de recurso, o sujeito passivo deverá reconhecer, expressamente, a procedência do lançamento que tenha dado origem ao procedimento e formalizar a desistência no ato do pagamento ou parcelamento.

Parágrafo único. Quando o crédito tributário for objeto de ação judicial contra o Município, a concessão dos benefícios previstos nesta lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas respectivas, arcando o devedor com os honorários do seu advogado.

Art. 5º A opção pelo benefício instituído nesta lei implica renúncia a benefícios estabelecidos anteriormente.

Art. 6º Os benefícios concedidos no art. 1º não alcançam os créditos da Fazenda Municipal constituídos no exercício em curso, proveniente de auto de infração por descumprimento de obrigação acessória, nem os provenientes de retenção na fonte, nem os casos de compensação de crédito.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de abril de 2017.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte dias do mês de abril de 2017.

REGINA XAVIER
Assistente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

Aviso de Retificação de Edital DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

MUNICIPIO DE VARGEÃO - SC

Fica excluído do Edital de Pregão nº 47/2017 o subitem 8.4.3 do Edital e o item 2 do Anexo I:

“8.4.3 DECLARAÇÃO DO FABRICANTE dos pneus cotados, de que os pneus são homologados pelas montadoras nacionais ou instalados no Brasil, citando inclusive o nome das montadoras;”

As demais informações permanecem inalteradas.

Vargeão, SC, 20 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.032/2017

DECRETO N.º 032/2017, de 18 de abril de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.103/2017 de 18 de abril de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Modalidade 449000.00.01.0019.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Modalidade 339000.00.01.0019.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 18 de abril de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 20/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 030/2017 PR 024/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

OBJETO: Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de Empresa especializada para o fornecimento de Serviços de RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS para uso da Frota municipal durante o Exercício de 2017.

Tipo: Menor Preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço por Item.

Entrega dos Envelopes da Proposta e Documentos: Até às 09:00 horas do dia 05 de Maio de 2017.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 05 de Maio 2017 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 20 de Abril de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS N°. 43/2017 - RECAPAGEM DE PNEU

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO N°. 43/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N°. 43/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a SERVIÇO ESPECIALIZADO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO, BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA RECAPAGEM DE PNEUS, VULCANISMO RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM, SENDO DE QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA A SER FORNECIDA DURANTE O EXERCÍCIO DE ACORDO COM A MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS, EDUCAÇÃO, FUNDERURAL E SAÚDE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA N°. 031/2016 de 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS n°. 43/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, Decreto n°. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n°. 3.693 de 20/12/2000, Decreto n°. 3.784 de 06/04/01, Lei n°. 6.474, de 06/08/2002, Decreto n°. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal n°. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/05/2017, às 10h00min.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda n°. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300 e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 20 de abril de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.920/17

DECRETO Nº 13.920/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MICHELLI FIORESE, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.939/17

DECRETO Nº 13.939/17, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 7.704,70 (Sete mil, setecentos e quatro reais e setenta centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0024 – Aplicações Diretas	7.704,70
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	7.704,70

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do recurso vinculado do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.940/17

DECRETO Nº 13.940/17, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Exonera Assessor de Informações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 2.100/09,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de maio de 2017, LUCIANO BRÁS GONSALLA, Assessor de Serviços de Iluminação Pública, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 13.830/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2017.

Videira, 18 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.943/17

DECRETO Nº 13.943/17, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Retifica o art. 2º do Decreto nº 8.888/08, que concedeu Aposentadoria Compulsória, ao servidor AUGUSTINHO CARLETO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo INPREVID nº 001/08,

DECRETA

Art. 1º Fica retificado o art. 2º do Decreto nº 8.888/2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria

em caráter proporcional, que corresponderá a 90,82% (Noventa virgula oitenta e dois por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista da Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 632,66 (Seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.”

Art. 2º As demais disposições constantes do Decreto nº 8.888/08, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 2070/08 e do Decreto nº 9098/09, retroagindo seus efeitos a 23/02/2008, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.944/17

DECRETO Nº 13.944/17, DE 19 DE ABRIL DE 2017.
Torna sem efeito o Decreto nº 13.868/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6879/2017,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.868/17, que nomeou LUCIANE SIMIONATTO SCHIZZI, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.945/17

DECRETO Nº 13.945/17, DE 19 DE ABRIL DE 2017.
Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TUANE CRISTINE SAVIAN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014,

homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 035/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/17
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADA	CARGO
1. FLÁVIA MOREIRA DE ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 18 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2017

PROCESSO Nº 63/2017

HOMOLOGAÇÃO: 20/04/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "CURSO SOBRE SICONV: CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS" NA CIDADE DE LAGES-SC NO DIA 28 DE ABRIL DE 2017 PARA A SERVIDORA ANDRESSA MAZIERO. E DO "CURSO DE FORMAÇÃO PARA GESTORES MUNICIPAIS DE CONVENIOS E CONTRATOS" NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC NOS DIAS 24 E 25 DE ABRIL DE 2017, PARA A SERVIDORA IDIANE CAETANO GONÇALVES, AMBOS MINISTRADOS PELA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM
VALOR DA DESPESA: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 20 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.432/17

LEI Nº 3.432/17, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

ESTABELECE LIMITES PARA O PLANTIO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE JUNTO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido no âmbito do território deste município a distância mínima para o plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de 15 (quinze) metros em relação ao eixo das mesmas.

Art. 2º O proprietário do imóvel poderá, nesta área de recuo, plantar vegetação rasteira, pastagem, árvores frutíferas e/ou outras culturas com até 3 (três) metros de altura.

Art. 3º As árvores referidas no artigo primeiro que estiverem plantadas e não obedecerem a distância mínima exigida deverão ser cortadas pelos proprietários ou poderão ser suprimidas pela distribuidora de energia, com critério técnico e respeitando o direito do proprietário.

Art. 4º As árvores nativas existentes nos limites da chamada área de recuo somente poderão ser suprimidas mediante licença expressa do órgão ambiental competente.

Art. 5º A presente Lei se aplica àquelas redes de distribuição já instaladas e em locais definidos.

Parágrafo único. As novas redes de distribuição deverão ser instaladas em locais previamente acordados com os respectivos proprietários, preferencialmente seguindo as linhas de estradas ou em locais definidos que gere mínimo impacto ao meio ambiente e àquelas áreas privilegiadas da propriedade, seguindo-se as normas técnicas aplicáveis à espécie e respeitados os direitos dos proprietários.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei definindo as especificações técnicas, os valores e sanções cabíveis e compatíveis, bem como normatizará as demais regras de suporte administrativo.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor após decorridos dois anos da sua publicação no DOM/SC, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0375/17

PORTARIA nº 0375/17

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 282, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e EZEQUIEL WEGNER, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0377/17

PORTARIA nº 0377/17

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6429/2017,

RESOLVE

Art. 1º Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor IVANOR RIBEIRO, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, o qual totaliza 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º de abril de

1990 até 30 de junho de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0379/17

PORTARIA nº 0379/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6674/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, no dia 18 de maio de 2017, no período das 13h30min às 18h30min, pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, para a realização de uma mobilização com caminhada e mateada, juntamente com a comunidade para celebrar o "Dia Nacional de Luta Antimanicomial.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em calçadas e passeios pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0380/17

PORTARIA nº 0380/17

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6762/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, por Kumon – Instituto de Educação, no dia 10 de novembro de 2017, no período noturno, para a realização de reunião de pais para encerramento do ano e entrega de premiação aos alunos adiantados no método.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado,

vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0381/17

PORTARIA nº 0381/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6458/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ANGELIN TURMINA, Trabalhador Braçal, a partir de 03 de julho de 2017 até 03 de outubro de 2017, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0382/17

PORTARIA nº 0382/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5976/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora IVANILDE DE APARECIDA PINTO RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01 de junho de 2017 até 01 de setembro de 2017, referente ao quinquênio de 16 de dezembro de 2012 até 15 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0383/17

PORTARIA nº 0383/17
Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 001/93 e alterações, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4779/2017,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora SUSANA DANIELEWIZ ZARDO, ocupante do cargo de Profissional De Educação Física – Futsal, a partir 16 de março de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2017.

Videira, 19 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2017 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAR CONSERTO NOS VEÍCULOS VAN RENAULT MASTER, ANO 2014, PLACAS OKH 1454 E OKH 1624, DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 08/05/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 20 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017- CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 - CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2017 - CMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA COMUM PARA O VEÍCULO VW GOL, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 10 de Maio de 2017, no Departamento de licitações da Prefeitura, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou na Câmara Municipal de Vereadores, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566 - 0500. Videira/SC, 19 de abril de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO N.º 018/2017

DECRETO N. 018, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

“APROVA O REGULAMENTO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA RAFA E SINUCA DE VITOR MEIRELES RELATIVO AO ANO DE 2017”.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 109, inciso I, alínea “f”:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, em todos os seus termos, o Regulamento do Campeonato Municipal de bocha rafa e sinuca de Vitor Meireles – 2017, o qual passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 20 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA RAFA DE VITOR MEIRELES 2017

REGULAMENTO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regulamento é o conjunto das disposições que regem o Campeonato Municipal de Bocha de Vitor Meireles 2017, as quais não tem qualquer vinculação com as entidades diretivas do Desporto Estadual, e obriga aos que com ele tenham relações a sua total obediência.

Art. 2º - São considerados conhecedores do Regulamento Geral e Técnico e das disposições constitucionais que tratam do desporto em geral todas as pessoas Físicas e Jurídicas vinculadas ao Campeonato Municipal de Bocha de Vitor Meireles, que, assim sendo, se submeterão sem reservas a todas as suas determinações e disposições e as consequências que, pelo seu não cumprimento, deles possam emanar.

Art. 3º - As Canchas mandatárias serão as responsáveis em comunicar a SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO, via Telefone e/ou pessoalmente, os resultados finais das partidas, bem como, retirar na secretaria da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO as súmulas, e devolvê-las no 1º dia útil de expediente da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO de Vitor Meireles, após a realização da respectiva rodada. O não cumprimento da mesma, acarretará na perda de 1(um) ponto.

Art. 4º - Todas as Canchas participantes obrigatoriamente deverão retirar junto à secretaria da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO o Boletim Oficial do Campeonato.

Art. 5º - A interpretação deste regulamento e seu fiel cumprimento

ficarão sob a responsabilidade da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO de Vitor Meireles.

DAS FINALIDADES

Art. 6º - O Campeonato tem como finalidade desenvolver o intercâmbio entre os praticantes da bocha, proporcionar boas relações entre os proprietários de canchas, estabelecer uma união entre as comunidades, exaltar a prática desportiva como instrumento imprescindível para a formação da personalidade, fazendo surgir novos amigos no panorama desportivo.

DA PARTICIPAÇÃO DAS CANCHAS

Art. 7º - Participarão do Campeonato Municipal de Bocha de Vitor Meireles todas as Canchas com inscrições confirmadas e conforme o constante na tabela das partidas.

Art. 8º - Durante as partidas é expressamente proibida a permanência de torcedores no espaço de 04 (quatro) metros nas laterais junto às cabeceiras das canchas.

Art. 9º - É proibido qualquer tipo de barulho a partir do momento que o jogador pegue a bola para jogar. Após soltar a bola, os torcedores e demais jogadores poderão se manifestar.

Art. 10º - O jogador que for efetuar a jogada, não poderá ser atrapalhado pelos presentes, inclusive pelos demais jogadores que se encontram dentro do limite dos 04 metros, devendo permanecer afastados do jogador que estiver efetuando a jogada.

Art. 11º - Não será permitido a utilização de instrumentos ou qualquer outro tipo de aparelhos sonoros durante as partidas, (salvo o uso de celular).

Art. 12º - O JOGADOR PODERÁ IR VER A JOGADA SOMENTE UMA VEZ, após o mesmo terá 1(um) minuto para efetuar a jogada.

Art. 13º - A SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO fornecerá modelo próprio para a inscrição dos atletas, sendo que, o prazo limite será até a 2ª rodada, após este prazo não será mais aceita inscrição.

DA PARTICIPAÇÃO DO ATLETA

Art. 14º - Só poderão participar atletas residentes no município de Vitor Meireles, trabalhar no Município com carteira de Trabalho Assinada ou solteiros residente em outros municípios, desde que comprovadamente seus pais estejam residindo em Vitor Meireles.

Art. 15º - O atleta que fizer registro duplo, ou seja, estar inscrito em duas Equipes, ficará sem condições de participar do Campeonato. (Prazo de regularização até 2ª rodada).

Obs: Proibido inscrição para menores de 18 anos.

Art. 16º - Os atletas inscritos e não escalados serão considerados reservas.

Art. 17º - Para efeito de substituição, poderá haver a troca de dois atletas por dupla, não podendo o substituído participar das demais partidas na mesma rodada.

Art. 18º - Cada atleta deverá assinar a súmula antes de cada partida e apresentar no ato a carteira de Identidade para conferir a Ficha de Inscrição.

DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS

Art. 19º - As partidas serão disputadas até 24 (vinte quatro) pontos.

Art. 20º - Cada vitória valerá 01 (um) ponto.

Art. 21º - Cada fase é considerada uma nova competição.

Art. 22º - Critério de classificação:

- a) Maior número de pontos ganhos;
- b) Confronto direto, ida e volta; (entre duas equipes);
- c) Números de vitórias; (Somente entre as equipes que estiverem empatadas nos jogos realizados entre elas)
- d) Se houver empate entre todos os critérios acima se realiza mais uma partida apenas com uma dupla representando as duas equipes no mesmo dia e local;

Art. 23º - Fica determinado o comum acordo entre as Canchas para alteração de datas das partidas, devendo este acordo ser de ambas as partes, devidamente assinado pelos proprietários das Canchas, em modelo próprio.

Observação: A rodada deverá ser realizada antes da próxima.

Art. 24º - A equipe/cancha mandante deverá fornecer bochas em condições de jogo. Na falta do material adequado, a equipe visitante poderá fornecer as bochas. (Bochas pequenas, rachadas, trincadas ou "gastas" demais, não serão permitidas).

Art. 25º. O cumprimento do disposto neste Regulamento é de exclusiva responsabilidade do proprietário da cancha. O não cumprimento destas disposições pela equipe da casa ou pelo visitante, implicará na perda dos pontos da rodada e a equipe infratora perderá o mando de cancha.

Art. 26º - A Comissão Municipal de Esporte de Vitor Meireles fornecerá a premiação ao 1, 2, 3 e 4 colocados do Campeonato.

Art. 27º - Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pela Junta Disciplinar de Esporte de Vitor Meireles.

Art. 28º - As canchas que derem W x 0 ficarão suspensas do próximo Campeonato juntamente com seus atletas.

Art. 29º - Todas as canchas deverão jogar no mínimo 3(três) partidas o não cumprimento da mesma acarretará em suspensão por 1(um) ano dos seus atletas e o proprietário da cancha.

Art. 30º - A equipe adversária terá direito a uma jogada antes da partida com as bolas do jogo.

Art. 31º - O jogador poderá queimar o bolim 1(uma) vez na partida, a reincidência do mesmo implicará na perda do bolim e da bola para o seu adversário.

Art. 32º - Se o bolim saltar para fora da cancha a jogada será anulada,devendo o adversário jogar o bolim e a bola.

Art. 33º - As bolas já jogadas deverão ser marcadas por um atleta, por que se for queimado uma bolada, as bolas deverão voltar ao lugar anterior.

DA PREMIAÇÃO

Art. 34º - Poderá ser o troféu e medalhas para o campeão, por

conta de patrocinador, passando o campeonato a se chamar o nome do patrocínio.

- 1º Lugar: R\$ 800,00 troféu e medalhas;
2º Lugar - R\$ 600,00 troféu e medalhas;
3º Lugar - R\$ 400,00 troféu e medalhas;
4º Lugar - R\$ 300,00 troféu e medalhas;

CAMPEONATO MUNICIPAL DE SINUCA DE VITOR MEIRELES 2017

REGULAMENTO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regulamento é o conjunto das disposições que regem o Campeonato Municipal de Sinuca em Dupla de Vitor Meireles 2017, as quais não tem qualquer vinculação com as entidades diretivas do Desporto Estadual, e obriga aos que com ele tenham relações a sua total obediência.

Art. 2º - São considerados conhecedores do Regulamento Geral e das disposições constitucionais que tratam do desporto em geral todas as pessoas Físicas e Jurídicas vinculadas ao Campeonato Municipal de Sinuca de Vitor Meireles, que, assim sendo, se submeterão sem reservas a todas as suas determinações e disposições e as consequências que, pelo seu não cumprimento, deles possam emanar.

Art. 3º - É de competência da Secretaria Municipal de Esportes a Coordenação Geral do Campeonato, além de formar a tabela.

Art. 4º - As mesas mandatárias serão as responsáveis em entregar pessoalmente a Secretaria de Esportes, os resultados finais das partidas, bem como, retirar na secretaria as súmulas, e devolvê-las no 1º dia útil de expediente, após a realização da respectiva rodada.

Art. 5º - A interpretação deste regulamento e seu fiel cumprimento ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes.

DAS FINALIDADES

Art. 6º - O Campeonato tem como finalidade desenvolver o intercâmbio entre os praticantes da sinuca, proporcionar boas relações entre os proprietários das mesas, estabelecer uma união entre as comunidades, exaltar a prática desportiva como instrumento imprescindível para a formação da personalidade, fazendo surgir novos amigos no panorama desportivo;

Art. 7º - O jogo será disputado na modalidade bola "8" oito;

Art. 8º - A meta é vencer a partida encaçapando a bola 8 (oito), somente após convertidas todas as bolas do grupo do mesmo domínio;

Do jogo

Art. 9º - Não precisam ser cantadas as bolas e caçapas visadas;

Art. 10º - São usadas 16 (dezesesseis) bolas;

Art. 11º - Uma bola branca identificada como tacadeira; e

Art. 12º - 15 (quinze) bolas coloridas, com números e identificadas como "numeradas";

Art. 13º - As 15 (quinze) bolas numeradas são:

- a) Uma bola com o número 8 (oito);
- b) 7 (sete) bolas de 1 (um) à 7 (sete) denominadas como bolas baixas;
- c) Outras 7 (sete) bolas numeradas de 9 (nove) à 15 (quinze), denominadas como bolas altas;

Art. 14º - Por ação de jogo e a partir da segunda tacada na partida iniciada, a cada jogador é determinado um grupo de bolas, identificando como de seu domínio, desde que um dos oponentes tenha encaçapado alguma bola;

Art. 15º - Vence a partida o jogador que primeiro encaçapar lícitamente a bola 8 (oito), depois de convertidas as bolas do grupo de seu domínio;

Art. 16º - Enquanto não identificado o domínio sobre os grupos, a partida é considerada em situação de "mesa aberta";

Art. 17º - É falta, converter a bola de domínio do oponente;

Art. 18º - Em relação a bola de jogo(bolão) para ocorrer sinuca terá que atingir a distância de 20 centímetro(vinte).

Art. 19º - Na ação de saída, a partida inicia quando a tacadeira cruza linha superior;

Art. 20º - Convertida; a tacadeira retorna ao jogo em seu ponto inicial;

Art. 21º - Para saída de partida, as bolas numeradas são posicionadas usando gabarito sobre o campo de jogo, unidas entre si compondo o formato triangular. O vencedor de avaliação ou sorteio tem o direito de saída, podendo passar ao adversário sem direito de recusa. As saídas seguintes são alternadas;

Art. 22º - Se jogador que estiver jogando com as bolas numeradas e o adversário já estiver com a bola 8 (oito), derrubar uma bola numerada e consequentemente a bola 8 (oito) perde a partida;

Art. 23º - O jogador só poderá jogar na bola 8 quando matar todas suas bolas, e o bolão parar pra uma nova tacada. Apenas pode vencer a partida a equipe que estiver com o domínio da bola 8.
Obs: Proibido inscrição para menores de 18 anos.

Art. 24º - São consideradas faltas técnicas praticadas com penalidades:

- a) Não atingir um dos objetivos obrigatório para saída de partida em 3 (três) tentativas;
- b) Não atingir um dos objetivos obrigatórios para licitar tacada durante partida;
- c) Acidentalmente lançar a bola para fora do campo de jogo;
- d) Tocar indevidamente em bolas;
- e) Encaçapar bola do grupo de domínio do adversário;
- f) Encaçapar a bola tacadeira;

Art. 25º - A falta técnica impõe ao penalizado, a retirada do campo de jogo, da bola de numero menor do adversário, exceto no item primeiro, no qual o jogador passa a vez para o adversário;

Art. 26º - O lançamento da bola 8 (oito) para fora do campo de jogo determina falta e encerramento de partida com derrota do penalizado;

Art. 27º - A partida está encerrada quando:

- a) É encaçapada lícitamente a bola 8 (oito), após convertidas as bolas do respectivo grupo de domínio;
- b) É lançada para fora do campo de jogo ou convertidas com falta a bola 8 (oito), impondo derrota ao penalizado;
- c) Um dos jogadores reconhece derrota na partida;
- d) É atingido o numero predeterminado de vitórias em partidas;

Art. 28º - O arbitro ou coordenador é autoridade máxima dentro das modalidades, aos casos omissos a este regulamento e serão resolvidos pela Junta Disciplinar Esportiva, somente será transferido

uma rodada ou partida em comum acordo com ofício 24 horas antes do jogo encaminhado a Secretaria de Esporte.

Art. 29º - Os donos das mesas tem a obrigação de oferecer taco e giz;

Art. 30º - O jogador não poderá jogar sem camisa; não poderá estar inscrito em duas equipes senão será eliminada sua inscrição. (Regularização até a 2ª rodada do Campeonato).

Art. 31º - Os times deverão iniciar o primeiro jogo às 19 horas e 30 minutos, com 30 minutos de tolerância entre os jogos;

Art. 32º - Vencendo o prazo de tolerância, o time faltante perderá os pontos da rodada;

Art. 33º - A Secretaria Municipal de Esportes, não se responsabiliza por danos físicos e morais ocorridos no decorrer do campeonato, nos locais de jogos e locomoção;

Art. 34º - Na falta de energia elétrica, as equipes deverão comparecer no local do jogo, aguardando a tolerância de 30 (trinta) minutos, caso não retornar, o jogo será transferido, e o horário será definido entre as equipes e a coordenação. Em caso de partida iniciada, a partida continua com o placar que estava e os mesmo jogadores que estavam em jogo, em um acordo entre os competidores;

Art. 35º - A torcida é livre, com respeito ao adversário, sendo que o atleta não poderá ser atrapalhado;

Art. 36º - Cada jogo terá 3 (três) partidas, valendo 1 (um) ponto por ficha para critério desempate.

Art. 37º - Caso um jogador de a partida e derrube uma bola alta e uma bola baixa ao mesmo tempo, o mesmo continuará jogando sendo tido como sua a bola que o mesmo acertar, mesmo que esta não tenha sido morta. Se junto com as duas bolas cair o bolão, o direito de escolha passa ao adversário.

Art. 38º - No fim da partida o jogador mata a bola 8 (oito), e o bolão cai. O Mesmo só perde a partida caso o adversário esteja jogando na bola 8 (oito).

Art. 39º - O campeonato inicia no dia 21 de abril de 2017. ÀS 19h30min horas.

Art. 40º - Critérios de classificação:

- a) Maior número de pontos ganhos;
- b) Confronto direto, ida e volta; (entre duas equipes)
- c) Números de vitórias; (Somente entre as equipes que estiverem empatadas nos jogos realizados entre elas)
- d) Maior número de fichas ganhas; (Somente entre as equipes que estiverem empatadas nos jogos realizados entre elas).
- e) Se houver empate entre todos os critérios acima se realiza mais uma partida de 03 (Três) fichas.

Art. 41º - A premiação será a seguinte:

- Campeão: R\$ 600,00 troféu e medalha.
- Vice-campeão: R\$ 400,00 troféu e medalha.
- 3º Colocado: R\$ 300,00 troféu e medalha.
- 4º Colocado: R\$ 200,00 troféu e medalha.

Art. 42º - Poderá ser o troféu e medalhas para o campeão, por conta de patrocinador, passando o campeonato a se chamar o nome do patrocínio.

PORTARIA Nº 102/2017

PORTARIANº 102/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DOUGLAS LUTKE

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 03/04/2017 a 17/04/2017, sendo que a partir desta data, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE ABRIL DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 103/2017

PORTARIANº 103/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JONAS BIFF

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal de provimento temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 19/04/2017 a 03/05/2017, sendo que a partir desta data, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de abril de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE ABRIL DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 104/2017

PORTARIANº 104/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR:

de acordo com o artigo 71, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCELO ANDRÉ AGOSTINI

Cargo: PSICÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Licença sem Vencimentos concedida ao servidor, retornando à sua função a partir de 20 de abril de 2017. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de abril de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE ABRIL DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP Nº 0037/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0037/2017, tendo como objeto Registro de Preço para aquisição futura e parcelada de gás de cozinha P-13 e P-45. O recebimento das propostas será até às 09:45h do dia 08 de maio de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 20 de abril de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0034/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0052/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2017
O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que está REVOGADO o Pregão Presencial nº 0034/2016, tendo como objeto a Aquisição de 75 metros cúbicos de Areia média lavada (Equivalente a 1.300 kg p/m³), destinada a Secretaria de Esporte Cultura e Lazer para montagem de uma quadra de vôlei de praia, conforme Justificativas no Ofício da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer anexo ao Processo. Informações complementares no Setor de Licitações, através do fone (49) 3441-8542 e no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 20 de Abril de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 142/2017

DECRETO Nº AM 142/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei nº BLB 3356/2011 de 31.10.2011 que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, alterada pela Lei nº AJG 3837/2016, de 11.05.2016;

Considerando a Resolução nº CMAS/012/2017, de 24 de março de 2017 que dispõe sobre a substituição de membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

I – Seis representantes da esfera governamental

a) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
KARINE FERRONATO PRETO - Titular
SILVANE MIGLIORANZA - Suplente

b) Um representante da Secretaria Municipal da Saúde:
BRUNA FIUZA CARVALHO - Titular
LUCIENE ZAMBENEDETTI MATIOTI - Suplente

c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação:
LUCIVANIA ROSA DALEASTE - Titular
ÉVANI CARLA DE QUADROS VALIATTI - Suplente

d) Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
EDNA REGINA TURELLA - Titular
CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL - Suplente

e) Um representante da Diretoria de Habitação:
MARLON C. DA SILVA - Titular
SONIA SIVIERO MARQUARDT - Suplente

f) Um representante da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer:
CARLOS MARTARELLO - Titular
DIEGO GONÇALVES - Suplente

II – Seis representantes da esfera da sociedade civil:

a) Dois representantes dos usuários e/ou de organização de usuários:
DÉBORA FARRAPO DOS SANTOS – Cras II - Titular
JESSICA REGINA ROQUE MAYER – Cras I - Suplente
GENI BATISTELO NIEDZULKA – Idosos - Titular
IRACI BIONDO – Idosos - Suplente

b) Dois representantes de Entidades de Assistência Social:
POLIANE APARECIDA SILVA - FCDX - Titular
SIMONE MARTARELLO - APAE - Suplente
DAIANA TRIACA – APAE - Titular
IVANETE MARIA DE BORBA – Instituto Amor a Vida - Suplente

c) Dois representantes das organizações ou entidades de trabalhadores do setor:
ANTONIO CORADI – PAS - Titular
DIONES ALEX TOIGO - SITEPM - Suplente
VALMOR MORESCHI – PAS - Titular
NEUDIR LEMOS – SITEPM - Suplente

Art. 2º Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas funções no Conselho com mandato de dois anos, sendo permitido uma única recondução.

Art. 3º Pela relevância dos serviços prestados, os membros do Conselho não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza pelo desempenho de suas funções, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 20 de abril de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 143/2017

DECRETO Nº AM 143/2017

CONCEDE VANTAGEM PECUNIÁRIA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e no art. 230 da Lei Complementar nº AM 2907/2006, e

Considerando o teor da Lei Complementar nº 3907/2017 que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal de Xanxerê (PREFIX V), destinado a promover a regularização de créditos tributários;

Considerando que neste período a demanda de trabalho no Setor de Tributação é intensa, pois os contribuintes inadimplentes serão notificados a comparecer ao setor;

Considerando a necessidade de a Administração Municipal incrementar a arrecadação, dando atendimento rápido e eficiente ao contribuinte;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, vantagem pecuniária nos seguintes percentuais sobre os seus vencimentos ou salários:

Cristiane Guadagnin Spagnol	34,00%
Claudia Winckler.....	20,00%
Daniel Pereira.....	34,00%
Edna Regina Turella.....	14,00%
Leonice Tiecher.....	25,00%

Art. 2º A condição para o recebimento dos valores indicados no Art. 1º obedecerá à seguinte ordem:

- Recebimento pelos cofres municipais de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais), incidência de vantagem pecuniária sobre os vencimentos por um mês;
- Recebimento pelos cofres municipais acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) até 1.000.000,00 (um milhão de Reais), incidência de vantagem pecuniária sobre os vencimentos por dois meses;
- Recebimento pelos cofres municipais acima de 1.000.000,00 (um milhão de Reais) até 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais), incidência de vantagem pecuniária sobre os vencimentos por três meses;
- Recebimento pelos cofres municipais acima de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais), incidência de vantagem pecuniária sobre os vencimentos por quatro meses;

Art. 3º Os servidores somente receberão os acréscimos indicados no artigo 2º com a efetiva comprovação da arrecadação aos cofres, não sendo reconhecidos eventuais parcelamentos não cumpridos.

Art. 4º Os valores de arrecadação serão comprovados por meio de emissão de relatório, visados pelo Secretário de Administração e Finanças;

Art. 5º O pagamento da vantagem pecuniária será formalizado na folha de pagamento subsequente a comprovação da arrecadação;

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 20 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0011/2017

Extrato de Contrato nº 0011/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Fernando Panzera ME

Objeto: Serviços de Engenharia para Alteração do Padrão de Entrada de Energia Elétrica e Instalações Elétricas Internas na Escola Básica Municipal Nossa Senhora Aparecida, conforme descrito no memorial descritivo, orçamento, cronograma e projetos anexos ao presente.

Valor total: R\$ 12.077,39

Prazo de execução: Em até 30 dias após Ordem de Serviço.

Xanxerê-SC, 18 de Abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0013/2017

Extrato de Contrato nº 0013/2017

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Clínica Schedler Ltda

Objeto: Prestação de Serviços para a realização de Consultas e Procedimentos Médicos na Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, com o Dr. Luiz Carlos Schaedler, CRM nº 4365-SC, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

O valor estimado para os 12 meses do presente Contrato é de R\$ 226.800,00 (duzentos e vinte seis mil e oitocentos reais), sendo:

Procedimentos	Qt. Mês	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total
Consultas Médicas na Especialidade em Ginecologia/Obstetrícia	Até 200/mês	R\$ 10,00	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
Cirurgia em Ginecologia (Médio e Grande Porte)	Até 10/mês	AIH	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
Cauterização do Colo Uterino	Até 03/mês	AIH	R\$ 150,00	R\$ 450,00
Conização	Até 03/mês	AIH	R\$ 150,00	R\$ 450,00

Prazo: 12 meses

Xanxerê-SC, 20 de Abril de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH-AM 177/2017

PORTARIA Nº RH-AM 177/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO SCFV- JOVEM CIDADÃO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a Sra. MIRANGELA PALUDO BIN, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portadora da CI nº 2.078.470 e CPF nº 816.651.729-91, nomeada conforme Decreto nº EB 019/2008, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV – Jovem Cidadão, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 178/2017

PORTARIA Nº RH-AM 178/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 394/2016.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASULO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 394/2016.

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. RAPHAELA IZABEL HUNING, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.436.913-9 e CPF n.º 041.596.219-61, nomeada conforme Decreto n.º AJG 115/2013 no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASULO, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 179/2017

PORTARIA Nº RH-AM 179/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 395/2016.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CRAS I.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 395/2016.

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. SILVANE CAMARGO MORESCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.525.933 e CPF n.º 052.375.459-04, nomeada conforme Decreto n.º BLB 074/2010 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CRAS I, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 180/2017

PORTARIA Nº RH-AM 180/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DO CREAS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANE REGINA TOMAZINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.656.659, CPF n.º 758.870.889-15 e CRESS/SC nº 002363, nomeada conforme Decreto n.º AM 117/08 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CREAS, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 181/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 181/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 048/2015

QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CADÚNICO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a Portaria nº RH- AJG 048/2015, que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. LUCIVANIA ROSA DALEASTE, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 5.940.292-7 e CPF nº 886.014.479-53, nomeada conforme Decreto nº AM 077/2003 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO - CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 182/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 182/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 396/2016

QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CREAS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a Portaria nº RH- AJG 396/2016, que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. VALERIA PATRICIA TURIM SCHULZ, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 6.504.579 e CPF nº 035.952.949-63, nomeada conforme Decreto nº BLB 035/2012 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 183/2017

PORTARIA Nº RH-AM 181/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CADÚNICO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. MARLEI TEREZINHA ROMAN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 17R-2.425.338 e CPF n.º 826.811.559-91, nomeada conforme Decreto n.º BLB 247/2011 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social Cadúnico, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 184/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 184/2017

RETIFICAR PORTARIA RH-AM 153/2017 DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

Retificar a portaria RH-AM 153/2017 que concede a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 90 (noventa) dias a partir de 03.04.2017 a 01.07.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. IRACI ANA BORTOLAMEDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.784.859 e CPF n.º 623.198.339-00, nomeada conforme Decreto n.º JB 63/96 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e Decreto n.º AM 094/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª a 4ª SÉRIE, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001003/2017 datado de 31.03.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

Decreto nº JB 063/1996 Matrícula 772:

22.02.2001 a 21.02.2006 = 30 dias

22.05.2009 a 21.05.2012 = 30 dias

22.05.2012 a 21.05.2015 = 30 dias

Decreto nº AM 094/08 Matrícula 3719 do período de:

23.05.2012 a 22.05.2015 – 07 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 185/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 185/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 67 (sessenta e sete) dias a partir de 17.04.2017 a 22.06.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. Inete Maria Cenci, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.553.793.5 e CPF n.º 533.540.609-72, nomeada conforme Decreto n.º AM 136/03, no cargo de Professora Magisterio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e Decreto n.º AM 073/08 no cargo de Professor Magistério Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento datado de 11.04.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao ao Decreto de Nomeação AM nº 073/2008 Matrícula 3708 e aos períodos de:

12.03.2008 a 22.05.2009 – 14 dias

22.05.2009 a 21.05.2012 – 30 dias.

22.05.2012 a 21.05.2015 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 17.04.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 187/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 187/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69

inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 17.04.2017 a 16.05.2017 a Servidora Pública Municipal, Sr.(a), SONIA MARIA SASSETI KLEIN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 1.856.989 e CPF nº 563.152.019-20, nomeada conforme Decreto nº BLB 060/10, no cargo de PREFEISSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento datado de 12.04.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.02.2010 a 31.01.2013 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 17/04/2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 188/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 188/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 305/2016

QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria RH – AJG 305/2016 que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSIMAR AGDA GALLON DOS PASSOS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.271.030-0 e CPF nº 607.484.199-34, nomeada conforme Decreto nº BLB 063/2011 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

Determinar o seu retorno para o cargo de origem.

O deferimento atende ao Ofício n.º SME/M 0167/2017 datado em 17.04.2017

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 189/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 189/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 17.04.2017 a 16.05.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. DILENE MARIA FELIPPI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 763.707 e CPF n.º 386.066.159-00, nomeada conforme Decreto n.º JB 220/94 e Reenquadrada conforme Portaria nº RH-BLB 018/2012, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001282/2017 datado de 17.04.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 17.04.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM N° 186/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 186/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDER 30(trinta) dias de férias a partir de 02.05.2017 a 31.05.2017 a Servidora Pública Municipal Sra. MARAIR APARECIDA DOS SANTOS ANDOLFATTO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.288.406-0 e CPF n.º 017.667.729-19, nomeada conforme Decreto n° AM 118/03 no Cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO - CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 10.04.2017, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

14.03.2016 a 13.03.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA N° 3914/2017

LEI N° 3914/2017

(Origem Projeto de Lei N° 4/2017)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE CARLOS EMÍLIO HACKER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de “CARLOS EMÍLIO HACKER”, o logradouro “Rua A”, situado no Distrito Industrial Pedro Bortoluzzi, na cidade de Xanxerê, SC, matrícula 24.741.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA 016/2017 GROSBELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GROSBELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.291.163/0001-72, nesta Ata representada pelo seu Sócio Proprietário, Sr. Ademir Antonio Grosbelli, portador do CPF nº 649.367.409-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição de materiais, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município, conforme as especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Prego Unit.	Prego Total
1	500,00	SC	CIMENTO 50 KG.	SUPREMO	27,90	13.950,00
2	10.000,00	UN	TIJOLO 24 CM 6 FUROS.	MR OLIVEIRA	0,60	6.000,00
3	10.000,00	UN	TIJOLO 29 CM 9 FUROS.	MR OLIVEIRA	1,42	14.200,00
4	500,00	M3	AREIA MÉDIA.	GR	139,00	69.500,00
5	200,00	CHA	TELHA BRASILIT SEM AMIANTO 2,44X6MM.	BRASILIT	43,80	8.760,00
6	200,00	CHA	TELHA BRASILIT SEM AMIANTO 3,05X6MM.	BRASILIT	62,50	12.500,00
7	200,00	CHA	TELHA BRASILIT SEM AMIANTO 2,44X4 MM.	BRASILIT	13,90	2.780,00
8	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 20 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	10,95	1.095,00
9	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 25 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	12,49	1.249,00
10	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 32 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	23,90	2.390,00
11	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 40 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	34,90	3.490,00
12	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 50 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	43,75	4.375,00
13	100,00	BR	TUBO SOLDÁVEL 60 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	62,50	6.250,00
14	100,00	BR	TUBO ESGOTO 100 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	39,60	3.960,00
15	100,00	BR	TUBO ESGOTO 50 MM. BARRA DE 6 M.	FORTLEV	25,55	2.555,00
16	200,00	BR	TUBO AÇO GALVANIZADO 2 1/2" 76, 10X3,35 6 METROS.	TUBERFIL	347,00	69.400,00
17	100,00	BR	FERRO 3/8 12 METROS.	GIASSI	29,52	2.952,00
18	100,00	BR	FERRO 5/16 12 METROS.	GIASSI	19,49	1.949,00
19	100,00	BR	FERRO 4.2 MM 12 METROS.	GIASSI	6,50	650,00
TOTAL						228.005,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 020/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
ADEMIR ANTONIO GROSBELLI
GROSBELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – Representante

JAIME MASIERO – Fiscal da ata

ATA PL 026/2017

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 026/2017 – Pregão Presencial nº 019/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de Tubos de Concreto, conforme as especificações constantes do Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/90305#.WPjeYPnDHDc>

Xavantina, 20 de abril de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

ATA PL 027/2017

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 027/2017 – Pregão Presencial nº 020/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município, conforme as especificações constantes do anexo "c" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/90680#.WPje3PnDHDc>

Xavantina, 20 de abril de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

ATA PL 028/2017

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 028/2017 – Pregão Presencial nº 021/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de profissional para prestação de serviço especializado em atividades de informática, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/90993#.WPjFWfnDHDc>

Xavantina, 20 de abril de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC e o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação para transporte escolar de alunos/estudantes.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Enoir Fazolo, portador da Cédula de Identidade RG nº 114701-2 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 518.220.759-04, e o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Dom Pedro II, 230 - Centro - CEP: 89790-000, cidade de Ipumirim/SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 82.814.575/0001-02, aqui representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Volnei Antônio Schmidt, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.878.032 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 607.586.609-44, doravante denominados MUNICÍPIOS COOPERADORES, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei Municipal de Xavantina nº 1506, de 29 de março de 2016, e alterações, Lei Municipal de Ipumirim nº 1777, de 27 de abril de 2016, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

Considerando as reivindicações dos pais, os quais residem na Localidade de Linha Medianeira, Linha São Roque, Linha Dassi e Linha Divisa das Águas, para que seja disponibilizado o transporte escolar para as crianças destas localidades até a escola mais próxima, sendo a Escola de Educação Básica e Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani, em Linha Bom Sucesso, Ipumirim-SC;

Considerando o melhor interesse das crianças, primando pela dignidade da pessoa humana;

Considerando as várias tratativas com o Município de Ipumirim/SC, para realização de um convênio de cooperação entre os municípios;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o pagamento de transportes escolar de alunos/estudantes do município de Xavantina, para a Escola de Educação Básica e Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani, em Linha Bom Sucesso, município de Ipumirim - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

Fica estipulado entre as partes o seguinte trajeto, saindo da Escola de Educação Básica Orides Rovani, em Linha Bom Sucesso, município de Ipumirim-SC até as comunidades de Linha Medianeira, Linha São Roque, Linha Dassi e Linha Divisa das Águas, com extensão de 90 km diários, nos turnos matutino e vespertino, com valor por Km de R\$: 3,10 (três reais e dez centavos). A extensão percorrida diariamente poderá sofrer variações, em virtude da necessidade de futura alteração do trajeto, bem como o valor por km rodado, nos casos de reequilíbrio ou reajuste financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser revisto e/ou prorrogado pelos Municípios a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E PAGAMENTOS:

Para execução do presente convênio, os MUNICÍPIOS pagaram em porcentagem sobre o valor total, auferido mensalmente através de planilha:

A) MUNICÍPIO DE XAVANTINA: 50%

B) MUNICÍPIO DE IPUMIRIM: 50%

Para a liberação dos recursos e pagamentos ficará ao encargo do MUNICÍPIO DE XAVANTINA, o fornecimento de planilha mensal com os valores devidos por ambos, acompanhado da nota fiscal da prestação dos serviços, devendo o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM efetuar seu pagamento/transferência do valor devido em conta específica do MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelos MUNICÍPIOS integram as seguintes dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA: Órgão/Unidade 04.01, Projeto Atividade 2.006, Elemento de Despesa 3.3.40.00.00.00.00.01.0001, Código Reduzido 13.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM: Órgão/Unidade 06.01, Projeto Atividade 2.038, Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00 01.0001.000000, Código Reduzido 43.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES MUNICÍPIO DE IPUMIRIM:

O Município de IPUMIRIM obriga-se a:

I – Transferir os recursos decorrentes de sua participação no convênio, em conta indicada pelo Município de Xavantina, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, em estrita conformidade firmada neste convênio, visto que o Município de Xavantina realiza o pagamento aos transportadores até o 5º (quinto) dia útil do mês, ressalvada as seguintes hipóteses:

a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento do objeto, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do Município de Xavantina com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

b) quando o Município de Xavantina deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

II – Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;

III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

IV – Reajustar o valor pago por KM rodado, em caso de reequilíbrio financeiro concedido pelo Município de Xavantina ao transportador.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA:

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA compromete-se à:

I – Prestar o serviço de transporte escolar na Linha Medianeira, Linha São Roque, Linha Dassi e Linha Divisa das Águas, Município de Xavantina, em razão da proximidade desta comunidade com a Escola de Educação Básica e Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani, em Linha Bom Sucesso, município de Ipumirim - SC;

II – Contratar a empresa responsável pelo cumprimento do serviço do termo em questão, viabilizando a efetiva prestação do serviço.

III – Informar o Município de Ipumirim, de forma imediata toda a vez que houver a substituição do prestador de serviço, ou alteração nos valores do contrato, enviando cópia do novo contrato da empresa vencedora do itinerário.

IV – Efetuar o pagamento de toda e qualquer despesa que se fizer necessária à contratação, manutenção, fiscalização e regularidade dos serviços.

V – Apresentar mensalmente a planilha de custo do serviço de transporte com o valor devido para cada Município, dentro da porcentagem estipulada para pagamento.

VI – Apresentar mensalmente, após a pagamento/transferência por parte do Município de Ipumirim, cópia da nota fiscal e comprovante de pagamento da prestação de serviços realizada.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

I – pela conclusão do seu objeto;

II – por denúncia;

III - por acordo entre as partes.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em quatro vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 06 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC Enoir Fazolo Prefeito Municipal	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC Volnei Antônio Schmidt Prefeito Municipal
---	--

Testemunhas:

01. Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39	02. Nome: Arline Caon CPF: 055.243.049-84
--	---

DECRETO 053/2017

DECRETO Nº 053/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.572, de 19 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.03.0000 – (CR 111)	
R\$	9.423,95
TOTAL	9.423,95

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios – 03.0000 – no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.
ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 054/2017

DECRETO Nº 054/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.573, de 19 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.03.0000 – (CR 111)	
R\$	9.423,95
TOTAL	9.423,95

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios – 03.0000 – no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.
ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 055/2017

DECRETO Nº 055/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.574, de 19 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – (CR 109)	
R\$	97.500,00
TOTAL	97.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos – 01.0024 – Transferências de Convênios da União, no valor total de até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.
ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017 - PUBLICAÇÃO DA LISTA OFICIAL DE ISENTOS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017

PUBLICAÇÃO DA LISTA OFICIAL DE ISENTOS

Médico

Nº INSC	CANDIDATO	Isenção	Isento
597573	Luiz Mario Enderle Signor	Doador de Sangue	DEFERIDO

Xavantina – SC, 20 de Abril de 2017.

COMISSÃO COORDENADORA

LEI 1572/2017

LEI N° 1572, DE 19 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 111)	
R\$	9.423,95
TOTAL	9.423,95

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios – 03.0000 – no valor total de até R\$ 9.423,95 (nove mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1573/2017

LEI N° 1573, DE 19 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 128.700,00 (cento e vinte oito mil e setecentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 – (CR 109)	

R\$	128.700,00
TOTAL	128.700,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos – 01.0024 – Transferências de Convênios da União, no valor total de até R\$ 128.700,00 (cento e vinte oito mil e setecentos reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1574/2017

LEI Nº 1574, DE 19 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – (CR 109)	
R\$	97.500,00
TOTAL	97.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos – 01.0024 – Transferências de Convênios da União, no valor total de até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2017

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2017

3º ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2010, de 08 de Setembro de 2010.

TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE XAVANTINA E A EMPRESA C.C. CAON MÓVEIS LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Xavantina SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo, portador da Cédula de Identidade nº 1147012 e inscrito no CPF/MF sob o nº 518.220.759-04, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, e a empresa C.C. CAON MÓVEIS LTDA – ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 86.262.664/0001-44, com sede na Rua Costa e Silva, nº 114, Xavantina, SC, representada neste ato, pelo Sr. Paulo Antonio Caon, portador do RG nº 14/R 2.693.558, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente instrumento de aditivo nos termos da Lei nº. 8.987/95 de 13 de fevereiro de 1995 e suas posteriores alterações, e da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, vinculado à proposta apresentada pela PERMISSIONÁRIA e ao Edital de Licitação modalidade Concorrência nº 01/2010 – PMXV, bem como às cláusulas abaixo:

Considerando o Ofício nº 001/2015 da empresa PERMISSONÁRIA C.C. CAON MÓVEIS LTDA. – ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 86.262.664/0001-44, com sede na Rua Costa e Silva, nº 114, Xavantina, SC, representada pelo Sr. Paulo Antonio Caon, portador do RG nº 14/R 2.693.558;

Considerando o de edital de Licitação modalidade Concorrência nº. 01/2010 – PMXV, o qual teve como objeto a outorga de permissão de uso das instalações de um barracão em alvenaria, com finalidade exclusiva para implantação de uma indústria de móveis;

Considerando o bem público municipal um Barracão Industrial em alvenaria, com 500m² de área construída, localizado na Rua Professor Garmus;

Considerando a prorrogação do prazo de vigência da permissão de uso nº 002/2010, por mais 05 (cinco) anos consecutivos, contados de 07 de setembro de 2015;

Considerando a CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES, onde prevê que o valor mensal da permissão de uso, proposto pela Permissionária, será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, sendo que a primeira revisão se dará 12 (doze) meses após a data de assinatura deste Termo e as demais sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

Considerando que a permissionária efetua um pagamento mensal no valor de 788,00 (sessenta e oitenta e oito reais)

Considerando que o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, de julho/2015 a janeiro de 2017, fechou em 13,5717%;

RESOLVEM ADITAR O TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2010, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1.1. Fica reajustado em 13,5717% o valor inicial do termo de permissão de uso nº 002/2010, a qual a permissionária passará a pagar um valor mensal de 894,95 (oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no termo inicial de permissão de uso nº 002/2010.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina, SC, 09 de Janeiro de 2017.

C.C. CAON MÓVEIS LTDA – ME Permissionária	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal Permitente
---	--

Testemunhas:

01. Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39	02. Nome: Arline Caon CPF: 055.243.049-84
--	---

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2017

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2017

3º ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2011, DE 11 DE MAIO DE 2011.

TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE XAVANTINA E A EMPRESA RODRIGO SIMON.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 83.009.878/0001-15, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, n. 163, Município de Xavantina/SC, CEP 89780-000, e-mail eletrônico: adm@xavantina.sc.gov.br, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, de nacionalidade brasileira, casado, portador da Cédula de Identidade/RG nº 1.147.012, inscrito no CPF sob nº 518.220.759-04, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, e a empresa RODRIGO SIMON, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 13.332.347/0001-83, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, s/nº, representada neste ato, pelo seu proprietário, Senhor Rodrigo Simon, portador da Cédula de Identidade nº. 3.942.088 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 068.763.639-61, doravante denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente instrumento de aditivo nos termos da Lei nº. 8.987/95 de 13 de fevereiro de 1995 e suas posteriores alterações, e da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, vinculado à proposta apresentada pela PERMISSONÁRIA e ao Edital de Licitação modalidade Concorrência nº 01/2011 – PMXV, bem como às cláusulas abaixo:

CONSIDERANDO que permissionária Rodrigo Simon possui outorga de permissão de uso das instalações do Ginásio Municipal do Centro de Xavantina, com finalidade exclusiva para exploração de horários para práticas desportivas, quando os mesmos não estiverem sendo utilizados pelas escolinhas esportivas e campeonatos municipais, e direito à exploração para venda de bebidas e alimentos, através do Edital de Concorrência nº. 01/2011 – PMXV, seus anexos e termo de permissão de uso nº 001/2011 de 11 de maio de 2011;

CONSIDERANDO que a permissionária efetuou um pagamento mensal no valor de R\$: 68,57 (sessenta e oito reais e cinquenta e sete reais);

CONSIDERANDO a assinatura do termo de permissão de uso na data de 11 de maio de 2011;

CONSIDERANDO que a permissionária efetuou na data de 26/02/2016 o pedido de prorrogação de vigência dentro do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias anteriores da data do término da vigência do Termo de Permissão de Uso.

CONSIDERANDO que município efetuou em 14/04/2016, a prorrogação vigência da Permissão de Uso nº 001/2011, por mais 05 (cinco) anos consecutivos, até a data de 13/04/2021.

CONSIDERANDO a cláusula quinta do termo de permissão de uso nº 001/2011 de 11 de maio de 2011, a qual prevê um reajuste anual com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, sendo que a primeira revisão se dará 12 (doze) meses após a data de assinatura deste Termo e as demais sucessivamente a cada 12 (doze) meses;

CONSIDERANDO que o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, de Abril/2016 a Março/2017, fechou em 4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento);

RESOLVEM ADITAR O TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2011, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1.1. Fica reajustado em 4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento) o valor inicial do termo de permissão de uso nº 001/2011, a qual a permissionária passará a pagar um valor mensal de 71,90 (setenta e um reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no termo inicial de permissão de uso nº 001/2011.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina, SC, 06 de abril de 2017.

RODRIGO SIMON Permissionária	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal Permitente
---------------------------------	--

Testemunhas:

01.
Nome: Joselino Luiz Naissinger
CPF: 047.840.569-39

02.
Nome: Arline Caon
CPF: 055.243.049-84

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 003/2017

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 003/2017

3º ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2011, DE 11 DE MAIO DE 2011.

TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE XAVANTINA E A EMPRESA FÁTIMA ZANCHETTA PANSERA.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 83.009.878/0001-15, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, n. 163, Município de Xavantina/SC, CEP 89780-000, e-mail eletrônico: adm@xavantina.sc.gov.br, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, de nacionalidade brasileira, casado, portador da Cédula de Identidade/RG nº 1.147.012, inscrito no CPF sob nº 518.220.759-04, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, e a empresa FÁTIMA ZANCHETTA PANSERA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 12.376.715/0001-22, com sede no Distrito de Linha das Palmeiras, s/nº, representada neste ato, pela sua proprietária, Senhora Fátima Zanchetta Pansera, portadora da Cédula de Identidade nº. 26949113 SSP/SC e inscrita no CPF-MF sob o nº. 789.843.519-20, doravante denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente instrumento de aditivo nos termos da Lei nº. 8.987/95 de 13 de fevereiro de 1995 e suas posteriores alterações, e da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, vinculado à proposta apresentada pela PERMISSONÁRIA e ao Edital de Licitação modalidade Concorrência nº 01/2011 – PMXV, bem como às cláusulas abaixo:

CONSIDERANDO que permissionária Fátima Zanchetta Pansera possui outorga de permissão de uso das instalações do Ginásio Municipal de Esportes do Distrito de Linha das Palmeiras, com finalidade exclusiva para exploração de horários para práticas desportivas, quando os mesmos não estiverem sendo utilizados pelas escolinhas esportivas e campeonatos municipais, e direito à exploração para venda de bebidas e alimentos, através do Edital de Concorrência nº. 01/2011 – PMXV, seus anexos e termo de permissão de uso nº 002/2011 de 11 de maio de 2011;

CONSIDERANDO que a permissionária efetua um pagamento mensal no valor de R\$: 82,29 (oitenta e dois reais e vinte e nove centavos);

CONSIDERANDO a assinatura do termo de permissão de uso na data de 11 de maio de 2011;

CONSIDERANDO que a permissionária efetuou na data de 01/03/2016, o pedido de prorrogação de vigência dentro do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias anteriores da data do término da vigência do Termo de Permissão de Uso.

CONSIDERANDO que município efetuou em 14/04/2016, a prorrogação vigência da Permissão de Uso nº 002/2011, por mais 05 (cinco) anos consecutivos, até a data de 13/04/2021.

CONSIDERANDO a cláusula quinta do termo de permissão de uso nº 002/2011 de 11 de maio de 2011, a qual prevê um reajuste anual com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, sendo que a primeira revisão se dará 12 (doze) meses após a data de assinatura deste Termo e as demais sucessivamente a cada 12 (doze) meses;

CONSIDERANDO que o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, de Abril/2016 a Março/2017, fechou em 4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento);

RESOLVEM ADITAR O TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2011, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1.1. Fica reajustado em 4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento) o valor inicial do termo de permissão de uso nº 002/2011, a qual a permissionária passará a pagar um valor mensal de R\$: 86,29 (oitenta e seis reais e vinte e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no termo inicial de permissão de uso nº 002/2011.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina, SC, 06 de abril de 2017.

FÁTIMA ZANCHETTA PANSERA Permissionária	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal Permitente
--	--

Testemunhas:

01.
Nome: Joselino Luiz Naissinger
CPF: 047.840.569-39

02.
Nome: Arline Caon
CPF: 055.243.049-84

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO Nº 195/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 195/2017

Nomeia Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

Lirio Dagort, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal nº 3828/2013, de 18 de abril de 2013, e LEI 3398/20143 de 19 de agosto de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Efetivos e respectivos Suplentes, os quais representarão o Poder Público no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM:

I - DA ESFERA GOVERNAMENTAL:

I – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: ELIETE TANIA GABIATTI

Suplente: JOSIANE DELAVI

II – Representante do Departamento de Políticas Públicas para Mulheres;

Titular: JOSETE CARINA PERCIO

Suplente: KELEY BRISOLA

III – Representante do Departamento de Políticas para Idosos;

Titular: NILVA MORASKI

Suplente: ROBERTA DALLA VALE

IV – Representante do Departamento de Políticas para Juventude;

Titular: NÃO HÁ REPRESENTANTE

Suplente: NÃO HÁ REPRESENTANTE

V- Representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

Titular: ATAÍDE PICCINI

Suplente: PEDRO RUI RODRIGUES

VI – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

Titular: MARINA LORENZON

Suplente: SÔNIA PRIORI

VII – Representante da Secretaria Municipal da Saúde;

Titular: SIDIANE LINHARES GASPERIN

Suplente: TANIA MARIA BERNARDI GRACIANI

VIII – Representante da Secretaria Municipal da Agricultura;

Titular: JOSEMAR DE MOURA

Suplente: FABIANA NADAL

IX – Representante da Secretaria da Fazenda;

Titular: IVANETE CAVALHEIRO

Suplente: JULIANA BENOTO FERREIRA

X – Representante do Conselho Tutelar;

Titular: MERIDIANA MARIA LUNARDI

Suplente: EMILIA CARLA ZANCHET

XI – Representante do Poder Judiciário de Xaxim;

Titular: AQUIDAUANA MARIN BRUNETTO

Suplente: LUCIANE SARTORI CÂNDIDO

XII – Representante da Segurança Pública;

Titular: JUCELI MARCA

Suplente: KAUANA BETTANIN

XIII – Representante do Departamento de Esporte e Lazer

Titular: GABRIELA SEGUETTO

Suplente: JUAREZ BARELLA

XIV – Representante da casa da Cultura

Titular: JUCILEI SALETE ROSSONI

Suplente: GISELE LINHARES

Art. 2º Ficam, outrossim, nomeados os seguintes Membros Efetivos e seus respectivos Suplentes, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, indicados pelas organizações representativas da Sociedade Civil assim sendo:

II - DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:

I -Representantes da Associação de Professores Aposentados de Xaxim-APAX:

Titular: IRES DA CAMPO

Suplente: SUZANA PERTUSSATTI

II - Representantes do Movimento das Mulheres Camponesas:

Titular: ROSMARI MARINELLO DOS SANTOS

Suplente: NEIVA BACARIN

III -Representante da Imprensa:

Titular: JANQUIELI CERUTTI

Suplente: LISIANE ZANOTTO

IV -Representante das Mulheres Pastorais:

Titular: IRMÃ ROSELEI MIELKI

Suplente: CLAUDETE DE OLIVEIRA

V -Representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer:

Titular: MARLI CERUTTI MACHADO

Suplente: GENI JOSEFA DALMEDICO

VI -Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ETELVINA MARAFON

Suplente: CLEONICE REGINATTO

VII - Representante da Associação Comercial e Industrial de Xaxim-ACIAX:

Titular: LUCIANA FELTRIN

Suplente: CATILSE PROVENSI

VIII -Representantes das Igrejas Evangélicas:

Titular: JULIANA GONÇALVES SKRZYPZK

Suplente: INÊS MACIEL

IX -Representante das Escolas de Ensino Superior:

Titular: JUNIOR VITÓRIO ROMANZINI

Suplente: SUZAN KELI ROSSI

X -Representante das Organizações não Governamentais de Xaxim:

Titular: NEIVA SILVESTRIN

Suplente: THIAGO GUENO

XI -Representante da Associação de Artesãs:

Titular: ROSELI MICAELA PAZ DA CRUZ

Suplente: BEATRIZ GEMELLI

XII -Representante do sindicato dos Comerciantes:

Titular: GIZIANE MARIA DOMINGOS

Suplente: LOURDES DALLA RIVA

XIII -Representante dos Clubes de Serviço:

Titular: CRISTIANE RONCAGLIO DAL MAGRO

Suplente: LUCIENE BRITO

XIV -Representante dos Clubes de Mães :

Titular: MARIA EDI DA FONSECA

Suplente: ALIOBA ROTAVA

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do Conselho.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de Abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

Zortéa

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2017 - AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2017

AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES
RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES

O presente edital de chamamento público tem por objeto a aquisição via dispensa de licitação, de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados à elaboração de merenda para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Zortéa – Santa Catarina. Entrega e abertura: documentos até as 09:00, para abertura às 09:05 horas do dia 10/05/2017

Informações e entrega do edital de chamamento: Prefeitura Municipal De Zortéa, setor de licitações, Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, Zortéa, SC.

Horário: Das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas

Telefone: (49)3557-2000.

DECRETO Nº 031/2017 - SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES

DECRETO Nº 031/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementada nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 100.337,99 (Cem mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor

1010 Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas e Passeios
0127 4.4.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.34 41.217,99

1018 Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implem. Agrícolas
0083 4.4.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.34 59.120,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos acima identificadas – PCASP/2016, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2016.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 17 de Abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 17 de Abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 033/2017 - NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017.

DECRETO Nº 033/2017 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para Coordenação do Processo Seletivo nº 004/2017, destinado a provimento de vagas em formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2017, conforme segue:

Vanessa Pelissari – Agente Educacional

Ana Lucia de Lima Tavares – Agente Administrativo

Michele Aparecida Barcarolo dos Santos – Agente Administrativo

Leandro Belotto - Motorista

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 19 de Abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto em 19 de Abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 034/2017 - NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017.

DECRETO Nº 034/2017 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para Coordenação do Processo Seletivo nº 005/2017, destinado a provimento de vagas em formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 005/2017, conforme segue:

Vanessa Pelissari – Agente Educacional
Ana Lucia de Lima Tavares – Agente Administrativo
Michele Aparecida Barcarolo dos Santos – Agente Administrativo
Leandro Belotto - Motorista

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 19 de Abril de 2017.
ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto em 19 de Abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 035/2017 - DELEGA COMPETENCIAS

DECRETO Nº 035/2017 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

DELEGA COMPETENCIAS A AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTEA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º – Delega competências aos servidores abaixo relacionados, os quais ficam autorizados a realizar as movimentações financeiras de todas as contas da Prefeitura Municipal de Zortéa e dos Fundos Municipais;

a) Alcides Mantovani – Prefeito Municipal de Zortéa, como ordenador de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal e demais Fundos Municipais:

EMITIR CHEQUES;
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
AUTORIZAR COBRANÇA;
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
ENDOSSAR CHEQUES;
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
CANCELAR CHEQUES;
BAIXAR CHEQUES;
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA;
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;

SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
EMITIR COMPROVANTES;
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE – MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;
FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA;
CARTÃO TRANSPORTE – AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

b) Raul Vilarino Lira – Secretário de Administração e Finanças, com atribuições para coadjuvante com os ordenadores de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal e demais Fundos Municipais;

EMITIR CHEQUES;
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
AUTORIZAR COBRANÇA;
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
ENDOSSAR CHEQUES;
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
CANCELAR CHEQUES;
BAIXAR CHEQUES;
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA;
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
EMITIR COMPROVANTES;
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE – MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;
FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA;
CARTÃO TRANSPORTE – AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

c) Flavio Gonçalves de Menezes – Secretário Municipal de Saúde, com atribuições para coadjuvante com os ordenadores de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal e demais fundos municipais:

EMITIR CHEQUES;
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
AUTORIZAR COBRANÇA;
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
ENDOSSAR CHEQUES;
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
CANCELAR CHEQUES;
BAIXAR CHEQUES;
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA;
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
EMITIR COMPROVANTES;
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE – MEIO ELETRÔNICO;
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;
FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA;
CARTÃO TRANSPORTE – AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

Art. 2º – As movimentações financeiras serão realizadas sempre através de assinatura/autorizações conjunta de dois ordenadores, da seguinte forma:

Pela Prefeitura: CNPJ: 01.612.387/0001-08

I – Sr. Alcides Mantovani e Sr. Raul Vilarino Lira.

II - Sr. Alcides Mantovani e Sr. Flavio Gonçalves de Menezes.

III - Sr. Raul Vilarino Lira e Sr. Flavio Gonçalves de Menezes.

Pelo Fundo de Saúde: CNPJ: 12.139.961/0001-60

I - Sr. Alcides Mantovani e Sr. Flavio Gonçalves de Menezes.

II - Sr. Raul Vilarino Lira e Sr. Flavio Gonçalves de Menezes.

Pelo Fundo de Assistência Social: CNPJ: 16.867.393/0001-75

I - Sr. Alcides Mantovani e Sr. Raul Vilarino Lira

Art. 3 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 19 de abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 19 de abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR - RETIFICAÇÃO

CONVOCAÇÃO – RETIFICAÇÃO:
REUNIÃO ORDINÁRIA – COMITÊ DE REGULAÇÃO

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pela Resolução nº 025/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, COMUNICA que por razões de interesse e conveniência a REUNIÃO ORDINÁRIA da AGIR será realizada na seguinte data e local:

- A REUNIÃO ORDINÁRIA se realizará no dia 29 de maio, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso – Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório ouvidoria;
- 3 – Relatório procedimentos administrativos e técnicos;
- 4 – Apresentação do estudo do custo dos resíduos sólidos;
- 5 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 19 de abril de 2017.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Resolução nº 025/2016)

CIGA

Extrato de Contrato n. 184 - Prefeitura Municipal de Painei

EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Painei
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Painei
CNPJ: 01.608.820/0001-23
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 10/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 13 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**RESOLUÇÃO Nº 200 DE 13 DE ABRIL DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza empregado público, lotado no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, a conduzir veículo oficial em serviço, a contar desta data.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o empregado público abaixo identificado autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento, a contar desta data:

NOME	EMPREGO PÚBLICO	NÚMERO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / CATEGORIA
Sandra Regina Batista	Gestor de Serviços Ambientais	00825167744 / AB

Art. 2º - Fica o empregado desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 13 de Abril de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

CIS NORDESTE**RESULTADO PROCESSO SELETIVO ESTÁGIO Nº 01/2017**

CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 01/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em conformidade com o Processo Seletivo de Estágio nº 01/2017, visando à contratação de estagiários para preenchimento de vaga junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, informa a lista de CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos, conforme segue.

1. Vaga: Controle e Avaliação

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	
Antonia Cristina Stein Weissheimer	77,88	1º	
Rochel Yago Silva Koeddermann	71,44	2º	
Matheus Miguel Silvy	64,35	3º	
Angelina Westphal Ribeiro	Desclassificada	Desclassificada	

2. Cadastro de Reserva: Assessoria Jurídica

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	
Gustavo Lehmkuhl Goedert	72,69	1º	
Maria Aparecida de Souza Oliveira	62,36	2º	
Laura de Villa	61,38	3º	
Matheus Santi	61,30	4º	
Charlene Alves	59,97	5º	
Felipe Antonio Freitas	49,63	6º	

Gustavo Rossin Domingues

46,27

7º

A classificação dos candidatos para preenchimento da vaga que surgir obedecerá à ordem da classificação e será realizada mediante termo de convocação, enviado por carta registrada com Aviso de Recebimento ao endereço do candidato.

Joinville, 20 de abril de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João de Itaperiú

Presidente do CISONORDESTE/SC

CIS/AMFRI

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO - CIS-AMFRI - 01 DE 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017

Objeto: CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
CONSULTA DE ANESTESIOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JK – GESTÃO DE ANESTESIOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.809.860/0001-10.

Data de Assinatura: 20/04/2017.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO CIS-AMFRI Nº 002 DE 2016 - MEDICAL CENTER IM. RAD.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº. 002/2016

Credenciado: MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA- ME; pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 18.514.920/0001-93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Além dos procedimentos credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO, ficam acrescidos ao objeto do contrato principal os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
MAPEAMENTO DE RETINA	02.11.06.012-7	24,24
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00
TONOMETRIA	02.11.06.025-9	3,37
RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	02.11.06.017-8	24,68
PAQUIMETRIA ULTRASSONICA	02.05.02.002-0	14,81
ELETROCARDIOGRAMA	02.11.02.003-6	52,00
MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL	02.11.02.005-2	154,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Terceiro Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 20 de março de 2017.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMOSC**TERMOS DE CREDENCIAMENTO - ABRIL**
MÊS DE ABRIL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 16/2017
PRESTADOR: ALINE GONZAGA MELO
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em Psicologia
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 11/2017
PRESTADOR: MAURICIO VARGAS NOAL SERVIÇOS MEDICOS DE RADIOLOGIA S/S
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de exames de Ressonância Magnética valor tabela vigente (2017).
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 12/2017
PRESTADOR: FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de exames de Tomografia Computadorizada valor tabela vigente (2017).
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 13/2017
PRESTADOR: CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de exames de Ressonância Magnética valor tabela vigente (2017).
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 14/2017
PRESTADOR: CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de exames de Ressonância Magnética valor tabela vigente (2017).
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 15/2017
PRESTADOR: CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de Tomografia Computadorizada valor tabela vigente (2017).
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 16/2017
PRESTADOR: CLINICA MÉDICA DRA ELISA GRANDO S/S
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Consulta em Oftalmologia
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMOS DE CREDENCIAMENTO - MARÇO
MÊS DE MARÇO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 11/2017
PRESTADOR: CLINIMAX CLÍNICA MÉDICA LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento Consulta e terapia em Psiquiatria.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 12/2017
PRESTADOR: ALESSANDRA D'AGOSTINI
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento Terapia e exames em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 13/2017
PRESTADOR: BIANCA SILVESTRIN
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento Terapia em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 14/2017
PRESTADOR: EVELINE LUCIANE POLETTTO CAMARA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia. VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 15/2017
PRESTADOR: CLINICA MEDICA SPIES MD LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta em Otorrinolaringologia
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 08/2017
PRESTADOR: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CRUZ E BAHU ME
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 09/2017
PRESTADOR: CLINICA DE DERMATOLOGIA DRA CARLA ELISA SAROLLI LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de Dermatologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 10/2017
PRESTADOR: CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de Tomografia Computadorizada e Radiodiagnóstico.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2017

CIS/AMURES**PORTARIA Nº 02/2017 CIS/AMURES**

PORTARIA 02 / 2017

Nomeia ZENALDA MARTINS VANIM DE MORAES para o cargo de ASSESSOR JURÍDICO do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Sra. Fernanda de Souza Cordova, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ZENALDA MARTINS VANIM DE MORAES, para ocupar o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, com carga horária de 20h, constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 20 de Abril de 2017.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

PRESIDENTE DO CIS/AMURES

CONSÓRCIO QUIRIRI**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Consórcio Intermunicipal Quiriri, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, que receberá até às 10:15 horas do dia 08 de maio de 2017, na sede da municipalidade de São Bento do Sul, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS E NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS DOS ENTES CONSORCIADOS DA REGIÃO DO QUIRIRI.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site do Consórcio Intermunicipal Quiriri : www.quiriri.com.br/, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O Consórcio Intermunicipal Quiriri, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, que receberá até às 14:15 horas do dia 08 de maio de 2017, na sede da municipalidade de São Bento do Sul, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALIZADO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADA EM DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, NUM TOTAL DE ATÉ 500 HORAS, VISANDO A INSTITUIÇÃO/IMPLANTAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site do Consórcio Intermunicipal Quiriri : www.quiriri.com.br/, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro

CVC**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, representado neste ato por sua Diretora Executiva Sra. **SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA**, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral Do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, localizado na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas/SC, no máximo até as **08h00min** do dia **09 (nove) de maio de 2017**, com abertura no mesmo dia às **08h30min**, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo **MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE**, modalidade “**PREGÃO PRESENCIAL**” visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de: Águas Frias, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim e Quilombo.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Telefone: (49) 3347 0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC (www.consorciovcv.sc.gov.br), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC** (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.2 - As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

1.3 - Deverá ser realizada pelas empresas licitantes, uma minuciosa vistoria nos veículos, nos quais serão desenvolvidos os serviços, para que tenham conhecimento das condições ambientais e técnicas, onde se desenvolverão os serviços de manutenção. Não serão admitidas, em hipótese alguma, reclamações futuras.

1.4 - O valor estimativo para a contratação é de **R\$ 7.120.000,00** (sete milhões cento e vinte mil reais), incluindo peças e mão-de-obra (serviços). O presente valor é apenas estimativo e serão solicitados serviços e peças até o montante necessário para manter os veículos em boas condições de uso. Não havendo solicitação de realização de serviços ou aquisição de peças, não há compromisso dos Municípios associados pelo seu pagamento.

1.5 - A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.6 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre os Municípios associados perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

1.7 - É vedada a participação:

- De empresas reunidas em consórcios;
- De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas;
- De empresas impedidas de licitar ou contratar com CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC;
- De empresas sob processo de falência.

2 – DO CREDENCIAMENTO

OBS 1: Nenhuma pessoa poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

OBS 2: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente **não queira dar lances** não precisará se credenciar, contudo **deverá entregar** a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme **item 2.3.** e no caso de ME, EPP ou MEI que **queiram usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06** deverão entregar os documentos conforme **item 2.6.**

2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa **que estatutariamente tenha poder para tal**, este deverá apresentar **Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de **documento de eleição de seus administradores**, ou no caso de empresário individual, **a inscrição no registro público de empresas mercantis**.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar **procuração** (podendo utilizar o **ANEXO I** como modelo) ou documento equivalente, com assinatura do Outorgante **reconhecida em cartório, Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades

empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de **documento de eleição de seus administradores**, ou no caso de empresário individual, **a inscrição no registro público de empresas mercantis**, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

2.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.6, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 - 2.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor da Administração.

2.6 – As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal poderão apresentar junto ao credenciamento **CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL NO ANO DE 2017** comprovando que a empresa é ME ou EPP ou no caso de MEI certificado de inscrição comprovando esta condição. As empresas que apresentarem esta comprovação poderão usufruir dos benefícios descritos no Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, ou seja:

a) **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"**

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário **ANEXO II** ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo os percentuais de desconto para cada caso, segundo as exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital e com base no "Termo de Referência", constante do Anexo I do presente Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. **Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;**

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

e) conter prazo de **entrega das peças em no máximo 02 (dois) dias corridos, e retirada dos veículos no máximo 24 (vinte) horas**, a contar da data do recebimento da

autorização;

f) a quantidade mínima de unidades a ser cotada por item corresponde a quantidade **total estimada** para a contratação, constante na segunda coluna do Anexo II.

3.3 - As propostas deverão conter:

- a Percentual de desconto por lote sobre o preço máximo estabelecido na tabela abaixo a ser atribuído para o custo de serviços por hora/homem;
- b Percentual de desconto por lote sobre tabela de preços praticados ao consumidor final pelas concessionárias da marca do veículo para venda de peças genuínas da marca do veículo ou originais e peças homologadas pelas montadoras, conforme tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante das marcas dos veículos relacionados no Termo de Referência - Anexo I

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Percentual mínimo de desconto para as peças
01	R\$ 220,00	5%
02	R\$ 220,00	5%
03	R\$ 220,00	5%
04	R\$ 220,00	5%
05	R\$ 220,00	5%
06	R\$ 220,00	5%
07	R\$ 220,00	5%
08	R\$ 220,00	5%
09	R\$ 220,00	5%
10	R\$ 220,00	5%
11	R\$ 220,00	5%
12	R\$ 220,00	5%
13	R\$ 220,00	5%
14	R\$ 220,00	5%
15	R\$ 220,00	5%
16	R\$ 220,00	5%
17	R\$ 220,00	5%
18	R\$ 220,00	5%
19	R\$ 220,00	5%
20	R\$ 220,00	5%
21	R\$ 220,00	5%
22	R\$ 220,00	5%
23	R\$ 220,00	5%
24	R\$ 220,00	5%

3.4 - Na elaboração da proposta a licitante registrará o percentual de desconto que aplicará no valor da mão-de-obra por lote. O valor base para o cálculo do desconto consta no quadro acima. Esse

percentual será fixo durante a vigência do contrato, ou seja, 12 meses contados da assinatura da ata.

3.5 - **Anexar à proposta**, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no **ANEXO III**).

3.6 - **Anexar à proposta** os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no **ANEXO III**).

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017
ENVELOPE N.º 02 - “DOCUMENTAÇÃO”

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, dentro do prazo de validade, sendo que **as negativas vencidas no Certificado deverão ser apresentadas em anexo ao mesmo**; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VII;

b) Declaração contendo a descrição de suas instalações, do aparelhamento e do pessoal disponível para a realização do objeto deste Edital, **referente a todos os lotes, devendo dispor, caso seja vencedor, obrigatoriamente, de no mínimo,**

- 1) Instalações (espaço) fechado com seguro vigente, para acomodação dos veículos que estiverem em manutenção;
- 2) Equipamentos para serviços com injeção eletrônica, aparelho para a limpeza e regulagem de bicos injetores, equipamento próprio para a análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos;
- 3) Aparelho para alinhamento, geometria e balanceamento;
- 4) Equipamento de regulagem e gabaritação de freio.

OBS I: Estes serviços não poderão ser terceirizados pela proponente vencedora.

c) **Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica**, fornecida por pessoa de direito público ou privado, que comprove que **a empresa proponente** executou diretamente com características compatíveis ao objeto da presente Licitação, serviços com fornecimento de peças multimarcas para máquinas, demonstrando que **a empresa proponente** possui experiência anterior satisfatória e bom desempenho;

d) Declaração formal de que a proponente é revendedora e prestadora de Assistência Técnica de no mínimo uma das marcas constantes **nos Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, deste Edital.**

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de **cópia devidamente autenticada**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. **Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet.**

4.4 – Os documentos descritos no item **4.2, letra “a”** deste Edital poderão ser substituídos por:

- a registro comercial, no caso de empresa individual (somente para empresas que não se credenciarem para lances);
- b ato constitutivo, estatuto social, contrato social, a alteração contratual referente à mudança

- de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados (somente para empresas que não se credenciem para lances);
- c decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (somente para empresas que não se credenciem para lances);
 - d prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - e prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito / Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União e Contribuições Sociais;
 - f Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual
 - g Certidão Negativa Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
 - h Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - i Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
 - j Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VII;

OBS. As proponentes que não estiverem cadastradas no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, deverão apresentar os documentos 30 minutos antes da abertura do processo para o cadastramento no sistema de compras, visando não atrasar o processo licitatório

4.5 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos itens acima, no entanto:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.6 – Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução por tradutor juramentado.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto deste Edital, nos preços, prazos, condições e locais estipulados no presente Edital e seus Anexos, especialmente o Anexo I - Termo de Referência.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas

presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 – Declarada aberta a sessão, o Pregoeiro receberá as credenciais dos licitantes submetendo-as à conferência dos presentes, que ao término deste procedimento terão o prazo de cinco minutos para apresentar qualquer objeção, devidamente motivada, aos documentos de credenciamento, sob pena de preclusão do direito de fazê-lo.

6.3 - Não serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital, salvo no caso descrito no item 6.18 do presente instrumento.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e prazos máximos para o fornecimento, definidos neste edital e em seus anexos.

6.6 - Analisadas as propostas, serão desclassificadas as que forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

6.7 - Serão proclamados classificados e ainda concorrentes no certame licitatório, os proponentes que apresentarem as propostas de **MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE**, definidas segundo o objeto deste Edital, e, em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àqueles, ou as 3 (três) melhores propostas, conforme disposto no art. 4º, incisos VIII e IX, da Lei que regulamenta o Pregão (Lei 10.520/2002).

6.8 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos e caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio, também para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.10 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 -As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será e até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.13 - Finalizada a fase de lances e ordenadas às ofertas o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

6.14 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem, para que sejam obtidos preços ainda melhores.

6.15 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem.

6.17 - Será declarado vencedor o licitante que apresentar o **MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE**. Havendo empate entre duas ou mais propostas, será definido o vencedor por sorteio público, caso nenhum proponente dê um lance menor.

6.18 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. do presente Edital e não apresentem algum(ns) documento(s) que comprove sua regularidade fiscal ficará com sua "habilitação em suspenso", sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis após ser declarada vencedora para apresentação dos documentos de regularidade fiscal faltantes. Caso a empresa deixe de apresentar

outro(s) documento(s) que não sejam de regularidade fiscal a mesma será de pronto inabilitada.

6.19 – O Pregoeiro constará em ata o prazo final para entrega da documentação descrita no item anterior, horário e data para nova sessão, onde será julgada(s) a(s) habilitação(ões) em suspenso e declarado o vencedor.

6.20 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo melhor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.21 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE**, desde que atendidas às exigências deste Edital.

7.2 - JULGAMENTO

7.2.1 - **$G = 0,5xP + 0,5xH$**

Onde:

Percentual de desconto proposto para venda de peças → P

Percentual de desconto proposto para hora trabalhada → H

Índice de Julgamento → G

7.2.2 - A licitante que obtiver maior valor em “G” será considerada vencedora desde que atendida às demais condições para habilitação e classificação.

7.2.3 - As propostas (em percentual) deverão ser apresentadas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.2.4 - Em caso de empate no índice de julgamento “G” a decisão sobre a vencedora será por sorteio público.

8 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, no Protocolo Geral do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2 – Caberá a Administração decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 – Se procedente e acolhida à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos serviços e produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre os Municípios associados e o fornecedor serão formalizadas

através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9.3 - Caso a Ata de Registro de Preços ou o documento respectivo, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 - Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Municípios associados poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelos Municípios, observada as condições do Edital e o preço registrado.

10.3 - A existência de preços registrados não obrigam os Municípios associados a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao Detentor da Ata, em igualdade de condições.

10.4 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

11- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

11.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, antes de ser completado o período de 1 (um) ano, contado a partir da data - limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

11.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

11.3 - O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

11.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a

diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

11.5 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

11.6 - Os pedidos de atualização dos preços, se necessário tal equilíbrio, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada.

12 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), POR LOTE, sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Executivo por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Diretor Executivo para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou entregar os itens vencidos caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.6 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- 1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
- 2 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- 3 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

12.7 - A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e

descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

12.8 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02.

12.9 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

- 1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;
- 2 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;
- 3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

13.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

13.3 - O licitante reconhece os direitos dos Municípios associados nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

14.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pelo Município no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa
- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

14.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito a Diretoria de Licitações e Contratos, facultado ao Município a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceite às razões do pedido.

14.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos serviços/peças até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser protocolada em 30 (trinta) dias.

14.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação e formalização por despacho da autoridade competente.

14.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5(cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (Município associado), referente o exercício de 2017 e seguintes.

15.2 - O Órgão Participante (município associado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

16.2 – Os pagamentos serão efetuados até **30 (trinta) dias** após prestação dos serviços e entrega das peças e mediante apresentação da Nota Fiscal e do **Termo de Garantia** na Diretoria de Compras do Município. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente relação das peças e serviços, número do processo licitatório que originou a contratação, placa do veículo e a assinatura do responsável pelo recebimento.

16.3 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

16.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

16.5 - Na Nota Fiscal deverá constar o valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

16.6 - O proponente vencedor deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, na sala da Diretoria de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 – Os Municípios associados ao CVC e participantes deste edital se reservam o direito de adquirir ou não o objeto do presente Pregão.

17.4 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.5 - Os órgãos e entidade que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

17.6 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudiquem as obrigações presentes e futuras da ata, assumida com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.7 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.8 – O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.9 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão neste instrumento para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

17.10 – Após a autorização de órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observando o prazo de vigência da ata.

17.11 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17.12 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.13 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.14 - O Diretor Executivo poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.15 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a ANEXO I – Termo de Referência;
- b ANEXO II – Proposta de Preços;
- c ANEXO III – Dados bancários e Dados do Representante Legal;
- d ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos requisitos de habilitação;
- e ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- f ANEXO VI – Procuração;
- g ANEXO VII – Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

Coronel Freitas/SC, 17 de abril de 2017.

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA
Diretora Executiva

*Examinado e aprovado pela
Procuradoria Geral do Consórcio CVC*

ANEXO I
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

JUSTIFICATIVA

Os serviços são necessários para manutenção da frota de veículos dos Municípios associados que devido ao uso, apresentam grande desgaste, sendo indispensável sua conservação em perfeitas

condições de uso para segurança dos motoristas e passageiros e cumprimento das atividades atribuídas a cada Secretaria Municipal e a cada Entidade participante, neste Pregão todas as Secretarias da administração municipal e todas as entidades a ela vinculadas, inclusive equipamentos.

1 - OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretarias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, efetuados em conformidade com as recomendações técnicas legais.

Lote	Item	Município	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Valor
1	1	Formosa do Sul	Máq FS 04	Ammann	Rolo Compactador	ASC 110	2016	R\$ 50.000,00
2	1	Cel Freitas	Máq CF 18	Bomag	Rolo Compactador	BW 212 D	2012	R\$ 50.000,00
3	1	Águas Frias	Máq AF 03	Case	Carregadeira	W18	1990	R\$ 100.000,00
3	2	Irati	Máq IR 02	Case	Motoniveladora	PAC	2013	R\$ 100.000,00
3	3	Formosa do Sul	Máq FS 06	Case	Retroescavadeira	580M	2010	R\$ 100.000,00
3	4	Cel Freitas	Máq CF 20	Case	Retroescavadeira	580 L - 4 X 4	2000	R\$ 50.000,00
3	5	Irati	Máq IR 05	Case	Retroescavadeira	580 - 4X2	2007	R\$ 50.000,00
3	6	Jardinópolis	Máq JP 09	Case	Retroescavadeira	580 M	2007	R\$ 50.000,00
3	7	Quilombo	Máq QB 10	Case	Retroescavadeira	580H	1993	R\$ 50.000,00
4	1	Formosa do Sul	Máq FS 08	Caterpillar	Escavadeira Hidráulica	312C	2011	R\$ 100.000,00
4	2	Águas Frias	Máq AF 01	Caterpillar	Motoniveladora	120 H	2002	R\$ 100.000,00
4	3	Águas Frias	Máq AF 02	Caterpillar	Motoniveladora	120 K	2013	R\$ 100.000,00
4	4	Cel Freitas	Máq CF 22	Caterpillar	Motoniveladora	120 B	1987	R\$ 100.000,00
4	5	Cel Freitas	Máq CF 73	Caterpillar	Motoniveladora	120 K	2013	R\$ 100.000,00
4	6	Formosa do Sul	Máq FS 11	Caterpillar	Motoniveladora	120	2014	R\$ 100.000,00
4	7	Jardinópolis	Máq JP 04	Caterpillar	Motoniveladora	120 K	2011	R\$ 100.000,00
4	8	Jardinópolis	Máq JP 05	Caterpillar	Motoniveladora	120 k	2013	R\$ 100.000,00
4	9	Nova Erechim	Máq NE 01	Caterpillar	Motoniveladora	120 K	2013	R\$ 100.000,00
4	10	Quilombo	Máq QB 01	Caterpillar	Motoniveladora	120K	2014	R\$ 100.000,00
4	11	Quilombo	Máq QB 02	Caterpillar	Motoniveladora	120B	1989	R\$ 100.000,00
4	12	Formosa do Sul	Máq FS 07	Caterpillar	Retroescavadeira	416E	2013	R\$ 100.000,00
4	13	Águas Frias	Máq AF 07	Caterpillar	Retroescavadeira	416 E	2013	R\$ 50.000,00
4	14	Cel Freitas	Máq CF 72	Caterpillar	Retroescavadeira	416 E	2000	R\$ 50.000,00
4	15	Irati	Máq IR 08	Caterpillar	Retroescavadeira	416E 4X4	2013	R\$ 50.000,00
4	16	Jardinópolis	Máq JP 02	Caterpillar	Retroescavadeira	416 E	2013	R\$ 50.000,00
4	17	Nova Erechim	Máq NE 11	Caterpillar	Retroescavadeira	416-E	2013	R\$ 50.000,00
4	18	Quilombo	Máq QB 03	Caterpillar	Retroescavadeira	416 E	2014	R\$ 50.000,00
4	19	Jardinópolis	Máq JP 03	Caterpillar	Trator Esteira	D5 B	1987	R\$ 100.000,00
5	1	Cel Freitas	Máq CF 28	CCM	Britador	CCM 5030	2002	R\$ 50.000,00
6	1	Cel Freitas	Máq CF 46	CMV	Rolo acoplado	CVR 15L	1999	R\$ 20.000,00
7	1	Cel Freitas	Máq CF 65	Doosan	Escavadeira	DX 140 LC	2013	R\$ 100.000,00
7	2	Quilombo	Máq QB 13	Doosan	Escavadeira	DX 140LC	2012	R\$ 100.000,00

7	3	Águas Frias	Máq AF 10	Doosan	Escavadeira Hidráulica	DX140 LC	2012	R\$ 100.000,00
7	4	Nova Erechim	Máq NE 13	Doosan	Escavadeira Hidráulica	DX 140		R\$ 100.000,00
8	1	Águas Frias	Máq AF 04	Dynapac	Rolo Compactador	Rebocável	2005	R\$ 50.000,00
8	2	Nova Erechim	Máq NE 04	Dynapac	Rolo Compactador	CA150STD		R\$ 50.000,00
9	1	Cel Freitas	Máq CF 15	Ford	Trator pneu	50 X 30 - 4 X 4	1996	R\$ 50.000,00
9	2	Formosa do Sul	Máq FS 01	Ford	Trator Pneu	FORD 5030	1996	R\$ 50.000,00
9	3	Nova Erechim	Máq NE 06	Ford	Trator Pneu	660-BREJEIRA-RETRO	2003	R\$ 50.000,00
10	1	Formosa do Sul	Máq FS 10	Gehl	Mini Carregadeira	GEHL 5240	2014	R\$ 100.000,00
11	1	Formosa do Sul	Máq FS 12	Hubber	Motoniveladora	HUBBER 140		R\$ 100.000,00
12	1	Cel Freitas	Máq CF 77	Hyundai	Escavadeira	R 140 LC - 9S	2013	R\$ 100.000,00
12	2	Nova Erechim	Máq NE 12	Hyundai	Retroescavadeira	H940C	2014	R\$ 50.000,00
13	1	Jardinópolis	Máq JP 06	JCB	Escavadeira hidráulica	Js 160	2015	R\$ 100.000,00
13	2	Jardinópolis	Máq JP 07	JCB	Escavadeira hidráulica	160	2011	R\$ 100.000,00
13	3	Jardinópolis	Máq JP 01	JCB	Retroescavadeira	3c PLUS	2012	R\$ 50.000,00
13	4	Quilombo	Máq QB 08	JCB	Retroescavadeira	JCB 4CX	2010	R\$ 50.000,00
13	5	Quilombo	Máq QB 09	JCB	Retroescavadeira	JCB 3CN	2009	R\$ 50.000,00
13	6	Águas Frias	Máq AF 05	JCB	Rolo Compactador	VM115 D Série II	2014	R\$ 50.000,00
13	7	Irati	Máq IR 07	JCB	Rolo Compactador	MOD VW 115D	2014	R\$ 50.000,00
13	8	Jardinópolis	Máq JP 08	JCB	Rolo compactador	Vm 115	2013	R\$ 50.000,00
14	1	Cel Freitas	Máq CF 16	John Deere	Trator pneu	5600 - 4 X 4 SLC 75	1998	R\$ 50.000,00
14	2	Cel Freitas	Máq CF 17	John Deere	Trator pneu	5600 - 4 X 4 SLC 75	1998	R\$ 50.000,00
14	3	Nova Erechim	Máq NE 10	John Deere	Trator Pneu	LA 175		R\$ 50.000,00
15	1	Irati	Máq IR 01	Komatsu	Carregadeira	WA180	1987	R\$ 100.000,00
15	2	Formosa do Sul	Máq FS 09	Komatsu	Escavadeira Hidráulica	130	2013	R\$ 100.000,00
15	3	Irati	Máq IR 03	Komatsu	Escavadeira Hidráulica	PC 138	2010	R\$ 100.000,00
15	4	Cel Freitas	Máq CF 24	Komatsu	Motoniveladora	GD 555 - 3	2012	R\$ 100.000,00
15	5	Irati	Máq IR 06	Komatsu	Motoniveladora	GD 555-3	2011	R\$ 100.000,00
15	6	Quilombo	Máq QB 04	Komatsu	Motoniveladora	GD 555-3	2012	R\$ 100.000,00
15	7	Águas Frias	Máq AF 06	Komatsu	Trator Esteira	D51 EX22	2012	R\$ 100.000,00
15	8	Irati	Máq IR 04	Komatsu	Trator Esteira	D-41	1999	R\$ 100.000,00
15	9	Jardinópolis	Máq JP 10	Komatsu	Trator Esteira	D 51 EX	2015	R\$ 100.000,00
15	10	Nova Erechim	Máq NE 09	Komatsu	Trator Esteira	D51		R\$ 100.000,00
16	1	Jardinópolis	Máq JP 11	Massey Ferguson	Retroescavadeira		1986	R\$ 50.000,00
16	2	Formosa do Sul	Máq FS 03	Massey Ferguson	Trator Pneu	4275	2013	R\$ 50.000,00
16	3	Jardinópolis	Máq JP 12	Massey Ferguson	Trator Pneu	75		R\$ 50.000,00
16	4	Nova Erechim	Máq NE 05	Massey Ferguson	Trator Pneu	Série MF 4200	2013	R\$ 50.000,00
16	5	Quilombo	Máq QB 15	Massey Ferguson	Trator Pneu	7292	2012	R\$ 50.000,00

16	6	Quilombo	Máq QB 16	Massey Fergu- son	Trator Pneu	4275	2013	R\$ 50.000,00
16	7	Quilombo	Máq QB 17	Massey Fergu- son	Trator Pneu	4275	2013	R\$ 50.000,00
17	1	Cel Freitas	Máq CF 26	Michigan	Carregadeira	45 C	1994	R\$ 100.000,00
17	2	Nova Erechim	Máq NE 02	Michigan	Carregadeira	82		R\$ 100.000,00
18	1	Quilombo	Máq QB 05	Muller	Rolo Compactador	VAP 70	1994	R\$ 50.000,00
18	2	Quilombo	Máq QB 06	Muller	Rolo Compactador	VAP 70	2015	R\$ 50.000,00
19	1	Cel Freitas	Máq CF 25	New Holland	Escavadeira	135 -B	2010	R\$ 100.000,00
19	2	Quilombo	Máq QB 14	New Holland	Escavadeira	135B	2010	R\$ 100.000,00
19	3	Irati	Máq IR 09	New Holland	Retroescavadeira	LB110	2010	R\$ 50.000,00
19	4	Formosa do Sul	Máq FS 02	New Holland	Trator Pneu	7630	2009	R\$ 50.000,00
19	5	Jardinópolis	Máq JP 17	New Holland	Trator Pneu	95		R\$ 50.000,00
19	6	Jardinópolis	Máq JP 18	New Holland	Trator Pneu	85		R\$ 50.000,00
19	7	Jardinópolis	Máq JP 19	New Holland	Trator Pneu	85		R\$ 50.000,00
19	8	Jardinópolis	Máq JP 20	New Holland	Trator Pneu	85		R\$ 50.000,00
19	9	Jardinópolis	Máq JP 21	New Holland	Trator Pneu	75		R\$ 50.000,00
19	10	Nova Erechim	Máq NE 07	New Holland	Trator Pneu	7630S100TR	2007	R\$ 50.000,00
19	11	Nova Erechim	Máq NE 08	New Holland	Trator Pneu	7630S100TR	2007	R\$ 50.000,00
20	1	Formosa do Sul	Máq FS 05	Randon	Retroescavadeira	RK 406	2010	R\$ 100.000,00
20	2	Águas Frias	Máq AF 08	Randon	Retroescavadeira	RK 406 B	2010	R\$ 50.000,00
20	3	Águas Frias	Máq AF 09	Randon	Retroescavadeira	RD 406 B Advanced	2013	R\$ 50.000,00
20	4	Cel Freitas	Máq CF 19	Randon	Retroescavadeira	RD 406	2012	R\$ 50.000,00
20	5	Cel Freitas	Máq CF 21	Randon	Retroescavadeira	RK 406 - 4 X 4	2006	R\$ 50.000,00
20	6	Quilombo	Máq QB 07	Randon	Retroescavadeira	RK-406B	2010	R\$ 50.000,00
21	1	Jardinópolis	Máq JP 22	Sollys	Trator Pneu	90		R\$ 50.000,00
22	1	Nova Erechim	Máq NE 03	Tema Terra	Rolo Compactador	TEMA TERRA VP		R\$ 50.000,00
23	1	Águas Frias	Máq AF 11	Valtra	Trator Pneu	A750 L	2013	R\$ 50.000,00
23	2	Jardinópolis	Máq JP 23	Valtra	Trator Pneu	A 750		R\$ 50.000,00
23	3	Quilombo	Máq QB 18	Valtra	Trator Pneu	750L	2013	R\$ 50.000,00
24	1	Quilombo	Máq QB 11	Volvo	Escavadeira	EC 140BLCM	2008	R\$ 100.000,00
24	2	Cel Freitas	Máq CF 23	Volvo	Motoniveladora	CHAMPION 510 - A	1999	R\$ 100.000,00
24	3	Quilombo	Máq QB 12	Volvo	Motoniveladora	G 710	2005	R\$ 100.000,00

As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

O presente valor é apenas estimativo e os Municípios associados solicitarão serviços e peças até o montante necessário para manter os veículos e equipamentos em boas condições de uso. Não havendo solicitação de realização de serviços ou aquisição de peças, não há compromisso dos Municípios associados pelo seu pagamento.

A relação dos veículos e equipamentos, constantes acima servem apenas como referência para o

quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.2 – CONDIÇÕES PARA ENTREGA

1.2.1 - O veículo que irá ser submetido à manutenção somente poderá ser deslocado para oficina da vencedora e vice-versa, mediante “Termo de Vistoria” emitido pelo órgão requisitante e deverá ser retirado pelo FORNECEDOR no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Nota de Empenho, na Diretoria de Compras do Município, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

1.2.2 - Para emissão da Ordem de serviço, o FORNECEDOR apresentará orçamento, o qual deverá ser entregue em até 12 horas, a contar da retirada do veículo, especificando a quantidade estimada de horas para execução dos serviços, conforme tabelas de Tempo Padrão, **a ser apresentada no ato de assinatura do contrato**, bem como o quantitativo e a especificação técnica das peças para reposição.

1.2.3 - As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 15 (quinze) dias corridos, salvo anuência por escrito do SOLICITANTE.

1.2.4 - Quando não se fizer necessária a aplicação nos veículos das peças adquiridas pelos Municípios associados, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que as requereu, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.

1.2.5 - Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

1.3 - FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

1.3.1 - Na elaboração da proposta a licitante registrará o percentual de desconto por lote que aplicará nas peças de reposição. O percentual será fixo durante a vigência do contrato, limitado ao mínimo de 5% no momento da proposta. O desconto será concedido a cada emissão de Nota Fiscal de peças referentes à manutenção dos veículos objeto deste processo licitatório. O preço base para efetivação do cálculo refere-se ao preço praticado ao consumidor final pelas concessionárias da marca do veículo, para venda de peças genuínas da marca do veículo ou originais e peças homologadas pelas montadoras em conformidade com as tabelas de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante das marcas dos veículos relacionados no Termo de Referência - Anexo I. Entende-se como sendo peças genuínas aquelas fornecidas pelas montadoras dos veículos e originais aquelas fornecidas pelos fabricantes homologadas pelas montadoras e entende-se como sendo peças homologadas aquelas que por certidão das montadoras podem ser utilizadas no lugar das peças genuínas ou originais sem comprometer a segurança do veículo e são vendidas nas auto peças em geral.

1.4 - GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES

Todos os serviços executados e peças substituídas deverão ter garantia pelo **período mínimo de 03 (três) meses para os equipamentos e no mínimo ou 30.000 km para os veículos**, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, devendo

ser observado o prazo oferecido pelo fabricante quando este for superior. Será condição para pagamento que a Contratada encaminhe juntamente à Nota Fiscal e demais documentos o **Termo de Garantia**.

1.4.2 - A proponente vencedora deverá:

- responsabilizar-se pela segurança dos veículos durante execução dos serviços;
- utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;
- utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- atender prontamente às requisições dos Municípios associados para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças e acessórios nos veículos discriminados neste Termo de Referência, tudo em conformidade com as tabelas de Tempo Padrão, que será apresentada pelo fornecedor no ato de assinatura do contrato, e Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante;
- fornecer ao Município no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a retirada do veículo à diagnosticar, orçamento detalhado para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço, com os respectivos valores de mão de obra e detalhamento das peças de reposição com os valores da tabela de preços sugeridos pelo respectivo Fabricante do veículo a que pertence o Lote; Anexo a cada orçamento deverá constar comprovação da aplicação do desconto sobre as peças e acessórios constantes na Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante;
- fornecer orçamento impresso ou datilografado, contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça, placa do veículo, data, carimbo e assinatura;
- executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do Município, através do recebimento **da Nota de Empenho**;
- cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- entregar os veículos submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, etc...
- entregar os veículos ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- devolver, no ato da saída do veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- oferecer serviço de guincho gratuito nos limites do Município Associado, no prazo máximo de duas horas após a solicitação, para o transporte de veículos avariados sem condições de locomoção;
- transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina (independente do endereço) os veículos dos Municípios associados que necessitarem de reparos;
- aceitar a fiscalização dos Municípios associados e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- dar livre acesso em suas dependências aos terceirizados contratados pelos Municípios associados para execução de serviços nos veículos pertencentes a municipalidade;
- responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados aos Municípios associados ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;

- responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação de serviço que trata este instrumento, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando os Municípios associados isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências dos Municípios associados;
- manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto a regularidade fiscal e qualificação;
- entregar somente materiais de primeira qualidade e novos. Não serão aceitos materiais usados;
- utilizar nos serviços peças e acessórios novos e genuínos, acompanhados dos respectivos "Certificados de Garantia" do fabricante;
- substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais;
- responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo dos Municípios associados, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- apresentar a última Tabela de Tempos Padronizados para execução de serviços, emitida pelo fabricante dos veículos indicados neste Termo de Referência, no ato de assinatura do Contrato, bem como sempre que houver alteração nos valores;
- manter-se sempre de sobreaviso durante o horário comercial e regular, ou seja, 08h00min as 18h00min, de segunda a sexta-feira, horário estabelecido como período disponível para execução dos serviços de manutenção;
- Indicar o nome do empregado que será o responsável pelos contatos entre os Municípios associados e a oficina.
- arcar com a responsabilidade técnica e financeira para execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença do fiscal do **CONTRATANTE**, como condição de aceitação final.

1.4.3 - Os Municípios deverão:

- Enviar Nota de empenho após aprovação do orçamento;
- por ocasião do orçamento, deverá ser encaminhado ao Fornecedor o formulário de "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:
 - número da Solicitação de Orçamento;
 - dados do veículo, tais como: caracteres de placa; modelo; ano de fabricação; marca, frota e outros caracteres que possam identificar o veículo a ser reparado;
 - nome e assinatura do Responsável pelo veículo;
 - discriminação dos serviços pretendidos;
 - discriminação das prováveis peças a serem substituídas;
 - descrição dos defeitos reclamados;
 - formulário de Vistoria de Entrada e Saída do Veículo caso a avaliação para

orçamento tenha sido executada nas dependências da oficina do Fornecedor, contendo todos os campos necessários ao registro dos acessórios e componentes pertencentes ao veículo, bem como, identificar pequenas avarias, como arranhões e amassados por exemplo, constando também campo específico para local e data com o respectivo aceite do Fornecedor.

1.5 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

2 - SUBCONTRATAÇÃO

2.1 – O FORNECEDOR somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação, com expresse consentimento do **Município associado ao qual será prestado o serviço.**

2.2 - Se autorizado a efetuar a subcontratação dos serviços, o FORNECEDOR realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o **Município** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3 - LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1 – O local de execução dos serviços nos veículos dos Municípios Associados, deverão ser consertados e efetuada a manutenção preferencialmente na sede dos Municípios associados, caso o proponente tenha sua sede fora do Município, deverá efetuar o transporte dos veículos ou de peças por sua conta, sempre atendendo a legislação de trânsito quando ao transporte de veículos em rodovias fora do perímetro urbano.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – O FORNECEDOR deverá apresentar a descrição de suas instalações, do aparelhamento e do pessoal disponível para a realização do objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, referente a todos os lotes, devendo dispor, obrigatoriamente, de no mínimo:

- 1) galpão fechado para a acomodação dos veículos;
- 2) estufa para pintura automotiva;
- 3) equipamentos para serviços com injeção eletrônica, aparelho para a limpeza e regulagem de bicos injetores, equipamento próprio para a análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos;
- 4) aparelho de alinhamento e balanceamento;
- 5) equipamento de regulagem e gabaritação de freio.
- 6) equipamentos para serviços de sistemas hidráulicos, retíficas de motores, solda, torno e outros utilizados não especificados.

4.2 - A comprovação das informações prestadas no item 4.1 será mediante Declaração Formal da proponente;

4.3 - Deverá ser realizada pelas firmas licitantes, uma minuciosa vistoria nos veículos nos quais serão desenvolvidos os serviços, para que o proponente tenha conhecimento das condições ambientais e técnicas, onde se desenvolverão os serviços de manutenção. Não será admitida, em hipótese alguma, reclamações futuras.

4.4 - Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados na presença do fiscal, ficando sua aceitação final dependendo das características do desempenho determinado após estes testes. A licitante vencedora arcará com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos

os testes necessários.

5 - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

5.2 - Comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.

5.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**.

5.4 - Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a **CONTRATADA** da responsabilidade pela execução dos serviços.

5.6 - A comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

5.7 - O relatório de serviços será destinado ao registro de fatos, comunicações pertinentes à execução dos serviços como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela **CONTRATADA** e Fiscalização.

5.8 - Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo **CONTRATANTE**.

5.9 - As reuniões serão documentadas por Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 – CVC

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	_____
Nome de Fantasia:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____Município:_____
Estado:	_____CEP: _____
Fone/Fax:	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

(prazo mínimo: **vide edital no item 3.2 letra a).**

Prazo de entrega: _____ dias da Autorização.

(prazo máximo: **vide edital anexo I item 1.2).**

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ: Identificação do Proponente

4. OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
1	R\$ 220,00	R\$ 50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
2	R\$ 220,00	R\$ 50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
3	R\$ 220,00	R\$ 500.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
4	R\$ 220,00	R\$ 1.600.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
5	R\$ 220,00	R\$ 50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
6	R\$ 220,00	R\$ 20.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
7	R\$ 220,00	R\$ 400.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
8	R\$ 220,00	R\$ 100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
9	R\$ 220,00	R\$ 150.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
10	R\$ 220,00	R\$ 100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
11	R\$ 220,00	R\$ 100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
12	R\$ 220,00	R\$ 150.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
13	R\$ 220,00	R\$ 500.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
14	R\$ 220,00	R\$ 150.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
15	R\$ 220,00	R\$ 1.000.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
16	R\$ 220,00	R\$ 350.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
17	R\$ 220,00	R\$ 200.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
18	R\$ 220,00	R\$ 100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
19	R\$ 220,00	R\$ 650.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
20	R\$ 220,00	R\$ 350.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
21	R\$ 220,00	R\$ 50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
22	R\$ 220,00	R\$ 50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
23	R\$ 220,00	R\$ 150.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
24	R\$ 220,00	R\$ 300.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =

$$G = 0,5xP + 0,5xH$$

Onde:

Percentual de desconto proposto para venda de peças → P

Percentual de desconto proposto para hora trabalhada → H

Índice de Julgamento → G

Coronel Freitas – SC,de.....de.....

Carimbo do CNPJ: Identificação do Proponente

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

ANEXO III
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA Nº _____ CONTA CORRENTE Nº: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____

TELEFONE CELULAR PARA CONTATO: _____

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxx)____, sediada em
_____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de
17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo
licitatório.

**Obs.: As micros empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores
individuais (MEI), poderão apresentar esta declaração com ressalva ao disposto nos Art. 42
e 43 da Lei Complementar nº 123/06.**

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ: Identificação do Proponente

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2017

Aos dias do mês de de 2017, presentes de um lado **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 1022, nesta cidade de Coronel Freitas/SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. **SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA**, brasileira, casada, administradora, inscrito no CPF sob nº 693.819.339-87, residente e domiciliado na Rua Dos Andradas, 476, Bairro Alvorada, CEP 89.825-000, no Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade de,, neste ato representada pelo Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de,, denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 04/2017, Pregão Presencial nº 01/2017 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades dos Municípios associados a **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, nos termos das Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC (www.consorciovcv.sc.gov.br), bem como da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I, que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.
2. As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atendendo-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros

serviços recomendados para uma manutenção adequada.

3. A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício dos Municípios associados perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por lote.

6. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Consórcio CVC.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**.

2. O prazo de validade de registro de preços **será de 12 (doze) meses oficiais**, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados até **30 (trinta) dias** após a prestação dos serviços e entrega dos serviços e ou materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal e do **Termo de Garantia** na Diretoria de Compras do Município. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição, placa do veículo e a assinatura do responsável pelo recebimento.
2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.
3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.
4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga os Municípios associados a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, os Municípios associados poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelos Municípios associados, observada as condições do Edital e o preço registrado.
4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pela Diretoria de Compras dos Municípios associados.
5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender os Municípios associados do constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.
6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1. O objeto será recebido pelo responsável da frota dos Municípios associados para tal fim.
2. Os veículos onde serão prestados os serviços deverão ser retirados pelo FORNECEDOR no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que requereu os serviços, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR. As peças

relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 15 (quinze) dias corridos.

3. Quando não se fizer necessária a aplicação nos veículos das peças adquiridas pelos Municípios associados, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que as requereu, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

5. O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- 1** Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
- 2** Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- 3** Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

- 1** Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;
- 2** Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;
- 3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.
2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).
3. O licitante reconhece os direitos dos Municípios associados nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
 - Pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa
 - Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.
2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Diretoria de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.
4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.
5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.
6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (municípios associados), referente o exercício de 2017 e seguintes.
2. O Órgão Participante (municípios associados) quando da contratação/empenhamento

especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da comarca de Coronel Freitas/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 01/2017 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa, classificada em 1º lugar, nos lotes da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Coronel Freitas/SC, de maio de 2017.

SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA
CONSÓRCIO CVC

FORNECEDOR

Examinado e aprovado
pela Procuradoria Geral do Consórcio CVC.

ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESa> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>, <DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em cartório

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 - CVC

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

Referente ao processo licitatório nº na modalidade de nº, a empresa inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art.27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

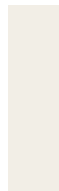
(*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().



.....



(local e data)



.....
(nome e número da Cart. de Identidade do Declarante)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

CIAPS**ATA DA 11ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS**

ATA DA 11ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e dezessete (19/04/2017), às quatorze horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva - Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson Erley de Freitas - Secretário de Saúde de Ascurra, o Coordenador do CIAPS – Sr. Fredy Richard Eichstaedt e a Auxiliar Administrativo do CIAPS - Camila Alessandra Costa, para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 2) Indicação ou confirmação do Coordenador Executivo; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Paulo Roberto Weiss, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente comunicou inversão na ordem da pauta, tratando-se primeiramente do item Assuntos diversos, onde registrou seu ponto de vista em relação ao CIAPS, sobre a harmonia entre a coordenação e a equipe, o concurso público que está em andamento e a situação sobre a habilitação junto ao Governo Federal. O Prefeito de Apiúna também avaliou a situação do CIAPS e solicitou que os Secretários de Saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio tenham maior sintonia com o CIAPS e auxiliem os prefeitos nas decisões. Usando da palavra, o Senhor Fredy Richard Eichstaedt, até então Coordenador Executivo, informou sobre as dificuldades financeiras do Consórcio Público e que tem atuado em prol do CIAPS, mesmo acumulando funções como coordenação, psicologia, serviços gerais, motorista, etc. Mencionou que aumentou o número de pacientes atendidos no CIAPS e solicitou apoio dos Prefeitos em relação a Coordenação do CIAPS. Também registrou que entrou em contato com a Coordenação de Saúde Mental do Governo Federal, e que em breve o CIAPS será habilitado. A Auxiliar Administrativa do CIAPS se manifestou informando da necessidade de estabelecer critérios para o controle de ponto, para especificar horários de entrada e saída, e controle do banco de horas, questionando quais os sistemas utilizados para verificar como os funcionários das Prefeituras cumprem a carga horária, para que seja avaliado a possibilidade de estendê-lo para utilizar no controle de ponto no CIAPS. Neste aspecto, o Secretário de Saúde de Apiúna manifestou entendimento que isso compete a gestão do CIAPS definir os critérios. O Presidente do CIAPS retomou a palavra solicitando que não haja atraso nos repasses de recursos do CIAPS, pois este está trabalhando no limite dos recursos financeiros. Por fim, no item 2 da Ordem do Dia, o Presidente do CIAPS indica a recondução do Senhor Fredy Richard Eichstaedt ao cargo de Coordenador Executivo, sem solução de continuidade, ou seja, desde 1º de abril de 2017, cobrando resultados da equipe. Presente na Assembleia, o Coordenador Executivo anuiu com tal decisão, a qual foi submetida a votação dos senhores prefeitos e secretários, sendo acolhida por unanimidade. Assim, o Presidente registra que todos os poderes conferidos ao Coordenador Executivo permanecem válidos e prorrogados, independentemente de nova resolução. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Camila Alessandra Costa, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

Fredy Richard Eichstaedt
Coordenador Executivo do CIAPS

José Gerson Gonçalves
Município de Apiúna

Lairton Antônio Possamai
Município de Ascurra

Marcelo Doutel da Silva
Secretário de Saúde de Apiúna

Enilson Erley de Freitas
Secretário de Saúde de Ascurra

Camila Alessandra Costa
Auxiliar Administrativa do CIAPS